UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
ESCOLA DE ARQUITETURA – EA

Daniele Nunes de Britto Marangoni

Por práticas emancipatórias no planejamento urbano: análise das dinâmicas sócio-espaciais e pesquisa-ação no Alto das Antenas

Belo Horizonte
2019

Daniele Nunes de Britto Marangoni

Por práticas emancipatórias no planejamento urbano: análise das dinâmicas sócio-espaciais e pesquisa-ação no Alto das Antenas

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Linha de pesquisa: Produção, projeto e experiência do espaço

Orientadora: Ana Paula Baltazar

Belo Horizonte
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

M311p

Marangoni, Daniele Nunes de Britto.

Por práticas emancipatórias no planejamento urbano [manuscrito]: análise das dinâmicas sócio-espaciais e pesquisa-ação no Alto das Antenas / Daniele Nunes de Britto Marangoni. – 2020.

331f. : il.

Orientadora: Ana Paula Baltazar dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Planejamento urbano – Aspectos sociais – Teses. 2. Favelas – Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Espaço urbano – Teses. 4. Espaço (Arquitetura) - Teses. I. Santos, Ana Paula Baltazar dos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.59

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Por práticas emancipatórias no planejamento urbano: Análise das dinâmicas sócio-espaciais e pesquisa-ação no Alto das Antenas

DANIELE NUNES DE BRITTO MARANGONI

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 5 de novembro de 2019, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos - Orientadora
EA-UFMG

Profa. Dra. Silke Kapp
EA-UFMG

P/ *[por meio de videoconferência]*
Prof. Dr. Adauto Lúcio Cardoso
IPPUR-UFRJ

Belo Horizonte, 5 de novembro de 2019.

Ao meu pai, Roberto, meu exemplo e inspiração, e

aos moradores do Alto das Antenas, que compartilharam comigo sua luta e sua esperança,

dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é a palavra que resume minha trajetória no mestrado.

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelo que Ele me permitiu vivenciar nesse período.

Ao meu pai, Roberto, meu exemplo, agradeço pelos olhares e sorrisos doces que acalentaram meus ânimos e me incentivaram ao longo dessa trajetória. À minha mãe, Elioneth, pelo suporte incansável e confiança incondicional. Aos meus irmãos, Valéria, Beto, Ricardo e Renato, pelo apoio e exemplo.

À minha orientadora Ana Paula Baltazar, pela parceria e referência ao longo de todo o trabalho, pelas leituras atentas e revisões, pelo direcionamento nos caminhos a seguir e pela oportunidade incrível de aprendizado que me foi proporcionada.

Aos moradores do Alto das Antenas, pelo acolhimento, pelas conversas e pelo aprendizado imensurável advindo desse processo compartilhado. Sem me esquecer dos demais, mas sem poder mencionar a todos, agradeço especialmente à Gilvana, Charles, Lucimaria e Miguel, pelo carinho e receptividade que permitiram a pesquisa iniciar e ter continuidade, e ao Paulo, Josi, Deobaldo, Cristina, Antônio, Niel, Geise e Cristiane, pela confiança e pelas trocas possibilitadas. Nunca me esquecerei o que vivenciamos.

Aos técnicos institucionais entrevistados e/ou consultados, que atenciosamente compartilharam comigo suas percepções.

Aos meus colegas e amigos da Cadaval Arquitetura e Urbanismo – minha segunda escola –, Mônica, Fê e Léo, pelas vivências e conhecimentos compartilhados, e pela compreensão nas ausências que se fizeram necessárias. É incrível trabalhar (e aprender) com vocês.

Aos demais familiares e amigos, pelo carinho e suporte. Em especial, agradeço à Renatinha, pelo incentivo e colaboração desde o "princípio do princípio" e por ter, junto à Fê e outras amigas queridas, cedido seus ouvidos, em meus momentos de desabafo, me ajudando assim a aliviar a carga e encontrar novos caminhos de reflexão.

À UFMG, em especial à Escola de Arquitetura e todos os seus professores, pelo "processo de disseminação do conhecimento" e pelo incrível processo de "refletir criticamente" (e, aqui, cabe um agradecimento especial à professora Silke Kapp). O aprendizado que esse mestrado me proporcionou vai muito além de conceitos apreendidos. Ele gerou transformação pessoal. Agradeço ainda à Silke, à Leta e ao Adauto Cardoso pelas ricas contribuições e apontamentos cuidadosos para revisão da dissertação.

À Lúcia, Rose, Lourdes e Luciana, pelo suporte cotidiano.

Por fim, agradeço ao Pedro, meu companheiro, com quem divido um *espaço vivo*, por ter estendido meus braços, passos, voz e ouvidos, ajudando-me a alcançar muito além do que eu conseguiria sozinha. Agradeço por sua escuta atenta, carinho, conselhos, trocas, incentivo e parceria constantes.

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. [...] reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades [...] é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados.

(David Harvey, 2014, p. 28)

RESUMO

Esta dissertação trata de pesquisa elaborada tendo como objeto uma pequena favela não consolidada, denominada Alto das Antenas, na Regional Barreiro em Belo Horizonte/MG, e como sujeitos os seus moradores, que a formam e em função dos quais ela existe. A particularidade desse espaço é que quase todas as famílias originalmente existentes nele foram removidas, entre 2012 e 2014, pelo Programa Vila Viva. Contudo, o processo empreendido acabou não saindo como o planejado e hoje essa favela encontra-se totalmente reocupada, inclusive por alguns que foram removidos e voltaram. Isso revela, por um lado, a *resistência* dessas pessoas em ocupar um espaço *fora dos planos*, e, por outro, que essas intervenções públicas estruturantes, heterônomas por natureza, não reconhecem o modo de vida dos moradores de favela, impondo-lhes o padrão da classe média. As justificativas para a pesquisa realizada foram os desejos de (1) entender as dinâmicas sócio-espaciais das pessoas que habitam esse lugar, compreendendo-as como fundamentais para a percepção, planejamento ou construção de qualquer intervenção nesse espaço, e (2) traçar novas perspectivas para o planejamento urbano, sobretudo em áreas de interesse social, por meio de práticas emancipatórias, que possam engendrar transformação social e alteração no status quo. A perspectiva autonomista foi uma das lentes de análise utilizada para a pesquisa e entendida como um meio para alcançar os propósitos emancipatórios almejados. Abordei, com base em vários autores, principalmente, os conceitos de *produção sócio-espacial nas favelas*, *dialética sócio-espacial*, *autonomia*, *heteronomia*, tríade lefebvriana da produção do espaço (*espaços percebido, concebido* e *vivido*), *tática* e *resistência*. A compreensão do Alto das Antenas como um espaço socialmente construído foi fundamental para a abordagem da pesquisa e para a construção deste texto. A pesquisa foi dividida em duas fases. Na primeira, busquei fazer uma construção histórica sócio-espacializada dessa favela, como forma de apresentar e caracterizar o *objeto e os sujeitos da pesquisa*. Assim, para além de análises físicas e técnicas acerca desse espaço, busquei conhecer as percepções dos agentes externos institucionais que nele atuam e sobretudo as percepções de quem nele vive, como forma de revelar as distinções entre esses olhares. Tendo como horizonte o fomento de práticas emancipatórias, autonomistas, que valorizem as relações e práticas sócio-espaciais, em contraposição às práticas heterônomas usuais, que são decididas por agentes externos e apenas comunicadas aos moradores das favelas, a segunda fase da pesquisa realizada correspondeu a uma pesquisa-ação conduzida junto aos moradores do Alto das Antenas. Por meio de um processo coletivo de trabalho que buscou envolver e considerar os moradores e seus interesses como ponto central, e que sistematizou e disponibilizou informações técnicas acerca desse espaço, o objetivo era fazê-los se reconhecerem como *sujeitos da ação transformadora*, tendo em vista ainda, no que diz respeito a esse espaço, contribuir para a tomada de consciência e auto-organização coletiva dos moradores, nas suas tomadas de decisão e em eventuais negociações futuras com agentes externos.

Palavras-chave: Favela. Espaço socialmente construído. Dialética sócio-espacial. Autonomia. Pesquisa-ação.

ABSTRACT

This dissertation deals with research elaborated on a small unconsolidated slum, called Alto das Antenas, in the Barreiro Regional in Belo Horizonte/MG, which is the *object* of the research, and as *subjects* its residents, who form it and according to which it exists. The particularity of this space is that almost all families originally existing in it were removed, between 2012 and 2014, by the Vila Viva Program. However, the process undertaken did not go as planned and today this slum is completely reoccupied, including some who were removed but returned. This reveals, on the one hand, the *resistance* of these people to occupy an *unplanned space*, and, on the other, that these structuring public interventions, heteronomous in nature, do not recognize the slum dwellers' way of life, imposing them the middle class standard. The justifications for the research were the desires to (1) understand the socio-spatial dynamics of the people who inhabit this place, understanding them as fundamental for the perception, planning or construction of any intervention in this space, and (2) to draw new perspectives for urban planning, especially in areas of social interest, through emancipatory practices that can engender social transformation and change in the status quo. The autonomist perspective was one of the analytical lenses used for research and also understood as a mean to achieve the desired emancipatory purposes. Based on several authors, I approached, especially, the concepts of *socio-spatial production in favelas*, *socio-spatial dialectic*, *autonomy, heteronomy*, lefebvrian triad of space production (*perceived, conceived and lived spaces*), *tactic* and *resistance*. The understanding of Alto das Antenas as a socially constructed space was fundamental for the research approach and for the construction of this text. The research was divided into two phases. In the first one, I sought to make a socio-spatial historical construction of this slum, as a way to present and characterize the *object and the subjects of the research*. Therefore, more than physical and technical analysis of this space, I sought to know the perceptions of the external institutional agents who work in it and especially the perceptions of those who live in it, as a way to reveal the distinctions between them. Considering as a horizon the promotion of emancipatory, autonomist practices, which value the relations and socio-spatial practices, as opposed to the usual heteronomous practices, which are decided by external agents and only communicated to the slum dwellers, the second phase of the research corresponded to an action-research conducted with the residents of Alto das Antenas. Through a collective work process that sought to involve and consider residents and their interests as a central point, and that systematized and provided technical information about this space, the goal was to make the dwellers recognize themselves as *agents of transformative action*, also aiming to contribute, with regard to this space, to their awareness, collective self-organization, decision-making for direct action and eventual future negotiations with external agents.

Keywords: Slum. Socially constructed space. Socio-spatial dialectic. Autonomy. Action-research.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do Alto das Antenas 19
Figura 2. Delimitação aproximada do Alto das Antenas 57
Figura 3. Imagem aérea do Barreiro em 1953 com detalhe para localização do AA 59
Figura 4. Imagem aérea do Barreiro em 1969 com detalhe para localização do AA 59
Figura 5. Imagem aérea do Barreiro em 1989 com detalhe para localização do AA 60
Figura 6. Hidrografia e sistema viário principal do Alto das Antenas 64
Figura 7. Detalhe do Mapa de Remoções do PGE Vila Cemig, na região do Alto das Antenas 67
Figura 8. Detalhe do Mapa de Cenário Futuro do PGE Vila Cemig, na região do Alto das Antenas 68
Figura 9. Recorte do mapa de remoções do PGE com destaque para área não incluída no Vila Viva 70
Figura 10. Recorte do mapa de propostas do PGE com destaque para área não incluída no Vila Viva 70
Figura 11. Mapa de propostas de intervenção do PAC Vila Viva – Vila Cemig/ Alto das Antenas 70
Figura 12. Caracterização dos circuitos das linhas de transmissão e distribuição que saem da Subestação Barreiro e passam sobre o Alto das Antenas (Cemig, 2015) 73
Figura 13. Ilustração esquemática das linhas de transmissão que passam sobre o Alto das Antenas com limite definido da faixa de segurança (CEMIG, 2015) 74
Figura 14. Cópia da "Figura 13" do Anexo A da NBR 5422:1985 78
Figura 15. Limite da Fazenda Bom Sucesso, matrícula nº 6.553, de 1919, em nome do Estado de Minas Gerais (SEPLAG/MG, 2016) 81
Figura 16. Zoneamento incidente sobre o Alto das Antenas 83
Figura 17. Recorte do mapa de declividades do PGE Vila Cemig, na região do Alto das Antenas 85
Figura 18. Recorte do mapa de risco geológico do PGE Vila Cemig, na região do Alto das Antenas 86
Figura 19. Imagem aérea do Alto das Antenas em novembro de 2002 89
Figura 20. Imagem aérea do Alto das Antenas em março de 2012 89
Figura 21. Imagem aérea do Alto das Antenas em abril de 2015 90
Figura 22. Imagem aérea do Alto das Antenas em agosto de 2019 90

Figura 23. Linha do tempo de acontecimentos no Alto das Antenas, a partir dos relatos obtidos 140
Figura 24. Mapa desenhado pelos moradores em interface para compreensão das restrições e impedimentos legais à ocupação do solo 193
Figura 25. Panfleto de divulgação do 1º Arraiá do Alto das Antenas 228

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Comércio informal de imóveis dentro do AA 39
Foto 2. Alto das Antenas em 1998 (Rua União, via principal, na linha de cumeada da encosta) 60
Foto 3. Alto das Antenas (no caminho das linhas de transmissão de energia da Cemig) e talvegue que o separa da Vila Cemig, à direita 62
Foto 4. Rua União 62
Foto 5. Casas embaixo das linhas de transmissão na encosta a leste da Rua União (detalhe para baixo grau de consolidação) 62
Foto 6. Bueiro na Rua Mangueiras 63
Foto 7. Cerca de bambu delimitando lote no Beco das Antenas (detalhe para as torres de transmissão dentro dos quintais) 65
Foto 8. Cerca improvisada delimitando área particular na Rua Mangueiras 65
Foto 9. Mercearia na Rua Mangueiras 65
Foto 10. Salão de beleza na Rua União 65
Foto 11. Vista do Beco Mangueiras (Escadão), pertencente à Vila Cemig e na divisa com o AA (se liga, a jusante, à Rua Mangueiras), que está dentro do escopo de retomada das obras do PAC Vila Viva e cuja ocupação foi indicada para remoção 99
Foto 12. Alto das Antenas no primeiro plano e Conjunto Esperança ao fundo, com edificações originais já descaracterizadas 104
Foto 13. Fiações elétricas improvisadas nas edificações debaixo das linhas de transmissão da Cemig 110
Foto 14. Pinguela sobre córrego e tubulação de água amarrada às árvores 110
Foto 15. Ligações elétricas improvisadas 110
Foto 16. Escada e tubulação para abastecimento de água improvisadas 110
Foto 17. Canos improvisados de lançamento de águas servidas no afluente do Córrego Bonsucesso, na Rua Mangueiras 110
Foto 18. Crianças brincando na Rua União 111
Foto 19. Estratégias para ocupar: construir e seguir construindo 113
Foto 20. Jardim na frente de uma casa 118
Foto 21. Quintal com horta 118
Foto 22. Menino brincando com pipa 119
Foto 23. Meninos jogando bola na Rua União 119

Foto 24. Menino brincando com enxada num sábado de manhã na Rua Mangueiras 119
Foto 25. Crianças brincando em um quintal na Rua Mangueiras..... 119
Foto 26. Crianças brincando na Rua União..... 119
Foto 27. Pracinha da mangueira 119
Foto 28. Muro construído pelo Vila Viva, entre o Alto das Antenas e a Vila Cemig (ao fundo) 129
Foto 29. No primeiro plano, vista de construções no Alto das Antenas sendo feitas sobre as bases das casas demolidas. Ao fundo, Vila Cemig, atrás do muro construído pelo Vila Viva 130
Foto 30. Ao fundo, filho de Suelen sentado sozinho no estacionamento do Conjunto da Urbel, onde moram 133
Foto 31. Mutirão de pavimentação do trecho mais íngreme da Rua União 139
Foto 32. Rua União, principal via do Alto das Antenas (Conjunto Esperança ao fundo, à esquerda)..... 141
Foto 33. Beco com trecho íngreme, precariamente concretado 155
Foto 34. Casa construída às margens do "Córrego Mangueiras" 155
Foto 35. Vendinha informal funcionando em uma casa..... 155
Foto 36. Pinguela de travessia do córrego e casa ao fundo 155
Foto 37. Horta no terreno de morador 155
Foto 38. Bica d'água no córrego da porção leste do Alto das Antenas..... 155
Foto 39. Grupo que acompanhou o voo de drone na Rua Mangueiras 161
Foto 40. Registro feito pelo drone das porções média e alta do Alto das Antenas, que revela a ocupação em encosta delimitada por talvegues fechados a leste e a oeste..... 162
Foto 41. Registro feito pelo drone da parte baixa do Alto das Antenas, no primeiro plano (ao fundo, Hosana e Jardim Liberdade, loteamentos vizinhos)..... 162
Foto 42. Bastão da fala sendo usado por morador, e murais afixados na parede ao fundo.... 169
Foto 43. Mural com cronograma de encontros e atividades, usado no AA..... 169
Foto 44. 1º encontro de moradores (detalhe, à direita, para as fotos e etiquetas sobre a mesa de sinuca)..... 172
Foto 45. Varal com fotografias e etiquetas de qualificação do espaço colocado no bar..... 177
Foto 46. Moradores montando maquete do AA 179
Foto 47. Maquete do AA montada pelos moradores..... 179
Foto 48. Mutirão para concretagem de trecho da Rua União realizado no dia 23 de março de 2019 186

Foto 49. Apresentação dos registros fotográficos feitos pelos moradores no 3º encontro 186
Foto 50. Crianças interagindo com a maquete 186
Foto 51. 4º encontro de moradores 189
Foto 52. Morador desenhando sua casa no mapa do lugar imaginário 193
Foto 53. Moradores planejando e desenhando juntos as vias de acesso às casas no lugar imaginário 193
Foto 54. Caixinhas das restrições e impedimentos legais aplicáveis ao AA 196
Foto 55. Roda de conversa sobre as restrições e impedimentos legais aplicáveis ao AA 196
Foto 56. Mapa de restrições e impedimentos legais do AA 196
Foto 57. Moradores desenhando elementos no mapa 196
Foto 58. 6º encontro de moradores com participação de um advogado popular 199
Foto 59. Moradores trabalhando na Rua União 209
Foto 60. Moradores trabalhando na porção baixa da Rua União 209
Foto 61. Mutirão de concretagem da Rua União 213
Foto 62. Trecho concretado no mutirão do dia 18 de maio; o trecho mais íngreme, ao fundo (em tom mais claro), foi concretado em 23 de março 213
Foto 63. 8º encontro e churrasco de confraternização após mutirão na Rua União 213
Foto 64. 1º Arraiá do Alto das Antenas 228
Foto 65. Primeiro uso do quadro de ideias-chave 248
Foto 66. Discussão e montagem da cartilha 254
Foto 67. Frente e verso da cartilha de direito à moradia e proteção contra remoções forçadas montada pelos moradores 255

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação das visitas e atividades feitas para pesquisa de campo e coleta de dados..47
Quadro 2. Entrevistas realizadas 48
Quadro 3. Relação de encontros de moradores 166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Alto das Antenas
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACS	Agente Comunitário de Saúde
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APP	Área de Preservação Permanente
BH	Belo Horizonte
CA	Coeficiente de Aproveitamento
Caixa ou CEF	Caixa Econômica Federal
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
CMBH	Câmara Municipal de Belo Horizonte
CMPU	Conferência Municipal de Política Urbana
Copasa-MG	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DPL	Diretoria de Planejamento e Gestão
DRENURBS	Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte
DUP	Decreto de Utilidade Pública
EA	Escola de Arquitetura
GR	Grupo de Referência
LAGEAR	Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica
LPOUS	Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo
LT	Linhas de transmissão
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MOM	Morar de Outras Maneiras
NBR	Norma Brasileira Registrada
NUDEC	Núcleos de Defesa Civil
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
OP	Orçamento Participativo
PA	Zona de Preservação Ambiental
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PGE	Plano Global Específico
PROAS	Programa de Reassentamento de Famílias Removidas em Decorrência da Execução de Obras Públicas

PRU	Plano de Regularização Urbanística
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Urbel	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEPLAG/MG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais
SUFIS	Subsecretaria de Fiscalização
SUGT	Supervisão de Licenciamento Ambiental e Urbanístico
TEVAP	Tanque de evapotranspiração
ZEIS	Zona de Especial Interesse Social
ZP-1	Zona de Proteção - 1

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19

1.1 Notas de um processo de aprendizado: por um espaço social 20
1.2 Diretrizes metodológicas 23
1.3 Favela: referencial teórico-conceitual 26
1.3.1 A perspectiva autonomista 29
1.3.2 O espaço socialmente construído nas favelas e a ênfase às práticas e vivência do espaço 32
1.3.3 A favela e sua produção arquitetônica 36

2 O OBJETO E OS SUJEITOS DA PESQUISA 44

2.1 Metodologia específica adotada 45
2.2 Conceitos articulados 53
2.3 Alto das Antenas: apresentação e caracterização geral 56
2.4 Alto das Antenas: o olhar institucional 91
2.5 Alto das Antenas: o olhar de quem vive 111
2.6 As distinções entre os olhares: morar e resistir 141

3 A PESQUISA-AÇÃO NO ALTO DAS ANTENAS 150

3.1 Por que uma pesquisa-ação? 150
3.2 Os passos da pesquisa-ação 152
3.3 Relato da pesquisa-ação 170
3.4 Análise da pesquisa-ação realizada 258

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS NO PLANEJAMENTO URBANO 265

REFERÊNCIAS 274

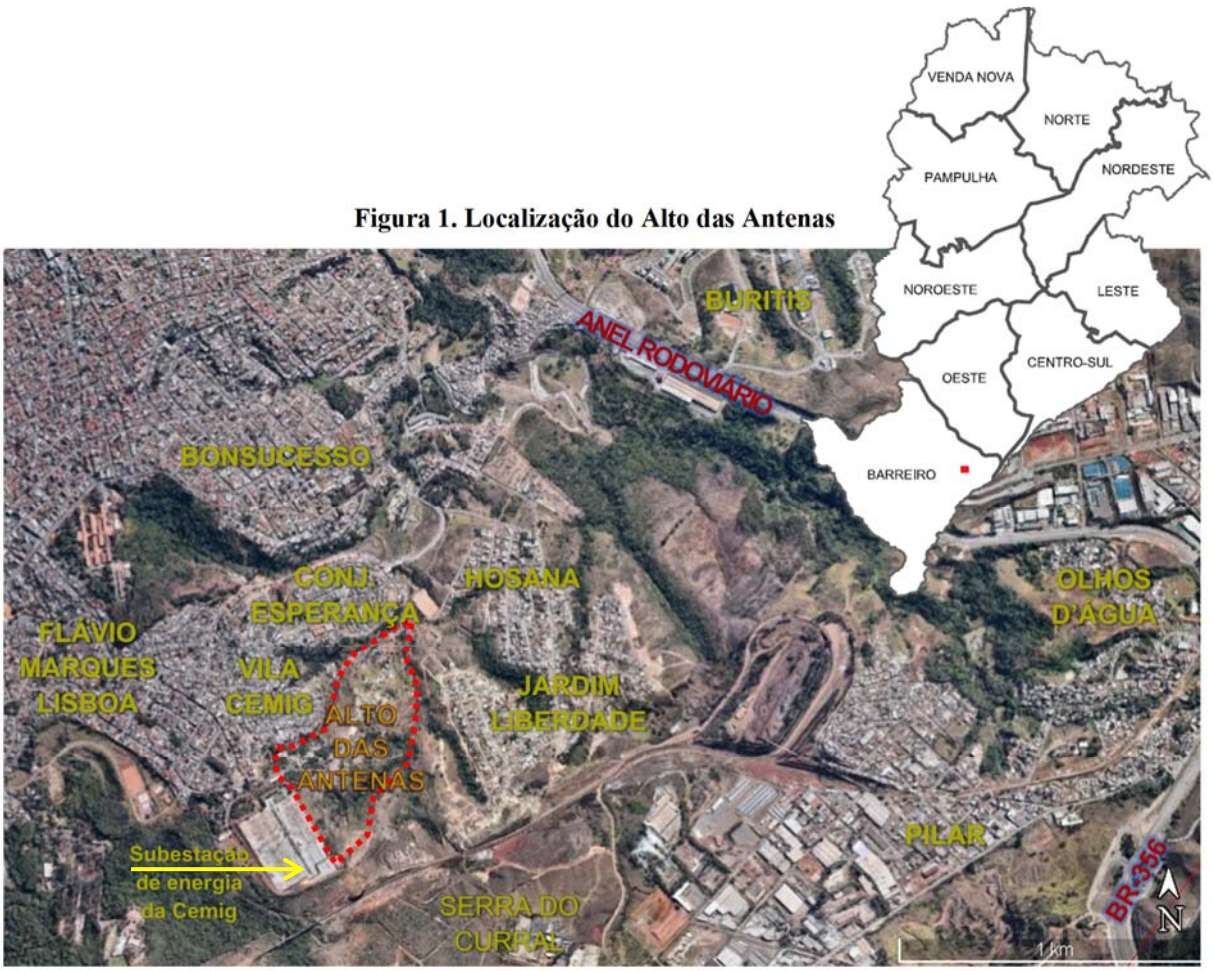
APÊNDICES 280

ANEXOS 324

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata de uma favela[1] ainda não consolidada[2] denominada Alto das Antenas, situada no Bairro Bonsucesso, na Regional Barreiro em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.

Figura 1. Localização do Alto das Antenas



Fonte: *Google Earth*, 2018. Adaptado pela autora.

A particularidade desse local, que fez com que eu o escolhesse como objeto de pesquisa do mestrado, foi a remoção de quase todas as famílias nele residentes entre 2012 e 2014, pelo Programa Vila Viva[3], e o cenário atual em que ele se encontra: com um número de moradores próximo ou maior ao que havia antes da intervenção do Poder Público. O processo empreendido pela Urbel acabou não saindo como o planejado. Conforme poderá ser constatado nessa

---

[1] "Favela" aqui é entendida como região ocupada desordenadamente por população predominantemente de baixa renda, podendo estar consolidada, ou não.

[2] Cf. Cavalcanti (2009), sobre o uso recorrente do termo "consolidação" entre arquitetos, urbanistas, engenheiros e técnicos da administração pública que lidam com favelas.

[3] Programa de intervenção estruturante da Política Municipal de Habitação Popular de Belo Horizonte, que atua nos eixos urbanístico, social e jurídico com "ações integradas de infraestrutura, saneamento, habitabilidade, recuperação ambiental, requalificação social e regularização fundiária" (URBEL, 2016, p. 2).

dissertação, a construção histórica desse espaço e as perspectivas para ele hoje demonstram que se trata de um lugar fora dos planos, ou, como tratado por Maricato (2000), de um "lugar fora das ideias"[4].

As justificativas para a pesquisa de mestrado que dá origem a essa investigação, são os desejos de: (1) entender as dinâmicas sócio-espaciais[5] daqueles que habitam esse lugar e (2) traçar novas perspectivas para o planejamento urbano em áreas de interesse social, por meio de práticas emancipatórias, que possam engendrar transformação social e alteração no status quo. O caminho percorrido para isso considerou um processo coletivo de trabalho que envolveu os moradores e seus interesses, sistematizando e disponibilizando informações técnicas acerca desse espaço, tendo em vista contribuir, no que diz respeito ao espaço, para a tomada de consciência e auto-organização coletiva dos moradores, nas suas tomadas de decisão e em eventuais negociações futuras com agentes externos.

1.1 Notas de um processo de aprendizado: por um espaço social

Ao olhar para meu objeto de pesquisa, o Alto das Antenas (usarei aqui também a abreviação AA), com um *olhar técnico* (acostumado a pré-conceber intervenções), eu estava entendendo-o meramente como um *espaço físico*. Tratava-se de um espaço: (a) de interesse ambiental, com nascentes, cursos d'água, cabeceiras e encostas íngremes; (b) com edificações de baixo padrão construtivo (e, consequentemente, baixo valor econômico); (c) de infraestrutura urbana[6] precária ou inexistente; e (d) cuja maior parte da área ocupada encontra-se dentro da faixa de segurança das linhas de transmissão e distribuição de energia da Cemig, situação que, por si só, já configura impedimento legal à manutenção e consolidação da ocupação no local.

Isso tudo é possível saber sem ter que ir ao Alto das Antenas: os documentos existentes a seu respeito, as leis correlatas e a imagem aérea de lá nos contam. No entanto, essa representa uma

---

[4] Segundo elucidado por Maricato, a frase que dá título ao seu texto, "As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias", foi cunhada por Francisco de Oliveira, com um "toque" de Roberto Schwarz, que, por sua vez, foi quem cunhou a expressão "as ideias fora do lugar" (MARICATO, 2000, p.121).

[5] Conforme elucidado por Souza, o conceito de sócio-espacial, com hífen, distingue-se da expressão sem hífen (socioespacial). Nessa, o social apenas qualifica o espacial, enquanto que naquela, "o 'sócio', longe de apenas qualificar o 'espacial', é [...] um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais", entendendo-as como necessárias para a compreensão e elucidação do espaço, uma vez que são inseparáveis desse (SOUZA, 2013, p. 16).

[6] Entende-se aqui infraestrutura urbana como os serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, iluminação pública e abastecimento domiciliar de energia elétrica, coleta de lixo, além da pavimentação de vias públicas e sistemas de drenagem pluvial (tais como meio-fio, sarjeta e boca-de-lobo).

leitura reduzida e superficial[7] do espaço físico, sem reconhecer que ele se constitui e é constituído também e principalmente pelas relações sociais nele vivenciadas.

Foi exatamente com esse olhar "superficial" (diagnosticador) e com a resposta (propositiva) pré-concebida que eu escrevi meu projeto de pesquisa para a seleção do mestrado. Eu estava incomodada com o fato de o projeto do Vila Viva para a área parecer não ter sido executado da forma como estava previsto. Afinal, era *óbvio* que sua execução (no caso, a remoção de toda a ocupação do Alto das Antenas) seria *melhor*, ou, melhor dizendo, traria *melhores condições e qualidade de vida* aos moradores, se comparada à *situação atual* em que esses se encontravam. Meu questionamento, então, era o porquê de as obras previstas não terem sido levadas a cabo; ou terem sido paralisadas; ou terem dado errado. Até aquele momento, eu imaginava que a resposta que iria encontrar durante a pesquisa seria que o problema estava na própria obra: em seu planejamento e/ou em sua execução.

Faltava-me uma melhor compreensão do modo de produção das cidades, o qual é marcado pela segregação sócio-espacial, reflexo do modo de produção capitalista que ainda garante a reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1978). Além disso, como expresso por Maricato (2000), grande parte das cidades existem independentemente das amarras do planejamento urbano, sendo reflexo da ação de quem a habita: existe o "lugar das ideias", a cidade formal, planejada, e "o lugar fora das ideias", a cidade informal, autoproduzida à revelia das normas.

E esse foi outro grande aprendizado, fundamental, que mudou a direção da minha pesquisa: perceber o espaço "vivo", compreendendo-o não só como um espaço físico e materialmente formado, mas também como socialmente construído. Com isso, minha busca na pesquisa deixou de ser pelos problemas metodológicos e/ou práticos que poderiam existir nas etapas de implementação do programa, desde a concepção do projeto até a execução das obras (embora tenha ficado claro para mim que o desenvolvimento de tais etapas não questiona o modo de produção capitalista). Mirei, assim, a busca sobretudo na compreensão desse "espaço vivo", por meio das práticas e do reconhecimento dos que nele habitam, para, a partir disso, pensar práticas de planejamento urbano que chamei aqui de emancipatórias.

---

[7] Superficial também no sentido de a realidade sócio-espacial existente ser reduzida a uma representação gráfica, na medida em que é mapeada. A realidade sócio-espacial, no contexto do planejamento urbano, é assim "planificada", tanto teoricamente, pois é traduzida em forma de "plano urbanístico", como fisicamente, já que é reduzida a mapas representativos do espaço.

Como arquiteta, atuo há mais de dez anos com planejamento urbano, tendo participado da elaboração de vários planos urbanísticos, sobretudo em áreas de interesse social. Destaco aqueles em que mais atuei: Planos Globais Específicos (PGE) e Planos de Intervenção Integrada (PIIN) para favelas de Belo Horizonte e Contagem/MG; Planos de Regularização Urbanística (PRU) para loteamentos privados irregulares de interesse social em Belo Horizonte; além de vários Planos de Regularização Fundiária (PRF) de áreas de interesse social em vários municípios de Minas Gerais. Nesses planos, é estudada (1) a realidade *físico-ambiental* da área e, junto da análise dos problemas e potenciais (2) *socioeconômico-organizativos* e (3) *jurídico-legais*, são propostas diretrizes de intervenção (nesses três eixos temáticos) com vistas à resolução dos problemas identificados e regularização fundiária da área (chegando, ou não, até a etapa de titulação de moradores).

O que passei a perceber durante este mestrado, é que meu *olhar* de *técnica* estava equivocado, ou ao menos limitado. Se passo a compreender meu objeto de pesquisa (ou de planejamento) como um espaço socialmente construído, bem como sua lógica de produção, e então amplio meu *olhar* para descobrir as microrrelações dentro dele, com ele e para além dele, sua *realidade cotidiana*, os saberes coletivos dos que nele vivem, convivem e o constroem, quantas possibilidades propositivas podem surgir? Quanta riqueza de conteúdo pode vir a ser experienciada e coletivamente construída? Quanto conhecimento pode vir a ser produzido e apropriado não só pelos que o pesquisam (planejam) mas, sobretudo, pelos que dão vida a esse espaço? Quais trocas entre ‘mim’ (agente que pesquisa) e ‘eles’ (objeto e sujeitos da pesquisa) podem surgir? Qual seria o papel dos técnicos se de fato as perspectivas sócio-espacial e (devo acrescentar) autonomista (em razão de seu viés emancipatório) fossem incorporadas ao processo de planejamento urbano?

Por conseguinte, essas foram as perguntas que balizaram a reformulação da pesquisa, buscando compreender o Alto das Antenas como um espaço socialmente construído, tendo em mente que se trata de algo inesgotável, mutável, em constante processo de transformação, como o são todas as relações sociais.

Nessa busca, não deixei de lado um dos meus objetivos iniciais, o planejamento urbano. Ele é meu foco, na medida em que eu possa apontar práticas (as quais classifiquei como emancipatórias) e é também pano de fundo do meu *olhar*, uma vez que representa minha vivência profissional. Passei a perceber, no entanto, que os processos de planejamento urbano tradicionais não consideram, ou consideram muito pouco, a possibilidade de autonomia por

parte dos moradores do local pesquisado (a ser planejado). Tais possibilidades são ainda restringidas quando o espaço, e seus ocupantes, sofrem com intervenções impositivas, decididas na maioria das vezes por técnicos do Poder Público (e, comumente, de consultorias contratadas). Tais decisões são validadas por meio de processos participativos institucionalizados em que os moradores muitas vezes não adquirem, muito menos apreendem ou se apropriam – usando os termos de Freire (1983) –, de conhecimentos novos, servindo, portanto, na grande maioria das vezes, apenas para legitimar as decisões tomadas pelos "de fora". Ademais, usando da conceituação de Lefebvre (1979) acerca da espacialidade da vida social, esse planejamento tradicional da cidade tende a focalizar o espaço *concebido* (idealizado, planejado, projetado, graficamente representado) e reduzir, ou ignorar, o espaço *vivido* (das trocas e experiências, relações e interações sociais entre as pessoas no e com o espaço onde se inserem).

Destarte, este texto está direcionado sobretudo aos arquitetos e urbanistas (técnicos da área de planejamento, ou não) e estudantes de arquitetura e urbanismo, e seu objetivo foi direcionado a apontar olhares que orientem novas práticas para o planejamento urbano (e regional). Olhares que levem em conta, para a formulação de "propostas de intervenções", principalmente, o cotidiano sócio-espacial, buscando "trabalhar no sentido de orientar as pessoas a agirem autonomamente" (BALTAZAR, 2009, n.p., tradução minha)[8], tendo como horizonte propósitos emancipatórios, de transformação social e alteração no status quo: razão pela qual eu qualifiquei tais práticas "almejadas" como emancipatórias.

1.2 Diretrizes metodológicas

Esta dissertação é produto de uma pesquisa empírica sócio-espacial. A pesquisa sócio-espacial lida com a correlação entre o espaço e os grupos sociais que nele se inserem. Conforme ressaltado em *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas* (BOURDIER; CHAMBOREDON; PASSERON, 2002), o risco de se trabalhar com o sujeito, e suas relações sociais, é a ilusão de serem de fácil compreensão, por serem da vivência do observador. Segundo os autores, o observador ficaria, assim, mais susceptível ao empirismo, ao senso comum, em razão da "certeza comum de que pertence a todos os homens falarem de tudo o que

[8] Subsessão 3.2.3 - '*From meaning as representation to orientation of thought*', não paginado. No original: "[…] works towards orienting people to act autonomously."

é humano e julgarem qualquer discurso, até mesmo científico, sobre o que é humano" (2002, p. 36).

As ciências humanas, segundo argumentado pelos autores, mais do que quaisquer outras ciências, são as mais sujeitas a esse empirismo. Conforme sustentam os autores, sem teoria não é possível interpretar uma única leitura, devendo essa dominar o trabalho de pesquisa desde sua concepção até sua fase final (2002, p. 48-49).

Conforme elucidado por Rosália Duarte, acerca da pesquisa empírica:

> [...] a confiabilidade e legitimidade de uma pesquisa empírica [...] dependem, fundamentalmente, da capacidade de o pesquisador articular teoria e empiria em torno de um objeto, questão ou problema de pesquisa. Isso demanda esforço, leitura e experiência e implica incorporar referências teórico-metodológicas de tal maneira que se tornem lentes a dirigir o olhar, ferramentas invisíveis a captar sinais, recolher indícios, descrever práticas, atribuir sentido a gestos e palavras, entrelaçando fontes teóricas e materiais empíricos [...]. (DUARTE, 2002, p. 152)

Thiollent ainda argumenta que:

> Não há pesquisa sem raciocínio. Quando não queremos pensar, raciocinar, conhecer algo sobre o mundo circundante, é melhor não pretendermos pesquisar. Além disso, quando queremos interferir no mundo precisamos de conceitos, hipóteses, estratégias, comprovações, avaliações e outros aspectos de uma atividade intelectual. (THIOLLENT, 1985, p. 28)

Nesse sentido, para a pesquisa realizada e aqui apresentada foram utilizados métodos empíricos que foram submetidos às teorizações e conceituações de distintos autores, pertinentes ao tema, com o intuito de contribuir e construir a análise do espaço e suas relações com o entorno socialmente construído e ainda, conforme enfatizado por Thiollent (1985), de orientar as ações de viés emancipatório realizadas com o grupo social pesquisado, na busca por seu engajamento sócio-político (1985, p. 14).

A pesquisa por mim realizada é marcada por uma divisão temporal que demarca duas fases. A primeira fase correspondeu à pesquisa realizada para compreender o "objeto" e os "sujeitos" sócio-espaciais e se deu, principalmente, no ano de 2018. Já a segunda fase compreendeu a pesquisa-ação, realizada entre fevereiro e setembro de 2019. (Contudo, naturalmente, o período de 2019 foi também utilizado para pesquisa e levantamento de dados para complementação da compreensão do objeto e dos sujeitos.)

A pesquisa-ação realizada com os "sujeitos" (moradores do Alto das Antenas) teve como horizonte o fomento de práticas emancipatórias, autonomistas, que valorizassem as relações e

práticas sócio-espaciais, em contraposição à prática usual de imposição de intervenções, decididas por agentes externos e apenas comunicadas aos moradores das favelas – que, afinal, são os mais interessados e mais afetados pelas consequências ou reflexos dessas intervenções. Ainda que os moradores sejam consultados nesses processos "participativos" heteronomamente definidos, não são construções coletivas em que esses têm voz ativa.

Ressalto que, por meio da minha vivência profissional, já pude participar de dezenas de reuniões institucionais realizadas com comunidades atendidas, sobretudo de baixa renda, em diferentes processos de elaboração de planos urbanos integrados (em etapas de diagnóstico e de proposição de intervenções). São muitas as críticas acadêmicas existentes acerca desses processos participativos institucionalizados, mas destaco aqui uma (já antes brevemente apontada): trata-se de momentos para apresentar o andamento dos trabalhos, os diagnósticos ou as proposições feitas para o local em questão, visando sobretudo legitimá-las, ou validá-las, junto aos moradores. Não abordarei aqui as várias críticas a tais processos, mas, no que se refere especificamente à participação dos moradores nessas reuniões: (1) para o diagnóstico da área, ainda que eles sejam ouvidos, são levados em conta principalmente os levantamentos e análises feitas pelos técnicos; (2) já para a etapa de propostas, os desejos dos moradores podem ser ouvidos pelos técnicos, mas as proposições são construídas e previamente decididas por esses e não por aqueles. Quando digo "previamente" é porque, usualmente, alguns cenários intervencionistas considerados *possíveis* para o local são formulados pelos técnicos. Uma vez definidos pelo Poder Público (seja por critérios econômicos, políticos ou outros), tais cenários são então apresentados aos moradores nas reuniões, para que eles escolham (votem) entre um ou outro. Por causa dessa escolha, é comum ouvirmos dos órgãos públicos que "os moradores é que escolheram/decidiram as propostas para o local". Quando, na verdade, o que eles escolheram foi uma dentre algumas alternativas *tecnicamente* (heterônoma e previamente) definidas, que lhes foram apresentadas.

Esta dissertação (e a pesquisa realizada que deu origem a ela) não buscou construir uma crítica a esses processos participativos institucionalizados. Esse não é, portanto, o tema e o objeto da pesquisa. Contudo, estou aqui apontando essa temática tendo em vista expor ao leitor parte do processo de aprendizagem e tomada de consciência pelo qual eu pude passar por meio da revisão bibliográfica e das disciplinas, especialmente durante o primeiro ano do mestrado. Processo esse que direcionou as pesquisas realizadas, no sentido de valorização dos sujeitos pesquisados, sobretudo com base nas ideias de Freire (1983) e Thiollent (1985).

Entendo que processos interventivos em favelas deveriam engendrar transformação social e alteração no status quo (reflexo do sistema de produção capitalista). No que se refere à pesquisa-ação realizada, ainda que ela não tenha conseguido alcançar objetivos tão "ambiciosos" quanto esses acima expressos, o intuito foi, ao menos, vivenciar junto aos moradores um processo efetivo de construção coletiva em que, como defende Thiollent (1985), eles possam adquirir e produzir conhecimento e aumentar seu nível de consciência acerca do espaço em que habitam, tendo em vista contribuir na auto-organização da comunidade, nas tomadas de decisões e em eventuais negociações com agentes externos.

O texto está estruturado em quatro capítulos. O primeiro corresponde a esta introdução, que expõe os pressupostos, as diretrizes metodológicas e o referencial teórico-conceitual considerado na pesquisa e no desenvolvimento da dissertação como um todo. O segundo e terceiro capítulos foram pensados com estruturas independentes, uma vez que tratam de momentos distintos da pesquisa de campo. Para tanto, optei por introduzir no início de cada um desses capítulos a metodologia, as teorias e os conceitos específicos adotados, tendo em vista organizar as ideias e facilitar a compreensão do texto pelo leitor. O Capítulo 2 apresenta o *objeto* e os *sujeitos da pesquisa*, e sua análise à luz das lentes teóricas e conceitos apresentados. Os métodos de pesquisa utilizados foram: pesquisa documental; visitas e registros de campo (registros fotográficos e em diário de campo a partir de conversas informais); observação direta; e entrevistas guiadas com agentes institucionais atuantes no território e, especialmente, com moradores, cujos relatos foram essenciais para a compreensão desse *objeto* e *sujeitos* sócio-espaciais. Já o Capítulo 3 apresenta o desenvolvimento e os resultados alcançados por meio da pesquisa-ação realizada. Por fim, o quarto e último capítulo traz as considerações finais acerca da pesquisa e análises realizadas, com vistas a dar continuidade à reflexão crítica, revelar a importância de um "novo" olhar para o espaço e ainda apontar diretrizes que possam orientar práticas emancipatórias no planejamento urbano.

1.3 Favela: referencial teórico-conceitual

Esta dissertação trata da produção sócio-espacial nas favelas, que, embora por um lado seja reflexo do modo de produção capitalista que cria espaços de exclusão e segregação nas cidades, por outro, traz em si uma riqueza de experiências e interações sociais, que resultam de processos mais autônomos se comparados aos da produção arquitetônica formal. A favela, conforme traduzido por Baltazar e Kapp, é um espaço dinâmico, vivo, espontâneo e em constante

expansão e transformação (BALTAZAR; KAPP, 2007, p. 2). A partir da compreensão da produção desse espaço dinâmico, entremeado por suas relações sociais, em contraposição à lógica da produção arquitetônica formal, pretendo reafirmar, como já delineado pelas citadas autoras, que existem muitas lições a serem extraídas das favelas.

Embora já há algum tempo venham sendo discutidas no meio acadêmico as características específicas e distintas das favelas em relação à cidade dita formal, e a importância de que sejam reconhecidas e respeitadas, as intervenções nelas reproduzidas são heterônomas e ainda hoje não refletem as práticas e realidade sócio-espaciais próprias das favelas. Isso me motivou a dar continuidade às reflexões e discussões a esse respeito.

As análises aqui apresentadas foram embasadas nas abordagens e reflexões teórico-conceituais de alguns autores, conforme citadas a seguir.

Parte da compreensão do meu objeto de pesquisa como um espaço à margem do sistema hegemônico de produção arquitetônica formal da cidade veio a partir de Maricato (2000), que conceitua o *lugar* que está *fora das ideias* formais e normativas de regulação e controle da cidade, ou seja, produzido à revelia de tais normas. Lugares que estão "à margem do sistema" e que representam grande parte das cidades brasileiras. Ainda assim, o Poder Público continua produzindo e reproduzindo normas (as "ideias") considerando especialmente a cidade formal, e muitas vezes fechando os olhos para a autoprodução característica da cidade dita informal[9].

Algumas ideias de Certeau (1998), Soja (1993) e Foucault (1988; 2004), foram particularmente relevantes, sobretudo para a construção do Capítulo 2. De Certeau, abordei sua conceituação acerca das *táticas cotidianas do homem ordinário* (RODRIGUES; ICHIKAWA, 2015), definidas como as práticas que o homem à margem do sistema hegemônico tem que lançar mão para conseguir sobreviver. Táticas essas que subvertem a ordem ou os padrões estabelecidos, socialmente aceitos, uma vez que não se enquadram neles. De Soja, foi relevante sua abordagem lefebvriana da *produção social do espaço* e sua ênfase à historiografia espacializada (aqui

[9] Reconhece-se aqui que são muitas as formas de informalidade existentes na cidade, além das expressas no espaço físico produzido. Conforme elucidado por Costa (2006), são também "as inúmeras atividades econômicas desempenhadas sem alvará de localização ou sem recibo [...], o transporte clandestino" etc., não se restringindo às classes mais baixas, embora as afetando mais perversamente – uma vez inseridas em um contexto capitalista e de assimetria de poderes, em que prevalece o valor de troca e não o de uso, sendo todas as coisas encaradas como mercadorias. Assim, Costa destaca a diferença da "ilegalidade proveniente da necessidade, [ou] da impossibilidade de cumprir com as imposições da cidade-mercadoria", daquela oriunda da intenção explícita de se burlar a lei. Interessa aqui compreender o espaço construído conforme a primeira lógica, reflexo da materialização das relações de reprodução capitalista.

complementada como *historiografia sócio-espacializada*). Essa, entendida como o entrelaçamento das relações sociais às relações espaciais, que evoluem com o tempo. E, de Foucault, abordei a conceituação sobre *resistência* e, em menor grau, sua articulação com o conceito de *poder*, considerando que o poder funda e é também fundado pela resistência (FOUCAULT, 2004 apud GRABOIS, 2011). O conceito de resistência teve ainda um papel relevante para a abordagem do Capítulo 2, que buscou demonstrá-la nas ações cotidianas dos moradores do Alto das Antenas, diante das relações de poder expressas ali, entendendo que a resistência dos moradores, ainda que se dê inconsciente e irrefletidamente, é uma forma de sobrevivência, de "afirmação de sua existência" (NASCIMENTO *et al.*, 2016).

As ideias de Freire (1983) foram também de suma importância para a formação do meu pensamento e para as reflexões e construções aqui apresentadas, no sentido da valorização daquele que "pensa que nada sabe", no caso, o *sujeito pesquisado*. O autor traz uma abordagem muito rica sobre as trocas necessárias entre o saber técnico (formal) e o saber local (informal) das comunidades pesquisadas no processo de comunicação entre esses grupos. Segundo Freire (1983, p. 7-8), o *sujeito pesquisado* não pode ser "enchido" por outros (educador, pesquisador) "de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo", sob o risco que não venha de fato a apreender nada.

> Repetimos que o conhecimento não se *estende* do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações. (FREIRE, 1983, p. 22)

Freire destaca o papel daquele a quem queremos ensinar algo como *sujeito* e não como *objeto* que "recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe" (FREIRE, 1983, p. 16). O autor ressalta a usual "descrença no homem simples. Uma subestimação do seu poder de refletir, de sua capacidade de assumir o papel verdadeiro de quem procura conhecer: o de sujeito desta procura" (FREIRE, 1983, p. 30). Essas ideias contribuíram especialmente na construção da abordagem do Capítulo 2 dessa dissertação, no sentido de definir que esse capítulo não trataria do Alto das Antenas apenas como *objeto* da pesquisa, mas também como o espaço social dos *sujeitos* da pesquisa: os seus moradores.[10]

Para a estruturação da pesquisa-ação realizada com os moradores do Alto das Antenas,

---

[10] Algumas reflexões de Maricato (2000) e de Thiollent (1985) também contribuíram para o entendimento e abordagem dos moradores pesquisados, para além de *objetos*, como *sujeitos da pesquisa*.

apresentada no Capítulo 3, foi fundamental a metodologia trazida por Thiollent (1985). Tendo em vista os objetivos pretendidos para a pesquisa do mestrado, sua abordagem foi central e decisiva para que eu escolhesse adotar esse método de pesquisa-ação. Suas ideias dialogam com as de Freire, entendendo os moradores pesquisados como sujeitos ativos da pesquisa, com capacidade de reflexão crítica, com voz, potencialidades e iniciativa próprias. Características que devem ser consideradas e coletivamente trabalhadas pelo pesquisador no processo de pesquisa-ação, tendo em vista alcançar objetivos emancipatórios de transformação social, tomada de consciência e produção de conhecimento por parte do grupo pesquisado, ainda que nem todos esses objetivos consigam ser simultaneamente alcançados – o que, segundo Thiollent, só é possível quando a pesquisa-ação é bem conduzida e sua metodologia está bem amadurecida (1985, p. 19).

Por fim, ressalto as principais fontes que conformam a lente teórica de referência que orientou o desenvolvimento da pesquisa, a formulação do trabalho de campo e o processo analítico, e que está por vezes expressa nessa dissertação. São elas, a perspectiva autonomista trazida por Souza (2006; 2010), a dialética da produção social do espaço de Lefebvre (1974)[11] e a abordagem de Baltazar e Kapp[12] acerca das favelas: sua produção arquitetônica, seu maior grau de autonomia se comparado à produção arquitetônica usual formal, e a reprodução nesses espaços de intervenções públicas heterônomas que não expressam sua realidade sócio-espacial. Por sua importância para a minha pesquisa, julguei necessário e relevante apresentá-las detalhadamente, à parte, nos subitens a seguir.

1.3.1 A perspectiva autonomista

A perspectiva autonomista, além de lente de análise, foi aqui entendida como meio para alcançar um projeto político-social que tenha como horizonte propósitos emancipatórios, de transformação social e alteração no status quo (reflexo do sistema de produção capitalista).

Autonomia vem do grego *autós*, próprio, e *nómos*, lei, significando dar a si mesmo a sua própria lei, ou regra. Segundo a abordagem autonomista trazida por Marcelo Lopes de Souza, a autonomia pode se dar coletivamente, por meio do "consciente e explícito autogoverno de uma

[11] Cf. SCHMID, 2012.
[12] Cf.: (1) BALTAZAR; KAPP, 2007; (2) KAPP; BALTAZAR, 2004; (3) KAPP; BALTAZAR, 2012; (4) KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2008; (5) KAPP *et al*., 2012; dentre outros.

determinada coletividade", ou individualmente, expressa como a "capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, *com responsabilidade e com conhecimento de causa*" (SOUZA, 2010, p. 174, grifo meu). Seu oposto correspondente é a *heteronomia*, a imposição de uma "lei" externa, de fora para dentro ou de cima para baixo, sendo o Estado, por exemplo, uma estrutura heterônoma por natureza (SOUZA, 2010, p. 174).

A origem do pensamento autonomista de Souza remonta a Cornelius Castoriadis, crítico do marxismo e da democracia representativa – caracterizada por uma minoria de dirigentes (governantes ou poderosos) e uma maioria de dirigidos (o povo). Para Castoriadis uma sociedade é autônoma quando a separação entre dirigentes e dirigidos é abolida, e seus cidadãos compõem uma esfera pública que atua consciente, responsável e participativamente (SOUZA, 2010, p. 175).

Conforme a abordagem autonomista trazida por Souza para o planejamento e a gestão urbanos, embora o Estado (usualmente o principal ator) corresponda a uma instituição heterônoma – caracterizada, conforme o rigor radical de Castoriadis, pela separação entre dirigentes e dirigidos –, ele pode e deve estabelecer políticas que aumentem o grau de autonomia dos seus dirigidos. Ainda que tais políticas, uma vez inseridas em modelos civilizatórios capitalistas, acabem sendo sempre insuficientes. Sob a ótica autonomista, para além de quem planeja e como se planeja, Souza (2010, p. 178) defende que o que deve ser planejado não é o substrato espacial, mas, sobretudo, relações sociais. Reforça-se aqui, todavia, que mais assertivo do que "planejar relações sociais" seria planejar espaços abertos para que essas aconteçam livremente, sem prescrição.[13]

Ainda de acordo com Souza (2010, p. 175-176), a *autonomia* deve ser a baliza – o princípio e o parâmetro – para a avaliação de processos e para estratégias de mudança sócio-espacial, tanto individual quanto coletivamente. Ela representa, portanto, um projeto político-social que deve ser perseguido e que em tese deve ser radical – pois seria a única forma de lograr alguma eficácia em meio ao conformismo generalizado contemporâneo. A autonomia plena não chegará nunca a ser alcançada, mas mais que uma mera utopia, ela é como um horizonte que indica uma direção, e "não uma trajetória predeterminada e muito menos uma imagem congelada" (SOUZA, 2010, p. 185). É, sobretudo, um projeto político construível, passível

[13] BALTAZAR, Ana Paula. Reflexão dirigida à autora em 23 dez. 2017.

sempre de ser reconstruído, aprimorado ou renovado (SOUZA, 2010, p. 188).

Nesse sentido, Souza (2010, p. 177) reconhece que o planejamento e a gestão urbanos devem trabalhar com vistas a alcançar "pequenos ganhos de autonomia".

> [...] é necessário fazer esse projeto político-social mais 'operacional', com propósitos de ação *hit et nunc* [aqui e agora] – por exemplo, visando firmar um compromisso entre, de um lado, um *nível bem ambicioso de pensamento e de ação* (dimensão 'utópica', 'horizonte radical'), e, de outro lado, *vitórias táticas mais ou menos modestas aqui e agora* (ganhos táticos locais em termos de redução da heteronomia, que podem ter importantes efeitos político-pedagógicos cumulativos ao longo do tempo). (SOUZA, 2006, p. 330, tradução minha)[14]

Os moradores das favelas, por construírem seus espaços à margem das determinações e normativas legais da cidade formal, acabam por agir de modo mais autônomo – ainda que essa autonomia seja por necessidade e não por escolha, uma vez que ainda lhes falta "conhecimento de causa" para tomarem suas decisões conscientemente. Conforme exposto por Blank (1979, p. 122), "a população favelada vem desenvolvendo, a seu modo, técnicas específicas para a resolução de seus problemas, porém os nossos valores e preconceitos de técnicos impossibilitam a aceitação dessa tecnologia como a apropriada para a realidade existente". A verdade, como já dito, é que a produção do espaço informal está intimamente ligada ao modo de produção capitalista, e os planos (urbanos) e suas propostas de intervenção não alcançam questioná-lo. O Estado atuaria como se fosse um terceiro poder, equilibrando as forças entre a massa operária e o capital. Não obstante, apesar do discurso oficial de que opera em prol da qualidade de vida da população, age mantendo o status quo e reproduzindo o modo de produção capitalista (BALTAZAR *et al.*, 2017, p. 5-6).

Assim, as decisões que se refletem sobre o espaço são heteronomamente *concebidas*, sendo impostas pelo Poder Público. E isso, com o consentimento dos técnicos planejadores, cuja atuação, pretensamente neutra e imparcial durante os processos, deveria considerar os "saberes locais", o espaço *vivido*, entendendo aqueles que formam esse espaço, e não quem o planeja, como os melhores juízes a julgar suas causas, resguardando-lhes o direito de falhar em liberdade (SOUZA, 2010, p. 180).

---

[14] No original: "[…] it is necessary to make this politico-social project more 'operational' for purposes of action *hic et nunc*—for instance, by means of finding a compromise between, on the one hand, a *very ambitious level of thought and action* ('utopian' dimension, 'radical horizon'), and m*ore or less modest tactical victories here and now* (tactical, local gains in terms of reduction of heteronomy which can have important politico-pedagogical cumulative effects in the long run) on the other hand".

As perspectivas lançadas repousam então sobre um projeto político-social autonomista construível, baseado em "pequenos ganhos de autonomia" no sentido de "orientar a população a agir autonomamente". Trata-se de "resistir ao capitalismo dentro do capitalismo, estabelecendo relações autônomas de produção do espaço, que sirvam não ao capital (valor de troca), mas ao uso" (BALTAZAR, 2009, n.p., tradução minha)[15], colaborando para um planejamento crítico "não-arrogante", que não desconsidere os "saberes locais" e os "mundos da vida" (SOUZA, 2010, p. 180). Um planejamento que não considere, portanto, apenas objetos, o espaço físico, mas que considere as pessoas e as relações sócio-espaciais que são por elas cotidianamente *vividas no espaço* (BALTAZAR, 2018)[16].

1.3.2 O espaço socialmente construído nas favelas e a ênfase às práticas e vivência do espaço

A importância de se compreender as relações sociais como constitutivas do espaço pode ser dada a partir da abordagem de Soja. Segundo o autor:

> [...] a produção da espacialidade, em conjunto com a construção da história, pode ser descrita como o meio e o resultado, a pressuposição e a encarnação da ação e do relacionamento sociais, da própria sociedade. As estruturas sociais e espaciais estão dialeticamente entrelaçadas na vida social, e não apenas mapeadas uma na outra como projeções categóricas. E dessa ligação vital provém a pedra angular teórica da interpretação materialista da espacialidade, *o reconhecimento de que a vida social é materialmente constituída em sua geografia histórica, de que as estruturas e relações espaciais são as manifestações concretas das estruturas e relações sociais que evoluem no tempo*, seja qual for o modo de produção. (SOJA, 1993, p. 155-156, grifo meu)

A origem desse pensamento, no entanto, vem de Lefebvre, o primeiro a reconceituar a espacialidade da vida social (SOJA, 1993, p. 156). Segundo ele, "as relações sociais de produção só têm existência social na medida em que existam espacialmente; elas [...] inscrevem-se num espaço enquanto o produzem" (LEFEBVRE, 1974, p. 152-153 apud SOJA, 1993, p. 156).

Segundo Christian Schmid (2012), a teoria da produção do espaço lefebvriana é inovadora e de grande importância, para além da geografia, para as ciências sociais. "Sua significância reside especialmente no fato de que integra sistematicamente as categorias de cidade e espaço em uma

---

[15] Subsessão 1.4 - '*Participation aimed at finished architectural products or instead at a greater autonomy for users*', não paginado. No original: "[…] resisting capitalism within capitalism by establishing autonomous relations of production of space to serve not capital (exchange value) but use value."

[16] BALTAZAR, Ana Paula. E-mail enviado à autora. 20 nov. 2018.

única e abrangente teoria social, permitindo a compreensão e a análise dos processos espaciais em diferentes níveis" (SCHMID, 2012, n.p.).

O pensamento de Lefebvre, de acordo com Schmid, recebeu influências tanto da teoria da linguagem baseada em Nietzsche como da fenomenologia francesa, cuja compreensão se faz importante para entender sua abordagem. "Assim, Lefebvre [desenvolveu] uma figura tridimensional da realidade social" (SCHMID, 2012, n.p.) que define que o espaço é socialmente produzido em três dimensões (ou momentos). Primeiramente, com base na abordagem linguística, ele define a tríade: (1) *prática espacial*, a dimensão material da interação social, ou, em termos concretos, as redes de interação da vida cotidiana; (2) *representação do espaço*, a definição do espaço dada a partir de sua representação, emergindo ao nível do discurso, da fala, de descrições, teorias e expressa também por imagens, mapas ou fotos; e (3) *espaços de representação*, a dimensão simbólica do espaço, que não se refere ao espaço (material) em si, mas ao processo de significação que se conecta ao que é material.

Analisando o espaço social a partir dessas dimensões, tem-se, primeiramente, a "dimensão da prática espacial como uma [...] rede de atividades ou interações interligadas, as quais [...] residem sobre uma base material determinada (morfologia, ambiente construído)". Na segunda análise, entende-se que a prática espacial pode ser co-determinada pela representação do espaço, na medida que sua descrição (representação) demarca o espaço onde ela se daria e orienta espacialmente a interação social, ou a atividade que se dará dentro desse espaço. E, na terceira análise, a "ordem material" (do espaço) invoca simbolismos que, por sua vez, expressam normas, valores e experiências sociais (SCHMID, 2012, n.p.).

Contudo, segundo elucidado por Schmid (2012, n.p.), a teoria da produção do espaço "dá um passo decisivo adiante da teoria da linguagem tridimensional", com conceitos que derivam da fenomenologia francesa, na medida em que Lefebvre compreende "a materialidade da prática social e o papel central do corpo humano". Nesse sentido, sua abordagem fenomenológica seria materialista, uma vez que ele associa a percepção – conceito central da fenomenologia – à prática espacial, "para mostrar que a percepção não acontece apenas na mente mas se baseia numa materialidade concreta e produzida" (LEFEBVRE, 1991, p. 113 apud SCHMID, 2012, n.p.). Assim, Lefebvre parte para um segundo conjunto de conceitos, de espaço *percebido*, *concebido* e *vivido*, os quais ele correlaciona ao primeiro conjunto. Ele define:

(1) espaço *percebido*, como aquele materializado ou concretizado espacialmente que é percebido, ou apreendido, por meio dos sentidos, o qual ele correlaciona à *prática espacial*,

uma vez que o espaço só é percebido na medida em que se dá materialmente;

(2) espaço *concebido*, aquele que se dá em pensamento, antes que o espaço possa ser percebido, e que está ligado à produção de conhecimento, e, por isso, relacionado pelo autor à *representação do espaço*, em suas distintas formas de expressão, linguagem, abstração; e

(3) espaço *vivido*, a experiência vivida do espaço, que não se deixa exaurir por análises teóricas, restando sempre um "remanescente, o indizível, o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo" (SCHMID, 2012, n.p.), e que, por sua simbologia e experiência (não materializada, embora associada ao que é material), se correlaciona ao *espaço de representação*.

Aplicando essa abordagem fenomenológica "materialista" à produção do espaço, conforme demonstrado por Schmid (2012, n.p.), conclui-se que o "espaço social inclui não somente a materialidade concreta [percebida] mas um conceito pensado [concebido] e sentido [vivido]". Schmid enfatiza que a materialidade "não possui existência", não pode ser vista (percebida) sem o pensamento que a expressa e representa e sem "o elemento da experiência vivida, os sentimentos que são investidos" nessa materialidade.

> O núcleo da teoria da produção do espaço identifica três momentos da produção: primeiro, a produção material; segundo, a produção de conhecimento; e, terceiro, a produção de significados. Isso torna claro que o foco da teoria de Lefebvre não é o "espaço em si mesmo", nem mesmo o ordenamento dos objetos e artefatos (materiais) "no espaço". O espaço é para ser entendido em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. O objeto da análise é, consequentemente, o processo ativo de produção que acontece no tempo. (SCHMID, 2012, n.p.)

O ponto-chave desse pensamento lefebvriano, captado por Schmid (e não tanto por Soja), é que não são três espaços distintos. Eles devem ser entendidos como fundamentalmente de igual valor e somente da interação dos três é que o espaço emerge. "O espaço é, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido. [...] O espaço é inacabado, assim, ele é continuamente produzido e isso está sempre ligado com o tempo" (SCHMID, 2012, n.p.).

Contudo, o arquiteto, assim como o Estado e outras forças de dominação na sociedade,[17] tem concebido, produzido e reproduzido espaços na cidade atribuindo valor simbólico e econômico à "obra arquitetônica". E são esses espaços que se tornam objeto da historiografia oficial da

[17] Cf. FERRO, Sérgio. Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: CosacNaify, 2006.

arquitetura e do urbanismo. Uma vez que a *concepção do espaço* se correlaciona aos campos de conhecimento técnico – às disciplinas que pretendem *representar o espaço*, tais como arquitetura, planejamento urbano, geografia e outras –, acaba muitas vezes correspondendo (e conformando) espaços de dominação, regulação e controle. Por isso mesmo, essa é também delineada como a dimensão de "poder concreto" ou "poder divino" (SCHMID, 2012).

Assim, enquanto os técnicos se preocupam com a representação do espaço (concebendo e regulando sobretudo a cidade formal), outra história acontece paralelamente no espaço e no cotidiano das cidades, anônima e construída a muitas mãos, que ressalta o uso, a vivência e a experiência sócio-espacial e que subverte a ordem hegemônica, conformando uma realidade sócio-espacial que não se enquadra às regras e padrões pré-concebidos da cidade formal. A favela é um desses espaços. Para além de valores estéticos e espaços prescritivos predefinidos, que estabelecem o uso (e a forma que esse se dará) dentro ou fora dos espaços, a favela, sem regulação e sem *controle*, alinha-se mais, em certa medida, ao planejamento e à produção de espaços abertos à experiência e à interação com aqueles que o formam. Ainda que produzida sob a lógica, e como reflexo, da produção capitalista, se dá de forma mais aberta, sendo intuitiva e simultaneamente concebida, construída e usada: expressão das relações de vivência cotidianas, experimentadas e continuamente transformadas por seus usuários.

A questão que aqui se levanta, a partir da produção arquitetônica e planejamento urbano convencionais, é o predomínio da abstração da *concepção do espaço* em detrimento das *práticas espaciais* e da *vivência do espaço*, que, como dito, são as dimensões que se evidenciam na cidade informal. Não estamos discutindo, com base na tríade lefebvriana, a concepção do espaço enquanto ferramenta (de planejamento, por exemplo). Mas, sim, a abstração da concepção e a dominação que o instrumento técnico pode exercer sobre a maioria das pessoas (não enquadradas nos campos de conhecimento correlatos). Nesse sentido, a pesquisa por mim realizada buscou evitar essa lógica (ainda que como tentativa), e enfocar o espaço vivido, bem como as práticas espaciais, considerando sobretudo a percepção dos sujeitos da pesquisa (os moradores), e não vinculando essa percepção à necessidade de que um novo espaço fosse tecnicamente concebido. Ou seja, durante toda pesquisa busquei, com base em Lefebvre, não enfocar "o espaço em si mesmo", mas a "intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente", e enquanto arquiteta, me desprender da lógica propositiva usual (que prioriza o espaço físico e não as relações sócio-espaciais) e manter o processo aberto a possibilidades que surgissem a partir das práticas e vivências dos próprios moradores.

1.3.3 A favela e sua produção arquitetônica

A cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, foi planejada sem prever espaço para o assentamento das famílias de baixa renda (originalmente, os trabalhadores que vieram de outras cidades para trabalhar na construção da capital). Foi "um modelo de exclusão imposto pelo projeto do espaço" (BALTAZAR; KAPP, 2007, p. 2, tradução minha)[18].

O processo usual de formação das favelas se dá por meio da apropriação, por parte desses excluídos, de áreas (periféricas ou não) onde a terra é mais barata, onde a ocupação originalmente não estava prevista por tratarem-se de áreas ambientalmente frágeis e/ou com algum impedimento legal à ocupação[19]. Trata-se, portanto, de uma resposta de inclusão na cidade dos que foram excluídos da cidade planejada: "Essa apropriação ilegal é na maioria dos casos consequência da pobreza, mas sua causa principal se refere a uma tentativa de incluir os excluídos" (BALTAZAR; KAPP, 2007, p. 2, tradução minha)[20]. Assim conforma-se a cidade informal, de ocupação desordenada[21], que dá solução à demanda por moradia das camadas da população de mais baixa renda. Como expresso por John Turner (1968), a favela não é *problema*, mas *solução* na maioria das cidades brasileiras.

Esses processos de segregação espacial, como já apontados, são reflexos do próprio modo de produção capitalista. Conforme defendido por Ernest Mandel, e traduzido por Soja, a existência do capitalismo pressupõe a manutenção de um "desenvolvimento geograficamente desigual", ou seja, a sobrevivência do capitalismo e a espacialidade por ele produzida dependem da coexistência de espaços super e subdesenvolvidos, sendo então as desigualdades espaciais condições para sua sobrevivência (SOJA, 1993, p. 127-132). Parafraseando Lefebvre, não podemos calcular a que preço o capitalismo logrou alcançar crescimento, mas "sabemos por qual meio: ocupando o espaço, produzindo um espaço" (LEFEBVRE, 1976, p. 21 apud SOJA, 1993, p. 114).

---

[18] No original: "[…] a model of exclusion imposed by spatial design."
[19] Exemplos de áreas com essas fragilidades, que podem ou não implicar impedimentos legais à ocupação, são, dentre outras: encostas íngremes e topos de morros; fundos de vales; áreas alagadiças ou inundáveis; ao longo de cursos d'água, de linhas naturais de drenagem ou de faixas de servidão e/ou de segurança de linhas de transmissão de energia, rodovias, ferrovias, gasodutos ou oleodutos.
[20] No original: "This illegal appropriation is in most cases consequence of poverty, but its main cause refers to an attempt to include the excluded."
[21] Desordenada no sentido de terem sido ocupadas sem um planejamento prévio (sem uma planta de referência) que estabeleça a divisão física do espaço em áreas públicas (verdes e/ou institucionais, de vias, praças etc.) e privadas (quadras e lotes), processo convencional de parcelamento do solo.

O espaço-favela – aquele ocupado desordenadamente por famílias de baixa renda que não têm acesso ao mercado imobiliário formal, pela impossibilidade financeira de adquirir um imóvel próprio ou arcar com um aluguel –, conforma espaços habitados autoproduzidos com características muito particulares e muito distintas da produção sócio-espacial tradicional da cidade formal. Em grande parte, são espaços também sujeitos a situações de precariedades sociais e urbanístico-ambientais.

Ressalta-se, todavia, que apesar da existência de precariedades de várias naturezas, as favelas também trazem em si uma riqueza de experiências e interações sociais que, como abordados a seguir, resultam de processos mais autônomos se comparados aos da produção formal do espaço nas cidades. E entender essa produção é premente.

Para conformar o que é favela, além de compreender o processo de formação desses espaços de exclusão na cidade e a "apropriação ilegal" do solo feita por aqueles que não têm acesso à cidade dita legal, é preciso também reconhecer a *produção arquitetônica* realizada na favela. Essa também está à margem da legalidade, uma vez que não segue as normas previstas em regulações urbanísticas. Fora dos padrões formais da produção arquitetônica entendida como 'legítima', em que são mediadas por arquitetos e outros profissionais diplomados as etapas de levantamento de demandas, elaboração de projeto, construção e uso, a produção do espaço das favelas, conforme abordado por Kapp e Baltazar (2004), é tratada como "ruído do sistema", uma vez que o projeto da edificação, e seu uso, frequentemente se dão concomitantemente à sua construção. Assim, sua "adjetivação vai do antieconômico ao informal ou ilegal, e de seu resultado se diz que 'não é arquitetura'" (Kapp; Baltazar, 2004, n.p.).

Para possibilitar a compreensão do espaço-favela também como espaço de produção arquitetônica, é importante então apresentar o conceito entendido pelo MOM[22] de que arquitetura é todo espaço transformado pelo trabalho. Esse, por sua vez, quando feito livremente, define o que é arte: "portanto, nada nos autoriza a comparar diretamente a arquitetura formal usual [que, via de regra, é prescritiva] com arte" (BALTAZAR; KAPP, 2007, p. 8, tradução minha)[23]. A arte, assim entendida, assemelhar-se-ia muito mais à produção livre e não prescritiva do espaço nas favelas, do que à produção arquitetônica tradicionalmente

---

[22] Morar de Outras Maneiras, "grupo de pesquisa do CNPq, criado em 2004, sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG". Cf. Sítio web MOM. Disponível em: <www.arq.ufmg.br>. Acesso em: out. 2018.

[23] No original: "Therefore, nothing allows us to directly compare usual formal architecture to art."

reconhecida. A produção arquitetônica das favelas "ainda que não totalmente livre [...] aproxima-se mais do trabalho livre e emancipado que qualquer outra" (BALTAZAR; KAPP, 2007, p. 8-9, tradução minha)[24].

O espaço produzido nas favelas é, via de regra, autoconstruído e (a depender do grau de precariedades físico-ambientais e urbanísticas nele existentes) cotidiana e coletivamente mantido, mediante o esforço de seus moradores. Com o tempo, o espaço-favela tende a ir se transformando e se consolidando. O termo *consolidação*, recorrentemente utilizado entre arquitetos, urbanistas, engenheiros e técnicos da administração pública que lidam com favelas, conforme argumentado por Cavalcanti (2009), não chega a constituir conceito. Contudo, o grau de consolidação é o que distingue, "do ponto de vista do planejamento e da governança urbanos, favelas já estabelecidas e bem equipadas em termos de infraestrutura, de favelas mais recentes e outros modos de produção de moradia de baixa renda" (CAVALCANTI, 2009, p. 70).

Assim, o processo de consolidação pelo qual as favelas tendem a passar está relacionado às transformações que vão sendo feitas constantemente nesse espaço. Primeiramente, como dito, mediante a iniciativa e o esforço dos próprios moradores (por exemplo, em processos de autoconstrução e/ou mutirão), e, posteriormente, por meio de intervenções realizadas por agentes externos, como Prefeitura ou Copasa, muitas vezes reflexo de lutas dos moradores[25]. E são essas intervenções as que mais podem impactar o espaço das favelas, tanto fisicamente (pavimentação de vias, implantação de redes públicas de saneamento ou de eletricidade etc.), como também, e principalmente, em função de transformações nas relações sócio-espaciais decorrentes delas. A tendência é que os moradores deixem de se sentir responsáveis pelo cuidado cotidiano com os espaços comuns e passem a atribuí-lo ao Poder Público (com isso, por exemplo, becos que antes eram mantidos limpos pelos moradores, podem vir a apresentar acúmulo de lixo quando esses atribuem a responsabilidade da manutenção de tudo que é público ao Poder Público, perdendo de vista o que era antes percebido como de responsabilidade coletiva).

Nesse processo de consolidação, não só o ambiente "externo" vai sendo transformado, como também as casas: mudam-se os materiais construtivos e elementos de vedação (por exemplo, a

---

[24] No original: "[…] although not actually free, such production is closer to free or emancipated work than any other."

[25] As intervenções realizadas por meio do Orçamento Participativo (OP) são um exemplo de conquista muitas vezes de grupos organizados de bairros em busca de melhorias urbanísticas (pavimentação de vias ou implantação de redes sanitárias, por exemplo).

casa ora de estuque, ou de latão, passa a ser feita de alvenaria de tijolos), revestimentos são aplicados às fachadas externas das casas (reboco, pintura, azulejos etc.). Segundo Cavalcanti:

> A transformação produz uma temporalidade particular – uma que abre a promessa de um futuro melhor – em parte devido à própria experiência de *acúmulo de capital na forma de uma casa que participa de um mercado imobiliário dinâmico e cuja tendência é a valorização* [...]. (CAVALCANTI, 2009, p. 78, grifo meu)

A ocupação irregular, assim, se insere, produz e é produzida por um mercado informal ativo e dinâmico.

> [...] poderíamos multiplicar os exemplos [...] e [...] apreender os perfis de um mundo urbano alterado e redefinido pelas formas contemporâneas de produção e circulação de riquezas, que ativam os diversos circuitos da dita economia informal, que mobilizam o "trabalho sem forma", para usar a expressão de Chico de Oliveira, e *se processam nas fronteiras incertas do informal, do ilegal e também do ilícito*. (TELLES, 2009, p. 156, grifo meu)

Essa produção do espaço das favelas, no entanto, é pautada pelo valor de uso, para além do valor de mercadoria. Ou seja, ainda que os imóveis tenham valor de troca, uma vez que participam do mercado, o que prevalece é o valor de uso: mesmo diante do que é investido pelos moradores nessas transformações constantes. A casa vai sendo construída conforme as demandas contingenciais e o dinheiro disponível no momento para ser investido nela, sem pensar nela primeira e exclusivamente como investimento de troca. E não estamos aqui nos referindo apenas a investimentos financeiros, mas especialmente de trabalho e de tempo. Conforme abordado por Baltazar e Kapp (2007), a questão financeira não é um fator de grande relevância nos processos de autoconstrução.

Foto 1. Comércio informal de imóveis dentro do AA

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

> [...] essa produção não está sequer diretamente ligada a restrições financeiras. Certamente, as pessoas compram o que podem, e isso não é muito. Mas, uma vez que tenham conseguido os meios para construir (um pedaço de terra e os materiais de construção, improvisados ou convencionais), as equações financeiras parecem perder importância. Das pessoas com quem conversamos [durante pesquisa realizada], nenhuma mantem registros de seus gastos ou pensa em 'racionalizar' a construção. Quando não há qualquer plano ou projeto, é apenas uma vaga indicação [ideia] que vai sendo configurada concretamente durante o processo de construção. Autoconstrutores e autoprodutores não parecem preocupar-se em desfazer o que estava feito ou reconfigurar o objeto desejado. Em outras palavras, *eles não hesitam em experimentar*. (BALTAZAR; KAPP, 2007, p. 12, tradução minha, grifo meu)[26]

Os moradores, com frequência, estabelecem-se em suas moradias por décadas, as ampliam e reconstroem seus usos para além do residencial (por meio de atividades comerciais ou de serviços, por exemplo, como forma de complementação de renda), e criam laços de vizinhança (de vida) com o espaço socialmente construído do entorno. "Casa na favela nunca fica pronta"[27], pois tanto a "casa na favela" como a própria favela conformam espaços de transformações constantes. Transformações que são decididas e executadas por seus próprios moradores.

> [...] a maioria dos moradores não apenas tem suas casas sendo constantemente construídas, como também a expansão delas continua sendo feita por eles de acordo com suas necessidades. E essa é a razão pela qual os moradores estão sempre negociando o espaço público com seus vizinhos. (BALTAZAR; KAPP, 2007, p. 5, tradução minha)[28]

Enquanto fruto de negociações, o espaço coletivo é assim também palco de conflitos, de *dissenso*, que, segundo Rancière, é importante para a constituição de sujeitos políticos. Mais do que valorizar o conflito ou a diferença, o dissenso representa a própria política (RANCIÈRE, 1996 apud ASSIS, 2015).

Outras análises do espaço-favela podem ser feitas à luz da perspectiva autonomista e a partir da compreensão do espaço como formador e como resultado das relações sociais que nele se

---

[26] No original: "[…] this production is not even directed immediately by financial restrictions. Certainly, people buy what they can, and this is not much. But once they have acquired their means for building (a piece of land and the conventional or improvised construction materials), the financial equations seem to lose importance. Of the people we talked to, none of them keeps register of their expenses or thinks about 'rationalising' construction. When there is any plan or design, it is only a vague indication that will be configured concretely throughout the building process. Self-builders and self-producers do not seem to hesitate undoing what was done or reconfiguring the intended object. In other words, they do not hesitate to experiment."

[27] Frase dita à pesquisadora Mariana Cavalcanti por um morador da favela Bela Vista no Rio de Janeiro/RJ, em pesquisa empírica por ela realizada. Cf. CAVALCANTI, 2009, p. 72.

[28] No original: "[…] most dwellers not only have their houses constantly being built but also that they keep expanding their houses according to their needs. And that it is the reason they are constantly negotiating the public space with their neighbours".

inscrevem, e ainda por meio do enfoque no *espaço vivido*, da tríade lefebvriana (em contraposição à usual predominância do *espaço concebido*). Nesse sentido, outro exemplo de análise possível no espaço-favela é a observância das variadas formas de uso existentes, sem distinção clara entre o que é propriamente público ou privado. As crianças brincam nas ruas, onde também são estendidos varais para secar as roupas e onde grupos de vizinhos se ajuntam para conversar; o espaço delimitado para o uso especificamente familiar (privado) é negociado e também se transforma, ampliando-se ou sendo reduzido ao longo do tempo.

A hipótese aqui considerada é de que a autoconstrução nas favelas se dá usualmente por meio de processos simultâneos de tomada de decisões e de ganho de conhecimento, articulando poderes (relações e forças produtivas) à construção de fato (BALTAZAR; KAPP, 2007, p. 1).

> A produção do espaço nas favelas difere [da produção arquitetônica formal] de muitas maneiras. *Ela não deve ser vista sob uma perspectiva romantizada, como se fosse realmente livre. Na verdade, esse espaço é criado pela necessidade e não por escolha*; ele envolve valor de troca e um mercado peculiar, e quase todos os seus materiais, técnicas e padrões fazem nada mais do que imitar as práticas formais. No entanto, *há certo grau de autonomia individual e coletiva nas favelas, que não existe na cidade formal*. Tal autonomia, que não é nada mais do que consequência da posição marginal [das favelas] no sistema econômico, significa que a divisão entre trabalho intelectual e trabalho material não prevalece lá. *As pessoas que concebem os espaços são as mesmas que o constroem e, em geral, as mesmas que o usam.* O trabalho intelectual da concepção e o trabalho manual da execução, não se separam. (BALTAZAR; KAPP, 2007, p. 12, tradução minha, grifo meu)[29]

As autoras concluem o pensamento dizendo que a produção usual nas favelas não é direcionada de "fora para dentro", ou seja, não é heteronomamente definida.[30]

Em contraposição, temos a produção arquitetônica formal, que é marcada pela distinção entre trabalho intelectual (de concepção) e trabalho manual (de execução), com etapas bem definidas e realizadas em momentos distintos: levantamento de demandas, projeto, construção e uso. Assim, podemos concluir que esse modo de produção do espaço "*inviabiliza uma ação direta dos participantes no espaço, pois toma a arquitetura por produto e antevê todas as etapas de*

---

[29] No original: "The production of spaces in 'favelas' differs from this pattern in many ways. It should not be seen in a romantic perspective, as if it were still really free. In fact, this space is created out of necessity and not by choice; it involves value exchange and a peculiar market, and almost all its materials, techniques and patterns do no more than imitate the formal practises. Nevertheless, there is a kind of autonomy of individuals and groups in 'favelas' that does not exist in the formal city. Such autonomy, which is nothing more than a consequence of a marginal position in the economic system, means that the division between intellectual work and material work does not prevail there. People who conceive spaces are the same ones who build them and, in general, also the ones who use them. Intellectual work of conception and manual work of execution are not separated."

[30] No original: "The production is not directed from the outside."

sua consecução" (BALTAZAR; KAPP, 2006, p. 96, grifo meu). As transformações constantes na casa, e no ambiente construído da favela como um todo, revelam que o grau de autonomia, experiência e liberdade exercido na favela é maior que o praticado na cidade formal (ainda que essas não sejam completas, ou "realmente livres", e sim fruto da necessidade).

Ademais, ressalta-se que a prática arquitetônica no Brasil ainda é bastante influenciada pelo movimento moderno. Como exposto por Kapp e Baltazar (2012, p. 3), de acordo com o urbanismo modernista de Le Corbusier, a vida social poderia ser determinada pelo ambiente físico. Esse, por sua vez, seria determinado pelos conceitos normativos definidos pelos planejadores, e implementado por meio de forte regulação estatal. Conforme ressaltado pelas autoras, em processos de produção do espaço, essa interpretação exclui a possibilidade da tomada de decisão por qualquer outro senão o próprio especialista (arquiteto-planejador). Em outras palavras, ficam assim tolhidas quaisquer possibilidades de atuação autônoma dos indivíduos na produção do espaço, uma vez que essa deveria ser sempre mediada por um arquiteto.

> [Em relação ao papel dos arquitetos] Se de um lado eles não estão presentes na produção espontânea das favelas, de outro, eles estão impondo a lógica corporativa formal quando são chamados a atuar em intervenções institucionais. Talvez devêssemos rever essa participação. *Ao invés de reproduzir nas favelas a produção arquitetônica baseada na autoria* [do arquiteto]*, os arquitetos deveriam respeitar os processos auto-organizados de negociações* [do espaço], *trabalhar juntamente com as comunidades para aumentar seu conhecimento acerca dos componentes e processos de construção e criar instrumentos para capacitar as pessoas a experimentarem os espaços antes de o construírem de fato.* Em outras palavras, eles podem aprender com as favelas e aprimorar suas práticas ao invés de impô-las sobre as favelas. (BALTAZAR; KAPP, 2007, p. 8, tradução minha, grifo meu).[31]

Tomando emprestada a expressão anteriormente citada de Baltazar e Kapp, "portanto, nada nos autoriza" a excluir ou rechaçar a produção usual do espaço nas favelas, que se dá conforme uma lógica distinta à da produção arquitetônica formal. Não obstante, isso é recorrentemente feito, por exemplo, nas intervenções de urbanização heteronomamente realizadas pelo Poder Público.

---

[31] No original: "These two examples raise an important question regarding the role of architects. If on the one side they are not present in the spontaneous production of 'favelas', on the other side they are imposing the formal and corporate logic when they are called in by institutional interventions. Perhaps we should review this participation. Instead of reproducing in 'favelas' the architectural production based on authorship, architects should respect the self-organised processes of negotiation, work together with the communities to improve their knowledge regarding building components and processes, and create instruments to enable people to experiment spaces before actually building. In other words they can learn from 'favelas' and improve their practices instead of imposing their practices on 'favelas'."

Na direção oposta a tais práticas, essa dissertação reconhece a presença de pontos positivos na lógica de produção do espaço nas favelas e considera que eles poderiam e deveriam ser reforçados e replicados não só dentro das próprias favelas como também (e por que não?) levados à prática arquitetônica no restante da cidade dita formal.

Nesse sentido, no próximo capítulo busquei considerar o Alto das Antenas mais do que um espaço físico, mas, sobretudo, como um espaço social e vivo, cotidianamente construído e produzido pelas relações e interações entre seus moradores com e no espaço. Assim, para além de análises físicas e técnicas acerca desse espaço, busquei conhecer as percepções dos agentes que nele atuam e principalmente de seus moradores.

2 O OBJETO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

> Resta escrever toda uma história dos espaços – que seria, ao mesmo tempo, a história dos poderes (os dois termos no plural) –, desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat [...].
>
> (Michel Foucault, 1980, p. 149)

Este capítulo apresenta o objeto e os sujeitos da pesquisa que deu origem a esta dissertação. O *objeto* é uma favela no Bairro Bonsucesso, na Regional Barreiro, em Belo Horizonte/MG, denominada Alto das Antenas, que, embora já exista há mais de vinte anos, ainda não se encontra consolidada. Os *sujeitos* são os moradores dessa favela, aqueles que a formam e em função dos quais ela existe.

O conteúdo deste capítulo foi subdividido, tendo em vista organizar as informações pesquisadas e as análises feitas. Primeiramente, está apresentada a metodologia específica de pesquisa adotada para a fase de compreensão do "objeto e sujeitos da pesquisa". O segundo subcapítulo apresenta o referencial teórico-conceitual considerado para a construção das análises apresentadas na sequência. O terceiro, apresenta e caracteriza o objeto de pesquisa, a partir de pesquisa documental e análises técnicas e de campo. O quarto e quinto subcapítulos expõem o que estou aqui chamando de "olhares" para o Alto das Antenas: primeiramente, o *olhar institucional*, daqueles que atuam no território, tendo sido construído de modo a apontar os pontos de vista e "fatos" relatados por agentes institucionais consultados. Podemos dizer que seria "um lado da história". Já o quinto subcapítulo apresenta o que podemos chamar de "outro lado da história", o *olhar de quem vive*: a construção do que é esse lugar a partir dos relatos e da percepção de seus moradores.

Embora se reconheça que qualquer história é feita por vários atores, agentes, tempos, realidades, vivências e pontos de vista, optou-se aqui por tomar e revelar a versão desses dois "lados" – o dos agentes institucionais atuantes nesse espaço e, sobretudo, o de seus moradores – reconhecendo-se também que essa construção se deu através da minha lente de pesquisadora e arquiteta. Portanto, inclui as minhas próprias percepções, vivências e experiências, além da bagagem acadêmica e profissional que carrego. O sexto e último subcapítulo traz as reflexões acerca das percepções (dos olhares) sobre esse espaço e seus moradores, que foram consideradas na abordagem da pesquisa-ação realizada (e apresentada no Capítulo 3).

2.1 Metodologia específica adotada

Para o que se pretende e se propõe nesta dissertação, tomando emprestadas as palavras de Maricato (2000, p. 180), seria "inaceitável [...] tomar os moradores como objeto e não como sujeitos". De acordo com Thiollent (1985, p. 16), "o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social [aqui complementada e interpretada como situação *sócio-espacial*] e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação". Os "investigados" não são meros informantes, mas desempenham um papel ativo e têm algo efetivamente "a dizer e a fazer" junto ao pesquisador (THIOLLENT, 1985, p. 16 e 98). Além dessas ideias, o pensamento de Freire (1983) também influenciou na compreensão dos moradores como sujeitos da pesquisa. Segundo o autor "conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. *E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer*" (FREIRE, 1983, p. 16, grifo meu).

Como forma de apresentar esse objeto e esses sujeitos da pesquisa, optei por fazer uma construção histórica sócio-espacializada da favela oficialmente conhecida como Alto das Antenas (os outros nomes pelos quais ela é também reconhecida serão posteriormente apresentados) permeada pela *resistência* de seus moradores. Não se trata, portanto, apenas da história de um espaço – como se o espaço pudesse ser entendido como algo estático e apenas fisicamente passível de ser mapeado –, mas de um *espaço-habitado*, socialmente construído por pessoas e pelas interações que essas estabelecem nele.

É importante destacar que essa história não é composta por fatos, mas sim pelas interpretações que pude fazer dos relatos obtidos durante os meses de pesquisa de campo e coleta de dados, em que entrevistei moradores (novos e antigos) e órgãos e agentes institucionais que atuam no território ou têm alguma relação com ele. Essa construção histórica aponta quais foram as indagações que fiz ao longo do processo, as pistas por mim percorridas, bem como os pressupostos que considerei na (e para) sua construção.

> [...] estudar a subjetividade é lidar com um sistema complexo, e como tal ela não pode ser apreendida de forma imediata pelo observador. Desse modo, pesquisar fenômenos complexos inclui um envolvimento com o campo, uma atitude de se misturar ao campo de pesquisa. (HONORATO; SARAIVA; SILVA, 2017, p. 349)

Com base nessa compreensão, o *corpus* de análise que contribuiu para o desenvolvimento deste capítulo foi composto por pesquisa documental e pesquisa de campo, onde foram feitos registros fotográficos, anotações em diário de campo, observação direta, além de entrevistas

guiadas com pessoas a que tive acesso, cujos relatos considerei relevantes à pesquisa.

Para a pesquisa documental foram analisados:

- Plano Global Específico (PGE) Vila Cemig, concluído em 2002, cuja área de estudo e intervenção englobava a Vila Cemig e a região hoje reconhecida como Alto das Antenas (que à época era denominada apenas como "área" ou "subárea das antenas");
- Projeto Básico Urbanístico do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Vila Viva – Vila Cemig/ Alto das Antenas, de 2011, que engloba apenas parte do Alto das Antenas;
- Relatório Técnico do PAC Vila Viva – Vila Cemig/ Alto das Antenas elaborado pela Supervisão de Licenciamento Ambiental e Urbanístico (SUGT/DPL) da Urbel, de 15 de dezembro de 2016;
- Levantamento de Dados e Diagnóstico do Plano de Regularização Urbanística (PRU) Jardim Liberdade[32], loteamento vizinho ao Alto das Antenas;
- ata da Audiência Pública realizada em 27 de junho de 2013 pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte, junto a moradores e agentes institucionais envolvidos nas obras de implantação do Programa Vila Viva na Vila Cemig e Alto das Antenas;
- imagens aéreas históricas, do acervo do MOM, da região do Barreiro onde está inserido o Alto das Antenas de 1953, 1969 e 1989;
- imagens aéreas do Google Earth de 2002 a junho de 2019;
- NBR 5422: 1985 (Projeto de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica: Procedimento);
- Plano Diretor de Belo Horizonte (Leis Municipais n° 11.181/2019 e n° 7.165/1996).

Em relação à pesquisa de campo e coleta de dados, foram feitas, entre janeiro de 2018 e março de 2019, visitas a campo com fins variados (Quadro 1) e 12 entrevistas guiadas (Quadro 2).

[32] Urbel, 2016.

Quadro 1. Relação das visitas e atividades feitas para pesquisa de campo e coleta de dados

Data	Local	Atividades Realizadas
20/01/2018	Alto das Antenas	- Reconhecimento inicial da área; - Registro fotográfico; - Conversas informais com sete moradores que cruzaram meu caminho; - Anotações em diário de campo; - Esboço da situação (ainda que bem incipiente) a partir de alguns problemas e potencialidades apontadas pelos moradores; - Início da identificação de possíveis pessoas-chave para serem posteriormente entrevistadas.
16/06/2018	Alto das Antenas	- Registro fotográfico da prática organizativa "*resistir*"[33], feita como forma de revelar a história de existência do Alto das Antenas, uma vez que ela é permeada pela resistência de seus moradores; - Conversas informais com dois moradores que cruzaram meu caminho; - Anotações em diário de campo.
14/08/2018	Conjuntos do PAC Vila Viva – Vila Cemig/Alto das Antenas (sendo três na Vila Cemig e dois no Bairro Milionários)	Visita, acompanhada da Coordenadora Social do empreendimento, para reconhecimento dos cinco conjuntos de predinhos construídos para reassentamento das famílias da Vila Cemig e do Alto das Antenas, atingidas pelo Vila Viva.
17/09/2018	Predinho da Urbel na Vila Jardim do Vale, Barreiro	Visita, acompanhada dos Coordenadores Social e Urbanístico do Empreendimento PAC Vila Viva – Vila Cemig/Alto das Antenas, a predinho que estava recém-construído pela Urbel (pelo OP 2009/2010) para conhecer o padrão construtivo dos apartamentos entregues.
21/09/2018	Escola Municipal Dinorah Magalhães Fabri (Vila Cemig)	Primeira participação na reunião da "Rede" (rede local de instituições e lideranças atuantes no território da Vila Cemig, Conjunto Esperança e Alto das Antenas).
19/10/2018	CRAS Vila Cemig	Segunda participação na reunião da Rede.
25/01/2019	CRAS Vila Cemig	Terceira participação na reunião da Rede.
28/02/2019	CPC (Conjunto Esperança)	Quarta participação na reunião da Rede.
19/03/2019	Alto das Antenas	Mobilizar os moradores, junto de integrantes do CRAS Vila Cemig e do CPC, a participarem da reunião da Rede que aconteceria no dia 22.
22/03/2019	CPC (Conjunto Esperança)	Quinta participação na reunião da Rede e participação na roda de capoeira na praça em frente, no Conj. Esperança, com moradores locais.
11/04/2019	-	Conversa por telefone com integrante do movimento das Brigadas Populares que atuou por um tempo no AA (não consegui precisar em que ano) dando suporte aos moradores na luta pela moradia, contra as remoções feitas pela Urbel.
16/04/2019	-	Conversa por telefone com engenheiro de segurança da Cemig para entender os riscos associados às linhas de transmissão/distribuição de energia.
28/06/2019	-	Conversa por telefone com Defensora Pública que atuou por um tempo (não consegui precisar em que ano) no AA dando suporte aos moradores na luta pela moradia, contra as remoções feitas pela Urbel.

Fonte: Elaborado pela autora, ago./2019.

[33] Registro fotográfico da prática organizativa “resistir”, verbo apontado no infinitivo, conforme conceituação específica adotada na disciplina *Seminário em Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade: Cidade e Práticas Organizativas* (do Programa de Pós-graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG), que cursei no primeiro semestre de 2018.

Quadro 2. Entrevistas realizadas

	Relação de entrevistas*[1]	Data	Pessoa entrevistada	Local
Com moradores e ex-moradores	1ª	21/07/2018	Anésia (nome fictício)*[2], moradora antiga, remanescente das remoções	Residência da moradora no Alto das Antenas (AA)
	2ª	21/07/2018	Cristal (nome fictício)*[2], moradora antiga, remanescente das remoções Rose (nome fictício)*[2], moradora, liderança antiga que tentou formar associação comunitária no AA	Residência da moradora no AA
	3ª	24/07/2018	Laís (nome fictício)*[2], moradora, dona da única mercearia do AA	Mercearia no AA
	4ª	24/07/2018	Marília (nome fictício)*[2], moradora antiga, remanescente das remoções	Residência da moradora no AA
	9ª	27/09/2018	Suelen (nome fictício)*[2], ex-moradora, removida do AA e reassentada em apartamento da Urbel	Residência da moradora, na Vila Cemig
	10ª	28/09/2018	Anita (nome fictício)*[2], ex-moradora, removida do AA e indenizada pela Urbel	Residência da moradora, Bairro Bonsucesso
	11ª	28/09/2018	Laura (nome fictício)*[2], ex-moradora, removida e reassentada em apartamento da Urbel	Residência da moradora, no Bairro Milionários
Com agentes e órgãos institucionais	5ª	14/08/2018	Coordenadora Social do Empreendimento PAC Vila Viva – Vila Cemig/Alto das Antenas	Escritório local da Urbel, Vila Cemig
	6ª	17/09/2018	Coordenador Urbanístico do Empreendimento PAC Vila Viva – Vila Cemig/Alto das Antenas Coordenadora Social do Empreendimento	Escritório local da Urbel, Vila Cemig
	7ª	24/09/2018	Gestora do Centro de Saúde (CS) Vila Cemig	CS Vila Cemig
	8ª	24/09/2018	Técnica social do CRAS Vila Cemig	CRAS Vila Cemig
	12ª	29/03/2019	Técnico do setor de Transmissão da Cemig	Cemig Geração e Transmissão S.A.

Notas: *[1] Numeração das entrevistas dada de acordo com a ordem sequencial cronológica em que aconteceram. *[2] Os nomes originais foram omitidos, tendo em vista preservar a identidade verdadeira das moradoras entrevistadas e a confidencialidade dos relatos obtidos, e nomes fictícios foram atribuídos a elas. A maioria delas escolheu o próprio nome fictício.

Fonte: Elaborado pela autora, ago./2019.

As duas primeiras vistorias feitas dentro do Alto das Antenas foram para reconhecimento e observação direta do lugar e do cotidiano de seus moradores (a primeira em janeiro e a segunda em junho de 2018)[34]. Nelas, fiz registros fotográficos, conversas informais com moradores que cruzaram meu caminho e anotações das informações que considerei mais relevantes em diário de campo. Além disso, elas foram essenciais para mapear, dentre os moradores, pessoas-chave a serem entrevistadas. À medida que as visitas iam sendo feitas e eu tomava mais conhecimento do lugar e de sua história, o caminho para as próximas visitas ia se delineando. Por exemplo, a partir da conversa com um morador, ele me indicava outro com quem eu poderia aprofundar algum assunto. Como a Urbel é o órgão responsável por gerir e executar o Programa Vila Viva,

[34] No intervalo de cinco meses entre a primeira e segunda visita, no primeiro semestre de 2018, me dediquei às disciplinas cursadas no mestrado, juntamente à revisão bibliográfica correlata à pesquisa.

eu já tinha em mente, desde o princípio entrevistar algum técnico que atuasse no local (ou tivesse atuado à época das remoções). Após conversar com a Urbel, entretanto, vi que seria relevante conversar com técnicos dos equipamentos públicos locais. Em seguida, percebi quão importante seria conversar também com ex-moradores, removidos pelo Vila Viva. Por fim, fez-se fundamental também conversar com a Cemig, em razão da particularidade da ocupação do solo no AA ter se dado sob linhas de transmissão (LT) e distribuição de energia da Cemig (e essa entrevista foi a que me levou mais tempo para conseguir).

Assim, foram entrevistados:

- cinco moradoras e três ex-moradoras removidas do AA (por acaso, todas mulheres);
- dois técnicos da Urbel que atuavam no Programa Vila Viva, no local;
- dois técnicos de equipamentos públicos locais; e
- um engenheiro eletricista do setor de transmissão de energia da Cemig.

A seguir estão detalhados os entrevistados e os objetivos de cada entrevista. Para preservar as identidades e não expor as pessoas entrevistadas, optei por usar nomes fictícios para as moradoras e ex-moradoras e no caso dos agentes de órgãos institucionais, apontei apenas cargo, formação ou função exercida.

As cinco moradoras do Alto das Antenas entrevistadas foram:

- Laís, residente há mais de dez anos, comerciante, entrevistada por ser dona da única mercearia dentro do Alto das Antenas, conhecendo, assim, a rotina e o dia a dia dos moradores locais. Em razão de sua mercearia situar-se próxima da principal entrada do AA (na rota de quem entra lá), foi a primeira moradora com quem conversei e uma das que tive mais contato ao longo de toda a pesquisa;
- Anésia, Marília e Cristal, as duas primeiras residentes há mais de vinte anos (dentre as mais antigas do Alto das Antenas) e a terceira há mais de dez anos, vivenciaram o processo de remoções feitas pelo Programa Vila Viva; e
- Rose, moradora há cerca de seis anos, identificada como antiga liderança do AA. Ela tentou mobilizar os moradores na luta por seus direitos de moradia, contra as remoções realizadas pela Urbel, tendo articulado o apoio das Brigadas Populares, participado de reuniões com agentes externos, tais como Defensoria Pública, e tentado formar uma associação comunitária no Alto das Antenas (não foi possível precisar as datas desses acontecimentos).

Destaco que três delas moram na parte alta e duas na parte baixa do AA. Conforme observado em campo, as distintas características sócio-espaciais existentes em cada uma dessas "partes", implicam, por vezes, percepções e vivências do espaço também distintas para cada morador.

As ex-moradoras do Alto das Antenas, removidas pelo Vila Viva, entrevistadas foram:

- Suelen e Laura, removidas e reassentadas em apartamentos construídos pela Urbel (a primeira, em um dos conjuntos de predinhos construído na Vila Cemig; a segunda, em conjunto construído no Bairro Milionários, não muito longe do AA); e
- Anita, removida e indenizada, pois não aceitou ser reassentada em apartamento; com o dinheiro da indenização comprou uma pequena casa (bem menor que a que morava no AA) numa vila próxima, no Bairro Bonsucesso.

O objetivo das entrevistas com as moradoras e ex-moradoras era, principalmente, buscar conhecer a história de formação do Alto das Antenas, as relações e vivências que se dão dentro do assentamento e entre os moradores e entender o processo de remoções realizado pela Urbel por meio do Programa Vila Viva, a partir do ponto de vista delas. Foram utilizados dois roteiros guiados distintos, um para as que residiam no Alto das Antenas, independentemente do tempo (APÊNDICE A), e um para as que haviam sido removidas (APÊNDICE B).

A primeira entrevista feita com a Urbel foi com a Coordenadora Social do Empreendimento em questão (o roteiro guiado utilizado consta no APÊNDICE C). Os objetivos principais eram entender o processo de elaboração (definição) do projeto a ser executado, os eventuais problemas ou dificuldades na execução das obras, especificamente para o Alto das Antenas, se tinha e como se dava o processo participativo, e quais as perspectivas e/ou ações futuras previstas para o AA. Uma segunda entrevista foi feita com o Coordenador Urbanístico, acompanhado da Coordenadora Social, para tratar de pontos novos, aprofundar outros já abordados e perceber possíveis distinções entre as percepções dos técnicos (roteiro guiado no APÊNDICE D).

As entrevistas feitas com os técnicos de equipamentos públicos foram para conhecer o trabalho realizado na área de atuação deles (compreendida, no caso, pela Vila Cemig, Conjunto Esperança e Alto das Antenas) e levantar, principalmente, suas percepções acerca do AA, do processo de remoção e reocupação da área e suas perspectivas para o local. Entrevistei técnicos

do CRAS e do Centro de Saúde da Vila Cemig (roteiro guiado utilizado no APÊNDICE E).[35]

A entrevista com o técnico da Cemig só veio a acontecer no início de 2019 (seis meses após as entrevistas com os demais agentes institucionais). Só consegui agendá-la por meio de contatos com pessoas próximas a mim, que conheciam técnicos que trabalhavam lá, uma vez que nunca obtive retorno da empresa aos meus pedidos formais de agendamento de entrevista, para fins acadêmicos, com técnicos que atuassem com LT e, especialmente, com a questão de ocupações irregulares debaixo delas (roteiro guiado utilizado na entrevista apresentado no APÊNDICE F).

Além das entrevistas realizadas destaco ainda algumas atividades feitas, relevantes para conhecimento e compreensão do objeto da pesquisa.

Acompanhada dos técnicos da Urbel ora entrevistados, fiz visitas guiadas a alguns prédios construídos pela Urbel, abaixo relatadas.

- Primeiramente, fui ver os cinco conjuntos de prédios construídos no âmbito do PAC Vila Viva – Vila Cemig/Alto das Antenas (fotos no ANEXO A), acompanhada da Coordenadora Social do Empreendimento. Neles, segundo a Urbel me informou, foi reassentado grande parte dos moradores removidos do Alto das Antenas. O objetivo, além de conhecer o padrão construtivo dos prédios, era sobretudo ver sua localização (proximidade, ou não, do Alto das Antenas), para conferir se as famílias teriam sido reassentadas próximas de onde foram removidas. Pude constatar que todos os conjuntos eram próximos do Alto das Antenas, grande parte dentro da Vila Cemig (mas minha pesquisa não buscou constatar se os removidos do AA foram de fato reassentados nesses conjuntos, ou não).
- A segunda visita foi a um prédio recém-construído pela Urbel, onde pude inclusive entrar e conhecer alguns apartamentos, pois o prédio ainda não estava habitado (fotos no APÊNDICE F). Fui acompanhada pelos Coordenadores Social e Urbanístico. A intenção era conhecer o padrão construtivo e a planta tipo dos apartamentos entregues. Até então eu nunca tinha entrado em apartamentos de predinhos da Urbel, e como me interessava saber a perspectiva dos moradores e dos técnicos da Urbel acerca desse tipo de moradia, considerei importante a visita. Eles esclareceram que, embora esse prédio

[35] Fiz várias tentativas de entrevistar também uma técnica do Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC), importante órgão público (estadual) atuante na área, por meio dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, mas não foi possível por incompatibilidades de agendas.

> tenha sido construído pela Urbel, não foi por meio do Vila Viva, mas sim do Orçamento Participativo (OP), outro Programa Municipal, e, portanto, havia pequenas diferenças construtivas em relação aos prédios construídos no âmbito do Vila Viva.[36]

Ao longo da pesquisa, sempre que foi possível, participei de reuniões mensais da rede local de instituições e lideranças atuantes no território, denominada "Rede". Nas reuniões, abertas ao público, reúnem-se representantes de várias instituições, tais como equipamentos públicos, universidades (a PUC atua na área há cerca de nove anos), ONGs, coletivos sociais e lideranças locais. Pelos relatos que ouvi, as reuniões da Rede no passado contavam majoritariamente com moradores. Contudo, houve um esvaziamento desses, ao longo do tempo, e, em que pese os agentes institucionais sigam reforçando que esse é também um espaço da comunidade, avalio que se constitui hoje sobretudo como um espaço de articulação institucional.[37] Por meio dessas reuniões mensais, seus participantes tomam conhecimento coletivamente das ações sendo (ou a serem) realizadas no território e, assim, podem discutir, expor problemas e trocar experiências. Meu objetivo indo às reuniões era conhecer a atuação institucional local, ver se existe (e como se dá) essa atuação e/ou envolvimento especificamente com o Alto das Antenas, conhecer do território por meio dessa troca, tentar captar suas percepções sobre o Alto das Antenas e, também, de alguma forma, me fazer conhecida, uma vez que eu também era uma agente "de fora", com intenção de atuar dentro do território, junto aos moradores (foto da primeira reunião em que participei, em setembro de 2018, no ANEXO B).

A maioria dessas ações foi empreendida em 2018, período em foquei na compreensão do objeto e sujeitos da pesquisa, apresentada neste capítulo. No primeiro semestre de 2019, quando a pesquisa-ação (relatada no Capítulo 3) já estava em andamento, foram feitas ainda algumas ações complementares a essa compreensão do objeto. Além da já citada entrevista com um técnico da Cemig, foram feitas três conversas informais por telefone com: (1) integrante das Brigadas Populares e (2) Defensora Pública, ambas que atuaram em defesa dos moradores do

---

[36] Por exemplo, cada apartamento dos conjuntos construídos pelo PAC Vila Viva – Vila Cemig/ Alto das Antenas têm uma pequena varanda e, quando no térreo, uma pequena área privativa, enquanto esses do OP que visitei, não tinham.

[37] Na primeira vez que fui, em setembro/2018, apenas uma jovem moradora (da Vila Cemig) participou e, em fala feita durante as discussões, criticou veementemente a ausência de mais moradores e lideranças. Em reflexo da fala dela, os organizadores devem ter reforçado o convite aos moradores e na reunião seguinte, da qual participei, em outubro, três moradores compareceram (duas lideranças da Vila Cemig e uma do Conjunto Esperança). Ainda no sentido de aumentar a divulgação da reunião entre os moradores, em março de 2019, os equipamentos que atualmente organizam e conduzem as reuniões realizaram uma ação mobilizadora pelas ruas da Vila Cemig e Conj. Esperança. Após essa ação, estiveram presentes na reunião quase quinze moradores (apenas um do AA, que foi a convite meu, uma vez que a ação mobilizadora não incluiu as ruas do AA, mesmo após minha sugestão).

AA e contra as remoções da Urbel (não foi possível precisar em que ano, mas suspeito que em 2013 ou, mais provável, 2016); e (3) com outro técnico da Cemig, engenheiro de segurança, cuja área de atuação também tinha interface com as LT.

Todas as entrevistas guiadas realizadas foram gravadas[38] (com o consentimento dos entrevistados) e por mim analisadas. As informações e percepções obtidas por meio delas e também das conversas informais realizadas, da participação e envolvimento que pude ter durante esse período e todas as demais formas de registro utilizadas, foram essenciais para as formulações, as análises e a construção histórica sócio-espacializada do objeto e dos sujeitos da pesquisa, conforme seguem apresentados neste capítulo.

2.2 Conceitos articulados

A história de resistência que aqui se apresenta é apenas uma dentre tantas histórias de tantos grupos, favelas, bairros, ocupações que *resistem* nas cidades brasileiras. São *lugares-cidade* dentro da cidade, cuja existência e a resistência são reflexos da forte segregação sócio-espacial a que seus moradores estão sujeitos.

A abordagem aqui traduzida entende a cidade como lócus e como produto da realização de distintas práticas organizativas[39] [que são também sócio-espacializadas] que, conforme apontado por Viegas e Saraiva (2015, p. 74-75), refletem a "constante interação de indivíduos e grupos na práxis urbana" em suas inúmeras e ricas "construções sociais, históricas, econômicas, culturais e políticas". O ato de *resistir* é assim apenas uma dessas práticas que se dão no espaço urbano, podendo manifestar-se de inúmeras e distintas formas.

Nesse sentido, buscou-se aqui revelar o espaço-favela Alto das Antenas como palco e como reflexo da *resistência* de seus moradores que, mesmo sofrendo ora com o descaso, ou abandono do Poder Público, ora com suas ações heterônomas para removê-los dali, têm insistido e permanecido nesse lugar, buscando aí fincar suas raízes, ainda que sejam, por vezes, muito rasas.

---

[38] Transcrevi as que considerei de conteúdo mais relevante e optei por não as apresentar como apêndice desta dissertação para preservar a confidencialidade dos relatos, conforme acordado com os entrevistados.

[39] O conceito de práticas-organizativas vem da compreensão da cidade como uma *organização-cidade.* Segundo Mac-Allister (2004, p. 175), trata-se de uma organização social que compreende um conjunto de organizações sociais e indivíduos não organizados, que se situa no tempo e no espaço e reflete coletivamente, ainda que também por meio de processos individuais, uma identidade cultural (apud SARAIVA; CARRIERI, 2012, p. 2).

A definição pela construção de uma historiografia sócio-espacializada[40] veio da ênfase que Edward Soja (1993) trouxe para o espaço no processo de "feitura da história", aliada à compreensão (aqui endossada) de que o espaço é compreendido, conforme as ideias de Lefebvre, como socialmente produzido, atado à realidade social. Não se trata, portanto, só de enfatizar o espaço na construção de uma história, mas de enfatizar as relações sociais que se inserem e que também formam esse espaço, à medida que a história é feita.

Soja aponta os riscos do chamado historicismo, que, segundo ele, subjuga o espaço em relação ao tempo, obscurece e periferaliza a imaginação geográfica e espacial (1993, p. 23). "Sem dúvida, essas '*histórias de vida*' têm também uma geografia [...]. A imaginação histórica nunca é completamente desprovida de espaço" (SOJA, 1993, p. 21-22, grifo meu).

O que Soja defende, embasado também nas ideias dos teóricos críticos franceses Henri Lefebvre e Michel Foucault, "é a espacialização da história, *a feitura da história entremeada com a produção social do espaço*" (SOJA, 1993, p. 27, grifo meu). O autor aponta que se trata "daquilo que Lefebvre descreveria como *l'espace vécu*, a espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, a contextura das práticas sociais" (SOJA, 1993, p. 26).

De acordo com John Berger, outro teórico crítico cujas ideias foram trazidas por Soja, a narração já não pode mais ser uma linha sequencial, como um ponto numa linha horizontal temporal infinita. A esse ponto, somam-se e conectam-se outras linhas, em outros sentidos e direções, que também compõem geograficamente a narrativa (SOJA, 1993, p. 32).

Destarte, busquei aqui revelar que o espaço do Alto das Antenas está atrelado às interações com as pessoas que individual e coletivamente o formam e que são também por ele formadas. Interessou-me, portanto, nesse processo de "feitura da história" sócio-espacial conhecer quais e quem são: as pessoas e suas histórias, os espaços, as interações, os dissensos etc.

Ressalto que essa *construção histórica* não representa o esgotamento de dados históricos levantados acerca dessa favela, com datas comprovadas ou fontes cientificamente reconhecidas, mas sim o resultado da soma das informações a que alcancei ter acesso, coletadas durante o

[40] Para a presente dissertação, não fiz uma pesquisa aprofundada acerca da literatura sobre "historiografia sócio-espacializada". Portanto, posso estar cometendo o equívoco de usar o termo sem conhecê-lo a fundo. Ainda assim, considerei relevante apontar a abordagem teórica do assunto, a partir de Soja, à qual tive acesso, uma vez que contribuiu na construção histórica do espaço social objeto da pesquisa.

período de pesquisa. Tentei analisar os relatos levando em consideração minhas impressões acerca das risadas, dos suspiros nostálgicos, do que seriam seus medos, suas expectativas, fatos verídicos ou não que revelaram um pouco das percepções dos moradores e agentes institucionais relacionados a esse espaço, enfim, todos esses pequenos detalhes que também contam uma história.

Antes ainda de partirmos para o conhecimento desse espaço-social oficialmente reconhecido como Alto das Antenas, é necessário apresentar os conceitos aqui considerados do que é "existir" e "resistir", que contribuíram para a construção histórica sócio-espacializada do AA.

Cidades são "*palcos* práticos e discursivos de dinâmicas simbólicas segregatórias, bem como *de práticas que resistem a essas dinâmicas*" (NASCIMENTO *et al.*, 2016, p. 57, grifo meu). Conforme explicitado por Viegas e Saraiva, "existem diferentes formas, níveis e dimensões do resistir, cada qual emana dos inúmeros conflitos e contradições sociais" (BRITTO; JACQUES, 2009 apud VIEGAS; SARAIVA, 2015, p. 76).

Articulando o conceito de *resistência* ao de *poder*, com base em Foucault, "a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência" (FOUCAULT, 2004, p. 241 apud GRABOIS, 2011, p. 12). O poder, segundo Foucault, é "a *multiplicidade de correlações de força*" que pode se cristalizar institucionalmente, tomando corpo nos aparelhos estatais, ou na formulação das leis, ou mesmo por meio de sua representação nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1988, p. 88-89 apud GRABOIS, 2011, p. 10-11, grifo meu).

Nas palavras de Foucault, "para resistir é preciso que a resistência seja como o poder [...] tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele [e] que, como ele, *venha de 'baixo' e se distribua estrategicamente*" (FOUCAULT, 2004, p. 241 apud GRABOIS, 2011, p. 12, grifo meu).

A partir dessa compreensão, parte-se então para a análise e abordagem de Michel de Certeau (1998), que, por sua vez, também utilizou dos pensamentos de Foucault na formulação de suas próprias ideias. O autor coloca a seguinte questão, em referência às ideias de Foucault em *Vigiar e Punir*:

> Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da "vigilância", mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: *que procedimentos populares (também "minúsculos" e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los* [...]. (CERTEAU, 1998, p. 41, grifo meu)

Certeau traz uma abordagem das ações cotidianas realizadas pelo homem ordinário. Ele define

como *táticas* os movimentos clandestinos de sujeitos que atuam nas fissuras do sistema hegemônico, uma vez que não conseguem enquadrar-se nele. São assim ações clandestinas, ou subversivas, pois não estão de acordo com as regras pré-estabelecidas que definem o que é socialmente "certo" e "errado", "aceitável" ou "não aceitável". É "a *arte do fraco*, o ato criador e insurgente por excelência diante das estratégias organizadas [de controle social] para a manutenção de uma hegemonia" (HONORATO; SARAIVA; SILVA, 2017, p. 342, grifo meu).

O contexto do presente texto é o de homens e mulheres que, pelas vias formais, não conseguem acessar a "casa própria" dentro da cidade dita formal, não achando nessa seu lócus. A citação abaixo traduz essas *ações táticas* do homem comum que habita fora do sistema socioeconômico hegemônico.

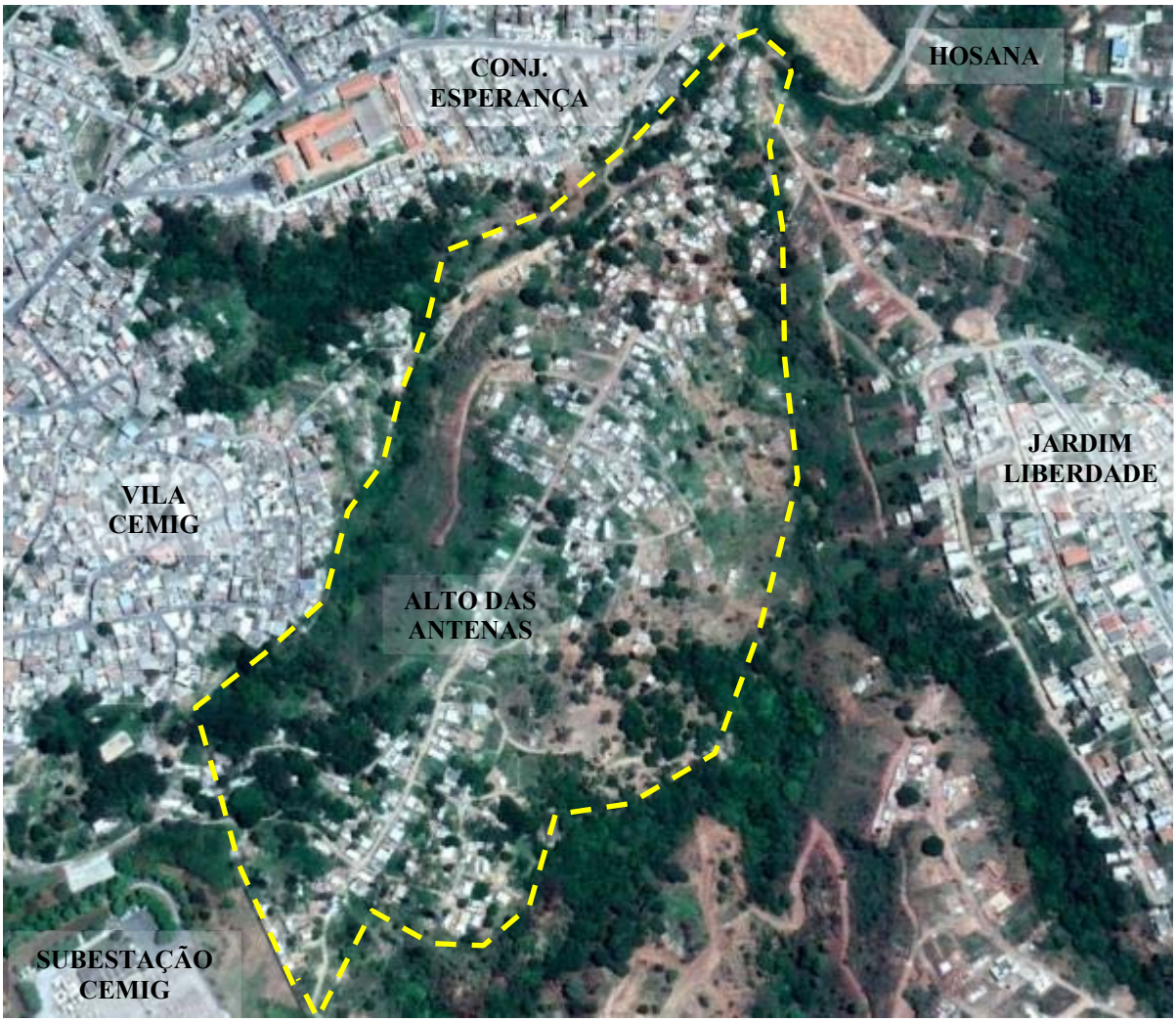
> [...] eis o *locus* daquele que não dispõe de lugar. Com base nas ideias de Certeau (2002), na falta desse lugar só lhe resta o tempo. *O homem ordinário habita nos "entrelugares", nas brechas, nas fendas sociais*, e este é o meio onde tal homem comum domina. *Exerce um "domínio" adaptado, que carece do próprio, da propriedade, do espaço, mas, pela astúcia e pelas artimanhas, pelas práticas e ações cotidianas subversivas no espaço do outro, as chamadas táticas, é que consegue atuar*. (RODRIGUES; ICHIKAWA, 2015, p. 98, grifo meu)

Tais táticas são usadas pelos moradores do Alto das Antenas para conseguirem existir, resistir e insistir nesse espaço. Conforme dito, são as "ações cotidianas subversivas no espaço do outro", as quais a construção histórica sócio-espacializada a seguir buscou revelar.

2.3 Alto das Antenas: apresentação e caracterização geral

Aqui se apresenta a caracterização geral do Alto das Antenas com base nas minhas percepções sobre o espaço físico, levantadas em campo, e na pesquisa documental feita. Alguns relatos ouvidos também foram utilizados para a construção histórica desse espaço. O Alto das Antenas é um assentamento irregular, caracterizado aqui como favela, situado no Bairro Bonsucesso, na Regional Barreiro em Belo Horizonte/MG. Ele confronta com a Vila Cemig, a oeste, o Conjunto Esperança, a noroeste, com os loteamentos irregulares Jardim Liberdade, a leste, e Hosana, a norte, e com a Subestação de Energia da Cemig – SE Barreiro, ao sul (vide Figura 2).

Figura 2. Delimitação aproximada do Alto das Antenas



Fonte: *Google Earth*, 2017. Adaptado pela autora.

Confrontantes

A Vila Cemig é uma favela de mais de 50 anos que se encontra bastante consolidada. O Conjunto Esperança é um conjunto habitacional de casas promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte para população de baixa renda, para o reassentamento de famílias removidas de outras áreas, cuja ocupação também se encontra bem consolidada. Esses dois assentamentos têm grande parte de suas vias asfaltadas, são atendidos por infraestrutura urbana básica, com redes de saneamento, coleta de lixo e iluminação pública, contam com algumas pequenas praças, quadra de esportes, associação comunitária com sede própria, pontos comerciais e de serviços e linhas de transporte público. Além disso, concentram equipamentos de serviços públicos, tais como Centro de Saúde (CS), Creche, Escola Municipal, Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), dentre outros.

O Jardim Liberdade e o Hosana, por sua vez, são loteamentos privados irregulares, também

ocupados predominantemente por população de baixa renda, já consolidados, embora tenham ainda muitas áreas em processo recente de ocupação e expansão (em especial o Jardim Liberdade). Em parte, seus moradores são dependentes do comércio e dos serviços presentes na Vila Cemig e no Conjunto Esperança, uma vez que é pequena (quando não inexistente) a oferta desses usos dentro de seus limites.

A Vila Cemig e o Conjunto Esperança são os assentamentos de maior referência para os moradores do Alto das Antenas que utilizam o comércio e os serviços (equipamentos públicos de saúde, educação, transporte público, e outros) existentes neles para realizar suas atividades básicas do dia a dia. A referência de endereço postal utilizada por seus moradores também é a de um desses dois bairros citados, uma vez que o Alto das Antenas não é oficialmente reconhecido, ou seja, não "existe" nos Correios. Da mesma forma, ele não "existe oficialmente" na Copasa ou na Cemig que, portanto, não atende os moradores do AA com abastecimento oficial de água e energia elétrica. As várias formas de relação e interação entre o Alto das Antenas e seu entorno imediato, revelam sua dependência para com seus vizinhos.

Origem de formação

O Grupo de Pesquisa MOM, da Escola de Arquitetura da UFMG, forneceu uma série histórica de imagens aéreas da região do Barreiro onde o Alto das Antenas, se situa. A imagem mais antiga, de 1953 (Figura 3), revela que a região à época ainda era totalmente desocupada. A edificação mais próxima visível a nordeste do AA é o Hospital Eduardo de Menezes[41].

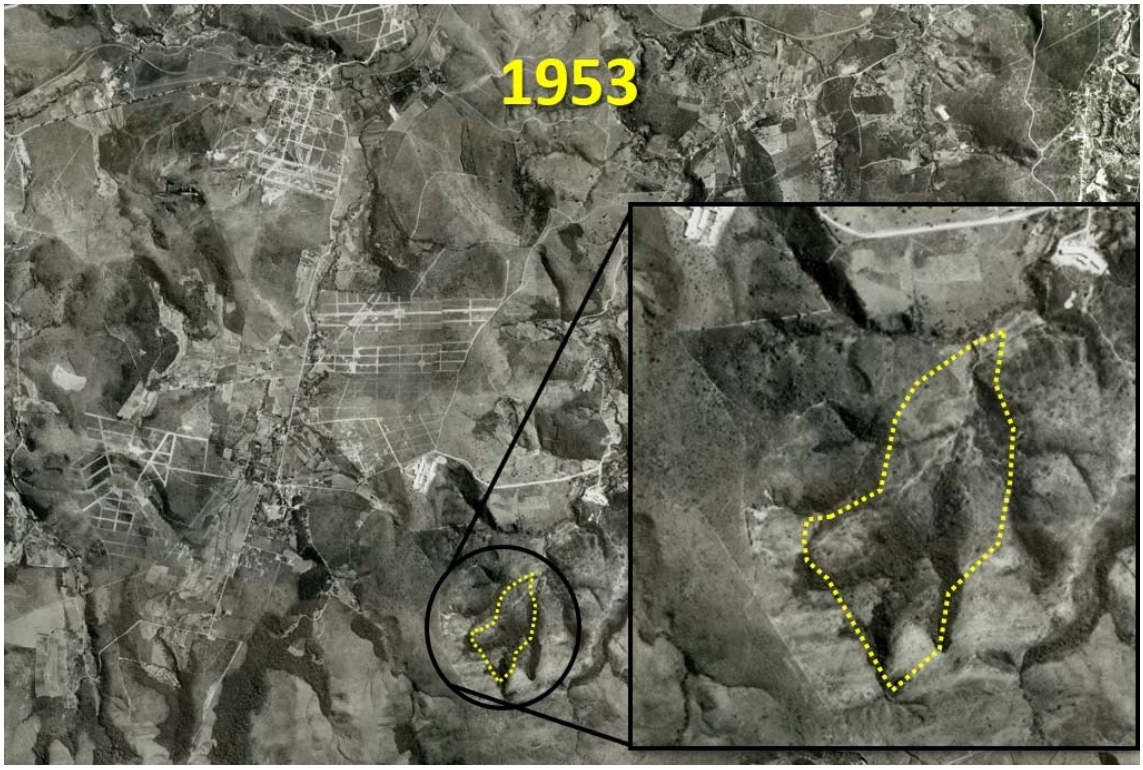
Na próxima imagem da sequência (Figura 4), de 1969, é possível ver que a Subestação da Cemig denominada "Barreiro SE" já tinha sido implantada no local e parte da ocupação na Vila Cemig já tinha se iniciado. É possível notar algumas trilhas na encosta onde se formou o Alto das Antenas, mas não há ainda aglomeração de edificações. Moradores antigos contaram que a região era usada para criação de animais de uma fazenda. As trilhas existentes, perceptíveis na imagem, talvez fossem usadas também pela Cemig para dar manutenção nas torres e linhas de transmissão e distribuição de energia (mas não foi possível confirmar isso junto à Cemig).

A Figura 5 é uma imagem de 1989 em que é possível ver a Vila Cemig já bastante ocupada e, a noroeste da região onde se formou o Alto das Antenas, a Escola Municipal de Ensino Infantil Dinorah Magalhães Fabri. Nem o Alto das Antenas, nem seus vizinhos, Conjunto Esperança,

[41] Hospital público credenciado à rede SUS de Belo Horizonte.

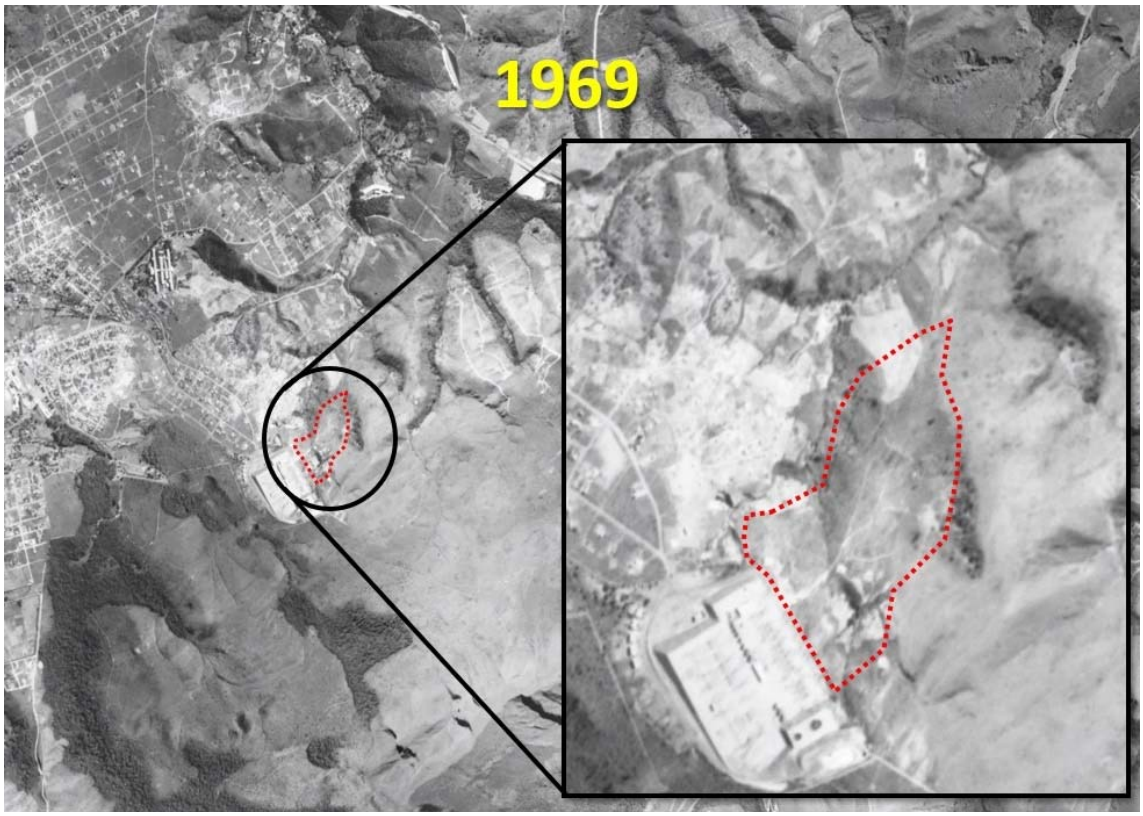
Jardim Liberdade e Hosana, tinham sido formados ainda.

Figura 3. Imagem aérea do Barreiro em 1953 com detalhe para localização do AA



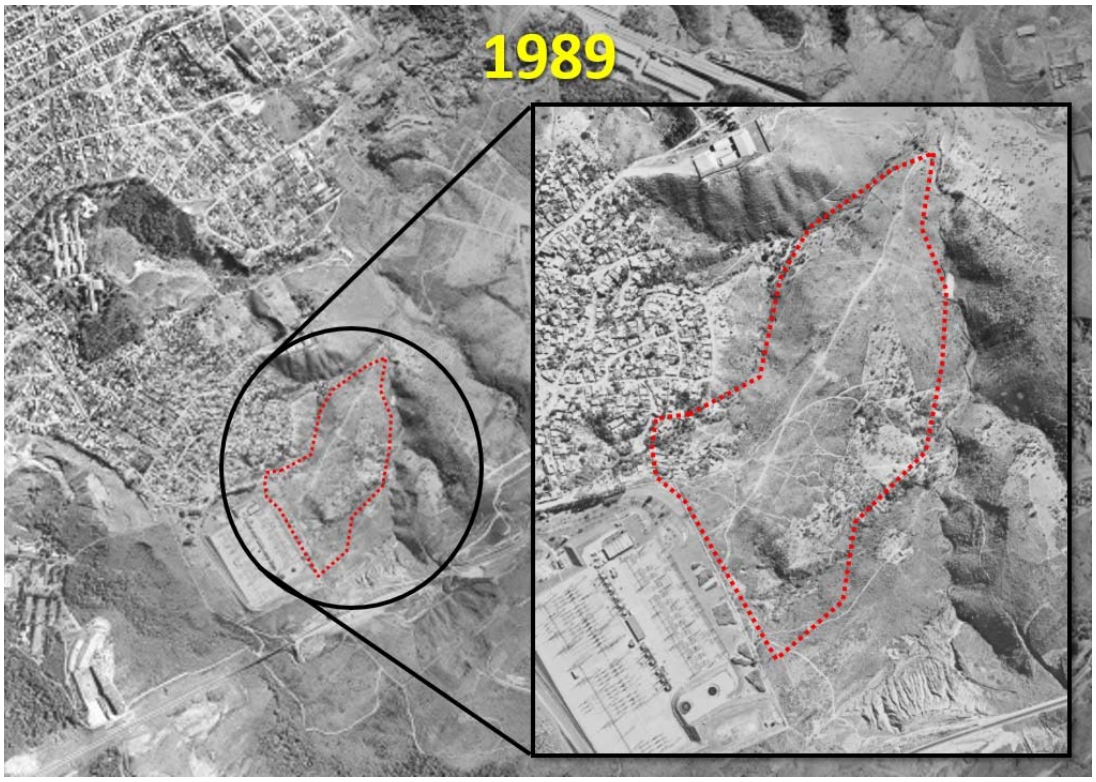
Fonte: MOM, 2019. Adaptado pela autora.

Figura 4. Imagem aérea do Barreiro em 1969 com detalhe para localização do AA



Fonte: MOM, 2019. Adaptado pela autora.

Figura 5. Imagem aérea do Barreiro em 1989 com detalhe para localização do AA



Fonte: MOM, 2019. Adaptado pela autora.

Não foi possível precisar o ano de formação do Alto das Antenas, mas a pesquisa feita remonta no mínimo à década de 90. Os moradores mais antigos mencionaram que deva ter se iniciado entre 1994 e 1995. Na Foto 2, abaixo, datada de 1998, é possível ver que à época a área já contava com um número considerável de edificações construídas.

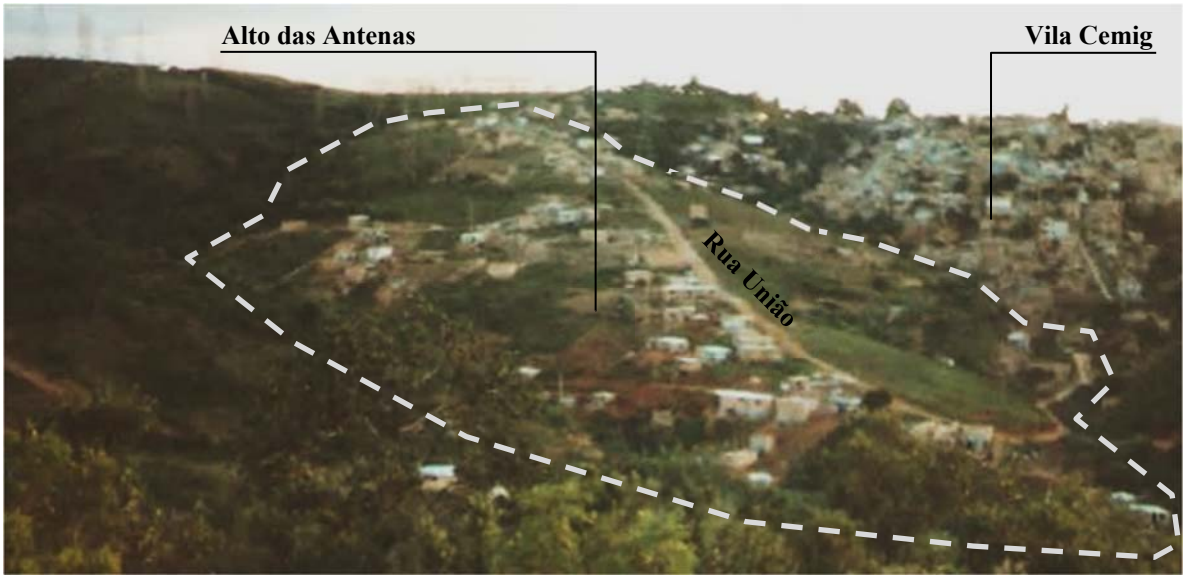


Foto 2. Alto das Antenas em 1998 (Rua União, via principal, na linha de cumeada da encosta)

Fonte: Acervo da Associação Comunitária Jardim das Rosas (do loteamento Hosana), 1998. Adaptado pela autora.

Ocupação e uso do solo

A Rua União, principal via do assentamento, foi implantada em linha de cumeada. A ocupação do solo se deu nas duas vertentes adjacentes a ela, sendo delimitada por dois talvegues: a oeste (à direita da Foto 2), separando o Alto das Antenas da Vila Cemig, e a leste (à esquerda da Foto 2), que o separa do Jardim Liberdade.

Estruturada ao longo dessa linha de cumeada, delimitada por vales fechados, em área de nascentes e cursos d'água, com vegetação ainda expressiva nos fundos de vale, e com algumas encostas muito íngremes, essa pequena favela, hoje reconhecida como Alto das Antenas, foi (e ainda vem) sendo ocupada fora dos padrões formais da cidade: sem limites predefinidos e ortogonais de quadras, vias e lotes, delimitada "organicamente", conforme o relevo permite. Sua principal característica, contudo, que deu origem a seu nome oficial, é o fato de ter se dado em grande parte embaixo de linhas de transmissão e distribuição de energia da Cemig, à jusante da Subestação Barreiro, no caminho das torres de transmissão (que serão aqui também chamadas de "antenas", pois é como os moradores as conhecem) que daí saem.

Foto 3. Alto das Antenas (no caminho das linhas de transmissão de energia da Cemig) e talvegue que o separa da Vila Cemig, à direita

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

Foto 4. Rua União

Fonte: Acervo da autora, jan./2018.

Foto 5. Casas embaixo das linhas de transmissão na encosta a leste da Rua União (detalhe para baixo grau de consolidação)

Fonte: Acervo da autora, jan./2018.

O sistema viário é formado por vias de traçado orgânico, irregular, acompanhando a declividade natural do terreno e sem pavimentação. Elas se estruturam e conectam a partir do eixo conformado pela Rua União, a via principal que está ao longo da linha de cumeada. A Rua União corta o assentamento desde a parte baixa, ao norte, até a parte alta, ao sul. Embora muito íngreme em alguns trechos, é uma das poucas vias veiculares dentro do Alto das Antenas. Para acessar seu entorno imediato, há transposição dos talvegues existentes a leste e oeste, sendo que apenas duas delas, ambas no talvegue oeste, contam com bueiros[42] para conduzir o curso d'água (Foto 6). As demais transposições são feitas por pinguelas improvisadas.

Foto 6. Bueiro na Rua Mangueiras

Fonte: Acervo da autora, jun./2019.

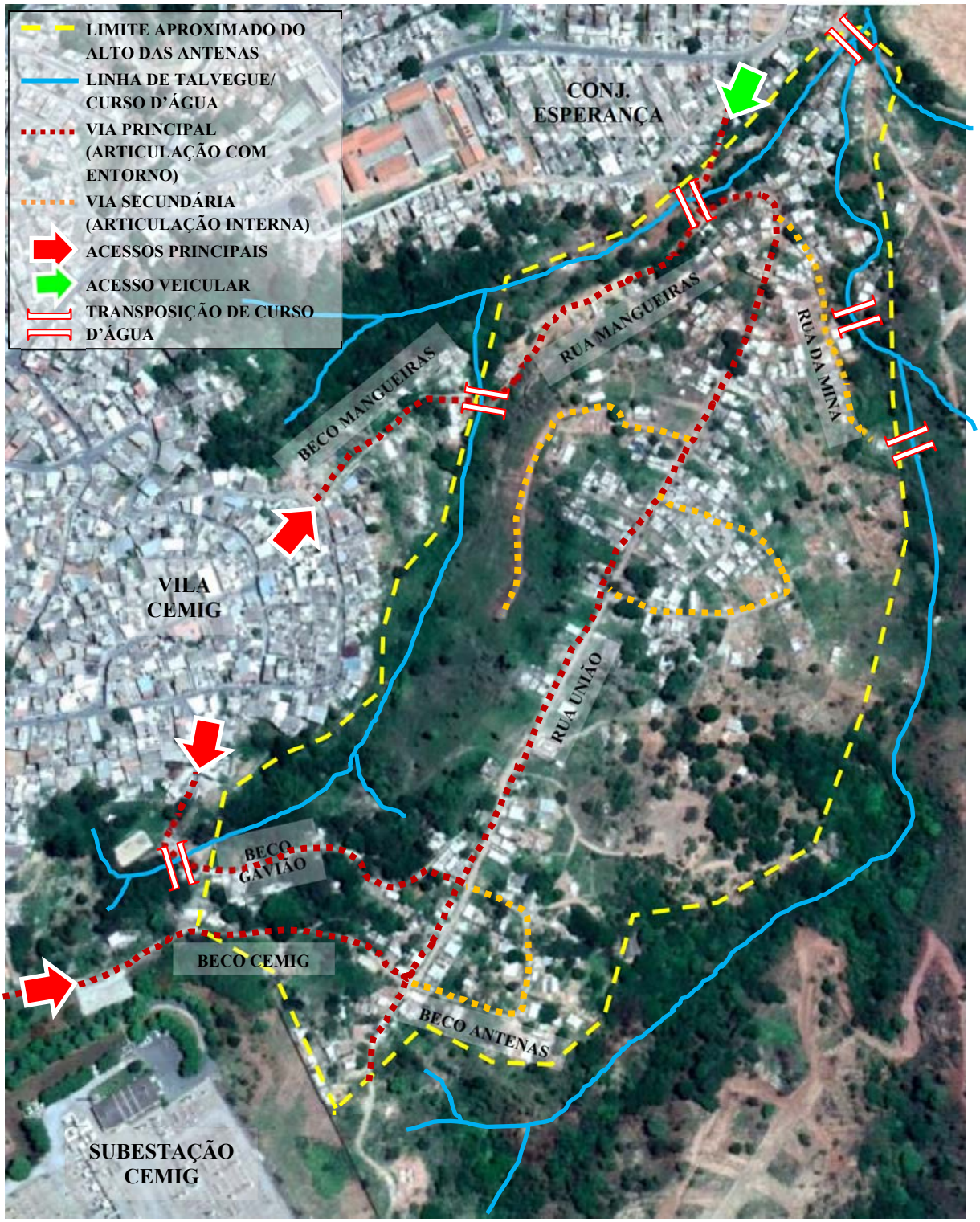
Conforme mostrado na Figura 6, abaixo, o acesso veicular ao Alto das Antenas só é possível na parte baixa, a partir da Rua Atlanta no Conjunto Esperança, de onde se tem início a Rua União. As outras vias que têm maior importância dentro do AA, por articularem-se aos bairros do entorno, são:

- Rua Mangueiras, via veicular situada na parte baixa: ao norte faz a ligação do AA com o Conjunto Esperança, e, a noroeste, liga o AA com a Vila Cemig por meio do Beco Mangueiras (também conhecido como Escadão)[43];
- e os Becos Cemig e Gavião, situados na parte alta, que ligam a Rua União à Vila Cemig.

A partir dessas vias principais, saem e interconectam-se vias mais estreitas, sem saída, por onde só circulam pedestres ou veículos menores, como motos ou carroças.

[42] Denominam-se bueiros também as tubulações de drenagem dos rios e córregos que cruzam o leito de vias.
[43] Esse beco não foi considerado na pesquisa, pois pertence à Vila Cemig (e seus moradores se reconhecem como pertencentes a ela).

Figura 6. Hidrografia e sistema viário principal do Alto das Antenas



Fonte: *Google Earth,* 2017. Adaptado pela autora.

O espaço é autoproduzido. O espaço particular, compreendido pela área dos "lotes", é delimitado pelos próprios moradores com o material que conseguem ter acesso: toras de bambu, pedaços de madeira, arame ou sobras de outros materiais (vide Foto 7 e Foto 8) e é cuidado por seu dono. Já o espaço público (área das vias) é o que "sobra" entre as áreas privadas

conformadas e, por outro lado, é coletivamente mantido (como será melhor demonstrado adiante).

Foto 7. Cerca de bambu delimitando lote no Beco das Antenas (detalhe para as torres de transmissão dentro dos quintais)

Fonte: URBEL, 2001a.

Foto 8. Cerca improvisada delimitando área particular na Rua Mangueiras

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

O uso predominante no Alto das Antenas é o residencial. Contudo, observam-se em algumas unidades domiciliares a realização de atividades comerciais ou de prestação de serviços associada à moradia, para complementação da renda das famílias. Às vezes ela se dá em estrutura separada, específica para a atividade, ainda que na mesma edificação. Caso da única mercearia (Foto 9) e do principal bar lá existentes, ambos no andar de baixo do domicílio de seus donos, e ainda de um salão de beleza (Foto 10), uma oficina de barbeiro[44] e das igrejas, construídas à frente das moradias. Mas, muitas das vezes, as atividades se dão dentro do próprio domicílio, o que é chamado de uso misto, por meio da produção e venda informal de produtos alimentícios básicos, como marmita, *chup-chup*, bolos, doces, ou salgados por encomenda, ou ainda da prestação de serviços de manicure, cabeleireira, barbeiro etc.

Foto 9. Mercearia na Rua Mangueiras

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

Foto 10. Salão de beleza na Rua União

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

[44] Vinculada ao Programa "Fica Vivo!" do Centro de Prevenção à Criminalidade.

Programas da Política Municipal de Habitação Popular já realizados

O Alto das Antenas já fez parte do escopo de dois programas públicos da Política Municipal de Habitação Popular de Belo Horizonte, o Plano Global Específico (PGE) e o Programa Vila Viva. O PGE é um instrumento municipal de planejamento urbano "que visa nortear as intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares"[45]. Por meio do instrumento PGE, um extenso diagnóstico físico-ambiental, socioeconômico e jurídico-legal é elaborado e, a partir dos problemas e potencialidades identificados, são apontadas diretrizes e propostas de intervenção para a regularização, urbanização e consolidação do assentamento.

Entre 2000 e 2002 foi realizado o "PGE Vila Cemig", englobando em seus limites de estudo, além da Vila Cemig, a região compreendida pelo Alto das Antenas (que à época não tinha esse nome, sendo indicada como "área" ou "subárea das antenas"). Especificamente sobre essa área, o Diagnóstico e Diretrizes do PGE apontou que é onde:

> [...] ocorrem os problemas físico-espaciais e deficiências mais graves. A maioria das edificações encontra-se em situação crítica devido à sua implantação em encostas ou à sua proximidade de cursos d'água, linhas de drenagem, talvegues ou sob torres e linhas de transmissão da CEMIG. [...] são nestas porções periféricas da vila [...] que se localizam as moradias e moradores mais carentes, com grau de pobreza mais acentuado e vivendo em situações precárias. (URBEL, 2001a, p.17)

O volume de Propostas e Hierarquização das Ações e Obras do PGE deliberou:

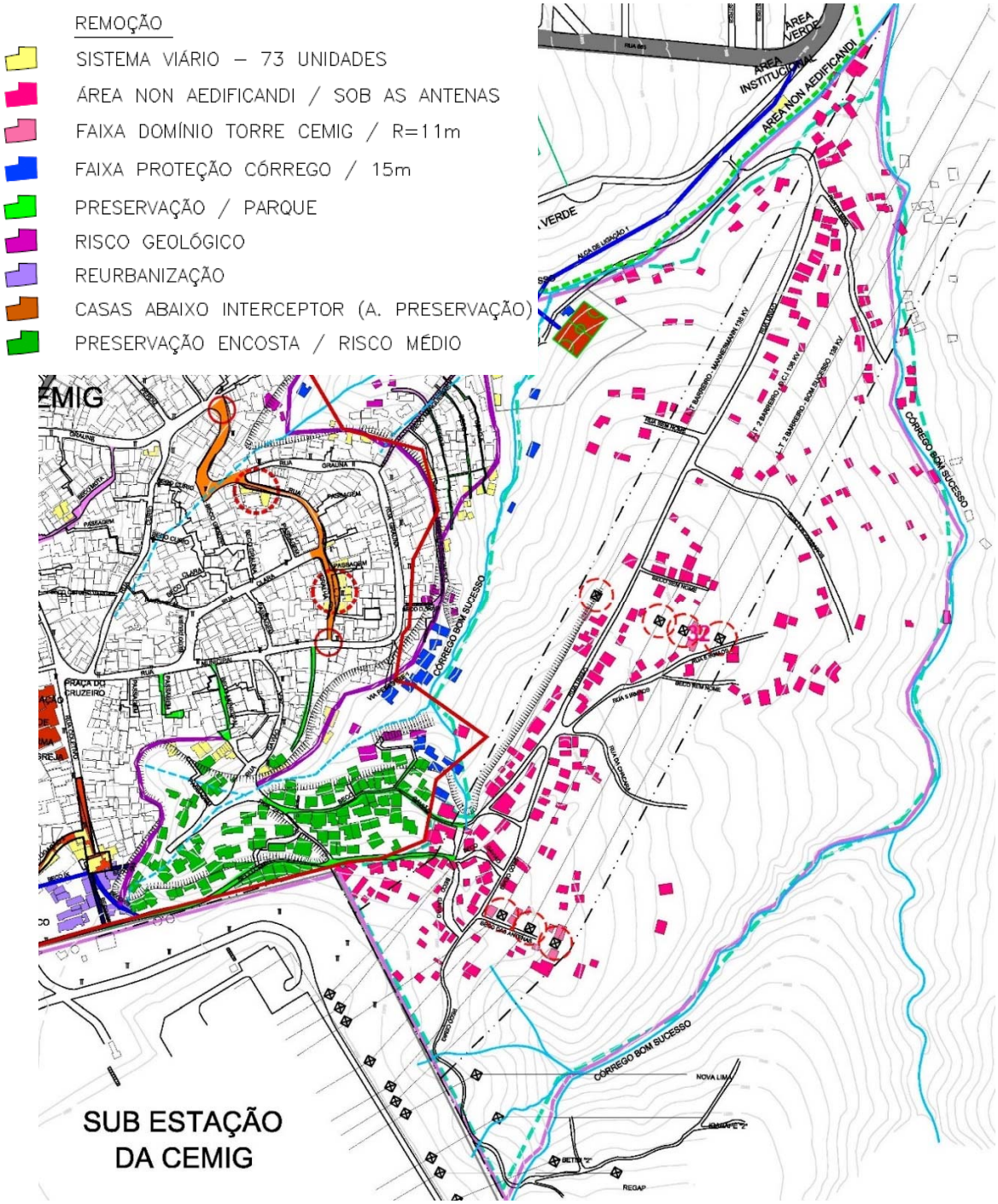
> *A região das Antenas tem quase 100% da sua área de ocupação em situação ilegal, pois situa-se sob as linhas de transmissão da CEMIG e na área de sua faixa de servidão. Com isso, essa área não poderá ter a questão da regularização fundiária das moradias ali existentes solucionada*, ou seja, as famílias moradoras não obterão o título de propriedade de suas casas devido a impedimento legal [...]. A existência de declividades superiores a 47% nas encostas dessa sub-área também é outro fator de risco à ocupação e de impedimento legal à titulação de propriedades. Além disso, como apresentado em diagnóstico, essa área é isolada territorialmente dentro da Vila Cemig, devido às barreiras naturais da topografia do terreno, que dificultam o acesso e a abertura de vias de veículos até o núcleo dessa sub-área.
>
> Dentro dessas perspectivas, *a possibilidade de permanência da ocupação nessa região da Vila Cemig é nula. Essa área deverá sofrer remoção total de seus moradores*, que deverão ser relocados em áreas a serem determinadas

[45] Fonte: Sítio web Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/pge-planejamento>. Acesso em: ago. 2019.

> dentro do próprio território da Vila Cemig ou nas áreas definidas neste estudo como áreas para reassentamento. (URBEL, 2002, p. 7, grifo meu)

O PGE elaborado, assim, concluiu que não era possível a regularização da ocupação existente no Alto das Antenas, uma vez que se encontrava quase totalmente dentro da faixa de servidão das linhas de transmissão da Cemig, além da soma de precariedades e irregularidades na ocupação da área, apontadas no documento também como justificativa para sua remoção.

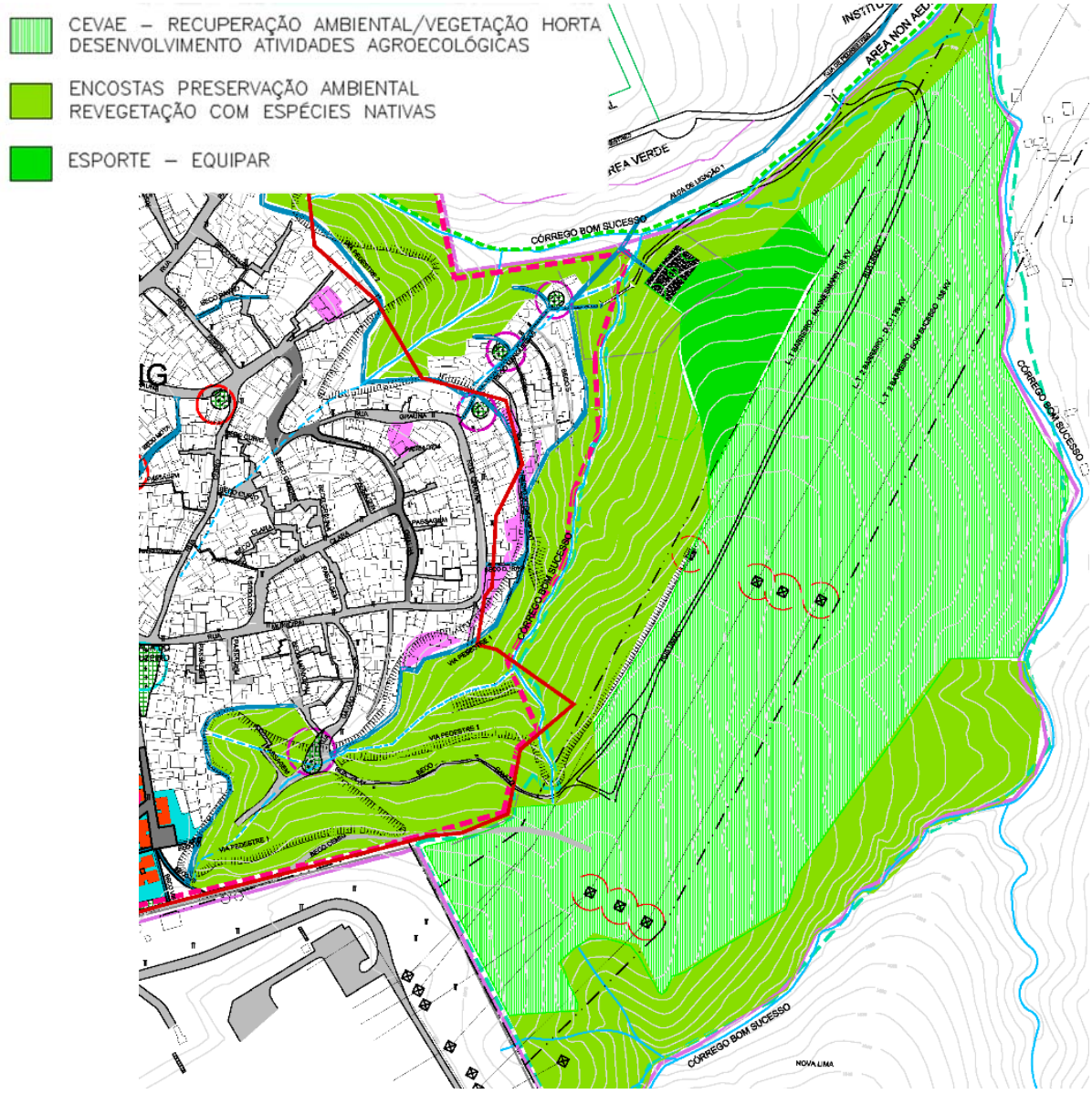
Figura 7. Detalhe do Mapa de Remoções do PGE Vila Cemig, na região do Alto das Antenas



Fonte: URBEL, 2002. Adaptado pela autora.

A proposta urbanística elaborada, por sua vez, previa três tipos de tratamento para a área (conforme mostrado na Figura 8), sendo: (1) recuperação ambiental, vegetação e desenvolvimento de atividades agroecológicas na área dentro da faixa de servidão das linhas de transmissão (LT) da Cemig; (2) preservação ambiental e revegetação com espécies nativas nas áreas de encostas (englobando quase toda a área fora da faixa de servidão das LT); e (3) uso comunitário para fins de lazer e esporte em pequena área na Rua Mangueiras, onde antes tinha um campo de futebol que hoje já não existe[46] (indicada no mapa como "Esporte – Equipar").

Figura 8. Detalhe do Mapa de Cenário Futuro do PGE Vila Cemig, na região do Alto das Antenas



Fonte: URBEL, 2002. Adaptado pela autora.

[46] Não busquei entender o porquê desse campo de futebol não existir mais, pois não tinha conhecimento dele à época das pesquisas de campo, e, depois, não considerei relevante aprofundar-me na questão.

Em 2011, quando do pleito da Licença de Implantação do empreendimento por parte da Urbel, foi feita uma atualização do projeto de intervenção, tendo como referência as propostas indicadas no PGE. Segundo a Urbel, "a atualização se fez necessária pelo dinamismo da ocupação [do solo, no local], associado à existência de novos estudos para a Bacia do Bonsucesso, onde as Vilas Cemig e Antenas se inserem" (URBEL, 2016, p. 2).

> Para viabilizar todas as intervenções previstas por essa etapa do Programa Vila Viva, foram captados recursos no âmbito do Governo Municipal e Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Pro-Moradia, que teve como agente financeiro a Caixa Econômica Federal (CEF). (URBEL, 2016, p. 3)

Assim, o empreendimento foi denominado PAC Vila Viva – Vila Cemig/ Alto das Antenas.

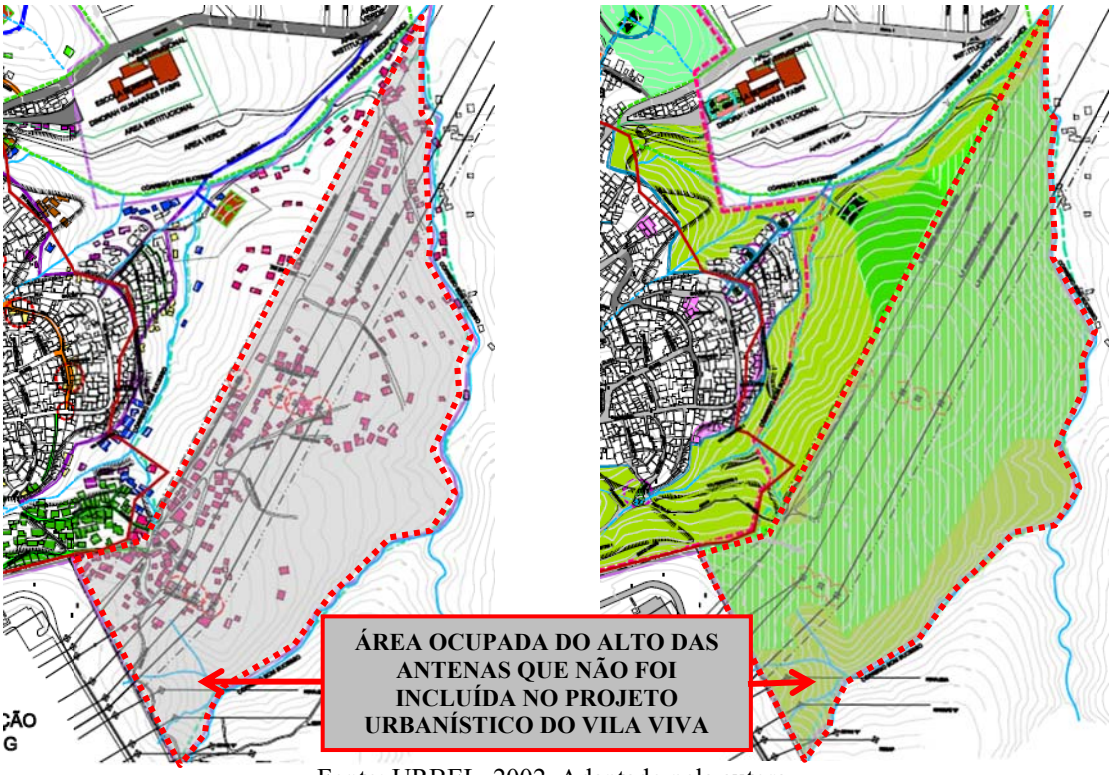
A proposta urbanística feita no âmbito do Vila Viva, contudo, não incluiu toda a área compreendida pelo Alto das Antenas. Ela abrangeu apenas a porção que faz divisa com a Vila Cemig e com o Conjunto Esperança, indo até o limite a oeste da faixa de servidão da Cemig – sem incluir a porção a leste dessa.[47] Com isso, grande parte da área ocupada existente no Alto das Antenas, ficou para "fora" do projeto (vide Figura 9 e Figura 10).

Quanto à parte incluída no projeto, assim como apontado no PGE, teve toda sua ocupação indicada para remoção e, no local, foi proposta a criação do Parque Alto das Antenas, com previsão de revegetação da área e sua destinação como área de preservação (Figura 11).

[47] De acordo com os documentos aos quais tive acesso, a saber: Planta do Projeto Básico Urbanístico (2011) e Relatório Técnico SUGT-Urbel nº 01/2017 (2016).

Figura 9. Recorte do mapa de remoções do PGE com destaque para área não incluída no Vila Viva

Figura 10. Recorte do mapa de propostas do PGE com destaque para área não incluída no Vila Viva



Fonte: URBEL, 2002. Adaptado pela autora.

Figura 11. Mapa de propostas de intervenção do PAC Vila Viva – Vila Cemig/ Alto das Antenas

Fonte: URBEL, 2016.

Mesmo com a maior parte da área ocupada do Alto das Antenas tendo ficado para fora do projeto do Vila Viva, entre 2012 e 2014 grande parte de sua ocupação foi removida. Para se ter uma ideia, o PGE estimava em 2002 a remoção de 192 famílias na "subárea das antenas" (URBEL, 2002, p. 2). O Relatório Técnico da SUGT (Urbel nº 01/2017), de dezembro de 2016, no entanto, relatou a remoção de 400 famílias no Alto das Antenas (URBEL, 2016, p. 22). O resultado desse acréscimo não previsto no número de famílias a serem removidas foi a interrupção das obras (remoções) no Alto das Antenas em 2014, segundo alegado pela Urbel, principalmente por falta de verba do Poder Público Municipal para conclusão dos trabalhos previstos.

Quanto às famílias removidas, elas são atendidas pela Urbel conforme critérios estabelecidos na Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte. As formas existentes de atendimento são: (1) reassentamento em unidades habitacionais produzidas pela Urbel; (2) reassentamento monitorado pelo Programa de Reassentamento de Famílias Removidas em Decorrência da Execução de Obras Públicas (PROAS); ou (3) indenização em dinheiro, no valor da benfeitoria a ser demolida.

Em relação ao primeiro tipo de atendimento, a Política de Habitação define que ele deve se dar preferencialmente próximo ao local de onde as famílias foram removidas. A Urbel conta com "tipologias construtivas" padrão, com unidades habitacionais (UH) de dois ou três quartos, sendo algumas em edifícios ("predinhos") de quatro ou cinco pavimentos, e outras em sobrados geminados. O encaminhamento para as unidades de dois ou de três quartos depende do número de moradores do domicílio atingido. Usualmente, famílias de até cinco moradores vão para UH de dois quartos e as que têm entre seis e oito moradores vão para UH de três quartos.

Já o PROAS, geralmente, é utilizado para casos de famílias com mais de oito moradores, para as quais um apartamento de três quartos não atenderia. Seu teto de atendimento é no valor de R$40.000,00. Com até essa quantia a família removida pode indicar outro imóvel em Belo Horizonte ou na RMBH que atenda aos critérios da Engenharia da Urbel (não podendo estar em área de risco, por exemplo). Contudo, segundo a técnica entrevistada da Urbel, seria uma alternativa cada vez menos utilizada, dentre outras razões, pelas dificuldades enfrentadas pela família para encontrar um imóvel com o valor disponível, próximo ao local de onde foi removida e que atenda aos critérios pré-estabelecidos da Urbel.

Em relação à indenização, a avaliação do valor da benfeitoria a ser demolida é feita pela própria Urbel, conforme critérios específicos. São levados em consideração no cálculo os elementos

construtivos da edificação. No caso do Alto das Antenas, como os ocupantes não são os proprietários de fato da terra, nenhum valor foi pago pelo terreno (uma vez que a legislação brasileira ainda não reconhece a posse da terra; se esse direito fosse reconhecido, além do valor de indenização pela benfeitoria atingida, seria pago também à família um valor pela desapropriação do terreno).

A aquisição de um imóvel com o dinheiro da indenização, por sua vez, também é assistida pela Urbel, para que venha a atender aos critérios específicos do seu setor de Engenharia. Esse rigor seria necessário, pois o poder público não poderia remover a família e permitir seu reassentamento em área onde essa ficaria exposta a algum tipo de risco (incluindo aqui risco associado à insegurança da posse, razão pela qual também não pode haver irregularidade fundiária no imóvel a ser adquirido pela família). Contudo, tais critérios reduzem ainda mais as possibilidades da família afetada conseguir adquirir um imóvel próximo de onde está sendo removida, com os valores (geralmente) extremamente baixos que recebem de indenização (uma vez que, via de regra, as benfeitorias são de baixo padrão construtivo e, como ocorrido no AA, não é pago nada pela terra).

Para entender melhor a questão da remoção completa das moradias existentes no Alto das Antenas, apontada no PGE e levada a cabo no Vila Viva, é necessário entender o que a ocupação de faixa de servidão para passagem de linhas de transmissão de energia significa.

Linhas de transmissão de energia

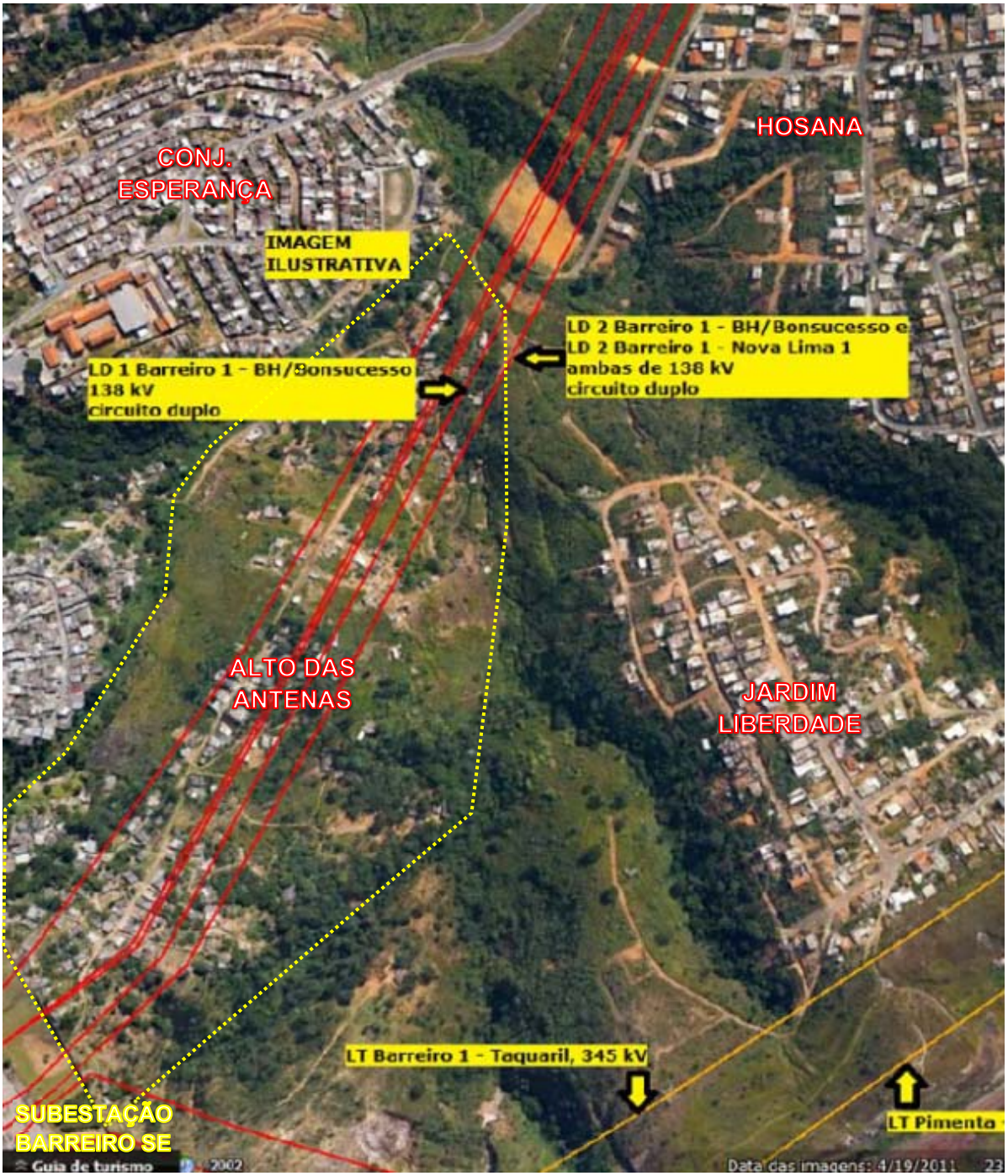
Aprofundando-me no material existente acerca dessa região, pesquisei as informações contidas no *Diagnóstico dos Aspectos Jurídico-legais* do Plano de Regularização Urbanística (PRU) do Jardim Liberdade[48], assentamento que faz divisa a leste com o Alto das Antenas. O PRU, assim como o PGE, é um instrumento de regularização urbanística e ambiental para a regularização fundiária plena (sustentável) de assentamentos urbanos, também previsto na Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte. Ambos possuem métodos de abordagem bastante similares, tendo como principal diferença que o PGE é voltado para vilas, favelas e conjuntos populares, enquanto o PRU destina-se a assentamentos privados irregulares.

As mesmas linhas de transmissão de energia da Cemig que passam por quase toda a ocupação do Alto das Antenas, passam também sobre uma pequena área do Jardim Liberdade. São, ao

[48] URBEL, 2016. Levantamento de Dados e Diagnóstico.

todo, nove linhas de distribuição ou transmissão de energia que partem da Subestação Barreiro em direção às Subestações Bonsucesso, Mannesmann e Cidade Industrial, conforme figura abaixo.

Figura 12. Caracterização dos circuitos das linhas de transmissão e distribuição que saem da Subestação Barreiro e passam sobre o Alto das Antenas (Cemig, 2015)

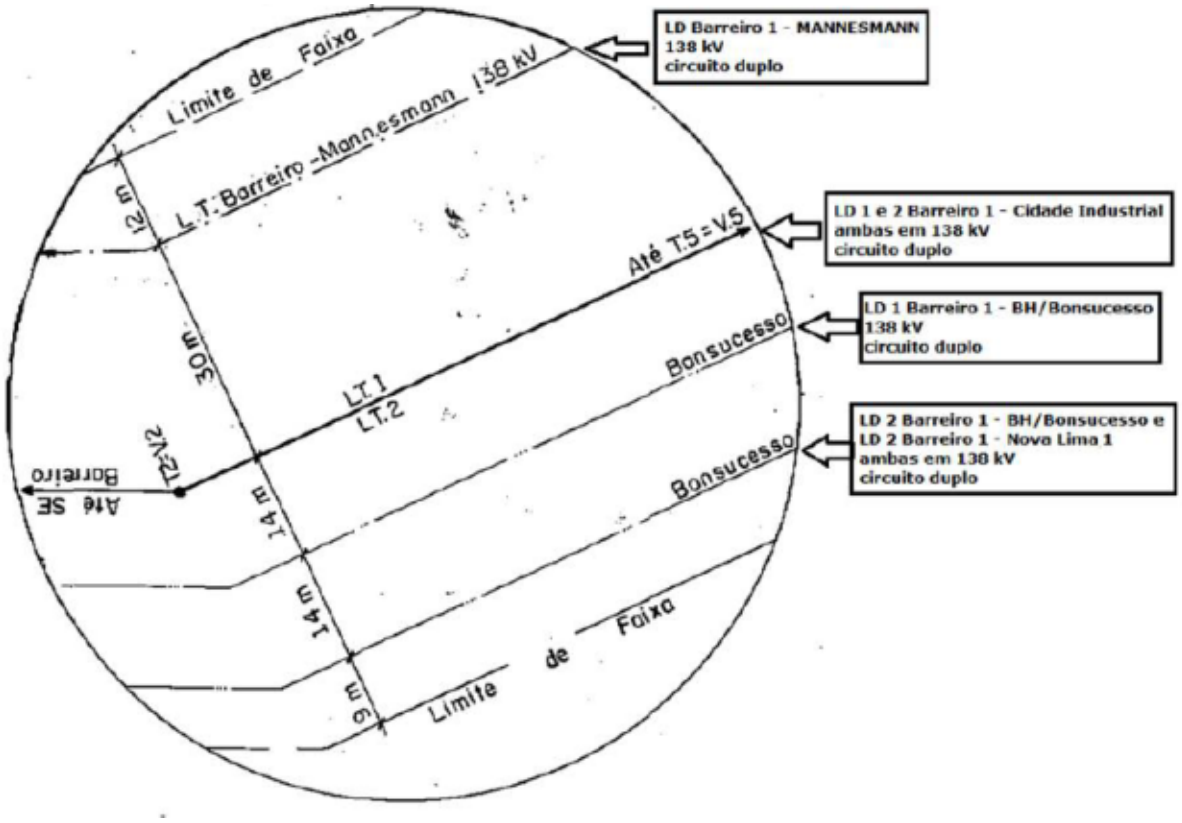


Fonte: URBEL, 2016. Adaptado pela autora.

De acordo com o PRU Jardim Liberdade (URBEL, 2016), que analisou informações e material específico fornecido pela Cemig, os limites da *faixa de segurança* das linhas de transmissão são

estabelecidos por esse órgão, e podem, ou não, configurar *faixa de servidão*. No local em questão, a faixa de segurança foi qualificada como faixa de servidão e delimitada pela Cemig com uma largura total de 79 m (Figura 13).

Figura 13. Ilustração esquemática das linhas de transmissão que passam sobre o Alto das Antenas com limite definido da faixa de segurança (CEMIG, 2015)



Fonte: URBEL, 2016.

Segundo o Diagnóstico dos Aspectos Jurídico-legais do citado PRU, a faixa de servidão:

> [...] *se trata de uma restrição administrativa à propriedade* da área afetada [e não] *de área de propriedade da Cemig*, que [se fosse o caso] se constituiria como "faixa de domínio", alterando o status jurídico fundiário da área de estudo.
>
> *A servidão administrativa grava a propriedade privada, sem implicar na* [*sic*] *transferência dominial* [...]. É utilizada, dentre outros casos, na passagem de linhas de transmissão de energia sobre imóveis particulares, em que *se pode excluir o direito à edificação, mas preservar o direito à utilização agropastoril do imóvel, por exemplo*.
>
> Em geral se aconselha que as *áreas constantes dentro de faixas de segurança de linha de transmissão sejam destinadas ao cultivo de hortas, cultura de flores, ajardinamento e pomares*, com espécies que não ultrapassem determinadas alturas e que não impeçam o acesso para manutenção da rede.
>
> [...] Por esta razão, *os imóveis localizados nessa faixa têm indicação de reassentamento em outro local*, por medida de segurança dos próprios

> moradores, bem como para possibilitar o acesso e manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica ali presente. (URBEL, 2016, p. 329, grifo meu)

Em março de 2019, entrevistei um engenheiro eletricista[49] do setor de transmissão de energia da Cemig (Cemig Geração e Transmissão), com o intuito de entender melhor sobre o assunto das LT do ponto de vista da ocupação do solo debaixo delas, o que é ou não permitido, quais os riscos reais associados, os critérios e normas técnicas considerados etc.

Primeiramente, o técnico entrevistado me explicou a diferença entre as faixas de segurança, de domínio e de servidão. A faixa de segurança é a largura mínima necessária para garantir a integridade das linhas, e é definida por uma norma brasileira (NBR 5422:1985)[50]. Essa largura varia em função do nível de tensão (voltagem) que passa nas linhas. Quanto menor o nível de tensão, menor as distâncias entre as fases, ou seja, menor a largura da faixa de segurança.

A faixa de domínio, por sua vez, é estabelecida quando a concessionária compra a terra por onde as linhas irão passar, passando a propriedade da terra para o nome da concessionária. O técnico acrescentou que essa é a prática usual em áreas urbanas. Já no caso de faixa de servidão, a propriedade continua em nome do proprietário original (como citado acima, no trecho transcrito do PRU), mas, por meio de um decreto de utilidade pública (DUP), estabelece-se que a área da passagem das linhas é de utilidade pública e, assim, a concessionária passa a ter o direito de uso da terra e o proprietário só pode utilizá-la conforme o que essa autorizar. Segundo ele, o uso de faixa de servidão é mais usual nas áreas rurais.

A faixa de segurança pode coincidir, ou não, com a faixa de domínio ou de servidão. Sendo a primeira definida por uma NBR, a segunda por transferência da propriedade da terra e a terceira mediante um decreto de utilidade pública. No Alto das Antenas, a faixa de segurança coincide com a faixa de servidão lá estabelecida. E, se trata-se de faixa de servidão, subentende-se que a propriedade da terra lá não é da Cemig (como será abordado mais adiante).

O decreto de utilidade pública (DUP) é um instrumento previsto no Decreto Nº 35.851/1954. Durante a entrevista realizada, o técnico entrevistado me mostrou e forneceu uma cópia desse decreto, que trata, dentre outras coisas, das concessões para transmissão e distribuição de energia elétrica. Segundo o documento:

---

[49] Optei por omitir o cargo do entrevistado, tendo em vista preservar sua identidade.
[50] À época da entrevista o técnico entrevistado acreditava que essa norma ainda estava vigente, mas acrescentou que ela estava em vias de ser revisada.

> Art. 1º As concessões [...] conferem aos seus titulares o direito de constituir as servidões administrativas permanentes ou temporárias, exigidas para o estabelecimento das respectivas linhas de transmissão e de distribuição.
>
> Art. 2º A constituição da servidão [...] depende da expedição, pelo Poder Executivo, de *decreto em que* [...] *se declarem de utilidade pública as áreas destinadas à passagem na linha*. [...]
>
> § 2º *A servidão compreende o direito, atribuído ao concessionário, de praticar, na área por ela abrangida, todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção das linhas de transmissão de energia elétricas* [...], sendo-lhe assegurado ainda o acesso à área da servidão [...].
>
> Art. 3º *Os proprietários das áreas atingidas* pelo ônus [da servidão] *limitarão o uso* do gozo das mesmas [...], *abstendo-se* [...] *de erguerem construções ou fazerem plantações de elevado porte*.
>
> § 1º *A administração*, ao expedir o decreto de servidão, *poderá vedar que tais construções ou plantações se façam em uma faixa paralela à área da servidão, estabelecendo-lhe os respectivos limites*.
>
> § 2º *Aos concessionários é assegurado o direito de mandar podar ou cortar quaisquer árvores, que, dentro da área da servidão ou na faixa paralela à mesma, ameacem as linhas de transmissão ou distribuição*. (BRASIL, 1984, grifo meu)

Nesse sentido, o técnico entrevistado explicou que a Cemig veda a realização de construções e plantações de grande porte sob as linhas, uma vez que se entende que o risco dentro da faixa de segurança é altíssimo e, quanto mais próximo das linhas, maior é o risco. Quanto a esse risco, ele explicou que a probabilidade de um cabo cair é mínima. Risco de descarga elétrica também é mínimo, porque ela é drenada pelas torres (antenas), descendo por um cabo isolado com sistema de aterramento similar ao de para-raios, existente em prédios. Ele acrescentou que essa possibilidade não pode ser descartada, mas que o risco é baixo.

Para complementar algumas informações relativas a esse tema, em abril de 2019, eu conversei por telefone com outro técnico da Cemig, engenheiro eletricista de segurança do trabalho,[51] que reforçou que existe, sim, risco de choque pelo aterramento feito nas torres e risco de algum cabo arrebentar. Mas, conforme destacado pelo técnico entrevistado, o risco maior vem das "coisas que você não controla, como soltar pipa, encostar ou se aproximar dos cabos" (Entrevista nº 12). Ele esclareceu que não é necessário encostar no cabo para que a descarga elétrica aconteça,

[51] Nessa conversa, tentei levantar dados especificamente sobre o Alto das Antenas. O técnico não sabia nada a respeito, mas me explicou que informações sobre ocupações irregulares já estabelecidas embaixo de LT ficam judicializadas e os técnicos da Cemig não podem dar informações a respeito. Por essa razão, decidi que não seria necessário agendar entrevista presencial também com esse técnico, tendo sido suficiente a conversa que tivemos por telefone.

mas que a uma certa distância (proximidade) do cabo, já é possível fechar curto e, por isso, a NBR estabelece os cálculos para se chegar às distâncias mínimas de segurança.

Quanto a essa proximidade que seria capaz de fechar curtos, ele citou como exemplo um problema grande que eles têm tido em áreas rurais, com plantações de cana de açúcar. Apesar de serem de pequeno porte, é comum a prática de colocarem fogo nas plantações, e a fuligem da fumaça, por vezes, permite a conexão elétrica de uma fase para outra, fechando um curto circuito que desliga a linha por ionização. Ou seja, ele reforçou, "não precisa ter o contato físico de um cabo para o outro" para fechar circuito e dar curto.

Ele explicou como funciona o sistema elétrico nacional. Até 1997 eram consideradas linhas de transmissão aquelas com voltagem de 34,5 kV até 500 kV. Em 1997, criou-se a ANEEL e as empresas foram obrigadas a separar a distribuição, geração e a transmissão de energia. Assim, hoje a Cemig é uma *holding* (grupo de empresas), dividida em "Cemig Distribuidora" e "Cemig Geração e Transmissão". Depois que se estabeleceu o marco regulatório com a implantação da ANEEL, linhas de 34,5 até 230 kV passaram a ser consideradas de "subtransmissão" (e operadas pela Cemig Distribuidora), e as linhas de "transmissão" passaram a ser aquelas acima de 230 kV (operadas pela Cemig Geração e Transmissão). A Cemig considera, na prática, "linha de transmissão" quando passa de 35,5 kV até 500 kV, mas, pela regulação brasileira, só seria transmissão de 230 kV para cima. Como exemplo, ele citou as linhas que passam sobre o Bairro Santa Lúcia, na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte. Sua voltagem é de 138 kV, portanto, antes eram operadas pela Cemig Geração e Transmissão, mas hoje são operadas pela Cemig Distribuidora. "Então, você tem linhas de transmissão tanto na Distribuição da Cemig, como na Transmissão da Cemig". As linhas que passam pelo Alto das Antenas são também de 138 kV (Figura 13), assim, acredito que lá funcione da mesma forma, sendo operadas pela Cemig Distribuição (que não era a "empresa" a qual o técnico entrevistado estava vinculado, pois ele era da Cemig Geração e Transmissão).

"Em todos os lugares, temos muito mais subtransmissão [postes de iluminação pública e abastecimento de energia domiciliar, por exemplo] do que transmissão. A Cemig deve ter vinte mil quilômetros de subtransmissão e cinco mil de transmissão, ou seja, quatro vezes mais" (Entrevista nº 12). Ele explicou que "quanto menor a tensão, mais baixa e mais compacta é a linha, e quanto mais compacta [mais próximas as fases; uma linha da outra], mais próxima de nós ela está, então é onde há mais casos de acidentes". Ele deu exemplos de casos em que encostam na fiação elétrica em obras de construção civil (pois manipulam peças grandes),

soltando pipas, em período de carnaval soltando serpentinas, entre outros.

Quanto às linhas de transmissão de energia, o uso debaixo delas é avaliado caso a caso, dependendo da distância até os cabos e da voltagem que passa por eles. Ele destacou que a leitura da NBR mencionada pode passar a ideia de que é permitido construir sob as linhas, mas, citando o Decreto de 1954, reforçou que isso é vedado pela Cemig. Para exemplificar que não são vedadas somente edificações, mas são avaliados os riscos associados a quaisquer atividades que se pretenda fazer sob LT, ele contou que a Cemig recebe pedidos de grandes empresas para fazer estacionamentos debaixo das LT, mas que se for para caminhões de grandes cargas, onde manipulam-se volumes grandes, que "eles vedam mesmo".

Quanto à leitura da NBR, que pode dar a entender que é permitido construir debaixo de linhas de transmissão, ele estava se referindo à "Figura 13" do Anexo A da NBR 5422:1985 (abaixo copiada), em que é mostrada uma casa sob linhas e a distância do topo da edificação até a linha. Pelo que pude entender, a NBR estabelece as distâncias mínimas de segurança até as linhas, independente de qual for o elemento físico (o anexo citado mostra distâncias também para trens, embarcações marítimas e outros), mas não estabelece proibições ou permissões de uso, o que, como estabelecido no citado Decreto nacional, ficaria a cargo da concessionária responsável pela operação das linhas.

Figura 14. Cópia da "Figura 13" do Anexo A da NBR 5422:1985

Fonte: ABNT, 1985.

Acerca de linhas subterrâneas, ele esclareceu que existem, mas em poucas áreas, pois são muito caras.

> Temos várias linhas 138 kV subterrâneas. No centro de BH é tudo subterrâneo, mas é muito caro. É uma discussão conceitual que se faz muito pouco com a opinião pública, porque todo mundo quer qualidade, mas reclama do preço da

> conta de energia, que realmente é muito cara, porque tem muito tributo. Não sei quais os requisitos considerados pra definir onde colocar linhas subterrâneas e onde não colocar. Em Tiradentes e Ouro Preto, por exemplo, os postes de energia são subterrâneos pra não interferir no patrimônio histórico. Em BH tem várias linhas subterrâneas, acho que é por questão de segurança. Mas acho muito difícil a ANEEL autorizar o investimento para implantação de mais linhas subterrâneas na cidade, porque hoje os investimentos e as tarifas são todas ajustadas com ela. Para que tivessem mais linhas subterrâneas a sociedade não ia querer pagar, porque custa dez vezes mais que a outra, ia aumentar muito a tarifa da conta. (Técnico da Cemig Geração e Transmissão, Entrevista nº 12)

O técnico entrevistado explicou que já existem hoje opções de linhas aéreas de transmissão mais compactas, ou seja, cujas distâncias entre as fases e até o solo são menores, logo, com distâncias menores de faixa de segurança. Contudo, elas são mais caras. Assim (à exceção das regiões centrais), a alternativa parece recair para as linhas aéreas com faixas de segurança mais largas, como a que passa sobre o AA. Quanto às faixas de segurança que deveriam permanecer conservadas (portanto, desocupadas), ele comentou que uma forma que ele reparou que foi feita no Rio de Janeiro para delimitar a faixa e evitar ocupações irregulares sob as linhas foi a construção de muros.

As ocupações irregulares embaixo de linhas representam para ele "um problema social sério no Brasil". Para esses casos, ele relatou que é acionado o Ministério Público, entra-se com processo judicial para que consigam autorização judicial para fazer as desocupações. Ele disse ser um problema crônico, já levado não só ao Ministério Público como também à ANEEL, mas seriam "poucos os casos de sucesso" (entendidos como aqueles em que eles conseguem remover as ocupações irregulares). Dentre esses, ele citou o Conjunto Paulo VI, em Belo Horizonte, onde mais de 500 famílias foram removidas e reassentadas, em parceria com a Urbel e com recursos federais. Contudo, ele apontou "o movimento dos espertalhões", que seriam aqueles que receberam uma unidade habitacional para reassentamento, mas depois a venderam. O outro engenheiro, com quem conversei por telefone, descreveu assim esse "movimento": "Quando os moradores ocupam, e conseguem a posse do lugar, eles vendem e vão ocupar outro lugar; é uma indústria, infelizmente."

De acordo com o relato do técnico entrevistado, quando a Cemig descobre construções de casas sendo iniciadas embaixo de LT, eles conseguem autorização judicial para demolir: "tem que ir com a autorização judicial e a polícia, pois as situações são complicadas". No entanto, ele citou que os processos de formação de ocupações irregulares são muito rápidos, que "os movimentos sociais estão muito bem estruturados, então elas surgem de uma hora pra outra, complicado pra

controlar. Tem que judicializar e têm muitas dificuldades pra conseguir fazer a desocupação". Ele não entrou muito em detalhes sobre essas dificuldades, apenas disse ser por "uma série de motivos, interferência política, ou não conseguem a autorização judicial, [...] entra apelo social, vereador, aí começa aquela confusão, e, em contrapartida, o risco [embaixo das LT] é altíssimo". Ele contou que os maiores problemas hoje de ocupações irregulares na Cemig Transmissão são na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Ipatinga e em Juiz de Fora. "Só para você ter ideia, temos empresa contratada só pra ficar inspecionando as servidões nas áreas urbanas". Ele relatou um caso em Ipatinga onde tiveram que demolir metade de uma creche, cujo dono foi avançando a construção sob as linhas. "A gente entende que é por desconhecimento; [a pessoa] acha que não tem perigo e vai avançando a construção" (Entrevista nº 12). Como apontado pelo outro técnico com quem conversei por telefone, "a eletricidade é invisível, as pessoas não veem, então acham que não tem risco".

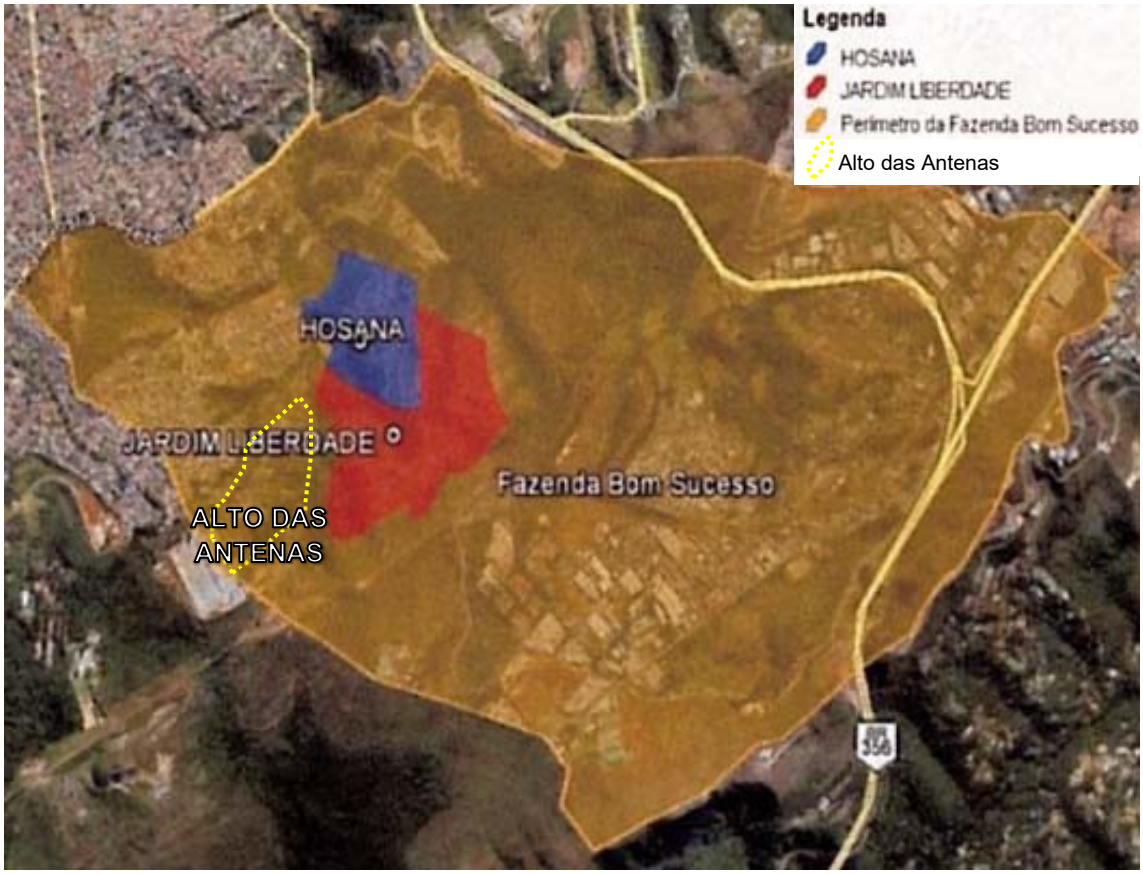
Ainda sobre as ocupações irregulares, segundo o técnico entrevistado explicou, quando são ações maiores, de remoção de comunidades inteiras, tenta-se criar um conjunto habitacional para reassentamento mediante parcerias com o Poder Público (o que, pelo que percebi, não tem sido feito com muita frequência, uma vez que o único exemplo que ele me deu foi o Conjunto Paulo VI, que já teria mais de dez anos). Por outro lado, quando são casos individuais de construções recentes a serem demolidas, ele disse que o morador não é indenizado. "Se você for analisar, qual que é o direito a ser indenizado? Você faz uma substituição. Substitui a moradia dele em outro lugar. Agora, esses outros que começam a invasão e você detecta no início, aí não tem nada, não. Só retirar mesmo... É muito complexo. É um problema social do Brasil" (Entrevista nº 12). E, com essa fala, ele concluiu a entrevista.

Realmente, trata-se de um "problema social" de falta de moradia para populações de baixa renda que não conseguem acesso à moradia adequada (ou seja, em locais onde não estejam sob alguma ameaça de risco à saúde e à vida, seja por risco elétrico, geológico, de inundação, ou outros, porque esses lugares acabam configurando-se como áreas de vulnerabilidade social onde há, inclusive, maior violência). Quando o entrevistado questiona "qual o direito a ser indenizado", parece não considerar o direito à moradia adequada, reconhecido internacionalmente como um dos direitos humanos universais (ONU, 2012), e expresso ainda como um dos direitos sociais no artigo 6º da nossa Constituição Federal (BRASIL, 1988). E, quando o outro técnico aponta essas ocupações irregulares como "uma indústria", revela que ambos desconhecem, como abordado por Baltazar e Kapp (2007), que se tratam de espaços criados pela necessidade, e não por escolha.

Assim, no que se refere à ocupação irregular de faixas de segurança para passagem de linhas de transmissão de energia, caso do Alto das Antenas, tem-se, de um lado, o entendimento legal de que as linhas de transmissão implicam impedimento à regularização de parcelamentos e/ou edificações sob elas. Assim, não seria possível, do ponto de vista legal, regularizar o Alto das Antenas da forma como ele existe hoje. E, por outro lado, tem-se toda uma retórica acerca do direito à moradia e do reconhecimento desse direito às famílias de baixa renda que ocupam esses lugares. Direito esse, aqui reconhecido e reafirmado.

Propriedade da terra

Figura 15. Limite da Fazenda Bom Sucesso, matrícula nº 6.553, de 1919, em nome do Estado de Minas Gerais (SEPLAG/MG, 2016)



Fonte: URBEL, 2016. Adaptado pela autora.

Em relação à propriedade da terra onde o Alto das Antenas se formou, o texto do *Diagnóstico e Diretrizes Jurídico-legais* do PGE Vila Cemig (2001a) aponta que "se tratavam de terrenos enquadrados como bens dominicais[52] do Estado de Minas Gerais, havidos historicamente em

[52] Bem dominical é aquele de propriedade pública, que não se encontra afetado, ou seja, não possui função ou destinação pública.

função, principalmente, da construção da nova capital" (URBEL, 2001a, p. 118). A pesquisa fundiária realizada para o *Diagnóstico dos Aspectos Jurídico-legais* do PRU Jardim Liberdade (2016), por sua vez, também apontou o Estado de Minas Gerais como proprietário da área em que se insere o Alto das Antenas, denominada de Fazenda Bom Sucesso, conforme matrícula nº 6.553 registrada em cartório no ano de 1919.

Contudo, é possível que haja uma duplicidade de registros para a mesma área, uma vez que há outro registro, datado de 1977, que define a propriedade privada da área em nome de pessoas físicas e jurídicas (URBEL, 2016, p. 310-311). Como não há qualquer tipo de mapa de delimitação ou localização junto a essa matrícula e tampouco é possível precisar os limites do imóvel registrado a partir do memorial descritivo existente, não é possível precisar se a região do Alto das Antenas está, ou não, dentro da área indicada nesse segundo registro. Ainda assim, da mesma forma que o entendimento conferido no PRU mencionado à propriedade da terra onde o loteamento Jardim Liberdade se insere, a região do Alto das Antenas está sendo aqui considerada como de propriedade "presumivelmente pública" do Estado de Minas Gerais.

Zoneamento

O Alto das Antenas é classificado, de acordo com a Lei Municipal 11.181/2019 (Plano Diretor de Belo Horizonte), como Zona de Preservação Ambiental -2 (PA-2).[53] De acordo com o artigo 93 da citada lei, as zonas de preservação ambiental são aquelas:

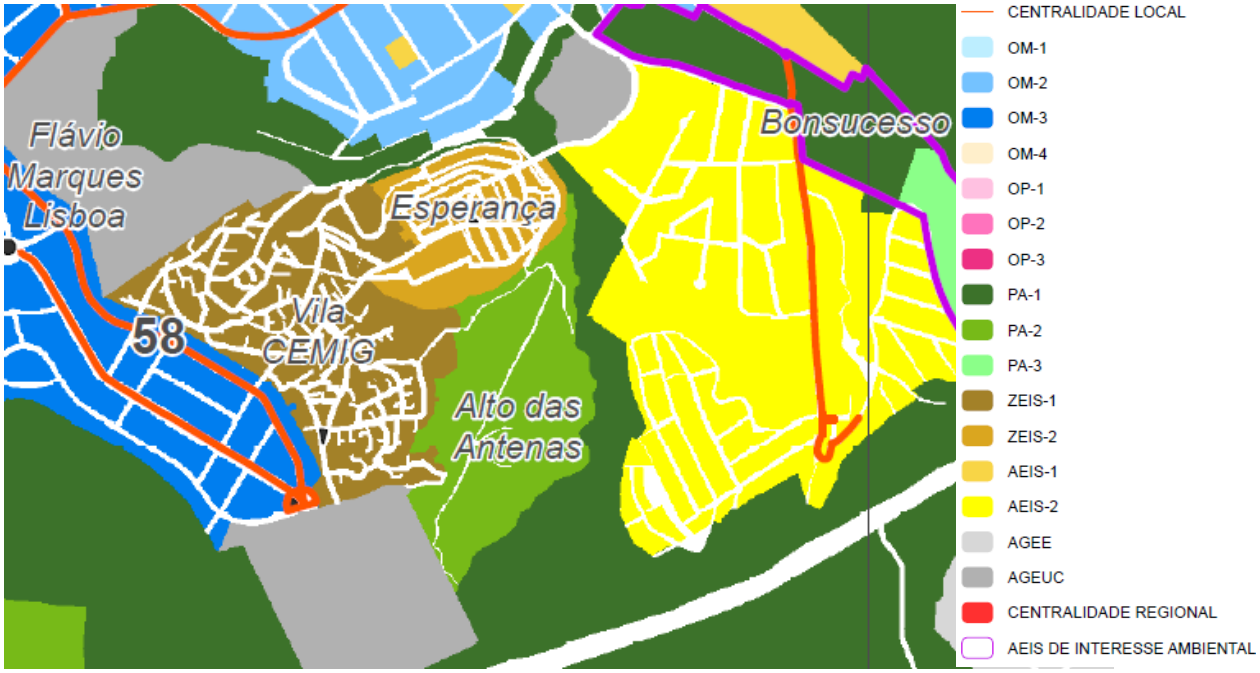
> [...] *porções do território municipal cuja possibilidade de ocupação sofre restrições* em decorrência da presença de atributos ambientais e paisagísticos relevantes, da necessidade de preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico, natural ou paisagístico, da amenização de situações de risco geológico ou da necessidade de recuperação de sua qualidade ambiental. (BELO HORIZONTE, 2019, grifo meu)

O parágrafo primeiro desse artigo define que as "zonas de preservação ambiental classificam-se em PA-1, PA-2 e PA-3, de acordo com a relevância ambiental que possuem e com a possibilidade de compatibilização de seus atributos ambientais relevantes com a ocupação

[53] O Plano Diretor de Belo Horizonte foi recém aprovado (em 8 de agosto de 2019), após longo período de discussões na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte – desde 2014, quando sua proposta de revisão foi aprovada na IV Conferência Municipal de Política Urbana (CMPU). Até a aprovação dessa revisão, o zoneamento de Belo Horizonte era definido pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (Lei Municipal 7.166/1996, alterada pelas Leis Municipais 8.137/2000 e 9.959/2010), que definia o Alto das Antenas como Zona de Proteção - 1 (ZP-1). De acordo com essa lei, as ZP-1 eram "regiões predominantemente desocupadas, de proteção ambiental e preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou paisagístico ou em que haja risco geológico, nas quais a ocupação é permitida mediante condições especiais".

edilícia e o exercício de atividades" (BELO HORIZONTE, 2019). Assim, à medida que aumenta (de 1 a 3) a classificação da preservação ambiental, diminui a relevância ambiental da área e diminuem, consequentemente, as restrições à sua ocupação. Os parques do Município, por exemplo, foram classificados como PA-1.

Figura 16. Zoneamento incidente sobre o Alto das Antenas



Fonte: BELO HORIZONTE, 2019 (Anexo I – Mapa de Estrutura Urbana e Zoneamento).

Não caberia aqui definir qual o zoneamento adequado para o Alto das Antenas, dentro da hipótese de regularização de sua ocupação, pois são necessários estudos técnicos mais complexos para tal. Mas, a partir da leitura do texto da lei do Plano Diretor, já é possível aferir que o zoneamento PA-2 incidente sobre o AA não é compatível com a ocupação que lá existe hoje. Como exemplo, cito algumas irregularidades lá observadas, no que diz respeito ao parcelamento e à ocupação do solo, a partir da leitura dos parâmetros exigidos pela lei em zoneamento PA-2:

- o tamanho mínimo de lote exigido é de 2.500 m², muitas vezes superior ao que é praticado hoje no AA (onde poderíamos apontar um tamanho médio de lote de 180 m², com cerca de 9 m de largura por 20 m de comprimento; mas onde observam-se várias situações em que os lotes são ainda menores que isso);
- a extensão máxima de face de quadra permitida é de 200 m, inferior ao encontrado em algumas quadras do AA, que chegam a ter mais de 300 m;
- a largura mínima prevista para vias veiculares varia de 15 a 20 m, muito maior que o existente hoje no AA, onde a via mais larga, Rua União, tem cerca de 10 m de largura;

- a largura mínima da testada de lote é de 5 m e lá há casos com frentes menores que isso;
- o coeficiente de aproveitamento (CA)[54] varia de 0,5 ($CA_{básico}$) a 0,8 ($CA_{máximo}$), inferior ao praticado lá, uma vez que há edificações que ocupam grande parte ou todo o lote; e
- os afastamentos frontal, laterais e de fundos exigidos, quando em vias locais ou coletoras (que são as presentes no AA), são de 3 m e 1,5 m, respectivamente, o que tampouco é aplicado lá, uma vez que a maioria das edificações não tem afastamentos frontais e uma quantidade bem significativa também não tem os afastamentos laterais.

Declividades maiores que 47%, áreas de preservação ambiental e áreas alagáveis ou inundáveis

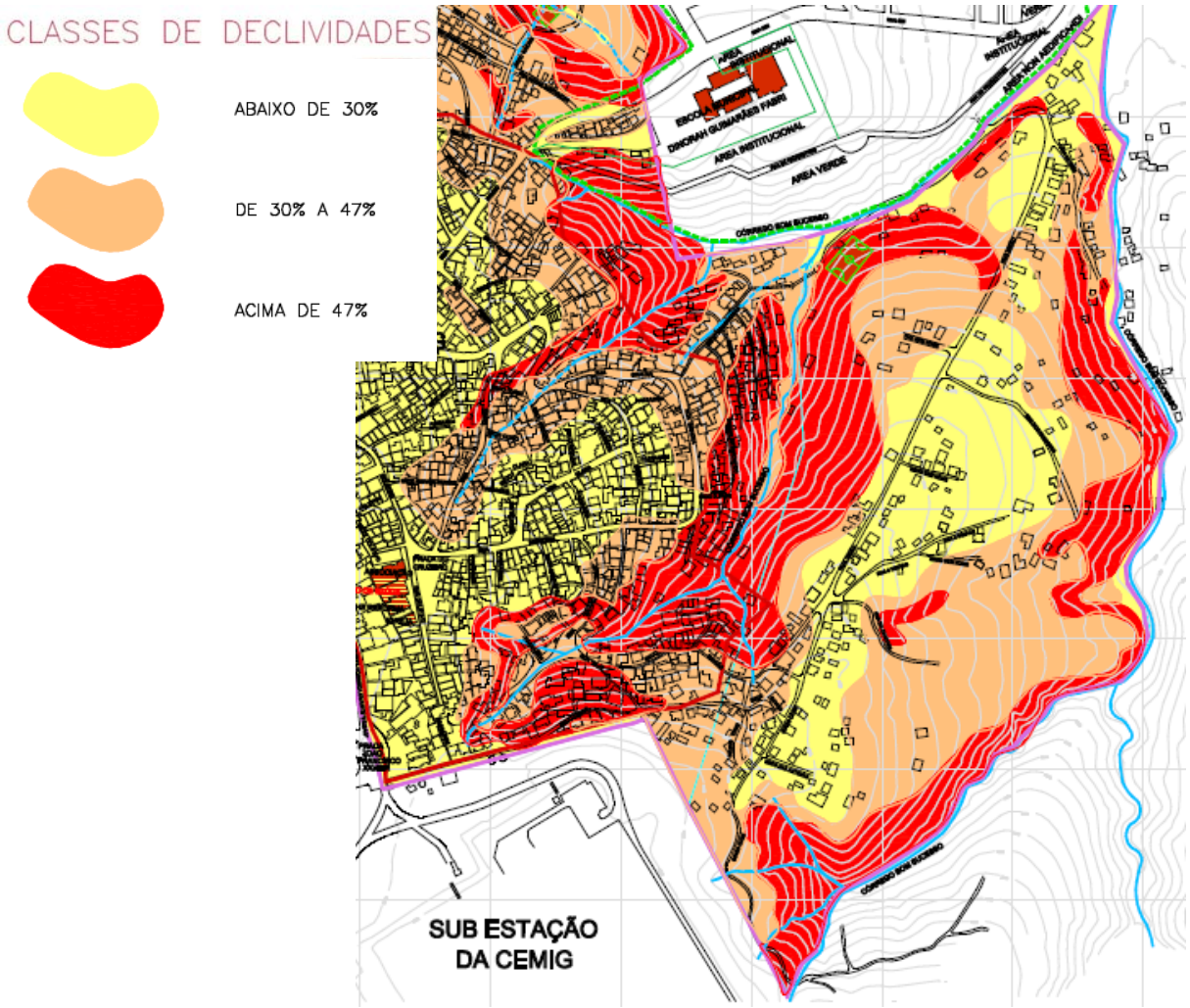
A Lei Federal 6.766/1979 impõe vedações e condicionantes gerais para o parcelamento do solo para fins de urbano. De acordo com o artigo 3º da citada lei, não é admitido o parcelamento do solo, dentre outras condicionantes: em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes; em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; ou em áreas de preservação ecológica.

A Lei Municipal nº 7.166/1996, por sua vez, diz que o parcelamento do solo em Belo Horizonte em áreas com declividades superiores a 47% é vetado, salvo em casos excepcionais, e em áreas com declividade entre 30 e 47%, ou alagáveis e inundáveis, ou em áreas que apresentem risco geológico só é permitido desde que o projeto esteja acompanhado de declaração técnica atestando a viabilidade de se edificar no local.

De acordo com a Figura 17, abaixo, que retrata um recorte do Mapa de Declividades do PGE Vila Cemig (2001b) na região do Alto das Antenas, é possível ver que a maior parte da área ocupada (edificada) do Alto das Antenas encontra-se nas porções de declividades abaixo de 30%. Contudo, nota-se parcelas significativas do terreno com declividades entre 30 e 47% e superiores a 47% (essas, sobretudo nas proximidades dos cursos d'água, onde os vales são mais fechados).

[54] "Índice que, multiplicado pela área do terreno, define o potencial construtivo inerente ao mesmo, a ser exercido por empreendimento público ou privado de forma gratuita." (BELO HORIZONTE, 2019, ANEXO XI – Glossário)

Figura 17. Recorte do mapa de declividades do PGE Vila Cemig, na região do Alto das Antenas



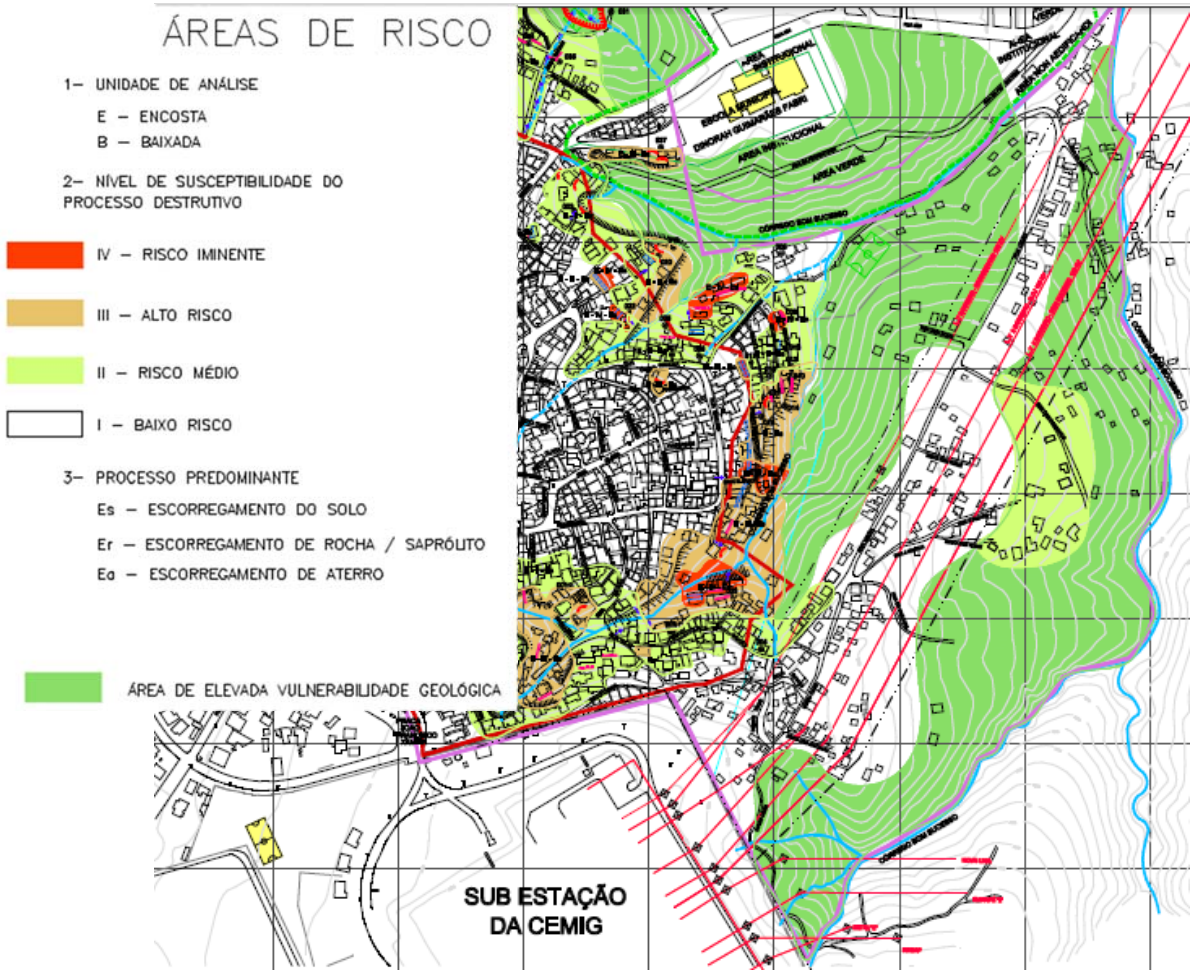
Fonte: URBEL, 2001b.

Em relação ao risco, o PGE Vila Cemig apontou áreas sujeitas à "ocorrência de fenômenos de natureza geológico-geotécnica e hidráulica que impliquem na possibilidade de perdas de vida e/ou danos materiais". O documento destaca que as áreas de risco, geralmente, caracterizam-se pela ocupação desordenada do solo e pela precariedade ou ausência de serviços de infraestrutura urbana, dando-se em encostas com altas declividades, passíveis de escorregamentos e deslizamentos de solo, ou em fundos de vales, sujeitos a inundações e solapamentos (URBEL, 2001a, p. 45). No Alto das Antenas, o diagnóstico do citado PGE apontou "risco baixo" na região ao longo da Rua União (linha de cumeada da encosta), mas, no restante da área, indicou como de "elevada vulnerabilidade geológica".

De acordo com os critérios adotados no PGE e com as características da ocupação do solo no AA, entende-se as áreas de risco baixo como aquelas "já habitadas a longo tempo e sem histórico de ocorrência de acidentes" (URBEL, 2001a, p.53). Em relação às "áreas de elevada vulnerabilidade geológica", também apontadas no documento como "áreas susceptíveis ao

risco", são aquelas áreas onde, em decorrência do processo de expansão da ocupação, foi possível traçar o provável desenvolvimento futuro de situações de risco. A figura abaixo indica essa classificação feita pelo PGE Vila Cemig, na região do AA.

Figura 18. Recorte do mapa de risco geológico do PGE Vila Cemig, na região do Alto das Antenas



Fonte: URBEL, 2001a.

O PGE define e aponta as seguintes diretrizes de intervenção para a região do Alto das Antenas:

> Constitui uma área de ocupação recente, em um espigão de topo aplainado, alinhado segundo a direção NE, limitado por encostas com declividade superior a 47%. Nesses locais mais declivosos já são evidentes as feições de instabilidade do tipo erosão linear e deslizamentos, associados à ação desordenada dos moradores na ocupação das encostas, introduzindo cortes verticais e aterros que potencializam os processos geodinâmicos.
>
> Do ponto de vista geológico-geotécnico a parte superior do espigão poderia ser objeto de consolidação. Entretanto, outros fatores (ver Diagnóstico Integrado Urbanístico-Ambiental) recomendam a sua desocupação. Quanto às vertentes laterais, apresentam condições geológico-geotécnicas e fisiográficas impróprias à ocupação por construções correntes (até dois pavimentos) com fundação direta, que caracterizam as edificações desse tipo de assentamento. (URBEL, 2001a, p.53-54)

Contudo, sabe-se que o risco geológico é mutável, tendo sua situação alterada em função das transformações antrópicas feitas sobre o terreno natural. É dizer, uma área onde "hoje" não há situação de risco, "amanhã" pode vir a ter, e vice-versa.

O Diagnóstico de Risco Geológico das Vilas e Conjuntos Habitacionais de Belo Horizonte (URBEL, 2011) feito pela Urbel em 2011, analisou e classificou as situações de risco na Vila Cemig, identificando os processos de instabilização predominantes. Contudo, ele deteve-se ao limite da ZEIS da Vila Cemig, não incluindo nas análises o perímetro do Alto das Antenas. Assim, não foi possível averiguar nenhum estudo mais recente sobre o risco geológico-geotécnico no Alto das Antenas (seus moradores atuais confirmam que nunca tiveram ocorrências associadas ao solo, tais como deslizamentos, ou mesmo relacionadas a risco hidráulico, como inundações ou alagamentos, na área).

Em relação à incidência de áreas de inundação e de áreas de preservação permanente (APP) sobre o AA, não irei me delongar. Cito apenas que, a partir dos dados levantados e estudos realizados no âmbito do PRU Jardim Liberdade (URBEL, 2016), foi possível averiguar a existência de pequenas manchas de inundação (com base em dados do DRENURBS) nas partes mais baixas dos córregos afluentes do Córrego Bonsucesso (que compõem a Bacia do Bonsucesso), próximo de onde esses afluentes se encontram (na ponta, ao extremo norte do AA). De semelhante modo, foi possível constatar a existência de APP de curso d'água e de nascente (faixa de 30 m para cada lado das margens dos cursos d'água e circunferência de 50 m de raio a partir de cada nascente, respectivamente), segundo critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal). Ressalto, contudo, que não foi possível precisar a localização e delimitar a área afetada por esses elementos no AA, uma vez que os estudos de referência tratavam especificamente do Jardim Liberdade, loteamento vizinho ao AA (razão pela qual não apresento aqui um mapa localizando esses condicionantes).

***

A análise dos dados até aqui levantados demonstra a existência de uma série de elementos no Alto das Antenas que representam condicionantes legais, usualmente levados em conta para a definição dos caminhos a serem seguidos para a regularização fundiária e urbanística de assentamentos irregulares de interesse social.

Mesmo passados mais de vinte anos desde sua origem e cerca de seis desde que começou a ser "refeita" (durante o processo de remoção feito pela Urbel), o Alto das Antenas não configura

ainda uma favela consolidada. Carece de infraestrutura urbana básica e está ainda em franca expansão, tendo seus limites constantemente transformados: não só os do seu perímetro, como também os das vias, dos lotes, das quadras e das casas, que vão sendo conformadas e transformadas.

Entendo que a principal razão para essa "não consolidação", a despeito de situar-se em parte em Área de Preservação Permanente (APP) de cursos d'água e nascentes, em parte em área inundável, em parte em área de encostas de alta declividade, em zoneamento não compatível com o tipo de parcelamento e ocupação do solo que nele existe hoje (fora outros condicionantes, como a provável existência de edificações sobre redes sanitárias, que não foi possível de ser levantada e averiguada nesta pesquisa), é o fato, sobretudo, de ter se dado embaixo das linhas de transmissão de energia da Cemig. Conforme será discutido ao longo deste capítulo, entendo que tal situação seja a principal justificativa para as remoções já realizadas no Alto das Antenas e para a ameaça ainda presente de que novas remoções sejam feitas.

A série histórica de imagens aéreas do *Google Earth* em quatro períodos distintos, abaixo apresentada, mostra como os moradores do Alto das Antenas *resistiram* à tentativa do Poder Público Municipal, por meio do Vila Viva, em "limpar" a área e transformá-la em parque.

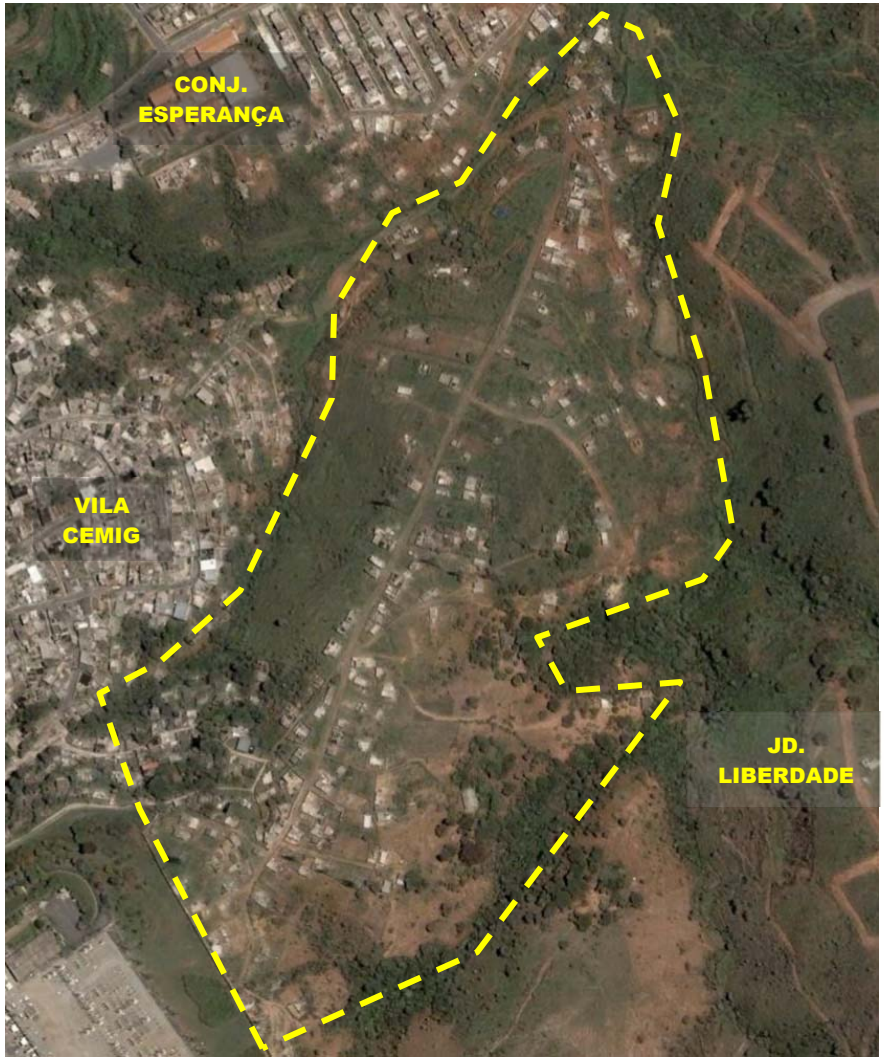
A primeira imagem (Figura 19) revela a área ocupada no Alto das Antenas em novembro de 2002, quando esse tinha pouco menos de dez anos de existência. A segunda imagem (Figura 20) é de março de 2012, logo antes do início das remoções feitas pela Urbel. Nela é possível ver a ocupação do solo já bem mais adensada se comparada a 2002, especialmente em sua porção sudoeste, onde a malha viária é contígua e se conecta à Vila Cemig, e em sua porção central, onde se forma um pequeno aglomerado de casas.

A terceira imagem (Figura 21), de abril de 2015, corresponde ao período posterior à paralisação das remoções do Vila Viva no local (por volta de 2014). Nela se percebe claramente que a área ocupada foi significativamente reduzida, especialmente na porção sul, que se integra à Vila Cemig e antes era bem adensada. Mas, nota-se também que muitas casas, especialmente na porção central, permaneceram. A quarta imagem (Figura 22), a mais recente disponível no *Google Earth*[55], de agosto de 2019, revela um adensamento maior, o que indica quão dinâmico, em constante transformação e crescimento é o processo de ocupação do solo no local.

---

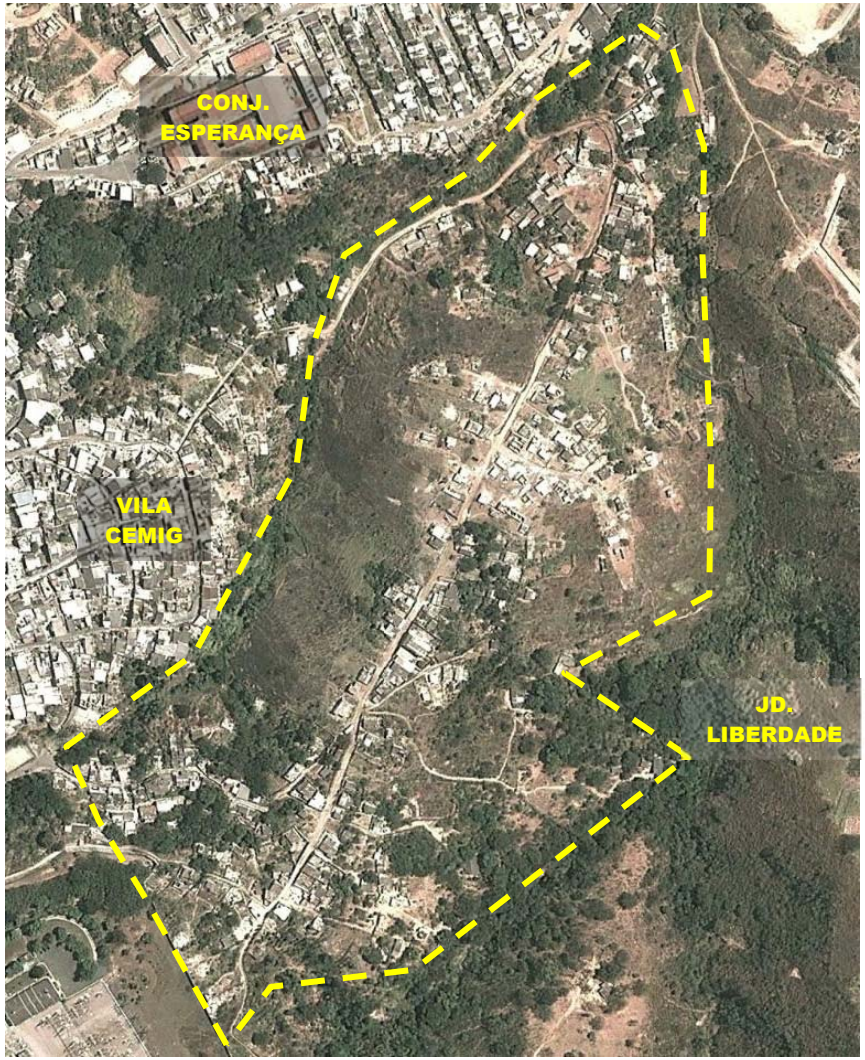
[55] Até a data de elaboração desta dissertação.

Figura 19. Imagem aérea do Alto das Antenas em novembro de 2002



Fonte: *Google Earth*, 2002. Adaptado pela autora.

Figura 20. Imagem aérea do Alto das Antenas em março de 2012



Fonte: *Google Earth*, 2012. Adaptado pela autora.

Figura 21. Imagem aérea do Alto das Antenas em abril de 2015

Fonte: *Google Earth*, 2015. Adaptado pela autora.

Figura 22. Imagem aérea do Alto das Antenas em agosto de 2019

Fonte: *Google Earth*, 2019. Adaptado pela autora.

A permanência de um número considerável de edificações desde a fase de remoções feitas pela Urbel e o cenário atual, de uma área reocupada, bem mais adensada e, segundo relatos, já com mais famílias do que havia antes das remoções, aponta para a *resistência* e *insistência* desses moradores. Essa resistência, no entanto, não diz respeito necessariamente a um embate direto, lutas e/ou conflitos entre os moradores e a Prefeitura de Belo Horizonte. Mas, sim, ao próprio ato dessas pessoas, em grande parte sem alternativa de moradia, de "insistir em ocupar" esse território, e o que essa "insistência" e permanência revelam.

A história passada desse lugar se confunde com a história presente. E segue sendo construída.

2.4 Alto das Antenas: o olhar institucional

Para a construção deste subcapítulo foram consultadas pessoas que atuam dentro do território ou cujo trabalho está, de alguma forma, a ele relacionado. Primeiramente, considerei de extrema importância conversar com a Urbel, uma vez que é o órgão gestor e executor dos programas municipais já realizados no Alto das Antenas. Assim, entrevistei dois técnicos que atuam no território, especificamente com o Empreendimento PAC Vila Viva – Vila Cemig/ Alto das Antenas. Na primeira ocasião entrevistei a Coordenadora Social do Empreendimento e, na segunda, entrevistei o Coordenador Urbanístico, acompanhado dessa Coordenadora Social.

Na primeira conversa com a Coordenadora Social do Empreendimento da Urbel, tomei conhecimento de alguns equipamentos públicos que atuam no território para atendimento da população, tais como o Centro de Saúde (CS) Vila Cemig, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Vila Cemig e o Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC), sendo os dois primeiros equipamentos municipais, e situados na Vila Cemig, e o terceiro estadual, situado no Conjunto Esperança. A área de abrangência de atuação deles inclui a Vila Cemig, o Conjunto Esperança e também o Alto das Antenas. Assim, considerei pertinente conversar também com técnicos desses equipamentos locais.

Durante o período da pesquisa, consegui entrevistar a gestora do Centro de Saúde e uma técnica social do CRAS. Por incompatibilidade de horários e agenda, não consegui entrevistar a gestora do CPC. Não obstante, destaco que mantive contato, troquei informações, em alguns momentos contei com o apoio e me encontrei em distintas ocasiões informais com esses e outros técnicos, não só desses três equipamentos citados como também de outros que atuam na região, muito também em função da minha participação (sempre que foi possível) nas reuniões da Rede.

Ressalto ainda que, ao longo da pesquisa, identifiquei outros agentes/órgãos com quem eu poderia conversar e/ou entrevistar para complementar as análises acerca do espaço Alto das Antenas. No entanto, isso nem sempre foi possível por diferentes razões, seja por incompatibilidade de agendas, ou por insuficiência de tempo, da minha parte, em conduzir todas as ações. Dessa forma, foquei nos agentes com quem considerei fundamental conversar (como Urbel e Cemig, por exemplo) e, quanto aos outros, fiz contatos à medida que as circunstâncias permitiam e os "caminhos da pesquisa se cruzavam". Quando não foi possível agendar entrevista, eu tentei ao menos conversar informalmente (seja presencialmente ou por telefone).[56] Esta dissertação, assim, está permeada pelo que consegui obter por meio dessas conversas. Este subcapítulo, no entanto, traz as percepções dos agentes da Urbel, do CS e do CRAS, os quais pude entrevistar na fase da minha pesquisa em que eu buscava conhecer o *objeto* e os *sujeitos* da pesquisa, diferenciando as lentes analisadas: a *institucional* e a de *quem vive*.

Meu objetivo inicialmente com as entrevistas aos técnicos da Urbel era entender: como foi definida a proposta de intervenção (projeto) para o local; se tinha outras obras previstas para o Alto das Antenas, além das remoções das edificações; como essas ações foram conduzidas; se o objetivo era remover a ocupação completamente ou se alguma parte seria/poderia ser regularizada; e como foi a articulação com os moradores, se foram realizadas reuniões para informá-los sobre o processo e as obras e, se sim, como haviam se dado. Por fim, queria entender os tempos: quando o projeto havia sido feito, quando começaram as obras e quando elas foram interrompidas, e ainda quais as perspectivas, ou ações futuras previstas, por parte da Urbel para o Alto das Antenas. Quanto às entrevistas com os agentes dos equipamentos locais, dentre meus objetivos iniciais estava a compreensão de como é o trabalho deles na região, especialmente no Alto das Antenas, e sua relação e interação com os moradores de lá.

---

[56] Fiz isso com: (a) alunos do grupo de Iniciação Científica e Estágio da Psicologia da PUC "Articulando redes e fortalecendo territórios", que atua no território há mais de oito anos (que, à época, só estavam acompanhando duas famílias dentro do Alto das Antenas); (b) uma integrante das Brigadas Populares, que promoveu reuniões com moradores no AA contra as remoções da Urbel, na época em que essas estavam acontecendo; (c) com a Defensora Pública que também participou na defesa de moradores, contra as remoções da Urbel – duas Audiências Públicas chegaram a ser realizadas para tratar, dentre outros assuntos, das remoções feitas pelo Vila Viva na Vila Cemig e Alto das Antenas, sendo a primeira realizada pela Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) no dia 21/05/2013 e a outra pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, no dia 27/06/2013; (d) além de um técnico da Cemig, para tratar especificamente do Alto das Antenas. Faltou eu tentar conversar com alguém da Regional Barreiro que tenha se envolvido à época de execução das remoções do Vila Viva na região, pois, pelo que pude ouvir da atuação desse órgão, ele é responsável por fiscalizar e autuar infrações cometidas no território (como será melhor detalhado adiante).

Quando apontei acima tais objetivos com as entrevistas como "iniciais", é porque, ao longo da pesquisa e do processo de aprendizado adquirido com o mestrado, tornou-se para mim mais relevante do que entender sobre o Vila Viva e o processo conduzido no Alto das Antenas, conhecer as *percepções* desses agentes acerca do AA. Assim, busquei resgatar junto deles o que sabiam do histórico de formação dessa favela, do processo de remoções vivenciado por seus moradores e da reocupação da área, bem como saber quais perspectivas eles viam para lá, para então comparar essas percepções com as dos moradores.

Essa percepção está sendo aqui apontada como "olhar", e diferenciada como "olhar da Urbel" e "olhar do Centro de Saúde e do CRAS", mas é importante ter claro que se trata do olhar dos técnicos dessas instituições, expressos aqui por meio da minha lente, a partir da leitura que fiz em nossas conversas, e não do "olhar" das instituições propriamente ditas, o que naturalmente precisaria ter sido registrado em algum documento oficial em nome da instituição. Tendo em vista não expor a identidade dos agentes entrevistados e a confidencialidade dos relatos obtidos, optei por omitir seus nomes, apontando-os apenas pelos cargos ou funções que ocupam nos órgãos onde trabalhavam.

Da Urbel

O Vila Viva é um programa municipal de intervenção estruturante que atua com base nos eixos urbanístico, social e jurídico[57], com "ações integradas de infraestrutura, saneamento, habitabilidade, recuperação ambiental, requalificação social e regularização fundiária" (URBEL, 2016, p. 2). No caso da região objeto da pesquisa que deu origem a essa dissertação, o programa está vinculado, como já apontado, ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, atendendo a critérios estabelecidos pelo Ministério das Cidades.[58] Segundo a Coordenadora Social entrevistada, o PAC Vila Viva é um tipo de empreendimento que trabalha de forma integrada "não só na parte de execução de obras, como também com os eixos definidos pelo Ministério das Cidades [...], como educação ambiental [e] geração de renda" (Entrevista nº 6). Ela explicou que existem outras modalidades de programas municipais em Belo Horizonte vinculadas ao PAC, tais como o Programa de Manejo das Águas Pluviais, mas que essas modalidades não têm a característica de intervenção estruturante como o PAC

[57] Fonte: Sítio web Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>. Acesso em: out. 2018.
[58] Fonte: Sítio web Portal da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Disponível em: <http://portalpbh-hm.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=17484&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=50532&chPlc=50532>. Acesso em: out. 2018.

Vila Viva.

No que se refere ao projeto executado pelo Vila Viva no Alto das Antenas, de acordo com ela:

> [...] não havia nenhuma previsão de uma intervenção grande pra lá; na verdade, o que se previa [...] efetivamente, era a retirada das famílias (e que o atendimento delas fosse por meio do reassentamento em unidades habitacionais ou do pagamento de indenização), e a transformação daquela área em uma área verde. (Coordenadora Social, Entrevista nº 5)

O processo de remoções empreendido pelo Vila Viva, no entanto, parece ter sido marcado por problemas. Segundo o Coordenador Urbanístico do Empreendimento, as famílias foram retiradas "de uma forma muito desordenada" (Entrevista nº 6). Segundo os dados obtidos, foram removidas 400 famílias do Alto das Antenas (URBEL, 2016, p. 30) e, dentre as famílias originais que habitavam o local, seladas e cadastradas pela Urbel antes das remoções se iniciarem, teriam restado apenas cerca de 30. Muitas ganharam unidades habitacionais e, em sua visão, "*foram para uma condição muito melhor*, que era o objetivo da intervenção".

Contudo, a Urbel não conseguiu desocupar totalmente a área e implantar nela a área verde (parque) prevista em projeto. Isso porque, concomitantemente às remoções que eram feitas, novas edificações eram construídas no local, nos espaços vagos existentes ou sobre os alicerces das edificações já demolidas, resultando num processo apontado pelo Coordenador Urbanístico de "enxugar gelo". Decorrente desse processo, os recursos destinados às remoções acabaram e as demolições no Alto das Antenas tiveram que ser paralisadas em 2014, impossibilitando a destinação de toda sua área como parque.

> [...] na época, a Captação de Recursos não previu um recurso suficiente para remover todas [as famílias do Alto das Antenas], e sim as famílias da Vila Cemig. Porque tinha-se uma perspectiva de que um convênio com a Cemig pudesse retirar essas famílias de lá, e [assim] atendê-las conforme a Política Municipal de Habitação. (Coordenadora Social, Entrevista nº 5)[59]

Como o convênio não deu certo, as ações teriam ficado todas por conta da Prefeitura que, como dito, não havia captado todos os recursos necessários para tal.

> O que aconteceu é que ali a Prefeitura iniciou o processo de remoção dessas famílias junto com as famílias da Vila Cemig, com a perspectiva de que a

[59] Uma hipótese que me surgiu por meio dessa fala, é que isso poderia justificar grande parte do Alto das Antenas ter sido deixado de fora do Projeto Básico Urbanístico do Vila Viva, uma vez que a Urbel estaria esperando firmar um convênio com a Cemig. Contudo, não foi possível eu comprovar ou refutar essa hipótese.

> conversa fosse avançando com a Cemig e que aí um convênio pudesse ser efetivamente firmado.
>
> [...] o dinheiro vem do Governo Federal com uma contrapartida da Prefeitura, mas [o] dinheiro [para as remoções] do Alto das Antenas não estava previsto na captação junto ao Governo Federal [...]. O que estava sendo gasto no Alto das Antenas não era ressarcido pela Caixa, então não entrava no valor daquele financiamento; estava saindo dos cofres da Prefeitura. Aí a Prefeitura, em 2014, suspendeu para ver se negociava melhor com a Cemig [...].
>
> Quando você tem um convênio, sobretudo nessas obras em vilas e favelas, a ideia é que a Prefeitura entre com a equipe, o *know how* de atendimento, e a concessionária (a gente já fez isso antes em outros lugares com a Cemig e com a Copasa) entre com o grosso do dinheiro, dos recursos financeiros. Mas não foi o que aconteceu ali, porque as negociações foram suspensas e, infelizmente, *de lá para cá o que a gente vê, realmente, é uma ocupação desordenada do espaço, em função de um déficit habitacional, que a gente sabe que existe, e em função de uma especulação também*. (Coordenadora Social, Entrevista nº 5, grifo meu)

O Coordenador Urbanístico disse conhecer a região desde 2006 em função das reuniões dos Núcleos de Defesa Civil (NUDEC) realizadas pela Diretoria de Risco da Urbel, segundo ele, a diretoria que mais atuava nesse território (incluindo Vila Cemig, Conjunto Esperança, Jardim Liberdade etc.), por meio de ações feitas nas vilas e favelas de Belo Horizonte para sanar situações de risco geológico-geotécnico. Para ele, a situação do Alto das Antenas é complicada, pois, ali "*sempre foi um lugar muito sacrificado pelo Poder Público*" (Entrevista nº 6, grifo meu), em razão de sua ocupação ter se dado em área não consolidável, dentro da faixa de servidão das linhas de transmissão da Cemig. Assim, ele explicou que o Poder Público usava isso como justificativa para não fazer lá "intervenções estruturantes ou urbanísticas, qualquer que [fosse] a melhoria, seja asfaltar uma rua", e concluiu que dessa forma ficava "*muito cômodo para o Poder Público*" (Entrevista nº 6, grifo meu).

Segundo ele, nessas reuniões que aconteciam, moradores do Alto das Antenas participavam e faziam várias reivindicações de melhorias. No entanto, ele revelou que as obras eram feitas principalmente nos períodos eleitorais (ele não soube dizer se por candidatos ou pelo próprio Poder Público) e eram essencialmente pequenas intervenções para melhorias no sistema viário, tais como patrolar[60] vias. A primeira intervenção mais organizada feita pela Urbel (ele não soube precisar a data, mas acredita ter sido em 2010) teria sido um mutirão organizado junto

[60] "Ato de usar máquina motoniveladora para melhorar o pavimento de uma estrada de chão batido; retificar estrada de chão; melhorar a superfície de estrada vicinal de terra." Fonte: sítio web Dicionário Informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/patrolar/>. Acesso em: nov. 2018.

com os moradores. A Urbel teria fornecido material (areia, brita e cimento) e, num sábado de manhã, os moradores pavimentaram um trecho do "Beco União" (na parte alta do assentamento, próximo à Vila Cemig, região mais adensada antes das remoções do Vila Viva).[61]

Aparentemente, não era só carência de infraestrutura que o Alto das Antenas sofria, mas também de políticas sociais atuantes que efetivamente alcançassem sua população. Segundo a Coordenadora Social, "embora o papel do CRAS seja de busca ativa, eles nunca tinham ido ao Alto das Antenas. Eles foram pela primeira vez com a técnica daqui [da Urbel], em 2013. *Para você ver como havia um distanciamento*" (Entrevista nº 5, grifo meu).

De acordo com o Coordenador Urbanístico, a histórica ausência do Poder Público no Alto das Antenas, por "*não poder fazer nada lá*", teria alimentado a expectativa em seus moradores de que seriam removidos. A Prefeitura "não falava claramente que um dia eles iriam sair, mas também não fazia nada." Quando as remoções foram então feitas, por meio do Vila Viva, as famílias retiradas eram, em sua maioria, as que já "sofriam ali" há muito tempo, além de "*um ou outro oportunista*" (Entrevista nº 6, grifo meu).

"Oportunista" é o adjetivo usado pelos técnicos entrevistados da Urbel para se referir às pessoas que estariam ocupando aquele território visando receber um apartamento da Urbel, ou serem indenizadas em dinheiro, sem de fato precisar[62]. Segundo eles, à época do início das remoções, eles existiam, mas não representavam a maioria dos ocupantes do Alto das Antenas. Diferente da realidade atual percebida por esses técnicos. A Coordenadora Social comenta sobre uma espécie de especulação em curso na área:

> Temos muitos relatos de pessoas que fazem de lá um loteamento visando a um atendimento [pela Urbel], pois sabem que a Prefeitura tem uma pretensão de intervir na área; de pessoas que receberam imóveis e alugaram apartamentos para alguém da família *e voltaram para lá na expectativa de ter outro atendimento*. Então, você tem uma situação muito heterogênea no Alto das Antenas hoje. [...]
>
> As [pessoas] que estão como especuladoras têm outros imóveis. Às vezes construíram lá, mas o imóvel tá fechado, às vezes está só com uma areazinha

[61] O Coordenador Urbanístico sugeriu que eu procurasse uma técnica da Urbel indicada por ele, que também acompanhou esse mutirão na época, que poderia me dar informações mais precisas a esse respeito. Procurada por mim (em 19/10/2018), ela disse que acredita que esse mutirão tenha acontecido em 2013 e que tenha sido num sábado e num domingo pela manhã. Ainda segundo ela, a via pavimentada foi o Beco Gavião (que liga a Rua União à Vila Cemig). Ela confirmou que houve dissenso dentro da Urbel acerca desse mutirão, uma vez que muitos de seus técnicos acreditavam que não podiam intervir (fazendo melhorias) em um espaço cuja ocupação não era consolidável/regularizável, mas que ao fim decidiu-se pela realização do mutirão.

[62] Aquelas que não se enquadram no déficit habitacional, ou seja, que já têm outra moradia.

> cercada. Se a Prefeitura começar a atuar, ela constrói rapidinho uns dois cômodos pra tentar obter algum benefício.
>
> Assim... A equipe social nunca atua numa perspectiva de que a família tá agindo de má fé, mas que acontece, acontece. (Coordenadora Social, Entrevista nº 5, grifo meu)

Já para o Coordenador Urbanístico, hoje a área teria muito mais famílias que antes e, em suas palavras, "a grande maioria é oportunista [...]. Pode ser que tenha alguém lá que precise mesmo, se for fazer um cadastro. Mas, a [...] primeira troca de gente foi só oportunista" (Entrevista nº 6). Na percepção deles, a área teria sido reocupada, em parte, em decorrência de um déficit habitacional que eles reconhecem que existe, mas, principalmente, por oportunistas, ou seja, pessoas que têm outra moradia e estão ali com o objetivo de "obter vantagens frente ao Poder Público".

O próprio PGE Vila Cemig, em seu volume de *Proposta/Hierarquização das Ações e Obras*, já alertava para esta questão: "sabe-se que tão logo a possibilidade de reassentamento de famílias residentes em áreas de risco e degradadas da cidade é ventilada, o interesse e a pressão pela ocupação dessas áreas por novos moradores aumenta enormemente" (Urbel, 2002, p. 8).

Os números, no entanto, do "antes" e "depois" das remoções são similares. De acordo com os dados obtidos: (1) teriam sido removidas 400 famílias;[63] (2) cerca de 30, dentre as famílias originais que já ocupavam o Alto das Antenas, teriam permanecido no local; (3) 350 famílias residiam no AA em janeiro de 2018[64]; e (4) cerca de 400 famílias estariam residindo lá hoje, de acordo com estimativas do Coordenador Urbanístico e da gestora do CS Vila Cemig[65].

É considerável o número atual de moradores no AA e sua expansão é contínua. Embora os técnicos entrevistados tenham dito que a situação continua na pauta de discussões da Prefeitura, na percepção deles não há de fato perspectivas dentro de um futuro próximo para realização de alguma intervenção estruturante para a região do Alto das Antenas como um todo.

> A gente que fica aqui mais no final da linha não vê nada avançando pra se tirar essas famílias, pra se cercar [referindo-se ao cercamento da área e sua destinação como área verde]... A gente tem uma dificuldade muito grande com isso.

---

[63] O Relatório Técnico da Urbel (2016, p. 30) indica que 250 famílias reocuparam o Alto das Antenas após as remoções realizadas, mas não informa a fonte desse dado.
[64] De acordo com a última contagem feita pela Urbel.
[65] Órgão que mantem o registro (cadastro) das famílias residentes na região, pois é necessário para seus atendimentos, e que por tanto é o que melhor pode dar referência da quantidade de famílias que residem na área.

> Então, você vê que as políticas públicas não funcionam assim... Na hora que tem que juntar as coisas, você não consegue. Não consegue juntar a fiscalização com a urbanização; [a Prefeitura] com a Cemig... É difícil, é muito difícil. (Coordenador Urbanístico, Entrevista nº 6)

À época dessas entrevistas (set./2018), no entanto, algumas remoções já estavam previstas, segundo a Coordenadora Social indicou, apenas em uma pequena parte do Alto das Antenas, assim que fossem retomadas as obras do PAC Vila Viva para conclusão do contrato inicial feito com a Caixa Econômica Federal e com o Ministério das Cidades. Ela explicou que a previsão era de retomada dessas obras no final de 2018, assim que concluíssem o processo licitatório para seleção da empreiteira.

De fato, em meados de 2019 as obras desse PAC Vila Viva foram retomadas e algumas famílias de áreas limítrofes ao AA, cuja malha viária se conecta à da Vila Cemig, foram indicadas para remoção. Uma área (apontada pela Coordenadora Social como pertencente ao AA), no Beco Mangueiras (Escadão), ao final da Rua Mangueiras, e a outra (segundo relatado por moradores do AA), na região do Beco Gavião. No entanto, como constatado posteriormente em distintos mapas, tais áreas pertencem na verdade à Vila Cemig e não ao Alto das Antenas. E essa é a razão pela qual minha pesquisa, desde o início, não abordou moradores dessas porções do território, uma vez que esses não se reconhecem como pertencentes ao AA e sim à Vila Cemig. (Ressalvo aqui que minha pesquisa não buscou entender, junto à Urbel, o projeto a ser usado nas obras retomadas em 2019. O recorte temporal que considerei para levantar dados junto à Urbel foi 2018. Ainda assim, a partir dos relatos que escutei dos moradores em meados de 2019, podemos inferir que o Vila Viva retomado incluiu apenas parte do Alto das Antenas, na região ao final da Rua Mangueiras, embora as obras realizadas venham afetar direta ou indiretamente seus moradores, positiva e também negativamente.)

Segundo a Coordenadora Social, para cumprir com o contrato, na retomada desse PAC a Urbel "*precisa entregar uma área verde*" (Entrevista nº 5, grifo meu). Para tanto, foi feito um ajuste na delimitação da área verde antes projetada (que, como já mostrado na Figura 11, englobava parte considerável do AA) e uma nova área foi definida (segundo ela apontou na entrevista, no entorno do Beco Mangueiras e do córrego que passa no local, afluente do Córrego Bonsucesso). A área do "parque" seria então cercada para que cumprisse tal função. Ainda de acordo com ela, os custos relativos a essas remoções não estão previstos no contrato com a Caixa e sairiam dos cofres da Prefeitura.

O atendimento das famílias removidas é feito pela Urbel, conforme já citado anteriormente,

seguindo os critérios específicos da Política Municipal de Habitação. No que diz respeito especificamente a essa área do Beco Mangueiras (Escadão) indicada para remoção, os moradores relataram que o reassentamento das famílias não estaria previsto, uma vez que a área já havia sido removida no processo anterior de obras desse PAC, e as famílias já teriam sido atendidas (seja por reassentamento, indenização ou outros encaminhamentos cabíveis).

Foto 11. Vista do Beco Mangueiras (Escadão), pertencente à Vila Cemig e na divisa com o AA (se liga, a jusante, à Rua Mangueiras), que está dentro do escopo de retomada das obras do PAC Vila Viva e cuja ocupação foi indicada para remoção

Fonte: Acervo da autora, set./2018.

Aos olhos dos técnicos da Urbel, o Alto das Antenas "é um lugar com uma infraestrutura precaríssima" (Coordenador Urbanístico, Entrevista nº 6). Ficou evidente em suas falas que eles realmente entendem que as intervenções lá realizadas (no caso, as remoções e os atendimentos respectivos) teriam resultado em melhorias para essas pessoas, em termos de ganho de qualidade de vida.

Segundo a Coordenadora Social, a Urbel não enfrentou resistência por parte dos moradores do Alto das Antenas em serem removidos, uma vez que "*as famílias valorizaram muito essa saída de lá*, pela qualidade dos imóveis que elas passariam a habitar, pela infraestrutura: acesso a linhas de ônibus, comércio, centro de saúde" (Entrevista nº 5, grifo meu). Ela disse que ouvia

muitas famílias dizerem: “Graças a Deus que eu vou sair daqui”.

> Eles lá têm o estigma da terra vermelha, do pé vermelho, porque na época de chuva o pessoal fala assim: “Pra sair de casa, ou sai descalço, leva o sapato [...] e arruma uma mangueira pra lavar o pé [antes de] calçar, ou vai com um [sapato] pra passar na parte do barro, e depois calça outro e bota o sujo na sacola”. Porque lá, como você conheceu, é tudo de terra. *Aí a pessoa sai de lá, pro asfalto na porta da casa, pro ônibus muito mais perto...* Então, efetivamente, se você me perguntar de Vila Cemig e de Alto das Antenas, na Vila Cemig eu acho que a gente teve mais dificuldade [para remover]. No Alto das Antenas você não tinha nada [...]. *Acho que não haveria laço familiar ou de amizade que fizesse com que a pessoa preferisse morar lá, do que nesses outros conjuntos, sabe?* (Coordenadora Social, Entrevista nº 5, grifo meu)

É importante frisar algumas ideias contidas no trecho acima descrito:

(1) A questão da resistência por parte dos moradores da Vila Cemig às remoções, que teria sido maior que no Alto das Antenas, em função de já se tratar de uma vila consolidada, atendida por vários equipamentos e infraestrutura urbana. O Alto das Antenas, por outro lado, seria uma área de carências extremas, físicas e sociais, onde, de acordo com a Coordenadora Social, “a oferta de um atendimento pela Urbel *veio como um bálsamo* para as famílias que sofreram ali durante muitos anos” (Entrevista nº 5, grifo meu);

(2) A última frase do trecho transcrito retrata como a cultura do *jeito certo de morar*, característico da classe média brasileira, impõe (por meio da percepção e atuação tecnicista) um padrão ao *jeito de morar* dessas populações periféricas de baixa renda. Fica subentendido que as características físico-espaciais da moradia (e seu entorno), tais como a infraestrutura disponível, são mais relevantes e decisivas na forma de morar do que as relações sociais (sócio-espaciais) estabelecidas, autoproduzidas e vividas no espaço e na forma de morar.

Fica clara na fala desses técnicos, além da crença de que a intervenção agrega qualidade de vida às famílias atingidas, sua preocupação com o futuro dessas famílias, revelando a boa intenção dos técnicos, a despeito de seu olhar “viciado” baseado nos padrões tradicionais da classe média.

> *É necessário garantir uma retirada dessas famílias para um lugar digno*, sobretudo, porque *onde elas estão morando, elas não têm a menor condição*. Porque se alguém passa mal lá em um dia de chuva... Agora, é aquela história... Você precisa construir elementos pra *garantir que essa retirada vá ser realmente positiva pras famílias* e que outras não virão a ocupar esse espaço. Acho que a maior dificuldade é essa. Porque hoje você tem esse problema. Senão é um gasto de recursos infinito também...

> [...] Eu vou falar da minha percepção, e pode ser que um estudo mais aprofundado mostre que eu estou errada. Mas, [...] *muitas das famílias optaram pelo reassentamento em um apartamento* [porque] *viam nisso uma oportunidade de melhora do patrimônio financeiro, porque efetivamente os imóveis* [onde viviam antes] *eram muito precários.*
>
> [...] A urbanização trouxe um pouco mais de dignidade para as famílias que moravam aqui.
>
> [...] *Elas internalizaram a questão do patrimônio, da valorização dos seus recursos* e toda a infraestrutura do Conjunto [de prédios construídos pelo Empreendimento].
>
> [...] duas famílias do Conjunto do Bonsucesso [um dos cinco Conjuntos construídos pelo Empreendimento] foram removidas do Alto das Antenas e deram depoimentos das melhorias. Elas falavam: "Estou com quatro linhas de ônibus na minha porta, tudo que eu preciso está pertinho, no comércio, posso ir a pé". Muitos conseguem enxergar as melhorias. Agradar a todos a gente não vai conseguir e nem é essa a pretensão. (Coordenadora Social, Entrevista nº 5, grifo meu)

Chama a atenção, a percepção da técnica de que os beneficiários reassentados nos apartamentos da Urbel reconheceriam isso como uma "melhora [de seu] patrimônio financeiro", tendo eles já essa ideia "internalizada", uma vez que os imóveis que antes habitavam seriam muito precários.

Outro ponto levantado nas entrevistas com os técnicos da Urbel diz respeito aos reassentamentos das famílias em apartamentos, que, por sua vez, se inserem em conjuntos de prédios residenciais, seguindo a lógica de ocupação da classe média, nos grandes centros urbanos. A principal justificativa dada pela Urbel é a necessidade de adensar a ocupação, em função da falta de terrenos dentro da cidade (e, ainda, idealmente próximos ao local de onde as famílias estão sendo removidas) para construção de novas unidades.

De acordo com a Coordenadora Social, antes "a resistência era enorme. As pessoas tinham muito receio da moradia vertical, da convivência, dos problemas oriundos da divisão das contas" (Entrevista nº 5). Contudo, ela disse que:

> Hoje essa cultura foi realmente mudada. As pessoas conseguem perceber, sobretudo, que a classe média brasileira, classe alta inclusive, vive em condomínios também. Porque antes eles falavam: "Ah, vocês estão nos jogando aqui". Hoje em dia não há mais essa fala. *As pessoas compreendem que faz parte da modernidade*, você não tem mais terreno para fazer casa para todo mundo. (Coordenadora Social, Entrevista nº 5, grifo meu)

Além dos prédios residenciais de até cinco pavimentos, com apartamentos que podem ter dois ou três quartos, a Urbel produz também algumas unidades unifamiliares, em sobrados

geminados. Esses, no entanto, tem sido menos utilizados, segundo os técnicos, pela já citada necessidade de se adensar mais a ocupação, em função da indisponibilidade de terrenos.

Quando perguntados sobre os problemas que eles percebiam nos apartamentos em relação aos sobrados, o Coordenador Urbanístico argumentou que "historicamente, não se reduzem os problemas sociais se [o reassentamento feito] é em sobrado ou em prédio" (Entrevista nº 6). Segundo eles, a causa principal atribuída à existência de problemas nos conjuntos (uni ou multifamiliares) teria muito mais a ver com a origem das famílias. Na fala da Coordenadora Social, "quando você aglomera famílias de um mesmo território em um espaço, a possibilidade de problemas grandes surgirem é menor. [Já os] pequenos problemas acontecem, assim como nos prédios de classe média" (Entrevista nº 6).

A Coordenadora Social ainda apresentou um segundo ponto, entendido pelos técnicos como imprescindível para se alcançar resultados positivos de convivência entre os moradores e de zelo para com os imóveis, que é a questão da apropriação do espaço, o sentimento de corresponsabilidade, "quando você se sente dono daquele espaço".

> *Os* [conjuntos] *que são de famílias oriundas exclusivamente daqui, praticamente não deram problemas de convivência*, foram mínimos, pontuais. Aqueles que receberam famílias de origens distintas apresentam problemas até hoje. *Aqueles que as famílias conseguiram perceber um ganho qualitativo, financeiro, a apropriação do espaço foi maior*. (Coordenadora Social, Entrevista nº 6, grifo meu)

A "não apropriação" dos imóveis por parte das famílias neles reassentadas é um tópico muito apontado pelos técnicos para justificar os problemas, de diferentes naturezas, encontrados. Problemas esses, enfrentados pela Urbel durante o acompanhamento que fazem no período do pós-morar, e, claro, principalmente pelos próprios moradores, em seu dia a dia.

Segundo os entrevistados, o motivo para essa "não apropriação" seria que os beneficiários não valorizam o apartamento em que são reassentados, *pois* o *ganham* da Prefeitura. Como exemplo de situação contrária, eles disseram que geralmente nos apartamentos ocupados pelo PAR (Programa de Arrendamento Residencial)[66], em que as famílias pagam, segundo ela explicou,

---

[66]"O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) é promovido pelo Ministério das Cidades, tendo a Caixa como agente executor e o FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) como financiador. Foi criado para ajudar municípios e estados a atenderem à necessidade de moradia da população que recebe até R$ 1.800,00 e que vive em centros urbanos." (Fonte: Sítio web Caixa. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/programas_habitacao/par/index.asp >. Acesso em: out. 2018.)

pequenas parcelas por cerca de vinte anos, a apropriação do espaço pelos moradores seria muito melhor e as dificuldades encontradas no processo, menores.

Percebi que os técnicos entrevistados entendem formas 'aceitáveis' (ou bem quistas) e formas 'não aceitáveis' (ou malquistas) para essa *apropriação* acontecer. Eles deram um exemplo para cada. O primeiro, de um dos cinco conjuntos habitacionais construídos pelo Empreendimento em questão (a saber, o Conjunto da Rua José Diniz de Melo, no Bairro Milionários):

> [...] a gente entregou um conjunto aqui [...] no final de 2014, a gente já tá indo pra quatro anos de Conjunto, que eu posso te levar nele hoje, sem avisar pras famílias, e você vai ficar impressionada. Recentemente eu fui [...] e o cuidado na limpeza das áreas externas, as portas do prédio todas fechadas, tanto as do bloco como os portões externos, a limpeza das calhas externas, todas limpas, sem gerar problemas no caso de chuvas próximas, o cuidado com os jardins, que *mostrava que os moradores se apropriaram do espaço*. A prefeitura plantou uma árvore, que estava prevista no projeto, e chegamos lá, estava cheio de árvores frutíferas, o canteiro todo florido... Então, o olho da gente até brilha ao ver, né... *É um exemplo de conjunto que deu certo.* (Coordenadora Social, Entrevista nº 6, grifo meu)

O segundo, o Conjunto Esperança, já citado no início deste capítulo por ser vizinho ao Alto das Antenas, foi apontado como conjunto habitacional problemático, gravemente marcado pela violência. Conforme descrito pela Coordenadora Social: "Não era nem sobrado. Eram casinhas, individuais mesmo, cada uma com uma areazinha [referindo-se ao fato de não serem sobrados geminados]. Inclusive ele é regularizado, você tem a metragem padrão, *todo bonitinho*." Contudo, sua apropriação pelos moradores foi apontada de uma forma negativa: "Eles próprios *modificaram toda a estrutura física que tinha no conjunto*, então não *tem mais aquela unidade* que se tinha antigamente [...] e hoje, [está] totalmente modificado" (Entrevista nº 6, grifo meu).

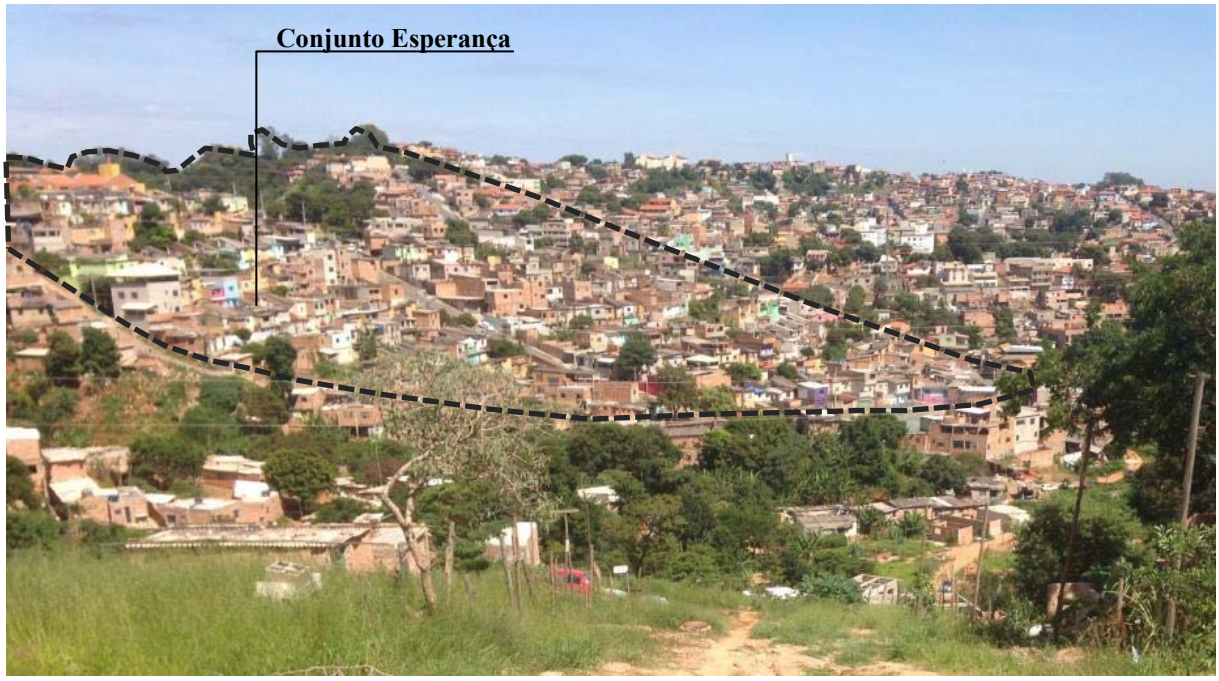


Foto 12. Alto das Antenas no primeiro plano e Conjunto Esperança ao fundo, com edificações originais já descaracterizadas

Fonte: Acervo da autora, jan./2018.

Eu busquei saber, junto aos técnicos entrevistados, sobre a elaboração/definição do projeto executado no âmbito do Vila Viva na Vila Cemig e Alto das Antenas. Eles relataram que as propostas previamente indicadas no PGE foram usadas como referência e, a partir delas, foram feitas atualizações cabíveis, por uma equipe multidisciplinar, para adequá-las à realidade em que a área se encontrava à época da execução das obras. O PGE, em todas as suas etapas (Levantamento de Dados, Diagnóstico e Propostas), via de regra, conta com um processo participativo específico, em que os moradores acompanham o desenvolvimento do trabalho junto aos técnicos da Urbel e da equipe contratada responsável. No Vila Viva também há um processo participativo, parecido com o do PGE, vinculado à execução das obras. Segundo os técnicos me explicaram, são feitas reuniões menores e de maior frequência com um pequeno grupo de moradores, o Grupo de Referência (GR), e, com menor frequência, assembleias onde todos os moradores da área de intervenção são convidados (geralmente por meio da entrega de "mosquitinhos" com dados da reunião a ser realizada, entregues de casa em casa, em mãos ou deixados nas caixas de correio).

No que se refere especificamente ao trabalho técnico social desempenhado no Vila Viva, a Coordenadora Social explica que:

> [...] é mais amplo do que só remover e reassentar; tem uma articulação com a comunidade; tem o fortalecimento das lideranças locais; tem que trabalhar questões ligadas à promoção da cidadania; e isso a gente faz com o Grupo de

> Referência, a gente faz com os moradores dos conjuntos no pré-morar e no pós-morar, nessa tentativa de continuamente fazer com que a passagem do PAC no território não seja somente abrir uma rua, sabe... Senão, fica muito pobre [a atuação], sobretudo para a equipe social. A gente tenta, realmente, [...] plantar outras sementes. Às vezes somos felizes nessa tentativa, às vezes saímos frustrados, mas a gente vai aprendendo [...]. (Coordenadora Social, Entrevista nº 5)

Em relação às perspectivas que veem para o futuro do Alto das Antenas, transcrevo abaixo a fala de cada um deles.

> [...] *nós não temos uma definição para aquelas famílias*. Porque, se eu chamo pra uma reunião, pra falar sobre a retomada da obra, eu automaticamente *crio uma expectativa de atendimento, de alguma intervenção naquela área, e não há neste momento essa perspectiva*.
>
> A retomada das obras se dará na Vila Cemig pra conclusão de algumas obras [conforme previsto com a Caixa], e, em um momento paralelo, como eu disse, nós teremos que remover famílias [numa pequena parte do Alto das Antenas] para garantir a área verde contratada junto à Caixa Econômica Federal. A gente já tem um desenho imaginário da área que vai ser cercada, próxima ao córrego [ao lado da Rua Mangueiras]. Inclusive, por questões ambientais a gente vai remover essas famílias de lá. [...]
>
> Nosso escritório fica aqui permanentemente. Todas as pessoas de lá que vêm, são atendidas. Mas elas têm sido atendidas com essa fala: *"Nós não sabemos qual vai ser o encaminhamento para as famílias do Alto das Antenas"*. "Ah, mas a gente vai sair?" "A gente não sabe." "A Cemig vai tirar a gente?" "A gente não sabe." Então, fica parecendo às vezes que é uma má vontade, mas não é. Existem conversas, como eu disse, periódicas na Urbel sobre essa questão, e não houve uma definição ainda do encaminhamento para essas famílias. (Coordenadora Social, Entrevista nº 5, grifo meu)

O Coordenador Urbanístico apresentou sua opinião sobre o que acha que deveria ser feito, diante dos erros que reconhece que já foram cometidos:

> [...] *o Poder Público em geral, não concentrado na Prefeitura*, [mas também] *o Estado, porque a área é do Estado*, [...] *a Cemig*, [...] *tinham que ter tido um conjunto de ações integradas* [...], pra não acontecer o que aconteceu.
>
> [...] Agora tem que se pensar uma forma mais eficiente de se fazer. É um problema que não é localizado na Vila Cemig. *É um problema de habitação que tá espalhado na cidade.* Não é um problema só da Prefeitura de Belo Horizonte, não é um problema só da Urbel, não é um problema só da Cemig, é um problema muito sério, principalmente debaixo das áreas de antenas. Porque também fica uma briga entre cão e gato. Mas, o que eu *penso que é a maneira correta é começar de novo, tentar fazer de novo, tirar as famílias...*
>
> [...] Como a gente fica instalado num território, *a gente fica muito propenso a ser rotulado como os únicos responsáveis diretos, quando dá certo ou dá errado. Tem ações que muitas das vezes não dependem da gente. A gente não consegue...*

> O conselho da gente aqui da Urbel é fazer a obra acontecer. A gente fez a obra acontecer. A gente retirou as famílias. A gente construiu 232 unidades. A gente urbanizou, abriu rua, fez esgoto, fez praticamente 90%. Tanto é que a nova licitação é 10% do valor [total inicialmente previsto]. A gente fez tudo, tirou família e tudo mais... Só que a continuidade, a compatibilização com as outras políticas públicas não aconteceu, né, de forma nenhuma... E por isso as famílias voltaram pra lá. Então, se a gente fizer da mesma forma que foi feito da primeira, vai acontecer da segunda, vai acontecer de novo... Então, ficou o aprendizado. *Agora, a forma de se fazer, se não for integrada a gente não vai conseguir*. (Coordenador Urbanístico, Entrevista nº 6, grifo meu)

Ambos os técnicos da Urbel reconheceram a existência de erros "no caminho" e demonstraram extremo gosto e zelo pelo trabalho que desenvolvem, além de excelentes intenções para com as pessoas cujas vidas são transformadas por meio de seu trabalho. O Coordenador Urbanístico foi o que, aos meus olhos, reconheceu mais erros na forma como alguns processos são feitos. Enquanto a Coordenadora Social foi a que me transpareceu ter mais paixão pelo trabalho, entendendo que ainda que existam erros (necessários para melhorar ainda mais os processos desenvolvidos), os acertos seriam maiores e mais significativos.

Por fim, para suscitar no leitor a curiosidade de conhecer qual seria a percepção dos moradores do Alto das Antenas acerca do espaço em que vivem (que busquei retratar no subcapítulo 2.5), cito a frase dita pela Coordenadora Social sobre a posição que, segundo ela, seus moradores tem desse espaço: "Se você for lá hoje, não precisa nem fazer uma pesquisa; se fizer uma enquete, *eu acho que a maioria das pessoas prefere sair*" (Entrevista nº 5, grifo meu).

<u>Do Centro de Saúde e do CRAS</u>

Em setembro de 2018 entrevistei a gestora do Centro de Saúde Vila Cemig e uma das técnicas sociais do CRAS Vila Cemig, para entender a atuação que cada um desses órgãos faz no território, especialmente em relação ao Alto das Antenas, e qual é a percepção e perspectivas que elas vêm para esse lugar tão "fora dos planos".

O Centro de Saúde (CS) é o equipamento público de maior referência para os moradores do Alto das Antenas. A Declaração emitida por ele é o único comprovante de endereço que eles possuem, uma vez que lá não tem endereço oficialmente reconhecido. Nesse sentido, o Centro de Saúde é o equipamento que teria informações "mais precisas" sobre o número de moradores do Alto das Antenas, a partir do controle dos atendimentos que são feitos. Segundo a gestora entrevistada, cerca de 400 famílias estariam residindo no AA à época em que conversamos. Ela só o reconhecia pelo nome Alto das Antenas e não sabia sobre seu histórico de ocupação. Para ela, trata-se de uma área de grande vulnerabilidade social.

A gestora atua na região desde 2013, quando já estava no fim o processo de remoções pelo Vila Viva no Alto das Antenas. Em relação ao projeto executado, a informação que ela recebeu é de que seria feito na região o "Parque Vila Cemig". Contudo, apontou que a fiscalização não conseguiu impedir que novas ocupações acontecessem na área. Ela comentou que a estratégia utilizada pela Urbel para evitar a reocupação da área, que é a de demolir as edificações e não retirar do local os entulhos gerados, não funcionou. Além disso, acabou gerando problemas de saúde pública para os moradores, uma vez que os entulhos, somados ao lixo que então passou a ser jogado neles, viraram moradia de animais transmissores de doenças (como pernilongos, ratos etc.). Segundo ela, nesse período teria crescido muito o número de atendimentos de pessoas com dengue, por exemplo.

Desde então, ela disse que a ocupação no Alto das Antenas só cresce. O Agente Comunitário de Saúde (ACS) que vai a campo fazer as visitas domiciliares repassa a ela a informação de que a cada dia chegam mais famílias. Esse é o agente mais próximo (dentre todos os equipamentos atuantes na área) dos moradores, pois faz parte de sua rotina de trabalho ir a campo, fazer visitas domiciliares (assim, segundo ela me explicou, quando uma nova família chega, esse agente é quem vai para cadastrá-la).

Segundo a gestora, o fato de vir gente "de fora", de vários lugares da cidade para morar no Alto das Antenas, acaba sendo um causador de conflitos. Ela justificou que se trata de pessoas não acostumadas com a cultura "que já existe na Vila Cemig e Conjunto Esperança", sem vínculos com outros moradores. A questão da violência no território como um todo é um grave problema, pois citou que acontecem brigas entre os recém-chegados envolvidos com o tráfico e as facções já estabelecidas na Vila Cemig e Conjunto Esperança. Ela disse não acreditar que o Alto das Antenas seja mais violento que os demais, disse nunca ter ouvido nada a respeito disso ou de casos de violência oriundos de lá. Contudo, acrescentou que as técnicas que vão a campo, comentam que se sentem mais inseguras no Alto das Antenas, do que na Vila Cemig e no Conjunto Esperança, pelo fato de não conhecerem os moradores, uma vez que estão sempre chegando novas pessoas.

Os riscos que ela vê no Alto das Antenas são: de descarga elétrica, em função das torres das linhas de transmissão de alta voltagem (embora nunca tenha ouvido nenhum registro de ocorrência lá); da poeira oriunda das vias não pavimentadas que, segundo ela, geram problemas respiratórios, tendo vários atendimentos no CS em função disso; e enfatizou a falta de saneamento básico (redes de coleta de esgotamento sanitário, abastecimento de água, drenagem

pluvial e coleta de lixo) com uma série de riscos à população, associados a essa ausência.

A gestora atribui a reocupação da área, além da já citada ausência de fiscalização, à falta de política de moradia em Belo Horizonte e à crise econômica no País, que teria aumentado o desemprego, aprofundando a vulnerabilidade social. Com isso as pessoas precisam de um local para morar e, sem condições de avaliar riscos, optam por aquele. Também avalia que algumas pessoas que ocuparam lá estariam interessadas em obter lucro. Segundo ela, algumas pessoas teriam "invadido" o local, "tomaram posse de uma área que não era delas, lotearam e venderam" (Entrevista nº 7).

Ela citou que à época das remoções do Vila Viva, teria ficado um "jogo" em que:

> [...] nem a Cemig assumiu, nem a Prefeitura, nem o Estado, que também estava envolvido nessa questão. Então, ficou "solto"; até que acabou o dinheiro que estava voltado para a obra. Foi iniciado um projeto que não teve conclusão. (Gestora do CS, Entrevista nº 7).

Diante de tantos riscos, ela não acredita que seja viável consolidar a ocupação no Alto das Antenas. Sente que os moradores, a comunidade em geral, não está sendo informada sobre o que anda acontecendo, quais encaminhamentos têm sido dados. O futuro que vê para lá seria a Cemig assumir junto ao Poder Público uma nova desocupação e então transformar a área em parque, ou dar a ela alguma outra função pública compatível com as antenas e linhas de transmissão que cruzam o local.

Após a entrevista com a gestora do Centro de Saúde, entrevistei a técnica social do CRAS Vila Cemig, que me indicaram por ser a que trabalha nele há mais tempo. O CRAS é um equipamento que oferece serviços de Proteção Social Básica em áreas de vulnerabilidade e risco social. Assim como a gestora do CS, a técnica entrevistada atua no território desde 2013. Ela também disse que a ocupação no Alto das Antenas só aumenta, e que teriam hoje mais famílias que antes das obras do Vila Viva.

Faço aqui uma ressalva quanto a esse "antes" citado por ela, uma vez que ela não chegou a conhecer o Alto das Antenas antes das remoções realizadas entre 2012 e 2014. Ao que tudo indica, segundo os relatos coletados, na percepção dos entrevistados hoje há mais moradores que antes das remoções feitas, inclusive pela fala de alguns moradores que conheciam ou já residiam no local antes desse processo, como veremos mais adiante. Contudo, como já demonstrado, os números até então obtidos são similares (cerca de 400 remoções e poucas famílias não removidas dentre as originais remanescentes, e cerca de 400 famílias residentes

atualmente), e precisar ou comprovar tais dados não foi possível.

A técnica social do CRAS citou que a ocupação no local é muito dinâmica. Após as obras do Vila Viva, como não deram outro uso para a área, deixando o espaço vago, muitas famílias o reocuparam, principalmente buscando sair do aluguel e em razão de sua situação de vulnerabilidade social. Ela descreveu o Alto das Antenas como uma área muito improvisada: "água, energia, tudo improvisado" (Entrevista nº 8).

O CRAS Vila Cemig atende muitas famílias que foram removidas do Alto das Antenas e reassentadas no entorno imediato, ainda dentro da área de atuação desse equipamento. Segundo a técnica, muitas famílias comentam que a saída do assentamento foi melhor para elas. Outras, no entanto, optaram por voltar para ele. De acordo com ela, algumas famílias trocaram ou venderam o apartamento que haviam recebido da Urbel por outro imóvel (no Alto das Antenas ou na região do entorno). Algumas dessas negociações teriam sido "ruins" e, por motivos que ela não soube precisar, as famílias acabaram perdendo o imóvel da troca, e tiveram que voltar a morar de aluguel.

> Você tem direito à moradia, mas *você troca aquela moradia que é sua, que é mais confortável, que tem acesso a água, saneamento, várias outras coisas, né...* [se referindo aos apartamentos do reassentamento] *E volta a residir lá* [no Alto das Antenas]... Então, é muito complexo, muito difícil. Teve famílias que aconteceu isso. Teve o apartamento, perdeu o apartamento, perdeu a área lá, e agora tão morando de aluguel. (Técnica Social do CRAS, Entrevista nº 8, grifo meu)

Ela ouviu dizer que a área onde o Alto das Antenas se situa seria da Cemig, mas que a Prefeitura fez a remoção das famílias devido à situação de risco em que se encontravam. Ela não tem notícia de que as famílias que hoje residem lá virão a ser retiradas de novo e vê um futuro incerto para a ocupação. Devido à crise do país e falta de verba, acredita que a situação vai permanecer assim por muito tempo.

Por fim, ressalto que, pelo que pude concluir da percepção das técnicas entrevistadas, o Alto das Antenas é entendido como um lugar marcado pela vulnerabilidade social e por precariedades físico-ambientais. Quanto a essas, elas enfatizaram especialmente a ausência de saneamento básico, citando o "improviso" das ações de seus moradores para resolver seus problemas de moradia. Esses improvisos seriam as "*ações táticas*" de que fala Certeau, as quais as fotos a seguir buscaram revelar.

Foto 13. Fiações elétricas improvisadas nas edificações debaixo das linhas de transmissão da Cemig

Foto 14. Pinguela sobre córrego e tubulação de água amarrada às árvores

Foto 15. Ligações elétricas improvisadas

Foto 16. Escada e tubulação para abastecimento de água improvisadas

Foto 17. Canos improvisados de lançamento de águas servidas no afluente do Córrego Bonsucesso, na Rua Mangueiras

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

2.5 Alto das Antenas: o olhar de quem vive

Foto 18. Crianças brincando na Rua União

Fonte: Acervo da autora, mar./2019.

Este subcapítulo pretende revelar o olhar de quem vive no Alto das Antenas, ainda que através da minha lente de arquiteta e pesquisadora. As conversas informais e entrevistas guiadas que fiz com moradores de lá durante as visitas a campo (apresentadas nos Quadros 1 e 2, na introdução deste Capítulo) compõem a construção do "outro lado" da história, a partir da perspectiva e percepção desses. Este texto está, portanto, recheado das falas desses moradores que, graciosamente, me ofertaram um pouco do seu tempo para contar acerca daquele lugar.

As ideias, percepções, pressupostos dos agentes externos que atuam no território foram também extremamente valiosos, ora reforçando, ora contrapondo o olhar dos moradores a ser aqui exposto. O objetivo era, ao final, construir a história sócio-espacializada do Alto das Antenas através da perspectiva desses moradores, a qual foi considerada na pesquisa-ação por mim desenvolvida no território.

Este subcapítulo foi também construído com a intenção de indicar como a '*existência'* e a

‘*insistência na existência’* do Alto das Antenas são formas de expressar a ‘*resistência’* das pessoas que ali estão, estejam elas ali há muitos anos ou há poucos meses.

A favela hoje reconhecida oficialmente como Alto das Antenas, formada há mais de 20 anos, “interrompida” e quase totalmente extinta pelo processo de desocupação empreendido pelo Programa Vila Viva da Urbel, ressurgiu e “de lá pra cá” se fortaleceu. Desde o início, vem sendo ocupada por famílias de baixa renda diante da possibilidade de deixarem de pagar aluguel e conquistarem a tão sonhada “casa própria”. A história do ‘ontem’ se confunde com a do ‘hoje’, pois esse espaço foi e continua sendo formado e reinventado. Seus moradores, antigos ou recém-chegados (chegando, saindo, voltando), continuam construindo e reconstruindo essa *favela que insiste em existir*.

Falar de como *antes* os lotes eram formados – provisoriamente delimitados com materiais simples –, que o espaço das vias era o espaço que sobrava entre os lotes demarcados e que as casas eram autoconstruídas pelos moradores, é falar de como *hoje* esse espaço continua sendo formado.

O espaço é reflexo das negociações e auto-organizações que se dão nele, caso do espaço “que sobra” para as vias quando da conformação dos lotes. Pelas falas dos moradores, esse me pareceu ser um processo natural, uma vez que todos sabem que é preciso deixar um espaço para acesso ao lote.

Provavelmente a descrição de como era esse lugar na década de 90 se aplicaria à descrição que poderia ser feita dele hoje. Não foram muitas as coisas que mudaram lá, a não ser principalmente a *renovação forçada* de seus moradores: muitos saíram e não mais retornaram; muitos novos chegaram; alguns saíram, mas voltaram (embora para edificações ou “lotes” distintos, uma vez que os que antes moravam, foram ocupados por outros moradores).

Quando perguntei aos entrevistados o motivo deles e dos demais moradores locais, em geral, terem ido morar lá, a resposta foi unânime: para sair do aluguel.[67]

> É mais a necessidade. Sair do aluguel... *A maioria que você for perguntar por que que tá aqui, é porque queria sair do aluguel*, porque tava caro, porque a crise veio... Porque ainda tem espaço pra construir. Se você for andar por aqui

[67] Ressalto, no entanto, a homogeneidade da minha amostra de entrevistados. Possivelmente aqueles que já tinham uma moradia e construíram outra casa no AA com objetivo de tentar obter alguma indenização, em caso de remoção futura (os “oportunistas”), não concordariam em conceder uma entrevista e, caso concordassem, não dariam uma resposta muito diferente dessa.

> por baixo, você ainda vai ver bastante lugar vago... (Rose, moradora há cerca de seis anos, antiga liderança, Entrevista nº 2, grifo meu)
>
> [...] minha mãe tinha um quintal grande, aí ela falou assim: "Pra você não pagar aluguel, constrói aqui." Aí eu construí o barraquinho. [...] *Pessoal morava de aluguel, compraram aqui com muito custo e construíram a sua casa, o sonho da sua casa própria*. (Laís, moradora há dez anos, dona da mercearia local, Entrevista nº 3, grifo meu)

Foto 19. Estratégias para ocupar: construir e seguir construindo

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

O que pude perceber das pessoas com quem conversei que estão lá hoje, acerca do motivo de terem ido morar lá, além do desejo de realizar o "sonho da sua casa própria", é o de esperança de uma vida diferente, de um começo, ou recomeço, ainda que incerto. São esperanças compartilhadas por famílias formadas por jovens casais com filhos pequenos; mães solteiras; esposas fugidas dos maridos abusivos; idosos satisfeitos com a possibilidade de lá poder ter suas criações de pequenos animais e estarem cercados por suas plantas, dentre outros que pude perceber lá.

No que diz respeito ao imaginário e percepção dos moradores do Alto das Antenas quanto ao espaço em que habitam, notei que eles sentem-se menosprezados, mal quistos por seus vizinhos da Vila Cemig e do Conjunto Esperança. Para esses, ali seria um local de insegurança, de violência, de "gente desocupada". Talvez esse imaginário tenha servido de influência na outra denominação pela qual o assentamento é também reconhecido: os "Sem Terra".

Segundo me foi relatado, em razão dessa favela ter sido formada mediante "invasão de terras",

os vizinhos “do asfalto” (da Vila Cemig e Conjunto Esperança) teriam apelidado ali de “Sem Terra”. Quando ouvi essa justificativa pela primeira vez, a primeira impressão que tive é de que esse nome seria reconhecido somente pelos “de fora”, mas não pelos “de dentro”. No entanto, numa conversa informal com um morador na minha segunda visita a campo, quando perguntei o nome daquele lugar, ele me respondeu: “Ah, é como eles dizem, aqui é o *Sem Terra*”.

Logo entendi que o apelido é usado e reconhecido não só por quem mora “fora”, mas pelos “de dentro” do assentamento também. Todas as vezes em que perguntei sobre a origem daquele nome os moradores citavam, entre risos e olhares um pouco desconcertados, a grande ironia presente nele: “Com esse tanto de terra que tem aqui, eles *fala* que é *Sem Terra*” (Rose, Entrevista nº 2). Esse “tanto de terra” citado pela moradora se deve às vias sem pavimentação e à falta de cobertura vegetal nas encostas (ocupadas ou não), que resultam em uma das principais reclamações dos moradores: a “poeira nos dias secos” e a “lama nos dias de chuva”.

Alto das Antenas é o nome oficial dado a essa favela, mas seus moradores não sabem precisar sua origem. O nome seria mais recente, possivelmente uma variação do outro nome em que a região era conhecida: “área” ou “subárea das antenas” (assim citado no PGE Vila Cemig), fazendo menção à grande quantidade de antenas da Cemig (torres das linhas de transmissão) situadas na parte alta da favela. Uns dizem ter sido escolhido pelos próprios moradores, outros dizem ter sido atribuído ao local pela Prefeitura na época em que as obras do Vila Viva estavam em andamento, diante da necessidade de que a área tivesse um nome.

Além de *Alto das Antenas*, nome oficialmente reconhecido, e *Sem Terra*, nome popular também conhecido por todos da região, outros dois nomes surgiram nas entrevistas: *Vila das Antenas* e *Vila União*. O primeiro, pode-se dizer que é apenas mais uma variação para “Alto” ou “Área” das Antenas. É utilizado não só por moradores, como também pela própria Urbel.[68] Já o segundo nome, *Vila União*, de acordo com a Rose, antiga liderança local que já tentou formar uma Associação Comunitária no Alto das Antenas, foi uma sugestão do movimento social das Brigadas Populares (que os apoiou por um tempo, durante as remoções da Urbel).

O diálogo transcrito abaixo com a Rose e sua melhor amiga Cristal (moradora há cerca de dez anos, uma das cerca de 30 famílias remanescentes do processo de remoções), tenta dar

---

[68] Consta esse nome no sítio web da Prefeitura de Belo Horizonte, que indica os locais onde as obras do PAC Vila Viva estão em andamento (disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>. Acesso em: out. 2018.) e, também, no Relatório Técnico da SUGT - Urbel nº 01/2017, sobre o Vila Viva no local.

explicação à origem desses nomes:

> - *Rose*: Aqui tem dois nomes: por parte, tem o "Alto das Antenas", por causa das antenas da Cemig, e, por parte de quem mora no asfalto, chama aqui de "Sem Terra". [...] *Com esse tanto de terra que tem aqui, eles fala que é Sem Terra* [risos]. Porque pra eles aqui não era nada né, aqui era vazio...
>
> - *Cristal*: Quer dizer, *pro pessoal da Vila, nós não existimos aqui*. O fato deles achar que essa parte aqui é mais perigosa, que todos os defeitos que têm na Vila, vêm daqui, e não de lá mesmo... Porque cada região aqui [...] tem um perigo, e sempre jogam no bairro vizinho, nunca é da cabecinha deles ali mesmo. *Então, nós temos esses dois nomes*, uma parte é Alto das Antenas (até mesmo *por causa da Cemig e por causa da Urbel que chamou esse pedaço aqui de Alto das Antenas). E pela Vila* [Cemig], *aqui é o Sem Terra.*
>
> - *Pesquisadora*: Você acha que foi a Urbel que denominou, criou esse nome Alto das Antenas, ou de alguma forma os moradores já falavam?
>
> - *Cristal*: Não, eu acho que foi mais quando eles [Urbel] começaram a entrar aqui, pra tirar as pessoas que tavam aqui. E como aqui tem muita antena, não tinha nome nenhum, foi, e colocou esse nome. Por parte deles mesmo, da Prefeitura (não sei se por causa da Prefeitura ou se foi a Urbel mesmo que deu esse nome).
>
> - *Pesquisadora*: E aí quem mora aqui fala que mora no Alto das Antenas?
>
> - *Rose*: É. Aí a gente chegou e colocou 'Vila das Antenas'. [...] Aí, acabou que eles [Brigadas Populares] colocaram aqui 'Vila União'. Lá eles conhece aqui como Vila União.
>
> - *Pesquisadora*: Por quê?
>
> - *Cristal*: É porque os nomes são muito feios, né?
>
> - *Rose*: É porque eles [Brigadas Populares] falou assim: "Não, gente, Vila das Antenas não dá", porque se a gente chegar lá na Brigada e falar "Vila das Antenas", eles vão falar: "Ah, mas lá é nas antenas, não pode." Aí colocou "Vila União".
>
> - *Cristal*: "Sem terra" é pior, né, porque com o monte de terra que tem aí...
>
> - *Rose*: É porque pras redes [de relacionamento] que eles usam, pra fazer campanha deles nas Brigadas, eles usam Vila União. (Diálogo, Entrevista nº 2, grifo meu)

Possivelmente, entre os anos de 2013 e 2016, os moradores tentaram se articular e mobilizar em torno de interesses coletivos. Pelos relatos coletados, quem teria tomado frente nesse processo foi a Rose, uma das novas ocupantes, que chegou ao AA após o início do processo de remoções (quando parte das famílias originais já havia sido removida).

Segundo ela, as reuniões eram feitas na casa de outro morador. Os convites eram feitos por ela e pela Cristal, batendo de porta em porta nas casas. Rose contou que por meio de pesquisas que

fez sobre ocupações urbanas irregulares, ficou sabendo da ocupação Izidora e assim fez contato com as Brigadas Populares, para pedir o apoio deles.

> [...] eu entrei em contato com aquele pessoal *do Isidoro*, que é a maior ocupação de Minas [...]. *Como eu fico nessas comunidades, pesquisando, porque eu moro assim, então a gente quer saber o que que tá acontecendo no vizinho da outra ocupação. Aí trouxe uma moça de lá pra falar pros moradores como é que funcionava: "Oh gente, vocês se unem"*. [...] Foi a primeira dessas reuniões. Ela veio pra falar pra se unirem. Isso deve ter uns cinco anos já. (Rose, antiga liderança, Entrevista nº 2, grifo meu)

Vários moradores citaram o apoio também de uma advogada que atuava, por intermédio da Rose, no apoio aos que lutavam para não serem removidos. A assessoria ou participação dessa advogada e também das Brigadas Populares, teria levado a luta dos moradores com a Urbel à Defensoria Pública. Não foi possível entender melhor os detalhes dessas participações,[69] mas, segundo a Rose, um cadastramento de cerca de 140 famílias chegou a ser feito (com o apoio das Brigadas Populares) e entregue à Defensoria Pública (possivelmente no ano de 2016).[70] Segundo informado pela Urbel, algumas casas estão judicializadas até hoje e, portanto, essas não puderam ser removidas.

Uma vez citada a participação de uma advogada, das Brigadas Populares e da Defensoria Pública, volto aos nomes conhecidos de lá e à busca por suas origens, citando a fala de Laís, que reside lá há mais de dez anos e é dona da única mercearia dentro do Alto das Antenas, que se situa na parte baixa dele, mais próxima ao Conjunto Esperança.

> O nome do bairro? Alto das Antenas. A antiga associação, com a advogada, achou melhor a gente *tá* criando um nome pra poder chegar junto com a Defensoria, enfim, Tribunal. Aí todo mundo concordou de ser Alto das Antenas. [...] Até então, a informação que me trouxeram foi isso. Que meu esposo participou algumas vezes das reuniões, aí ele chegou falando: "Oh, agora vai ser Alto das Antenas". (Laís, Entrevista nº 3)

Nessa fala de Laís, a origem do nome Alto das Antenas foi atribuída a uma decisão que teria sido tomada pelos próprios moradores. Contudo, esse resgate dos nomes não buscou esgotar o assunto e, tampouco, afirmar uma história (origem) em detrimento das outras. Serviu,

---

[69] Foi possível constatar que no ano de 2013 foram realizadas duas Audiências Públicas para tratar de críticas e reclamações dos moradores às obras do Vila Viva na região. Uma foi realizada pela Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), no dia 21/05/2013. A outra, foi realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Vereadores de Belo Horizonte, no dia 27/06/2013. As atas dessas audiências, no entanto, demonstram que as pautas tratadas, embora trouxessem críticas às obras conduzidas pela Urbel, de modo geral, não tratavam especificamente do Alto das Antenas. As lideranças que participaram dessas Audiências eram todas da Vila Cemig.

[70] O formulário de cadastro consta no ANEXO E, com o nome "Vila União".

sobretudo, para demonstrar que nem mesmo no nome e nas origens de formação dessa favela há consenso, unidade e sentimento de "pertencimento". Até o nome, em todas as suas versões ou variações, parece que lhes foi atribuído heteronomamente.

A maioria dos moradores do Alto das Antenas trabalha fora. Isso é perceptível ao se andar por lá, uma vez que durante a semana as casas encontram-se quase todas fechadas (sendo mais fácil encontrar seus moradores aos finais de semana) e, como já abordado, o uso predominante é o residencial, ainda que se observem também alguns usos não residenciais espalhados pelo AA.

Assim, a rotina de Laís, que trabalha lá dentro, se distingue da maioria dos demais moradores. Ela descreveu: "Acordo cedo, levanto cedo, abro meu estabelecimento, molho a rua por causa da poeira, porque ela ainda não é asfaltada... Esse é meu dia a dia, todos os dias" (Entrevista nº 2).

> [...] *eu senti que a gente era menosprezado com o povo dali do Conjunto* [Esperança], só porque aqui não tem um asfalto, instalação elétrica... Então falei: "Quer saber, quando eu for mandada embora [do antigo emprego] eu vou construir alguma coisa aqui." E assim foi. Pra melhorar, né? *Porque o povo aqui também merece alguma coisa, um pão perto, né? Essas coisas* [risos]. Porque, tipo assim, lá tem asfalto, tem rede de esgoto, tem rede elétrica, e aqui não. Então, se você for lá em um belo dia e perguntar, vai ter gente que mora lá há dez anos e nunca veio aqui, tendeu? Talvez porque a entrada [daqui] aparece um monte de mato, enfim, não sei o que que passa na cabeça desse povo. Eu só sei que eu mudei pra cá e eu falei: "*Não vai ser assim mais, a gente vai ter um comércio aqui também, uai*", porque o pessoal [daqui] tudo ia pra lá, comprar lá, entendeu? Se não fosse lá, tinha que descer mais embaixo. Não, *a gente também é gente aqui*, *uai*! Não é?! (Laís, Entrevista nº 2, grifo meu)

Os relatos abaixo de duas das moradoras mais antigas ainda remanescentes no Alto das Antenas, Marília e Anésia,[71] revelam um pouco desse cotidiano e dessa estrutura, em que uma mesma edificação tem mais de uma função e mais de um uso (que são também *táticas* para driblar a falta de comércio e serviços formais dentro da favela).

> Eu vendo arroz, feijão, bala, salgadinho, eu mexo com minhas coisinhas. Aí fiz um puxado [na frente da casa] pra botar meu botequinho. [...] Os meninos vêm aqui pra comprar. [...] Tem uma mulher ali [apontou para a via ao lado], que tem um restaurante, que tem comida. Aqui na outra rua, tem a dona que vende fósforo, sabão, essas coisas miúdas. (Marília, moradora antiga e remanescente das remoções, Entrevista nº 4)

[71] Ambas residem há mais de 20 anos no AA e resistiram à imposição da Urbel em serem removidas, por não terem concordado com o reassentamento em apartamento e nem com os valores de indenização propostos pela Urbel.

> [...] ali tem a sala, ali tem a cozinha, uma copa, um quarto. Aí lá no fundo tem uma varanda e um quintal grande, onde tem umas plantação. Em cima ali [no segundo andar], *onde tem umas menina mexendo com unha*, tem uma área de churrasco [...], e aqui sobe, é quarto aqui, quarto ali, um quarto com a suíte ali, uma varanda lá. (Anésia, moradora antiga e remanescente das remoções, Entrevista nº 1, grifo meu)

As casas, conforme descritas pelas entrevistadas, têm geralmente sala, "dois quartos, banheiro, cozinha e quintal" (*Laís*, dona da mercearia, Entrevista nº 3). O quintal é um elemento quase sempre presente e utilizado de várias formas, dentre elas plantio e criação de pequenos animais.

Foto 20. Jardim na frente de uma casa

Fonte: Acervo da autora, set./2019.

Foto 21. Quintal com horta

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

Perguntei aos moradores o que fazem para lazer dentro do Alto das Antenas e região. O próprio conceito de "lazer" é difícil de ser compreendido, não sendo assimilado "de primeira" como "aquilo que fazem no tempo livre". Na ausência de áreas dentro do AA, as referências dadas foram de parques fora: em primeiro lugar, o Parque Ecológico Roberto Burle Marx (Parque das Águas), no Bairro Flávio Marques Lisboa, vizinho à Vila Cemig, e, em segundo, o Parque Municipal, no Centro de Belo Horizonte. Contudo, as mulheres, de modo geral, disseram não fazer muitas coisas fora de casa nos dias de folga do trabalho. Citaram que fazem as unhas ou arrumam a casa e, quando saem, é para visitar parentes. Quanto às crianças, notei que é muito comum soltarem pipa ou brincarem juntas nas ruas ou quintais. A Rose, mãe de três crianças, em seu relato, comentou que antes as deixava brincar "soltas" na rua, mas que hoje, em função da violência, sente medo.

Dentro do AA, além das encostas usadas para soltar pipas, as ruas são a principal área de lazer para os moradores, independentemente da idade, onde passam seu tempo livre. Na Rua União, esquina com a Rua da Mina, tem um pequeno largo à sombra de uma mangueira (Foto 27) utilizado pelos moradores como ponto de encontro, descanso ou para "jogar papo fora".

Segundo Anésia (uma das moradoras mais antigas), ali “é a pracinha”, onde “fica muita gente” (Entrevista nº 1). Eles também conhecem o local como “pracinha da mangueira”.

Foto 22. Menino brincando com pipa

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

Foto 23. Meninos jogando bola na Rua União

Fonte: Acervo da autora, mar./2019.

Foto 24. Menino brincando com enxada num sábado de manhã na Rua Mangueiras

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

Foto 25. Crianças brincando em um quintal na Rua Mangueiras

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

Foto 26. Crianças brincando na Rua União

Fonte: Acervo da autora, fev./2019.

Foto 27. Pracinha da mangueira

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

Quem mora no Alto das Antenas não tem endereço oficialmente reconhecido. “O correio não vem aqui, porque é dado como aqui não existe” (Anésia, Entrevista nº 1). Para receberem correspondências, os moradores têm que dar algum endereço de conhecidos seus que residam na Vila Cemig ou no Conjunto Esperança, ou o endereço da Associação Comunitária da Vila Cemig. Em função das muitas relações de dependência entre os moradores do Alto das Antenas e esses bairros, existe por parte deles um sentimento de pertencimento a esses bairros.

Percebi que a parte baixa do Alto das Antenas (ao norte), se associa ao Conjunto Esperança (através do qual se dá o acesso ao AA). Já a parte alta (ao sul), se relaciona com a Vila Cemig, cujas vias se conectam. Essas “relações” são também no sentido de unidade, de pertencimento, de “ser uma coisa só”. Ou seja, ainda que os moradores do Alto das Antenas saibam que habitam um território diferente, os que moram na parte baixa também se vêm como parte do Conjunto (por exemplo, dão referência a um armazém que tem no Conjunto como um ponto positivo existente no Alto das Antenas), enquanto os moradores da parte alta, em suas referências à Vila Cemig, muitas vezes se veem como parte dela. Em vários momentos, nas falas dos entrevistados ou das pessoas com quem conversei, escutei eles falarem: “aqui na Vila”, ou “aqui no Conjunto”. Um menino na Rua Mangueiras (parte baixa), quando o perguntei o nome de lá, disse: “Antenas ou Conjunto”.

Laís, moradora da parte baixa, disse se sentir “menosprezada pelo *povo do Conjunto*” (Entrevista nº 3). De modo semelhante, na fala de *Cristal*, moradora da parte alta, ela diz que “pro *pessoal da Vila*, nós não existimos aqui” (Entrevista nº 2). Nota-se que as referências e percepções sócio-espaciais de cada uma delas variam em função de onde se inserem dentro do território, em função das trocas que se estabelecem entre cada porção e seu entorno imediato (onde ficam os comércios e serviços que lhes atende, por exemplo). Mas, também, suas falas revelam que o sentimento compartilhado dentre os moradores do Alto das Antenas é o mesmo, de que são menosprezados pelos vizinhos “do asfalto”.

Os moradores confirmaram que, uma vez sem endereço oficialmente reconhecido, o único comprovante de residência que possuem é a declaração emitida pelo Centro de Saúde Vila Cemig.

> Pra retirada nossa, se houver um comprovante no nosso nome, entende-se que a gente tem um local, entendeu? *E eles não querem que a gente tenha nada no nosso nome*. [...] A gente tem comprovação só pelo posto de saúde. O posto de saúde que é o testemunho chave. (Rose, antiga liderança, Entrevista nº 2, grifo meu)

Uma série de ausências marca o Alto das Antenas. Os moradores destacam que o SAMU não entra lá, mas que a polícia sim. Os relatos abaixo revelam a ausência insistente dos agentes públicos responsáveis pelos serviços de infraestrutura básica (que pode ser também comprovada em diversos momentos nas falas dos agentes institucionais entrevistados, especialmente os da Urbel). É a afirmação desse lugar como "não-cidade", o lugar fora dos planos.

> [...] eu e meu esposo, quando a gente abriu [a mercearia], a gente foi na Cemig para ter um padrão [de luz], pra fazer tudo certinho. Só que eles viraram pra gente e *falou que eles não vêm em local invadido*... (Laís, dona da mercearia, Entrevista nº 3, grifo meu)

> [...] *como a Copasa nem a Cemig fornece luz e nem água pra gente, então tem o famoso gato que todo brasileiro tem que por né... Aí teve que pegar essa solução. Porque se você for atrás, eles falam: "Ah, mas lá não é um lugar que existe, não é pra pessoas morar, é um parque ecológico aquela parte de lá..."* (Cristal, moradora antiga remanescente das remoções, Entrevista nº 2, grifo meu)

O diálogo abaixo transcrito entre as amigas Cristal e Rose revela ainda a ação da Copasa de retirar os padrões de água que atendiam os moradores do Alto das Antenas. Possivelmente foi uma estratégia de controle por parte do Poder Público, na tentativa de impedir a reocupação da área após o início das remoções feitas pela Urbel.

> - *Rose*: A Copasa tinha [padrões de água], né. Quando eu cheguei aqui ainda tinha os padrões.
>
> - *Cristal*: É, mas quando vieram os novos moradores, eles [Copasa]...
>
> - *Rose*: Arrancaram todos... (Diálogo, Entrevista nº 2, grifo meu)

Outro aspecto importante de ser enfatizado quanto à composição do Alto das Antenas é que, segundo afirmado pelas entrevistadas, ele é formado principalmente por famílias. Nas palavras de Laís (dona da mercearia), "a maioria do pessoal tem filho" (Entrevista nº 3).

> [...] eles acham que não tem mais morador antigo, que tudo é novato. E que os novatos é tudo pessoa de favelão que veio pra poder fazer o terror aqui. E não é assim! Aqui tem família! Tem mulher de família, tem pai de família. É raro você ver um homem solteiro morar aqui, porque a maioria das mulheres são tudo casadas. Não tem a violência que eles pensam que tem. (Cristal, moradora antiga remanescente das remoções, Entrevista nº 2)

Dentre as moradoras entrevistadas, Cristal foi uma das que mais demonstrou gostar de morar lá. Apesar de algumas dificuldades que reconhece, conseguiu apontar vários pontos positivos. Principalmente a partir dos relatos dela, pude perceber o sentimento de menosprezo que eles

sentem por parte dos vizinhos “do asfalto”, que pensam que ali só tem “moradia de bandido”.

Marília, que reside há mais de vinte anos no Alto das Antenas, deu um relato interessante sobre a questão da violência lá dentro, no passado e atualmente.

> Antigamente, quando eu cheguei aqui, era igual um filme de *bang bang*. Quando era ali oito, nove hora da manhã os ladrão já tava na sua porta roubando... Mas eles [vizinhos não especificados] foram matando um por um, até mata o último. Agora não tem problema mais não... (Marília, moradora antiga remanescente das remoções, Entrevista nº 4)

Laura, outra entrevistada, foi uma das moradoras removidas e reassentada em um dos apartamentos construídos pela Urbel. Ela disse que morou no Alto das Antenas por doze anos (aproximadamente entre 2000 e 2012). Segundo ela, quando se mudou para o Alto das Antenas, em função dos muitos rumores da violência quase não saía de casa, porque tinha medo. Mas, aos poucos, foi se acostumando e viu “que era tranquilo” (Entrevista nº 11).

Contudo, não faltam referências também por parte dos moradores aos “oportunistas” – embora não tenham usado esse termo. Trata-se, novamente, dos que se instalaram ali na expectativa de ganhar dinheiro demarcando e vendendo áreas. Como descrito por Cristal:

> Eu fui a pessoa mais burra dessa região. Porque tô aqui há nove anos e não peguei nada de um pedacinho de terra pra eu poder vender. E os outros ainda vem, e pegaram. Então, assim, eu fui a pessoa mais burra e esperta ao mesmo tempo, porque eu jamais queria também pegar um dinheiro de uma pessoa com família, que tá pagando aluguel, pra poder ter um pedacinho de terra, sendo que o lugar não é meu, eu não paguei por ele. Porque se você for fazer outro tipo de pesquisa aqui, se for em outras casas, muita gente vai falar: “Fulano de Tal comprou, Fulano de Tal invadiu isso daí e tá vendendo” [...]. E vendem uma coisa que não é deles. Não é pra vender... (Cristal, moradora antiga remanescente das remoções, Entrevista nº 2)

A fase em que explodiram as novas ocupações e apropriações de terras no Alto das Antenas, e sua grande expansão, foi concomitante à fase de remoções feitas pelo Programa Vila Viva. Muitos desses novos ocupantes teriam chegado impulsionados pela expectativa de serem atendidos pela Urbel, recebendo algum valor de indenização ou um dos apartamentos por ela construídos. Segundo relatado por Laura (ex-moradora, reassentada em predinho), uns teriam ido “com o olho de ganhar mesmo, porque falavam: ‘Nó, uns *saiu*, todo mundo foi pra predinho, nós *vão* ganhar também’. Mas uns foram por necessidade mesmo” (Entrevista nº 11).

Na percepção das entrevistadas, hoje há muito mais moradores do que havia no passado.

> Muito mais famílias, muito mais casa. Pra se ter uma ideia, quando eu mudei pra cá só tinha umas quatro casas, ou seja, existia muito mais ‘um barracão e

> um quintal enorme' do que hoje. Hoje tem num mesmo quintal umas cinco casas [que] construíram, tendeu? Minha mãe [...] morava aqui, tinha praticamente esse quarteirão todo só pra ela. Olha o tanto de casa que já tem. Então, mudou muito. (Laís, dona da mercearia, Entrevista n° 3)

> [...] antes quando começaram a tirar, tinham bem menos pessoa. Agora eu acho que não dá [pra tirar], não consegue mais não, porque é muita gente, tendeu? E eles também não pode tirar a pessoa e colocar na rua, né? Cês vai tirar a pessoa na casa, na moradia, vai ter que pagar alguma coisa pra eles. Que não existe tirar a pessoa de sua moradia e colocar pra rua, né? Sem direito a nada... Difícil, né? Nem pode... (Anésia, moradora antiga remanescente das remoções, Entrevista n° 1)

Foram várias as justificativas apontadas pelas entrevistadas para as remoções realizadas pelo Vila Viva. Segundo a Rose, "a Prefeitura [alegou] que é área ambiental" (Entrevista nº 2). Já de acordo com Laís, o motivo é "que eles iriam criar um Parque Ecológico, que a gente estava num local invadido da Prefeitura" (Entrevista nº 3). Mistura-se na justificativa, a causa da remoção, que seria a "invasão de uma área ambiental", com o resultado da ação de remoção, que seria a "criação de um parque".

Já segundo Laura, a Urbel na época teria explicado que a remoção era em função do risco oriundo das "antenas da Cemig". Na percepção dos moradores, no entanto, de modo geral, não há risco algum ali, especialmente oriundo das linhas de transmissão.

> Área de risco?! Olha pra você ver, eu tenho 21 anos que moro aqui. Graças a Deus nunca teve nada, nada por causa das antenas, problema nenhum. Chove, a gente fica tranquilo. Pra baixo, igual no Centro, alaga tudo, e aqui não tem nada. Nada! (Marília, moradora antiga remanescente das remoções, Entrevista nº 4)

Rose e Cristal, as duas amigas que moram na parte alta, próximo das torres das linhas de transmissão, comentaram que nos dias frios os fios de alta tensão abaixam e ficam mais próximos do solo.[72] Também em dias de muito vento, eles balançam muito. Rose disse que nesses dias fica bastante apreensiva: "quando tá chovendo, ventando, eu não durmo". Cristal, que tem duas antenas no seu quintal, acrescentou: "Você fica pensando nesses trem [fios] balançando pra lá e pra cá", mas disse que já se acostumou.

> - *Cristal*: [...] eles alegam: "Você mora debaixo de duas antenas, você não tem medo?" *Aí eu digo que medo a gente tem, mas meu medo maior é ficar debaixo de uma ponte com quatro filhos, do que na minha casa, onde eu sei que vai*

[72] De fato, em conversa telefônica que tive com outro técnico da Cemig, engenheiro eletricista de segurança do trabalho, em abril de 2019, ele explicou que conforme o calor e a umidade a "flecha" do arco varia. Ou seja, os fios podem ficar mais baixos, mais próximos do solo, em função dessas variações no clima.

> *ter um teto me cobrindo...* [...] Eu sou suspeita [risos], porque gosto muito daqui... [...]
>
> - *Rose*: Até o fio balançando ela acha bom. Você tá aqui desesperada com o fio, vendo se vai cair, e ela tá achando "um barato", vendo o fio balançar [risos]. (Diálogo, Entrevista nº 2, grifo meu)

Nenhuma das entrevistadas nunca ouviu falar de acidente ou choques elétricos oriundos das antenas. Rose acrescentou:

> *Eu não enxergo risco, não.* Lógico que eu já fiz pesquisa, e se cair um fio desses não sobra uma casa em pé. É muito forte o *volts* disso. Mas já morou tanta gente aqui, que a gente não pensa nesse risco, né. Eu vou lá na Prefeitura, já conheço as pessoas que vem aqui, aí chego lá e falo: "Oh *Fulana* [nome omitido], porque você foi lá ameaçar a menina?", aí ela fala: "Já imaginou Rose, se cair um fio daqueles? Aí vai vim a Globo e a Record, falar que caiu o fio e morreu [gente], porque nós não tirou". *Eles não pensam no humano que tá lá, não. Eles pensam na mídia...* (Rose, antiga liderança*,* Entrevista nº 2, grifo meu)

Há ainda uma confusão na fala dos moradores quanto à propriedade da área onde se insere o Alto das Antenas, que estaria para eles relacionada com as razões para terem que sair de lá. Segundo Anésia (remanescente das remoções, Entrevista nº 1), uns "falam que a área é da Cemig, outros [...] que é da Prefeitura". Laís (dona da mercearia, Entrevista nº 3) disse a mesma coisa e que a "situação era confusa". Com isso, a remoção seria em razão dos moradores terem invadido a propriedade de um desses dois órgãos.

> *Cristal*: - É muito complicado esse pedaço. *Porque nós temos duas autoridades que não querem tomar a frente de nada. A gente tem a Cemig e temos a Urbel.* Só que se você procurar a Cemig: "Ah, não, a situação é da Urbel", e se você procurar a Urbel, eles te jogam pra Cemig. Então fica naquela coisa. [...] *A briga aqui é de cachorro grande. A gente que é pinscher, tem que ficar "de molhinho" e só dar nosso latidinho quando eles mexerem com a gente.*
>
> *Rose*: - Pra você ter noção, eles brigam entre eles. Eles não sabem nem o que falam nessas reunião deles, a Prefeitura e a Cemig. Um [a Urbel] quer tirar e indenizar. O outro [a Cemig] pensa: "vamo derrubar tudo e não precisa indenizar ninguém, não". [...] Eu já perdi a conta de quantas vezes marquei reunião com a Cemig e eles não vão. A Urbel vai, a Prefeitura vai, mas eles [Cemig] não vão. Porque eles falam que aqui não indeniza. Mas se você buscar processos antigos, eles já indenizaram, entendeu? [...] A Cemig já vem, pega seu nome, com um mês chega a intimação, sendo processado [...] porque você invadiu o lugar deles. (Diálogo*,* Entrevista nº 2, grifo meu)

De fato, ouvi de diferentes moradores que, ao longo dos últimos anos, eles já tinham recebido cartas de intimação da Cemig, inclusive por meio de oficiais de justiça. Segundo Rose, "agora tá tudo bem, a Cemig sumiu, a Prefeitura sumiu" (Entrevista nº 2).

> *Quando eles vêm, já vem com a polícia pra intimidar a gente mesmo, pra gente ficar com medo, pra quem tá em casa ficar com medo e assinar o que tem que assinar.* Porque muitas vezes eles já vem com o papel... (Cristal, moradora antiga remanescente, Entrevista nº 2, grifo meu)

Rose me forneceu uma cópia de uma autuação que uma vizinha sua recebeu e que ela própria também já recebeu (vide ANEXO C). Contudo, ela não é em nome da Cemig, mas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, determinando a desocupação da casa por seu morador dentro de 30 dias. Do contrário, uma penalidade é atribuída ao "infrator" por meio do pagamento de uma multa, cujo valor, estabelecido na notificação, varia de morador para morador.

Conforme esclarecido pela Coordenadora Social do Empreendimento entrevistada, a "fiscalização não é uma atribuição da Urbel" (Entrevista nº 5). O trabalho de fiscalização seria feito por cada Regional de Belo Horizonte e reportado ao órgão superior responsável dentro da Prefeitura, a Subsecretaria de Fiscalização (SUFIS). Assim, ela explicou que o planejamento da fiscalização cabe à SUFIS, mas que "a autuação, a notificação é feita pelos fiscais da Regional". Ela disse que ficou sabendo de autuações emitidas pela Regional Barreiro aos moradores do Alto das Antenas, inclusive solicitando documentações impossíveis de serem conseguidas por eles e estabelecendo prazos para regularizar a situação, mas disse que "não foi dada uma sequência, até pela complexidade da situação". Ela também disse que ficou sabendo que "a Cemig, em algum momento, fez uma demolição lá", mas que o fato não teria sido comunicado oficialmente à Urbel. Relatou que a Urbel trabalha de acordo com a Política Municipal de Habitação e não faz demolições compulsórias, sem atendimento específico ao morador atingido. E que essas ações paralelas acabam sendo muito prejudiciais ao trabalho da Urbel, uma vez que os moradores acabam associando-as à Urbel.

A grande incoerência, no entanto, presente na autuação a que tive acesso, é que a infração que estaria sendo cometida pelo morador é a de "invadir imóvel público municipal". Ora, se a Urbel tem pleno conhecimento de que a propriedade da terra onde o Alto das Antenas se insere é *presumivelmente pública estadual*, realmente haveria um "abismo" na comunicação entre esses órgãos municipais, para que o setor de fiscalização não tivesse ciência disso e emitisse autuações dessa natureza. Estou baseando essa simples análise[73] à única autuação a que consegui ter acesso. Mas, quais outras incoerências não poderia haver nas demais autuações que os moradores têm recebido? Como já percebido pelos moradores e exposto até pelos

[73] E ainda sem ter tido acesso a detalhes jurídico-legais envolvidos com a questão.

técnicos da Urbel, principalmente pelo Coordenador Urbanístico, falta integração nos "poderes", para pensarem juntos nas ações ou intervenções acerca desse espaço.

Como já citado, durante a execução das obras do Vila Viva são feitas reuniões onde os técnicos da Urbel e da empresa contratada apresentam aos moradores o projeto a ser executado, informam do andamento dos trabalhos e escutam dos moradores questionamentos, problemas ou dificuldades que porventura esses tragam. No Vila Viva, parte-se do pressuposto de que o projeto de intervenção a ser executado já foi discutido com a população em momento anterior, quando da realização do PGE (que, cabe lembrar, na área em questão foi executado dez anos antes, entre 2001 e 2002). A pesquisa realizada para esta dissertação não buscou se aprofundar nesse assunto, mas apenas levantar junto aos técnicos da Urbel e aos moradores, se essas reuniões aconteciam e entender minimamente a proposta delas.

Todas as entrevistadas confirmaram que a Urbel realizava reuniões e que os moradores eram convidados. Algumas chegaram a participar de "uma ou outra", mas dentre as entrevistadas, nenhuma ia com frequência. Embora não tenha ficado claro para mim, parece que apenas a Rose frequentava as reuniões (embora, como já dito, ela tenha chegado ao AA já no meio do processo de remoções pelo Vila Viva). Citaram que quando necessário tinha ônibus fretado que ia buscar os moradores para levá-los ao local das reuniões, quando era longe, e que algumas delas aconteciam na Escola Municipal na Vila Cemig, na Associação Comunitária da Vila Cemig, ou até na casa de moradores.

Rose e Cristal, quando perguntei se a proposta de intervenção no Alto das Antenas havia sido discutida e construída junto dos moradores de lá, responderam que só com as associações comunitárias e com os moradores do Conjunto Esperança e da Vila Cemig. E completaram afirmando que esses não queriam que o Alto das Antenas fosse mantido.

Anita, uma das removidas que hoje mora em casa que comprou com a indenização que recebeu da Urbel, disse que tiveram várias reuniões, mas que ficou sabendo mais das que eram focadas no assunto reassentamento em apartamento e, como ela não queria ser reassentada, não participava. Disse que a Urbel fez reuniões em que explicaram que os moradores teriam que ser removidos em função das linhas de transmissão da Cemig e que no local fariam uma área de lazer. *"Mas de fato não fez foi nada, e todo mundo caiu na bobagem e assinou os papel... E depois, tirou nós"* (Entrevista nº 10, grifo meu).

Os "papéis" que Anita mencionou eram da Urbel, assinados pelos que concordassem em ser

removidos. Suelen, outra moradora removida, mas reassentada em apartamento em um dos conjuntos de prédios construídos na Vila Cemig, expressou a pressão que sentiu por parte da Urbel para assinar "os papéis":

> [...] a mulher da Urbel que explicou pra mim, quando foram me tirar, *que se eu não aceitasse ganhar o apartamento e ficasse lá, que a Cemig ia me tirar e por eu na rua com meu filho*. Levaram os papéis, os documentos pra mim assinar. Aí que ela falou que [se eu não assinasse] eu ia ficar lá e ia ter que entrar na justiça, poderia até perder e ir prum aluguel, aí que eles [Cemig] iam pagar uns três meses de aluguel pra mim e depois eu ia ter que *se* virar sozinha, porque aí eu já ia ter saído do local também. *Aí eu fiquei com medo e acabei assinando o papel pra eu poder sair de lá.* (Suelen, ex-moradora reassentada em predinho, Entrevista nº 9, grifo meu)

Laura, também reassentada em um dos apartamentos da Urbel, disse que ela e o marido resistiram até o último dia que conseguiram para não serem removidos.

> Meu esposo falou assim: "Laura, não vai ter jeito... Como é que a gente vai ter confiança de sair pra trabalhar e deixar nossa casa vazia? Na hora que a gente voltar, vão ter limpado tudo. Então, *vão* sair..." Porque, [a gente olhava] pra um lado, tudo quebrado, [olhava] pro outro, tudo quebrado. Aí eu falei num dia: "Não amor, mas a vizinha da frente ainda não saiu." No outro [dia], ele chegou, ela não tava [lá mais]. Aí ele falou: "Agora deu né. A gente não pode ficar aqui." Aí a gente saiu. A gente conseguiu ficar até no último dia. (Laura, ex-moradora, reassentada em predinho, Entrevista nº 11)

Segundo as entrevistadas, antes de remover, a Urbel identificou as casas, tirou medidas e avaliou o custo de cada uma, e cadastrou as famílias. Entre o cadastramento e a remoção de fato, passou-se um tempo (Anita, a indenizada, citou que entre dois ou três anos). Quando a Urbel estava fazendo as remoções, se deu aquele processo de "enxugar gelo". Segundo as entrevistas, apenas 28 das famílias originais ainda permanecem no AA. Dentre elas, Anésia, Marília e Cristal, com quem pude conversar. As duas primeiras mantiveram-se por não terem concordado em ser reassentadas em apartamentos e tampouco com os valores de indenização oferecidos pela Urbel. Já Cristal, se manteve simplesmente porque as demolições foram interrompidas antes que chegasse sua vez.

Por ser uma das cadastradas na Urbel, Cristal contou que nas reuniões de moradores em que participou, ela não expunha sua opinião real, por medo da Urbel.

> Quando a gente fazia essas reuniões, eu ia, participava, mas *eu nunca dava a minha opinião, o que eu realmente queria, porque eu tinha medo da Urbel, porque eu sou cadastrada*. Só que até hoje eles não me tiraram. *E eu espero que não me tire, porque eu gosto daqui*, meu trabalho é pertinho, meus filhos já acostumou, então pra mim tá ótimo. (Cristal, moradora remanescente das remoções, Entrevista nº 2, grifo meu)

As entrevistadas fizeram menção em várias ocasiões à "área verde" e ao "parque" previsto para o Alto das Antenas. Às vezes, confundiam ou mesclavam em suas falas se essa seria uma proposta a ser executada no local ou se a área já seria uma área verde, mas teria sido invadida e por isso precisaria ser desocupada.

Embora no mapa de intervenções apresentado no Relatório Técnico da SUGT-Urbel (2016) conste "Parque Alto das Antenas" (Figura 11), nem o PGE nem a planta do Projeto Básico Urbanístico do Vila Viva (ANEXO D) denominavam a área verde proposta no AA como "parque". Esses apenas apresentavam propostas de recuperação e preservação ambiental, por meio, por exemplo, de revegetação.

Rose e Cristal falaram sobre o projeto para a área:

> - *Rose*: É um parque onde eles têm um muro que pega dali de baixo e vai até lá em cima, na Vila [Cemig], fecha aqui tudo... Então não vai ter um acesso [para o Alto das Antenas]. É isso que eles querem. Ninguém aqui vai entrar.
>
> - *Pesquisadora*: Quando você fala "eles", se refere ao projeto Vila Viva?
>
> - *Rose*: Esse! É o Projeto Vila Viva. Que aí fecha tudo, *então, você vê* [no projeto] *que é tudo vazio, aquele mato bonito...*
>
> - *Cristal*: *Só eles pensa assim, né?*
>
> - *Rose*: *Tudo bonito... E não tem acesso aqui, nada. E lá embaixo é um parque pras pessoas passearem, fazer caminhada... Lá embaixo. Porque aqui em cima vai tá tudo cercado, tudo murado. O projeto da prefeitura é esse.* (Diálogo, Entrevista nº 2, grifo meu).

O muro a que Rose se referiu começou de fato a ser construído para delimitar a área do "parque", mas, com a paralisação das obras do Vila Viva, não chegou a ser concluído (Foto 28).

Aí entramos na questão das remoções, se os moradores concordaram, se questionaram ou se opuseram a elas. O relato de Laís (dona da mercearia) revela um pouco do drama e dos questionamentos que até hoje eles fazem acerca das ações da Urbel no local.

> [...] na verdade, ninguém queria ser indenizado, gente. Porque o que acontece, foi uma luta. Pessoal morava de aluguel, compraram aqui com muito custo e construíram a sua casa, *o sonho da sua casa própria*. Aí vem, um belo dia a Prefeitura falou: "Olha, você vai ter que sair, a gente vai derrubar sua casa e você vai ter que ir pro apartamento." *Pessoa que uma vida toda nunca viveu num apartamento se vê obrigado a sair. Então, na verdade todo mundo se opôs, mas como eles vieram já falando que ia tirar mesmo...* [...] *os que bateram o pé: "Não, não quero, eu quero que me dá 'X' pela minha casa, porque eu gastei isso!"* [...] tão aqui até hoje. *Pra você ver, não tiraram eles e não indenizaram, ou seja, para quê que veio tirar os outros, se não tirou*

> *todo mundo? É muito estranho. A linha de raciocínio deles eu não entendo. Já que é para tirar, fazer um parque ecológico, tirasse todo mundo, cercasse aonde que vai ser e pronto.*
>
> [...] eu já ouvi: "*Nó*, pra quê que eu fui sair? Aí, fizeram nada!" Minha mãe mesmo [Anita], tadinha, não adaptou [na região onde foi morar após ser removida], *É uma casa, tá mexendo e tudo*, mas ela fala: "Ah, eu gostava daqui", porque aqui ela tinha plantação dela, *tendeu*?
>
> [...] *se você for ali perto da Via do Minério tem umas antenas e tem um pessoal que mora lá. E aí? Cadê o risco de lá? Lá é urbanizado, tem asfalto, tem rede elétrica, tem rede de esgoto, e por que aqui não? Tendeu, então é uma incoerência aí.* (Laís, dona da mercearia, Entrevista nº 3, grifo meu)

Os relatos ainda revelam outros problemas. A estratégia da Urbel em não retirar o entulho das demolições para impedir a reocupação, como já apontado pela gestora do Centro de Saúde, não funcionou.

> Assim que a gente sai, a Urbel joga a casa no chão, e fica só entulho. Mas aí os outros moradores vêm, tira o entulho e refaz a casa. Porque quem que tem família e quer morar debaixo de uma ponte ou num abrigo? Ninguém. Aonde tem um pedacinho de terra, alguém vai invadir. (Cristal, moradora antiga remanescente, Entrevista nº 2)

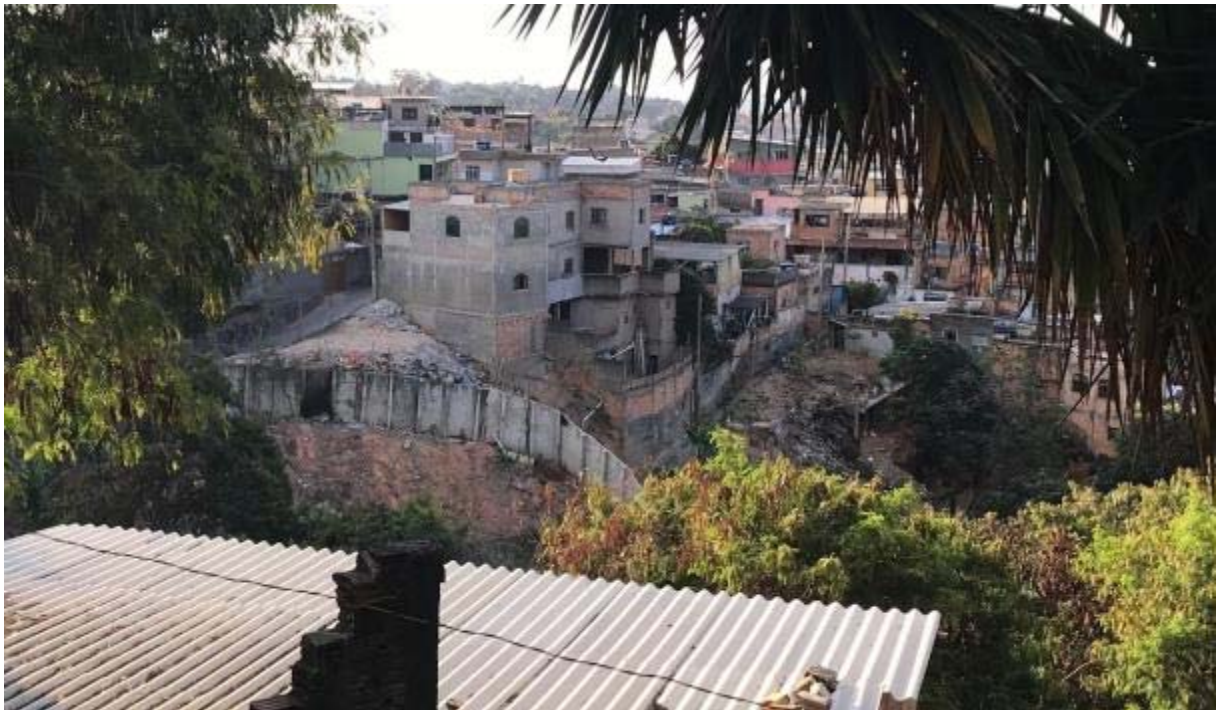


Foto 28. Muro construído pelo Vila Viva, entre o Alto das Antenas e a Vila Cemig (ao fundo)

Fonte: Acervo pessoal, jul./2018.

Foto 29. No primeiro plano, vista de construções no Alto das Antenas sendo feitas sobre as bases das casas demolidas. Ao fundo, Vila Cemig, atrás do muro construído pelo Vila Viva

Fonte: Acervo pessoal, jul./2018.

Numa tentativa de conter a reocupação do local, alguns relataram uma abordagem truculenta da Prefeitura, junto à polícia. Como apontado por Foucault (1988), trata-se do poder que "toma corpo nos aparelhos estatais".

> Foi a primeira vez que a Prefeitura veio pra levar tudo, veio pra jogar tudo no chão. Aí levaram o material todo nosso que tava na rua: tijolo, tudo que tava aí fora que você imaginar, eles levaram. A casa eles só não levaram porque já tava em pé, tinha gente morando, porque senão eles tinham derrubado. Porque vieram com polícia, *foi uma cena horrorosa*. [...] Na terça-feira de manhã a gente acordou com trator, com caminhão, com polícia. *As polícia falando assim pra gente: "Olha, se eu fosse vocês, entrava pra dentro das casas, porque o negócio aqui é tirar tudo".* (Rose*,* antiga liderança, Entrevista nº 2, grifo meu)[74]

[74] Essa parece não ter sido uma ação de remoção de moradores. Como já antes citado, a Urbel não faz demolições e remoções compulsórias, ou seja, sem seguir os critérios da Política Municipal de Habitação e prover atendimento à família atingida. Essa abordagem truculenta envolvendo a Polícia, que assustou os moradores, parece ter sido uma estratégia da Urbel para tentar impedir a reocupação da área por meio da retirada de materiais de construção das ruas. Achei importante fazer essa ressalva, uma vez que vários relatos de diferentes entrevistadas descreveram a ação de remoção das famílias por parte da Urbel como pacífica. Não teria havido conflitos físicos, a não ser discordâncias quanto às formas de atendimento indicadas pela Urbel, que alguns moradores não aceitaram e por isso acabaram mantendo-se lá (caso da Marília e da Anésia). Os moradores explicaram que eram removidos somente após assinarem os papéis em que concordavam com a remoção e a forma de atendimento indicada, e ainda

Pelos relatos, o AA antes era atendido por ligações oficiais de água da Copasa, que, após as remoções do Vila Viva, teria retirado os padrões de água e sido impedida de fazer novas ligações.

Os moradores estão desacreditados que algo venha a ser feito novamente lá. Muitos dos removidos se arrependeram de terem "cedido" à pressão da Urbel para sair, ao verem que hoje a área continua ocupada e não virou o "parque" que haviam entendido que seria feito.

> [...]se aqui realmente fosse uma área verde, um parque ecológico, eu acho que eles deveriam se organizar mais. [...] Se eles realmente quisessem trabalhar aqui, tirasse todo mundo, indenizasse todo mundo e impedisse o pessoal de entrar. Porque agora tem mais moradores do que quando era da época da minha mãe, entendeu? Então, eu acho que eles não vão fazer nada aqui. (Laís, dona da mercearia, Entrevista nº 3)

O arrependimento de alguns se deve também à insatisfação com o lugar para onde foram morar. Das três ex-moradoras removidas que entrevistei, somente a Laura (reassentada em apartamento) se considera em situação "melhor que antes no *Sem Terra*", embora tenha dito que a remoção foi um choque muito grande. As outras duas (Suelen, também reassentada em apartamento, e Anita, indenizada) disseram que preferiam estar no "Sem Terra". (Faço aqui apenas uma observação acerca da forma como as três ex-moradores removidas entrevistadas se referem ao espaço: sempre como Sem Terra, e não como Alto das Antenas. Isso reforça a história de que o nome Alto das Antenas teria sido dado à época e durante as intervenções da Urbel, talvez por influência desse órgão, como apontado por alguns moradores.)

As entrevistadas apontaram muitas críticas sobre morar em apartamento, em conjunto residencial de prédios – mesmo as que ainda residem no Alto das Antenas, uma vez que todos ali conhecem alguém que esteja morando (ou tenha morado) em um dos apartamentos construídos pela Urbel. Todas mencionaram pessoas que foram reassentadas nos apartamentos, mas que saíram desses (venderam ou trocaram por outro imóvel), sendo que algumas voltaram para o AA. Segundo a Rose (antiga liderança, Entrevista nº 2), "deve ter umas 15 famílias que já voltaram. [...] Pegou o apartamento e trocou com alguém daqui e voltou pra cá". Elas citaram também pessoas que ainda moram nos apartamentos, mas que estão insatisfeitas e preferiam estar no Alto das Antenas.

---

que somente após a mudança da família, que tinha hora agendada, a demolição da edificação era feita (no mesmo dia, assim que a família saísse).

> Ali mesmo [apontando para um dos três prédios do Conjunto onde mora] tem muitos apartamentos vazios, porque muita gente trocou, saiu. Muitos voltaram pro Sem Terra. Uns, o apartamento tá fechado, ou alugado. Na época, se eu tivesse achado pra alugar, achado alguém pra trocar comigo, eu tinha saído daqui. Não saí porque as trocas que eu achei não valia a pena. Então, eu sair de uma coisa pra ir pra coisa pior, eu não quero. [...] *Se fosse pra mim escolher, eu escolheria tá lá.* Sabe por quê? Eu agradeço muito a Deus por eu ter conseguido ganhar um apartamento, mas *entre o apartamento e a casa que eu morava, eu preferia a casa.* (Suelen*,* reassentada em apartamento, Entrevista nº 9, grifo meu)

Abaixo estão elencadas algumas críticas relacionadas à moradia nos apartamentos/conjuntos de predinhos da Urbel, apontadas pelas moradoras entrevistadas.

(1) Falta de liberdade: ideia associada à falta de espaço, especialmente espaço de quintal, "terreiro", e também a falta de liberdade para "fazer o que quiser", uma vez que em condomínio existem regras a serem cumpridas por todos em prol de uma convivência "feliz":

- "Não pode escutar um som alto, né, tem *toda* umas regras" (Laís*,* dona da mercearia, Entrevista nº 3);
- "Porque num apartamento não tem espaço né? [...] ter um apartamento, um *cubiquinho* [comparado] com um espação desse [aqui]. Mesmo sendo no meio da terra, na poeira, mas é bem espaçoso [aqui] né?" (Anésia*,* moradora antiga remanescente, Entrevista nº 1);
- Marília (moradora antiga remanescente, Entrevista nº 4) contou que sua nora recebeu um apartamento para morar com os filhos, mas que ela pretende vendê-lo ou trocá-lo por uma casa em outro lugar, não necessariamente no Sem Terra, pois lá eles ficam muito presos, enquanto no Sem Terra as crianças vivem "soltas";
- "Porque quem mora aqui, é porque tem muita criação [de animais]. Então não trocam a criação pra morar em apartamento... Tem suas plantinhas... Como vai ter uma criação ou uma planta dentro de um apartamento? Não tem como. *E esses idoso não vai querer trocar uma coisa livre, pra poder ficar preso*" (Cristal*,* moradora antiga remanescente, Entrevista nº 2, grifo meu);
- "Nunca matei, nunca roubei, nunca fui presa, então apartamento pra mim é tipo uma cadeia" (Anita, ex-moradora indenizada, Entrevista nº 10);
- "[...] aqui a gente não tem liberdade nenhuma. Você só tem essa areazinha pra estender roupa [apontou para a pequena varanda junto à sala]. Minha família é muito grande, tem neto, tem bisneto, então quando chega, não tem liberdade. E meu filho [que é especial] entrou muito em depressão por causa disso [...] e aqui não é um local que eu posso soltar

ele, porque eu não confio. [...]. Lá não. Ele saía, sentava lá, descia pra casa da minha filha, andava e conhecia o pessoal tudo. [...] então aquilo distraía ele. Às vezes ele punha a cadeira na rua e ficava olhando a avenida, a BR. E aqui não tem local. Ele não fica aqui na varanda – e não tem como, só vai ver mato. E quando ele desce, não pode, porque fica todo mundo fumando" (Suelen, ex-moradora reassentada em apartamento, Entrevista nº 9).

Foto 30. Ao fundo, filho de Suelen sentado sozinho no estacionamento do Conjunto da Urbel, onde moram

Fonte: Acervo da autora, set./2018.

(2) A mistura de famílias, que nem sempre se conhecem, num só "lugar" e a falta de unidade entre elas (o que gera também desconfiança e insegurança):

- "Apartamento ninguém vai querer, porque é uma família misturada, uma favela num canto, outra favela no outro. Eu mesma não quero" (Anésia*,* moradora antiga remanescente, Entrevista nº 1);
- "muitos prédios da Urbel virou outro favelão de novo. Muitos têm água e luz, mas a pessoa faz aquele gato de novo... Porque as pessoas sai de uma comunidade ou de uma favela, mas a favela não sai de dentro da pessoa. É complicado de você lidar quando você vai pra um apartamento" (Cristal*,* moradora antiga remanescente, Entrevista nº 2);
- "isso aqui [se referindo ao apartamento da Urbel] não é lugar pra morar não, pessoas

muito sem união. No Sem Terra havia mais união entre os moradores" (Suelen, ex-moradora, reassentada em apartamento, Entrevista nº 9). Suelen acha mais perigoso morar nos apartamentos, pois confia menos nas pessoas. Citou como exemplo suas plantas que ficam no hall da escada do prédio, que são depredadas e ninguém sabe por quem.

(3) A má qualidade construtiva dos apartamentos entregues:

- Marília (moradora antiga remanescente, Entrevista nº 4) contou que no apartamento de sua nora uma peça grande do revestimento cerâmico soltou do alto da parede, no box do banheiro, minutos depois de um dos filhos dela ter saído do banho, situação que poderia ter causado um grave acidente;
- Suelen (Entrevista nº 9) relatou vários "defeitos" construtivos em alguns prédios do conjunto onde mora. Disse que no apartamento dela não apareceu nenhum problema, mas reclamou da qualidade e da cor branca dos azulejos da cozinha, que seriam "ruins" e "sujam muito".

Laura disse que a remoção "foi um ruim, bom". Ruim, porque foi um choque e já estava acostumada ao AA; mas bom, porque considera que a intervenção da Urbel melhorou sua vida. "Já deu o tempo de morar no Sem Terra; os doze anos lá [...] foi muito bom, mas hoje não voltaria" (Entrevista nº 11). Ainda assim, no Conjunto da Urbel onde mora, ela disse que está se acostumando, mas ainda não gosta. Criticou a "barulheira" das portas do hall do prédio batendo e as do vizinho de cima, o desrespeito de alguns vizinhos, o "pode, não pode" que definem para o espaço coletivo, e o medo que sente de incomodar os vizinhos com barulho, quando recebe visita em casa. Concluiu dizendo que se sente muito presa em apartamento e que pretende voltar a morar em casa quando puder.

Ainda é cedo para levantar as alternativas possíveis para os moradores do Alto das Antenas. Mas, algumas respostas sobre o que eles gostariam são prontamente dadas e, naturalmente, alguns desejos são divergentes.

Cristal (moradora remanescente) afirma que "quer poder ficar". Já Rose (antiga liderança), diz que lá não é o lugar que deseja para seus filhos crescerem, e que "se a oportunidade chegar" e a Prefeitura lhe oferecer outra coisa, que ela aceitará.

> [...] não é isso que quero para eles. Não tem um acesso, não tem um saneamento básico pra esses meninos viverem aqui, sabe? Se chover é uma

> briga, com uma chuva, com barro, um *trem*... [...] *o ideal pra mim seria um lugar que eu não teria o risco de acordar de manhã com alguém aqui falando comigo que vai tirar a casa. Igual já aconteceu.* Eu quase saí de manhã e ser barrada aqui na rua e me falarem: "Tô levando seu material, porque não pode esse material aqui na rua", o que já aconteceu, também. *Pra mim, isso que seria o ideal. Você dormir e saber que é seu. Você colocar na sua cabeça: "Aqui é meu! Eu pago minha luz, eu pago minha água. Eu pago tudo, é meu!" Agora... Eu não pago uma água, não pago uma luz.* Mas eu também não tenho como justificar porque que eu não pago isso. (Rose, antiga liderança, Entrevista nº 2)

Embora eles estejam desacreditados que a Prefeitura vá fazer algo no local, pois "eles sumiram", eles têm consciência que, no futuro, podem vir a ter que ser removidos (alguns, novamente). Suelen (reassentada em apartamento) desabafa que se os que estão hoje no Sem Terra tiverem que sair, não deseja que morem em apartamento. Já Anita (indenizada) espera que, se mantida a ocupação no Alto das Antenas, coloquem mais comércio e, como levantado por Marília (moradora remanescente), passe a ter igrejas e serviços em geral, lá dentro. "Poderia ter asfalto, luz, *essas coisinhas básicas*" (Anita, Entrevista nº 10, grifo meu).

Os moradores anseiam que a situação lá seja regularizada. Que passem a ter infraestrutura básica de saneamento e energia elétrica oficial, fornecidas pela Copasa e pela Cemig e que, portanto, paguem suas contas, como eles sabem que o fazem todos os cidadãos da *cidade formal*, da "sociedade do asfalto".

> Um asfalto pra nós. Acesso, pra vir as nossas contas certinho. A gente ter uma conta de água, conta de luz, sabe? *Acho que isso é que falta pra melhorar. A gente ter o compromisso de pagar nossas contas certinho. Acho que pra sociedade do asfalto a gente não existe por causa disso, porque a gente não tem uma água, não tem uma luz, não tem uma conta de telefone aqui.* Então, acho que por isso a gente não existe pra sociedade. Se colocasse um asfalto, se a Cemig entrasse com os postes de luz, com iluminação pra nós... (Cristal, moradora remanescente, Entrevista nº 2, grifo meu)

> *Só preciso de um asfalto, de uma rede elétrica, de canalizar o esgoto*, que isso não depende de mim, depende da Prefeitura [...] *esse é o sonho de todos os moradores, poxa.* Ao invés de tirar dinheiro dos cofres pra me dar (me indenizar), porque que não passa um asfalto, canaliza o córrego, né? Salva as minas, porque *existe* algumas minas aqui, tendeu? Na minha cabeça seria muito fácil, se eles quisessem me dar um dinheiro eu faria isso [risos], mas não tá no meu alcance. *Eu acho que aqui dá pra ter nossa casa dos sonhos, um lugar ideal.* (Laís, dona da mercearia, Entrevista nº 3, grifo meu)

Aí entramos na questão da mobilização social entre os moradores, que hoje não existe. Eles entendem ser importante ter alguma unidade para decidirem coletivamente acerca do espaço em que habitam. Segundo Cristal, "uma comunidade não se faz sozinha. Você tem que ter gente agrupada pra ajudar. Aqui a gente tentou, mas perdia tempo de andar esse pedaço aqui inteiro,

convidando, e às vezes aparecia dez pessoas, às vezes aparecia ninguém" (Entrevista nº 2). A tentativa frustrada relatada por ela diz respeito às reuniões entre moradores, já antes citadas (que se deram por volta de 2015/2016), na tentativa de formar uma Associação Comunitária do Alto das Antenas. Rose tomava a frente, auxiliada por Cristal. Elas contaram que faziam reuniões de 15 em 15 dias, mas que durou pouco tempo, pois iam poucas pessoas e, ademais, alguns problemas apareceram e acabaram por desanimar e desmobilizar o grupo.

Dentre os problemas, elas destacaram o envolvimento com dinheiro e com política. Segundo elas contaram, vários políticos começaram a sondar os moradores e fazer-lhes promessas que, para Rose, eram impossíveis de serem cumpridas, tais como garantir que eles não seriam removidos, regularizar os terrenos e dar habite-se às edificações. Rose disse que os próprios moradores é que falaram para os políticos a procurarem, dizendo que ela que estaria "à frente". Ao entender que se tratava de mentiras, ela passou a "cortar" a tentativa desses políticos de ludibriar os moradores.

> Eu falava pros morador: "Vocês não caiam, porque vocês não vão ganhar, porque a Cemig nunca vai dar um lugar desse pra gente." [...] Como que vai te dar o habite-se, sabendo que aqui não tem nem escritura, não tem nada aqui... (Rose, antiga liderança, Entrevista nº 2)

Na sequência, teria tido uma eleição "forçada" para eleger uma mulher, também moradora do Alto das Antenas, mas apadrinhada de um político local, como presidente da Associação. Rose disse que a eleição foi um "joguinho" para inibir os moradores e conseguir eleger a tal mulher. Seguindo o "esquema" organizado pelo político, Rose foi colocada como vice-presidente, uma vez que ela seria a pessoa atuante no bairro e reconhecida entre os moradores. O objetivo, com isso, seria o de legitimar a eleição da tal mulher como presidente. Rose contou que outra moradora chegou inclusive a ceder parte de seu terreno para a construção da Associação de Moradores do Alto das Antenas. "Tava tudo organizado já. Eu pensei que se continuasse ia ser ótimo, porque ia fazer um lugar pra acolher os moradores" (Entrevista nº 2).

Mas então, em ocasião posterior, essa presidente eleita teria arrecadado dinheiro dos moradores dizendo, dentre outras justificativas, que iria ajudar na festa das crianças (que se realizaria em outubro daquele ano). "Eu pensei: 'Isso não vai prestar!'. Eu fiquei nessa frente um tempão e nunca pedi dinheiro pra ninguém", Rose disse (Entrevista nº 2). No dia da festa o refrigerante que ela havia ficado de providenciar não chegou. Os moradores então, em mutirão, se organizaram e fizeram suco: "a festa não pode parar né!" (Entrevista nº 2). E a presidente, nesse dia, "pegou as coisas dela e foi embora" do AA.

> Até aí, era tudo organizado, as reuniões davam certo. Só que qualquer lugar que entrar dinheiro, dá errado né?! Você mexer com dinheiro dos outros, não dá certo. Aí eu falei que já tava na hora de parar... já não deu pra ir adiante, né Cristal? (Rose, Entrevista nº 2)

E assim teria se dado a desmobilização dos moradores em sua tentativa de formar uma Associação Comunitária no Alto das Antenas (elas citaram, sem muita precisão, que essas reuniões se encerraram em 2016).

De modo geral, as referências que ouvi quanto aos novos ocupantes da área, são de que vieram de várias partes da cidade e até de outros municípios. É perceptível, ao conversar com os moradores, que hoje não há um vínculo forte estabelecido entre eles que os "impulsione" a tomarem decisões coletivamente. Contudo, eles continuam citando como ponto positivo lá a "tranquilidade" (usada em todos os sentidos possíveis, desde o silêncio característico, que lhes agrada, até o sentimento de segurança).

Podemos dizer que o grau de mobilização social de um assentamento (especialmente os de interesse social) guarda relação com seu grau de consolidação. Quanto mais mobilizado for, quanto maior a representatividade de um grupo, maior a pressão exercida sobre aquilo ou aqueles (o Poder Público, por exemplo) que podem vir a intervir no espaço[75]. Portanto, mais consolidado o assentamento tende a ser. No sentido contrário, conforme apontado por Silke Kapp (2018)[76], a disposição a colaborar coletivamente em prol de algo parece diminuir à medida que sobem o nível social, de renda e/ou de escolarização das pessoas envolvidas.

Como apresentado no subcapítulo 2.3 de caracterização do Alto das Antenas, o espaço público é coletivamente mantido. Quando questionadas a respeito da realização de mutirões, de modo geral, as entrevistadas disseram que não havia ou que eram pouquíssimos, e só citaram a realização de trabalhos em conjunto para melhoria de ruas. Nesse sentido, foi possível identificar alguns processos de mutirão para manutenção de vias do AA. O último que Cristal e Rose se lembram, teria sido há "uns dois anos", em que os moradores arrecadaram dinheiro e, num domingo, se juntaram para concretar o trecho mais íngreme da Rua União. "Porque a gente tem um pico de um morro lá embaixo [na Rua União], que quando tivesse aquele sol quente, o carro desdobrava, mas subia. Mas quando chovia, não subia, nem descia" (Cristal,

---

[75] Caso do Orçamento Participativo (OP) em Belo Horizonte, que pode ser conquistado por grupos organizados de bairros, para pavimentação de vias e outras obras de infraestrutura urbana, por exemplo.
[76] KAPP, Silke. Comentário para a autora, 01 jul. 2018.

Entrevista nº 2).

Contudo, de acordo com o relato já citado do Coordenador Urbanístico, já houve um mutirão organizado e financiado pela Urbel (possivelmente em 2013), em que os moradores pavimentaram um trecho do Beco Gavião que ligava a Rua União à Vila Cemig.

Além desses, na minha primeira visita ao Alto das Antenas, em um sábado de manhã, no dia 20 de janeiro de 2018, pude presenciar o trabalho de um grupo de homens em mutirão, pavimentando o trecho mais íngreme da Rua União (Foto 31). Nessa ocasião, foi possível constatar que o trabalho estava sendo feito com mão de obra local e recursos levantados pelos próprios moradores. Ao passar pelo trecho em questão, no dia, pude ouvir a seguinte reclamação entre eles: "'*Fulano'* deu um saco de cimento, '*Beltrano'* deu um tanto de areia, o '*outro'* deu cinquenta reais e o cara de pau do '*Ciclano'* deu três reais!". A partir da argumentação do morador aos seus colegas, enquanto trabalhavam, foi possível reconhecer o grau de auto-organização, escolha, tomada de decisões e autogestão deles no processo de autoprodução do espaço que habitam. 'O quê', 'como' e 'quando' fazer a obra que entenderam como necessária (no caso, a pavimentação da via) foi decidido, concebido e executado por eles próprios.

Quando conversei com Laís, a dona da mercearia, em julho de 2018, ela disse que esse processo de mutirão para pavimentação da Rua União ainda estava em andamento: "eles *tão* com a meta de concretar a Rua [União], aí o pessoal está se mobilizando. À medida que vai descendo [a rua], os moradores vão ajudando" (Entrevista nº 3). No entanto, nos meses que se decorreram de 2018, não percebi nenhuma ação no sentido de continuação desse processo e ouvi de algumas das entrevistadas que o trecho concretado já estava "todo esburacado de novo".[77]

A linha do tempo do Alto das Antenas apresentada a seguir (Figura 23), junta, como num quebra-cabeça, as informações obtidas a partir de todos os relatos por mim coletados (dos técnicos e dos moradores). Embora não seja tão precisa, especialmente em relação às datas (uma vez que os entrevistados não sabiam confirmá-las), acredito que ajudará na compreensão dos tempos naquele espaço.

[77] No início de 2019, após o início da minha pesquisa-ação no AA, os mutirões na Rua União foram retomados, como será abordado no Capítulo 3.

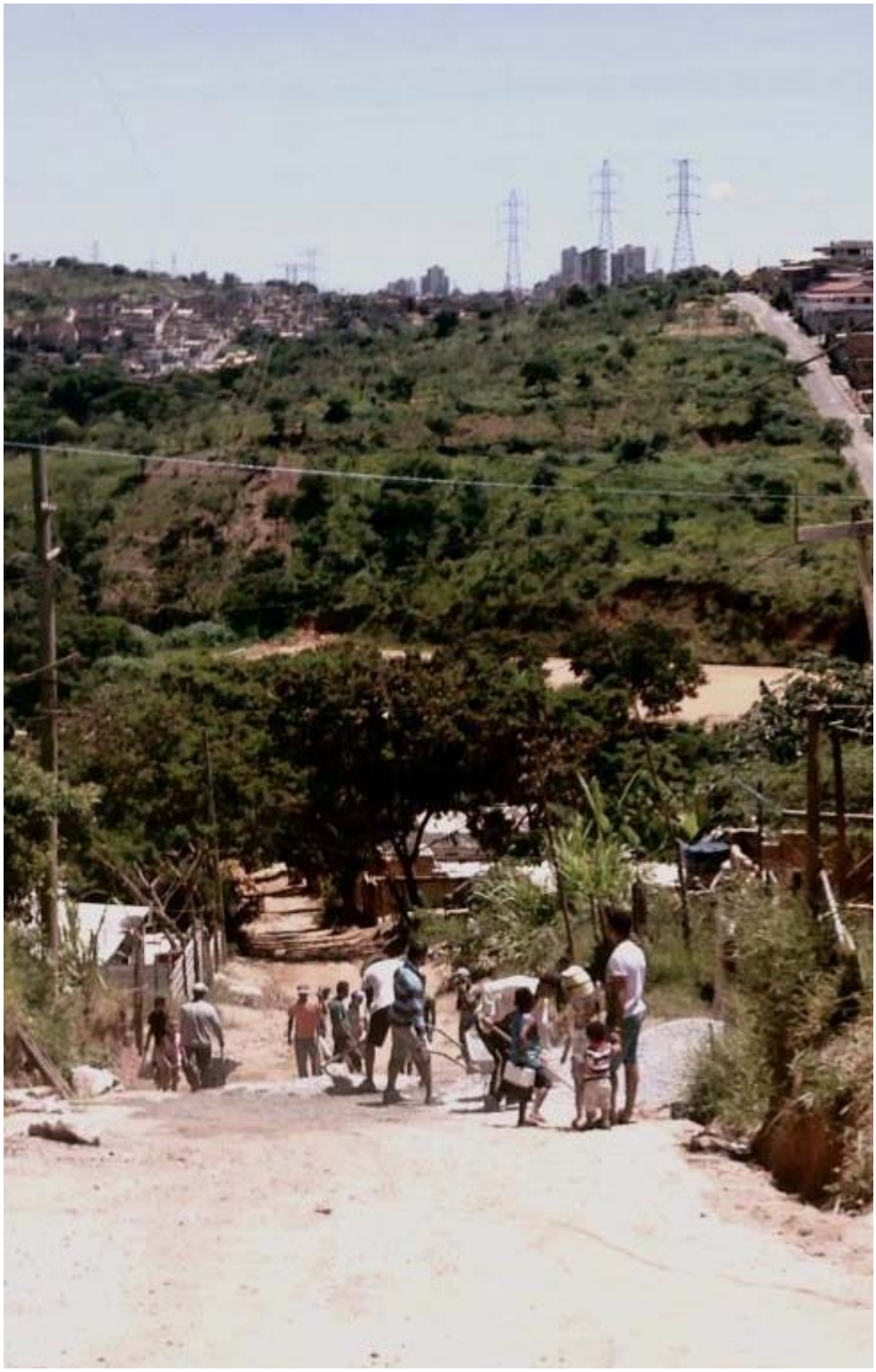
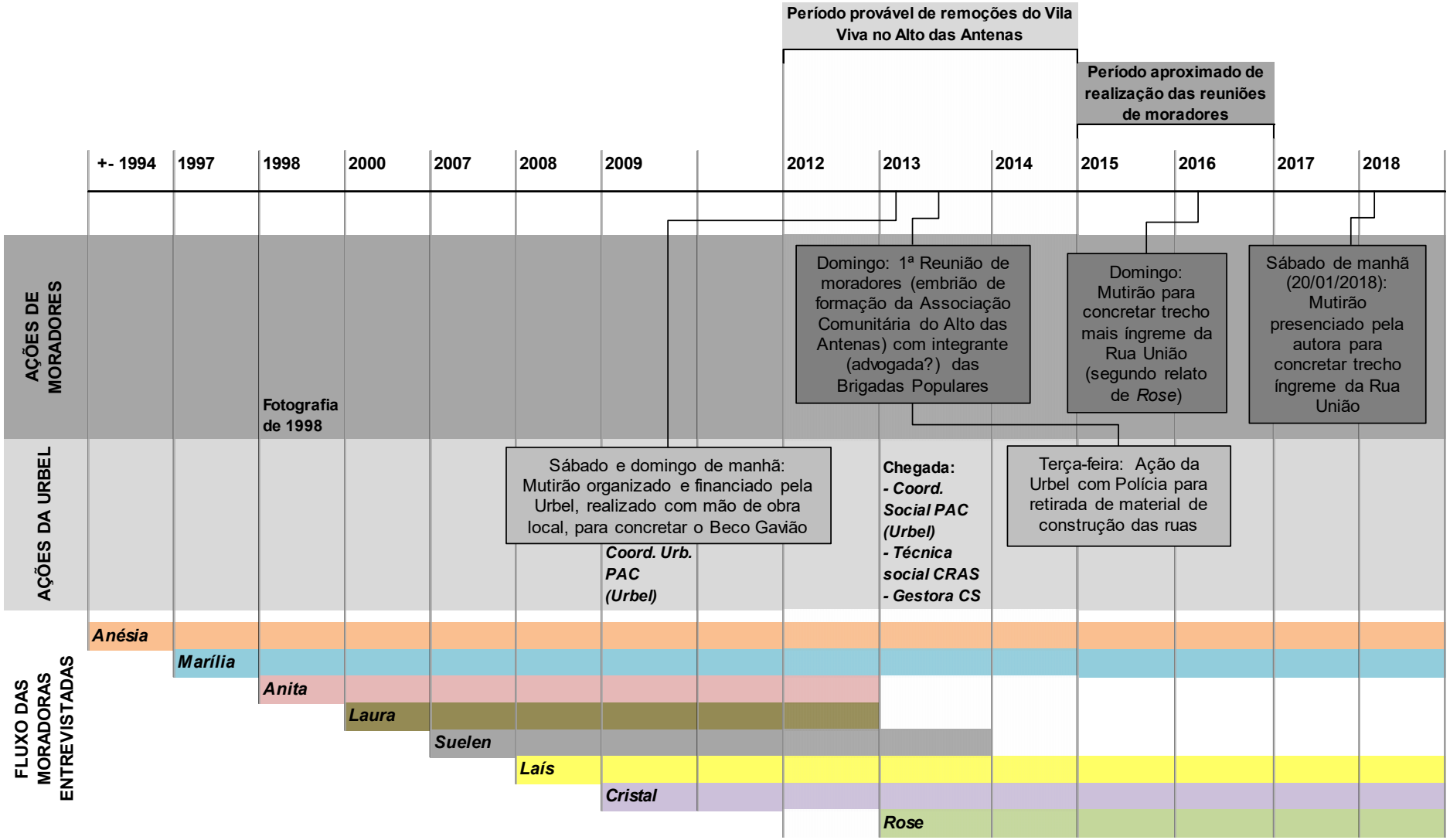


Foto 31. Mutirão de pavimentação do trecho mais íngreme da Rua União

Fonte: Acervo da autora, jan./2018.

Figura 23. Linha do tempo de acontecimentos no Alto das Antenas, a partir dos relatos obtidos



Fonte: Elaborado pela autora, nov./2018.

2.6 As distinções entre os olhares: morar e resistir

> Eu tenho um arrependimento da hora que eu assinei aqueles papéis pra sair... Se eu soubesse que [o Sem Terra] ia ficar daquele jeito [reocupado], eu tinha batido a testa e não saía, porque *lá é bom de viver. É feio, não é?! Fala verdade!* [risos] *Mas é gostoso... Todo mundo respeita todo mundo... Pra pobre viver, lá não tem lugar melhor, não.* Eu acho... (Anita, ex-moradora indenizada, Entrevista nº 10, grifo meu)

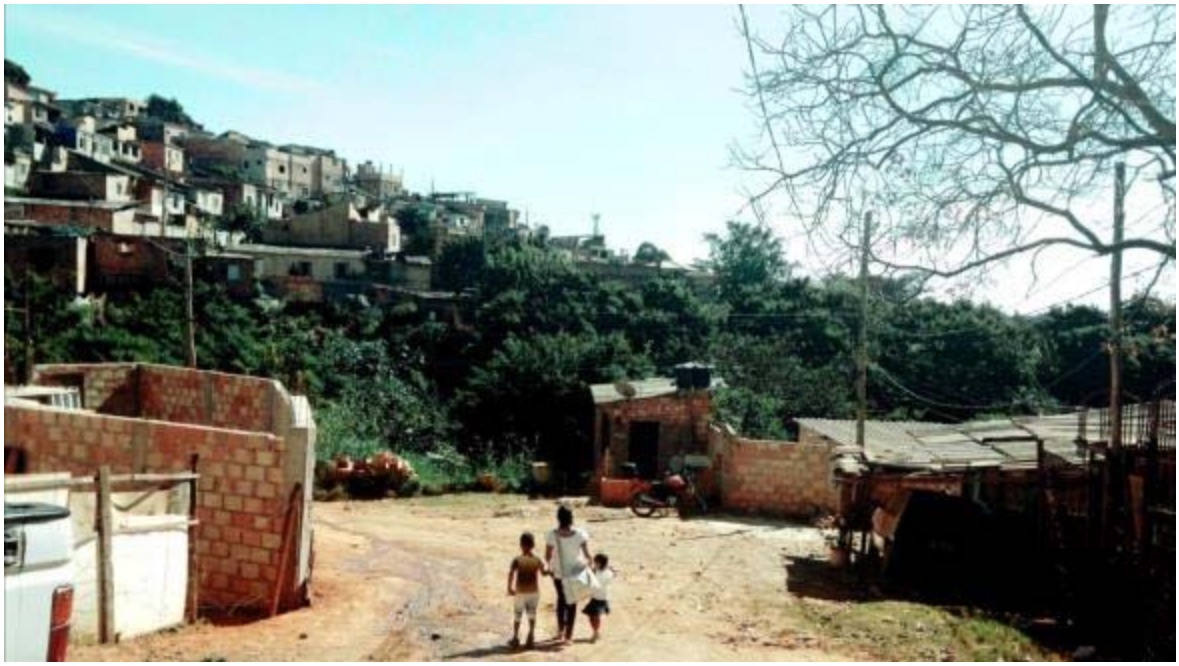


Foto 32. Rua União, principal via do Alto das Antenas (Conjunto Esperança ao fundo, à esquerda)

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

Conforme descrito por Maricato (2000), a Constituição de 1988 conseguiu ampliar o direito à cidade, expressando conquistas importantes para a luta de muitos movimentos sociais da época. Contudo, representou também um equívoco, em que se centrou muito na legislação "como se a principal causa da exclusão social urbana decorresse da ausência de novas leis ou novos instrumentos urbanísticos para controlar o mercado, quando grande parte da população está e continuaria fora do mercado" (p.143). Com isso, temos grandes partes das cidades que não se adequam às regras, aos planos previstos para "a cidade". São assim a expressão do que está aqui sendo chamado de não-cidade, o lugar fora dos planos.

Da mesma forma, o Município de Belo Horizonte se orgulha por contar com leis urbanísticas, políticas e programas avançados, inclusive nacionalmente reconhecidos, para lidar com a habitação de interesse social. Orgulho esse, claramente perceptível nas falas dos Coordenadores Social e Urbanístico da Urbel, os quais pude entrevistar. Contudo, tampouco todo esse aparato regulatório urbanístico conseguiu "dar solução" a vários problemas que emergem na cidade de

Belo Horizonte, de forma a reconhecer o modo de vida das populações das favelas. São impostas sobre elas o padrão hegemônico da classe média, sem envolvê-las ativamente nas decisões e na construção do espaço que lhes diz respeito.

Reconhecem-se aqui as boas intenções dos técnicos envolvidos, expressas muitas vezes em seu trabalho. Ainda assim, são inúmeros os casos de intervenções em vilas e favelas de Belo Horizonte em que fica claro que não basta oferecer infraestrutura urbana e garantir-lhes o *direito à moradia*, mas negar-lhes o *direito à cidade*, que, segundo Harvey:

> [...] *é muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora*: é um direito de mudar e reinventar a cidade [...]. Além disso, *é um direito mais coletivo do que individual*, uma vez que *reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização*. (HARVEY, 2014, p. 28, grifo meu)

Harvey argumenta que o processo de urbanização depende de um exercício de *poder coletivo* e que a vida urbana deve ser "conflitante e dialética", "aberta aos embates (tanto temíveis como prazerosos)" (2014, p. 11). No entanto, a ressalva que faço aqui é, sobretudo, que nessas intervenções públicas não são questionados os pressupostos desse modo de morar e produzir o espaço, característico das favelas que, como já aqui apontado, se dá de modo mais autônomo (autoproduzido e reflexo de decisões tomadas pelos próprios moradores) que na produção do espaço formal nas cidades. Os moradores de favela são vitimizados, por exemplo, quando a Coordenadora Social fala que "não tem a menor condição" das famílias morarem no Alto das Antenas. Acredita-se que a favela tem que "virar bairro" (e, com isso, muda-se também o aspecto físico, a aparência da favela), mas isso não deveria acontecer sob o alto custo de que as famílias que ali habitam percam suas relações de vizinhança, sua "condição sócio-espacial" (BALTAZAR *et al.*, 2017), que deveria ser garantida ou melhorada, e não piorada para atender requisitos da classe média.

Nota-se a importância que a Coordenadora Social entrevistada dá à questão da infraestrutura urbana, que inexiste no Alto das Antenas. Nas partes aqui transcritas de suas falas, ela aponta as dificuldades enfrentadas pelos moradores por sujar o pé na lama nos dias de chuva, ou se passarem mal (uma vez que lá não entra ambulância), e sobre o reconhecimento da melhora na qualidade de vida por parte dos moradores que foram reassentados nos predinhos da Urbel, uma vez que esses agora teriam comércio e linhas de ônibus na porta. Ressalta-se, no entanto, que a própria dinâmica de retorno ao Alto das Antenas de famílias que de lá foram removidas, indica que a prioridade para eles não é a existência ou não de infraestrutura, mas a possibilidade de

manutenção das relações sócio-espaciais estabelecidas entre eles, ou seja, do modo de vida o qual estão habituados e que corresponde à própria cultura deles. Laura, a única das entrevistadas removidas que reconheceu "melhora na qualidade de vida", também criticou a vida em apartamento, dizendo sentir-se presa e que, assim que pudesse, pretendia mudar-se para uma casa.

Por meio do questionamento da técnica social entrevistada do CRAS sobre as famílias que "trocam a moradia mais confortável, que tem acesso a água, saneamento [...] e voltam a residir" no AA, fica claro como o modo de vida (que não é único ou uniforme) dos moradores de favela é quase sempre incompreendido. Assim, o retorno (ou a tentativa de retorno) para o Alto das Antenas de algumas famílias de lá removidas, e, também, a saída delas dos apartamentos que receberam da Urbel, parece uma atitude incoerente ou até inconcebível para os técnicos entrevistados. Isso porque a lente utilizada para olhar a situação é a do padrão da classe média em que, geralmente, se inserem, que é muito distinta da condição sócio-espacial dos favelados, que, portanto, lhes parece errada e precisa ser "corrigida", adequada. A classe média é sempre apresentada como o padrão de comparação. Por exemplo, quando a Coordenadora Social aponta que "pequenos problemas acontecem, assim como nos prédios de classe média". Fica subentendido que seria esse o modelo a ser seguido. Não consideram o problema concreto expresso nesse modo de morar, por ser, muitas vezes, incompatível ao dos moradores de favelas.

Analisando os relatos coletados, concluí que há uma grande diferença na percepção do reassentamento em apartamentos por parte dos moradores que passam a ocupá-los e por parte dos técnicos da Urbel. Nas entrevistas com esses últimos, eles citam (e enfatizam) o apartamento como vantagem em relação às antigas casas dos moradores (que geralmente são mais precárias em termos de acabamento e ainda sem infraestrutura urbana básica). Com o reassentamento nos apartamentos, esses moradores passariam a ter uma "valorização financeira", ou seja, obteriam um "ganho financeiro" e ainda, por meio dele, uma melhora na qualidade de vida. Nota-se, na percepção dos técnicos, a moradia como mercadoria (atribuindo-lhe um valor de troca), percebendo-a principalmente sob um viés economicista.

Contudo, em todas as conversas que tive com os moradores que saíram e com os que ficaram no Alto das Antenas, não senti que eles estavam "preocupados" com isso, ou visando esse "ganho financeiro". Essa pode até ter sido a motivação de muitos dos novos ocupantes que lá se instalaram enquanto aconteciam as remoções do Vila Viva, conforme apontado por técnicos

e também pelos próprios moradores entrevistados. Mas, mesmo diante desses relatos, ao fim, a percepção que tive é que o que essas pessoas de fato buscam é um lugar para morar que corresponda ao seu modo de vida tradicional (às suas relações sócio-espaciais), e não um que, por meio dele, consigam obter lucro.

Reforçou essa minha percepção os relatos de que muitos moradores que receberam um apartamento, após um tempo, o trocaram por outra casa no Alto das Antenas, mesmo cientes de que lá poderiam vir a ser removidos de novo. Ou seja, elas não estariam buscando "lucrar" ao "ganhar" um apartamento da Urbel, uma vez que já "ganharam" uma vez, abriram mão do imóvel e voltaram para o AA, para uma casa que, financeiramente, vale muito menos do que o apartamento da Urbel[78]. O que realmente parece importar-lhes é que morem em um lugar que lhes representa, que reflita suas escolhas, onde se sintam bem, se sintam "livres" para agirem como melhor lhes pareça, que seja fruto do seu trabalho, que tenha sido socialmente produzido e não simplesmente em um lugar que tenha um valor financeiro maior que outro.

Quando a Coordenadora Social diz que nos casos em "que as famílias conseguiram perceber um ganho qualitativo, financeiro, a apropriação do espaço foi maior", percebe-se que, para os técnicos, o ganho financeiro estaria ainda vinculado, e sendo o responsável (é importante ressaltar), pelo sentimento de apropriação, de pertencimento ao lugar por parte das famílias beneficiárias. E essa apropriação, por sua vez, resultaria em conjuntos habitacionais mais sociáveis, mais organizados, mais bem geridos etc.

Ainda acerca da "apropriação", quando os técnicos apontam dois exemplos de conjuntos habitacionais, um onde a apropriação foi "boa" (um conjunto de predinhos construído pelo Empreendimento aqui tratado, que continua hoje igual a quando foi entregue), e um em que a apropriação não teria ocorrido (o Conjunto Esperança), fica nítido que na visão deles a 'apropriação adequada' seria aquela em que o espaço segue sendo mantido por seus moradores da forma como havia sido projetado, como estava prescrito; a que segue as regras pré-estabelecidas; passa uma ideia de ordem, organização, eficiência, beleza. Enquanto a 'apropriação inadequada' seria aquela que modifica os padrões previamente estabelecidos (no caso do exemplo dado, os moradores do Conjunto Esperança fizeram alterações nas casas que receberam, reformando-as, ampliando-as, e hoje pouco ou nada se nota do aspecto original que

[78] O custo de construção de um apartamento da Urbel, na época da pesquisa, era de R$110.000,00 a unidade, enquanto a média dos imóveis avaliados no Alto das Antenas (à época das remoções, 2012/2014) foi de cerca de R$30.000,00, segundo relatos obtidos.

antes tinham); passa ideia de desordem, feiura, desunião, subversão. Ora, o retrato da "não-cidade".

Conforme as ideias já apresentadas de Certeau acerca das *táticas*, as ações subversivas (fora dos padrões pré-estabelecidos) são a forma que o homem comum que não se encaixa no sistema hegemônico tem para atuar. O autor também as define como a *arte do fraco*, os "procedimentos populares (também 'minúsculos' e cotidianos) [que] jogam com os mecanismos da disciplina" (CERTEAU, 1998, p. 41). Em outras palavras, são as práticas que estão fora das regras, e que por isso mesmo incomodam a sociedade, educada a entender como *cidade*, o espaço urbano ordenado, limpo, organizado, padronizado e, por tudo isso, bonito e agradável. Assim, a visão dos técnicos da Urbel (que, é importante lembrar, representa a visão hegemônica da classe média) desconsidera (ou pior, recrimina) as ações táticas dessas populações, que, de acordo com Certeau, são necessárias para que existam (ora, se, por diversos motivos, não conseguem enquadrar-se às regras, para existir, só lhes resta subvertê-las).

Sob a ótica técnica, não fica claro que há também algo de positivo nas táticas dos moradores. Assim, não são compreendidas pela técnica social entrevistada do CRAS os "improvisos" (como ela os chama) dos moradores do AA para conseguirem resolver seus problemas de moradia e se manter naquele lugar. São os bicos, ou gatos de luz e de água, o esgoto lançado a céu aberto e nos córregos, o lixo jogado nas encostas, dentre tantas outras formas que são, na verdade, maneiras de subverter a ordem, o padrão do que é "certo", e que expressam a existência e resistência de um grupo de pessoas naquele espaço. Essas táticas, na verdade, muitas vezes são também uma forma de expressão da autonomia dos moradores (ainda que por necessidade, e não por escolha), da liberdade (e até criatividade) para construir o espaço que habitam, da forma que conseguem.

A limitação e redução da autonomia dos moradores fica expressa de várias formas em processos de intervenção como o Vila Viva. Um exemplo é quando Suelen critica os azulejos brancos da cozinha do apartamento em que foi reassentada, dizendo que os acha "ruins" e que "sujam muito". A entrega de um imóvel pela construtora já com todos os acabamentos previamente selecionados por essa, é uma forma de obstrução da autonomia daquele que vai de fato ocupar (usar) o espaço. E podemos dizer que, de modo geral, estamos acostumados a essa obstrução, em razão dela fazer parte da lógica da produção arquitetônica formal, em que, como abordado na introdução desta dissertação, os espaços são previamente *concebidos* por um especialista, para só depois serem usados (*vividos*) por seus usuários. Se tivesse sido dada a Suelen a

oportunidade de escolher qual revestimento ela gostaria de usar em sua cozinha, uma vez que também lhe fosse apresentada e explicada as opções existentes, lhe seria dado *conhecimento* sobre o assunto, seu *imaginário seria ampliado*, e ela então poderia *fazer uma escolha conscientemente*, o que, por sua vez, representaria *ganho de autonomia*.

Outro exemplo de obstrução da autonomia dos moradores se dá nos processos participativos realizados pela Urbel nesse tipo de intervenção estruturante em assentamentos precários, os quais eu não aprofundei neste texto, mas não poderia deixar de citar. Existe uma série de críticas a tais processos e, devo acrescentar, muitos avanços (ou melhorias na metodologia) foram feitos. Mas, ainda se nota que são espaços mais de prestação de contas e informação aos moradores acerca do andamento do processo e das decisões já previamente tomadas pelos técnicos, do que de tomada de decisões e construção coletiva junto aos moradores. Fica evidente o planejamento tecnocrático, com imposição do saber técnico sobre o saber local, conformando espaços moldados principalmente para legitimar, junto aos moradores, as propostas construídas pelos técnicos. Isso é reforçado pela fala dos técnicos que deixa entrever que consideram bem-sucedidos os conjuntos que não sofrem modificações *táticas*, mas "seguem o projeto", ou seja, aqueles em que predomina o espaço *concebido* sobre o *vivido*.

Pude perceber que os técnicos da Urbel realmente acreditam no trabalho que desenvolvem, que, na fala deles, "salva vidas" (especialmente quando se trata da remoção de famílias de áreas de risco) e traria um "ganho na qualidade de vida" das pessoas atendidas pelos programas. Essa crença é expressa também e sobretudo pelos meios de comunicação da Urbel, que revelam o modo de pensar desse órgão, a exemplo desta frase retirada do sítio web da PBH: "o Vila Viva [...] *beneficia* cerca de 193 mil moradores das vilas e favelas"[79]. Fica subentendido que o "benefício" agregado à vida das famílias é assim inerente ao trabalho por eles desenvolvido.

Um exemplo disso é a compreensão dos técnicos, expressa em suas falas, de que os *beneficiários* "ganham" os imóveis onde são reassentados. Quando, na verdade, essas famílias antes habitavam um imóvel por elas conquistado mediante muita luta, em grande parte autoproduzido, que de uma hora para outra, sem que elas o pedissem, vai abaixo por um trator da Prefeitura. O Coordenador Urbanístico, após citar que os moradores "ganham" os apartamentos, chegou a acrescentar que "tem uma contrapartida". Ainda assim, ficou claro para

---

[79] Fonte: Sítio web Portal da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Disponível em: <http://portalpbh-hm.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=17484&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=50532&chPlc=50532>. Acesso em: out. 2018.

mim que a ideia de que o Poder Público *dá* um imóvel para essas famílias e que, por meio dele, elas adquirem um "ganho financeiro" e ainda "um ganho na qualidade de vida", está intrincada na percepção deles.

Embora saibamos das boas intenções da maioria dos técnicos que trabalham em áreas e com populações de interesse social (o que inclui a mim), o trabalho ainda é feito, sob vários aspectos, de formas questionáveis. As críticas revelam, dentre outras coisas, que os pressupostos colocados, de modo geral, na forma de trabalhar do Poder Público (via de regra, o promotor dessas ações) não questionam o status quo, a lógica excludente da *cidade formal* que nega a *cidade informal,* aquela que *está fora dos planos.*

Quando digo aqui que o Alto das Antenas é um lugar fora dos planos, ou uma não-cidade, tem a ver, por exemplo, com os relatos do Coordenador Urbanístico de que esse é um "lugar sacrificado pelo Poder Público", que usava a justificativa de "não poder" atuar na área, fechando assim seus olhos para ela. E diz respeito também à constatação de que a ilegalidade na moradia urbana, como já dizia Maricato, "é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho" (MARICATO, 2000, p. 147-148).

É muito interessante, nesse sentido, ver a percepção dos moradores do Alto das Antenas. Como eles entenderam o grau de isolamento a que estão submetidos e como o Poder Público continua de "olhos fechados" para eles. O muro em construção[80], a que Rose se referiu em seu relato, para delimitar a área do "parque", é, na verdade, uma forma de separação do Alto das Antenas com a Vila Cemig e o Conjunto Esperança, e parece uma ação de "tapar o sol com a peneira", pois os problemas não foram (e não estão sendo) resolvidos. O "parque" sequer existe; quer façam muro em volta da área ocupada da Vila Cemig e Conjunto Esperança, ou não. Estão apenas tentando apartar duas realidades e agravando ainda mais o sentimento de menosprezo e de "indignidade" que sentem os moradores do Alto das Antenas em relação à cidade oficialmente reconhecida. Mais uma vez reconhece-se esse lugar como não-cidade.

Destaco ainda outro ponto relacionado à segregação sócio-espacial atestada pelo Vila Viva, que é a representação do espaço (ou seja, o desenho) da *área verde projetada* para (e no) Alto das Antenas. Quando Rose o descreve como "tudo vazio, aquele mato bonito" e a Cristal contesta,

---

[80] O muro foi iniciado no primeiro contrato do PAC Vila Viva – Vila Cemig/Alto das Antenas; não foi concluído, quando as obras foram interrompidas em 2014; e sua construção foi retomada em 2019, após nova licitação para dar continuidade nas obras do Vila Viva no local.

em seguida, que "só eles [a Urbel] *pensa* assim", podemos inferir que os moradores percebem claramente a distinção entre a representação do espaço (que não é só físico, mas também socialmente criado) e a realidade (que é, portanto, sócio-espacial) que se apresenta no Alto das Antenas.

Por fim, destaco a *integração das ações*, clamada pelo Coordenador Urbanístico como o caminho possível para fazer dar certo a desocupação e a destinação da área do Alto das Antenas para outro fim, que não o de uso residencial. Da forma como ele a apontou, parece se tratar de apenas *um tipo* de integração. Seria a articulação ou o conjunto das ações entre os poderes existentes e que heteronomamente agem sobre aquele território. Sua fala não incluiu, em nenhum momento, a *importância (aqui compreendida e defendida) de* também, e *sobretudo*, articular, integrar e *envolver os moradores* no *processo de conscientização* e de *tomada de decisões*. Isso, porque se entende aqui que a *conscientização* dos moradores acerca da realidade em que se inserem, incide ao nível do conhecimento e no desenvolvimento crítico dessa realidade (FREIRE, 1980 apud THIOLLENT, 1985, p. 43), o que, por sua vez, faz-se fundamental para as tomadas de decisões e construção de quaisquer propostas para aquele espaço, de modo que exerçam assim sua liberdade e autonomia.

***

A intervenção pública do Vila Viva que visava *melhorar a qualidade de vida dos moradores* do Alto das Antenas acabou por agravar as situações de precariedade físico-ambientais e consequentemente sociais dos que ali habitam, uma vez que, dentre outros fatores, eles encontram-se (1) impedidos de ter acesso oficial às redes de água da Copasa, (2) desmobilizados socialmente, (3) sem saber de fato por que aquela área foi desocupada e está ainda sob ameaça de remoção, e (4) muitos dos que foram removidos preferiam ter continuado no Alto das Antenas a estar no lugar onde passaram a morar. Esse quarto fator demonstra que o aspecto principal para "o bem-estar" dessas populações não é necessariamente a oferta de infraestrutura urbana básica (embora essa seja muito almejada por eles).

O Poder Público usou de algumas estratégias para controlar e tentar impedir a reocupação da área na época, tais como: (a) manter os entulhos das casas demolidas no local; (b) a retirada dos padrões de água da Copasa, dentre outros motivos, pela razão apontada por Rose, para que "a gente não tenha nada no nosso nome"; (c) a ação truculenta de entrarem lá com a Polícia para retirar os materiais de construção que se encontravam nas vias; (d) o envio de notificações e autuações com multas e prazo para as famílias desocuparem a área; e (e) a construção de um

muro em volta da área ocupada da Vila Cemig e Conjunto Esperança, separando-os do Alto das Antenas. Tais estratégias, destituíram ainda mais os moradores de seus direitos de cidadania e de seu direito à moradia adequada e à cidade. O Poder Público, nesses casos, atuou de distintas formas. Ora representado pela Urbel, que age conforme políticas e critérios específicos. Ora representado pela Regional Barreiro, agente fiscalizador que atuou lá dentro, por exemplo, conforme critérios de outro órgão da Prefeitura (a SUFIS). Ora pelo Governo do Estado, que não está claro se (e como) teria atuado no território. E, ainda, tem-se outra autoridade, a Cemig, cujas ações seguem critérios também próprios. Essas ações e estratégias foram por vezes em direções divergentes e mal articuladas. Os resultados não são considerados positivos para nenhum desses órgãos acima citados e tampouco, e principalmente, para os moradores, os diretamente afetados e maiores prejudicados.

Ainda assim, eles têm resistido e permanecido no local.

Destaca-se aqui que essa resistência se dá ainda de modo inconsciente e irrefletido; os moradores não necessariamente sabem pelo que estão lutando; ou contra o que estão resistindo. Entende-se, todavia, que eles não precisam reconhecer as causas pelas quais esse espaço lhes restou para ocupar e habitar. A própria existência e permanência deles ali já revela sua resistência.

Resistir à ordem que lhes é imposta – a proibição de ocupar aquele local, uma vez que a lei não lhes dá respaldo – é o caminho que lhes restou seguir. Inseridos no sistema político-econômico capitalista que rege nossas cidades, que vê tudo e todos como mercadoria, atribuindo-lhe um valor de troca e não de uso, e excluídos da cidade formal (legal) à qual não têm acesso (seja financeira ou socialmente), esses moradores têm suas próprias práticas, ou *táticas*, para organizar seu espaço. Táticas essas que refletem e definem o seu modo de *morar* e de *resistir* e que estão expressas em suas atividades sócio-espaciais cotidianas: de permanência, vivência, sociabilidade, lazer, trabalho, moradia etc.

Ainda que com poucas armas, ou pouco conhecimento da conjuntura político-social em que se inserem, os moradores do Alto das Antenas têm lutado pela permanência nesse lugar, tendo estabelecido nele suas relações sócio-culturais e sócio-espaciais. Se a cidade dita formal lhes nega acesso, a resistência dessas famílias, expressa nesse modo de *ocupar* e de *morar* que *insiste* e *persiste*, revela fissuras nos sistemas de controle político, socioeconômico e de ordenamento do solo e traduz uma realidade que não se pode esconder.

3 A PESQUISA-AÇÃO NO ALTO DAS ANTENAS

3.1 Por que uma pesquisa-ação?

A abordagem metodológica de Michel Thiollent (1985) para a pesquisa-ação orientou os objetivos e minha proposta de ação no Alto das Antenas. Segundo o autor, a pesquisa convencional positivista se preocupa com a quantificação de dados empíricos "em detrimento da busca de compreensão e de interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas" (1985, p. 7), que é o que se busca na pesquisa-ação. "[...] concebida principalmente como metodologia de articulação do conhecer e do agir" (1985, p. 100), um dos objetivos da pesquisa-ação é dar a pesquisadores e ao grupo pesquisado mais condições (ou os meios) de se tornarem capazes de responder aos problemas locais, sob forma de diretrizes de ação transformadora. Sua relevância está no conhecimento a ser adquirido pelo pesquisador e pelos pesquisados. Conhecimento esse, que deverá ser definido em função dos problemas encontrados, tendo em vista solucioná-los ou esclarecê-los.

A pesquisa-ação, conforme enfatizado pelo autor, considera que o pesquisado tem algo efetivo a fazer e a dizer. O pesquisador assume uma atitude sempre de escuta, com elucidação de aspectos, sem a imposição de concepções próprias. A postura unilateral do conhecimento técnico (saber formal) sobre o conhecimento popular (saber informal) é, assim, incompatível com a proposta de pesquisa-ação.

> [...] *as populações não são consideradas como ignorantes e desinteressadas*. Levando a sério o saber espontâneo e cotejando-o com as "explicações" dos pesquisadores, um conhecimento descritivo e crítico é gerado acerca da situação, com todas as sutilezas e nuanças que em geral escapam aos procedimentos padronizados. (THIOLLENT, 1985, p. 24, grifo meu)

O autor aponta os três principais objetivos da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1985, p. 18), os quais, em alguma medida, busquei alcançar na pesquisa que conduzi no Alto das Antenas. São eles:

- (1) *tomada de consciência individual e/ou coletiva* (podendo ou não alcançar o nível da conscientização)[81], de modo a "tornar mais evidente aos olhos dos interessados a

[81] A *conscientização* permite "desvelar a realidade, incidindo ao nível do conhecimento", enquanto a *tomada de consciência* é uma aproximação simples das questões abordadas, não implicando caráter crítico, e, portanto, de alcance mais limitado que a primeira (FREIRE, 1980 e 1982 apud THIOLLENT, 1985, p. 43).

natureza e a complexidade dos problemas considerados", tendo em vista aumentar a capacidade de ação, mobilização ou reivindicação, uma vez que "com maior conhecimento a ação é melhor conduzida" (THIOLLENT, 1985, p. 18);

- (2) *produção de conhecimento* que pode vir a ser cotejado e aplicado em outros estudos e análises; o conhecimento adquirido assim não incidiria apenas sobre o pesquisador e os pesquisados, mas poderia ter maior alcance;
- (3) *objetivos práticos* no sentido de definir as *ações transformadoras* a serem realizadas com vistas à solução dos problemas identificados (quando esses forem possíveis de serem solucionados).

Thiollent diz que quando a pesquisa-ação está voltada para os problemas de determinada coletividade, os objetivos práticos correspondem ao levantamento da situação e à formulação das reivindicações e das ações cabíveis, definidas segundo os interesses da coletividade (1985, p. 20-21).

O autor destaca ainda a função sócio-política da pesquisa-ação, uma vez que essa tenta colocar o controle do saber nas mãos das coletividades, que passam coletivamente a expressar o aprendizado adquirido e comprometer-se com a ação (ZUÑIGA, 1891, p. 35-44 apud THIOLLENT, 1985, p. 45).

Nesse sentido, minha pesquisa-ação se desenvolveu como forma de mobilizar os moradores para um processo de auto-organização, trabalhando com interfaces para ajudar a formar conhecimentos técnicos que serviriam de suporte para tomarem decisões mais informadas acerca do espaço onde vivem (e resistem). Entendendo, assim como defendido por Thiollent, que é papel do pesquisador disponibilizar informações aos pesquisados para facilitar a discussão acerca dos problemas coletivamente identificados, e deixando claro que a minha intenção não era resolver os problemas (carências urbanísticas ou socioeconômicas) de lá, mas oferecer suporte, por meio desse processo de auto-organização e tomada de consciência (individual e/ou coletiva), para que eles tenham mais condições para resolverem, eles mesmos, os problemas que identificarem. Em outras palavras, envolvê-los num processo para se entenderem como sujeitos (ativos) da ação transformadora (qualquer que ela seja), e não como "pacientes" (passivos) que se conformam com o "diagnóstico" dado para a área onde vivem.

3.2 Os passos da pesquisa-ação

Passo 1. Traçando o caminho e as estratégias de ação

Desde o final da fase de pesquisa que permitiu a construção e compreensão do objeto e dos sujeitos da pesquisa, o caminho pensado para a pesquisa-ação era a formação de um grupo de moradores disposto a se reunir para discutir e se informar sobre o Alto das Antenas e sua realidade sócio-espacial. O objetivo desse processo, já elucidado acima, era dar suporte à tomada de decisões dos moradores acerca do espaço, por exemplo, em processos futuros de intervenção heterônoma que pudessem sofrer. Contudo, no início desse processo, eu ainda não tinha clareza de como a pesquisa-ação iria se desenrolar e de que forma exatamente ela iria se concretizar.

Assim, no princípio de 2019, comecei a pensar nas estratégias de abordagem para dar início à pesquisa-ação. Primeiramente, eu precisava me fazer vista novamente no local, retomar meu contato com os moradores, tendo em vista que minhas últimas visitas lá tinham acontecido em setembro de 2018. A ideia para mobilizar os moradores era levar um drone para sobrevoar a área. Mas, para essa ideia dar certo, eu precisava traçar um caminho, definir como seria minha abordagem inicial no local. Assim, minha volta ao Alto das Antenas e retomada do contato com os moradores, se deu em um final de semana, nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2019.

No dia 23, à tarde, as atividades que programei fazer em campo eram:

(1) conseguir algum(s) morador(es) disposto(s) a andar comigo pelo território, para eu entender melhor como se apropriavam do espaço, quais suas relações com ele, como percebiam e se portavam frente às barreiras e características físicas do espaço (tais como córregos, antenas, linhas de transmissão, encostas íngremes etc.), se viam ali algum tipo de risco, e outras percepções ou relações que surgissem "pelo caminho";

(2) fazer vídeos curtos de falas de moradores expressando suas demandas locais, as primeiras que lhes viessem à mente quando perguntados "o que queriam para o Alto das Antenas", bem como "o que consideravam de bom lá", para que eu pudesse montar, posteriormente, um vídeo com o compilado das falas para passar aos moradores posteriormente, em momento oportuno (já tendo em mente que poderia funcionar como uma interface mobilizadora para atraí-los para a primeira reunião que fosse agendada);

(3) conversar com a Rose e/ou com a Cristal, uma vez que elas já haviam mobilizado, poucos

anos antes, um grupo de moradores que se reuniram lá por um tempo, e, por isso, poderiam se interessar em se envolver e/ou me auxiliar na mobilização que eu intencionava começar;

(4) descobrir moradores que tivessem se envolvido em processos anteriores de mutirão no Alto das Antenas e, se possível, quem os organizava, tendo em vista mapear os mobilizadores já existentes no território, que, de alguma forma, já se envolvem ou organizam ações coletivas lá;

(5) sondar com os moradores a ideia de sobrevoar a área com um drone; e, por fim, e de suma importância para o início do trabalho,

(6) começar a mobilizar um grupo de moradores interessados em se engajar no processo que eu estava propondo, de nos reunirmos periodicamente dentro do Alto das Antenas, e, para tanto, eu iria comentar e expor minha intenção, nos momentos que achasse oportuno, aos moradores que parecessem mais interessados.

Apresento abaixo o alcance que obtive para cada uma dessas ações previstas, contando como se deu essa abordagem nos dias 23 e 24.

Até esse momento, eu nunca havia andado dentro do Alto das Antenas acompanhada por um morador. Minha "primeira parada" era sempre na mercearia da Laís (as conversas com ela me orientaram em vários momentos ao longo da pesquisa, pois ela me sugeria pessoas com que eu deveria conversar, conforme cada situação que eu precisasse). Assim, por indicação dela, fui até a casa da Anésia (moradora antiga remanescente das remoções) ver se alguém de lá poderia me receber e me acompanhar. Após conversar por um bom tempo com o companheiro dela, ele concordou em me acompanhar nas proximidades de sua casa, na porção baixa do AA. Ele foi também o primeiro com quem consegui gravar o vídeo curto, um dos objetivos da minha ida.

Por meio dessa primeira conversa, descobri que parte dos moradores dessa porção, incluindo ele, não se considerava morador do "Alto das Antenas", entendido como o nome apenas da parte "lá no alto, aonde ficam as antenas". Segundo ele, a parte baixa seria reconhecida como "Conjunto"[82] ou "Sem Terra". Isso chamou a minha atenção, pois a partir desse momento, quando eu fosse convidar os moradores para as atividades que viesse a organizar, se dissesse apenas "Alto das Antenas", parte (nessa porção baixa) poderia não se sentir incluída e

[82] Exemplo do já citado reconhecimento e sensação de pertencimento que os moradores da parte baixa têm com o Conjunto Esperança, enquanto os da parte alta têm com a Vila Cemig, em função da integração física (viária) que o Alto das Antenas tem com cada uma dessas porções tem com seus respectivos assentamentos vizinhos.

convidada. (Nesse sentido, nos panfletos que produzi depois disso, mantive o nome oficial "Alto das Antenas" juntamente do apelido local, "Sem Terra"[83].)

Na rodada que demos, conheci dois becos em que eu nunca tinha entrado, bem íngremes e de difícil acesso. Em geral, os becos lá não possuem pavimentação e alguns trechos mais íngremes são pavimentados pelos próprios moradores, para facilitar a travessia, alguns em rampa (Foto 33), alguns com degraus formando escadas bem irregulares. Concluí que a acessibilidade nessa porção do território é muito ruim, especialmente para idosos e outras pessoas de mobilidade reduzida. Algumas casas dessa porção estão construídas bem às margens dos dois córregos (afluentes do Córrego Bonsucesso) que se encontram aí (descobri nesse dia que o córrego ao longo da Rua Mangueiras – a oeste do AA – é localmente conhecido como Córrego Mangueiras). Os moradores não veem problema ou risco em construir tão próximo deles, pois dizem que o nível da água nunca subiu a ponto de afetá-las (Foto 34). Também percebi nessa região cortes muito íngremes feitos no terreno, com solo exposto, na base de algumas casas (Foto 33). Observei ainda, em um dos becos, uma pequena "vendinha" informal (Foto 35) de picolés, açaí e produtos cosméticos, funcionando em uma casa (são poucas, mas estão presentes e espalhadas pelo Alto das Antenas, e facilitam o dia a dia dos moradores, uma vez que os maiores pontos comerciais se encontram apenas nos bairros do entorno).

Nossa rodada começou na vertente do Córrego Mangueiras, e terminou na vertente do outro córrego, a leste (que, mais à jusante, se encontra com aquele), em um terreno acessado por uma pinguela improvisada para travessia do córrego, de um senhor que cultiva com muito apreço uma pequena horta (Foto 37). Muito próximo de sua casa fica uma das bicas existentes no Alto das Antenas. Como esse córrego recebe menos contribuição de esgotos e afluentes domésticos, em razão da ocupação de suas vertentes ser muito inferior à do Córrego Mangueiras, suas águas ainda aparentam estar limpas (Foto 38).

[83] Importante destacar que, embora seja apelido, na escala local é amplamente reconhecido e inclusive mais utilizado que o nome oficial, não só por seus moradores, como também pelos dos assentamentos vizinhos.

Foto 33. Beco com trecho íngreme, precariamente concretado

Fonte: Acervo da autora, fev./2019.

Foto 34. Casa construída às margens do "Córrego Mangueiras"

Fonte: Acervo da autora, jun./2019.

Foto 35. Vendinha informal funcionando em uma casa

Fonte: Acervo da autora, fev./2019.

Foto 36. Pinguela de travessia do córrego e casa ao fundo

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

Foto 37. Horta no terreno de morador

Fonte: Acervo da autora, jun./2018.

Foto 38. Bica d'água no córrego da porção leste do Alto das Antenas

Fonte: Acervo da autora, fev./2019.

Esse senhor foi o segundo com quem pude gravar o vídeo. Ao sair de seu terreno, segui acompanhada pelo companheiro de Anésia até a "pracinha da mangueira" (largo à sombra de uma mangueira, na esquina da Rua União com Rua da Mina). Acredito que isso facilitou minha abordagem (e meu primeiro contato) com o grupo de homens que ficava sempre reunido nesse ponto, os quais, até então, eu nunca havia me sentido confortável em abordar. Falei da minha pesquisa, da proposta de reunir moradores num processo de aprendizado e troca coletiva e fui autorizada por eles a gravar o vídeo com suas falas.

Para gravar o vídeo, eu dizia ao morador que faria duas perguntas simples e que seria uma gravação curta, e ainda explicava que a ideia era juntar as falas gravadas e montar um vídeo do Alto das Antenas, a ser passado para os moradores em algum lugar e momento, que, após definido, seria avisado a eles com antecedência. Então, após autorização para gravar, eu perguntava ao morador "o que ele queria para lá", com o intuito de ouvir as primeiras coisas que viriam à sua mente quando pensavam nas demandas para o bairro, e "o que tinha de bom lá", para que pudessem refletir e reconhecer a existência de coisas que consideram boas, independentemente da existência de problemas. Outro objetivo que eu tinha em mente, por meio desse vídeo, era posteriormente poder comparar as demandas iniciais levantadas pelos moradores sobre "o que queriam para lá" com as demandas que eles poderiam ser capazes de formular e articular ao final do processo previsto de aprendizado coletivo e auto-organização.

Consegui gravar algumas falas de moradores na pracinha da mangueira, local de grande circulação de moradores e também ponto de encontro (embora apenas de alguns, apontados pelos demais como "desocupados")[84]. Um aspecto interessante extraído da percepção desses homens na pracinha, por meio das conversas que tivemos para eu gravar os vídeos, é que eles reconhecem, sim, o Alto das Antenas como favela.[85]

Continuei subindo a Rua União, com o objetivo de chegar até às casas da Cristal e da Rose e tentar conversar com elas, e fui abordando moradores pelo caminho. Consegui conversar com a Cristal e explicar o que estava planejando para dar continuidade à minha pesquisa. Perguntei o que ela achava da ideia e se ela se envolveria no processo, pois seu apoio seria muito importante. Ela gostou da ideia e me indicou outro morador com quem eu deveria conversar,

---

[84] Em uma pequena placa de madeira feita pelos próprios frequentadores da pracinha e fixada a uma de suas árvores está escrito: "Praça dos desempregados", embora ela não seja reconhecida por esse nome.
[85] A síntese das percepções dos moradores a partir das gravações de vídeo feitas está apresentada adiante, no relato do 1º encontro de moradores feito, ocasião em que o vídeo foi passado.

pois as antigas reuniões (na época em que tentaram formar uma associação no Alto das Antenas) eram feitas na casa dele. Ela disse que ele era uma liderança local, bem engajado, e conhecia muitos moradores (pela descrição, era exatamente o tipo de pessoa com quem eu precisava conversar e chamar para se envolver no processo). Ela me explicou onde ficava sua casa, e eu me programei para ir até lá no dia seguinte, em razão do avançado da hora nesse sábado.

No domingo, a ideia era dar continuidade às atividades que eu tinha iniciado no dia anterior. Dessa vez (e pela primeira vez), eu entrei no Alto das Antenas pela parte alta, a partir da Vila Cemig, e fui abordando e conversando com as pessoas que cruzavam meu caminho. Eu perguntava sobre a região, citava resumidamente o que estava fazendo ali e pedia para gravar o vídeo.

Desci a Rua União até chegar à casa do Danilo[86] (morador indicado pela Cristal). Conversei com ele e sua companheira por bastante tempo, e gravei o vídeo. A partir dessa conversa, um senhor se aproximou (não sei a quanto tempo ele estava próximo, nos escutando) e se juntou à roda de conversa. Quando, por fim, fiz o vídeo também com esse senhor, descobri quem ele era: o José[87], dono do principal bar local. Para preservar sua história, preferi não a contar aqui, mas, cabe dizer, que eu já havia tentado abordá-lo anteriormente, em setembro de 2018, em razão de ser um morador antigo, que poderia contribuir bastante na fase inicial da minha pesquisa. No entanto, na época, ele preferiu não conversar comigo e, nesse domingo, após me ouvir conversar com o Danilo e sua companheira, acredito que ele tenha quebrado sua desconfiança inicial em relação ao meu envolvimento na região e, assim, consegui ter uma conversa longa e descontraída com ele.

O José chamou a mim e ao Danilo para continuarmos a "prosa" em seu bar. Mostrei a eles a foto dos moradores em mutirão concretando a Rua União, que eu havia tirado em janeiro de 2018, na primeira vez que entrei e andei pelo Alto das Antenas. Imediatamente o Danilo se reconheceu nela. Descobri que eu estava conversando com as pessoas certas: o José era o principal articulador local e organizador dos mutirões para concretar os trechos mais precários[88] da Rua União, e o Danilo fazia parte do grupo que estava sempre envolvido nessas ações.

Aproveitei a ocasião (em que outros homens haviam se inserido também na roda de conversa),

---

[86] Nome fictício. O nome verdadeiro foi ocultado para preservar a identidade do morador.
[87] Nome fictício escolhido pelo próprio morador. O nome verdadeiro foi ocultado para preservar sua identidade.
[88] Trechos íngremes, que ficavam bastante afetados, especialmente nas épocas de chuva, com os sulcos naturais que se formavam para drenagem superficial das águas.

para apresentar a eles a ideia de sobrevoar a área com um drone, para tirar fotos e fazer vídeos da região, vistos do alto, para depois serem mostrados aos moradores. Eles gostaram da ideia. Um deles perguntou como era um drone e, após minha explicação, comentou que era igual aos que a polícia usava para sobrevoar favelas. Isso chamou minha atenção (pois até então eu não sabia dessa prática feita pela polícia) de que a ideia teria que ser bem divulgada e aceita pelos moradores, para não termos problemas.

Ressalto aqui que o clima dentro do Alto das Antenas era sempre bom. Por "clima", me refiro à sensação e às percepções que uma pessoa "de fora" têm ao andar por suas ruas: como muito apontado pelos moradores, de sossego. Quando eu perguntava se eles sentiam algum risco por morar ali (internamente, eu estava me referindo ao risco associado às antenas das linhas de alta tensão), eles sempre diziam que não, que achavam mais arriscado morar na Vila Cemig (claramente associando o "risco" à violência), e reforçavam que achavam ali um lugar tranquilo de se morar.

Ao fim desse domingo, dia 24 de fevereiro, eu acertei com os moradores, no bar do José, que voltaria lá no sábado seguinte, dia 2 de março, para levar panfletos que eu iria produzir para eles me ajudarem a distribuir aos demais moradores, divulgando o dia do voo do drone. Ainda nessa conversa ficou definido que o bar do José (por sugestão dele próprio) seria o local aonde poderiam ocorrer as reuniões de moradores que eu estava propondo. O local era adequado, pois era conhecido de todos, era coberto, tinha bancos (embora não muitos), e também situava-se a uma distância "equilibrada" entre as porções alta e baixa do AA (como eles dizem, "no meio do caminho"), sem privilegiar ou prejudicar mais os moradores de uma porção que de outra.

As conquistas desse dia foram fundamentais para o desenrolar da pesquisa. Consegui apoio dos principais mobilizadores "naturais" (até então identificados) dentro do Alto das Antenas (com destaque especial para a parceria ali iniciada com o José) e a definição do lugar, dia e horário para as reuniões acontecerem: aos sábados, às 17 horas, semanalmente.[89]

Passo 2. Mobilização de moradores

Na sexta-feira posterior ao final de semana em que iniciei a mobilização de moradores, dia 28 de fevereiro, fui pela quarta vez à reunião da Rede local da Vila Cemig, Conjunto Esperança e

[89] A proposta de dia e horário foi também validada por vários outros moradores com quem eu já tinha conversado anteriormente durante minhas rodadas, que já haviam sugerido que sábado à tarde seria o período ideal, pois quem trabalha já teria voltado para casa, e aos domingos muitos iam à igreja em horários variados do dia.

Alto das Antenas. Aproveitei a ocasião para conversar com a gestora do CPC e com o gestor do CRAS sobre a ideia de sobrevoar o Alto das Antenas com um drone. A gestora do CPC reforçou que a ação deveria ser validada junto às lideranças locais do Conj. Esperança e da Vila Cemig, inclusive para que eventuais pessoas envolvidas com o tráfico de drogas ficassem cientes da ação. Ela me passou o contato de uma das lideranças e, no mesmo dia, pude me encontrar com ele, apresentar a proposta e pegar "sua autorização". Ele mesmo se encarregaria de avisar a quem importasse na região. A gestora do CPC também cuidou de comunicar e pegar a autorização da polícia.

Assim, no dia seguinte, fui ao Alto das Antenas entregar os panfletos que eu havia feito de divulgação do voo de drone. Minha estratégia era entregá-los a três pessoas que, de alguma forma, tinham alguma influência dentro do AA: o Danilo; o José, para que deixasse em seu bar; e o Eduardo[90], marido da Laís, donos da mercearia, na parte baixa (que também poderia ser um importante ponto de distribuição dos panfletos, tendo em vista que os moradores fazem pequenas compras lá). Nessa minha ida, também conversei e entreguei panfletos aos moradores que cruzaram meu caminho.

O panfleto (APÊNDICE H) informava que o voo do drone ocorreria no sábado seguinte, dia 9 de março, às dez horas da manhã, dia e horário validado pelo grupo de moradores com quem conversei no sábado anterior, no bar do José. O panfleto não mencionava apenas "Alto das Antenas", mas também "Sem Terra", para que os moradores da porção baixa que não se reconhecessem como pertencentes ao Alto das Antenas, também se sentissem convidados.

Ao longo da semana seguinte, a Rose me enviou mensagem enfatizando a importância de que a ação fosse bem divulgada, para não termos problemas com o "povo das bocas". Eu reforcei o diálogo com as lideranças locais nesse sentido, para que ficasse claro que o drone que sobrevoaria a área era da UFMG, e não da polícia. (Faço aqui uma observação de que, até o final da pesquisa, eu não consegui mais me encontrar pessoalmente com a Rose. Foram várias tentativas sem sucesso. No início do processo eu busquei validar todas as minhas estratégias e ideias com ela, por *Whatsapp* – pois eu também não consegui conversar por telefone –, e com a Cristal, que eram meus contatos iniciais e as pessoas que eu tinha como referência de

[90] Nome fictício escolhido pelo próprio morador. O nome verdadeiro foi ocultado para preservar sua identidade. Eu só vim a conhecê-lo nessa segunda fase da pesquisa (pesquisa-ação). Enquanto a Laís teve participação e papel fundamental na primeira fase (para eu conhecer *o objeto e os sujeitos da pesquisa*), o Eduardo foi se envolvendo e engajando cada vez mais ao longo da segunda fase. Eles foram os moradores com quem pude estabelecer mais vínculos de confiança ao longo do trabalho.

mobilizadoras dentro do AA. O panfleto do drone, o primeiro que produzi para a pesquisa, por exemplo, foi primeiramente validado com elas, antes de serem impressos e distribuídos aos demais moradores. À medida que as ações foram se desenrolando e acontecendo, ao longo do tempo, e ao ver que elas continuavam não se envolvendo[91] – enquanto outras pessoas iam se envolvendo cada vez mais, a exemplo do Eduardo –, fui progressivamente diminuindo meu contato com elas.)

No sábado, dia 9 de março, levei o drone emprestado da Escola de Arquitetura para sobrevoar o Alto das Antenas. O ponto de encontro que eu havia escolhido, e informado no panfleto, era a mercearia da Laís e do Eduardo. Para tanto, a proposta já havia sido anteriormente alinhada com eles. O local foi escolhido por ser conhecido dos moradores e por situar-se na Rua Mangueiras, via plana e situada a mais de 30 metros de distância das linhas de transmissão que passam pelo AA.[92] Assim que cheguei à mercearia, o Eduardo me contou que ao longo da semana várias pessoas o procuraram para esclarecer dúvidas acerca da atividade e destacou algumas questões, por exemplo, se seria uma reunião, ou se a atividade dizia respeito à "colocação de postes de iluminação pública". O próprio Eduardo, ao me contar, demonstrou espanto acerca do tipo de questionamento que foi feito a ele, uma vez que o panfleto não fazia menção a "reunião" e, tampouco, a iluminação pública, e acrescentou que esclareceu com essas pessoas qual era a proposta para o dia.

Enquanto aguardávamos a hora combinada para o início do voo do drone, fui até a pracinha da mangueira convidar mais moradores que, porventura, não estivessem sabendo da ação. Percebi ali mais pessoas reunidas do que eu já tinha observado até então, nas minhas outras visitas ao AA. Quando voltei à mercearia, já tinha cerca de 40 pessoas reunidas do lado de fora. Elas tinham muitas dúvidas. Queriam saber se iríamos regularizar a área, se o que faríamos ali naquele momento seria uma reunião, dentre várias outras perguntas. Percebi quase um processo de "telefone sem fio" entre eles, em que iam repassando informações desencontradas acerca do espaço. Nesse momento, pude conversar com os moradores reunidos, me apresentar e explicar a proposta, não só para aquela manhã, como também da minha pesquisa. Expliquei que faríamos

---

[91] O aparente desinteresse da Rose em se envolver no processo pode ter sido reflexo de uma possível sobrecarga durante o período em que ela ficou à frente dos interesses coletivos dos moradores do Alto das Antenas, na luta contra as remoções. Era ela quem mobilizava moradores, buscava e articulava apoio externo, organizava as reuniões e ainda, segundo me relataram, ouvia algumas reclamações e cobranças de moradores, o que pode tê-la deixado desgastada e com receio da situação se repetir.

[92] Atendendo a exigências técnicas para voos de drone estabelecidas pelos órgãos competentes.

o voo com o drone para tirar fotos e fazer vídeos que, por sua vez, seriam depois usados para eu montar um filme do Alto das Antenas a ser passado aos moradores na primeira reunião que iríamos fazer. O objetivo da ação era também mostrar o Alto das Antenas para seus moradores a partir de uma nova perspectiva, visto do alto, e suscitar neles questões, percepções ou apontamentos acerca de seu espaço social. Tentar levá-los, portanto, a pensar sobre o espaço em que vivem a partir de novos olhares.

Aproveitei também esse momento com o grupo reunido para distribuir os panfletos para convidá-los para o primeiro encontro de moradores que eu estava propondo, que aconteceria no sábado seguinte (todos os panfletos produzidos estão mostrados no APÊNDICE I).

Uma moradora sugeriu de fazerem uma lista de presença (o que não era algo que eu precisava para a pesquisa). Eu pedi, então, para anotarem seus nomes e telefones de contatos, que poderiam ser úteis para a pesquisa para eu convidá-los para as atividades futuras. Passei a eles meu caderno, onde escrevi um cabeçalho com os campos de "nome" e "telefone", junto a uma caneta. Contudo, ao final da atividade, quando recebi o caderno de volta, vi que, com poucas exceções, eles haviam anotado apenas seus nomes (o que me passou a impressão de que estavam acostumados a participar de encontros em que tinham que "comprovar" a presença por meio de listas).

Da mercearia, seguimos para um trecho mais largo da Rua Mangueiras para fazermos o voo com o drone. Assim que saímos, algumas pessoas foram embora, mas, enquanto fazíamos os sobrevoos, outras foram chegando e se juntando ao grupo. Eu pude contar 39 adultos e mais nove crianças que acompanharam o voo do drone durante a maior parte do tempo (Foto 39).

Foto 39. Grupo que acompanhou o voo de drone na Rua Mangueiras

Fonte: Acervo da autora, mar./2019.

Foto 40. Registro feito pelo drone das porções média e alta do Alto das Antenas, que revela a ocupação em encosta delimitada por talvegues fechados a leste e a oeste

Fonte: Acervo da autora, mar./2019.

Foto 41. Registro feito pelo drone da parte baixa do Alto das Antenas, no primeiro plano (ao fundo, Hosana e Jardim Liberdade, loteamentos vizinhos)

Fonte: Acervo da autora, mar./2019.

Avalio que usar o drone como interface para reunir pessoas cumpriu bem com os objetivos previstos. Foi uma ótima oportunidade para eu falar da pesquisa e da proposta de realização de encontros com moradores, distribuir os panfletos para convidá-los para o primeiro encontro e, principalmente, de conhecê-los, ser conhecida, e ouvi-los. Dentre suas falas, destaco duas que resumem o nível de desinformação e insegurança (da posse) a que eles estão submetidos, relacionadas ao *espaço social* e à *existência*, *permanência* e *resistência* deles ali, temáticas que eu pretendia abordar em nossos encontros. Uma moradora comentou que eles ficam sem saber se podem, ou não, reformar, ou fazer melhorias em suas casas. A razão dessa incerteza é elucidada por meio de outra fala, de um senhor[93]: "a gente tem medo de tá morando aqui e deles chegarem e por a gente pra rua, sem a gente ter onde morar".

Quando cito "desinformação", estou me referindo ao fato de que pouca, ou nenhuma, informação chega até esses moradores, por parte do poder público (e/ou outros órgãos responsáveis pelo planejamento e gestão da cidade), acerca do local em que habitam. Eles encontravam-se desarticulados, desmobilizados socialmente e, em grande parte, desinformados, inclusive sobre o histórico de "existência" e "resistência" daquele lugar. Contudo, destaco que grande parte dessa desinformação, especialmente acerca do histórico de lá, pode ser porque grande parte dos moradores que se reuniram comigo naquela manhã residia a pouco tempo lá, não tendo passado pelo processo anterior de remoção. Por outro lado, a presença deles ali, e em número considerável, revelou seu interesse em conhecerem, aprenderem e quem sabe até em se envolverem em atividades relacionadas ao espaço onde vivem.

O esperado era que os moradores conseguissem refletir e dialogar sobre o espaço, a partir das imagens que veriam refletidas na tela do aparelho que comandava o drone, mas esse foi o único aspecto do uso do drone que não funcionou como imaginado. A tela do aparelho era muito pequena e, ainda com o sol forte refletindo sobre ela, os moradores não conseguiram ter boa visibilidade das imagens. Quem pilotou o drone foi o Pedro, meu marido, que me auxiliou em campo durante toda a pesquisa. Enquanto ele cuidava do voo, eu conversava e abordava as pessoas em volta. Muitas crianças se aglomeraram em volta dele, curiosas para ver as filmagens. Eu aproveitei ainda a presença dos moradores ali para fazer as gravações em vídeo de suas falas

[93] Fala gravada e mostrada no vídeo que foi feito para o Alto das Antenas. Até à época de escrita deste texto, ele não havia sido publicado nas mídias sociais (a não ser no grupo de moradores do *Whatsapp*), pois não houve consenso entre os moradores sobre essa divulgação.

respondendo às questões: “o que você quer para cá?” e “o que tem de bom aqui?”. Fazê-los responder a essas perguntas também foi uma forma de fazê-los refletir sobre o espaço e de estabelecer diálogos com os moradores.

Por meio das conversas que tivemos nessa manhã, percebi que muitos moradores estariam presentes no nosso primeiro encontro, no sábado seguinte. A “desinformação” que percebi entre eles reforçou a importância que esses encontros previstos teriam na pesquisa-ação para a conscientização, aprendizado individual e/ou coletivo dos moradores e, quem sabe, para a definição de ações transformadoras para resolução de problemas identificados (os três principais objetivos da pesquisa-ação, destacados por Thiollent).

Foi então na semana seguinte à atividade com o drone que eu consegui delinear os passos da pesquisa-ação, expressos em forma de encontros de moradores, que foram divididos e organizados por temas. Minhas preocupações eram em como sistematizar as informações que eu iria apresentar aos moradores e, principalmente, como me posicionar como aquela que iria articular pessoas e informações de fontes diversas, tais como Urbel, Cemig, entre outras, sem parecer que eu estava falando em nome dessas instituições externas – o que, naturalmente, não era o caso. Meu posicionamento, desde o princípio, foi (e é) em favor dos moradores, tendo em vista conhecerem sobre o espaço em que habitam e se articularem coletivamente em suas tomadas de decisões. Eu pretendia apresentar informações de forma simples e, por meio delas, estabelecer diálogos e construirmos juntos um entendimento acerca do Alto das Antenas. A responsabilidade (e os anseios) eram grandes, o que, naturalmente, gerou em mim, além de algumas preocupações, muitas expectativas.

Passo 3. Os encontros de moradores

Como já apontado, as ideias de Freire e Thiollent influenciaram bastante minha pesquisa. Minha intenção era que, por meio das ações coletivas que fizéssemos, os moradores do Alto das Antenas adquirissem a consciência de que são os *sujeitos da ação transformadora*, em contraposição à ideia de pessoas passivas, como “pacientes” que só escutem o “diagnóstico” dado pelo “técnico de fora” (usualmente entendido como o “verdadeiro conhecedor do problema”), ou aqueles que só esperam a resolução do problema vir “de fora para dentro”, ou “de cima para baixo” (heteronomamente). A intenção era que, com o caminhar do grupo que se reuniria, eles fossem reconhecendo e valorizando o potencial, a capacidade, as habilidades e a força que já têm e, também, adquirindo conhecimentos novos, coletivamente, que reforçariam e subsidiariam suas futuras tomadas de decisões.

Como as informações e os assuntos a serem tratados com o grupo de moradores eram muitas, logo no início do processo decidi organizar os encontros por temas. Como apontado por Thiollent (1985), o conhecimento a ser trocado e adquirido pelo pesquisador e pelos pesquisados é definido em função dos problemas encontrados, com o objetivo de solucioná-los ou esclarecê-los. Assim, diante da minha investigação sobre a realidade sócio-espacial do Alto das Antenas, defini sete encontros temáticos, abaixo listados, cada um com um assunto específico a ser abordado junto aos moradores.

- Encontro 1: Apresentação inicial da pesquisa;
- Encontro 2: Conhecendo o território (parte 1);
- Encontro 3: Conhecendo o território (parte 2);
- Encontro 4: Histórico / Intervenções dos programas municipais de habitação;
- Encontro 5: Impedimentos e restrições legais à ocupação do solo;
- Encontro 6: Direito de posse;
- Encontro 7: Possibilidades futuras.

A previsão era de que os encontros, sempre que possível, fossem semanais. Logo no primeiro encontro, apresentei a sugestão de cronograma e, ao longo do processo, apenas uma alteração precisou ser feita: os encontros 2 e 3 haviam sido originalmente previstos para serem realizados no mesmo dia, um pela manhã e o outro ao final da tarde, mas, por razões que serão expostas quando falarmos especificamente de cada encontro, eles foram separados e o 3º encontro só aconteceu no sábado seguinte. Assim, após o 2º encontro, adiamos em uma semana todo o cronograma inicial.

Antes que chegássemos ao 7º encontro de moradores, eu já estava imaginando os caminhos que poderíamos percorrer para dar continuidade às reuniões e que elas não se findassem ali, uma vez que ficou claro, à época, ser interesse dos moradores que os encontros continuassem acontecendo. Logo após o 7º encontro, então, as pautas de cada reunião foram sendo definidas junto aos moradores, conforme o momento vivido e as demandas que surgiam, sendo adaptadas e reajustadas sempre que necessário.

Abaixo, apresento um quadro resumo com cada encontro realizado (até onde foi possível indicar, uma vez que enquanto eu escrevia esta dissertação, a previsão era de que os encontros continuariam a ser realizados).

Quadro 3. Relação de encontros de moradores

Encontro*	Data	Tema	Objetivos
1º	16/03/2019	Apresentação inicial do trabalho	Apresentar quem eu era, qual era a proposta de trabalho, as ferramentas a serem utilizadas e o vídeo produzido com as falas dos moradores e imagens do drone
2º	30/03/2019	Conhecendo o território (parte 1)	Montar coletivamente maquete física do território e conversar sobre as formas de ocupação e uso do solo no Alto das Antenas e em seu entorno
3º	06/04/2019	Conhecendo o território (parte 2)	Oficina de fotografias com molduras temáticas para os moradores identificarem coletivamente no AA situações ou elementos que "os alegram", "os entristecem", "que eles já cuidam", "que eles têm que cuidar", e "onde mora alguém que tem talento", com roda de conversa
4º	13/04/2019	Histórico/Intervenções do programa de habitação	Apresentar o histórico do AA e as intervenções dos programas municipais de habitação já realizadas lá
5º	27/04/2019	Impedimentos e restrições legais à ocupação do solo	Apresentar os conceitos de impedimentos e restrições legais à ocupação do solo e aplicá-los ao AA, montando coletivamente um mapa de lá
6º	04/05/2019	Direito de posse	Apresentar e conversar sobre o que é direito de posse e suas diferenças com o conceito de "propriedade", com a participação de um advogado popular
7º	11/05/2019	Possibilidades futuras	Discutir e definir as possibilidades de ação coletiva a serem feitas no Alto das Antenas
8º	18/05/2019	Planejamento das ações	Planejar as ações escolhidas no 7º encontro
--	23/05/2019	Reunião com vereadora no Alto das Antenas	Reforçar a luta dos moradores do AA em favor dos seus direitos violados, inclusive de moradia
9º	25/05/2019	Planejamento do cadastro das famílias – Parte 1	Definir o formulário de cadastro a ser utilizado e como o cadastramento seria feito (por quem, quando, aonde etc.)
10º	01/06/2019	Planejamento do cadastro das famílias – Parte 2 (sem minha presença)	
11º	08/06/2019	Planejamento do cadastro das famílias – Parte 3	
12º	15/06/2019	Planejamento do cadastro das famílias – Parte 4 (sem minha presença)	
--	22/06/2019	1º Arraiá do Alto das Antenas	Festa junina organizada pelos moradores para confraternização e reconhecimento do AA enquanto espaço na cidade
13º	29/06/2019	Planejamento do cadastro das famílias – Parte 5	Definir como o cadastramento seria feito (por quem, quando, aonde etc.) e confraternização com lanche coletivo
14º	06/07/2019	Planejamento do cadastro das famílias – Parte 6	Ler o formulário de cadastro, treinar os cadastristas e entregar panfletos de divulgação do início do cadastro
15º	13/07/2019	Planejamento do cadastro das famílias – Parte 7 (sem minha presença)	Tratar divergências entre os moradores sobre o cadastramento das famílias
16º	20/07/2019	Planejamento do cadastro das famílias – Parte 8	Ler nova versão simplificada do formulário de cadastro e definir forma em que será feito (como, quando e por quem)
17º	27/08/2019	Início do cadastro das famílias (sem minha presença)	Iniciar o cadastramento das famílias
18º	03/08/2019	Encaminhamento de ações pendentes	Definir ações e encaminhamentos pendentes para continuidade do processo de mobilização, auto-organização, aprendizagem acerca do espaço e luta pela moradia

Encontro*	Data	Tema	Objetivos
19º	17/08/2019	Encaminhamento de ações (sem minha presença)	Discutir pauta a tratar na reunião com Defensora Pública, o cadastro e outras ações em andamento
--	22/08/2019	Reunião com Defensora Pública no Alto das Antenas	Conhecer atuação da Defensoria Pública em defesa do direito à moradia dos moradores
20º	24/08/2019	Encaminhamento de ações	Encaminhar ações em andamento
21º	07/09/2019	Cartilha de direito à moradia e proteção contra remoções forçadas	Construir coletivamente a cartilha de direito à moradia e proteção contra remoções forçadas
22º	21/09/2019	Resgate da trajetória percorrida e confraternização com lanche coletivo	Apresentar o resumo da trajetória percorrida dentro da pesquisa-ação e os alcances obtidos pelo grupo, propor caminhos para a continuidade no processo deles de auto-organização, entregar a versão final impressa da cartilha de direito à moradia e proteção contra remoções forçadas, confraternizar e marcar o encerramento da minha pesquisa e do meu acompanhamento nos encontros de moradores

*Nota: Apenas os encontros organizados por mim (junto aos moradores) no âmbito da pesquisa foram numerados; os encontros/atividades não numeradas acontecerem à época da pesquisa, concomitantemente aos nossos encontros, e foram aqui listados pela relevância e/ou interseção com nossos objetivos.

Fonte: Elaborado pela autora, set./2019.

Para auxiliar na organização e condução dos encontros de moradores, usei algumas ferramentas (métodos) de mobilização social e "processos conversacionais"[94], com base na pesquisa desenvolvida por Alves (2019). Em sua pesquisa, Alves buscou "contribuir com o desenvolvimento de atividades e ferramentas que auxiliem na mobilização inicial de grupos sócio-espaciais, para que se engajem em processos de auto-organização" (ALVES, 2019, n.p.). Sua intenção estava alinhada aos objetivos que eu já havia traçado para a minha pesquisa-ação no Alto das Antenas.

As atividades, interfaces e ferramentas que utilizei nos encontros de moradores do Alto das Antenas tiveram como referências, além do trabalho de Alves (2019), pesquisas do MOM e do LAGEAR[95], com adaptações ou criações que fiz para adequar-se à realidade sócio-espacial do Alto das Antenas e às demandas que foram surgindo ao longo do processo.

As ferramentas previstas para serem utilizadas nas reuniões foram:

- Mural com cronograma de encontros e atividades previstas;
- Bastão da fala (e bastão da fala circular);

[94] Fonte: Arte de anfitriar. Disponível em: <https://www.artofhosting.org/pt-br/o-que-e-a-arte-de-anfitriar/>. Acesso em: 25 jul. 2019.
[95] Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica da Escola de Arquitetura da UFMG.

- *Check-in* e *check-out*;
- Quadro de ideias-chave; e
- Estacionamento de questões.

As apresento abaixo, elucidando o que são e qual o propósito de utilizá-las. a forma como cada uma foi utilizada, bem como os resultados alcançados, estão apresentados no relato de cada encontro.

O *mural com o cronograma de encontros e atividades previstas* consiste, literalmente, num mural fixado na parede do local de encontros para deixar registrado, de forma clara, simples, legível e acessível aos moradores, as datas de cada encontro previsto e o que se pretende fazer (resumidamente) em cada um deles. No nosso caso, escrevi os dias, os horários e os temas de cada encontro e, também, fiz um mural complementar a esse primeiro, citando as principais atividades previstas para serem realizadas em cada um dos encontros.

Segundo destacado por Alves (2019, p. 148-149), é importante ter uma agenda predefinida das atividades propostas e apresentá-la, logo no início, para as pessoas saberem se poderão, ou não, se envolver e se comprometer com o que está sendo proposto e por quanto tempo.

O diferencial desse mural (e todos os demais desenvolvidos durante o trabalho), é que toda a informação contida nele estava escrita à mão em papéis menores, fixados nele com fita crepe (Foto 43). Dessa forma, conforme elucidado por Alves, o conteúdo do mural pode ser transformado de acordo com as circunstâncias ou demandas dos moradores, bastando reescrever e substituir os papéis menores com as novas informações que vierem a ser definidas. Assim, o mural funciona como interface de diálogo entre o facilitador (quem conduz e/ou organiza as reuniões) e os demais participantes, que passam a ser também os tomadores de decisões.

O *bastão da fala* consiste numa ideia simples para organizar as muitas vozes dos participantes nas reuniões. Trata-se de um elemento material, como uma garrafa pequena de plástico, em que a pessoa só poderá falar quando estiver com ele. Quando alguém estiver com o bastão, os demais participantes têm que aguardar pegá-lo, para então falar. No trabalho de Alves (2019) ele desenvolveu ainda mais essa ideia e criou o *bastão da fala circular*, em que a o bastão circulava continuamente pela roda de participantes, dando assim a oportunidade a todos de falarem quando o bastão passasse pela mão da pessoa. Essa ideia é muito interessante, uma vez que em grupos assim sempre têm aqueles que participam (falam) mais e aqueles que falam menos (geralmente os mais tímidos). Como os primeiros estão quase sempre com a fala, os

mais tímidos costumam ficar inibidos para "entrar na disputa" pela vez de falar e serem ouvidos, e muitas vezes acabam desistindo. Com o bastão circular, todos têm a oportunidade de falar se quiserem, pois têm "seu" momento para isso, sendo respeitado pelos demais participantes, que o escutarão. Se a pessoa não quiser falar no momento que o bastão passa por ela, ela simplesmente passa para a pessoa seguinte da roda.

Foto 42. Bastão da fala sendo usado por morador, e murais afixados na parede ao fundo

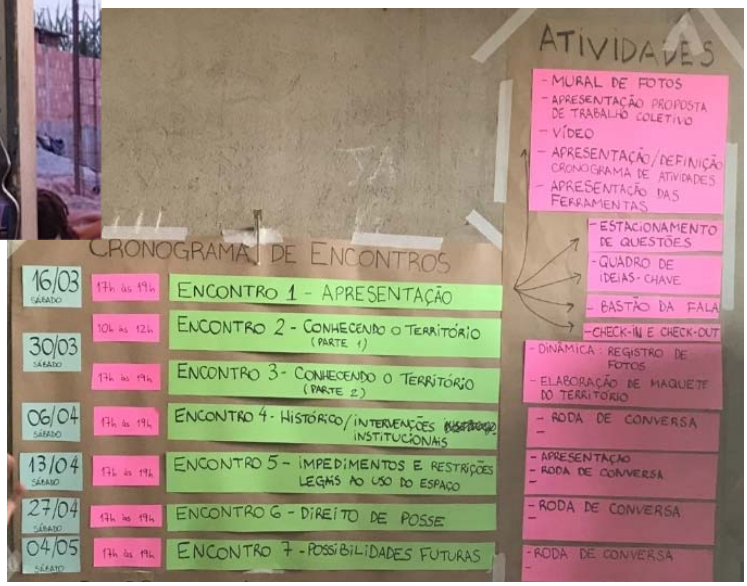


Foto 43. Mural com cronograma de encontros e atividades, usado no AA

Fonte: Acervo da autora, mar./2019.

Outras duas ferramentas utilizadas foram o *check-in* e o *check-out*. O primeiro era uma atividade de boas-vindas, logo no início do encontro, em que usualmente eu pedia (usando o bastão da fala circular) para cada um falar seu nome e mais alguma coisa simples, cuja fala fosse curta (por exemplo, qual era sua expectativa para o encontro, por que a pessoa estava participando do encontro, ou como estava se sentindo naquele dia). Já o *check-out* era o momento da despedida em que, também em roda e usando o bastão da fala circular, cada um falava como estava saindo da reunião, o que tinha sentido, ou aprendido, ou a importância daquele encontro; era uma forma de reflexão sobre o que conseguiram alcançar.

Por fim, o *quadro de ideias-chave* e o *estacionamento de questões* eram ambos murais fixados à parede do local de encontros, também com papéis coloridos escritos à mão fixados com fita crepe. O primeiro tinha o intuito de reunir ideias-chave eventualmente abordadas em alguma reunião, que não poderiam ser esquecidas, enquanto o segundo reunia as questões importantes levantadas pelos participantes, que não pudessem ser esclarecidas na hora em que a pessoa

perguntou, mas que também não poderiam ser esquecidas. Eram, assim, quadros de lembretes de assuntos e questões importantes que ficavam "guardadas" para serem tratadas nos momentos em que o grupo entendesse que seriam oportunos.

Abaixo, está o relato de cada encontro de moradores realizado, com os objetivos, atividades feitas, bem como minhas análises de cada experiência. A razão pela qual optei por relatar cada um deles separadamente é, além de explicar as temáticas abordadas em cada, também revelar a evolução, com o passar do tempo, do grupo e do processo proposto de aprendizado coletivo e auto-organização. Entre os relatos dos encontros, há também relatos de outras atividades que ocorreram durante o período em que acompanhei os moradores do Alto das Antenas. Algumas dessas atividades estavam relacionadas à minha pesquisa, outras foram de iniciativa dos próprios moradores e podem ser entendidas como desdobramentos ou possíveis reflexos da pesquisa, e estão descritas na sequência cronológica em que ocorreram.

3.3 Relato da pesquisa-ação

1º Encontro de moradores: Apresentação inicial

- Data e hora: 16/03/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: apresentar a mim mesma, a proposta de trabalho coletivo, o cronograma previsto, as ferramentas a serem utilizadas, o vídeo produzido com as falas dos moradores e com as imagens do drone, e fazer dinâmica de fotos com etiquetas de categorias.

No sábado, 16 de março de 2019, realizamos no bar do José o primeiro encontro de moradores previsto pela minha pesquisa. Para preparar o espaço antes da reunião começar, eu e o Pedro penduramos em uma das paredes um tecido de projeção e montamos os equipamentos eletrônicos (computador e caixa de som), necessários para passarmos o vídeo produzido com as falas dos moradores (respondendo o que cada um "queria para lá" e "o que tinha de bom lá"). Fixamos próximo à entrada do bar os murais feitos e espalhamos sobre a mesa de sinuca existente, 45 fotos do Alto das Antenas e algumas etiquetas coloridas que representavam categorias, com as quais os moradores iriam qualificar as fotos.

As pessoas foram chegando e, uma vez que não havia assentos e sequer espaço suficiente para todas dentro do bar, foram se aglomerando principalmente do lado de fora, próximas à entrada.

Nesse primeiro encontro, estiveram presentes aproximadamente 60 pessoas (cerca de 30 do lado de dentro e o restante acompanhando da entrada desse)[96], número bem maior que a minha expectativa. Pelo número considerável de moradores que compareceu, concluí que o drone usado como interface mobilizadora funcionou bem. A filmagem que fiz dos moradores nos dias de mobilização inicial também funcionou para esse fim, pois gerou neles a expectativa de assistirem ao vídeo em que eles próprios apareceriam.

Aos primeiros moradores que chegaram, entraram no bar e se aproximaram da mesa de sinuca, eu expliquei a dinâmica das fotos. Junto às 45 fotos impressas espalhadas sobre a mesa, havia também folhas com cinco tipos de etiquetas coloridas que representavam categorias para qualificação das fotos. Eram as seguintes categorias: etiqueta verde para "qualidade"; etiqueta rosa para "problema"; etiqueta amarela para qualificar o que "é de todos"; laranja para qualificar o que "é de ninguém"; e etiquetas azuis sem categoria predefinida, para permitir que eles criassem categorias próprias, conforme pudesse ser suscitado por alguma foto (para isso, tinham também canetas espalhadas para que pudessem escrever nessas etiquetas as categorias criadas). Os moradores iriam, assim, pregar nas fotos as etiquetas que eles achavam que representassem a situação ou elemento mostrado em foto.

Não pudemos ficar o tempo todo ao lado da mesa explicando a dinâmica das fotos a todos que se aproximassem dela. De tempos em tempos, nos aproximávamos e explicávamos a proposta para os que se achegavam pela primeira vez, mas a ideia era que eles próprios explicassem aos demais moradores que se aproximassem. Embora eu imagino que isso tenha acontecido, não consegui acompanhar para confirmar se funcionou. Percebi que muitos ficaram acanhados em encostar nas fotos e, principalmente, em etiquetá-las. Eu, então, os incentivava, pegando e entregando em suas mãos algumas fotos, encorajando-os a fixarem nelas as etiquetas.

Isso se deu antes do início, de fato, da reunião, enquanto os moradores iam chegando e organizávamos o espaço. Avalio que foi uma boa forma de receber e interagir com os moradores, mantendo-os entretidos e já induzindo-os a refletir sobre o espaço em que habitam. Foi muito interessante ouvi-los conversar uns com os outros sobre as fotos. Eles apontaram casas e pontos conhecidos, Marília mostrou, com orgulho, a uma vizinha, a foto da vendinha que tem em sua casa, outro morador mostrou a foto de um pé de mamão carregado e perguntou,

---

[96] Além desses, ainda tinham muitas pessoas do lado de fora do bar, mais afastadas, as quais não posso dizer que acompanharam a reunião, mas viram "de longe" o que estava acontecendo.

em tom de brincadeira, onde ele ficava “pra ir lá comer um”, outros dois moradores conversaram sobre a foto do muro que a Urbel construiu separando a parte alta do Alto das Antenas da Vila Cemig e, assim, os diálogos sobre aquele espaço social foram acontecendo livremente.

Foto 44. 1º encontro de moradores (detalhe, à direita, para as fotos e etiquetas sobre a mesa de sinuca)

Fonte: Acervo da autora, mar./2019.

No início de fato da reunião me apresentei e expliquei a proposta da *pesquisa-ação* (embora eu não tenha usado esse nome). Expus a eles a relevância de criarmos um espaço de diálogo entre os moradores, onde pudéssemos juntos conversar sobre o espaço-social em que moram, aprender dele, de sua história e do modo de vida dos moradores. Reforcei que esse aprendizado e troca coletiva lhes daria mais condições para tomarem decisões de modo mais autônomo e controlar ações heterônomas ali. Minha fala também buscou ressaltar a força presente em suas ações, em suas lutas diárias, na tentativa de mostrar a eles que não precisavam esperar “alguém de fora” para resolver seus problemas, ou suas demandas, mas que poderiam se auto-organizar e conduzir ações eles próprios, reconhecendo ainda aquelas ações que eles mesmos já faziam (como os mutirões para concretar vias). Com isso, eu comecei a trabalhar com eles as ideias defendidas por Thiollent e Freire.

Na sequência, apresentei as ferramentas previstas para serem utilizadas no trabalho: murais com cronograma de encontros e atividades, quadro de ideias-chave, estacionamento de questões, *check-in* e *check-out* (embora eu estivesse bem relutante em apresentar-lhes esses nomes em inglês, mesmo explicando o que queriam dizer) e o bastão da fala. Logo depois, passei o vídeo produzido – o qual eles estavam bastante ansiosos para ver.

Para a produção do vídeo, nas três visitas anteriores em dias diferentes que eu tinha feito ao AA, para mobilização social inicial, inclusive no dia do voo do drone, gravei vídeos curtos com 33 moradores, aleatoriamente escolhidos, sendo mulheres, homens, jovens (mas nenhum adolescente, por não ter cruzado com nenhum pelo caminho), cinco crianças e cerca de quatro

de terceira idade. A partir das falas coletadas e usadas para a produção do vídeo passado nesse primeiro encontro, ficou clara a principal demanda dos moradores para o Alto das Antenas: serviços de infraestrutura urbana básica. Todos os entrevistados disseram que "querem para lá": "luz" (referindo-se a abastecimento domiciliar de energia elétrica e iluminação pública nas vias), "água" (abastecimento oficial de água nas casas), "asfalto" nas vias (cerca de dois moradores apenas mencionaram "calçamento"; os demais referiram-se especificamente a asfalto); e, menos mencionado, demanda pela "legalização" da área e das casas, incluindo "contas de água e luz para pagar"; "urbanização" do bairro; "esgoto" (redes de coleta de esgoto doméstico); e "caminhão de coleta de lixo" (esse, mencionado apenas uma vez). Uma moradora ainda criticou as longas distâncias que os moradores têm que percorrer a pé, inclusive para fazer compras pois não há supermercados próximos, e em razão da distância dos pontos de ônibus (além dos poucos horários desses). E a Cristal, com quem consegui também gravar vídeo, em razão de todas essas demandas oriundas de tantas ausências básicas no AA, concluiu sua fala dizendo que "queria ser tratada como gente".

Em relação ao que eles perceberam e reconheceram que o AA "tem de bom", para a maioria é o "sossego", "tranquilidade", as "amizades" e relações com os "vizinhos", possibilidade de "ter suas criações" (plantas e animais em casa), "passear" e "brincar nas ruas" (citações unânimes das crianças entrevistadas), uma citação à presença de água (vinda de um morador que mora próximo a uma mina d'água e ao córrego da porção leste, ainda não tão poluído quanto o "Córrego Mangueiras" na porção oeste), e algumas menções de que lá é "bom de se morar". Além dos trechos de falas dos moradores, para montar o vídeo usei também fotos tiradas no dia do voo do drone e imagens históricas do local (como a Figura 5, a Foto 2 e a Figura 19 apontadas nesse texto).

O momento do vídeo foi o ápice do encontro. Eles gostaram muito e alguns disseram que até se emocionaram. Após sua apresentação, usamos o *bastão da fala circular* para fazermos o primeiro *check-in*. Para tanto, sugeri que cada um falasse seu nome, como tinha chegado naquele dia para a reunião e as expectativas para o trabalho proposto (mas reforcei que o espaço era aberto e a fala livre). Eles enfatizaram a importância e necessidade de se unirem mais, reconhecendo que por meio da união se fortaleceriam, e que deviam seguir na luta pelas melhorias que queriam para o Alto das Antenas, pois a maioria queria ficar (não ser removido), e que não podiam ficar esperando que o Poder Público resolvesse. Uma moradora acrescentou: "temos que arregaçar as mangas". Alguns citaram os principais problemas que veem lá (já apontados no vídeo) que era a falta de asfaltamento nas vias (ou outro tipo de pavimentação,

embora o mais citado fosse o asfalto), a carência de serviços oficiais de abastecimento de água e energia elétrica e a ausência de coleta de esgoto e lixo. Agenor[97], que mora no AA há mais de 20 anos, concordou que eles têm sim essas carências, mas lembrou que o que existe lá hoje foi feito por eles próprios e não dado pelo Poder Público, reforçando assim "a força que eles têm". Ele ainda falou sobre a história deles ali e reforçou a necessidade de se unirem:

> [...] dá tristeza pra nós ver o povo vivendo à beira de tudo e não tendo acesso a nada. E nós estamos vivendo isso aqui. Então, o que nós temos que fazer é nos unir, não só em palavras, mas em ações [...] pra conseguir vencer essa batalha. Porque isso aqui é nosso, por posse e por direito. São quase 40 anos aqui. É uma vida, cada um tem uma história aqui. Hoje, tenho certeza que esse vídeo mexeu com o brilho de cada um [...] E o que tenho pra falar é isso, vamos nos unir pra vencer essa grande batalha! Porque não é fácil conseguir colocar uma rua digna, uma água digna, uma luz pra que a gente possa tomar um banho [...]. (Agenor, morador do AA há mais de 20 anos)

A fala abaixo, de uma moradora da Vila Cemig que frequenta o Alto das Antenas, expõe a luta vivida anos antes pelos moradores da Vila Cemig e revela a importância que o acesso ao conhecimento tem, pois abre caminhos à luta.

> [...] se eu morasse de aluguel, certamente eu estaria [construindo minha casa] aqui também [...]. Nós somos de uma época em que nós morávamos na Vila Cemig e não tinha luz, asfalto, escola, posto de saúde, não era urbanizado... E é isso mesmo, é com muita luta que a gente consegue. *A gente tem direito à moradia, saúde e educação! E, a partir do momento que a gente tem conhecimento* [disso], *a gente tem que lutar pra que esses direitos nos sejam dados*. (Moradora da Vila Cemig, grifo meu)

Após a rodada do bastão para o *check-in*, minha intenção inicial era conversarmos sobre o vídeo e as fotos etiquetadas, refletindo juntos sobre os pressupostos colocados nas falas apresentadas no vídeo e na forma em que as fotos haviam sido qualificadas. De um total de 45 fotos, 22 foram etiquetadas, tendo sido 14 identificadas como *Problema*, cinco como *É de todos* e três como *Qualidade*. O intuito era começar ali um processo de reflexão crítica e avaliarmos se as falas e as fotos etiquetadas expressavam a realidade sócio-espacial dos moradores do Alto das Antenas, ou se refletiam padrões heterônomos, característicos do modo de produção capitalista das cidades, confrontando, por exemplo, o porquê de quererem "determinada coisa".

Contudo, infelizmente eu não consegui trazer esse diálogo ao grupo nesse dia. Como dito antes,

---

[97] Nome fictício escolhido pelo próprio morador. O nome verdadeiro foi ocultado para preservar sua identidade. Ele foi, coincidentemente, o primeiro morador com quem conversei sobre a situação do AA, na minha primeira visita lá, em janeiro de 2018, e quem me indicou, na época, entrevistar Suelen, sua sogra, removida e reassentada em apartamento da Urbel.

em razão dos poucos assentos disponíveis, quase todos ficaram em pé durante todo o tempo de duração do encontro. Mesmo tendo explicado e iniciado o uso do bastão da fala, não foi possível evitar algumas conversas paralelas, que acabavam dispersando o grupo. Nos momentos em que eu falava, de modo geral eles paravam para me ouvir, mas, principalmente quando os moradores estavam falando, outros falavam ao mesmo tempo, criando situações de desconforto aos demais, que pediam silêncio. Somado a isso, a essa altura da reunião já era quase seis horas da tarde, o tempo começava a escurecer e dar sinais de chuva, o que deixou alguns ansiosos pelo término do encontro para voltarem para suas casas. Ouvimos comentários de algumas mulheres preocupadas pois iria escurecer e as ruas lá não têm iluminação.

Acredito que essas situações somadas, especialmente o desconforto por ficarem em pé e aglomeradas próximas da entrada do bar, não contribuíram para a formação de um ambiente de permanência prolongada, em que as pessoas querem ficar, conversar, trocar e compartilhar experiências, que é o que eu tinha em mente, já desde esse primeiro dia. Foquei minha atenção na tentativa de manter a organização e atenção do grupo, já um pouco disperso e ansioso para ir embora após o *check-in*, e, com isso, não consegui trazer o debate sobre o vídeo e as fotos. Assim, "meio sem querer", o *check-in* acabou funcionando também como *check-out*. As próprias falas livres dos moradores demonstraram isso, na medida em que avaliaram o encontro, expuseram suas expectativas, agradecimentos e palavras de ânimo aos demais presentes, estimulando uns aos outros a continuarem participando.

Eu pretendia ainda pendurar nas paredes, ao final da reunião, em sistema de varal com barbante e prendedores, as fotografias impressas. No entanto, acabei me esquecendo e só consegui pendurá-las nas minhas idas posteriores para os encontros seguintes.

Antes de encerrarmos, rodamos uma lista para quem quisesse anotar nome e telefone para eu criar um grupo de *Whatsapp* para tratar da pesquisa e temas correlatos ao Alto das Antenas, e repassei com eles o cronograma proposto de encontros. O objetivo era ouvir deles se concordavam, ou se tinham sugestões de alterações a fazer em relação aos dias e horários propostos. Também perguntei se aquele local de encontro (no bar do José) estava satisfatório. Eles concordaram com todas as propostas e não sugeriram nenhuma alteração.

Apesar de eu não ter conseguido fazer todas as atividades pré-programadas, avalio que a experiência foi positiva e deu início ao trabalho coletivo proposto na pesquisa-ação. Dentre os moradores presentes nesse dia, surgiu grande parte do grupo (menor em quantidade) que veio a acompanhar com mais assiduidade os demais encontros que fizemos no Alto das Antenas.

Faço algumas considerações finais acerca desse encontro. Quanto às ferramentas, a percepção que tive é a de que o quadro de ideias-chave e o estacionamento de questões, que não foram usados no dia, assim como o significado dos momentos de *check-in* e *check-out*, não ficaram claros para os moradores e não precisariam ter sido apresentados nesse dia. Bastaria ter explicado o mural com cronograma de encontros e atividades e o bastão da fala. A rodada do bastão da fala para o momento do *check-in* foi feita independente do nome da atividade ser "check-in" ou "check-out" (e continuou a ser feita em quase todos os encontros seguintes, nos momentos iniciais e/ou finais da reunião, sem usarmos esses nomes em inglês, pois, além de eu não estar confortável com os nomes, também senti um incômodo por parte deles após eu mencioná-los pela primeira vez).

Ficou evidente para mim, desde esse dia (e foi confirmado posteriormente, ao longo do processo), que os moradores entenderam que minha proposta de atuação lá não tinha a intenção de intervir heteronomamente no espaço deles. Ou seja, que eles entenderam que eu não estava lá para *eu* levar as "melhorias" que eles tanto ansiavam (principalmente asfalto e sistemas oficiais de abastecimento de água e energia elétrica), mas, sim, para dar a "ignição" em um processo em que eles mesmos se mobilizariam e se auto-organizariam. Contudo, como eu não apresentei nenhuma proposta concreta de intervenção física no espaço, a grande maioria dos moradores presentes nesse dia se desinteressou em acompanhar o processo (o que foi sentido a partir do 2º encontro, até o final). Ainda assim, avalio que muitos deles nesse 1º encontro entenderam a proposta, concordaram que era relevante (uma vez que se encontravam totalmente desmobilizados, sem frentes de luta coletiva e, em sua maioria, sem conhecimento técnico sobre a realidade do local – em outras palavras, sem saber o porquê do local estar como está) e, de fato, vários deles se engajaram, a partir desse dia, no processo.

2º Encontro de moradores: Conhecendo o território (parte 1)

- Data e hora: 30/03/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: interface para subsidiar as discussões acerca do espaço onde habitam (montagem, junto dos moradores, da maquete física do Alto das Antenas) e roda de conversa.

A mobilização dos moradores para esse encontro também foi feita por meio de panfletos que produzi e levei ao AA, uma semana antes, numa sexta-feira (dia 22 de março). Eu já havia combinado anteriormente de deixar parte dos panfletos com o Eduardo e parte com o José, para

que ambos distribuíssem em seus pontos de comércio (mercearia e bar, respectivamente), importantes pontos comerciais dentro do AA. Com o José, deixei uma quantidade maior de panfletos, pois ele entregou parte deles ao Danilo, que conhecia muitos moradores e havia concordado em panfletá-los também. No grupo de *Whatsapp* que eu havia criado após o 1º encontro, enviei na véspera do encontro um panfleto digital, e os estimulei a participarem.

Como no primeiro encontro avaliei que poucas fotos tinham sido etiquetadas, aproveitei minha ida ao AA no dia 22 de março, para deixar na mercearia do Eduardo e no bar do José algumas das fotografias com as etiquetas coloridas. Na mercearia, afixei as fotos à parede e, no bar, as pendurei em forma de varal (Foto 45). O intuito era que, etiquetando as fotos, mais moradores ficassem sabendo das reuniões e se envolvessem na pesquisa-ação. Minha intenção era recolhê-las antes do 2º encontro, para serem analisadas nele, mas eu não me lembrei e só fui retirá-las posteriormente.

Foto 45. Varal com fotografias e etiquetas de qualificação do espaço colocado no bar

Fonte: Acervo da autora, mar./2019.

De acordo com o cronograma de atividades que eu havia apresentado no 1º encontro e validado com os moradores, no dia 30 de março estava prevista a realização de dois encontros: o que seria o 2º, às 10 horas da manhã, e o que seria o 3º, à tarde, no horário usual das 17 horas. (Na mensagem com o panfleto digital que enviei ao grupo de moradores pelo *Whatsapp*, eu também ressaltei que se tratava de dois encontros, previstos para acontecerem no mesmo dia.) No encontro da manhã estava previsto construirmos conjuntamente a maquete física do Alto das Antenas e fazermos uma oficina com registros fotográficos feitos pelos próprios moradores (razão pela qual eu havia escolhido o horário da manhã, que teria uma iluminação natural ideal para as fotografias). Já no encontro da tarde, eu havia planejado fazermos uma roda de conversa sobre o vídeo apresentado no 1º encontro, as fotos etiquetadas, a maquete produzida e as fotografias que seriam tiradas no encontro da manhã.

Contudo, quando chegamos ao bar do José pela manhã, para o que seria o nosso 2º encontro previsto, não havia um morador sequer, a não ser José e sua esposa. Ele, então, me explicou que havia entendido que o encontro da manhã não aconteceria e divulgou isso aos vizinhos. O casal garantiu, no entanto, que o encontro da tarde aconteceria conforme o previsto. Esse

imprevisto revelou a força da voz de um morador; ou seja, da mobilização feita por eles próprios (especialmente um morador que já tem um importante papel articulador dentro do espaço, como é o caso do José).

Aproveitei, então, o período livre da manhã para tentar mais uma vez conversar com a Rose e com a Cristal, que não foram ao 1º encontro, para tentar firmar a participação e o envolvimento delas no processo que estávamos iniciando. Mas, infelizmente, não as encontrei em suas casas.

Às 17 horas retornamos ao bar para o que foi, de fato, o 2º encontro de moradores. Levei comigo a maquete física só com o terreno montado e uma imagem aérea afixada sobre ele. Decidi não fazer nessa tarde a oficina de registros fotográficos que estava prevista também para o 2º encontro, pois não daria tempo.

O encontro foi todo dedicado à construção da maquete pelos moradores. Colocamos nela alguns elementos físicos para representação da realidade existente. Usamos alfinetes e linhas de costura para indicar o que eles reconhecem como o limite do Alto das Antenas e, também, para representar as torres e linhas de transmissão que passam sobre o local. Criamos plaquinhas, também fixadas com alfinetes, para identificação dos equipamentos públicos, praças e quadras esportivas, bem como das vias e das minas d'água que eles conheciam. Importante ressaltar que, em todo tempo, tentei estimulá-los a fazerem eles próprios os elementos para serem colocados na maquete. Assim, eu começava fazendo alguma plaquinha, explicando a ideia, e logo entregava a algum deles o material para que eles próprios continuassem.

A maquete foi uma interface de interação e diálogo com os moradores em que puderam ver a área em que moram de uma forma completamente diferente do que estavam acostumados. Muitos nunca tinham visto uma imagem aérea. A experiência foi muito positiva e os moradores demonstraram isso claramente. Pudemos conversar sobre o terreno, o relevo, as áreas mais íngremes, os fundos de vale e áreas de nascentes, os cursos d'água que ali nascem e se encontram à jusante da área ocupada do AA, com suas margens ainda bem vegetadas. Destacamos ainda a concentração de equipamentos públicos para atendimento da população, bem como praças e quadras de lazer, na Vila Cemig e Conjunto Esperança e a completa inexistência deles, ou qualquer outro espaço público coletivo relevante, dentro do AA. Interessante ressaltar, dentro disso, que percebi que a pracinha da mangueira, situada na porção baixa do AA, não é apropriada (usada) por muitos moradores, senão aqueles que residem próximo a ela, que por ela transitam, e alguns poucos que a utilizam de fato como espaço de descanso e conversa (o grupo apontado pelos moradores dos "desocupados", já antes

mencionado).

Por fim, conversamos sobre as distintas formas de ocupação do solo, comparando o AA com seus vizinhos limítrofes. É nítida a diferença. A ocupação do solo nas áreas vizinhas é bem mais adensada e com traçado viário bem definido, No AA, vias, quadras, lotes e as edificações dentro deles ainda não estão bem delimitadas (ou acabadas), mas sim em transformação. Quanto ao relevo, foi possível ver que a ocupação do solo é maior nas encostas menos íngremes, mas está se expandindo em direção às mais íngremes, e que quanto mais íngremes as encostas, maior a cobertura vegetal ainda existente.

A participação dos moradores nesse encontro, contudo, foi intermitente. No princípio tinham apenas cerca de cinco moradores. No momento com mais participantes, eram cerca de 10. Estimo que ao todo 15 moradores acompanharam de alguma forma, em algum momento, a construção e/ou discussão sobre a maquete.

Foto 46. Moradores montando maquete do AA

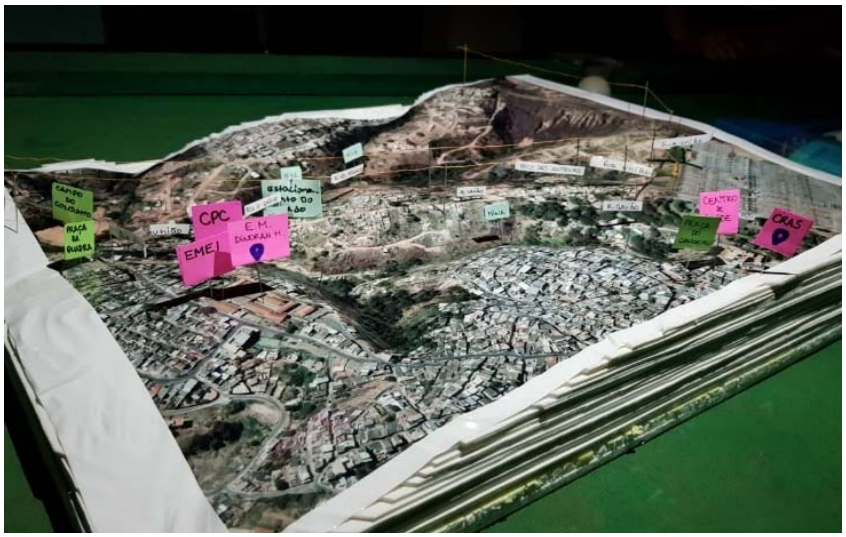


Foto 47. Maquete do AA montada pelos moradores

Fonte: Acervo da autora, mar./2019.

Como as pessoas foram chegando aos poucos, eu optei por fazer a montagem coletiva da maquete com elas à medida que chegavam e iam se aproximando e envolvendo com a atividade. Com isso, a reunião não teve um momento de abertura, em que, como previsto, faríamos o *check-in*. Após a montagem coletiva da maquete[98], quando tinham mais moradores reunidos, passei o bastão circular da fala para que cada um se apresentasse e falasse das expectativas (o que funcionou como um *check-in*, ainda que não no início do encontro; e sem eu ter usado esse nome), e passei novamente o bastão para que conversássemos sobre a maquete. O bastão não foi usado em todos os momentos em que conversamos, mas, nesse dia, como o grupo era pequeno, isso não afetou a organização das falas e compreensão delas pelos demais. Ao final dessa conversa, passamos o bastão pela terceira vez para fazer o *check-out* (mais uma vez, sem eu citar esse nome).

Ao final, repassei com eles o cronograma previsto e expliquei a outra atividade que eu havia programado, a oficina com fotografias que não pudemos fazer nesse dia, para que eles avaliassem e definissem se gostariam de fazê-la em outro encontro. Após eu explicar, eles concordaram que o próximo encontro fosse para isso. Assim, todos os encontros posteriores foram adiados em uma semana para acrescentarmos esse ao cronograma. Ainda conversarmos sobre os horários indicados e todos concordaram que o ideal é que fossem mantidos sempre às 17 horas, não só pela questão do período de trabalho de muitos moradores, como também para evitar confusões e criar uma rotina local. Por fim, novos moradores foram acrescentados ao grupo de *Whatsapp*.

Foi considerável a diminuição no número de participantes do 1º encontro (cerca de 60) para o 2º (cerca de 15). Após a apresentação feita no 1º encontro, talvez alguns não tenham entendido a proposta de trabalho; outros podem ter entendido, mas não se interessaram. Com isso, chegamos a um grupo menor, mas que se envolveu, mostrou interesse e se dispôs a prosseguir dentro da proposta, o que marcou o início de fato do processo. Osvaldo[99] (um morador muito participativo, que se manteve presente nos encontros até meados do processo e só deixou de acompanhá-los ao final por uma incompatibilidade de horário que surgiu) avaliou que, apesar de terem ido "poucos" moradores, dessa vez todos participaram e falaram, indicando que mais importante que a quantidade é a qualidade dos encontros.

---

[98] Vídeo da maquete. Disponível em: <https://www.facebook.com/2082232755221492/videos/404158316861870/>. Acesso em: jul. 2019.
[99] Nome fictício. O nome verdadeiro foi ocultado para preservar a identidade do morador.

3º Encontro de moradores: Conhecendo o território (parte 2)

- Data e hora: 06/04/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: interface para subsidiar as discussões acerca do espaço onde habitam (oficina de registros fotográficos feitos pelos moradores) e roda de conversa.

Nesse encontro estava previsto fazermos uma oficina de registros fotográficos e uma roda de conversa, além da análise coletiva dos resultados não só dessa oficina, como também das fotografias etiquetadas (uma vez que não consegui abordá-las no 1º e 2º encontros). Quanto à análise do vídeo apresentado no 1º encontro, a qual eu também não tinha conseguido fazer com os moradores, optei por deixá-la, se (e quando) possível, mais para o final do processo (dentro dos objetivos iniciais previstos, de analisar se haveria alguma transformação no pensamento dos moradores quanto aos seus desejos e demandas para o AA, antes e depois da pesquisa-ação). Eu ainda pretendia, nesse 3º encontro, registrar possíveis dúvidas ou ideias-chave nos murais elaborados (estacionamento de questões e quadro de ideias-chave), que ainda não tinham sido utilizados.

Logo no início da reunião, estavam presentes cerca de 18 pessoas (o que já indicou que o encontro anterior pode ter gerado maior interesse nos moradores em se envolver). Rodamos o bastão da fala para o *check-in*, dizendo apenas nome e como estávamos chegando (antes, perguntei a eles se queriam prosseguir usando o bastão e eles concordaram).

Na sequência, expliquei a dinâmica proposta para a oficina de registros fotográficos. Levei quatro "kits" de material para que os presentes pudessem se dividir em quatro grupos. Cada grupo sairia pelo AA com um kit, formado por uma câmera fotográfica, uma caneta esferográfica e cinco molduras coloridas de papel. Cada moldura tinha uma cor diferente que representava uma situação: a moldura amarela tinha uma etiqueta dizendo "isso nos alegra"; na moldura roxa estava escrito "isso nos entristece"; a rosa continha a frase "a gente tem que cuidar disso"; na azul, "a gente já cuida disso"; e, na verde, "aqui mora alguém que tem talento", com o intuito deles buscarem e reconhecerem talentos dentro da comunidade. Todas as frases estavam escritas na primeira pessoa do plural, pois eles iriam andar em grupo e deveriam pensar sobre cada situação coletivamente, e não individualmente, chegando a um acordo sobre quais situações fotografar. Na moldura verde, tinha pequenas etiquetas fixadas para eles poderem escrever, com a caneta que tinham no kit, o nome da pessoa indicada com talento, e qual o seu

talento. Assim, nesse registro fotográfico eles poderiam identificar a pessoa, sua casa, seu nome e seu talento.

Essa foi a primeira atividade feita no encontro (logo após o *check-in*), para que pudessem aproveitar o máximo possível da luz natural, uma vez que às 18 horas já escureceria. Eles mesmos se dividiram em três grupos, e não em quatro, reunindo-se com quem quiseram, e saíram para a atividade. Perguntei se queriam marcar um tempo para retorno dos grupos, mas preferiram deixar livre. Enquanto isso, no bar, montamos o projetor e o tecido de projeção, e deixei rodando nele os vídeos do Alto das Antenas, feitos pelo drone. Deixamos também a maquete sobre a mesa de sinuca, no centro do bar. Um grupinho de crianças se formou em volta da maquete e eu pude ter um tempo com elas, discutindo sobre o espaço onde moravam, onde eram suas casas, o caminho que percorriam até a escola, e foi muito proveitoso. Um grupo de moradores que passava pela rua entrou no bar atraído pelo telão e as cenas do drone, e ficou um pouco lá, vendo e interagindo também com a maquete. Assim, essas foram também interfaces de diálogo com novos moradores que não estavam sabendo e/ou participando dos encontros.

À medida que cada grupo retornava, passávamos as fotos registradas da máquina para o computador. Durante esse processo, enquanto aguardávamos todos retornarem, conversamos em volta da maquete sobre as diferenças de ocupação do solo entre o AA e seu entorno. Quando comentamos que lá é menos adensado que a Vila Cemig, eles disseram que preferem assim, pois lá eles ainda têm quintais, mais áreas verdes, mais área para crescer “pro lado”, enquanto nos bairros vizinhos só é possível crescer “pra cima”. Mostrei os principais acessos, o único acesso veicular, que é feito na parte baixa, pela Rua Mangueiras; conversamos sobre o traçado ser “orgânico”, não previamente definido por um projeto; que as vias foram formadas a partir do eixo principal representado pela Rua União, na linha de cumeada, de onde saem as demais vias, que, em sua maioria, não tem saída e acompanham as curvas de nível (o terreno natural), com declividades mais suaves; eles concordaram que as casas vão sendo construídas primeiro nas áreas com declividades menores; e pontuaram que “o solo lá é bom”, pois não tem casos de escorregamentos.

Quando todos estavam reunidos de volta ao bar, projetamos as fotos de cada grupo no telão e um representante de cada explicou por que haviam registrado cada uma das situações com determinada moldura. Nesse momento, faltou usarmos o bastão da fala (pois eu me esqueci) para organizarmos as falas, que ficaram um pouco tumultuadas. O APÊNDICE J apresenta todas as fotografias tiradas pelos três grupos. De modo geral, na percepção deles:

- O que os alegra: a casa deles; as áreas livres e verdes para plantio nos quintais; o crescimento do AA, com cada vez mais famílias; ter luz e água em casa; as crianças que lá vivem e brincam na rua; as minas d'água ainda existentes e poder pegar água limpa delas.
- O que os entristece: a situação das vias, sem pavimentação, com vários problemas que dificultam a acessibilidade e mobilidade internas, e ainda ver que os próprios moradores têm que consertá-las.
- O que eles precisam de cuidar: das vias públicas, pois vários problemas foram identificados nelas, como enormes buracos e valas de drenagem natural das águas pluviais; da autoconstrução das casas; do mato que se acumula nos "barrancos", entendendo que eles mesmos teriam que retirá-lo; dos córregos que passam pela área; e das minas d'água.
- O que eles já cuidam: da energia elétrica, em função do "improviso" que fazem para obtê-la; e das árvores frutíferas existentes.
- Alguns moradores apontados que têm talento: uma cabeleireira; várias cozinheiras (uma boleira, uma doceira e salgadeira e uma que vende marmita); um músico compositor; um varredor de ruas; e um pedreiro e serralheiro.

Algumas situações são antíteses e complementares. Por exemplo, a luz e a água 'os alegram', pois eles têm acesso a elas, ainda que sejam irregulares, conseguidas via "improvisos". Talvez eles deem muito valor a esses serviços, justamente por esse abastecimento ser irregular e eles enfrentarem problemas, como períodos de falta d'água e quedas de energia. Da mesma forma, a existência dos córregos 'os alegra' e 'os entristece', em razão do estado de poluição em que se encontram. As ruas eles 'já cuidam', pois eles mesmos trabalham para deixá-las em melhores condições de travessia, e, também, entendem que precisam 'continuar cuidando'.

Na sequência, fizemos a roda para compartilharem o que acharam da experiência, possíveis surpresas (registros feitos de situações que desconheciam ou discordavam), aprendizados etc. e eles a avaliaram positivamente. Osvaldo disse: "A partir do momento que a população se junta, em união, pra tá cuidando das coisas, a gente tem um ponto a nosso favor. Se não cuidar, eles [agentes externos] falam: 'se eles não tão cuidando, como que eles tão querendo alguma coisa?'".

Agenor (que mora no AA há mais de 20 anos), que também se envolveu bastante no processo da pesquisa, acrescentou:

> Isso aqui é nosso. Quem não entende isso, fala: "Ah, não fazem nada aqui pra *nós*, não tão nem aí, então eu também não vou fazer." [...] E não é assim, [...] nós que temos que cuidar. Se cada um colocar na consciência e fizer alguma coisa, não só nas palavras, a gente consegue mudar esse quadro aqui. Porque eu quero chegar aqui um dia e ver isso aqui limpo e bonito. Porque se vem um parente nosso aqui, a gente não tem vontade de sair com ele e mostrar o bairro. Quando a gente vai na casa de alguém, a gente não sai pelo bairro, vai numa sorveteria? Aqui, a gente tem vergonha de mostrar o lugar que a gente mora por causa da nossa situação... E nós que temos que cuidar disso. (Agenor, morador antigo)

Quanto aos aprendizados e surpresas vindos com a dinâmica, Osvaldo contou que não conhecia a mina d'água existente ao final da Rua da Mina (na porção baixa do AA), revelada e apresentada nas fotos de outro grupo. Ele disse ter ficado feliz em saber que existe isso ali, se sensibilizou e mobilizou o grupo:

> O que eu não imaginava era a fonte ali, que saiu [na foto]. [...] Eu achei interessante trazer a foto [dela], mesmo precisando desse cuidado que tá precisando, pois é bom pra mostrar pras pessoas que tá aqui pra poder ter consciência, fazer um mutirão e ir lá dá uma limpada. Eu tô à disposição... [...] Porque isso aí é nosso! Mesmo! *Não precisa de nós ficar esperando alguém de fora fazer algo*... (Osvaldo, grifo meu)

Nesse dia, levei ainda um mapa impresso do Alto das Antenas, na mesma escala da maquete física produzida no encontro anterior, para referenciar no mapa os elementos vistos na maquete. Foi uma forma de capacitá-los à leitura cartográfica (sistema viário, áreas privadas de lotes e edificações, limite reconhecido do AA, hidrografia etc.), o que poderia ser útil em processos futuros, que viessem a participar, de intervenção no local.

Durante uma parte da reunião eles contaram sobre as remoções que ocorreram no Alto das Antenas, feitas pela Urbel. O Eduardo (dono da mercearia) explicou que, na época, a Cemig não repassou à Prefeitura o dinheiro que lhe cabia para as remoções, por isso as obras tiveram que ser interrompidas (e essa foi, em resumo, a justificativa que também ouvi dos técnicos entrevistados da Urbel). Os moradores opinaram que se a Urbel tinha que removê-los, que os removessem todos e não só alguns, como foi feito. E, ainda, que a área fosse toda transformada em parque (como dito pela Urbel que seria), mas para uso público, para que pudessem acessá-la e usá-la. Eu completei que trataríamos mais sobre esse assunto no próximo encontro e adiantei com eles outra pauta: uma entrevista que eu havia feito com a Cemig.

Contei que tinha conseguido entrevistar um técnico da Cemig[100] e que, na ocasião, havia optado

---

[100] Conforme dados apresentados no item "Linhas de transmissão de energia", no subcapítulo 2.3.

por não explicitar que estava pesquisando especificamente o Alto das Antenas. Expliquei que tive receio de "chamar a atenção" da Cemig para o lugar, podendo vir a prejudicá-los de alguma forma. Então, contei que eu tinha ainda outro contato da Cemig que eu poderia tentar entrevistar e perguntei se, para essa segunda entrevista, eles queriam que eu citasse especificamente o AA. Todos foram unânimes em dizer que sim, queriam saber as intenções da Cemig para aquele lugar, como pretendem atuar, ou têm atuado ali. Disseram que "informação nunca é demais, é sempre bom". Assim, saí de lá com a tarefa de tentar conversar com esse outro técnico, e optei por não adiantar com eles nesse encontro essa temática da Cemig e das linhas de transmissão, pois iríamos tratar disso, mais especificamente, no 5º encontro, cujo tema era mais correlato (impedimentos e restrições legais à ocupação do solo). Eles ficaram com bastante expectativa para os próximos encontros.

Ao final, repassamos o cronograma e circulamos o bastão da fala para o fechamento do encontro (*check-out*, mas mais uma vez sem usar esse nome). Nesse momento, os moradores disseram que essa tinha sido a melhor reunião feita até ali, e reforçaram a necessidade de união entre eles, lembrando, inclusive, que era esse o nome da principal rua deles.

Antes desse encontro, eu tinha conseguido conversar e estimular a Cristal a estar presente. Assim, nesse momento ao final das discussões ela abordou um assunto que a incomodava: os dois nomes de lá (Alto das Antenas e Sem Terra) e que achava que ter dois nomes para o mesmo lugar não reforçava a união e unidade entre os moradores, e deles para com quem é de fora. Agenor, então, contou que antes não tinha nome, era só o apelido Sem Terra, dado pelos vizinhos, e que o nome Vila Alto das Antenas teria sido criado durante as reuniões feitas pela Urbel, na época das obras do Vila Viva.

Ainda nessa discussão ao final, Agenor perguntou quem topava fazer um mutirão de limpeza do córrego na parte baixa, e Osvaldo se prontificou (não consegui saber se chegaram a fazê-lo). Por fim, José lembrou aos demais que estava arrecadando dinheiro para continuar a concretagem do trecho íngreme da Rua União, para quem quisesse contribuir. Como antes apontado, ele é quem organiza e "puxa a frente" dos mutirões dessa via. (Eles tinham concretado um trecho da Rua União no dia 23 de março, conforme Foto 48, e a ideia era continuarem a concretagem, em trecho mais abaixo. O mutirão realizado em março, o qual tomei conhecimento por meio da companheira do Danilo, foi quando voltei a "ter notícia" de mutirões acontecendo na Rua União – em referência ao relato de Laís, em julho de 2018, de que "eles tão com a meta de concretar a Rua União, aí [...] à medida que vai descendo [a rua], os

moradores vão ajudando”.)

Com isso, pude presenciar dois processos de auto-organização dos moradores acontecendo lá, durante a pesquisa-ação: o primeiro ainda incipiente (a ideia de um mutirão para limparem o córrego), que parece ter sido gerado a partir da mobilização que havíamos começado; e o segundo (o mutirão da Rua União), já em curso, e que poderia vir a ser reforçado.

Foto 48. Mutirão para concretagem de trecho da Rua União realizado no dia 23 de março de 2019

Fonte: Moradora do Alto das Antenas, mar./2019.

Foto 49. Apresentação dos registros fotográficos feitos pelos moradores no 3º encontro

Fonte: acervo da autora, abr./2019.

Foto 50. Crianças interagindo com a maquete

Fonte: acervo da autora, abr./2019.

Nesse dia, mais uma vez não consegui fazer as análises das fotos etiquetadas com as categorias de qualificação do espaço. Tampouco fiz registros no quadro de ideias-chave. Quanto ao estacionamento de questões, fiz os primeiros registros, mas as questões foram "escolhidas" por mim, enquanto os ouvia falar, e anotadas nas cartelas fixadas ao mural também por mim, sem, portanto, envolvê-los na construção e transformação desse mural, o que teria permitido que começassem a se apropriar da ferramenta. Como de costume ao final das reuniões, os moradores foram embora levando os panfletos de divulgação do encontro seguinte, para distribuírem aos familiares e vizinhos, e também entreguei uma quantidade maior ao José e ao Eduardo, para deixarem em seus estabelecimentos comerciais (bar e mercearia).

4º Encontro de moradores: Histórico e intervenções dos programas municipais de habitação

- Data e hora: 13/04/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: apresentação do histórico e das intervenções dos programas municipais de habitação realizadas no AA e roda de conversa.

Participaram do 4º encontro cerca de 15 moradores. Chamou minha atenção que quase todos os presentes eram pessoas diferentes das que foram ao encontro anterior. Dentre os que estavam no 3º encontro, apenas Osvaldo, além do José e sua esposa, donos do bar e, portanto, os anfitriões, compareceram ao 4º. Eu não esperava por essa descontinuidade na participação dos moradores, principalmente, porque eles haviam elogiado o 3º encontro e demonstrado bastante curiosidade e expectativa em relação às próximas atividades previstas. No entanto, grande parte dos presentes nesse dia eram rostos já conhecidos, que haviam ido ao 1º ou 2º encontros.

Nesse dia, antes da reunião começar, eu recolhi as fotos etiquetadas que havia deixado na mercearia e no próprio bar e as juntei para que pudéssemos, finalmente, analisá-las. Após o *check-in* com o bastão circular, e antes de dar início na apresentação do histórico e das intervenções institucionais dos programas municipais de habitação realizadas no AA, fiz um rápido resgate dos principais elementos apontados na maquete e dos pontos relevantes apreendidos dela e, na sequência, fizemos a análise das fotografias etiquetadas. Não analisamos todas (constam no APÊNDICE K), mas apenas as que achei mais relevantes, que poderiam gerar mais discussões. Contudo, foi aí que percebi que teria sido mais produtivo se eu as tivesse analisado no próprio dia e junto de quem as etiquetou. Isso porque nesse dia não estavam presentes (todas) as pessoas que as etiquetaram e, com isso, ficávamos sem saber os porquês de

estarem qualificadas daquela forma, porque uma pessoa via determinada situação como "qualidade" enquanto outra a via como "problema".

Ainda assim, a atividade gerou discussões interessantes. Um dos exemplos contrastantes é a Rua União e os mutirões feitos periodicamente para concretar trechos dela. Enquanto uns veem os mutirões como *problema*, uma vez que representam um sobretrabalho[101] feito pelos moradores, outros veem que *é de todos*, o que revela que entendem como um problema que todos devem cuidar.

As fotos dos córregos poluídos com o despejo de esgotos foram, unanimemente, avaliadas como *problema*, mas receberam também etiquetas *é de todos*, indicando que reconhecem que os córregos devem ser cuidados por eles. No entanto, uma foto de um córrego aparentemente limpo foi também classificada como *problema*, o que aponta para uma tendência nas cidades brasileiras de perceber os cursos d'água necessariamente como lugares de despejo de rejeitos, que devem estar, portanto, escondidos das vistas da população (ouvi mais de uma vez dos moradores, também em outros encontros, que os córregos deveriam ser canalizados), mas não vou me aprofundar nessa hipótese, aqui nesta dissertação.

As antenas (torres de transmissão) também foram unanimemente avaliadas como *problema*, enquanto distintos usos e formas de apropriação do espaço das ruas (brincadeiras de crianças, ou a pracinha da mangueira, por exemplo) foram avaliadas positivamente, principalmente com etiquetas de *qualidade* e *é de todos*.

Os pontos de comércio existentes nas casas foram também avaliados positivamente. Uma foto de um comércio tinha uma etiqueta *é de ninguém*, mas os presentes na reunião não concordaram. Uma foto de uma horta também recebeu muitas etiquetas de *qualidade*, mas uma etiqueta de *problema* e uma *é de ninguém* que os presentes na reunião não concordaram (sugeriram que podem ter sido etiquetadas por crianças brincando). Os moradores presentes concordaram com as etiquetas de *problema* nas fotos que indicavam buracos nas ruas, e pavimentação ruim ou inexistente. Por fim, todos concordaram com as fotos das vistas aéreas (tiradas pelo drone), avaliadas como espaço que *é de todos* e de *qualidade*.

Antes de eu dar início na apresentação preparada (em *PowerPoint*) sobre o histórico e as

---

[101] Cf. BONDUKI, 1999.

intervenções institucionais já realizadas pela Urbel no Alto das Antenas,[102] só de citar o tema, teve um momento de livre diálogo entre os moradores, especialmente puxado pelo Danilo. Em determinado momento, eu os interrompi para projetar no telão e dar início à apresentação dos slides (APÊNDICE L). Minha intenção e expectativa era que depois da apresentação eles rebatessem, confrontassem, complementassem o que eu tinha levantado, com o que eles sabiam. No entanto, isso não aconteceu da forma que imaginei. Percebi que o *PowerPoint* não é uma interface que estimule, naturalmente, a interação e envolvimento dos presentes. Eu fiz momentos de pausa na minha fala, abrindo para intervenção e fala deles, mas a discussão entre o grupo não fluiu da mesma forma como tinha acontecido antes da apresentação.

Avalio que a apresentação em *PowerPoint*, como ferramenta a ser utilizada em reuniões, reflete (e gera) um ambiente em que um fala e os outros escutam (quase que acatando o que está sendo dito), com pouca interrupção, cortes e construção coletiva. Assim, ao invés de construirmos juntos o histórico daquele lugar (afinal, eles são os que o habitam), durante a apresentação só eu falei, como se fosse eu, sozinha, a que sabia da história do AA. Em razão disso, nos encontros seguintes, me propus a só utilizar o *PowerPoint* como ferramenta secundária, para projetar imagens, dados necessários à temática do encontro etc., e não mais como ferramenta principal, em torno da qual girariam as discussões.

Foto 51. 4º encontro de moradores

Fonte: Acervo da autora, abr./2019.

Para falar do histórico e das intervenções institucionais relacionadas aos programas municipais de habitação no AA, cuidei para não me posicionar como interlocutora da Urbel. Deixei clara a assimetria entre mim, a técnica de fora que sabe como é o outro lado (da visão técnica), e eles, os moradores. Mas busquei não ampliar essa assimetria,[103] sempre que possível tentando trazê-los para construirmos tudo juntos. Assim, expus a eles que existem duas visões, que têm pressupostos e percepções acerca do espaço muito distintas: a dos técnicos, que veem de fora, e a deles, que moram lá. Parti do pressuposto de que a visão deles próprios eles já conhecem, e

[102] O conteúdo da apresentação era uma síntese do que levantei e expus no Capítulo 2 (subcapítulos 2.3 e 2.4) desta dissertação.
[103] Cf. BALTAZAR; KAPP, 2016.

que conhecer esse outro olhar (o do técnico de fora), além de ampliar seu imaginário, seria um meio de se auto-organizarem para agirem em situações futuras de intervenções heterônomas locais.

Durante as discussões, não lembrei de reforçar a regra de uso do bastão da fala. Com isso, durante o *check-out*, em que usamos o bastão circular, nem todos respeitaram a regra e alguns falaram sem o bastão, deixando o momento um pouco tumultuado e desorganizado. Um morador, por exemplo, fez uma fala muito longa na vez de outro morador que tinha acabado de receber o bastão circular para falar. Por fim, o rapaz que estava com o bastão desistiu de aguardar sua vez e acabou indo embora sem falar nada.

Para o *check-out*, pedi que falassem uma coisa que queriam agradecer (a intenção era criar oportunidades deles se conhecerem melhor e criarem alguns vínculos). Alguns fizeram agradecimentos, mas outros acabaram fazendo falas muito longas e distantes da intenção inicial. Especificamente quanto aos momentos de *check-in* e *check-out*, avalio que isso foi reflexo da forma como eu apresentava esses momentos, cujos propósitos, até então, não estavam claros nem para mim. Ao final dos encontros, eu sempre sentia que as falas (especialmente do *check-out*) se perdiam e ficavam desconectadas dos objetivos iniciais imaginados. Era como se não apontassem para "lugar nenhum": não sei se aumentavam ou criavam vínculos entre os moradores; tampouco delineavam encaminhamentos a serem dados; e, as muitas falas que sempre eram feitas sobre a necessidade de se unirem mais, pois "a união faz a força", embora representassem o que eles estavam entendendo daquilo tudo, me davam a impressão (e o receio) de que estávamos todos apenas sendo repetitivos.

5º Encontro de moradores: Impedimentos e restrições legais à ocupação do solo

- Data e hora: 27/04/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: interfaces para produção de mapa dos impedimentos e restrições legais à ocupação do solo do AA, e roda de conversa.

Esse encontro tinha o objetivo de elucidar aos moradores o que e quais são os elementos que restringem ou impedem, do ponto de vista das leis de regulação urbanística, a ocupação do solo no Alto das Antenas. Inicialmente, eu tinha em mente montar um *PowerPoint* que explicasse os conceitos e apresentasse um mapa dos impedimentos e restrições legais para o AA. No entanto, após o 4º encontro, em que fiz uma apresentação em *PowerPoint*, concluí que essa não

é uma ferramenta (interface) de interação e construção coletiva e decidi pensar algo diferente.

(Mais uma vez, eu estava me sentindo insegura, com receio de não estar indo para uma direção "certa" com a pesquisa e estar envolvendo os moradores sem certeza de onde iríamos chegar. Acredito eu, porque eu não tinha uma proposta pré-concebida em mente, conforme a lógica a qual eu estava habituada, e, ali, a construção era aberta – como em um "jogo aberto"[104]).

Assim, alguns dias antes desse encontro, propus uma interface em que os próprios moradores desenhariam o mapa de restrições e impedimentos legais do AA. Para tanto, eles desenhariam (construiriam) casas imaginárias para eles sobre um mapa de um lugar hipotético, cheio de restrições à ocupação que eles desconheciam – assim como acontece na realidade, em que eles constroem de fato sobre o terreno, sem saber quais restrições legais se aplicam sobre o lugar. A partir disso, eu apresentaria a eles os conceitos de "restrições" e "impedimentos" legais, usando outra interface: caixas coloridas temáticas. Por fim, eles próprios desenhariam o mapa de restrições e impedimentos legais do AA a partir de elementos projetados na parede sobre um papel em branco.

Nesse encontro, estimo que 18 moradores acompanharam a atividade do início ao fim (tirando outros que acompanharam apenas parte dela, por irem embora antes do término ou chegarem depois do início da reunião – o que ocorria em todos os encontros). Rodamos o bastão da fala para o *check-in* falando nome e como cada um estava se sentindo ao chegar para a reunião naquele dia. A maioria citou quantas vezes já tinha participado desses encontros (depois que um faz menção a alguma coisa, os outros tendem a repetir aquela ideia). Todos já tinham ido ao menos em uma reunião. Repassei o cronograma retomando brevemente o tema de cada encontro anterior e dos que estavam para acontecer e, em seguida, começamos a atividade de desenho no mapa.

O lugar hipotético desenhado tinha córregos, uma indicação do "centro da cidade" desenhada na extremidade do mapa (de onde seria feita a ligação da ocupação imaginada com o "restante" da cidade), uma hachura de um zoneamento qualquer (que não especifiquei) e as seguintes restrições e impedimentos legais: APP, área alagável, declividades muito altas (em menção às declividades superiores a 30 e 47%) e faixa de servidão de linhas de transmissão de energia. O mapa continha hachuras que indicavam esses elementos, mas, no primeiro momento, eu só

---

[104] Cf. BALTAZAR, 2009.

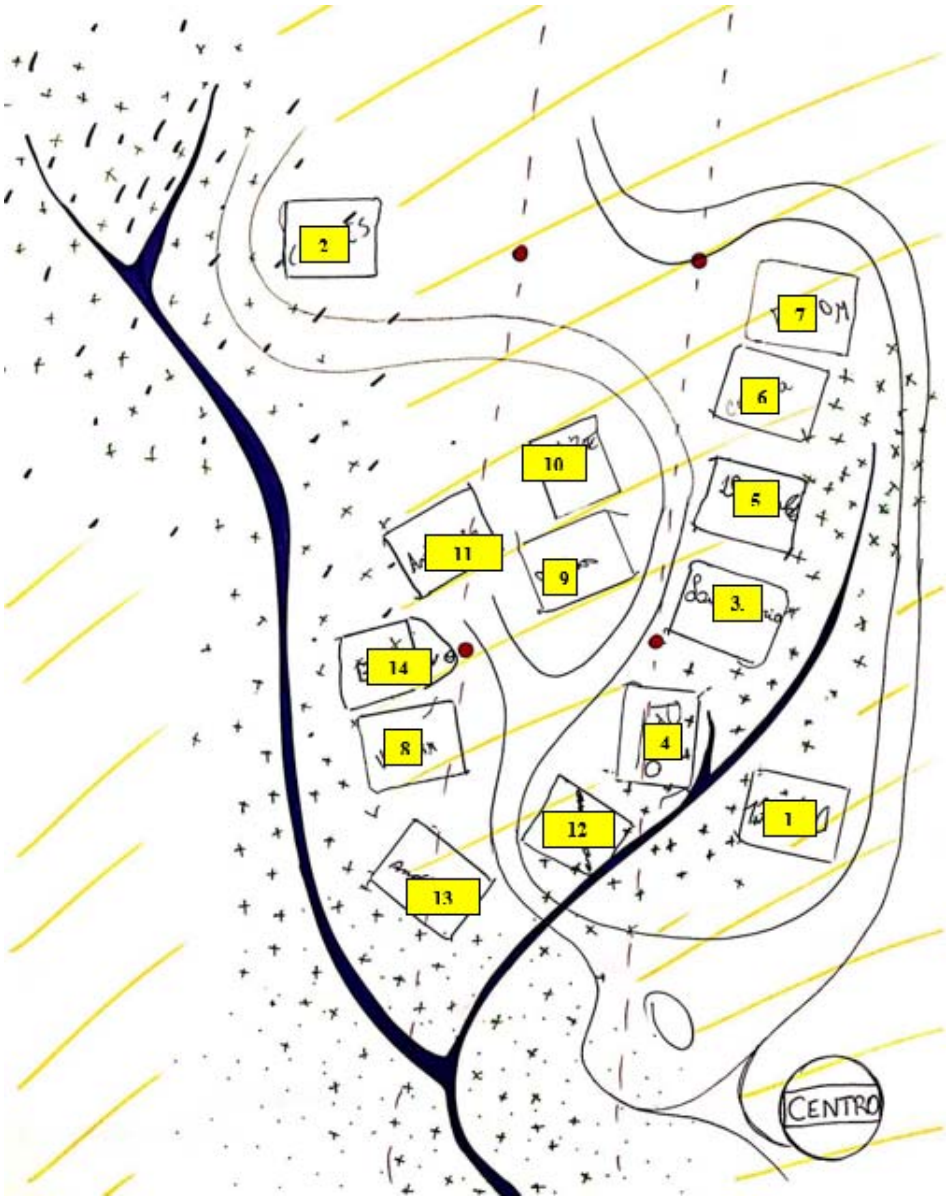
contei para eles o que eram os córregos e a indicação ao "centro da cidade". Assim, eles desenhariam suas casas livremente sobre o mapa, onde quisessem.

Eles desenharam suas casas usando uma caixinha de fósforos que pegaram emprestada do bar. Propus uma ordem para que os primeiros a desenhar fossem os que moram no AA há mais tempo, e depois os que moram há menos tempo (não foi uma regra cumprida rigidamente, apenas uma sugestão de ordem para seguirem). O primeiro a desenhar foi o Danilo (que, assim como o Agenor, também mora lá há quase 20 anos), que "construiu" sua casa próxima do "Centro". Ele foi o único que construiu logo depois do acesso ao Centro, sem precisar de transpor o primeiro córrego desenhado no mapa. Depois, o Eduardo (dono da mercearia) construiu na outra extremidade do mapa, ao lado do segundo córrego desenhado, pois "queria sossego". Na sequência, a Ana[105], dona do bar e esposa do José, fez sua casa quase em frente à do Danilo, também do outro lado do córrego, pois queria estar próxima a um vizinho já conhecido. A casa dela "inaugurou" a fileira de ocupação ao longo desse córrego. Após ela e ao lado da dela, Agenor fez sua casa, seguido do Osvaldo e de outros, à montante do córrego. Só então começaram a ocupar as áreas mais afastadas desse córrego e as margens do segundo córrego, que era mais afastado do Centro. À exceção da lógica adotada pelo Eduardo, todos os outros fizeram suas casas mais próximas das que já existiam anteriormente, demonstrando uma tendência a adensar uma área antes de começar a ocupar áreas mais afastadas. Ninguém construiu do outro lado do segundo córrego, que demandaria uma segunda transposição (ver Figura 24 com numeração sequencial de construção das casas).

Depois das casas, eu disse para desenharam as vias de acesso a elas. Danilo tomou a iniciativa, pegou a canetinha e começou a desenhar, enquanto os demais iam palpitando e participando da definição desse traçado. Primeiro fizeram o "Y" central que conectava quase todas as casas; depois prolongaram um trecho para chegar à casa do Eduardo; na sequência, fizeram uma via à leste para acessar a casa do Danilo, e sugeriram de prolongá-la à norte, dando a volta no que seria a nascente do córrego. Nesse momento, um deles enfatizou: "não fecha o fim da rua, deixa aberto". Por fim, lembrei a eles que tinham que conectar as vias ao "Centro da cidade", então eles fizeram a ligação em forma de rotatória, deixando espaço para o que seria a "pracinha do bairro".

[105] Nome fictício escolhido pela própria moradora. O nome verdadeiro foi ocultado para preservar sua identidade.

Figura 24. Mapa desenhado pelos moradores em interface para compreensão das restrições e impedimentos legais à ocupação do solo



Fonte: Acervo da autora, abr./2019.

Foto 52. Morador desenhando sua casa no mapa do lugar imaginário

Foto 53. Moradores planejando e desenhando juntos as vias de acesso às casas no lugar imaginário

Fonte: Acervo da autora, abr./2019.

Após desenharem todos esses elementos, eu comecei a contar o que significava cada hachura. Apresentei os conceitos na seguinte ordem: (1) APP, representadas no mapa por pequenas cruzes azuis; (2) área alagável, representada por pontinhos azuis; (3) declividades muito altas (acima de 30 e 47%, embora eu não tenha entrado em detalhes quanto a esses percentuais para não confundi-los), representadas por pequenos riscos diagonais; (4) zoneamento (que, no caso do lugar hipotético, não chegou a ser especificado, mas introduzi o conceito e expliquei que pode implicar restrições à ocupação), representado por listras diagonais amarelas; e (5) a faixa de servidão relativa às linhas de transmissão (LT) de energia, representada pela linha tracejada formada ao se ligar os pequenos círculos vermelhos que tinham no mapa (só tracei essa linha depois que eles terminaram seus desenhos, senão eles poderiam ficar induzidos a não construir dentro da faixa).

Aí começamos a usar a segunda interface para facilitar na compreensão do que cada um daqueles elementos representava na ocupação do solo. Eu levei cinco caixinhas temáticas coloridas, sendo que cada uma representava um dos elementos citados (Foto 54). Quatro eram *feitas de papel*: uma caixinha rosa para APP; azul para áreas alagáveis; amarela para declividades altas; e verde para zoneamento. E a quinta caixa, que representava a faixa de servidão das LT, era marrom, bem maior que as outras e *feita de madeira*, portanto rígida e bem mais pesada que as demais. A simbologia por trás das caixas feitas de papel era que representavam restrições legais suscetíveis a flexibilizações da lei[106], enquanto a caixa de madeira representava o impedimento legal atrelado à existência de faixas de servidão de LT, revelando que se trata de uma situação em que não há qualquer tipo de flexibilidade legal. Expliquei a simbologia das caixinhas de papel e da caixa de madeira, e eles disseram em relação à última: "para ela a lei é mais dura", demonstrando que entenderam os conceitos por meio da interface.

A cada conceito apresentado, eu escolhia uma casa "construída" dentro da hachura relativa a ela, e dava a quem fez a casa a caixinha colorida correspondente àquele tema. Dentro de cada caixinha tinha uma canetinha da cor correspondente a ela. A canetinha seria usada, pelo morador que a possuía, na próxima atividade prevista: desenhar o mapa de restrições e

[106] Essa foi uma forma lúdica, porém muito simplificada, de apresentar a possibilidade de flexibilização da lei para áreas caracterizadas como de interesse social (com famílias predominantemente de baixa renda). Posso dizer que, do ponto de vista legal, reduzi muito os conceitos e suas formas de aplicação, que, obviamente, têm critérios próprios a serem respeitados tendo em vista permitir flexibilizações de normas urbanísticas.

impedimentos legais do Alto das Antenas.

Para tanto, usando um projetor, projetei sobre um papel branco fixado à parede, um por um, alguns elementos cartográficos do AA, seguidos dos elementos restritivos e impeditivos à ocupação do solo, que, juntos, formariam o mapa de restrições e impedimentos legais. Os elementos projetados sobre o papel foram, nessa ordem: (1) as principais vias do AA e duas praças importantes do entorno (um campo de futebol e a praça da quadra poliesportiva do Conjunto Esperança), para situar espacialmente o Alto das Antenas no mapa desenhado; (2) o limite aproximado do AA; (3) os córregos que passam pelo local; (4) as linhas que delimitam o zoneamento existente sobre a região do AA (ZP-1)[107], e foi nesse momento que expliquei o que esse zoneamento implicava para a área (o conceito dessa zona estava escrito em um papel dentro da caixinha correspondente a ela); (5) os limites das APP hídricas que existem em volta de todos os córregos e nascentes da região; (6) as áreas alagáveis; (7) as áreas de declividades maiores de 30% e de 47%; e, por fim, (8) a faixa de servidão das LT da Cemig.

Chamei moradores que não tinham caixinhas temáticas para desenharem os elementos "cartográficos", primeiramente, que seriam a base do mapa (vias, cursos d'água e limite do AA), dando a cada um deles uma canetinha de cor diferente para cada elemento a ser desenhado. E, em seguida, os moradores com as caixinhas coloridas desenharam as restrições e o impedimento legal correspondente. Ao fim, fizemos uma legenda no canto inferior do mapa indicando cada elemento desenhado.

Colocamos o mapa sobre a mesa de sinuca ao centro da roda para conversarmos sobre o número considerável de restrições e o grande impedimento legal existente relativo às LT. Eles ficaram impressionados, pois não sobrava quase área nenhuma que não estivesse "afetada" pelas hachuras desenhadas.

Reforcei com eles os elementos que podem ter flexibilidade na lei (as caixinhas de papel) e o que não pode (a caixinha de madeira), destacando que o objetivo era eles terem ciência das perspectivas legais de regularização do espaço, das dificuldades que teriam que enfrentar e do caminho a percorrer, uma vez que eles afirmavam, o tempo todo, o desejo de permanecerem naquele local. Nesse caso, a grande questão que surgiu foi: como resolver o problema das LT?

---

[107] À época da atividade o zoneamento incidente sobre o AA era o de ZP-1, conforme antiga lei do Plano Diretor de Belo Horizonte (apontada no item "Zoneamento" do subcapítulo 2.3).

Foto 54. Caixinhas das restrições e impedimentos legais aplicáveis ao AA

Foto 55. Roda de conversa sobre as restrições e impedimentos legais aplicáveis ao AA

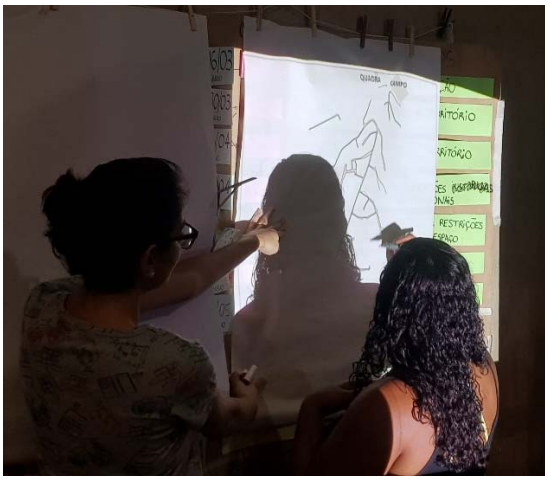


Foto 57. Moradores desenhando elementos no mapa

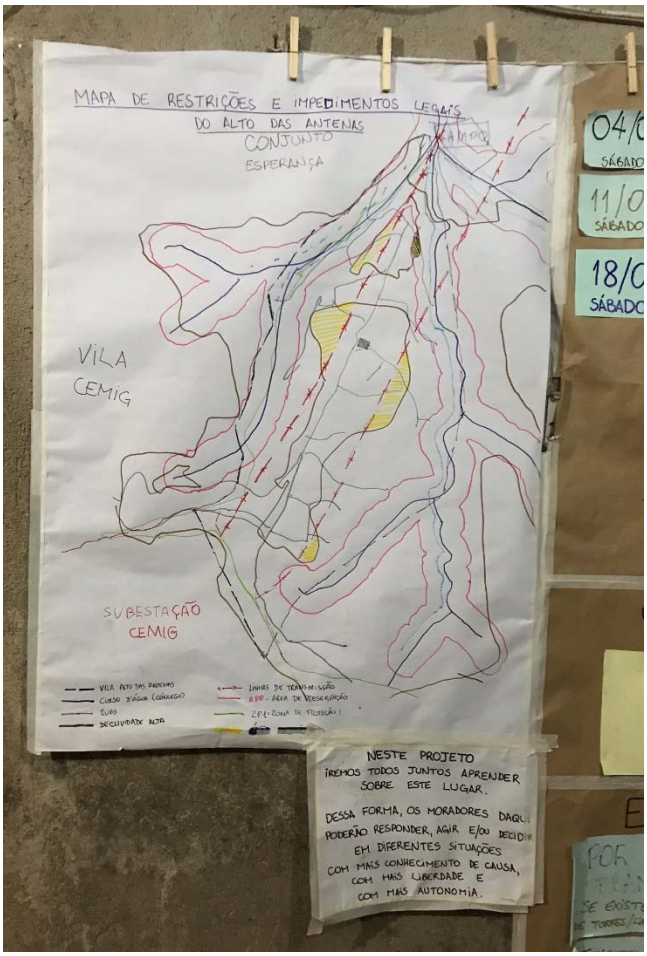


Foto 56. Mapa de restrições e impedimentos legais do AA

Fonte: Acervo da autora, abr./2019.

Fiz, então, uma simulação para estimulá-los a refletir. Disse para imaginarem que existia uma regra em que ninguém podia ficar embaixo da mesa de sinuca. O Pedro (meu marido), então, deitou-se embaixo dessa mesa e disse: “E agora, o que vocês vão fazer? Pois eu não vou sair daqui de jeito nenhum.” Eles, rapidamente, responderam: “Vamos tirar a mesa daí!”. Interessante refletir que no imaginário deles a primeira reação foi propor tirar a mesa, o “impedimento”, e não forçar o Pedro a sair. Foi aí que argumentamos que eles tinham condições

físicas para, facilmente, retirar o Pedro à força de onde estava, e que, portanto, seria bem mais fácil retirá-lo do que moverem aquela mesa pesada. Além do que, quem tinha descumprido a regra era o Pedro, colocando-se debaixo da mesa. Da mesma forma, para um órgão institucional seria muito mais fácil retirar (remover) os moradores do Alto das Antenas do que as linhas de transmissão de energia que passam por lá. Esse era o entendimento desses órgãos. E, assim, seguindo à mesma lógica inicial que eles expressaram em relação à simulação feita com o Pedro e a mesa de sinuca, eles concluíram que o caminho seria lutar para que as LT saíssem de lá, e não eles.

Avalio que as interfaces usadas nesse encontro foram, sem dúvida, muito mais interativas que uma simples apresentação de slides conceituais em *PowerPoint*. Embora o processo todo tenha sido um pouco demorado (porque, nos dois momentos de desenho, enquanto um morador desenhava no papel, os demais tinham que aguardá-lo), acredito que além da interação promovida, ela permitiu que eles fossem se apropriando dos conceitos aos poucos e aplicando-os à realidade deles.

Quanto às ferramentas previstas para os encontros, só usamos o bastão da fala circular no *check-in*. As discussões nos demais momentos (como feito nos outros encontros) fluíram livremente. (Saí, nesse dia, com a intenção de nos próximos encontros tentar seguir à risca a regra do uso do bastão da fala circular, com o intuito de dar oportunidade e incentivar pessoas que falam pouco a falarem mais, uma vez que costumavam ser sempre as mesmas pessoas que falavam e participam mais.)

Optei por não fazer o *check-out*, porque a ideia original de falar como cada um "está saindo" daquele encontro, não estava funcionando "tão bem" e, na hora, não consegui pensar outra coisa para cada um falar. (A verdade é que se passaram muitos encontros até eu conseguir atribuir um "propósito" para o *check-out* e me apropriar dessa ferramenta.) Tampouco utilizamos o quadro de ideias-chave, outra ferramenta que tive dificuldade em me apropriar e, portanto, não consegui transmitir a eles a relevância de seu uso.

Quanto ao estacionamento de questões, fiz alguns registros, mas da mesma forma equivocada que eu havia utilizado anteriormente, sem estimulá-los para eles mesmos escreverem nas cartelas e sem validar com o grupo se eles concordavam que aquela questão fosse anotada no mural. As questões que registrei não eram dúvidas que tinham uma resposta clara, que seria abordada em outro encontro, por exemplo. Eram, sim, "grandes questões-problema" relativas ao local e, anotá-las, tinha o intuito mais de fazê-los refletir a respeito, do que propriamente

buscar resposta para elas. Algumas questões registradas (não só nesse encontro) foram: (1) por que existem outras vilas e ocupações debaixo de linhas de trasmissão de energia que são urbanizadas (têm vias asfaltadas, redes de saneamento e linhas de transporte público coletivo, por exemplo) e no AA não tinha nada disso?; (2) por que existem áreas de encostas super íngremes ocupadas e regularizadas e lá existiria essa restrição à ocupação vinculada à declividade do terreno? (Osvaldo ficou bastante inconformado com a existência de restrições à ocupação relativas a altas declividades e fez esse questionamento várias vezes); e (3) por que antes das obras do Vila Viva eles tinham redes oficiais de água da Copasa, com hidrômetros, e pagavam suas contas, e, após as obras do citado programa, esse serviço foi retirado e hoje se dá de modo informal e improvisado (o que, inclusive, conforme citado pelos moradores, traz mais prejuízo ao Estado)? Nos encontros seguintes, essas questões não voltaram a ser lidas, mas os assuntos relativos a cada uma delas eram abordados conforme o tema correspondente de cada encontro. O mural funcionou, assim, como um "memorial" de questões-problema e não como um lembrete de questões que precisavam ser solucionadas/esclarecidas.

Ao final do encontro, repassamos o cronograma e reforcei o convite para o encontro seguinte, em que teríamos a presença de um advogado convidado para tratar do tema "direito de posse".

Até esse momento, passados cinco encontros com os moradores, eu ainda os sentia muito dependentes de mim para a formulação das pautas e organização e condução dos encontros. Eles ainda tinham um caminho a seguir para se perceberem como "sujeitos da ação transformadora". Embora esse processo já tivesse sido iniciado e, talvez, eles já estivessem começando a entendê-lo, senti que ainda precisava estimulá-los e envolvê-los muito mais.

6º Encontro de moradores: Direito de posse

- Data e hora: 04/05/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: discussão sobre direito de posse com a participação de um advogado popular.

O objetivo desse encontro era tratarmos sobre *direito de posse*, para que os moradores tivessem ciência do que é isso e de como esse direito estaria ligado ao direito à moradia deles. Como não domino o assunto, desde o princípio planejei de contarmos com a participação de um advogado popular e, para tanto, conseguimos a participação de um advogado do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) para falar para os moradores presentes sobre direito de posse e

de propriedade.

O encontro contou com cerca de 20 pessoas, número um pouco maior que a média habitual de nossos encontros, que era de 15 moradores. Acredito que a divulgação de que teríamos a presença de um advogado atraiu outros moradores, além dos que já costumavam participar. Nesse dia não fizemos *check-in*, principalmente em razão do curto tempo que o advogado tinha para estar conosco lá. Introduzi a reunião com um resgate rápido do objetivo geral do trabalho e o que já havia sido feito até aquele momento e, então, passei a palavra a ele.

Foto 58. 6º encontro de moradores com participação de um advogado popular

Fonte: Acervo da autora, mai./2019.

Em sua fala, ele explicou as diferenças entre direito de posse e de propriedade, trazendo sua origem histórica, desde a época da abolição da escravidão, quando a posse de um escravo deixaria de ter valor econômico, e esse seria atribuído à terra, que até então só tinha valor de uso. Ou seja, até aquele momento as pessoas tinham seu direito à posse da terra, que era reconhecido e lhes era garantido desde que estivessem usando aquela terra. Depois da Lei de Terras de 1850 os cartórios de registro de imóveis foram criados, as terras passaram a ser registradas e a *propriedade* delas passou a ser reconhecida em "detrimento" do uso, ou da posse delas.

Ele explicou ainda que o instrumento da *reintegração de posse* foi criado (anos mais tarde) em função das invasões de propriedades feitas pelos cangaceiros, sendo esse um instrumento de efeito rápido para reintegrar a posse do terreno ao seu proprietário, mesmo que esse não a estivesse usando. Ele ainda lembrou que podemos e devemos questionar as leis, uma vez que elas são, muitas das vezes, criadas dentro de um contexto excludente que valoriza o poder econômico, uma vez que seus criadores são, via de regra, homens de alto poder aquisitivo.

Ele reforçou a importância daquela comunidade se unir e permanecer unida, pois a luta pelo reconhecimento da posse da terra e pela sua permanência de forma regular é longa, não é de poucos meses, mas, possivelmente, de anos. Um morador, então, manifestou o desejo que o grupo vinha nutrindo em formalizar uma Associação de Moradores do Alto das Antenas. O advogado reforçou que a associação não precisa estar registrada para existir, que aquele grupo ali reunido já era uma associação, mas que precisavam, isso sim, envolver mais moradores.

Ele destacou que no Brasil nós não temos trajetória de luta coletiva; aprendemos desde cedo a lutar sozinhos, nos nossos trabalhos do dia a dia, e não a lutar juntos. E reforçou que aquele grupo que estava ali reunido já estava com a consciência "mais avançada" que os demais moradores, por estarem entendendo essa importância, e, portanto, precisavam repassar isso para os demais.

Ele deu algumas sugestões para fortalecer aquela comunidade no sentido de resistir pela permanência deles ali, em caso de um novo processo de remoção vir a acontecer no território. Dentre elas, cito apenas a sugestão de fazerem um cadastramento das famílias residentes no AA, como forma de comprovar a moradia deles lá.[108]

Comentei com eles, nesse momento, a ideia de criarmos uma cartilha com conceitos, telefones de contato e informações importantes dos moradores terem acesso. Todos gostaram e pediram para que além do nome e telefone do órgão, fosse informada a atribuição/responsabilidade e o nome da pessoa de referência de cada órgão, quando existir. Alguns órgãos apontados na hora foram: Defensoria Pública; Prefeitura (URBEL); Regional Barreiro; Cemig; Sudecap; SLU; Associação Comunitária da Vila Cemig e Conjunto Esperança (responsável também pela região do AA); CRAS; CPC; Centro de Saúde; além de outros que porventura lembrássemos depois.

Após a saída do advogado, conversei com os moradores sobre possibilidades de ação coletiva no AA. O intuito era preparar nosso próximo encontro, intitulado "Possibilidades Futuras", e como se daria a continuidade da minha participação e envolvimento junto deles. Isso, porque já tínhamos clareza de que esses encontros não poderiam findar-se com o 7º, previsto originalmente como o último no meu cronograma. A minha saída teria que ser gradual e, além disso, o grupo de moradores envolvido tinha ainda um caminho a percorrer com vistas à sua auto-organização e continuidade no processo de mobilização social e luta.

Esse momento foi como um levantamento inicial de problemas e ideias, em que os moradores tiveram total liberdade para expressar seus pensamentos sobre qualquer que fosse o tema relativo ao Alto das Antenas. Eles começaram apontando problemas acerca do lixo: alguns "têm consciência" e deixam o lixo nos dias, horários e locais certos de coleta – situados nos bairros vizinhos, uma vez que não há coleta dentro do AA –, mas, outros não. Os problemas apontados decorrentes dessa "falta de consciência de alguns moradores" eram lixo e entulhos jogados em

---

[108] Optei por não expor aqui as demais sugestões, pois elas representam estratégias de luta e resistência dos moradores pela sua permanência no local.

encostas, lotes vagos e a fumaça da queima de lixo, que incomodaria vários vizinhos.

Outro problema apontado foram as fossas de esgoto (segundo os moradores, forma mais comum de destinação dos esgotos dentro do AA). Disseram que, além do mau cheiro oriundo delas, elas enchem muito rápido e, por vezes, transbordam. Algumas moradoras defenderam que seria melhor lançar direto no córrego. Relataram que onde moram, os vizinhos se juntaram e dividiram os gastos para comprar, no depósito de construção próximo, o material necessário para fazerem eles próprios redes de coleta do esgoto de suas casas, que o conduzem até o córrego mais próximo. Osvaldo, então, interviu dizendo que isso é errado, pois polui os córregos, sendo que ali é uma região de nascentes. Ele olhou para mim e acrescentou: "Estou dizendo isso em função do que a gente aprendeu aqui nas reuniões passadas...". Complementei dizendo que ele tinha razão, e que o ideal, ambientalmente falando, uma vez que não existem lá redes oficiais de coleta de esgoto pela Copasa, seria terem tanques de tratamento dos efluentes domésticos (como fossas sépticas, tanques de evapotranspiração e/ou outros). Citei rapidamente a possibilidade de fazermos um mutirão para construção de um tanque de evapotranspiração (TEVAP), a partir de um manual de orientações que eu conseguiria junto à UFMG, e, embora em um primeiro momento eles tenham achado a ideia interessante, depois, não demonstraram grande interesse ou empolgação.

Pela fala deles, na sequência, ficou claro que a situação das ruas (especialmente da Rua União, que é a principal), sem pavimentação e sistema de drenagem pluvial, era, naquele momento, o principal problema para eles. E, no decorrer da conversa, a ênfase deles para essa questão e a possibilidade de um mutirão para melhoria da rua foi muito maior. Então, questionei se seria interessante que eu me envolvesse nesse mutirão, com o intuito, dentre outros, de dar mais visibilidade à ação (aumentando a divulgação entre os moradores e com possíveis atores externos que pudessem se envolver e apoiar de alguma forma). Os moradores concordaram. Uma moradora que foi pela primeira vez na reunião (e não voltou mais) chegou a me dizer: "Você pode arrecadar dinheiro...", ao que eu interpelei dizendo que me envolveria de outras formas, não associadas à arrecadação de dinheiro.

Como já apresentado, os mutirões de concretagem das ruas são ações coletivas habituais aos moradores do AA. Eles reclamaram que, nesses processos, são poucos os que ajudam com oferta de dinheiro, material ou mão de obra, porque a maioria acha que a rua não os influencia. E contra argumentam, em defesa da ação, que a rua favorece a todos, mesmo os que moram longe do pior trecho, e a melhoria dela permitiria o acesso de todos, inclusive de ambulâncias

ou caminhões de coleta de lixo, por exemplo.

Foram principalmente duas moradoras que puxaram essas problemáticas do lixo, do esgoto, do mutirão da rua e do pouco envolvimento dos moradores em processos participativos, tais como mutirões ou reuniões de moradores. Elas citaram algumas tentativas já ocorridas no AA em momentos anteriores.

Consegui diferenciar claramente duas dessas tentativas:

- a de formação de associação comunitária (já aqui antes apresentada por meio do relato da Rose e da Cristal), a qual também participaram o Danilo (era em sua casa que as reuniões aconteciam), José e sua esposa, as Brigadas Populares[109]; além de uma advogada externa que já não tinha nenhuma relação/envolvimento lá;
- e uma fase em que aconteciam mutirões de concretagem da Rua União com o apoio do dono do depósito de material de construção do Conjunto Esperança, que doava material; em determinado momento, ele teria desanimado e parado de fazer as doações ao ver que muitos moradores do AA estavam comprando do depósito da Vila Cemig, ao invés de comprar no dele.

Nesse encontro não usamos o bastão da fala, simplesmente, porque ninguém se lembrou. Teve um momento em que as falas estavam desorganizadas, com muitas pessoas falando ao mesmo tempo, parecia que havíamos perdido o "rumo" da discussão, que estaria "sem propósito". Eduardo então interveio, levantou a mão e perguntou: "Qual o objetivo dessa conversa mesmo?". Quando consegui ter minha vez de fala, tentei centralizar as discussões e dar a elas uma só direção.

Com base no que eu já tinha ouvido, percebido e vivenciado junto dos moradores até essa fase da pesquisa, também a partir das conversas e orientações que eu já tinha tido com a Ana Paula, minha orientadora, e reforçado por meio das discussões e problemáticas apontadas pelos moradores nessa tarde, sistematizei e expus ao grupo cinco ações coletivas possíveis de fazermos lá (o mutirão da Rua União, o mutirão de TEVAP e outras três). Talvez eu tenha adiantado, nesse 6º encontro, o assunto que era tema do encontro seguinte, mas, até esse

[109] Não consegui levantar mais informações acerca desse envolvimento. Tentei várias vezes encontrar e conversar com a Rose para tratar do assunto, mas não consegui. Cheguei a conversar por telefone com a pessoa das Brigadas Populares à frente dessas reuniões, mas ainda assim não consegui ter clareza dessa participação. Depois, avaliei que isso não era imprescindível para o andamento da pesquisa e, tendo em vista o curto prazo de realização dessa, não cheguei a agendar entrevista com essa pessoa para tal fim.

momento, eu estava sentindo muita necessidade de clarear junto dos moradores quais poderiam ser essas ações para que chegássemos ao 7º encontro com alguma ideia de caminho a seguir. E eu quis, também, sentir a reação deles, ver qual retorno eles davam para as ideias inicialmente levantadas. (Optei por apresentar neste texto essas cinco ações propostas apenas no próximo relato, do 7º encontro, porque foi nesse encontro que elas foram de fato detalhadas.)

Ao final do 6º encontro, o Eduardo veio comentar comigo que temia que quando eu parasse de ir às reuniões elas parassem de acontecer, e que os moradores perdessem aquilo que estava acontecendo ali. Eu reforcei com ele que minha saída seria gradual e que iríamos definir juntos quando seria esse momento. Ele ainda comentou comigo que achava importante formalizarem uma associação comunitária. Nós, então, nos lembramos do vice-presidente da Associação Comunitária da Vila Cemig e Conjunto Esperança que, como já dito, era a responsável também pelo AA, mas que parecia não se envolver muito com os moradores de lá. O vice-presidente esteve presente no AA no dia do voo do drone e, na ocasião, se dispôs a apresentar para os moradores do AA, se esses quisessem, quais são os trâmites burocráticos necessários para criarem e formalizarem uma associação comunitária. Ele próprio achou a ideia interessante e acrescentou que achava o território muito grande para uma só associação acompanhar. O Eduardo sugeriu que eu entrasse em contato com esse vice-presidente, mas eu reforcei que ele mesmo, por ser morador e estar interessado, é quem deveria contatá-lo e conversar com ele, para então repassar as informações ao grupo. E foi o que ele fez.

O 6º encontro não teve um momento de "encerramento oficial". As discussões continuaram entre os presentes. Eles conversaram sobre a desmobilização e o desinteresse dos moradores para as reuniões, de modo geral (fazendo menção não só a esse processo que estávamos construindo, mas principalmente às tentativas anteriores). Nesse momento, eu não era mais o "centro das atenções", para quem eles olhavam durante a conversa que fluía entre eles mesmos. Em determinado momento, alguns chegaram até a ficar de costas para mim, pois, à medida que conversavam uns com os outros, naturalmente se formou entre eles uma outra roda (do outro lado da mesa de sinuca, que antes era o centro da roda maior à qual eu também fazia parte inicialmente). Achei interessante o ocorrido, uma vez que o diálogo fluindo entre eles demonstrou que havíamos conseguido criar um espaço para essas discussões acontecerem livremente, sem que eu, a técnica de fora, ao menos naquele momento, precisasse ficar intermediando. Demonstrou, também, a consciência deles (ainda que o início dela) de que estou de passagem ali e eles é que teriam que se auto-organizar, mobilizar e continuar a caminhada.

7º Encontro de moradores: Possibilidades futuras

- Data e hora: 11/05/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: discussão e definição das ações coletivas a serem encaminhadas no Alto das Antenas.

O objetivo deste encontro era dialogarmos e definirmos juntos quais seriam as ações coletivas que poderiam ser feitas no Alto das Antenas e os respectivos encaminhamentos a serem dados para cada ação. Essas ações e encaminhamentos, por sua vez, iriam delinear o que aconteceria nos próximos encontros, qual seria a pauta e as atividades a serem feitas em cada um deles, uma vez que o 7º encontro era o último dos encontros "temáticos" que eu havia definido e apresentado aos moradores no início da pesquisa-ação. A partir dele, a definição e construção dos demais encontros estava totalmente aberta.

Como ficou claro que minha participação continuaria ainda por um tempo (indeterminado, até esse momento), precisávamos definir, alinhado aos *objetivos práticos* citados por Thiollent (1985), quais seriam as *ações transformadoras* a serem realizadas no Alto das Antenas, *com vistas à solução de problemas identificados*. Conforme clareado por meio das minhas orientações com a Ana Paula, os moradores conduzirem coletivamente ações práticas definidas por eles próprios, seria a melhor forma de prepará-los para a minha saída e deles exercitarem e vivenciarem o processo de auto-organização, o que aumentaria a chance desse processo mobilizador ter continuidade entre eles, após minha saída.

O 7º encontro contou com cerca de 18 pessoas. Começamos sem fazer *check-in*. Usualmente, no início dos encontros, eu fazia um rápido resgate do que havia sido feito até ali, mostrando o cronograma e a maquete (em todos os encontros, a primeira coisa que fazíamos era mostrar a maquete ao grupo, especialmente aos que estivessem indo pela primeira vez, fazendo rápidos comentários acerca dela; a Ana, dona do bar e quem mantinha guardada a maquete, assim que chegávamos, a pegava, tirava a poeira dela e a colocava sobre a mesa de sinuca em torno da qual formávamos a roda de conversa).

Após esse momento de introdução, apresentei ao grupo e detalhei as cinco ações coletivas possíveis de fazermos no Alto das Antenas (já brevemente apontadas no encontro anterior), com base nas problemáticas que já haviam sido trazidas por eles. Eram elas:

1. Organizarmos coletivamente um **mutirão** para concretagem de trecho da **Rua União**: esse

era um trabalho que eles já faziam periodicamente, mas com um grupo pequeno de homens que trabalhavam e, segundo dito pelos moradores, com poucas famílias que se envolviam ofertando dinheiro ou material de construção; José era o organizador desses processos; com a minha participação, a ideia seria (a) organizarmos coletivamente a ação, definindo frentes de trabalho e equipes para a preparação da ação e para o dia dela, (b) buscar suporte técnico para auxiliar na execução da obra, (c) ajudar na divulgação e dar visibilidade ao mutirão, envolvendo o máximo de voluntários possível, e (d) buscar apoio externo, principalmente, para outras ações complementares ao mutirão que poderiam ser conquistadas junto a órgãos que atuam no território (órgãos públicos, universidades, ONGs e outros);

2. Organizarmos coletivamente um **mutirão** para construção de um tanque de evapotranspiração (**TEVAP**) no Alto das Antenas, tendo em vista darem solução ambientalmente adequada aos efluentes domésticos, uma vez que hoje não há redes de coleta de esgotos, que são lançados *in natura* nos córregos ou em fossas negras;

3. Fazermos uma **cartilha** de conceitos sobre direito de posse, direito à moradia, orientações gerais **para resistência e luta** dos moradores contra ações externas que desrespeitem ou violem algum desses direitos, com esclarecimentos de dúvidas, caminhos possíveis para consolidação da ocupação do solo no local e/ou contatos importantes, a quem recorrer, em casos de necessidade;

4. Fazermos um **manual de regras de ocupação do solo** com orientações de como proceder para evitar as situações problemáticas apontadas pelos moradores (alguns exemplos de "regras", a partir de sugestões que ouvi dos próprios moradores, foram: definir as formas de dar destinação correta para os esgotos e para o lixo domésticos; definir que cada família fique responsável por cuidar do "pedaço" de rua em frente à sua casa, mantendo-o limpo e concretado, e, ainda, definir que cada família deixe uma lâmpada do lado de fora de sua casa, para que ilumine a rua à noite – essa já era inclusive uma orientação que os moradores repassavam entre eles, e era acatada por muitos);

5. Fazermos um **cadastramento das famílias** residentes no Alto das Antenas, como forma de juntarem acervo de documentação que comprove sua moradia lá, conforme sugestão do advogado que participou do 6º encontro.

Então, passamos para a discussão em grupo sobre cada uma dessas ações e quais eles achavam que seriam relevantes e que poderíamos dar prosseguimento. Deixamos claro que eles poderiam

escolher quais e quantas quisessem, por exemplo, todas, algumas ou nenhuma. Para cada uma das ações apresentadas, discutimos “para quê”, “como” e “quem” faria. Também mostrei fotos e exemplos de cada uma delas (vide apresentação em *PowerPoint* no APÊNDICE M) como forma de melhor elucidar e explicá-las. Por exemplo, usando o projetor e o tecido de projeção na parede, mostrei para eles algumas imagens de funcionamento do TEVAP, da sua construção e aparência final, e expliquei como poderíamos prosseguir com seu planejamento e ação, caso fosse definida. Já no caso das cartilhas, mostrei alguns exemplos (algumas em versão impressa, outras digitais, projetadas na parede), como uma produzida pelo MOM para a Vila das Antenas no Aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte/MG, e outras produzidas pela ONU Habitat, com recomendações internacionais. E, no caso do cadastro de famílias, mostrei alguns exemplos de formulários com questões, usados em outros contextos, deixando claro que eu iria propor algumas questões, mas que os próprios moradores decidiriam quais achavam pertinentes, definindo assim o formulário final. Também deixei claro que em todas as ações, embora tendo meu apoio, eles teriam papel principal. Por exemplo, no caso do cadastro, a ideia era que eles mesmos providenciassem as cópias do formulário e se cadastrassem.

À medida em que discutiam sobre cada uma delas, elas foram sendo selecionadas e naturalmente hierarquizadas conforme sua urgência e/ou relevância.

Todos foram unânimes em reconhecer e ressaltar a importância do mutirão na Rua União, que deveria ser o primeiro a ser feito. Quanto ao mutirão para construção de um TEVAP, os moradores já tinham demonstrado no encontro anterior que, embora interessante, não era tão primordial para eles como a melhoria da Rua União. Agenor, sempre muito interessado e engajado nas discussões dos nossos encontros, ponderou que achava que não era estratégico para o Alto das Antenas eles mesmos “darem solução” para o esgotamento das casas, aprendendo a fazer esse sistema de tratamento de efluentes. Segundo ele, o fato de parte da comunidade lançar seus esgotos *in natura* diretamente nos córregos, justamente em uma área de cabeceiras (nascentes), por ser algo inadequado do ponto de vista ambiental, era uma “força” que eles tinham para tentar pleitear junto aos órgãos públicos a implantação de sistemas adequados de coleta. Ele disse que se o poder público visse que eles já “estavam se resolvendo, por conta própria”, não iria querer fazer as melhorias necessárias no local a esse respeito. Os demais moradores concordaram e, assim, essa ação foi descartada.

Para os moradores, após o mutirão da Rua União, a segunda ação de maior importância a ser feita seria o cadastramento das famílias, pois era muito relevante que tivessem uma forma de

comprovar a moradia. Alguns moradores ainda complementaram dizendo que o Centro de Saúde não estava mais dando os cartões de cadastramento das famílias atendidas por ele, que, até então, era a única comprovação de moradia que eles tinham.

Em terceiro lugar, eles selecionaram a cartilha. Reforçaram que sua elaboração era muito importante, mas que deveria ser feita somente após as outras duas ações. E, por fim, a ideia do manual de regras de ocupação do solo não foi descartado, mas foi definido como o menos importante, devendo ficar "de escanteio", para ser feito apenas se os moradores decidissem por ele, em momento posterior. E, assim, foi acordado que nos encontros seguintes começaríamos a *planejar* cada uma das três ações definidas como as mais relevantes: 1º o mutirão da Rua União; 2º o cadastramento de famílias; e 3º a cartilha.

Em parte desse encontro, não usamos o bastão da fala que, desde o encontro passado, estava esquecido até por mim. Como em alguns momentos as conversas ficaram confusas, com muitas pessoas falando ao mesmo tempo, foi o Pedro que se lembrou dele (que, desde o 3º encontro, ficava guardado no bar, com a Ana). Ele, então, resgatou a regra de uso do bastão da fala com os moradores e, a partir desse momento, o bastão foi usado até o fim da reunião. Foram poucos os momentos em que alguém falou sem utilizá-lo e, mesmo nesses momentos, as pessoas passaram a respeitar a vez de fala dos demais. A regra do bastão parece que impunha um respeito ao espaço de diálogo. O bastão ter "reaparecido" num momento confuso das conversas, e ter trazido ordem, organizando as falas, demonstrou ao grupo que a ferramenta funciona.

Não fizemos registros no estacionamento de questões. No início do encontro eu cheguei a ler para o grupo a primeira das questões, com o intuito de repassar uma a uma e checarmos se todas já tinham sido abordadas até ali. Mas, com a discussão gerada a partir já da primeira questão, os assuntos foram se desdobrando em outros, e eu acabei me esquecendo de retomar as demais questões. Mais uma vez, não usamos o quadro de ideias-chave.

Nesse dia, eu também os lembrei que não estaria com eles "para sempre", que minha participação ali em algum momento cessaria e que meu papel era contribuir para esse "início" do processo, mas que a continuidade viria deles.

Houve um momento das discussões em que conversamos sobre estratégias para aumentar a divulgação dos encontros. Embora eu estivesse, desde o início, produzindo panfletos, desde o primeiro encontro eu defini que não seria eu quem panfletaria, mas que contaria com o apoio dos moradores para isso. Para tanto, eu sempre levava às reuniões os panfletos de divulgação

do encontro seguinte para que eles mesmos os pegassem e panfletassem. Mas acredito que ao invés de panfletarem, eles estavam "confiando" que os panfletos deixados no bar do José e na mercearia do Eduardo serviriam para divulgação, contando que quem fosse comprar lá, fosse pegá-los. Imaginei isso, porque muitas pessoas com quem eu conversava nas ruas, ainda não estavam sabendo desses encontros semanais. Cheguei, assim, à conclusão de que os panfletos não estavam funcionando "tão bem assim" (embora certamente eles tenham cumprido um papel), e, por isso, esse foi o último encontro em que entreguei panfletos para divulgar o encontro seguinte.

O Agenor, então, sugeriu de passarem uma moto com caixa de som pelas ruas do AA avisando das reuniões, para que mais moradores ficassem sabendo. Acertei com ele que ele mesmo cuidaria disso para o próximo encontro (mas, ao longo da semana, ele não conseguiu concretizar a ideia). Ele também sugeriu que, além daquele momento de encontro aos sábados no bar do José, fizéssemos encontros menores, de cerca de seis pessoas, espalhados pelo território, sendo um na parte alta, outro na parte baixa e outro na porção central (onde já eram feitos). Ele argumentou que seria uma forma daquilo se espalhar e alcançar mais pessoas, e essas pessoas que viessem a se reunir nesses grupos menores seriam como representantes dos moradores daquela porção do território. Tentei esquematizar com eles como poderíamos fazer, quando isso poderia começar, mas a conversa não avançou para nenhum encaminhamento, ficando apenas como ideia.

Nesse encontro, estiveram também presentes o vice-presidente e o conselheiro fiscal da Associação Comunitária da Vila Cemig e Conjunto Esperança. Eles vieram a convite do Eduardo, que, conforme combinado no sábado anterior, entrou em contato com o vice-presidente pedindo-lhe que fosse contar um pouco das atribuições de uma associação e dos trâmites burocráticos necessários, caso quisessem abrir e formalizar uma no Alto das Antenas. Destaco da fala do vice-presidente o forte papel político que as associações cumprem, no sentido de contarem com o apoio de vereadores que, em troca de votos, conseguem recursos para as melhorias pleiteadas pelas comunidades.

O meu objetivo com a pesquisa-ação não era que formalizassem uma associação, mas, enquanto estive presente, os apoiei nas ações ou caminhos que eles estavam entendendo que deveriam seguir. E, se uma associação comunitária vier um dia a ser essa formalizada no Alto das Antenas, pode vir a ser um reflexo da pesquisa-ação lá. Por hora, eles entenderam que tinham alguns entraves burocráticos para essa formalização, ainda sem previsão de serem solucionados.

Cito apenas um, como exemplo: eles não tinham como conseguir alvará de funcionamento para a associação, em razão do AA ser irregular (sequer tem endereço formal) e sua ocupação não ser passível de consolidação do ponto de vista legal (por estar sob as LT).

Ao chegarmos para a reunião, nesse dia, percebemos uma movimentação na Rua União de homens trabalhando e fazendo algumas melhorias nela. Percebemos inclusive que alguns trechos dela encontravam-se melhores do que estavam na semana anterior. Nesse sábado, tinha homens trabalhando tanto na parte baixa como na porção central da rua. E as frentes de trabalho eram distintas. Danilo aplainava sozinho um trecho da via (Foto 59). Um grupo fazia um conserto de uma tubulação de água sob o leito da pista, em outro trecho que claramente já tinha sido aplainado e onde tinha, inclusive, uma grande canaleta lateral de drenagem recém escavada pelos moradores (Foto 60). Resgato aqui que no encontro anterior eu havia apontado aos moradores as cinco ações possíveis de conduzirmos no AA. Desde esse dia, os moradores reforçaram que a melhoria da Rua União era o que eles mais queriam. Acredito, assim, que desde o 6º encontro tenhamos gerado neles um "clima" de "ação coletiva em prol da rua" (clima esse que terá seu ápice no sábado seguinte, a ser relatado no próximo encontro). Ou seja, que eles tenham sido motivados a "colocarem a mão na massa" para melhorar a rua, que, como dito, já era algo que eles fazem habitualmente, mas acredito que nesse momento tenham sido mais estimulados a fazer: uma ação mobilizadora surgindo como reflexo dos nossos encontros. Não eram muitos os moradores que frequentavam as reuniões, mas o próprio espaço físico refletiu um movimento de participação e ação das pessoas no espaço de moradia delas, no caso, na rua.

Foto 59. Moradores trabalhando na Rua União

Foto 60. Moradores trabalhando na porção baixa da Rua União

Fonte: Acervo da autora, mai./2019.

Os moradores já tinham clareza que o objetivo dos nossos encontros não era conquistarmos coisas "de fora", mas reforçar neles o entendimento e reconhecimento da capacidade que eles próprios têm de tomar decisões e de agir, principalmente quando se aumenta o conhecimento e quando isso se dá coletivamente. Diferente das redes de coleta de esgoto ou dos postes oficiais de iluminação pública das ruas, que eles teriam que esperar até que o poder público instalasse,

"mexer" nas ruas, era algo que eles mesmos podiam fazer. Talvez por isso mesmo, eles tenham selecionado essa ação como a primeira, dentre as cinco. Não só pela urgência dela, mas também porque se sentiam confiantes de que sabiam o que fazer.

Ao final do encontro, José nos mostrou em seu caderninho quanto de dinheiro eles já tinham arrecadado até ali para fazerem o mutirão da Rua União. (Até esse momento, nós achávamos que ele estava se referindo ao mutirão definido como primeira ação coletiva a ser feita no Alto das Antenas, cujo planejamento, havíamos acertado, começaria no encontro do sábado seguinte. Mas, chegado esse dia, conforme será relatado no próximo encontro, descobrimos que o planejamento que ele(s) tinha(m) em mente para essa ação, era diferente do que havíamos entendido.)

***

Na semana anterior ao 7º encontro, soubemos que uma vereadora gostaria de visitar o Alto das Antenas, fazendo um café com os moradores, numa tarde de um dia de semana. O Eduardo ficou de "encaminhar [o convite] para o grupo e reforçar na reunião, *para que em conjunto* [pudessem] *decidir o dia e horário ideal*". Assim, no 7º encontro ficou definido que o bar do José poderia ser o local de encontro com a vereadora e que o horário fosse o mais tarde possível, já que seria no meio da semana. O Eduardo ficou de acertar essa agenda com a assessora da vereadora e depois informar aos demais.

Com a definição do mutirão da Rua União como primeira ação a ser feita no AA, coletivamente organizada por esse grupo que vinha se reunindo, pensei de sistematizar algumas demandas relativas a essa ação para ver se tinha como a vereadora apoiar, a partir do planejamento que iríamos fazer no encontro seguinte (o 8º). Além do quê, ao mostrar a ela esse planejamento (pois a ida dela seria posterior ao 8º encontro) pensei que seria muito positivo que ela percebesse que, embora existam muitas demandas, aquela era uma favela que já se auto-organizava.

8º Encontro de moradores: Planejamento das ações coletivas

- Data e hora: 18/05/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: planejamento coletivo das ações escolhidas no 7º encontro.

Neste sábado, antes da hora do encontro, moradores enviaram ao nosso grupo de *Whatsapp*

fotos e vídeos do mutirão que eles haviam feito pela manhã, concretando um trecho da Rua União. Descobri, então, que eles não haviam entendido nossa proposta de planejarmos e organizarmos juntos como se daria essa ação coletiva. Não é que não tenha tido um planejamento coletivo. Mas, como esse tipo de mutirão era algo que eles já estavam habituados, eles o fizeram da forma que sabiam.

Como já relatado, no dia 23 de março eles concretaram em mutirão um trecho da Rua União (Foto 48) e, já há algumas semanas, eles estavam juntando novamente dinheiro para fazer outro trecho dessa via. O 6º e 7º encontros, acredito eu, lhes serviu como incentivo, divulgando e estimulando a ação entre eles. Uma vez arrecadada a quantia suficiente em dinheiro para comprarem o material que entenderam ser necessário, não tardaram a definir o dia e colocar-se a trabalhar.

Quando chegamos nesse dia ao bar do José às 17 horas para o 8º encontro de moradores, ele estava cheio, principalmente na rua, do lado de fora dele. Os homens que haviam trabalhado no mutirão pela manhã estavam reunidos, fazendo churrasco, tomando cerveja, em clima de festa e confraternização pela ação realizada. Quando nos viram chegar, eles vieram eufóricos nos contar alegres sobre o mutirão feito. O Danilo nos contou que nunca o mutirão tinha tido tantos homens, nunca tinham conseguido juntar tanto material e concretar um trecho tão grande quanto o que fizeram nesse dia. José também veio contar do apoio que receberam do dono do depósito de construção do Conjunto Esperança (apoiador antigo deles) que, a cada três sacos de cimento comprados, lhes doava outros três.

O Danilo nos contou ainda que era a primeira vez que eles faziam um churrasco depois do mutirão, para confraternizarem. Eu, então, me lembrei que no encontro anterior, quando falamos sobre a ideia do mutirão, resgatei uma fala deles de que "quando tinha mutirão, pouca gente ia, mas quando tinha churrasco, muita gente aparecia", e, por isso, sugeri que enquanto o mutirão estivesse sendo feito, fizéssemos um lanche coletivo para quem estivesse trabalhando e, também, para os demais moradores, como forma de atrair e envolver mais gente na ação. Acredito que essa sugestão possa ter servido de referência não só para esse churrasco de confraternização no fim do dia, como também para a mesa de café com pão que eles providenciaram pela manhã, no local do mutirão. Contudo, nesse dia, tanto a mesa de café como o churrasco, eram apenas para os homens que tinham trabalhado no mutirão.

Ao entrarmos no bar, encontramos alguns moradores conhecidos, que não tinham participado do mutirão, reunidos, aguardando pelo início da reunião. Muitos, assim como eu, não estavam

sabendo da confraternização, e tampouco que o mutirão seria feito nesse dia. Os moradores da parte alta do AA, e o próprio Eduardo, que mora na parte baixa, não tinham ficado sabendo da organização e decisão por fazer o mutirão da rua nesse sábado, pela manhã. Eu já tinha escutado em mais de uma ocasião os moradores reclamarem que eram poucos os que se disponham para trabalhar nos mutirões e que eram sempre os mesmos. E, embora a ação realizada nesse dia tenha tido o maior número de trabalhadores envolvidos, desde então, acredito que ela teve um alcance mais limitado do que o que poderíamos ter conseguido se tivéssemos envolvido mais gente no planejamento, como havíamos imaginado.

Ainda assim, foi muito bom ter vivenciado esse momento com eles. Nos vídeos que eles mandaram do momento do mutirão, dava para ver como os homens estavam organizados, cada um com uma frente de trabalho específica em uma parte diferente da via. E, ao cair da tarde, era palpável a empolgação e a alegria deles pela tarefa cumprida, culminando no churrasco com cerveja e música.

Passado um tempo em que já estávamos aguardando dentro do bar, José desligou a música e chamou para dentro todos os que estavam do lado de fora, para darmos início na reunião. Nesse dia, a maioria dos participantes eram pessoas que não costumavam frequentar as reuniões: eram os trabalhadores do mutirão, que queriam, na verdade, confraternizar. Como o clima era de "festa", desde o início eu pensei em conversar com os moradores e ver se preferiam cancelarmos a reunião. Mas, como tinham vindo moradores especificamente para ela, alguns que moravam longe, outros indo pela primeira vez, achei que seria indelicado com esses e decidi prosseguir.

Eram quase 30 pessoas reunidas. No entanto, apenas seis delas tinham estado presentes no encontro anterior, em que foram definidas as ações que seriam feitas no AA (e, dessas, duas chegaram após o início da reunião e três estavam mais interessadas na confraternização do que na reunião em si), de modo que no início da conversa tive que apresentar resumidamente aos presentes o que havia sido definido.

A previsão para esse encontro era iniciarmos o planejamento coletivo das ações escolhidas no encontro anterior. Primeiramente, o mutirão da Rua União e, se desse tempo, começaríamos a planejar a segunda ação escolhida, o cadastramento de famílias. Para o mutirão, definiríamos previamente e coletivamente uma data para ele acontecer, as frentes de trabalho, buscaríamos suporte técnico para a concretagem da via, tentaríamos fazer uma mobilização maior, alcançando moradores que ainda não estavam envolvidos no processo, e buscando parcerias externas, por exemplo, instituições públicas, ONGs locais etc.

Foto 61. Mutirão de concretagem da Rua União

Foto 62. Trecho concretado no mutirão do dia 18 de maio; o trecho mais íngreme, ao fundo (em tom mais claro), foi concretado em 23 de março

Foto 63. 8º encontro e churrasco de confraternização após mutirão na Rua União

Fonte: Acervo da autora, mai./2019.

Para tanto, de princípio conversamos sobre o mutirão, resgatando essas ideias. Pedi ao José que nos contasse um pouco como tinha sido o processo de planejamento e as decisões tomadas para o mutirão desse dia, mas não deu muito certo (ao fim, não foi nesse momento de sua fala, mas nos momentos descontraídos, de bate-papo com ele, que eu consegui entender como foi o processo). Resgatei que a ideia era organizarmos coletivamente o mutirão. Tentei dar início nesse planejamento, agendar um dia, mas foi totalmente improdutivo. Concluí, como elucidado por Jessé Souza (2009), que o *planejamento da vida* não faz parte da prática cotidiana usual desses trabalhadores. Foi interessante constatar ali que eles não estão mesmo habituados à lógica de planejar previamente as ações. O Danilo, tomando a frente nas falas, disse: "Ah, lá pra quarta-feira a gente decide se faz [o mutirão] no próximo sábado, ou não...". Não demorou

para decidirmos em grupo por cancelar [ou, ao menos, engavetar] a ideia do mutirão na Rua União e definirmos que daríamos prosseguimento na segunda ação: o cadastramento de famílias. Os que ainda não sabiam dessa proposta (a maioria dos presentes, no caso) gostaram bastante da ideia. Todos concordaram, entretanto, que o melhor seria deixarmos para iniciar o planejamento dessa ação para o encontro seguinte. O ambiente estava muito dispersivo, com muitas interrupções e conversas paralelas e nossos diálogos não estavam rendendo. Pela primeira vez foi uma moradora que se lembrou de usarmos o bastão da fala (que, nesse dia, só tinha sido usado no *check-in*), entendendo-o como ferramenta para organizar as discussões. Resgatamos sua regra de uso e ele passou a ser usado até o fim do encontro.

Eu reforcei a questão da minha saída gradual, e eles enfatizaram que eu ainda não podia sair. Avalio que o Eduardo e o Agenor já estavam entendendo que nossas ações seriam uma forma de preparação para essa saída, para eles seguirem unidos e auto-organizados. Fato é que eles já haviam dado início nesse processo de auto-organização, numa espécie de "associação informal". O grupo brincava citando os nomes do Eduardo, Agenor e José para serem presidente e/ou vice. O Eduardo, um homem sereno e mais tímido, vinha se posicionando de uma forma engajada entre eles, divulgando entre os moradores do AA, por meio do grupo de *Whatsapp*, as ações de interesse coletivo realizadas no território, fazendo um "elo" entre os moradores e essas instituições locais (a partir da divulgação dessas ações que era feita no grupo de *Whatsapp* da Rede, o qual ele passou a fazer parte)[110].

Não quisemos delongar a reunião nesse dia, abrindo assim o espaço para a confraternização entre os moradores continuar. Apesar da reunião, em si, não ter funcionado da forma como estava prevista, nos momentos de descontração e interação com os moradores, pude ouvir relatos motivadores. O Danilo me disse que muitos moradores não se interessavam pelas nossas reuniões, pois achavam sem propósito (imagino eu, em razão de não estarmos levando uma proposta de intervenção física no espaço). Mas, em um momento da reunião, ele reforçou para os presentes o objetivo de aprenderem e, com isso, se prepararem para resistir, e acrescentou que nunca aprendeu tanto quanto ali, nos nossos encontros. José, em outro momento, cochichou para mim que um morador tinha criticado as reuniões, dizendo que o que eles queriam era o asfalto na rua, e que ele havia respondido ao homem: "Ela não é prefeita; ela não tem condições pra isso. Ela tá ajudando a gente a se organizar e unindo os moradores". Antes de irmos embora,

---

[110] Até esse momento ele era o único morador do Alto das Antenas inserido nesse grupo de *Whatsapp*. Posteriormente, foi inserido o Agenor e, na sequência, outras duas moradoras do AA.

ele ainda me disse que ninguém nunca tinha entrado lá para fazer com os moradores o que estávamos fazendo. Nesse dia, saí de lá me lembrando dos princípios orientadores de Freire e Thiollent, de fazer os moradores se entenderem como *sujeitos da ação transformadora*, e que essa ação se inicia nas "pequenas" transformações pessoais.

Após o 7º encontro (na semana anterior), eu mandei uma mensagem aos moradores no nosso grupo de *Whatsapp* (que, à época, contava com apenas 22 participantes) dizendo que eu havia criado o grupo inicialmente para divulgar as ações relacionadas à minha pesquisa, mas que estava agora colocando cada membro dele como administrador. O intuito era que pudessem acrescentar mais pessoas, e usá-lo para divulgação de ações relacionadas ao espaço onde vivem (além das vinculadas à pesquisa), no sentido de se envolverem mais como agentes do processo. Também passei a enviar algumas fotos que eu tinha do Alto das Antenas que reforçavam as características positivas que eles viam de lá (união entre moradores, áreas verdes, sossego, crianças brincando nas ruas etc.). E, como forma de divulgar e incentivá-los a participarem do 8º encontro, mandei um compilado de fotos de todos os encontros anteriores que já havíamos feito (APÊNDICE N). A partir daí, e também reforçado pelas fotos e vídeos que eles próprios mandaram do mutirão na manhã do dia 18 de maio, cada dia mais moradores foram sendo acrescentados ao grupo (que hoje já conta com 80 integrantes).

9º Encontro de moradores: Início do planejamento do cadastro de famílias

- Data e hora: 25/05/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: primeiro encontro para planejamento coletivo do cadastramento das famílias residentes no Alto das Antenas.

Na quinta-feira anterior ao 9º encontro, no dia 23 de maio de 2019, a vereadora que havia contatado os moradores visitou o Alto das Antenas. Ela contou de sua trajetória de luta pela moradia junto ao movimento das Brigadas Populares e quis ouvir dos moradores sobre a história deles ali e suas dificuldades. Descobri que uma de suas assessoras, também presente nesse dia, era a integrante das Brigadas com quem eu tinha conversado por telefone, que participou de reuniões no Alto das Antenas anos antes. Na época eles estavam lutando contra as remoções feitas pela Urbel. Essa assessora também é moradora de uma vila situada embaixo de linhas de transmissão de energia e contou um pouco das lutas e conquistas que eles já tiveram lá. A vereadora e sua equipe deram aos moradores uma sugestão estratégica para a luta deles por melhorias na infraestrutura e para a resistência deles no lugar onde querem morar. Para

preservá-los, optei por não detalhar aqui o caminho sugerido. Apontarei apenas que o caminho se iniciaria com uma reunião dos moradores na Câmara Municipal, junto à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, à qual essa vereadora faz parte. Ela se dispôs a manter o canal aberto para se comunicarem e buscarem apoio junto à Câmara, sempre que necessário.

No sábado, no 9º encontro de moradores, a pauta prevista era iniciarmos o planejamento de como seria o cadastramento das famílias residentes no Alto das Antenas, ação coletiva escolhida por eles, a ser feita após o mutirão para melhoria da Rua União, que, por sua vez, acabou sendo feito no sábado anterior, à maneira habitual deles. Estiveram presentes cerca de 18 moradores, número que me surpreendeu, uma vez que eu imaginei que menos moradores se interessariam em comparecer a um encontro cuja pauta era de planejamento de ações.

Fizemos o *check-in*, como de costume, mas, dessa vez, ao invés de cada um falar seu nome apenas, fizemos uma brincadeira que aprendi no curso de Educadores Populares com base em Paulo Freire (que eu havia feito algumas semanas antes). A primeira pessoa inicia falando seu nome. A partir daí, as seguintes deveriam, antes de dizer o próprio nome, repetir os nomes de todos os que já haviam se apresentado antes dele e a última pessoa da roda precisava citar todos os nomes dos demais participantes, como em um jogo de memória. A brincadeira pareceu intimidar ao início, mas criou-se um clima de descontração entre os moradores, que foram ajudando uns aos outros a lembrar dos nomes e, ao final, se divertiram com a dinâmica.

A proposta que apresentei a eles nesse dia foi a de primeiramente definirmos as questões a serem utilizadas no formulário de cadastramento. Uma vez definidas, eu formataria a versão final do formulário e lhes entregaria uma cópia dela. A partir dela, eles mesmos providenciariam as demais cópias necessárias para todas as famílias. O espaço, no entanto, estava aberto para toda essa construção ser coletiva e decidida por eles. Eles ainda teriam que definir quem seriam os cadastristas que iriam de casa em casa cadastrar as famílias, que dia o cadastramento começaria a ser feito e por quem e/ou como as cópias do formulário seriam impressas (xerocadas). Eu ainda sugeri que fizéssemos um grande lanche coletivo no encontro posterior ao cadastramento, para reunir os cadastros e confraternizar pela ação concluída.

Para a discussão sobre o formulário, levei uma espécie de "cardápio" de questões que eu havia feito, inicialmente, a partir de cadastros socioeconômicos convencionais para fins de regularização fundiária e de formulários de pesquisas qualitativas sócio-espaciais para fins acadêmicos, adaptando as questões à realidade deles. A ideia era que aproveitássemos a ocasião

de um cadastramento das famílias, em que eles teriam mais clareza de quantas famílias vivem lá (número absolutamente impreciso até então), para também levantarmos dados qualitativos sobre o espaço em que vivem, a moradia, acesso a infraestrutura urbana e serviços públicos, e o modo de vida deles. Assim, levei cerca de 60 questões para serem discutidas com eles e juntos definirmos quais eles achavam pertinentes serem mantidas, alteradas, acrescidas e, assim, montarmos a versão final do formulário. Minha previsão era ler as questões, uma a uma, e explicar a ideia por traz delas. Eu ainda pretendia, ao final, fazer um "ensaio" com eles em que um perguntava e outro respondia, para marcarmos o tempo gasto e assim conseguirmos montar o esquema do cadastramento (quantos dias e quantas pessoas seriam necessárias para cobrir todas as famílias residentes lá).

Projetei as questões na parede e fomos passando uma a uma, mas, em razão das explicações e esclarecimentos de dúvidas, não tivemos tempo de ler todas, apenas cerca de 20 (um quarto do total que levei). Senti que eles tiveram alguma dificuldade para absorver e compreender as questões (especialmente o porquê delas). Pude perceber que eles ficaram assustados com a quantidade de perguntas. Não era isso que tinham em mente.

Nesse encontro, eu avisei que não poderia estar presente no sábado seguinte, 1º de junho, em razão de um compromisso pessoal. Eles concordaram em manter a agenda e fazer o 10º encontro sem minha presença. Essa foi a oportunidade ideal para acatarmos, em grupo, a sugestão que o Eduardo tinha feito no encontro anterior, de eu passar a ir quinzenalmente aos encontros (que eram semanais). Era uma forma de prepará-los para a minha saída, deixando essas reuniões sem minha presença inteiramente ao encargo deles. E foi o que passei a fazer, desde então, sempre que foi possível.

Assim, o grupo definiu que no próximo encontro eles terminariam de ler as questões e fariam o ensaio proposto (em que um lia e outro respondia às perguntas), como forma não só de contar o tempo gasto, mas principalmente de avaliarem, na prática, a pertinência e as dúvidas que poderiam surgir em cada questão. O fato de eles lerem as demais questões que ficaram pendentes, sem eu estar presente para explicá-las, não era o ideal, mas era a alternativa que tínhamos. Além disso, eles ficaram de começar a conversar sobre a pauta que seria tratada na reunião sugerida pela vereadora junto à Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Destaco aqui que nesse encontro não estiveram presentes os personagens "de maior destaque" das reuniões, as lideranças que foram naturalmente se formando lá dentro ao longo do processo. Eram eles: o Agenor e o Eduardo (que já há alguns encontros eram os indicados informalmente,

em tom de brincadeira, como o "presidente" e o "vice-presidente", respectivamente), o José e, com menor grau de influência, o Danilo. Nem por isso a reunião não fluiu sobremaneira bem (e, como dito, com um número considerável de moradores). Foi importante para outros personagens se destacarem. Osvaldo, por exemplo, um dos mais assíduos aos encontros, como sempre, demonstrou grande interesse, se envolveu e participou de todas as discussões. E, nesse dia, mais uma "liderança natural" surgiu: a Sabrina[111], moradora e também assídua às reuniões. Foi ela que, após a visita da vereadora, se prontificou e fez uma página do Alto das Antenas no *Facebook*[112] para documentar e divulgar não só problemas, mas principalmente as qualidades e ações coletivas e/ou culturais que acontecem lá dentro (ela postou algumas das fotos que eu tirei ao longo da pesquisa, entre 2018 e 2019, além de fotos dos próprios moradores, de mutirões e outros momentos coletivos, crianças brincando, as imagens vistas de cima feitas pelo drone etc.). E foi nesse encontro que ela apresentou a ideia de organizar uma festa junina lá dentro, que viria a ser a primeira festa pública realizada no Alto das Antenas (e que será melhor apresentada mais adiante).

Não chegou a ser dito pelos moradores nesse dia, mas já saí de lá com a impressão que a demanda seria para diminuirmos e simplificarmos o formulário do cadastro. Saí, também, com a percepção de que aquele já era um grupo muito mais coeso, unido, que entendia que tem a força e a capacidade para seguirem essa ou qualquer outra luta, e correr atrás do que querem. O clima do encontro era bom, de mais amizade e troca entre eles. Para o encontro seguinte, sugeri a eles levarem um lanche comunitário, como forma de criar e estreitar mais os vínculos e laços desse grupo que estava se reunindo e que, à exceção de um ou outro que já se conhecia antes, ficaram se conhecendo ali.

10º Encontro de moradores: Planejamento do cadastro de famílias

- Data e hora: 01/06/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: segundo encontro para planejamento coletivo do

[111] Nome fictício escolhido pela própria moradora. O nome verdadeiro foi ocultado para preservar sua identidade.
[112] Página do *Facebook* "Bairro Alto das Antenas nosso lugar". Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/Bairro-ALTO-DAS-Antenas-nosso-lugar-2082232755221492/about/?ref=page_internal>. Acesso em: jun. 2019. E grupo "Bairro Alto das Antenas (Bora interagir)". Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/340002079998234/?source_id=2082232755221492>. Acesso em: jun. 2019.

cadastramento das famílias residentes no Alto das Antenas.

Na véspera do 10º encontro (em que eu não estaria presente), entreguei pessoalmente ao Eduardo duas opções impressas do formulário de cadastro, reformuladas, e alinhei com ele a pauta prevista para a reunião. A reformulação do formulário foi feita a partir do retorno que o Eduardo me deu, durante a semana, após conversar com a Sabrina, com o pedido que fosse menor (com menos questões) e mais simples, uma vez que seriam os próprios moradores que fariam as perguntas uns aos outros. Assim, uma opção que fiz contava com 40 questões, distribuídas em cinco páginas, mais uma sexta página para inserirem fotos (APÊNDICE O) e a outra opção com 30 questões, distribuídas em quatro páginas (APÊNDICE P). A pauta prevista era lerem juntos essas duas opções, definirem qual preferiam, verem se teriam dúvidas, se queriam alterar algo e fazerem o ensaio na frente de todos, em que um perguntava e outro respondia às questões.

Fiz a divulgação desse encontro para os moradores no grupo de *Whatsapp* uma semana antes, logo após o 9º encontro. Ao longo da semana, optei por não mandar nenhum lembrete (como costumava fazer), com o intuito de avaliar como estava o grau de mobilização entre eles, se dependiam ou não desses lembretes, se a reunião aconteceria mesmo, sem mim, e com quantas pessoas (se teria uma redução na quantidade de participantes). Os panfletos, como já dito antes, foram feitos somente até o 8º encontro. Por receio que alguns moradores se sentissem desestimulados a comparecer ao 10º encontro, optei por não informar no grupo de *Whatsapp* a minha ausência, uma vez que eu já tinha avisado isso aos que estavam presentes no 9º encontro (os quais concordaram e decidiram por manter a agenda e realizar o encontro mesmo assim).

No dia seguinte ao 10º encontro, o Eduardo me relatou que cerca de dez pessoas estiveram presentes. Ele contou que leu uma a uma as perguntas do formulário maior (de 40 questões) e não tiveram tempo de ler o menor (que, na verdade, era bem parecido, com algumas questões a menos e outras mais sintéticas). Como encaminhamento definido pelo grupo, ele me pediu para reformular seis questões no formulário maior. Ele disse, também, que chegaram a conversar um pouco sobre opções de pauta para a ida de um grupo de moradores à reunião da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, mas não passou detalhes disso.

O lanche coletivo que eu havia sugerido no encontro anterior, e que eles tinham achado uma boa ideia, não chegou a ser feito. Mesmo assim, avaliei positivamente a primeira experiência do grupo reunindo-se sem mim. Outra moradora também me contou que foi o Eduardo quem conduziu a reunião, intermediou as discussões e que até chegaram a usar o bastão da fala em

alguns momentos para organizar os debates.

Um dia antes do encontro seguinte (o 11º) acontecer, o Eduardo me mandou uma longa mensagem relatando mais uma pauta que tinha sido discutida no 10º encontro e que, segundo ele, tomou grande parte das discussões. Aproveitando minha ausência à reunião, o José teria contado aos demais que no dia da visita da vereadora, ele me ouviu dizer que eu "era arquiteta da Urbel". Isso teria lhe causado mágoa e decepção, e ele teria acrescentado que "assim não dá". O Eduardo contou que parte dos moradores presentes na reunião me defendeu, argumentando que ele deve ter se enganado e ouvido errado, enquanto outros teriam acreditado nele e começaram a especular se eu seria uma espécie de "espiã" da Urbel lá dentro, querendo levantar informações deles para depois vir a lhes prejudicar. E, com isso, parte passou a suspeitar do cadastramento das famílias, achando que com essa ação eu estaria querendo extrair informações deles para depois repassar aos "inimigos".

O Eduardo disse que estava me contando isso para eu me preparar para o 11º encontro, caso alguém levantasse a questão e viesse me perguntar. E ele só me contou tudo isso com liberdade, porque acreditava em mim, por já saber um pouco da minha trajetória profissional. Coincidentemente, algumas semanas antes, em uma das minhas idas ao AA, eu havia passado cerca de uma hora "proseando" com ele e a Laís, sua esposa. Eu lhes contei um pouco dos meus aprendizados ao longo da pesquisa de mestrado, justamente por conta da minha experiência profissional. Contei que já havia prestado serviço para a Urbel, no planejamento de vilas e favelas, em que expliquei, resumidamente, que eram feitos estudos por vários profissionais de distintas áreas para avaliar quais os problemas (físico-ambientais, sociais e jurídicos) e as demandas de intervenção necessárias para solucionar os problemas identificados, visando regularizar urbanística e juridicamente a área. Ainda brinquei com eles, na ocasião, dizendo: "Sabe aqueles mapas coloridinhos de remoção de casas, como o que já foi feito pra cá? Pois é, já fiz alguns!". E lhes contei que, por conta da minha aproximação com os moradores ali do Alto das Antenas, eu agora via esses mapas como "mais do que um mapa", mas como uma espécie de "sentença" de transformação de vida das famílias que o ocupavam. Aquele "mapa" era a *representação* de um espaço habitado, *vivo*, mas que não revela essas vidas de centenas de famílias que, com a intervenção, viriam a ser enormemente impactadas. Algumas para melhor, sim, mas outras não. (Não estou aqui me posicionando contra ou a favor desse tipo de planejamento, tampouco dizendo que ele não deva ser feito; estou apenas relatando a transformação do meu olhar e percepção para esse tipo de trabalho.)

Após o Eduardo me contar o ocorrido, me lembrei da ocasião que deve ter gerado todo esse mal-entendido. Quando a reunião com a citada vereadora terminou, ela me perguntou como eu "tinha ido parar lá" no Alto das Antenas, e eu tentei lhe contar um pouco dessa minha experiência profissional. Meu erro foi dizer algo assim: "Eu trabalho para a Urbel também e, por isso, tenho aprendido aqui com os moradores [etc.]". Imediatamente após dizer isso (a frase exata, eu não me lembro), eu já tive certeza que tinha me expressado mal. José deve ter escutado essa frase e teve toda a razão em se confundir e ficar desconfiado e frustrado. O que estava implícito em minha frase, e que precisaria ser por mim esclarecido a partir daí, além das minhas intenções para com eles (que, naturalmente, não eram ruins) era que eu não era funcionária da Urbel, mas que, por meio do escritório de arquitetura onde trabalho, eu já tinha prestado alguns serviços para a citada companhia, e estava, inclusive, à época, prestando um serviço para eles no bairro vizinho ao Alto das Antenas, Jardim Liberdade (razão pela qual usei o verbo "*trabalho*" no presente). Eu usei a palavra "trabalho", no sentido de *prestar serviço* à Urbel e não no sentido de *ser* funcionária da Urbel. Além do quê, a minha experiência de prestação de serviço à Urbel, como dito, era na área de planejamento e não com obras de urbanização, onde geralmente são feitas as remoções de famílias, mas, para os moradores, isso não importava. Eu fui imediatamente, a partir daí, associada por alguns ao "inimigo". E as consequências desse mal-entendido refletiram por alguns meses, sobretudo na ação do cadastramento de famílias que estávamos planejando, como descrito nos próximos relatos.

11º Encontro de moradores: Planejamento do cadastro de famílias

- Data e hora: 08/06/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: terceiro encontro para planejamento coletivo do cadastramento das famílias residentes no Alto das Antenas.

Cheguei para o 11º encontro bastante apreensiva, em razão do mal-entendido que levou os moradores no 10º encontro (em que eu não estava presente) a se dividirem, uns a favor e outros contra meu envolvimento no Alto das Antenas. Desde o momento em que entrei no bar e fui cumprimentar o José e a Ana, senti que a reação deles para comigo não foi tão receptiva como de costume. Eu estava ansiosa para esclarecer a questão, o quanto antes, a todo o grupo. Mas tinha um problema. O Eduardo não pode comparecer ao encontro nesse dia, e eu não queria falar para os presentes que ele tinha me contado das discussões ocorridas no encontro anterior, por receio de o expor, e de que aqueles que estavam desconfiados de mim, viessem a achar que

ele estava “me ajudando”, e que por isso, também tivesse “más intenções”. Além disso, para agravar minha ansiedade, fiquei aguardando, ao longo das discussões dessa tarde, alguém se manifestar e abrir a questão diante do grupo, para que então eu pudesse me expressar. Contudo, isso não aconteceu. Ninguém me fez uma pergunta sequer, ou manifestou suas desconfianças.

A pauta prevista para o encontro era eu lhes apresentar o formulário com as seis questões que o Eduardo havia me passado, reformuladas. Tinham cerca de 15 moradores presentes nesse dia. Eu não pude levar o projetor para projetar na parede o formulário (como fiz no 9º encontro) e me esqueci de levar os formulários impressos (o que teria facilitado que lessem comigo as questões). Assim, li para eles apenas essas seis questões alteradas, considerando que as demais estariam aprovadas por eles. Eles concordaram com as alterações, mas não conseguimos dar um encaminhamento sequer para a ação. Não ficou definido nem quando, nem como, nem quem faria o cadastro das famílias. Eu estava um pouco frustrada, pois esse já era o terceiro encontro para tratar do assunto (planejar a ação) e saímos dele sem as definições. O Agenor sugeriu que eles criassem, ao longo da semana, um grupo menor para se reunir e discutir sobre o formulário, pois eles ainda achavam que precisavam mexer nele. Ele mesmo ficou de encaminhar isso e eu iria acompanhar, apoiar as ações deles, conforme eles quisessem.

Quanto às ferramentas, usamos apenas o bastão da fala para fazer o *check-in* e nada mais. Nem o cronograma de atividades não nos lembramos de atualizar (pois, nos encontros anteriores, havíamos retirado as cartelas dos primeiros encontros, para dar espaço no mural para incluirmos cartelas novas para informar dos encontros futuros).

À medida que discutíamos sobre o planejamento do cadastro das famílias, eu fui fazendo pequenas falas, singelas, sobre minha atuação profissional, incluindo meu envolvimento com a Urbel para a elaboração de um plano urbanístico para regularização fundiária (PRU) do bairro vizinho, Jardim Liberdade. Essa foi a minha estratégia. Quis ser sutil, para não demonstrar que eu já sabia das discussões e da desconfiança, mas eu precisava abordar o assunto, de alguma forma, para não deixar que saíssem de lá e ficassem com essa desconfiança, fruto de um mal-entendido, por mais duas semanas (pois ficou novamente acordado que eu não iria no encontro da próxima semana).

Nesse dia, levei o volume impresso da minha dissertação usado para a banca de qualificação do mestrado, para lhes mostrar um pouco dos resultados da minha pesquisa. Fiz isso, pois, segundo o Eduardo, algumas pessoas ficaram desconfiadas até das fotos que eu tirava (das reuniões e do Alto das Antenas, em geral). Então, quis lhes mostrar o volume cheio dessas fotos, que

contavam um pouco da história e da realidade dos moradores do Alto das Antenas. Falei dos meus aprendizados por estar caminhando mais próximo deles e conhecendo um pouco do seu modo de vida. Contei que eu, antes, assim como os técnicos da Urbel (em geral), também achava que a remoção e o reassentamento deles em apartamentos em áreas urbanizadas, seria "o melhor", e lhes daria "mais qualidade de vida", e que, só depois de passar esse período com eles, nesse processo de aprendizado coletivo, que eu vi que a forma que eles se entendiam ali, e suas relações com aquele espaço, eram distintas das que eu conhecia. Sair dali não era o que eles entendiam como "o melhor" para eles. O que eles (a grande maioria) queriam, era ficar ali. Lutar para melhorar aquele espaço, e não sair dele.

Eu disse a eles que a própria dissertação, uma vez concluída, seria também um documento que poderia ser usado por eles como comprovação da moradia e da história deles ali. Resgatei que essa era também a intenção do cadastramento de famílias. Reforcei que a ideia do cadastro não tinha sido minha, e sim do advogado que esteve presente lá no 6º encontro, e que tampouco tinha sido escolhido por mim para ser feito lá, mas sim "eleito" em segundo lugar no 7º encontro, para ser feito após a realização do mutirão da Rua União.

O clima da reunião foi todo bom. Mas, por dentro, eu continuava ansiosa, pois tive que ser muito sutil nas minhas falas e, portanto, não saí de lá segura de que a questão estava esclarecida e de que a desconfiança (de parte do grupo) cessaria. Dos presentes nesse dia, poucos estiveram presentes no encontro anterior, portanto, acredito que poucos sabiam das discussões e dessa desconfiança. E, desses poucos, parte continuava acreditando em mim, a exemplo do Osvaldo e do Agenor, e parte, não mais. José, no entanto, sabia bem o que tinha ouvido: que eu "trabalho para a Urbel". Portanto, eu ainda precisava esclarecer com ele a questão e, assim, acabar com sua desconfiança, para tentar parar a "disseminação" dela.

12º Encontro de moradores: Planejamento do cadastro de famílias

- Data e hora: 15/06/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: quarto encontro para planejamento coletivo do cadastramento das famílias residentes no Alto das Antenas.

Antes do 12º encontro acontecer, na terça-feira, dia 11 de junho, fui ao Alto das Antenas com dois intuitos. Um, entregar duas cópias impressas do formulário de cadastro com pequenas revisões, após solicitações do Agenor, a partir do que foi combinado no 11º encontro. O

segundo, de grande importância para a continuidade do trabalho e para que eu mantivesse as boas relações que tinha com os moradores, para conversar com o José e tentar esclarecer o mal-entendido. Para tanto, nesse dia, me dirigi diretamente ao bar, para resolver os dois pontos.

Entreguei ao José as cópias do formulário revisado, mostrei o que tinha alterado e o porquê, e pedi que as repassasse ao Agenor. Então, conversei com ele abertamente sobre o que ele tinha escutado da minha conversa com a vereadora (antes, perguntei ao Eduardo se eu poderia dizer que ele é quem tinha me contado das discussões ocorridas no 10º encontro, e ele concordou). E, assim, eu pude explicar ao José sobre meu trabalho e esclarecer os intuitos que me levaram àquele lugar. Apesar de não poder afirmar que a conversa desse dia tenha cessado toda sua desconfiança, nos encontros seguintes percebi que o clima de tensão que havia surgido entre nós (inclusive com a Ana, sua esposa, antes tão atenciosa) deu lugar, mais uma vez, à amenidade.

No 12º encontro eu não estaria presente, por isso, antes de ele acontecer conversei com o Agenor (que tinha demonstrado interesse em estar à frente da ação de cadastramento de famílias) sobre a condução do encontro e sugeri pautas. Como eles ainda não estavam indicando que o formulário, da forma em que estava, era do agrado deles, eu sugeri:

(1) que ele levasse uma proposta de revisão do formulário, para o grupo discutir a partir de uma ideia;

(2) que, antes do encontro, ele tivesse pequenas conversas, ainda que individualmente, com pessoas-chave e/ou que estavam também demonstrando interesse no assunto, tais como Eduardo, Sabrina, Osvaldo e José, uma vez que ele não tinha conseguido formar o pequeno grupo que ele havia sugerido no encontro anterior, para tratar do assunto;

(3) que, no encontro, eles tentassem definir uma lista de cerca de 10 moradores dispostos para serem os cadastristas, aqueles que passariam de porta em porta cadastrando as famílias. Para tanto, citei algumas pessoas que já tinham demonstrado algum interesse e/ou poderiam ter potencial para esse papel, como forma de incitar o início desse planejamento;

(4) que eles usassem a festa junina que a Sabrina estava organizando, que aconteceria no sábado seguinte (dia 22 de junho), para divulgar a ação (me ofereci para produzir e levar panfletos para serem distribuídos no dia da festa);

(5) que eles definissem, no encontro, um dia para o cadastramento começar a ser feito

coletivamente pelos cadastristas, pois, com todos juntos nas ruas cadastrando as famílias a ação teria mais visibilidade e poderia alcançar maior aceitação e apoio dos demais moradores (sugeri que esse início fosse na manhã do dia 29 de junho, uma semana depois da festa junina e duas depois desse encontro, por volta de 9 horas, horário não muito cedo para começar a abordar as famílias)

(6) que no encontro de moradores a ser feito no dia de início do cadastramento, eles fizessem um lanche coletivo para confraternizar e conversar sobre os cadastros realizados ao longo do dia, as dificuldades, trocar experiências etc.;

(7) que usassem o mapa impresso do Alto das Antenas que eu havia deixado lá no bar, junto da maquete, para estabelecerem perímetros de ação de cada cadastrista, para não andarem nas mesmas ruas e não irem nas mesmas casas; e

(8) por fim, que eles reunissem no encontro de moradores a ser feito após uma semana do início do cadastramento, os cadastros realizados e, a partir daí, marcassem uma data para irem à reunião com a Comissão de Direitos Humanos na Câmara Municipal (veio do Osvaldo, alguns encontros antes, a ideia de ir à reunião na Câmara só depois de terem feito os cadastros, para que os levassem; reforcei com o Agenor que eles não seriam lidos à Comissão, mas iriam demonstrar que aquela comunidade estava organizada e agia em prol da coletividade).

O Agenor agradeceu pelas sugestões e disse que elas "abriram sua mente".

Ainda antes do 12º encontro acontecer, a Rose se manifestou no grupo de moradores do *Whatsapp* sobre o cadastramento de famílias (uma vez que a ação também estava sendo divulgada lá), lembrando que eles já haviam cadastrado cerca de 140 famílias em 2016. Ela disse que os cadastros feitos foram entregues à Defensoria Pública, que ela ainda tinha o formulário, e que se alguém quisesse se cadastrar com ele, poderia pegá-lo com ela. Entrei em contato com ela para saber mais do assunto e desse envolvimento com a Defensoria. Não conseguimos conversar, mas ela me informou ao menos qual Defensora Pública os acompanhou à época. Eu, então, sugeri ao Agenor que conversasse com a Rose para saber melhor desse processo, ver o formulário que ela tinha, avaliarem se seria interessante usá-lo também de referência para a reformulação do formulário, e ele o fez. No 12º encontro a Rose conseguiu conciliar seu dia de folga do trabalho e estar presente pela primeira (e única) vez, acompanhada da Cristal, que foi pela segunda (e última) vez.

O 12º encontro de moradores ocorreu com cerca de 12 participantes e, como combinado, eu não

compareci. Segundo o relato do Agenor, a Rose levou e apresentou aos moradores o formulário do cadastramento realizado em 2016. Era um formulário bem menor, com duas páginas apenas e, após as discussões, o Agenor me informou que eles haviam decidido cadastrar as famílias com aquele modelo de formulário.

Após eu avaliar o formulário (ANEXO E), expus minhas opiniões. Algumas questões eram similares, mas, de modo geral, ele não qualificava o espaço e o modo de vida dos moradores e, o que considerei o principal problema, chamava o Alto das Antenas (em seu cabeçalho) de "Vila União"[113]. Argumentei com ele que a luta era justamente pelo reconhecimento do Alto das Antenas e de seus moradores como parte da cidade e, por isso, questionei como eles iriam lutar com um cadastro de famílias que atribuía ao lugar um nome que ninguém conhecia e se reconhecia nele. Na pergunta do endereço, questionei se iriam responder que moravam na Vila União, ou se iriam responder "Alto das Antenas" e, nesse caso, ficar incondizente com o cabeçalho do formulário. Disse ainda que, se o problema eram os cadastros de cerca de 140 famílias já feitos nesse modelo, que já estavam com a Defensoria Pública, seria mais fácil incluir lá no processo o nome "Alto das Antenas", somando-se os novos cadastros aos anteriores feitos com outro nome, do que trocar, diante de centenas de famílias que lá vivem, um nome já reconhecido por todos.

O Agenor, então, me respondeu que não achava que o modelo do formulário usado em 2016 seria um problema para eles (tanto quanto eu tinha passado a impressão de ser em minha argumentação), embora tenha concordado que o ideal era que o nome fosse Alto das Antenas, e não Vila União, mas ficou de avaliar a questão com calma, e dar retorno.

A ideia deles era usar o próximo encontro de moradores, que só aconteceria duas semanas depois, no dia 29 de junho (pois no sábado seguinte, dia 22, aconteceria a festa junina do Alto das Antenas), para fazer nele o cadastramento de famílias. Ele disse ainda que, ao invés dos cadastristas irem de casa em casa preenchendo os formulários, as pessoas iriam até o local do encontro para serem cadastradas lá (mas que isso não tinha ficado decidido).

Nesse período, por meio de dois comentários feitos em ocasiões distintas e por pessoas distintas, eu percebi que precisávamos reforçar os laços que estavam sendo criados entre o grupo que

---

[113] Nome já apresentado aqui, que, segundo o relato da Rose e da Cristal, foi atribuído ao Alto das Antenas com o apoio das Brigadas Populares para não fazer menção às antenas das LT e não associar a área a um impedimento legal à regularização.

estava se reunindo nos encontros de moradores, pois alguns participantes continuavam sem se conhecerem. Uma das falas veio do Agenor, quando foi me relatar sobre o 12º encontro, apontando quem estava presente. Ele não sabia os nomes de todos, só dos que já eram seus conhecidos ou mais participativos. Ele se referiu a um dos participantes como "um outro senhor lá, que vai sempre", referindo-se ao Aloísio[114], um senhor que estava presente em quase todos os encontros, mas que não costumava falar nada. Algumas semanas antes, conversando com o José, descobri que ele não sabia qual era o nome da Sabrina, que além de morar bem próxima dele, era bem participativa nas reuniões. Assim, essas falas revelaram que os vínculos entre esse grupo ainda precisam ser fortalecidos, com vistas à continuidade na realização dos encontros e desse processo de auto-organização.

1º Arraiá do Alto das Antenas

No sábado, dia 22 de junho de 2019, foi feito o 1º Arraiá do Alto das Antenas, a primeira festa pública realizada dentro do Alto das Antenas, feita em uma via pública. A festa foi inteiramente organizada pelos moradores e idealizada pela Sabrina, que ficou à frente da organização. Ela teve a ideia no final de maio, e, desde então, foi planejando e encaminhando as ações. Meu envolvimento se deu apenas na fase inicial do planejamento, quando articulei o contato entre ela e o vice-presidente da Associação de Moradores da Vila Cemig e Conjunto Esperança, que funcionou de apoio externo e para troca de experiências na realização de eventos públicos. As três barraquinhas utilizadas na festa, por exemplo, foram emprestadas da Associação.

A festa foi feita na Rua União, mais próximo da porção baixa do AA. Nas três barraquinhas, os moradores venderam doces, salgados e bebidas típicas de festa junina. A organização de quem quis vender produtos nas barraquinhas foi conduzida pela Sabrina, que também conseguiu um grupo tradicional de quadrilha do Barreiro para se apresentar lá.

A ideia da festa junina não veio dos nossos encontros, mas como possível reflexo da visita da vereadora, que sugeriu que publicizassem não só problemas, mas também coisas boas do Alto das Antenas. Ainda assim, acredito que veio em um momento em que os moradores já se entendiam como os *sujeitos da ação*, entendendo que eles próprios podiam fazer, ao invés de esperar que outros fizessem.

---

[114] Nome fictício. O nome verdadeiro foi ocultado para preservar sua identidade.

Figura 25. Panfleto de divulgação do 1º Arraiá do Alto das Antenas

Fonte: Elaborado por moradora do AA, jun./2019.

Foto 64. 1º Arraiá do Alto das Antenas

Fonte: Acervo da autora, jun./2019.

O principal trunfo da festa, que eles mesmos afirmaram foi a primeira de muitas que ainda acontecerão no Alto das Antenas, foi revelar para os "de fora" e, especialmente, para eles mesmos, a força e capacidade que têm para decidir e conduzir ações quando e como querem, sem precisar de depender de apoio ou favor externo. Nessa ação, eles exerceram sua autonomia, se auto-organizaram e os resultados foram muito positivos. Alguns moradores presentes no dia vieram conversar comigo e com o Pedro, felizes com a realização da festa lá, entendendo que esse já era um primeiro passo no reconhecimento deles enquanto parte da cidade, e não como povo que vive à margem dela. Eles reforçaram o discurso de que existe, sim, união no Alto das Antenas, dando exemplos de que eles se ajudam mesmo quando não se conhecem. Eles afirmaram ainda que esse movimento coletivo estava acontecendo ali como reflexo da ação que havíamos iniciado, com os encontros que estávamos promovendo e reforçaram: "Isso daqui é nosso, ninguém vai tirar a gente daqui mais. Esse é o primeiro de muitos movimentos!".

13º Encontro de moradores: Planejamento do cadastro de famílias

- Data e hora: 29/06/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: quinto encontro para planejamento coletivo do cadastramento das famílias residentes no Alto das Antenas.

Na semana anterior ao 13º encontro, o Agenor me informou que ele e o Eduardo tinham se reunido para avaliar o formulário de cadastro e, por fim, decidido que iriam usar a versão que havíamos formulado, em vez da versão usada em 2016 com o nome "Vila União", pois aquela estaria melhor que essa. Eu reforcei para procederem da forma que entendessem melhor e achei muito positivo que eles estivessem se reunindo e se articulando para tratar de assuntos comuns acerca do Alto das Antenas.

Relativo a isso, o próprio grupo de *Whatsapp* que criamos estava também sendo usado como espaço de discussões sobre o AA: eles trocavam indicações (de trabalho, de locais de prestação de serviços variados lá dentro), compartilhavam ações coletivas na região, informavam problemas e/ou reclamações, como períodos ou pontos de falta d'água, estragos nas redes improvisadas elétricas ou de abastecimento de água, que alguém (ou alguma situação) tivesse provocado e que teriam que consertar etc. Claro que tinham mensagens aleatórias, não relacionadas aos propósitos originais para os quais o grupo foi criado, mas os próprios moradores controlavam as postagens, reforçando o tipo de assunto que poderia ou não ser tratado ali. Eu não intervia nesse tipo de controle, deixando-o para os próprios moradores, que

já entendiam que, embora o grupo tivesse sido criado por mim, aquele espaço era deles.

Como relatado antes, eu estava sentindo que ainda precisávamos reforçar os laços e vínculos que vinham sendo criados em nossos encontros. E, para tanto, achava que um lanche coletivo ajudaria. Assim, sugeri aos moradores no grupo de *Whatsapp* que cada um levasse para o 13º encontro alguma coisa de comer para compartilharmos. No dia, no entanto, eu fui a única a levar algo. Ainda assim, o lanche proporcionou um ambiente de descontração. Levamos um bolo que foi distribuído entre os moradores presentes, junto de um copo de refrigerante, ofertado pela Ana (anfitriã, dona do bar). Ainda para contribuir com o clima de descontração e para o fortalecimento dos laços, fizemos a rodada de *check-in* com o bastão circular, associada novamente à brincadeira usada alguns encontros antes de memorizarem os nomes dos presentes. Após essa brincadeira, e enquanto comíamos o bolo com refrigerante, rodamos o bastão da fala novamente para outro momento de descontração. Sugeri que cada um dissesse uma coisa que gosta e uma que não gosta. As respostas foram bem variadas e algumas muito divertidas. Alguns exemplos de coisas mencionadas que eles gostavam foram futebol, Papai Noel e pequi, e de coisas que não gostavam, gatos, confusão e desunião. Uma moradora disse que gostava de comer, mas não gostava de engordar; todos se divertiram e riram juntos com a resposta. A dinâmica foi um ótimo "quebra-gelo" entre os moradores.

A reunião contou com cerca de 15 moradores (no início e no fim, como de costume, a quantidade é menor, cerca de seis pessoas; no meio, chegou a ter 19 presentes). Após o *check-in* e lanche, antes de falarmos da pauta prevista para o dia, relacionada mais uma vez ao planejamento do cadastramento de famílias, levei um assunto não relacionado especificamente ao cadastro, mas à luta deles e ao processo de auto-organização que estavam vivendo. Coloquei para ouvirem alguns trechos de áudio gravados da fala da Mary Francisca Guimarães, uma liderança da Vila das Antenas no Aglomerado Morro das Pedras.[115] Ao todo, passei para ouvirem cerca de oito minutos de áudio apenas, para que não ficasse cansativo, uma vez que não se tratava de vídeo. Nos trechos ouvidos, a Mary falou um pouco sobre o processo de remoção de famílias, demolição e substituição dos "barracos por predinhos de aparência melhor para a cidade" nas obras do Vila Viva no Morro das Pedras, a dor enfrentada pelas famílias, o processo de luta e reconhecimento do que queriam ("que a Vila ficasse"), reconhecimento de quem são e do seu valor enquanto moradores de favela, e um pouco do processo que tiveram

[115] A fala foi dita no Seminário Internacional Terra Comum, organizado pelo MOM, no dia 23 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/lagear.ufmg/videos/1514215242024199/>. Acesso em: jun. 2019.

junto à Escola de Arquitetura da UFMG, em que ela descreve como uma via de mão dupla: “a favela aprendendo o que a escola de arquitetura faz, e a escola de arquitetura aprendendo da favela”. As falas reproduzidas em áudio nesse encontro, no entanto, não fomentaram discussões por parte dos moradores, que apenas disseram ter gostado do áudio, após eu os perguntar. Não consegui perceber se eles acompanharam e entenderam o que foi dito pela citada liderança.

Como não houve discussões e interlocuções entre os moradores a partir do áudio, prossegui minha fala fazendo conexão de partes do áudio com o tema a ser tratado no encontro. Em um dos trechos reproduzidos, Mary falou das relações de vizinhança e do fortalecimento da cultura do morador de favela. A partir disso, eu mencionei a pauta do dia: o cadastro de famílias. Reforcei que uma das intenções do cadastro era que ele revelasse o modo de vida dos moradores do Alto das Antenas, com o objetivo de fortalecer e reafirmar aquele espaço na cidade, reafirmando a luta deles para se manterem ali.

Após as discussões acerca do cadastro, conseguimos definir quando, por quem e aonde ele começaria a ser seria feito. A ação teria início daí a duas semanas, no sábado, dia 13 de julho, entre 9 e 17 horas. A partir desse dia, o cadastro continuaria a ser feito pelos cadastristas, até que todas as famílias (ou um número considerável delas) fossem cadastradas.

Como eu já tinha percebido que eles não estavam muito mobilizados (animados) a passar de casa em casa cadastrando as famílias, uma vez que não tinham conseguido dar nenhum encaminhamento nesse sentido, definindo quem seriam essas pessoas e como seria feito, fiz outra sugestão, para mudar a estratégia de ação. Sugeri que o cadastramento fosse feito em pontos fixos, escolhidos por eles, pelas pessoas que até esse momento estavam demonstrando interesse em ser cadastristas. Com isso, eles definiram que o cadastramento seria feito em três pontos: (1) na mercearia do Eduardo, na parte baixa do AA; (2) na casa da Sabrina, na porção mediana do AA; e na casa da (3) Letícia[116] (moradora que também vinha acompanhando os encontros e tinha se disponibilizado já há algum tempo para ser cadastrista), na porção alta do AA. Dessa forma, a área ocupada do AA estaria toda coberta, com um cadastrista em cada porção.

Eles decidiram, ainda, deixar o formulário de cadastro em alguns pontos fixos do AA, para que as famílias pudessem pegá-lo, tirar uma cópia e devolver o original ao ponto fixo. Eles

[116] Nome fictício. O nome verdadeiro foi ocultado para preservar a identidade da moradora.

acordaram de deixar nos três pontos de cadastramento e, também, no bar do José.

Os moradores não mencionaram nesse encontro o formulário de cadastro. Quando o Agenor me disse, na semana anterior, que tinham decidido usar o "nosso" formulário, ele não chegou a dizer se usariam a versão de quatro ou de cinco páginas (pelo que já tinha sentido deles até aí, imaginei que usariam a menor). Ainda assim, como nada foi dito acerca disso nesse encontro, eu entendi que a questão estava resolvida e encaminhada.

Nesse dia, eu levei um modelo de panfleto que havia produzido para a divulgação do dia de início do cadastramento das famílias. Eles gostaram da ideia e, com as definições feitas, eu fiquei de produzir a versão final do panfleto, imprimir e levar no próximo encontro para que fosse distribuído aos moradores.

Ainda nesse encontro, eu comentei com o grupo que no dia anterior havia conversado por telefone com a Defensora Pública que, segundo a Rose, tinha acompanhado os moradores em 2016 na luta contra as remoções da Urbel. Eu repassei a eles que ela ficou de buscar pelos cadastros das cerca de 140 famílias que estariam na Defensoria, e que disse estar à disposição e interessada em ajudar e voltar a se envolver. Repassei que ela poderia, inclusive, agendar uma reunião com os moradores, no AA, para que apresentassem suas demandas. O Eduardo, principalmente, gostou bastante dessa ideia. Não desenvolvemos muito o assunto, pois não cabia na pauta do dia, tendo sido apenas um recado para que, no devido momento, fosse encaminhado. (Não pensei na hora, mas teria sido uma ótima ocasião para usarmos, pela primeira vez, o quadro de ideias-chave, colocando nele esse assunto, como sugestão de pauta a ser tratada posteriormente, em momento oportuno.)

Antes de encerrarmos o encontro, o Eduardo pediu a palavra para sugerir ao grupo que as reuniões passassem a ser feitas em outro local. Ele sugeriu uma igreja nova que tinha sido aberta quase em frente ao bar, apontando que poderia ser positivo pois não atrapalharia o acesso dos clientes e as vendas no bar. A Sabrina, concordando com a ideia, disse que no bar acabava tendo interferências negativas (interrupções) de pessoas que não se envolviam, não participavam das discussões, porque estavam lá para beber (mencionaram as pessoas embriagadas que, por vezes, interrompiam as discussões). Os moradores concordaram com a sugestão e completaram dizendo que a igreja já tinha cadeiras, o que ainda deixaria o grupo mais bem acomodado, pois no bar muitos tinham que ficar em pé. Assim, eles se organizaram para buscar, nas semanas seguintes, autorização junto aos responsáveis dessa igreja, para que pudessem transferir para ela os encontros de sábado.

Para o *check-out* a ideia era perguntar o que havíamos realizado ou alcançado naquele dia, por meio daquele encontro. Mas, na hora, optei por não fazer a pergunta dessa forma, porque sentia que essas perguntas pouco objetivas geravam um "vazio" no ambiente, as pessoas não sabiam o que responder, as falas ficavam "vagas" e/ou repetitivas, como já tinha acontecido em vezes anteriores. Assim, perguntei para o grupo o que poderíamos dizer para encerrarmos aquela reunião. O Eduardo tomou a palavra e encerrou o encontro dizendo: "Podemos agradecer aos que vieram pela primeira vez, e falar pra continuarmos unidos e seguir na luta".

***

Até a data desse encontro, eu tive três semanas de intervalo (o último em que estive presente tinha sido o 11º encontro, realizado em 8 de junho), tempo em que pude estudar e relembrar conceitos, princípios e ideias importantes acerca de processos coletivos e de auto-organização com vistas à emancipação e ao ganho de autonomia pelos moradores. Após esse 13º encontro, ficou ainda mais claro para mim que eu precisava trabalhar com os moradores as ferramentas de condução das reuniões, para que eles tivessem mais meios para serem os "sujeitos da ação transformadora", no sentido de serem os que comandam as reuniões e, assim, terem mais condições de darem continuidade a elas.

A percepção que tive era de que na "primeira leva" de reuniões (do 1º ao 7º encontro) era eu quem tinha "o controle", conduzindo-as com temáticas já preestabelecidas (embora, desde o princípio, já usando interfaces, ferramentas e meios que orientavam para a auto-organização e autonomia dos moradores). Senti que, nessa primeira fase, eu não consegui pensar e trabalhar as ferramentas previstas nas reuniões, uma vez que "ocupei minha mente" com assuntos específicos a serem tratados acerca do espaço "Alto das Antenas". A partir do 8º encontro, no entanto, os temas foram livres e sendo definidos junto com os moradores, conforme a direção que eles escolheram seguir. Até aquele momento, cinco encontros já tinham sido feitos planejando uma ação que para mim era simples, o cadastro de famílias, mas que para eles representou muito esforço e lhes propiciou muitos momentos de discussão, encontros e reflexões (muitos mais do que relatado por mim aqui). A ação ficou prevista para iniciar-se no dia 13 de julho, portanto, seu planejamento ainda continuaria no encontro seguinte e não sabíamos ao certo quando findaria. Mas, avalio que, como o espaço das reuniões (seu formato, suas regras) estava mais aberto (e eu mesma estava com a "cabeça mais disponível" para pensar em outras coisas além dos temas específicos que antes cada reunião demandava), consegui trabalhar um pouco mais nas ferramentas de condução das reuniões, mais do que conseguia

antes, com vistas à continuidade do processo e à auto-organização dos moradores.

Ao fim da reunião, perguntei à Ana pelo José (seu marido) e pelo Danilo e sua companheira (esses dois já não iam mais aos encontros há algum tempo). Ela disse que o José e o Danilo tinham acordado muito cedo naquele dia, para bater laje e fazer uma garagem no fundo da casa dela, e que àquela hora estavam dormindo. Eu, então, me lembrei dos vários moradores com quem eu conversava pelas ruas do AA, chamando para as reuniões, e que não podiam ir porque à hora dos encontros estavam trabalhando, ou tinham acabado de voltar do trabalho e queriam descansar. O que trouxe eu e o Pedro à reflexão de que o conforto (o excesso dele), em geral, é o que acomoda a classe média; e que, ali, era o trabalho (também o excesso dele) que os acomodava. Acomodar-se, no caso, no sentido de deixá-los desestimulados a se envolver em processos como os que estávamos fazendo, pois preferiam (e precisavam) descansar de suas labutas.

14º Encontro de moradores: Planejamento do cadastro de famílias

- Data e hora: 06/07/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: sexto encontro para planejamento coletivo do cadastramento das famílias residentes no Alto das Antenas.

De acordo com a proposta inicial acordada entre os moradores, eu não estaria presente nesse encontro, uma vez que tinha participado do encontro na semana anterior. Contudo, achamos melhor que eu fosse nesse, pois nele daríamos os encaminhamentos finais para o cadastro. E, com isso, eu não iria ao encontro do sábado seguinte, dia previsto para o início do cadastro.

Ao todo, o momento que contei mais moradores nesse encontro, eram cerca de 14. Eu sentia que estava faltando clarear mais com eles "qual era o propósito dos nossos encontros". Se eles não tivessem isso claro, eles não teriam continuidade. Nesse sentido, achei fundamental a pergunta no *check-in* "por que você está aqui hoje?", para "mapearmos" se estavam lá: pela confraternização e/ou oportunidade de fazerem algo fora de casa (essa poderia ser a realidade para alguns, como um senhor e uma senhora que nem se conheciam, e, fui sabendo aos poucos, enfrentavam problemas dentro de suas casas; eles não costumavam dizer nada nos encontros, mas nunca faltavam, estavam sempre lá); se era porque queriam lutar para fazer ou conquistar algo pelo AA (talvez fosse o caso do Agenor); se era porque queriam a união dos moradores, um envolvimento coletivo e fortalecimento nas decisões (talvez fosse o caso do Eduardo); se

pela possibilidade de envolvimento em ações de interação social (poderia ser o caso da Sabrina); e assim por diante.

Para tanto, fiz o *check-in* nesse dia pedindo que cada um falasse seu nome e porque estava lá. Destaco a frase do senhor que citei acima, Aloísio, que disse: "A gente tem que correr atrás do que é melhor pra nós e não ficar esperando. Tem que vir e participar." E conversamos um pouco em cima dessa ideia. Estava embutido na fala deles a compreensão de que para conseguirem as melhorias que eles queriam para o Alto das Antenas, eles teriam que se unir para lutar coletivamente. Como havia pessoas novas na reunião, nesse dia, fiz ainda um resgate rápido e bem objetivo do que tínhamos aprendido sobre o Alto das Antenas, mostramos a maquete, falamos das LT, principal empecilho para conquistarem as melhorias que eles tanto almejavam, por ser impedimento legal à regularização da área e um pouco do histórico de lá.

A pauta sobre o cadastro prevista para tratarmos nesse dia era lermos em voz alta com o grupo o formulário (que, após novas revisões, eles haviam acordado que seria o maior, de cinco páginas), fazendo um ensaio. Para tanto, pedi que a Sabrina fizesse as perguntas e que uma das moradoras presentes, respondesse em voz alta. Assim, todos conheceriam e validariam mais uma vez o formulário e poderíamos esclarecer eventuais dúvidas que surgissem. E a atividade correu bem.

Eles acharam que seria uma pouco complicado cada família tirar sua cópia a partir dos originais que ficariam nos pontos de cadastro e no bar do José, mas era a alternativa que tinham até então. O Agenor ficou de tirar algumas cópias, para facilitar.

Na sequência, apresentei para eles o panfleto que eu havia feito para divulgarem que o cadastramento das famílias se iniciaria na semana seguinte. Dessa vez, com base no trabalho de Alves (2019), para distribuir os panfletos entre os presentes fizemos uma roda e cada um que pegava um pouco de panfletos, falava em qual região iria distribuí-los. O próximo a pegar, não poderia repetir a mesma área que o anterior tinha dito, para que mais porções do território fossem cobertas e, portanto, mais moradores ficassem sabendo da ação. A dinâmica não funcionou, lá na hora, de uma forma tão organizada quanto a ideia aqui descrita. Alguns estavam ansiosos para ir embora (acostumados a apenas pegar os panfletos e sair) mas, nesse dia, os fiz refletir onde poderiam distribuí-los. Além disso, alguns começaram a falar ao mesmo tempo sobre as regiões que cobririam, e tivemos que organizar as falas. Por fim, como ao final da reunião eram poucos moradores presentes, alguns moravam nas mesmas regiões e, com isso, a área de "abrangência e cobertura" do AA para panfletagem ficou restrita. Ainda assim, de

modo geral, a distribuição dos panfletos foi melhor do que a forma livre em que antes era feita.

Com a ajuda de uma moradora que foi pela primeira vez ao encontro, escrevemos e fixamos na parede, ao lado do nosso Cronograma de Encontros e Atividades, um cartaz informando o início do cadastro, com os endereços dos pontos fixos para o cadastramento e os locais onde estarão os formulários para serem xerocados. Também prendemos nesse mural os panfletos que haviam sobrado (após cada morador presente pegar um pouco para ser distribuído).

Ao fim, optei mais uma vez por não fazer *check-out*. Agradecemos a presença de todos e o Agenor encerrou dizendo ao grupo:

> Todo bairro tem um começo. Nosso bairro começou há muito tempo, mas de uma forma informal, irregular, com invasão e essas coisas... Agora, todo bairro tem sua organização, tem urbanização, tem asfalto, energia elétrica, água da Copasa, linhas de ônibus, essas coisas todas que os bairros precisam. Em bairros normais, regulares, isso também é uma luta pra conseguir. Leva anos e anos... Aqui, temos o exemplo do bairro [Jardim] Liberdade que levou anos pra chegar lá uma rede de esgoto, asfalto. Tem algumas vias lá que ainda não tem asfalto. Então, [se em] um bairro mais regular não é fácil, imagina no nosso caso aqui? Vai ser muito mais difícil. Agora, essas linhas de energia que passam aqui em cima da gente, de certa forma é um problema, sim, porque por causa delas eles têm alegado que não vão asfaltar rua, que não vão urbanizar [...]. Mas, pra nós aqui, não tem nada a ver uma coisa com a outra, assim como tem muitos lugares [urbanizados] que tem as redes muito próximo das casas, né... Então, não vai ser uma coisa tão fácil de se resolver. O negócio é nós. Como já estamos nos unindo [...]. Nós não temos, da Cemig, energia elétrica. Nós não temos abastecimento legal de água. Não temos asfalto. Isso aí tá às claras pra todo mundo e é nosso foco principal aqui. Se eles colocarem aqui IPTU pra nós pagar, todo mundo vai concordar em pagar. Não vai ser nem muito caro, porque nossas casas não são muito caras. Então, nossa briga é mais pra isso. A luta é muito grande e não podemos desanimar. Temos que lutar. E nós vamos cobrar de quem? Então, vai levar anos pra gente conseguir isso. Todo mundo gosta e quer morar aqui. E nós que vamos morar aqui, vamos fazer por onde e melhorar isso daqui. (Agenor, morador há mais de 20 anos)

15º Encontro de moradores: Planejamento do cadastro de famílias

- Data e hora: 13/07/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: sétimo encontro para planejamento coletivo do cadastramento das famílias residentes no Alto das Antenas.

Neste dia, às 9 horas, estava previsto iniciar-se o cadastramento das famílias, que se encerraria às 17 horas, quando seria feita a reunião de moradores para avaliar o primeiro dia de cadastro e confraternizar. Conforme combinado previamente com os moradores, eu não estaria presente

nesse encontro. A partir desse dia, o cadastro continuaria a ser feito nos dias subsequentes, nos três pontos de cadastramento predefinidos. Contudo, houve uma mudança de planos por parte dos moradores.

Logo após o 13º encontro, eu criei um grupo de *Whatsapp* para tratarmos questões mais específicas de planejamento do cadastro. Nesse grupo estavam, além de mim, apenas o Eduardo, a Sabrina e a Letícia (que seriam os três cadastristas), e o Agenor, que, desde o princípio, mostrou interesse e se envolveu nesse planejamento. Na terça-feira anterior ao 15º encontro, o Eduardo me relatou, nesse pequeno grupo, que "muitos moradores ainda estavam questionando a ação do cadastro", "o porquê de eu estar me envolvendo nisso, sendo que a empresa onde eu trabalho presta serviço para a Urbel", que "poderia ser perigoso para eles", que "o cadastro poderia cair em mãos erradas" e, por fim, que alguns "achavam desnecessária a ação, porque a Urbel já estava removendo algumas famílias de lá[117] e, que quando a Urbel vem, já vem sabendo de tudo deles". Na sequência, soube também pela Sabrina e Agenor o que eles estavam ouvindo e o que eles próprios pensavam. Com isso, tomei conhecimento de que a desconfiança de alguns moradores quanto ao meu envolvimento no Alto das Antenas não havia acabado.

O Eduardo, mais uma vez, me relatou a situação, porque ele, e esse pequeno grupo que eu estava acompanhando mais de perto, confiavam em mim. Ele, em tom de quem não concordava com os rumores e o reflexo contrário deles sobre a ação do cadastro, disse: "Engraçado que para ter conhecimento a favor, ninguém aparece, mas, contra, tem aos montes", referindo-se ao número pequeno de moradores que participava com frequência dos nossos encontros semanais, em relação aos que estariam se posicionando contra a ação do cadastro. Ele ainda disse que tentava esclarecer com essas pessoas que os cadastros não sairiam do Alto das Antenas e serviriam apenas para comprovar que "existimos" e "somos unidos", e concluiu com uma chamada à reflexão ao Agenor, Sabrina e Letícia, dizendo: "se tivermos qualquer dúvida com relação ao cadastro, sua procedência ou destino, devemos parar, sentar e conversar sobre isso. Do contrário, não vamos convencer os desacreditados. A hora de se posicionar é agora, antes de começar, pois seremos referência para o povo."

A Sabrina contou que alguns moradores estavam achando que eu estava lá no Alto das Antenas

---

[117] Se referindo às remoções que começariam a ser feitas ao final da Rua Mangueiras e no Beco Mangueiras (Escadão), em função da retomada das obras do PAC Vila Viva – Vila Cemig/Alto das Antenas (como já apontado pela Coordenadora Social entrevistada).

“sondando o território para depois levar informações à Urbel” e completou dizendo que ela não tinha essa desconfiança, e entendia que eu estava ali “para fazer um estudo para a faculdade”, e pediu que eu entendesse a desconfiança de alguns, “que não tinham coragem de vir falar comigo”.

Após as mensagens deles, eu fiz meus apontamentos. Em relação à “minha empresa prestar serviço à Urbel”, eu pontuei brevemente que o serviço havia sido prestado especificamente para o Jardim Liberdade, não tendo relação com o Alto das Antenas, e que, inclusive, já tinha sido concluído. Quanto ao cadastro das famílias, minha ideia inicial, como eu já havia comentado abertamente em reuniões anteriores, era de sistematizar os dados obtidos, analisá-los, para depois produzir e apresentar aos moradores uma espécie de “síntese” da realidade sócio-espacial do Alto das Antenas. Contudo, diante das situações que me foram relatadas acerca da desconfiança de alguns moradores (os quais nunca me procuraram abertamente para conversarmos e eu nem sequer sei quem são), combinei com esse pequeno grupo à frente do cadastramento que eu não iria nem pegar e nem ver os formulários preenchidos.

Reforcei que os cadastros eram dos moradores, que mostrariam e entregariam a quem quisessem guardariam onde quisessem, e que dissessem isso a quem estava desconfiado, como forma de tranquilizar essas pessoas. Eu pontuei, mais uma vez, que a ideia e a decisão por fazê-lo não havia sido minha, mas sim sugerido pelo advogado que nos acompanhou no 6º encontro e eleito pelos moradores no 7º encontro, e que minha participação estava sendo na fase de planejamento, auxiliando: (1) na formulação das perguntas (para que a ação funcionasse não só como cadastramento de famílias mas também para revelar a “condição sócio-espacial” dos moradores de lá, traduzida para eles, em minhas palavras, como “o modo de vida deles, suas relações uns com os outros, com a moradia e com o lugar onde vivem”); e (2) na organização, para pensarem como poderiam fazer acontecer essa ideia (a logística): como, quando, onde, quem. E, assim, a partir do momento em que os cadastros estivessem sendo feitos, eu não precisaria mais me envolver, para que não “abrisse margem” para desconfiança por parte de alguns.

Eu pontuei, ainda, que achava legítima a desconfiança dos moradores diante de pessoas “de fora”, pois essa é a postura de quem está se defendendo de algo. E concluí reforçando que o trabalho que estávamos fazendo, com os encontros, era não só para aprendizado coletivo, a partir da troca de informações acerca do espaço-social, como também para fortalecimento das relações, com vistas a tomarem suas decisões quanto a esse espaço com maior autonomia, pois a autonomia aumenta com ganho de conhecimento e quando eles se percebem como (os

sujeitos) capazes de agir. E que, por fim, eu estava vendo aquilo como um indício de que se aproximava a hora da minha saída (quando eu deixaria de fato de acompanhá-los nas reuniões), pois eu percebia que os moradores (ainda que poucos) já estavam discutindo acerca do espaço (com um imaginário ampliado) e minha participação e envolvimento poderiam ser cada vez menores, para deixá-los liderarem e conduzirem esse processo.

Na sequência, o Agenor se posicionou contra a continuidade do cadastro usando o formulário da forma em que estava. Ele reforçou que não desconfiava de mim e do meu trabalho no Alto das Antenas, mas que não conhecia "a procedência das perguntas", e que não se responsabilizaria se, no futuro, aquelas informações reunidas trouxessem alguma consequência ruim para os moradores.

A Sabrina, a essa altura da semana, já tinha publicado a data de início do cadastramento das famílias na página do Alto das Antenas no *Facebook* e no grupo de moradores do *Whatsapp*, e tinha, também, produzido uma faixa, à exemplo da faixa produzida para o 1º Arraiá do Alto das Antenas, informando dessa ação.

Contudo, na quarta-feira, dia 10 de julho, ela informou no nosso pequeno grupo, e também nesses outros dois meios de divulgação acima citados, o adiamento do início do cadastro, pois "não havia unanimidade entre os moradores". Na quinta, o Eduardo pediu que o Agenor levasse à reunião de sábado (15º encontro) quais questões ele sugeria que estivessem no formulário de cadastro, fossem elas novas ou aproveitando as que já tinham. Ele também disse que na reunião colocariam essa ação "na roda", para definirem juntos se continuariam com a ideia ou se cancelariam e "mudariam o foco" (e, nesse caso, ele questionou qual seria o foco). Para não dispersar o assunto do cadastro no nosso pequeno grupo de planejamento, mandei apenas para o Eduardo alguns possíveis tópicos de pauta para os próximos encontros, caso (e quando) quisessem "mudar o foco". Foram esses: (1) o planejamento da ida à reunião na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, para agendamento posterior de Audiência Pública no AA; (2) reunião no AA com a Defensora Pública que já os havia acompanhado em 2016; e (3) reunião com pessoas de movimentos sociais de luta pela moradia, para compartilharem experiências. Sugeri que a reunião com a Defensora Pública fosse a primeira, pois ela poderia ajudar a pensar nos caminhos possíveis a serem percorridos na luta dos moradores pela permanência. Ele concordou e me pediu o contato dela para que tentasse fazer o agendamento.

Como já antes combinado, não fui ao 15º encontro e, na semana seguinte, soube que ele aconteceu. A pauta foi o cadastro, pois os moradores precisavam conversar e definir sobre a

continuidade, ou não, dessa ação. Houve algumas discussões, uns se posicionando contra, e outros a favor, e os moradores saíram nesse dia ainda sem uma definição.

Toda a situação acabou me deixando com receio de que o que vínhamos construindo lá no AA fosse prejudicado. Mas, afinal, são nestes momentos que os pressupostos são provados. E, ver como a ação se desdobraria, para que direção os moradores iriam seguir em suas decisões coletivas, seria também uma forma de avaliarmos a "conscientização", a "produção de conhecimento" e o "ganho de autonomia" adquiridos.

(Somente na semana anterior a esse encontro consegui enviar no grupo de moradores do *Whatsapp* o vídeo produzido com suas falas, que eu passei no 1º encontro, e eles gostaram bastante.)

16º Encontro de moradores: Planejamento do cadastro de famílias

- Data e hora: 20/07/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: oitavo encontro para planejamento coletivo do cadastramento das famílias residentes no Alto das Antenas.

Ao longo da semana anterior ao 16º encontro, os moradores decidiram prosseguir com a ideia do cadastro, mas usando outro formulário. A ideia era reduzir e simplificar ao máximo a versão inicial (de 40 questões), de forma que "contasse menos da vida deles" e que "os moradores não tivessem dúvidas na hora de responder às questões", uma vez que eles haviam decidido que cada família preencheria seu cadastro. Sabrina me passou quais questões do formulário anterior eles queriam que fossem retiradas, quais seriam mantidas e duas questões para serem acrescentadas e, assim, ficou definida a versão final do formulário a ser utilizado, com duas páginas e cerca de 20 questões.[118]

Para esse encontro, mesmo eu estando presente, eles mesmos iriam levar a pauta e conduzir as conversas, considerando o andamento das coisas, as discussões e as decisões que eles vinham tomando. Nas reuniões em que eu não ia, eu não fazia divulgação no grupo de moradores do *Whatsapp*, pois a ideia era avaliar se eles iriam (ou não) divulgar e quantas pessoas iriam comparecer. Na semana anterior ao 15º encontro, por exemplo, alguns moradores ficaram na

[118] Os moradores preferiram que o formulário final não fosse publicizado, por isso, ele não está sendo apresentado aqui.

dúvida se teria ou não o encontro, pois ninguém tinha divulgado nada no grupo. Assim, antes do 16º encontro, eu reforcei no nosso pequeno grupo a importância deles avisarem no grupo maior que teria a reunião, para que não tivessem moradores com dúvidas novamente. Ao longo da semana, ninguém mandou nenhum aviso, até que no dia, pouco antes do horário do encontro, uma moradora questionou no grupo se teria reunião e, respondendo-a, o Eduardo disse que sim e que levariam a nova proposta de formulário para ser discutida.

No 16º encontro estiveram presentes cerca de 12 moradores. Fizemos o *check-in* com a brincadeira de memória com os nomes, usando o bastão da fala circular. O Eduardo introduziu a reunião falando do porquê do cadastramento e da importância dos encontros, e foi seguido pelo Osvaldo, que também opinou sobre a relevância desses.

> Esse cadastro é pra documentar que nós moramos e existimos aqui. Caso precisemos ir à Câmara Municipal pra requerer ajuda de algum vereador, é só pra mostrar que esse "bloco" aqui de gente mora lá [...]. Temos que correr atrás com documentação, o máximo de informações que pudermos, pra poder ter melhorias nesse bairro, com organização, seria o ideal. E reivindicar, por exemplo, caso a Urbel venha pra nos retirar, nós termos um argumento pra rebater, argumentar: "Não é assim, não é chegar derrubando casa. Nós temos direitos. A terra não é nossa, mas a casa é.". Quanto mais informações nós tivermos, melhor será pra argumentar e é isso que temos feito toda semana com as reuniões. A Dani tem nos auxiliado nesse processo, mas vai chegar uma hora que a gente vai ter que caminhar sozinho e isso que a gente tem feito. [...] e é pra gente não desistir. Vai ser um processo longo, demorado. Vamos nos deslocar pra pedir auxílio, desde que o objetivo final seja conquistado, que é a gente não ser retirado daqui, porque precisamos de morar aqui e gostamos de morar aqui, e a gente vai lutar por isso. E já que estamos morando aqui, que seja com melhoria, luz decente, água esgoto, e é isso que a gente tem feito. Um tempo atrás [...] o advogado veio e deu a ideia [de fazermos o cadastro]. Aproveitando a ideia, imaginei que possivelmente a gente podia também formar uma associação, mas isso a longo prazo... A longo prazo mesmo. Mas pra gente chegar lá, a gente tem que sair do lugar. O primeiro passo já foi dado, a gente tá se reunindo, começamos a nos mobilizar. Vai demorar muito, vai, mas se a gente parar e desistir vai ser pior. (Eduardo, dono da mercearia)

> Porque essas informações que a gente tá tendo nesses encontros é exatamente pra gente poder ter noção quando vier alguém falar sobre a terra, ou de nos tirar, ou urbanizar, o que for, pra gente ter consciência [e] saber o que vai falar. Porque a pessoa que tá de fora [das reuniões] não vai saber argumentar nada. Se chegar alguém pra tirar mesmo [a gente], como que a gente vai chegar pra argumentar, se não foi treinado? Nós tão fazendo tipo um treinamento. Todas as informações são fundamentais. São úteis. (Osvaldo, morador muito participativo nos encontros)

Na sequência, a Sabrina e o Eduardo leram o novo formulário aos presentes, que gostaram da simplificação feita. Eles explicaram que cada família teria que pegar uma cópia do formulário em um dos três pontos de referência já antes estabelecidos (mercearia do Eduardo, casa da

Sabrina ou da Letícia), fazer sua cópia e deixar o formulário já preenchido com uma dessas três pessoas de referência. Nos próximos encontros de moradores eles iriam reunir os cadastros feitos. Ficou acordado que o cadastro aconteceria, mas não chegaram a definir a data de início.

Mostrei aos moradores a ata de uma Audiência Pública realizada em 27 de junho de 2013,[119] na época em que as obras do Vila Viva na Vila Cemig e Alto das Antenas estavam em andamento. Citei que, segundo o relato, os moradores à época estavam levantando uma série de questões, tais como a alteração do projeto previsto no PGE aprovado com a comunidade, as remoções e os reassentamentos feitos em predinhos, os baixos valores de indenização, a perda das relações de convivência entre os vizinhos, os entulhos deixados após as demolições das casas, que viravam criatório de animais que traziam doenças, dentre várias outras reclamações. A audiência foi feita com vários órgãos, tais como Urbel, Regional do Barreiro, Secretarias de Políticas Sociais, de Obras e Infraestrutura, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, a empresa de engenharia responsável pela execução das obras, além dos vereadores da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara e de moradores e lideranças locais. Eu quis lhes mostrar essa ata, bem como o documento de requerimento da audiência, feito pela citada Comissão, para servir de exemplo aos moradores, pois era o mesmo caminho que eles pretendiam percorrer (reunião com a citada Comissão para requerimento de audiência no Alto das Antenas para tratar dos problemas de infraestrutura e dos seus direitos violados). Deixei com o Eduardo a cópia da ata e do requerimento, para que lesse e arquivasse.

Depois, Eduardo e eu falamos da ideia de colocarmos lá no Alto das Antenas uma biblioteca comunitária, a exemplo da que tinha sido colocada no Conjunto Esperança[120]. Teria que ser em algum espaço de fácil acesso aos moradores, onde seriam colocados livros variados vindos de doação (já tínhamos conseguido uma caixa de livros doados, para começar o projeto) e os moradores poderiam pegar emprestado o(s) livro(s) que quisessem e depois devolver. Os moradores gostaram da ideia. O Eduardo ficou de procurar uma geladeira velha ou algo similar

---

[119] A ata mencionada foi encontrada no sítio web da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) em 06 de maio de 2019. Contudo, à época de escrita dessa dissertação ela já não se encontrava disponível em endereço eletrônico. O sítio web da CMBH apresenta foto e um resumo do que foi discutido na citada Audiência, disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunicacao/noticias/2013/06/comissao-discute-problemas-do-vila-viva-no-barreiro>. Acesso em: 11 out. 2019. Outras informações sistematizadas e documentos da Audiência, tais como Requerimento, Convocação e Resultado, estão disponíveis em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-reunioes/2c907f763f1033a0013f7bfec7f7548a>. Acesso em: 11 out. 2019.

[120] A ideia foi dada por uma das lideranças do Conjunto Esperança, responsável pela unidade da Biblioteca Popular que funcionava dentro do escritório da Urbel no Conjunto Esperança, em uma ida dela ao Alto das Antenas, no dia da visita da vereadora.

para que os livros ficassem guardados e eles ficaram de pensar um lugar potencial para que funcionasse a biblioteca.

Fomentar ações culturais no Alto das Antenas era um desejo que fomos nutrindo com o passar dos encontros. Principalmente como forma de mostrar "aos de fora" que ali vivem "famílias" (palavra que denota "pessoas de bem" e era sempre reforçada pelos moradores) e não "bandidos" como muitos "de fora" pareciam pensar. Esse anseio foi reforçado após eu ouvir os relatos dos moradores reclamando no nosso grupo de *Whatsapp* que eles estavam sem Agente Comunitário de Saúde (ACS) para atendê-los. O ACS faz os atendimentos domiciliares ligados ao Centro de Saúde (CS) da Vila Cemig que atende ao AA. Segundo os moradores, o CS teria alegado que nenhuma das ACS disponíveis queria ficar com a região do Alto das Antenas. Eles estavam indignados, dizendo "que são gente também" e questionando o porquê do preconceito.

Mas nem todas as ideias que surgiram conseguimos conduzir. No 8º encontro, por exemplo, o Danilo me pediu que lhe desse algumas fotos impressas de lá do AA, pois ele queria montar um mural no bar do José. Eu, então, lhe entreguei (duas semanas depois) todas as fotos impressas que eu tinha (que tínhamos usado com as etiquetas coloridas), mas as fotos foram deixadas com a Ana, no bar, e o mural não chegou a ser feito.

Ao fim, o Eduardo encerrou o encontro, agradecendo a presença dos participantes e pedindo que seguissem animados. O bastão foi usado em alguns momentos durante as conversas, sempre que a conversa ficava muito "embolada" e, em todas as vezes, porque eles próprios se lembraram de usá-lo.

Antes, eu estava um pouco incomodada, achando que essa ideia de fazerem o cadastramento de famílias estava demorando demais, pois esse já era o oitavo encontro deles para tratar especificamente dessa ação. Eu estava preocupada de não estar orientando-os adequadamente e estava ainda tentando lidar com o mal-entendido, que fez que alguns desconfiassem da minha atuação lá dentro e, cujos reflexos, atrasaram ainda mais a realização dessa ação (e que, pior, eu temia que afetassem todo o processo em si).

Contudo, nesse encontro percebi que o processo "tardou" o que tinha que "tardar". Ou seja, levou o tempo que era necessário para eles irem se entendendo como os "sujeitos da ação". Percebi que eles estavam se comunicando sobre o espaço e as ações coletivas que queriam fazer nele, o que não faziam antes. Por exemplo, estavam divulgando as ações que aconteciam no território para atendimento deles, promovidas por órgãos locais. A liderança que começou a se

formar seguia engajada, dialogando, mesmo sem ter o título formal de "associação". Eles estavam dividindo tarefas entre eles (embora ainda muito concentradas entre o Eduardo, Sabrina e Agenor), e, sobretudo, tomando a frente das ações, entendendo que eu podia dar apoio a eles, mas que eram eles mesmos os autores e os que tomavam as decisões. Acredito que conseguimos não criar uma relação de dependência deles para comigo, a técnica de fora; e que se eles vierem futuramente a se envolver em processos participativos institucionalizados, irão com uma postura de quem entende o papel que têm e irão confrontar ou ser confrontados com a estrutura habitual desses espaços, com postura de quem quer (e sabe que tem que) ser ouvido também.

17º Encontro de moradores: Início do cadastro de famílias

- Data e hora: 27/07/2019, sábado, às 17h
- Local: Igreja Pentecostal (próxima ao bar do José)
- Pauta/ principais atividades realizadas: início do cadastramento das famílias residentes no Alto das Antenas.

Na véspera do 17º encontro, dia 26 de julho, a Letícia mandou mensagem no grupo de *Whatsapp* informando aos moradores que tinha sido iniciado o cadastramento das famílias nos pontos predefinidos: nas casas dela e da Sabrina e na mercearia do Eduardo. Assim, a pauta definida por eles para o 17º encontro, em que eu não estaria presente, como combinado, era receber os moradores que quisessem fazer o cadastro ou saber a respeito dele. Quem ficou à frente, recebendo e conversando com os moradores, nesse dia, foi o Agenor. Pelo que me foi depois relatado, foram poucas pessoas e em momentos distintos, entre as 17 e 19 horas. Não houve uma grande roda de conversa em torno de um tema comum, mas pequenas conversas individuais ou com pequenos grupos sobre o assunto do cadastro e outros assuntos, livres, tendo sido também um espaço e momento de socialização deles.

O encontro aconteceu pela primeira vez na igreja quase próxima ao bar do José, local sugerido pelo Eduardo no 13º encontro para serem feitas as reuniões.

Uma vez que o cadastro tinha sido finalmente iniciado, após quase dois meses tratando do assunto, avalio que, talvez, a melhor forma de ter iniciado o assunto com eles, seria ter-lhes perguntando primeiro o que entendem ser um cadastro, quais perguntas eles achavam que deveria ter e por quê. Uma vez alinhados nesse entendimento, ter-lhes sugerido de aliarmos o cadastro à pesquisa qualitativa, para a qual seria necessário um acréscimo na quantidade de

perguntas. Se eu tivesse começado "mais lentamente", penso que o trabalho teria fluído melhor. Talvez eu tenha começado já impondo um ritmo mais intenso, que demandava um entendimento que eles ainda não tinham (do processo e do porquê das questões). E, com isso, a lógica e dinâmica a que eles estavam acostumados veio depois se "impor", diminuindo o ritmo do trabalho para se adequar ao que estavam acostumados.

18º Encontro de moradores: Encaminhamento de ações pendentes

- Data e hora: 03/08/2019, sábado, às 17h
- Local: Igreja Pentecostal
- Pauta/ principais atividades realizadas: roda de conversa sobre as ações e encaminhamentos pendentes, para continuidade do processo de mobilização, aprendizagem acerca do espaço e luta pela moradia.

Desde o 8º encontro, as pautas eram definidas principalmente pelos moradores, com meu apoio quando necessário. Após oito encontros para tratar do cadastro das famílias, até que ele fosse de fato iniciado, para esse encontro eu tinha em mente apresentar as "ações pendentes" que poderiam ser feitas no AA, pois queria sentir como estavam os "ânimos" deles para cada uma, para definirmos os caminhos a seguir. Como nos aproximávamos cada vez mais da minha saída definitiva dos encontros (ainda sem data marcada), eu ainda tinha a preocupação de que, quando eu saísse, eles dessem continuidade no processo, sentindo-se preparados para conduzirem eles próprios as ações, sabendo a quem de fora recorrer, sempre que fosse preciso, mas que eles próprios eram capazes de tomar as decisões e agir.

Para tanto, eu ainda estava tentando articular as ações que tínhamos pendentes para serem feitas no AA junto dos moradores, pois estava preocupada em levar alguma proposta concreta em cima da qual eles pudessem conversar. Eram essas:

(a) a cartilha de direitos coletivos relativos à moradia, escolhida pelos moradores no 7º encontro;

(b) a análise das demandas (ou desejos) dos moradores apresentadas no vídeo do 1º encontro;

(c) fazermos o "manual de regras de ocupação", ação deixada por último pelos moradores no 7º encontro, "engavetada", para ser feita quando (e se) fosse pertinente;

(d) a reunião com a Defensora Pública;

(e) a reunião com a Comissão de Direitos Humanos da CMBH;

(f) montar mural de fotos do AA, conforme ideia do Danilo, ainda não encaminhada; e

(g) implantar a biblioteca comunitária no AA, ideia que estávamos encaminhando desde o 16º encontro.

Ao longo da semana anterior a esse encontro, eu não consegui preparar nada para levar relativo às duas primeiras ações. Quanto às demais, decidi que as colocaria na pauta, tendo em vista sua importância e/ou facilidade para execução, e considerando ainda que algumas delas já estavam, inclusive, sendo encaminhadas.

Essa foi a primeira reunião que participei no novo local de encontros. Nele foi mais fácil fazermos uma grande roda com as cadeiras existentes, onde pudemos conversar todos assentados e, de fato, foi um espaço, onde tivemos menos dispersões. Para o *check-in*, eu pedi que além de falarem seus nomes, cada um falasse também em qual cidade tinha nascido, como forma de irem se conhecendo e criando algum vínculo. Achei interessante que dentre as cerca de 15 pessoas presentes, apenas quatro nasceram em Belo Horizonte. A maioria era de outros municípios de Minas Gerais e quatro eram de outros estados (Bahia, Espírito Santo e Maranhão). Ressalto ainda que o grupo (como sempre) era bem heterogêneo, tinham jovens, idosos, homens, mulheres, solteiros, casados, aposentados, trabalhadores autônomos, enfim, uma pequena mostra da diversidade de pessoas que mora no Alto das Antenas.

No início da conversa, resgatei um pouco do processo que vínhamos fazendo, como forma de situar os quatro moradores que foram pela primeira vez e alguns outros que já tinham ido, mas que não compareciam há um tempo. Entendia que esse resgate (uma breve repetição dos assuntos-chave) era importante para, de um lado, firmar a ideia na cabeça de quem já sabia e, de outro, introduzir a ideia às pessoas novas, envolvendo-as no processo. Se o grupo que se reúne sempre, que já está com as ideias alinhadas, não se preocupar em envolver as pessoas novas que chegam, ele para de crescer, não se renova, fica sobrecarregado e, por fim, desanima da caminhada.

E, nesse dia, as conversas foram tão fluidas e livres que cada assunto colocado na roda foi discutido abertamente, tendo os moradores trocado informações e ideias. Eles conversaram sobre as obras do Vila Viva retomadas na região, apontaram suas dúvidas, citaram a continuação da construção do muro que os separa da Vila Cemig, e comentaram dois pontos positivos da obra: a melhoria na pavimentação do Beco Cemig, que dá acesso ao AA na parte

alta; e o cercamento de uma área de encosta, à margem desse mesmo beco, que antes oferecia risco aos pedestres (citaram casos de pessoas que já haviam caído lá, inclusive um carroceiro junto com seu cavalo). Eu aproveitei o momento para explicar mais uma vez o que era o Vila Viva, um programa municipal por meio do qual a Urbel fazia obras em vilas e favelas. O Agenor contou que foi até o escritório local da Urbel saber mais sobre o projeto que estava sendo executado, especificamente na região do Alto das Antenas, mas que não conseguiu vê-lo ou saber mais a respeito. Disse que o técnico que o recebeu, o atendeu do lado de fora e sequer olhou em seus olhos, "ficou o tempo todo olhando para o chão". A Sabrina acrescentou: "Se vai alguém lá *tipo a gente* pedir informações, eles nem olham na nossa cara e nos recebem do lado de fora. Mas, se for um engravatado, aí eles são capazes de servir até cafezinho."

Na sequência, eles conversaram sobre a Cemig e a questão das linhas de transmissão que passam sobre o local. Eu reforcei com eles que o *conhecimento* servia para nos tirar de um lugar de medo e nos dar mais condições de agir ou tomar decisões. Citei como exemplo de quem agiu por medo, por falta de mais conhecimento, o relato da entrevistada Suelen, que contou que só assinou "o papel" concordando com sua remoção e reassentamento, porque a técnica da Urbel que a atendeu teria dito que se ela não aceitasse, a Cemig iria, ao fim, colocá-la na rua.

Enquanto resgatamos juntos a trajetória do grupo e do que passamos a conhecer sobre o Alto das Antenas, a Sabrina sugeriu que poderiam fazer um texto contando da história deles. O Agenor completou que queria conversar com esses moradores mais antigos para resgatar essa história de lá. Eu, então, disse que minha dissertação poderia ser também usada por eles para esse fim.

Nesse dia, eu tinha levado algumas folhas de papel e canetinhas para, a depender do desenrolar das discussões, começarmos a conversar e levantar algumas regras que eles achassem relevantes de serem indicadas para a ocupação do espaço do Alto das Antenas, como esboço para o manual (ação "c"). Contudo, como as discussões fluíram e ocuparam bastante tempo, não coube tratar disso nesse encontro. Assim, mais para o final das discussões, eu apresentei a eles as quatro pautas que achei mais importantes (e/ou simples) de serem encaminhadas (ações "d" a "g"), mantendo engavetada a ideia do manual.

Eu pontuei com eles que as ações "d" e "e" (reuniões com a Defensoria Pública e na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, respectivamente) eram estratégicas para a luta deles pela moradia, resistindo às tentativas de remoção que surgissem. Quanto às ações "f" e "g", mural de fotos e biblioteca comunitária, eu caracterizei como "ações culturais", simples de serem

encaminhadas, e com objetivo de fomentar a valorização e reconhecimento de qualidades do Alto das Antenas por parte de seus moradores e dos "de fora".

Para essas quatro ações, as quais eles concordaram de encaminhar, cada uma a seu tempo, sugeri de as deixarmos registradas no quadro de ideias-chave (Foto 65), pois indicavam caminhos a serem seguidos, para não ficarem esquecidas e para nos orientar no planejamento delas. Antes do início da reunião, eu já havia retirado esse mural da parede do bar, onde estava fixado, e levado para a igreja. Em suas cartelas, pedi que a Sabrina escrevesse as quatro pendências a serem encaminhadas, estreando assim o uso desse mural. E, com o objetivo de se organizarem quando eu não estivesse presente, em uma quinta cartela, pedi que escrevessem uma "memória" do que fazemos em cada reunião: abertura (*check-in*); pauta principal; encerramento (*check-out*); e o uso do bastão da fala, sempre que necessário. Pontuei com eles a importância do momento da "abertura", onde falariam seus nomes e fariam algum "quebra-gelo" (brincadeira ou pergunta sobre cada um) como momento para eles se conhecerem, criarem vínculos e fortalecerem a rede de relações que estavam construindo, e do "encerramento" como momento que marca o término da reunião, agradecem pela participação de cada um, definem/relembram a data do próximo encontro e apontam encaminhamentos a serem dados até lá . Acordamos de deixar o quadro de ideias-chave preso na parede do bar (junto com o mural do cronograma de encontros, que já há alguns encontros não era utilizado e atualizado), onde já ficava, e não na igreja, pois aquele espaço ficava aberto a semana toda e o mural ficava visível mesmo para quem estivesse passando na rua.

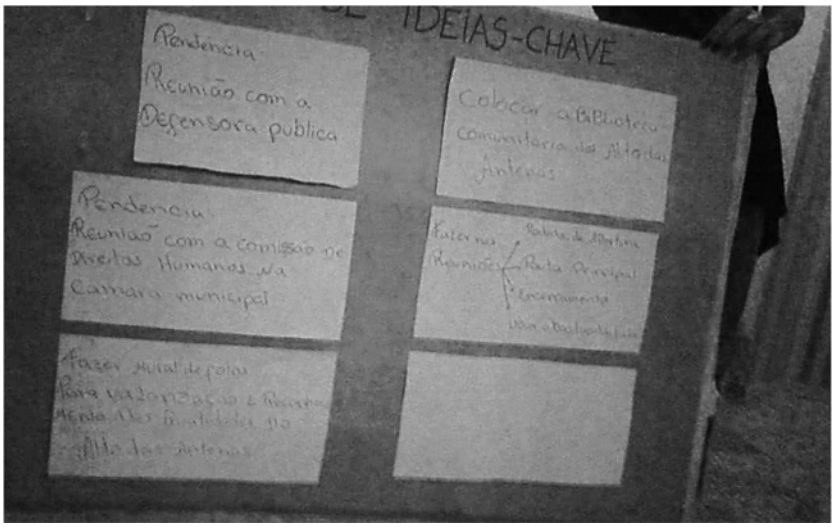


Foto 65. Primeiro uso do quadro de ideias-chave

Fonte: Morador do AA, ago./2019.

Ao fim da reunião, perguntei se alguém tinha alguma dúvida ou ponto a acrescentar. O Eduardo

colocou a sugestão das reuniões passarem a ser de 15 em 15 dias, ao invés de semanais. O grupo concordou, mas acordaram que a próxima reunião aconteceria no sábado seguinte e, a partir dela, eles avaliariam novamente a sugestão. Agradecemos a presença de todos e eu reforcei para eles sempre avisarem no grupo de *Whatsapp* o dia, horário e local dos encontros, para que não houvesse dúvidas.

19º Encontro de moradores: Encaminhamento de ações

- Data e hora: 17/08/2019, sábado, às 17h
- Local: Igreja Pentecostal
- Pauta/ principais atividades realizadas: roda de conversa sobre andamento do cadastramento das famílias, biblioteca comunitária e ida da Defensora Pública.

Na semana anterior a esse encontro eu conversei com a Defensora Pública que acompanhou os moradores em 2016 e se dispôs a continuar colaborando na luta deles pela moradia digna. Nesse sentido, agendamos uma ida dela ao AA, em acordo com os moradores, no dia 22 de agosto, uma quinta-feira, ao final da tarde, uma vez que ela não tinha disponibilidade de comparecer em sábados.

Em preparação ao 19º encontro, o qual, como combinado, eu não compareceria, mandei mensagem ao nosso pequeno grupo no *Whatsapp* (o qual podia ser entendido como um grupo mais engajado, de liderança, que se formou) com sugestões de encaminhamentos. Sugeri de tentarem levantar/construir a história do AA, junto dos outros moradores que estivessem presentes na reunião, conforme a ideia levantada pelo Agenor no encontro anterior. Também reforcei a ideia de fazerem o mural de fotos, que era uma atividade muito simples, e, como pauta principal, de discutirem o que queriam tratar na reunião com a Defensora Pública.

Esse encontro seria realizado, inicialmente, no dia 10 de agosto, mas foi cancelado, em cima da hora, pelos moradores e foi realizado no sábado seguinte, dia 17 de agosto, inaugurando assim o período de encontros quinzenais, conforme o Eduardo havia sugerido no encontro anterior. Soube posteriormente que só estiveram presentes o Eduardo, o Agenor e a Sabrina. Eles não sistematizaram as discussões feitas nesse encontro. O Eduardo apenas listou e me passou três assuntos tratados: o andamento do cadastramento e a pequena adesão dos moradores, pois até o momento poucas famílias tinham sido cadastradas; os encaminhamentos para dar continuidade na ideia de implantar uma biblioteca comunitária dentro do AA; e a ida da Defensora Pública. E, ao fim, ele disse que foi bate-papo entre eles.

20º Encontro de moradores: Encaminhamento de ações

- Data e hora: 24/08/2019, sábado, às 17h
- Local: Igreja Pentecostal
- Pauta/ principais atividades realizadas: roda de conversa sobre ações em andamento.

Na semana anterior ao 20º encontro, a Defensora Pública foi ao AA, no dia 22 de agosto, se encontrar com os moradores para ouvir deles suas demandas e esses conhecerem o tipo de suporte que a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais dá nesses casos. A reunião lotou de moradores do Escadão (os quais não conhecíamos), querendo tratar de assuntos específicos a eles, pois, segundo relataram, eles receberam autuações da Prefeitura com multas e prazo de 30 dias para deixarem suas casas e estavam sendo indicados para remoção pela Urbel, sem direito a reassentamento. A Defensora ficou então de dar encaminhamento à questão deles, que era emergencial, para depois retornar e tratar especificamente das questões relativas à ocupação no AA (à qual não estava até esse momento sob ameaça iminente de remoção). Ao fim dessa reunião com a Defensora, informamos sobre a realização dos encontros de moradores aos sábados, de 15 em 15 dias, convidando-os a comparecerem no próximo encontro, no dia 24.

Assim, no dia 24 estiveram presentes no 20º encontro um pouco mais de 15 pessoas, sendo cerca de quatro pela primeira vez (todas moradoras do Escadão) e ainda o presidente e o vice-presidente da Associação Comunitária da Vila Cemig (o vice, que já tinha estado lá outras três vezes) para falar que estavam à disposição para apoiar os moradores do Alto das Antenas em suas necessidades, naquilo em que fosse possível a eles. Eles ofereceram o espaço da Associação, que era um salão grande com cadeiras, para realização de reuniões do AA, quando quisessem, pois em ocasiões em que muitas pessoas comparecem (caso da reunião com a Defensora), os espaços existentes no AA (como o bar do José e as igrejas de lá) são muito pequenos.

Começamos o encontro com a rodada do bastão da fala para cada um falar seu nome e, como quebra-gelo, uma moradora sugeriu cada um falar com o que trabalha. Dos presentes, tinham apenas dois aposentados e dois desempregados. Os demais tinham variadas ocupações, como funcionários da área de limpeza, de construção civil, de trabalhos rurais (cuidado com a terra), donas de casa, com destaque para comerciantes (vendedores ou donos de pequenos comércios), que eram a maioria.

Na sequência, pedi aos que acompanham nossas reuniões desde o início para falarem aos

demais o que era aquele espaço e o porquê dos nossos encontros. A Sabrina disse que era um espaço para troca de informações entre eles e para criarem vínculos com a comunidade. A Ana complementou:

> É um lugar de união, pra passar a conhecer uns aos outros, porque antes a gente não conhecia ninguém, agora conhece um monte de gente. E pra tentar solucionar os problemas do bairro, porque se fica todo mundo afastado uns dos outros, ninguém vai saber de nada. A gente tá procurando conhecer e aprender mais, também, pra se defender. (Ana, dona do bar)

Depois dessas falas, eu fiz um rápido resgate sobre nosso trabalho ali e alguns elementos que caracterizavam a luta deles, contra e pelo o que eles lutavam, e com quais ferramentas. Depois pontuamos as ações em andamento: cadastramento (que eles iriam tentar reforçar, pois estava com baixa adesão), e trâmites para colocação da "geladoteca", como a Sabrina a apelidou (biblioteca comunitária, numa geladeira, com o apoio da equipe do Fica Vivo!, do CPC), cuja condução estava sendo feita pela Sabrina.[121]

Avalio agora, criticamente, que todos esses encaminhamentos ficaram sempre em função e sob responsabilidade do Eduardo, da Sabrina ou do Agenor (a Letícia, apesar de ter ficado como referência de ponto de coleta de cadastros, já não participava dos encontros ou se envolvia nas ações). Faltou tomarmos medidas de descentralização das ações, de modo a envolver também outros moradores, talvez definindo frentes de trabalho e as distribuindo entre eles.

Em outro momento da reunião, complementando as análises dos moradores sobre o que era aquele espaço, o Agenor destacou que as reuniões de moradores no Alto das Antenas:

> [...] nunca foram tão organizadas quanto hoje. [...] Essa reunião aqui nos traz muito crescimento, ficamos fortes. Sem isso aqui, nós não conseguimos nada. E isso é só o começo. Temos poucas pessoas aqui, quase sempre vem pouca gente, mas já é o bastante pra conscientizar. Cada dia chega mais alguém aqui, pessoas novas, então tá expandindo, a conversa tá crescendo... Agora, [...] nós não temos ainda formação pra prosseguir sozinhos, precisamos de ajuda de pessoas que tem entendimento. Acho que temos pouco entendimento de lei, de política, essas coisas, e precisamos dessa ajuda ainda. (Agenor, morador antigo)

Uma fala do Eduardo revelou a evolução no entendimento senão do grupo, ao menos daqueles que estavam mais diretamente envolvidos ao processo. Ele sintetizou que aquelas reuniões eram

---

[121] O CPC foi envolvido pois, após os moradores não entrarem em acordo sobre um local dentro do Alto das Antenas de acesso público para colocação da "geladoteca" (uma vez que, por questões particulares, ela não poderia ficar no bar do José ou na mercearia do Eduardo), eles pensaram em colocar na oficina de barbearia vinculada ao Programa Fica Vivo!, que ficava quase em frente ao bar do José.

"pra autonomia" deles. Esse era um ponto-chave do que de fato buscávamos com todo o trabalho até então realizado. Como eu costumava dizer a eles, com mais conhecimento, temos mais condições para fazer escolhas, tomar decisões, e assim agimos mais autonomamente. Dei o exemplo que se amanhã algum órgão "aparecer" com alguma proposta para lá, eles sabem que têm voz ativa e condição de dizer "sim" ou "não", e de construírem essa proposta juntos. O Agenor, então, perguntou se mesmo eles sendo moradores de um lugar irregular, poderiam participar das decisões, ao que eu reforcei que sim, faz parte do entendimento do que é o direito à moradia.

Ao fim, para o *check-out*, pedi que cada um falasse qual era seu sonho para o AA. Essa foi uma forma de avaliar se suas respostas seriam distintas às ditas no vídeo passado no 1º encontro, ao final de março. A maioria expressou os mesmos desejos passados no vídeo: de infraestrutura básica adequada e regular, sobretudo energia elétrica (incluindo iluminação pública) e asfalto nas vias, e alguns citaram "legalização da situação deles". Avalio que, por um lado, como a oferta dos serviços de infraestrutura é precária em alguns casos e inexistente em outros, trata-se de um desejo "primário" deles. Por outro, eu mesma posso ter acabado reforçando junto deles que a "luta", "o caminho a seguir", era também para que essas "melhorias" (como eles sempre diziam) fossem alcançadas. Mas alguns avançaram no entendimento: Agenor queria que os Correios, ou um aplicativo de transporte, chegassem até a porta de sua casa; Eduardo queria que as pessoas entrassem lá sem ter medo, e parassem de chamá-los de "pé vermelho", ou "sem terra". São reflexões já mais profundas acerca das expectativas que eles têm para aquele espaço, que se misturam a outros conceitos (e direitos), tais como de dignidade, de cidadania, e de moradia adequada a todos.

Quanto às ferramentas das reuniões, além do *check-in* e do *check-out*, o bastão da fala foi utilizado o tempo todo para organizar os diálogos (o bastão circular, apenas no *check-in* e *check-out*, como já era usual). E não usamos nenhum dos murais que, por isso, não foram trazidos para a igreja, local da reunião, mas deixados no bar do José.

21º Encontro de moradores: Produção da cartilha de direito à moradia e proteção contra remoções forçadas

- Data e hora: 07/09/2019, sábado, às 17h
- Local: Igreja Pentecostal
- Pauta/ principais atividades realizadas: produção coletiva da versão preliminar da cartilha de direito à moradia e proteção contra remoções forçadas do Alto das Antenas.

No 21º encontro, estiveram presentes cerca de 10 moradores. Inicialmente, fizemos o *check-in* em que pedi que cada um falasse seu nome, uma coisa que gosta de fazer em seu tempo livre e nome da pessoa que estava sentada à sua esquerda. Pela primeira vez não usamos o bastão da fala para esse momento (pois a Ana, que mantem guardados o bastão, a maquete e cuida dos murais fixados em seu bar, chegou à reunião, levando esses elementos, logo após esse momento).

A atividade prevista para o dia, conforme previamente combinado com os moradores no encontro anterior, era construirmos juntos a cartilha de direito à moradia e proteção contra remoções forçadas do Alto das Antenas. Para tanto, selecionei e levei recortes em papel de alguns trechos que considerei relevantes de outras cartilhas existentes sobre o assunto, a saber, partes do folheto "Querem nos despejar e agora?" (ONU, 2012) e da cartilha produzida pelo MOM para a Vila das Antenas, no Aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte.

Eu li o conteúdo dos recortes um a um e, à medida que cada um era lido, eu explicava e dava exemplos com situações concretas, para facilitar que se apropriassem do conteúdo. Contudo, algumas críticas devem ser apontadas acerca da forma como conduzi esse momento. Eram muitos textos e ainda por cima com assuntos "densos" (conceitos e princípios para garantia dos direitos dos moradores). Além disso, a apresentação deles por meio da leitura dos pequenos recortes impressos (que tinham tamanho de letra reduzido, compatível com o encaixe dos recortes para montagem do panfleto, mas não tão adequado para discussões e apropriação desse conteúdo pelos moradores) não propiciou a formação de um ambiente de trocas e discussões. Enquanto o conteúdo era apresentado, eu fui a que mais falei, com poucos momentos de interlocução dos moradores. Foi, assim, de certa forma, similar a uma apresentação de *PowerPoint*, com a diferença que no caso em questão o conteúdo estava impresso em pequenos papéis que eles, se quisessem, podiam pegar e ler no momento que quisessem (mas que não o fizeram, "respeitando" a sequência de leitura da forma como eu apontei).

Ainda assim, houve momentos em que os moradores fizeram seus comentários, livremente, à medida que algum assunto suscitava algo neles. Ana reforçou, após a leitura de um dos recortes, que se "alguém de fora" viesse falar que os moradores teriam que sair de lá (ser removidos), que eles não eram obrigadas a concordar e teriam que participar das definições e decisões acerca do projeto que viesse a ser feito para o local. Na sequência, a Ana e o Eduardo reclamaram que alguns dos direitos, expressos nas diretrizes (da cartilha da ONU) a serem seguidas em caso de remoções, não são respeitados. Por exemplo, eles disseram que os moradores não são avisados

com muita antecedência da data da remoção, que o órgão (que está fazendo a remoção) é quem marca “o dia do caminhão ir” e que os moradores têm que acatar sem questionar, e, ainda, que os pertences dos removidos são colocados e levados pelo caminhão “de qualquer jeito”, sem o respeito e a segurança exigidos nas diretrizes lidas. Eles disseram que nas remoções anteriores feitas pela Urbel no AA, eles foram “levando de qualquer jeito as coisas... Jogam tudo lá pra cima, e o que fica inteiro, é por sorte”.

Lidos e discutidos os conceitos, eu os orientei a organizarem os recortes com os conteúdos que eles achassem relevantes sobre páginas em branco, para montar o que seria a cartilha do AA. Sugeri que usassem até duas páginas de A4, deitadas (paisagem) ou em pé (retrato), conforme a escolha deles, para que a versão final fosse um A4 impresso frente e verso. Eles optaram por manter todos os recortes, pois acharam todos os textos relevantes, e alteraram apenas alguns telefones de contato, tirando uns e incluindo outros. Eles decidiram como seria a disposição dos textos no papel, apenas orientei quais deles eu achava que deveriam ficar numa mesma página, por terem conteúdos correlatos. Alguns dos recortes eram numerados, formando uma lista (conforme originalmente apresentada na cartilha da ONU), indicando os direitos básicos dos moradores a serem respeitados em caso de remoções. Numa próxima dinâmica que venha a ser feita, semelhante a essa, seria mais adequado não apresentar elementos listados de forma já numerada, para que a sequência (priorização) do conteúdo possa ser definida e apontada pelos próprios moradores, ao invés de serem induzidos pela numeração predefinida (ver Foto 67).

A partir do conteúdo definido pelos moradores presentes, eu iria desenvolver nos dias subsequentes a versão final da cartilha que seria entregue a eles no encontro seguinte, agendado para o dia 21 de setembro (daí 15 dias). Sugeri que cada local de uso coletivo dentro do Alto das Antenas tivesse uma cópia dela, por exemplo, fixada à parede do bar do José e da Ana, da mercearia da Laís e do Eduardo, e nas várias pequenas igrejas que tinham lá dentro. Os moradores acharam que, além disso, cada morador deveria ter também uma cópia dela, como forma de garantia de seus direitos. Eu não me comprometi a fazer várias cópias da cartilha, de modo que eles mesmos iriam encaminhar isso.

Foto 66. Discussão e montagem da cartilha

Fonte: Acervo da autora, set./2019.

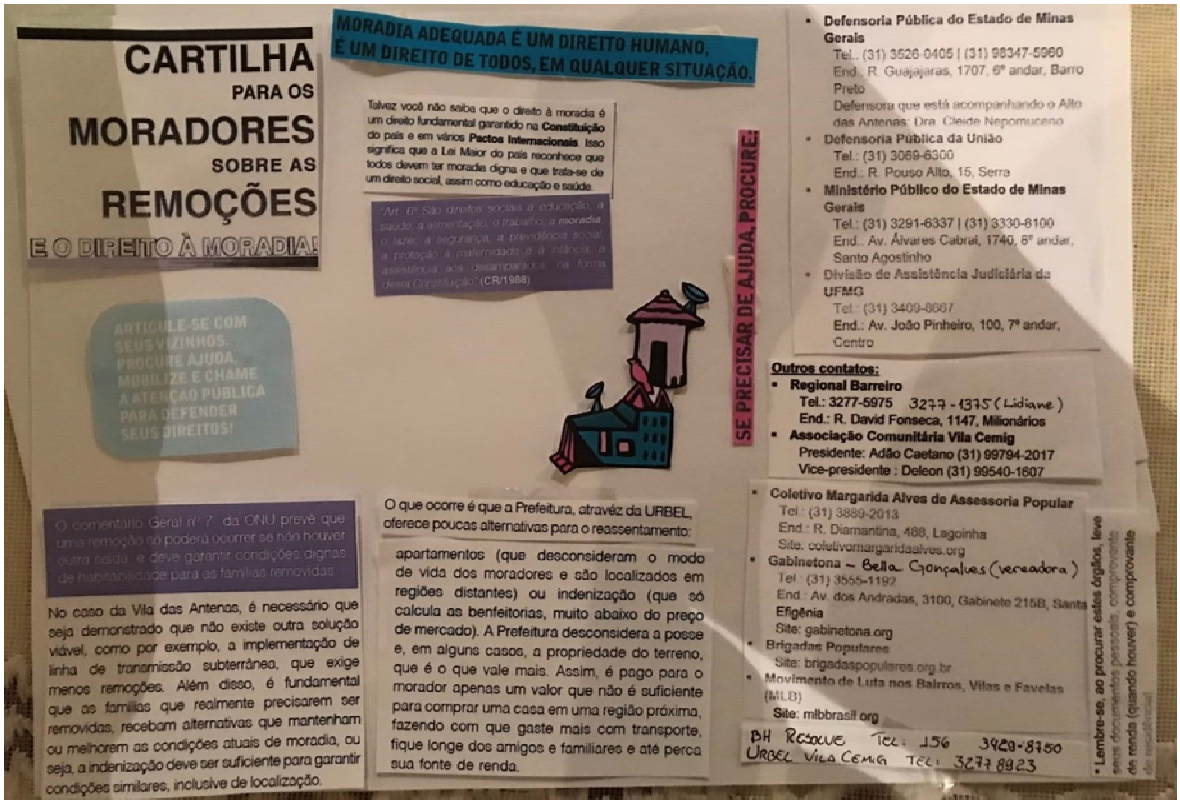


Foto 67. Frente e verso da cartilha de direito à moradia e proteção contra remoções forçadas montada pelos moradores

Fonte: Acervo da autora, set./2019.

Quanto ao uso das ferramentas, não fizemos *check-out* e não usamos os murais e o bastão da fala (o grupo era pequeno e não houve momentos de falas se atravessando).

22º Encontro de moradores: Encerramento da pesquisa e confraternização

- Data e hora: 21/09/2019, sábado, às 17h
- Local: Bar do José
- Pauta/ principais atividades realizadas: Encerramento da pesquisa com apresentação resumo do que foi feito até ali, confraternização com lanche coletivo e entrega de cópias da versão final da cartilha de direito à moradia, contra remoções forçadas.

No dia 21 de setembro de 2019 foi feito o 22º encontro de moradores do Alto das Antenas. Avisei previamente aos moradores que esse seria o último encontro em que eu estaria presente, tendo em vista marcar e encerrar o período da minha pesquisa-ação, embora eu tenha mantido abertos os canais de comunicação entre mim e o grupo de moradores com os quais tive mais contato. Na mensagem que enviei aos moradores no grupo de *Whatsapp*, para convidá-los para esse encontro, também sugeri que fizéssemos um lanche coletivo e cada um levasse algo para ser compartilhado com os demais presentes.

Para esse encontro, montei uma apresentação em *PowerPoint* com a síntese de tudo que foi feito no período da pesquisa-ação, iniciando com o dia do voo do drone, a primeira ação coletiva realizada lá, até esse último encontro em que eu estaria presente. A apresentação foi feita sobretudo com fotografias e, propositalmente, com poucos textos, pois a ideia era resgatar os pontos principais e a trajetória percorrida, em si, sem que ficasse uma apresentação cansativa para os moradores acompanharem. Eu já estava "contrariada" em usar o *PowerPoint*, uma vez que a experiência do 4º encontro já havia deixado claro que essa não é uma ferramenta que promove interação entre o grupo, mas, nesse caso, entendi que seria a melhor forma de expor essa trajetória percorrida, sobretudo por meio da exposição das fotografias.

O encontro começou com poucos moradores, cerca de cinco, na igreja pentecostal para onde os encontros tinham sido transferidos e estavam acontecendo desde o 17º encontro. Contudo, em função da necessidade de energia elétrica para fazer funcionar o projetor (que projetaria a apresentação na parede), após algumas tentativas malsucedidas, tivemos que migrar para o bar do José (quase em frente), onde as ligações elétricas eram melhores e a energia não ficava "caindo". Mais tarde, já no bar, mais pessoas chegaram e o encontro contou com cerca de 12 presentes. Durante minha apresentação da "trajetória", como eu já esperava advindo da ferramenta *PowerPoint*, não se formou um ambiente de trocas (diálogo, convergências, dissensos). O fato do encontro ter sido no bar também pode ter atrapalhado, uma vez que lá as conversas tinham, frequentemente, muitas interrupções de frequentadores locais que não

acompanhavam os encontros e suas discussões. Os próprios moradores por vezes demonstravam certa impaciência com as dificuldades de continuidade nos diálogos diante dessas interrupções. Assim, nesse encontro os presentes apenas acompanharam minha fala e exposição da apresentação, sem fazer comentários que complementassem, questionassem ou indicassem pontos positivos da trajetória. Creio que isso se deu não apenas em função da ferramenta escolhida, e do ambiente talvez não tão propício, mas também porque eu não consegui conduzi-los para esses diálogos.

No último slide da apresentação, apontei sugestões de pautas para que eles pudessem se organizar para os próximos encontros. A ideia era, diante da minha saída, contribuir para a continuidade dos encontros e que eles se entendessem como um grupo que se auto-organiza e que, conforme suas distintas demandas acerca do espaço e dos interesses coletivos, pode vir a demandar assessorias técnicas específicas. Assim, sugeri três pautas, cada uma associada a um dia, apontando, portanto, três possibilidades de encontros futuros. Mas, cada uma delas poderia se desdobrar em outros encontros, conforme eles quisessem e fossem definindo ao longo das semanas seguintes de planejamento. Destacarei aqui apenas duas delas (pois a terceira está mais diretamente ligada à estratégia de luta e resistência deles naquele espaço e, por isso, optei por não a explicitar aqui). Sugeri convidarem técnicos para dar assessorias: (1) jurídica, não só para consolidar o entendimento deles acerca dos seus direitos, mas também no sentido de consolidar uma rede de suporte e proteção contra a violação desses direitos; e (2) na área de obras de infraestrutura, com vistas a apontar possíveis melhorias que pudessem ser feitas na pavimentação autoproduzida das vias, nos sistemas de microdrenagem pluvial ou outras (nesse caso, reforcei que era fundamental que o grupo que tomava frente na organização dos mutirões, estive interessado e se envolvesse). Eles demonstraram ter gostado das três sugestões, mas não houve debate; não fizeram ponderações, críticas, não apontaram pontos a serem agregados, ajustados, retirados.

Após a apresentação, mostrei a versão final da cartilha dos moradores sobre direito à moradia e contra remoções forçadas (APÊNDICE Q), produzida a partir do encontro anterior. Entreguei a eles 10 cópias coloridas dela para que, a partir delas, eles pudessem reproduzi-las e distribuir aos demais moradores (a versão digital dela foi também divulgada nos grupos de *Whatsapp*, após o encontro).

Ao final, fizemos a confraternização com lanche coletivo. Dessa vez, além de mim, o Agenor também levou algo a ser compartilhado, e, novamente, a Ana e o José, os anfitriões, ofertaram

refrigerante a todos. Nesse momento de maior descontração, o Eduardo e o Agenor me disseram que sem as sugestões de pauta que eu levei, possivelmente eles não saberiam o que tratar nos encontros seguintes e que, por isso, talvez eles nem chegassem a acontecer, mas que, com as sugestões, eles tinham um "norte", uma direção que poderiam seguir.

No dia seguinte a esse encontro encaminhei sugestões e contatos de pessoas que poderiam estar presentes nos encontros seguintes, para prestar as assessorias técnicas, conforme as sugestões de pauta que eu havia dado. Esses contatos foram encaminhados por mim pelo *Whatsapp* ao pequeno "grupo de referência" (que, a essa altura, incluía também a Ana), que eu apelidei assim, uma vez que funcionou como referência para mim, tendo sido o grupo que mais se interessou, acompanhou de forma mais assídua aos encontros e se engajou no processo.

3.4 Análise da pesquisa-ação realizada

No início do processo, nos primeiros encontros de moradores, eu me sentia muito insegura, com uma série de receios. Eu, uma pessoa de fora, tentando conduzir uma atividade numa realidade espacial e social à qual eu não pertencia, e, ainda, dentro de uma proposta que eu não estou habituada: de conduzir, sozinha, reuniões em grupo. Em vários momentos eu ficava preocupada, tentando me lembrar das coisas que eu tinha previsto para falar, com receio de esquecer algum detalhe, das reuniões ficarem desinteressantes, de eu não estar me preparando o suficiente para elas.

Talvez eu estivesse programada (acostumada) a agir de uma forma, e para esses encontros eu tinha que me desconstruir, me inserir no contexto local deixando explícita a assimetria entre nós, mas sem ampliá-la (o que teria impedido os moradores de atuarem mais ativamente, junto a mim). Nas reuniões de planejamento de um espaço, como reuniões institucionais usuais de planejamento urbano, a assimetria é explícita, mas o pesquisador, ou planejador, se mantém distanciado dos sujeitos (moradores de determinado espaço) e é o técnico ("conhecedor da verdade") que põe a "mão na massa", faz as argumentações, estabelece as dinâmicas, as datas, os tempos. Por mais que a equipe de elaboração do trabalho tente ser o mais aberta possível, buscando reduzir a assimetria explícita entre o pesquisador e os pesquisados, o espaço institucional impõe suas amarras e os processos participativos ficam assim limitados.

Ações simples, como incentivar que os moradores colocassem os elementos físicos na maquete construída, escrevessem nas plaquinhas ou nos murais (por isso e para isso, feitos

propositalmente à mão), etiquetassem e qualificassem (refletindo assim sobre) as fotos, alterassem o cronograma; a preocupação com que aprendessem e se apropriassem de fato de conceitos, de informações técnicas, históricas, foram formas para possibilitar que os moradores se percebessem como os *sujeitos da ação transformadora*. E, assim, não fossem apenas ouvintes; eleitores (em reuniões de votações); corpo físico inerte (em reuniões em que seu papel é apenas assinar lista de presença, só para mostrar para a instituição que eles estiveram ali); sujeito passivo que entra e sai da reunião sem necessariamente entender o processo e definitivamente sem se apropriar dele; corpo que se mantem dependente de ações de agentes externos e não se percebe como agente de transformação que pode por si só agir, transformar e ser transformado.

Como traduzido por Alves, a atuação do educador (pesquisador, planejador) nos processos de aprendizagem sócio-espacial deve ser por meio de estímulos heterônomos à dialogicidade, mas sem controlar a interação e estimulando a reflexão e a crítica (ALVES, 2019, p. 123). Desde o princípio, busquei não me preocupar com a quantidade de moradores que estivesse presente a cada encontro, se seriam "muitos" ou "poucos". Como descrito por Alves, no processo de aprendizado coletivo, devemos focar em quem estiver presente, independentemente de quantos forem, ao invés de focar em "quem poderia ter ido". O princípio é o de que "veio quem tinha que ter vindo" (ALVES, 2019, p. 142 apud OPEN SPACE, 2018). Quanto às ferramentas propostas por Alves que utilizei nos encontros que promovi, destaco: o bastão da fala como uma ferramenta de "democratização" da fala, que dava a oportunidade a todos de falarem sem imposição de uns pelos outros (embora isso funcione melhor com o bastão circular, que só usei nos momentos de *check-in* e *check-out*); e o *check-in* (traduzido nos encontros como "abertura", sem citar o nome em inglês), que foram momentos fundamentais principalmente para descontrair os moradores e "quebrar o gelo" no início de cada encontro e, por meio disso, possibilitar a criação de vínculos entre eles.

O *check-out*, por sua vez, traduzido como momento de "encerramento", foi feito em quase todos os encontros. Ele poderia ter sido utilizado, por exemplo, para falarmos "Quais os encaminhamentos a serem feitos para o próximo encontro?", ou "O que realizamos/fizemos/ alcançamos hoje?", ou "Qual a importância desse encontro de hoje?", ou ser apenas o momento de recapitularmos as decisões tomadas naquele encontro. Contudo, acredito que eu não soube utilizá-lo de modo adequado (conciliando essas ideias com o uso do bastão da fala, para cada um fazer uma fala de fechamento). Eu sentia que, na prática, muitas das vezes, os moradores e eu mesma não sabíamos o que falar. Ficava um espaço "vazio" e muitas falas ficavam

repetitivas. Ainda assim, embora eu não tenha feito uso dele como originalmente previsto, percebi sua importância, principalmente após os encontros em que eu não o utilizei, pois foi quando percebi que fazia falta ter um momento para marcar o fechamento da reunião, para então nos despedirmos. Assim, com ou sem o bastão da fala, fazíamos um "gesto" de fechamento: recapitulávamos os encaminhamentos que deveriam ser dados, quando fosse o caso, ou apenas fazíamos algum agradecimento aos demais presentes.

O cronograma de encontros se manteve rigidamente atualizado apenas até o 7º encontro, conforme a versão original feita por mim. Depois, na fase em que os temas dos encontros eram definidos junto aos moradores, tentei mantê-lo "em dia", mas, em muitas ocasiões, eu me esquecia. Ele foi importante para que os moradores acompanhassem o andamento das atividades e pudessem se programar para participar delas, mas, avalio que faltou eu envolvê-los mais (e coletivamente) na construção desse mural. Talvez, a partir do 8º encontro se tivéssemos preenchido ele todo, montando juntos um novo cronograma, com uma previsão de realização de um número 'X' de encontros subsequentes, eles poderiam ter se apropriado da ferramenta. Por não terem se apropriado dela, a função de "se lembrar" de atualizá-lo, do 8º encontro em diante, ficou apenas comigo, até que, por fim, deixou completamente de ser utilizado (principalmente a partir do 17º encontro, em que as reuniões passaram a ser feitas na igreja e os moradores concordaram em manter os murais no bar, onde ficariam mais visíveis a todos).

De modo semelhante, os murais de estacionamento de questões e quadro de ideias-chave não foram apropriados pelos moradores, uma vez que não logrei utilizá-los da forma em que estavam previstos e envolvendo os moradores.

A participação dos moradores nos 22 encontros realizados ao longo da pesquisa-ação foi intermitente. Isso dificultou o processo de *tomada de consciência* para "controle do saber" por parte deles. O processo de aprendizado ficou assim sem continuidade para muitos deles (mas não todos), pois as informações programadas para serem passadas a cada encontro (do 1º ao 7º, encontros temáticos, e daí em diante, encontros de encaminhamento das ações em andamento), seguiam uma lógica sequencial. Se um morador perdia um encontro, perdia muita informação trocada nele. Mas, como apontado pelo Eduardo ao final do 21º encontro, "para quem participou e se envolveu desde o início, o processo foi muito válido".

Por outro lado, descrevo o processo de *conscientização sobre a realidade sócio-espacial* o qual eles conquistaram alcançar, como o reconhecimento do seu modo de vida, que é distinto do

padrão da classe média, por exemplo, e portanto os predinhos tradicionais de reassentamento não se enquadram nele; o reconhecimento do que querem; pelo que querem lutar; da importância de adquirir conhecimento e união entre os moradores (como dito pela Ana, dona do bar, deixar de ficarem "uns afastados dos outros", para juntos "aprender", "tentar solucionar os problemas do bairro" e "se defender").

Não sei se alcançamos fazê-los refletir sobre os pressupostos colocados na realidade sócio-espacial deles de modo a questionarem o status quo, a lógica excludente da *cidade formal* que nega a *cidade informal*. Mas, desde o início, foquei no processo de conscientização, tentando fazê-los refletir sobre o porquê de estarem onde estão, e como estão, e não em um "produto" específico a ser conquistado (tal como asfaltamento, ou implantação de rede de coleta de esgoto).

Entende-se que a problemática vivida por eles é muito mais complexa que apenas a ausência de serviços e infraestrutura urbana lá (tão ansiados pelos moradores), como demonstrado do início ao fim da pesquisa. Trata-se também (e dentre tantas outras) do déficit e da inadequação habitacional, da desigualdade e da segregação sócio-espacial, do planejamento urbano que não os alcança, da constatação de que é funcional manter a ilegalidade na moradia urbana para que se mantenha o baixo custo de reprodução da classe trabalhadora (MARICATO, 2000, p. 147-148). Essas constatações me fizeram lembrar o áudio da Mary Guimarães apresentado no 13º encontro. Mais especificamente do trecho em que ela fala que é em função dos baixos salários que lhes são pagos que a casa deles não tem revestimento externo (aspecto que muito incomoda a "sociedade do asfalto", cuja proposta de "solução" é substituir os "barracos por predinhos de aparência melhor"). E, ainda, dos trechos em que ela fala da valorização do homem na favela, do favelado, da sua cultura e seu modo de vida. (Nesse encontro, não consegui sentir que os moradores presentes entenderam os pressupostos colocados por trás dessas coisas.)

Talvez, para a maioria dos moradores do Alto das Antenas, suas demandas quanto ao espaço se limitarão ao suprimento das necessidades básicas, porque sua compreensão ainda é limitada; de modo geral, eles ainda não têm consciência para questionar e muitos meios de compreendê-las. Mas, alguns já conseguiram refletir e questionar um pouco além; como o Eduardo e o Agenor, cujos anseios expressos não mais apontaram para a colocação de serviços no AA, mas ao reconhecimento da cidadania, dignidade e direito à moradia deles. Ou a Cristal, que respondendo à pergunta que lhe fiz no vídeo gravado no início da pesquisa-ação (para ser passado no 1º encontro), sobre "o que você queria para cá?", disse: "Ser tratada como gente".

Outro ponto positivo muito enfatizado e valorizado pelos moradores, reflexo do processo, é que eles passaram a se encontrar, dialogar sobre o espaço Alto das Antenas, as "melhorias" que queriam para lá e como buscá-las, contra quem lutar, com quais ferramentas. Eles me contaram, em várias ocasiões, que se reuniram ou conversaram entre eles, em encontros informais, para tratar de vários assuntos, conforme o andamento dos nossos encontros e as temáticas abordadas. Eles passaram, de alguma forma, a se perceber como sujeitos da ação transformadora. Os três que quiseram ser inseridos no grupo de *Whatsapp* da Rede (Eduardo, Agenor e Sabrina), passaram a se engajar mais nas ações locais, conheceram pessoas novas e lideranças atuantes na Vila Cemig e Conjunto Esperança, e passaram a ser reconhecidos também como pessoas de influência dentro do Alto das Antenas (pessoas que se colocavam em favor dos demais moradores e que conduziam coletivamente ações para lá). Podemos dizer que o AA foi inserido no "mapa" de ações desses equipamentos de atendimento local dos moradores que, antes, não se envolviam tanto lá. Em alguns momentos em 2019, por exemplo, técnicos do CRAS e do CPC entraram no AA para panfletar ações que aconteceriam na região. Isso nunca tinha acontecido antes (segundo me foi relatado pelos próprios funcionários desses equipamentos), pois tinham receio de entrar e circular pelo Alto das Antenas, por sentirem que os moradores de lá eram muito "estranhos", "distantes"; era, assim, um ambiente hostil para eles.

Ressalto ainda as principais ações coletivas conduzidas pelos moradores durante o período de realização da pesquisa-ação. Os moradores organizaram, eles próprios, uma festa junina. A primeira festa pública realizada lá dentro. E eu posso afirmar que os moradores tinham plena consciência de que o objetivo dela era, não só ampliar oferta e acesso de lazer e entretenimento aos moradores do AA, mas também inserir o AA no "mapa da cidade", enquanto espaço legítimo para se morar, com todos os direitos relacionados à moradia adequada, para além das quatro paredes da residência, os quais eles iriam lutar: direito a espaços de lazer e convivência; à infraestrutura urbana; a equipamentos de saúde, educação e assistência social; à segurança da posse; e a bens e serviços públicos, tais como a circulação, por todas as suas vias, de transporte público coletivo, caminhões de coleta de lixo e ambulâncias, para além da circulação apenas de viaturas de polícia. Usando duas expressões ditas pela Cristal: para serem reconhecidos "como gente" e como parte da cidade, pela "sociedade do asfalto".

Outras ações conduzidas totalmente pelos moradores durante a pesquisa (embora não reflexo diretamente dela, mas também influenciados por ela) foram os dois mutirões de concretagem da Rua União (em março e em maio de 2019), além de diversas ações menores de melhorias ao longo da via, feitas por grupos menores. O mutirão de maio (feito sem que soubéssemos, no dia

em que estava previsto que essa ação fosse planejada), por um lado, demonstrou que eles não estão habituados a "planejar" com antecedência suas ações, ao menos não da forma como estávamos propondo. Por outro, revelou que eles não hesitam em fazer aquilo que consideram que sabem fazer. E é justamente por isso que a *tomada de consciência* e a *produção de conhecimento* devem ser sempre buscadas, trabalhadas, ampliadas, seja em qual contexto for, pois elas dão o meio (possibilitam; impulsionam) à pessoa a agir, e ainda permitem que "com maior conhecimento a ação [seja] melhor conduzida" (THIOLLENT, 1985, p. 18).

Além dessas, os moradores conduziram o cadastramento de famílias residentes no AA (que, mesmo com baixa adesão, segue sendo feito pelos moradores). De acordo com a lógica a qual eu estou habituada, essa ação levou muito tempo para ser planejada e iniciada. Mas, considerando a realidade local, levou o tempo "que tinha que ser gasto" para que eles se apropriassem e a entendessem como deles (ainda que, devo admitir, ela não tenha sido "tão apropriada" assim, tendo em vista o pequeno alcance da divulgação e a pequena adesão dos demais moradores, que não acompanhavam nossos encontros). Ao fim, eles optaram por retirar quase todas as questões que iriam revelar o modo de vida deles: a forma como se relacionavam com os vizinhos, se se ajudavam, como usavam o espaço coletivo (por exemplo, para lazer) e o espaço privado (se criavam animais, plantas, se faziam alguma atividade para complementar a renda) etc. E mantiveram basicamente as questões que informavam o tempo de moradia, quantos moradores tinham no domicílio e se tinham acesso ou não aos serviços básicos e de infraestrutura urbana. Destaco, no entanto, que, mesmo simplificado, ele serviu a um propósito. Demonstrar ao grupo que se envolveu no processo coletivo de sua construção que eles conseguem se auto-organizar, e que são eles os sujeitos da ação (ou seja, a ação foi definida e conduzida por eles e depende, portanto, apenas deles).

Outras ações menores foram ou estão em andamento, algumas brevemente apontadas aqui, outras não. Cito a tentativa de implantação da "geladoteca" dentro do AA, a qual está enfrentando "entraves burocráticos", e a previsão de realização de uma rua de lazer com ação social (em que são realizadas algumas atividades de atendimento básico aos moradores, tais como limpeza de dente, ou cópia autenticada de carteira de identidade etc.). Ambas sendo conduzidas pela Sabrina, junto da equipe do Fica Vivo.

Na pesquisa-ação realizada buscamos definir, alinhado aos *objetivos práticos* citados por Thiollent, quais seriam as *ações transformadoras* a serem realizadas no Alto das Antenas, *com vistas à solução de problemas identificados*. Embora dito assim, dê a conotação de que as ações

em resposta aos “problemas identificados” precisariam, necessariamente, ser ações no espaço físico (por exemplo, um mutirão para concretar a rua), eu trabalhei no sentido de que essas ações poderiam também ser (ou conduzir a) transformações internas, pessoais, que, por sua vez, podem refletir no espaço social, individual ou coletivamente. Portanto, não são apenas ações no espaço do Alto das Antenas, mas também no espaço de cada um de nós. Naquilo que somos, e nos transformamos continuamente.

O que quero dizer com isso é que o objetivo final da minha pesquisa-ação não foi definirmos “ações transformadoras” para o Alto das Antenas limitadas ao espaço físico (melhorar os problemas de infraestrutura urbana, por exemplo). Pois entendi que tais ações transformadoras poderiam ser fruto de uma vivência e experiência pessoal proporcionada ao longo do processo, por meio dos aprendizados e da tomada de consciência individual ou coletiva. Algo que podia ser vivido e experimentado por cada pessoa envolvida no processo, e que eu não teria como mensurar para apresentar aqui como resultado. Mas que eu acreditava que eles, assim como eu com meus aprendizados e minhas próprias transformações internas, também poderiam experienciar. É a percepção contida na frase de uma moradora da Ocupação Dandara em Belo Horizonte, Luciana da Cruz, após a pesquisa de mestrado da arquiteta Carina Guedes (que também trabalhou com assessoria técnica): "Se mudo o espaço em que estou, vou me mudando também. Também fiz pequenas reformas em mim"[122].

Alinhado aos objetivos iniciais previstos para a pesquisa-ação, ainda que não tenhamos alcançado o horizonte utópico apontado por Souza (que, ainda que utópico, é absolutamente necessário para conquistarmos pequenos ganhos de autonomia), acredito que, ao menos, consegui experimentar e vivenciar junto aos moradores um processo efetivo de construção coletiva em que eles puderam falar e ser ouvidos, adquirir e produzir conhecimento, aumentar seu nível de consciência acerca do espaço em que habitam (ainda que, naturalmente, como a todos nós, lhes falte um caminho de aprendizado a ser percorrido) e, em certo grau, a pesquisa contribuiu na auto-organização da comunidade. Tudo isso poderá refletir nas futuras tomadas de decisões dos moradores e em eventuais negociações com agentes externos, no sentido de possibilitar que eles requeiram seus direitos de serem ouvidos e envolvidos nos processos e que esses, consequentemente, sejam mais horizontais, logo, menos heterônomos.

---

[122] Fonte: Portal R7. Disponível em: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/lugar-de-mulher-e-na-obra-o-projeto-que-ensina-mulheres-de-baixa-renda-a-reformar-as-proprias-casas-14012017>. Acesso em: 23 de jul. 2019.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS NO PLANEJAMENTO URBANO

O Alto das Antenas é uma favela periférica marcada por desigualdades sócio-espaciais. Como elucidado por Kowarick (2007), é o retrato de um "não-lugar", ou como também aqui apontado, da não-cidade – em razão da ausência, ou carência, de oportunidades e acesso a trabalho, bens e serviços de uso comum, como lazer, saúde e educação, transporte coletivo, infraestrutura urbana mínima adequada (como redes de saneamento básico, coleta de lixo, energia elétrica e iluminação pública, pavimentação viária), e cujos moradores não têm ainda a segurança da posse de suas moradias. As famílias do Alto das Antenas têm insistido, permanecido e assim resistido nesse lugar. Entendendo-se que a "resistência envolve práticas e necessidades de afirmação de uma existência" (NASCIMENTO *et al.*, 2016, p. 61), *resistir*, ainda que inconsciente e irrefletidamente, é a forma que eles têm para sobreviver dentro de uma lógica urbana segregadora.

Por meio da pesquisa empreendida para compreensão do objeto e dos sujeitos da pesquisa, ficou claro que as relações sociais são e estão expressas no espaço físico e que o espaço físico é, assim, fruto dessa vivência. Ficou demonstrado que a produção arquitetônica das favelas se dá de modo mais autônomo que na cidade formal e que essa, por sua vez, não expressa o modo de vida habitual dos moradores da favela. Ficou claro, também, que esses espaços caracterizam a *cidade fora dos planos*, para a qual o Poder Público muitas vezes "fecha os olhos". As práticas desse, heterônomas por natureza, não alcançam reconhecer o modo de vida, as relações sócio-espaciais tradicionais dessas "não-cidades". O reflexo disso são ações, por exemplo, de substituição "dos barracos, por predinhos de melhor aparência", claramente na tentativa de impor um padrão da classe média a esses espaços diferenciados.

São muitas as formas de imposição. Anula-se o saber local e impõe-se o saber técnico. Anulam-se as relações sócio-espaciais tradicionais e impõe-se o padrão da classe média. Essa traduz como "movimento dos espertalhões" o que, na verdade, corresponde à dinâmica urbana segregadora, característica e necessária para a manutenção do capitalismo, que assim produz e mantém uma massa trabalhadora a baixos salários que se vê atrelada à produção e manutenção da ilegalidade na moradia. Essa massa, se vê fadada a viver às margens da cidade, do sistema, dos padrões considerados certos. E é, ao fim, ainda descrita como "oportunista".

Na contramão disso, minha pesquisa buscou o reconhecimento desses sujeitos, do seu saber,

seu modo de vida, buscando abrir-lhes oportunidades para aprenderem, apreenderem, transformarem o espaço a sua volta e/ou serem transformados.

Assim, a primeira fase da pesquisa buscou o reconhecimento desses sujeitos, os moradores, como aqueles que efetivamente têm algo "a dizer e a fazer" junto ao pesquisador e que somente enquanto sujeitos, "podem realmente conhecer". Enquanto a segunda fase, a pesquisa-ação, objetivou envolver os moradores num processo para se entenderem como sujeitos ativos da ação transformadora (qualquer que seja ela), e se desenvolveu como forma de mobilizá-los para um processo de auto-organização, trabalhando com interfaces para ajudar a formar conhecimentos técnicos que serviriam de suporte para tomarem decisões mais informadas (tomada de consciência individual e/ou coletiva) acerca do espaço onde vivem (e resistem).

O processo conduzido junto aos moradores do Alto das Antenas, expresso por meio da pesquisa-ação, foi também uma forma de *assessoria técnica* ao grupo pesquisado. O objetivo da assessoria é que os assessorados "consigam articular suas próprias demandas e orquestrar, com autonomia crescente, os meios de satisfazê-las" (BALTAZAR; KAPP, 2016, p. 5). Não vou aqui me delongar nessa temática que, por si só, tem vasta bibliografia específica, mas considerei importante citar algumas características a ela associadas, as quais busquei com a pesquisa-ação.

> As características ou diretrizes que atribuímos à assessoria são, fundamentalmente: uma *assimetria assumida entre técnicos e assessorados em vez de uma pretensa simetria*; a *abertura para algum ganho de autonomia, individual e coletiva, em vez da criação de novas dependências*; a *ampliação do imaginário acerca do espaço e de sua produção em vez da adesão a pressupostos abstratos e soluções técnicas que ainda desqualificam conhecimentos e práticas dos assessorados*; e a rearticulação de uma esfera pública, diferente tanto da esfera privada, quanto da esfera social (Arendt, 2011), ou, em outros termos, uma retomada *do político* (Pogrebinschi, 1999). (BALTAZAR; KAPP, 2016, p. 5, grifo meu)

Avalio que a pesquisa-ação conduzida junto aos moradores do Alto das Antenas, embora cheia de pontos a serem melhorados, e limitada a um pequeno grupo que de fato acompanhou e se envolveu ao longo do processo, possibilitou "pequenos ganhos de autonomia" (SOUZA, 2010) aos moradores. Isso se expressa nas formas como eles passaram a discutir e aprender sobre o espaço, trocar informações, se articular em torno de suas demandas e ações de modo mais independente, conhecer e reconhecer uns aos outros buscando se fortalecer, e reconhecer seu modo de vida, suas lutas, e também suas limitações e necessidades de ampliação da conscientização individual e coletiva. Esses ganhos representam assim "vitórias táticas [...] em

termos de redução da heteronomia" (SOUZA, 2006, p. 330), e que, espera-se, possam vir a se expressar e refletir, ainda, em eventuais negociações com agentes externos diante de processos futuros de intervenções institucionais "estruturantes" (aquelas que intervêm no espaço físico e que usualmente desconsideram o espaço social e a vivência que nele se dá).

Se a produção usual do espaço nas favelas (na cidade informal, em geral) se dá baseada na autoconstrução, na auto-organização e em negociações diárias (BALTAZAR, 2009), o planejamento dessas áreas deveria, de modo semelhante, basear-se nesses preceitos, se tiver por intuito orientar à emancipação (e a uma maior autonomia) desses sujeitos.

Como atuo profissionalmente com planejamento urbano, naturalmente é essa área que orienta meu olhar, minhas percepções. O planejamento urbano foi, do início ao fim da pesquisa, como um "pano de fundo", ou como a lente (maior) através da qual acredito que analisei o trabalho, justamente em razão das minhas vivências profissionais, sobretudo em processos institucionais, as quais pude em diversos momentos comparar e confrontar diante do que experienciei junto aos moradores do Alto das Antenas. Como aqui expresso e demonstrado em vários momentos, o "espaço institucional" impõe limitações, restringe as ações e, em grande parte das situações, aumenta as distâncias entre a favela e a "sociedade do asfalto".

Por corolário, com vistas a orientar práticas emancipatórias de planejamento urbano, ou seja, práticas que possibilitem "pequenos ganhos de autonomia" aos sujeitos em territórios semelhantes ao Alto das Antenas, esta dissertação buscou a "valorização dos sujeitos", traduzindo o "olhar de quem vive" em contraposição ao "olhar institucional" para esses territórios e para quem os ocupa, por meio de uma experimentação crítica, aqui traduzida como pesquisa-ação.

Essa conclusão objetiva, inicialmente, apontar a importância de um "novo" olhar para o espaço, para sua percepção, reconhecendo-o como socialmente formado. Novas práticas se formam no espaço a ser planejado (qualquer que seja) na medida em que deixamos de percebê-lo de forma "achatada", "planificada", reduzindo-se as práticas sociais e a vivência nele (e dele). E essa vivência, por sua vez, é dada pelas pessoas que o ocupam, vivem, formam, e são também por ele formadas e que, portanto, precisariam ser inseridas no processo de planejamento como sujeitos ativos (e não passivos) que se reconhecem como agentes da ação transformadora. Esses sujeitos, como aqui revelado, conseguem perceber claramente as contradições que lhes são usualmente apresentadas nesses processos institucionais de intervenção estruturante. Caso da Rose e da Cristal, que indicaram "aquele mato bonito" apresentado no projeto como "parque",

no Alto das Antenas, e riram juntas ao dizer que "só eles [os planejadores] pensam assim", uma vez que elas conhecem a real situação desse espaço: ocupado informalmente por centenas de famílias que não conseguiram acesso ao mercado formal de moradia e que, para conseguirem manter-se nele, têm que lançar mão de diversas *táticas*. Trata-se da representação do espaço, concebido e imposto sobre um espaço vivido, sem que esses que o vivenciam tivessem sido chamados para construir coletivamente as propostas para ele.

Ressalto que não estou dizendo que os planejadores ignoram a sociedade, mas, sim, que usualmente pensam o "social" separado do "espacial", como se o papel técnico fosse apenas equacionar melhorias físicas para o espaço (como se esse "físico" não formasse e fosse formado pelo "social", por aqueles que vivem esse espaço).

Quando eu cito, na introdução deste texto, que podemos aprender muito a partir da produção arquitetônica das favelas, diz respeito a evidenciar as práticas sócio-espaciais e a vivência e experiência do espaço ao invés de enfocar a abstração da concepção (que sobretudo exerce uma dominação sobre os sujeitos do espaço). Essa perspectiva pode ser lançada não só sobre um objeto de "planejamento urbano", mas também sobre um objeto de "projeto arquitetônico". Isso se traduziria, por exemplo, em não reproduzir espaços projetados só por sua estética e/ou funcionalidade, atribuindo um valor simbólico à "obra arquitetônica", sem considerar quem o ocupa, forma e é formado por esse espaço. O espaço projetado deveria expressar quem o vive (e, a essa "altura" da leitura desse texto, acredito que o leitor que ainda não fosse familiarizado com essas ideias, já entenda que essa "vivência" não se limita à moradia no espaço).

E assim retorno às perguntas que fiz na introdução deste texto, quando expresso o processo pessoal de aprendizado e tomada de consciência pelo qual passei durante e por meio do mestrado.

Se passo a compreender meu objeto de planejamento como um espaço socialmente construído, bem como sua lógica de produção, e então amplio meu *olhar* para descobrir as microrrelações dentro dele, com ele e para além dele, sem ignorar que, portanto, trata-se de um espaço *vivido*, reconhecendo assim sua *realidade cotidiana*, os saberes coletivos dos que nele vivem, convivem e o constroem, quantas possibilidades propositivas poderiam sair dali? Quanta riqueza de conteúdo poderia vir a ser experienciada e coletivamente construída ali? Quanto conhecimento poderia vir a ser produzido e apropriado pelos que dão vida a esse espaço e os que o planejam? Quais trocas entre o agente que planeja e os sujeitos do espaço planejado poderiam surgir? E, por fim, qual seria o papel dos técnicos se as perspectivas sócio-espacial e

autonomista fossem incorporadas ao processo de planejamento urbano?

Quiçá, por meio de tantas trocas e da incorporação dessas perspectivas, conseguiríamos nos aproximar um pouco do horizonte utópico de Souza, engendrando em nossas ações transformação social e alteração no status quo.

Isso posto, cito o outro objetivo dessa conclusão, relacionado ao título da dissertação, no sentido de orientar *práticas emancipatórias no planejamento urbano*. Ao final desse meu processo de tomada de consciência, e refletindo sobre possíveis diretrizes que poderiam apontar para um planejamento emancipatório, as ideias que me vinham à cabeça eram sempre associadas a processos participativos (provavelmente em razão do 'lugar' profissional em que tenho atuado). Por um lado, me sinto "desconfortável" com esse direcionamento (ou com essa abordagem), uma vez que a revisão bibliográfica e a construção e reflexão crítica que fiz nessa pesquisa não enfocou tais processos. Por outro, por meio das críticas (ainda que poucas) que apontei aqui a tais processos, baseada na minha vivência profissional, e também a partir da experimentação crítica (pesquisa-ação) por mim realizada, que se deu sobretudo por meio de um processo coletivo de encontros regulares com um grupo de moradores, me sinto "autorizada" a apontar diretrizes para práticas emancipatórias no planejamento urbano, para além do viés participacionista abstrato com predomínio da concepção e em direção ao espaço vivido.

Primeiramente, trago uma abordagem crítica dos processos ditos participativos, conforme aclarado por Kapp:

> Participação é quando os técnicos cedem um pouquinho dos seus recursos culturais aos beneficiários [da ação], mas continuam fazendo as regras, escolhendo a apresentação técnica, determinando em que momento outras pessoas podem dar palpite ou não e, enfim, tomando as decisões verdadeiramente importantes. (Nunca deveríamos usar os termos *participação* e *autonomia* em conjunto, porque são opostos. Autonomia significa fazer as próprias regras, enquanto participar é apenas como estar na festa de outra pessoa.) (KAPP, 2014, p. 121)

Concordando com a crítica acima expressa, chamei o processo que experienciei junto dos moradores de "processo coletivo", entendendo-o como o processo *construído junto dos sujeitos* do espaço planejado. A emancipação que se pretende em um "planejamento emancipatório" está diretamente direcionada a um sujeito. Emancipar é libertar-se; tornar-se independente. Um planejamento emancipatório, portanto, seria aquele que objetiva proporcionar meios para que o sujeito se torne mais livre, independente, ainda que não totalmente (o que é, naturalmente, impossível), no que diz respeito ao espaço em que ocupa e às decisões que toma acerca dele.

Além das análises já aqui demonstradas acerca da pesquisa por mim realizada, ela evidenciou, ainda, como é difícil que o processo de "emancipação" das pessoas se dê autonomamente, ou seja, sem que haja uma "influência" externa que as oriente. Essa "dificuldade", pude notar, por exemplo, ao ter que estimular os moradores a etiquetarem as fotos na atividade do 1º encontro. Ou quando tinha que pedir (e reforçar o estímulo) para que escrevessem nas cartelas dos murais. Ou, ainda, quando os incentivava a mobilizarem e convidarem mais moradores para os encontros. Sem esses estímulos, o grupo não se "movia". Como aqui já apontado, com base em Alves (2019), a atuação do educador em processos de aprendizagem sócio-espacial, mesmo quando não há intenção de controlar as interações e estimulando a reflexão, a crítica e dialogicidade, se dá por meio de estímulos heterônomos. Cabe destacar, que eu entendo que isso vale para qualquer grupo, independentemente de classe social, caso, por exemplo, da relação entre alunos e professores dentro da sala de aula. Contudo, há um agravante social no caso das classes trabalhadoras: o cansaço, fruto não só do tipo de trabalho mas também das distintas carências ou ausências com que, muitas vezes, estão associadas. "Elas precisam lutar pela sobrevivência física e social, tiveram poucas oportunidades de formação e, principalmente, têm pouco tempo para fazerem coisas além das urgências e dos compromissos cotidianos" (KAPP, 2014, p. 114). Assim, o trabalhador fica exaurido demais para se envolver, reivindicar ou lutar por qualquer coisa, ainda que sejam seus direitos (e essa "acomodação" que se reflete, é nada mais que o cenário ideal para a manutenção do status quo).

Nesse sentido, assim como a abordagem de Lefebvre nos induz, "ir além da filosofia e da teoria e alcançar a prática e a ação" (SCHMID, 2012, n.p.), a partir da pesquisa e análises realizadas, foi possível extrair quatro diretrizes em forma de práticas para orientar um planejamento emancipatório (que, conforme a perspectiva aqui traçada, se dariam em processos coletivos). São elas:

- Promover processos em que os sujeitos do planejamento (moradores do espaço planejado) não sejam passivos, mas ativamente envolvidos, com o objetivo de aprenderem do espaço que ocupam, para então poderem tomar decisões acerca desse espaço de modo mais informado (com mais consciência). Para tanto, é necessário que eles sejam, primeiramente, capacitados para entender esse espaço e todos os conceitos a ele relacionados. Nesse sentido, interfaces tais como a maquete física construída junto aos moradores no 2º encontro, revelam-se excelentes para que as trocas e tomada de consciência dos sujeitos se deem sem imposição e dialogicamente.
- Estimular a dialogicidade, "sem controlar a interação e estimulando a reflexão e a

crítica" (ALVES, 2019, p. 123), como feito por meio das duas dinâmicas com fotografias (etiquetadas e emolduradas pelos moradores), que levaram os moradores a refletirem sobre o espaço durante e depois da atividade, a partir dos compartilhamentos dos porquês das qualificações feitas.

- Evitar ao máximo, sempre que possível, fazer apresentações utilizando o *PowerPoint*, pensando sempre outras formas de levar e trocar conteúdos com o grupo. Interfaces criativas (únicas, conforme as características sócio-espaciais específicas de cada espaço) e, ainda, que demonstrem aos moradores que são eles os "sujeitos da ação" (tendo em vista reduzir a dependência deles para com os planejadores/pesquisadores) podem surgir ao longo do processo, a partir dessa diretriz. É o caso da interface criada para apresentar os conceitos de restrições e impedimentos legais e formar o mapa do Alto das Antenas, utilizando mapas desenhados por eles, caixas "conceituais" temáticas etc.
- Adotar ferramentas de "processos conversacionais" que objetivem mostrar aos sujeitos que eles também fazem parte e "constroem" o processo. Eles devem participar, por exemplo, da definição (e construção) do cronograma de encontros e de quais ferramentas eles consideram pertinentes serem usadas, deixando claro tratar-se de um processo horizontal e não impositivo, definido de cima para baixo.

No último mês da minha pesquisa, enquanto eu finalizava esta dissertação, a Urbel (junto a outros setores – que não sei precisar – da Prefeitura, e incluindo a polícia) iniciou a remoção de casas no Beco Mangueiras (Escadão) e outras áreas pertencentes à Vila Cemig, na divisa com o Alto das Antenas. Quando entrevistei a técnica da Urbel, em 2018, ela disse que quando as obras do Vila Viva fossem retomadas na região, eles "[precisariam] entregar um parque", pois o investimento para ele já havia sido conquistado junto à Caixa. Ao que tudo indica, juntando o relato dessa técnica aos relatos dos moradores durante minha pesquisa-ação, parece que a Urbel retomou a construção do muro que separa a Vila Cemig do Alto das Antenas (em algumas partes, trata-se de cerca), que teria a função de delimitar o que seria a área do "parque". Aqueles que estivessem "dentro da cerca", como os moradores contaram, seriam removidos. Ressalto que as casas no Beco Mangueiras não estavam indicadas para remoção no PGE (vide Figura 7 e Figura 8). Sua remoção foi indicada apenas no projeto do Vila Viva (vide Figura 11). Minha pesquisa não pode abarcar, buscar entender e acompanhar de perto essa "movimentação", em

razão, principalmente, de insuficiência de prazo.[123] Contudo, destaco a situação, pois é o que pode vir a acontecer com a porção pesquisada do Alto das Antenas em um momento futuro.

O grito dos moradores do "Escadão" ecoou. Eles buscaram apoio da Defensoria Pública (por meio, inclusive, da reunião que promovemos com a Defensora que já acompanhava o Alto das Antenas, realizada no dia 22 de agosto de 2019), e junto ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Ambos estão dando suporte à resistência desses moradores. No dia 28 de setembro de 2019, uma liderança da Vila Cemig enviou uma mensagem, em menção especificamente às demolições no citado beco, expressando seu lamento, sua angústia e sua revolta diante das ações da Urbel. Não me senti autorizada a publicar aqui sua mensagem, mas a menciono, pois ela evidencia as contradições da sociedade, o papel que o Estado exerce, contrário muitas vezes aos desejos, anseios, expectativas daqueles a quem ele, via de regra, deveria amparar. A menciono aqui, também, pois ela me fez, mais uma vez, refletir sobre o papel dos técnicos (ainda que bem-intencionados) quando se colocam a serviço do Estado.

A grande maioria dos processos ditos de "planejamento urbano" se inserem em contextos institucionalizados, em que o Estado é o agente promotor. Conforme elucidado por Kapp (2014), o arquiteto ocupa sempre uma posição de "dominado" dentro dos contextos em que se insere. Ele está sempre a serviço de "alguém", articulando seus recursos culturais (conhecimentos de diversos tipos) ora com o Estado, ora com o capital (econômico), ora com os interesses coletivos de algum grupo social (desprovido de recursos).

Tendo isso em mente, e reconhecendo-se ainda as características e limitações vinculadas aos "processos participativos", tais como revelado na crítica acima apontada de Kapp (2014), ainda que o arquiteto tenha boas intenções para com o grupo social que estiver trabalhando, articulando seus recursos culturais em favor desse grupo, a decisão final será do Estado (que, por sua vez, também articula distintos recursos a interesses próprios). Assim, o que coloquei aqui na forma de diretrizes, não é um "manual" a ser seguido cujo resultado será um "grupo emancipado". Mas uma orientação para que o arquiteto, reconhecendo essas forças em jogo, e consciente de que a decisão final virá do "lado mais forte" dessa disputa (seja o Estado, seja o capital), consiga trazer ao "processo coletivo" os dissensos (as distintas disposições de cada ator). E, assim, usando dos princípios expressos nessas diretrizes, orientar a emancipação do

[123] Além disso, como já apontado, embora na divisa com o Alto das Antenas, essa região pertence à Vila Cemig.

grupo, por vias que conduzam a transformações, para além do espaço, nos sujeitos, formando um planejamento crítico “não-arrogante”, que considere os “saberes locais”, as relações sócio-espaciais, “resistindo ao capitalismo dentro do capitalismo” e possibilitando “relações [mais] autônomas de produção do espaço”. Dito de outra forma, que o arquiteto não deixe de agir em razão das críticas associadas aos processos em que se insere, mas que, conhecendo-as, oriente, por meio desse processo, “pequenos ganhos de autonomia” aos sujeitos do espaço planejado.

REFERÊNCIAS

Arte de anfitriar. Disponível em: <https://www.artofhosting.org/pt-br/o-que-e-a-arte-de-anfitriar/>. Acesso em: jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5422: Projeto de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica: Procedimento**. Rio de Janeiro, 1985.

ALVES, Lucas Bezerra. **Exercícios de mobilização sócio-espacial: o jogo Oasis**. 2019. 295 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

ASSIS, Ana Paula Silva de. Games and insurgencies: towards agonistic participation in the production of space. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 3, dez. 2015.

BALTAZAR, Ana Paula. **Cyberarchitecture: the virtualisation of architecture beyond representation towards interactivity**. Tese (Doutorado) não publicada – The Bartlett School of Architecture, University College London, Londres, 2009.

BALTAZAR, Ana Paula *et al.*. Política habitacional de interesse social em Belo Horizonte: projetos viários, investimentos nos capitais e remoções x melhorias das condições sócio-espaciais. In: **XVII ENANPUR**. Sessão Temática 5: Habitação e a produção do espaço urbano e regional. São Paulo, 2017.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria técnica com interfaces. In: **IV ENANPARQ**. Sessão Temática: Moradia digna e assistência técnica: como os estudos, pesquisas e projetos de arquitetura e urbanismo estão avançando?. Porto Alegre, 2016.

_____. Learning from favelas: the poetics of users' autonomous production of space and the non-ethics of architectural interventions. In: **Reconciling poetics and ethics in architecture Conference***,* Montreal, 2007.

_____. Por uma arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. **Impulso** (Piracicaba), v. 17, p. 93-103, 2006.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal n° 7.165/1996**, que institui o Plano Diretor. Belo Horizonte, 1996.

_____. **Lei Municipal nº 7.166/1996**, que dispõe sobre o parcelamento, a ocupação e o uso do solo. Belo Horizonte, 1996.

_____. **Lei Municipal nº 8.137/2000**, que altera a Lei Municipal nº 7.166/1996 e regulamenta a Zona de Especial Interesse Social. Belo Horizonte, 2000.

_____. **Lei Municipal nº 9.959/2010**, que altera a Lei Municipal n° 7.165/1996, a Lei Municipal n° 7.166/1996 e o Capítulo VI da Lei Municipal n° 8.137/2000 que regulamenta a ZEIS e dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas Áreas de Especial Interesse Social. Belo Horizonte, 2010.

_____. **Lei Municipal n° 11.181/2019**, que aprova o Plano Diretor de Belo Horizonte e dá outras providências. Belo Horizonte, 2019.

_____. **Portal da Prefeitura de Belo Horizonte** (PBH). Disponível em: <http://portalpbh-hm.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=17484&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=50532&chPlc=50532>. Acesso em: out. 2018.

_____. **Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>. Acesso em: out. 2018.

BLANK, Gilda. Brás de Pina: uma experiência de urbanização de favela. In: Valadares, L. (org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. p. 93-124, 1979.

BRASIL. **Decreto Nº 35.851**, de 16 de julho de 1954, que regulamenta o art. 151, alínea c, do Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934). Rio de Janeiro, 1954.

_____. **Decreto Nº 84.398**, de 16 de janeiro de 1980, que dispõe sobre a ocupação de faixas de domínio de rodovias e de terrenos de domínio público e a travessia de hidrovias, rodovias e ferrovias, por linhas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências. Brasília, 1980.

_____. **Lei Federal nº 6.766/1979**, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Brasil. Brasília, 1979.

_____. **Lei Federal nº 12.651/2012**, que institui o Código Florestal. Brasília, 2012.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

BOURDIER, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. **Fractal:** Revista de Psicologia, Niterói, v. 21, n. 2, p. 337-350, maio/ago. 2009 apud VIEGAS, Glauce Cristine Ferreira Santos; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 5, pp. 68-94, set./out. 2015.

Caixa. **PAR – PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL**. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/programas_habitacao/par/index.asp>. Acesso em: out. 2018.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, fev. 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes. 1998.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. A cidade ilegal: notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. In: Brandão, C.A.L. (org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 145–156, 2006.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: CosacNaify, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 apud GRABOIS, Pedro Fornaciari. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. São Paulo: USP, v. 19, n. 2, pp. 07-27, 2011.

_____. Não ao sexo rei. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., pp. 229-242, 2004 apud GRABOIS, Pedro Fornaciari. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. São Paulo: USP, v. 19, n. 2, pp. 07-27, 2011.

_____. The eye of power. Prefácio a Jeremy Bentham, Le Panoptique, Paris, Belfon, 1977; reproduzido in: GORDON, Colin (Org.). **Power/Knowledge: Selected interviews and other writings by Michel Foucault, 1972-1977**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1980 apud SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução [da 2ª edição inglesa] Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

GONZALEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005 apud HONORATO, Bruno Eduardo Freitas; SARAIVA, Luiz Alex Silva; SILVA, Everton Rodrigues da. A construção social da ordem e da subversão nos discursos da (e sobre a) população em situação de rua de Belo Horizonte. **Organizações em Contexto**, Piracicaba, v. 13, n. 26, pp. 339-383, jul./dez. 2017.

GRABOIS, Pedro Fornaciari. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. São Paulo: USP, v. 19, n. 2, pp. 07-27, 2011.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Hoje em dia. Disponível em: <http://hojeemdia.com.br/acervo/vila-cemig-recebe-obras-do-vila-viva-1.116754>. Acesso em: mar. 2017.

HONORATO, Bruno Eduardo Freitas; SARAIVA, Luiz Alex Silva; SILVA, Everton Rodrigues da. A construção social da ordem e da subversão nos discursos da (e sobre a) população em situação de rua de Belo Horizonte. **Organizações em Contexto**, Piracicaba, v. 13, n. 26, pp. 339-383, jul./dez. 2017.

KAPP, Silke. Experiências em Assessoria Técnica e suas questões. In: **Assistência Técnica e Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: FNA/ CAU-RJ, 2014. p.113-122.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. Arquitetura livre. **Revista Arquitetura e Urbanismo**, n.123, junho de 2004.

_____. The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. In: Bulletin of Latin American Research, 2012, **Journal of the Society for Latin American Studies**, Malden: Blackwell, 2012.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices in architecture. Keynote lecture at Alternate Currents International Symposium, Sheffield, November, 2007, published in **Field: a free journal for architecture**, vol. 2, no. 1, Oct 2008, pp. 7–30.

KAPP, Silke *et al.*. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: **Anais do CTHab 2012 – IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano de Habitação Social**: ciência e tecnologia – Inovação e Responsabilidade. Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – PósARQ/UFSC e Associação Catarinense de Engenheiros – ACE/SC, 2012.

KOWARICK, Lúcio. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, pp. 171-211, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris, Anthropos, 1974.

_____. **The survival of capitalism: reproduction of the relations of production**. London, Allison & Busby, 1978.

MAC-ALLISTER, Mônica. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, edição especial, p. 171-181, 2004 apud SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, pp. 547-576, mar./abr. 2012.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 192 p.

MOURA, Débora Andrade Gomes. **A ilusão da formalidade: a consolidação de padrões e suas contradições em conjuntos habitacionais no Aglomerado da Serra**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

NASCIMENTO, Marco César Ribeiro; TEIXEIRA, Juliana Cristina; OLIVEIRA, Josiane Silva de; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os "rolezinhos" na cidade de Belo Horizonte (MG). **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 1, pp. 55-81, jan./fev. 2016.

ONU. Relatoria Especial da ONU para a Moradia Adequada. **Como Atuar em Projetos que Envolvem Despejos e Remoções?**. Guia. Supervisão Raquel Rolnik, textos Paula Ligia Martins, Marcia Saeko Hirata e Joyce Reis. 2009. Disponível em:

<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/01/guia_portugues.pdf>. Acesso em: 09 de mai. 2019.

_____. Relatoria Especial da ONU para a Moradia Adequada. **Querem nos despejar. E agora?**. Cartilha. 2012. Disponível em: <http://apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/folheto_remocoes_portugues.pdf>. Acesso em: 03 de set. 2019.

OPEN SPACE. **Welcome to Open Space**. Disponível em: <http://openspaceworld.org/wp2/>. Acesso em: 02 de nov. 2018 apud ALVES, Lucas Bezerra. **Exercícios de mobilização sócio-espacial: o jogo Oasis**. 2019. 295 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

Portal R7. Disponível em: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/lugar-de-mulher-e-na-obra-o-projeto-que-ensina-mulheres-de-baixa-renda-a-reformar-as-proprias-casas-14012017>. Acesso em: jul. 2019.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 367-382, 1996 apud ASSIS, Ana Paula Silva de. Games and insurgencies: towards agonistic participation in the production of space. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 3, dez. 2015.

RODRIGUES, Fábio da Silva; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. O cotidiano de um catador de material reciclável: a cidade sob o olhar do homem ordinário. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 9, n. 1, pp. 97-112, jan./abr. 2015.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, pp. 547-576, mar./abr. 2012.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henry Lefebre: em direção a uma dialética tridimensional. Traduzido por Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, No. 32, p. 89-109, 2012.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução [da 2ª edição inglesa] Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Colaboradores: André Grillo [et. al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558p.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013 apud MOURA, Débora. **A ilusão da formalidade: a consolidação de padrões e suas contradições em conjuntos habitacionais no Aglomerado da Serra**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

_____. Together with the state, despite the state, against the state – social movements as 'critical urban planning' agents. **City**, Vol. 10, No. 3, Dezembro de 2006.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 84, p. 153-173, jul. 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

TURNER, John. Habitação de Baixa Renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras. **Revista Arquitetura IAB**, n. 68, 1968.

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. **Diagnóstico/Diretrizes do Plano Global Específico da Vila Cemig**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2001a.

_____. **Levantamento de Dados do Plano Global Específico da Vila Cemig**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2001b.

_____. **Proposta/Hierarquização das Ações e Obras do Plano Global Específico da Vila Cemig**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2002.

_____. **Diagnóstico de Risco Geológico das Vilas e Conjuntos Habitacionais de Belo Horizonte – Vila Cemig**. Mapeamento e elaboração: Urbel – DMA. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2011.

_____. **Levantamento de Dados e Diagnóstico do Plano de Regularização Urbanística do Jardim Liberdade**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2016.

_____. **Relatório Técnico SUGT-Urbel nº 01/2017**. Programa Vila Viva da Vila Cemig/ Alto das Antenas. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 15 de dezembro, 2016.

VIEGAS, Glauce Cristine Ferreira Santos; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 68-94, set./out. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES DO ALTO DAS ANTENAS 282
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EX-MORADORES DO ALTO DAS ANTENAS (REMOVIDOS PELO PAC VILA VIVA – VILA CEMIG/ALTO DAS ANTENAS) 285
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA SOCIAL DO PAC VILA VIVA – VILA CEMIG/ALTO DAS ANTENAS 287
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR URBANÍSTICO E COM A COORDENADORA SOCIAL DO PAC VILA VIVA – VILA CEMIG/ALTO DAS ANTENAS 289
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTES INSTITUCIONAIS (GESTORA DO CENTRO DE SAÚDE VILA CEMIG E TÉCNICA DO CRAS VILA CEMIG) 290
APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TÉCNICO DA CEMIG DA ÁREA DE LINHAS DE TRANSMISSÃO 291
APÊNDICE G – FOTOS DO APARTAMENTO E DO PREDINHO CONSTRUÍDO PELA URBEL POR MEIO DO EMPREENDIMENTO OP 2009/2010 NA VILA JARDIM DO VALE 292
APÊNDICE H – PANFLETO PRODUZIDO PARA DIVULGAÇÃO DO VOO DO DRONE 294
APÊNDICE I – PANFLETOS PRODUZIDOS PARA DIVULGAÇÃO DOS ENCONTROS DE MORADORES 295
APÊNDICE J – REGISTROS FOTOGRÁFICOS COM MOLDURAS TEMÁTICAS FEITOS PELOS MORADORES NO 3º ENCONTRO 297
APÊNDICE K – FOTOGRAFIAS ETIQUETADAS PELOS MORADORES 300
APÊNDICE L – SLIDES DA APRESENTAÇÃO DO HISTÓRICO E DAS INTERVENÇÕES DOS PROGRAMAS MUNICIPAIS DE HABITAÇÃO NO 4º ENCONTRO DE MORADORES 304
APÊNDICE M – SLIDES UTILIZADOS NO 7º ENCONTRO DE MORADORES PARA DISCUSSÃO DAS OPÇÕES DE AÇÃO COLETIVA A SEREM FEITAS NO AA 308
APÊNDICE N – MONTAGEM DE FOTOS DO 1º AO 7º ENCONTROS E CONVITE PARA O 8º ENCONTRO, ENVIADOS PARA O GRUPO DE MORADORES NO WHATSAPP 310

APÊNDICE O – FORMULÁRIO MAIOR SUGERIDO PARA CADASTRO DE FAMÍLIAS 312
APÊNDICE P – FORMULÁRIO RESUMIDO SUGERIDO PARA CADASTRO DE FAMÍLIAS 318
APÊNDICE Q – CARTILHA DE MORADORES CONTRA REMOÇÕES FORÇADAS E DE DIREITO À MORADIA 322

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES DO ALTO DAS ANTENAS

1) Pesquisador se apresenta

Sou uma pesquisadora da Escola de Arquitetura da UFMG e estou fazendo uma pesquisa aqui no bairro. Pretendo conhecer a história de formação daqui, as relações e vivências entre os moradores e entender o processo de remoções realizado pela Prefeitura por meio do Programa Vila Viva. É importante eu deixar claro que esta pesquisa tem fins acadêmicos, ou seja, nós não iremos executar nada no bairro. Eu vou aprender muito com vocês durante o tempo em que eu estiver aqui estudando o bairro, em um processo coletivo de trabalho que considere os interesses dos moradores como ponto central, e que pretende sistematizar e disponibilizar informações técnicas daqui que contribuirão na auto-organização da comunidade, nas tomadas de decisão acerca desse espaço e em negociações com agentes externos.

2) Pesquisador faz um enunciado geral

Queremos entender qual a história de formação daqui, como é o dia-a-dia de vocês, como vocês se relacionam entre si, se fazem coisas juntos, como se organizam para construir suas casas e os espaços coletivos (como ruas, locais de encontro), como são os lugares de moradia, trabalho e lazer, como se deu o processo de obras e remoções do Programa Vila Viva e como foi o envolvimento da população com a Prefeitura e com outros agentes externos durante esse processo.

3) Pesquisador pede para gravar

Você/ A senhora concorda de gravarmos a entrevista? Vamos usar a gravação apenas para nós, para ter certeza de não perder nada do que você contar.

4) Aquecimento: pedir dados fáceis de responder

- Por favor, você pode falar seu nome, onde você mora e há quanto tempo mora aqui?
- Primeiramente, por qual nome você reconhece esse bairro/vila? Por que reconhecem por esse nome? Quais são os limites que você entende que esse bairro tem (até onde ele vai)?
- Então, fala pra gente um pouco da história daqui, como esse lugar se formou...
- Mudou muito aqui desde que você conhece?

5) Passando pelos tópicos

- Você sabe há tempo essa vila (ocupação) existe?
- Como é o dia a dia aqui?
- Quantas pessoas moram na sua casa? Como são as famílias aqui?
- O que você costuma fazer aqui? Quando não estão em casa, o que fazem?
- Tem algum lugar onde gostam de ir? Sozinhos ou para reunir com outros?
- O que você mais gosta daqui?

- Qual sua relação com os bairros do entorno (Vila Cemig, Conjunto Esperança e Jardim Liberdade)? Existe alguma dependência deles?
- Os moradores aqui fazem coisas juntos?
- Como vocês se organizam para construir suas casas (como são construídas)? E os espaços coletivos (ex.: ruas, aquele largo sob a sombra das árvores na Rua União)?
- Como é definido o terreno (espaço privado) de cada casa e a rua/beco (espaço público)?
- Como são os lugares de moradia? E os espaço de trabalho daqui, como são? E os de lazer? Existe articulação entre esses espaços (como se dá)?
- Esses espaços (de moradia, trabalho e lazer) são suficientes para atendê-los?
- Alguém aqui tem escritura do terreno?
- Por que você veio morar aqui? Isso se aplica à maioria das pessoas que moram aqui?
- As pessoas que moram aqui vieram de onde (BH – outros bairros, outros municípios)?
- Continuam chegando novos moradores para cá (o bairro segue crescendo)?
- Ainda tem moradores originais aqui? Quantos, mais ou menos?
- Os moradores daqui entendem que correm algum risco de serem removidos? *Se sim:* Você acha que eles não sabem desse risco? Você acha que vale a pena investir em melhorias para cá?
- Você acha que existe algum risco em morar ou ficar abaixo de linhas de transmissão? Já aconteceu alguma coisa (por exemplo: as pipas que as crianças soltam)?
- O mercado imobiliário atua aqui (há compra e venda de lotes e casas)? Ou a ocupação acontece por meio de concessões e ocupações espontâneas do espaço?

Agentes externos que influenciam ou podem influenciar o espaço:

- O que você me conta sobre a atuação da Prefeitura aqui?
- Você tem notícia de alguma mudança na comunidade por causa de agentes de fora? *Se não houver eco, pode se dar a dica:* E a Cemig interfere de alguma forma aqui?
- Você chegou a receber alguma carta (notificação/intimação) da Cemig ou da Prefeitura? *Se a pessoa tiver recebido, perguntar se ela tem a carta e se podemos fotografá-la*. Conhece alguém (mais) que tenha recebido?
- Sabe de alguma atuação da Universidade aqui? Qual Universidade?
- E da Defensoria Pública?
- Sabe de alguém daqui ou de fora que auxilia àqueles que receberam as cartas da Prefeitura para serem removidos?
- Há algum grupo ou órgão externo que atue aqui no bairro (ex.: igrejas, associações de bairro etc.)?

6) Perguntas para pessoas que participaram do processo de remoção do Vila Viva ou tenham tido algum contato/tenham algum conhecimento sobre:

- Você já ouviu falar no Plano Global Específico (PGE) elaborado em 2001 para essa região? *Se sim:* Participou de alguma etapa? *Pedir para a pessoa contar o que sabe...*
- Em relação às obras do Vila Viva, como elas foram conduzidas aqui?
- Os moradores foram consultados ou comunicados sobre as intervenções que seriam feitas aqui?
- Como a Prefeitura estabelecia diálogos com os moradores?
- A Prefeitura realizava reuniões com os moradores? Como eram convidados? Como eram as reuniões? Eram frequentes?
- Como foi o processo de remoção das famílias pelo Programa Vila Viva?
- Sua família chegou a ser indicada para remoção? *Se sim:* O que aconteceu? Como foi ou tem sido esse processo?
- Houve conflitos?
- Alguma família se opôs às remoções? Como a Prefeitura procedia nesses casos? As decisões eram deliberadas pela Prefeitura mesmo quando os moradores discordavam?
- Você sabe se os moradores, de modo geral, preferiam permanecer aqui ou receber um apartamento? (Mesmo se fosse longe daqui?)
- Você conhece alguma família que foi removida e sabe onde ela foi reassentada?
- Você tem conhecimento se os membros das famílias removidas foram reassentados próximos uns dos outros? (E os que eram mais amigos ou tinham algum grau de parentesco?)
- Os reassentamentos foram em locais afastados ou locais próximos daqui? Você sabe como se deu a escolha de quem ia para onde?
- Têm famílias que voltaram para cá? Por quê? O que fizeram com o apartamento que haviam recebido?

7) No que diz respeito a expectativas futuras:

- O que você acha que essas intervenções feitas por agentes externos têm feito com o lugar aqui e com sua vida?
- Como você imagina que deveria ser o lugar ideal para você morar? Você acha que isso é possível de acontecer aqui?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EX-MORADORES DO ALTO DAS ANTENAS (REMOVIDOS PELO PAC VILA VIVA – VILA CEMIG/ALTO DAS ANTENAS)

1) Pesquisador se apresenta e faz enunciado geral (apresentação, vínculo com Universidade, não criar expectativas, explicação breve da pesquisa etc.).

2) Pesquisador pede autorização para gravar a conversa

3) Aquecimento: pedir dados fáceis de responder

- Pedir para o(a) entrevistado(a) falar seu nome.
- Por qual nome reconhece o assentamento? Tem outro(s) nome(s)? De onde vem o(s) nome(s)?

4) Passando pelos tópicos

- Sabe o histórico de formação do assentamento?
  - Quando surgiu?
  - Quem foram os primeiros moradores?
  - Por que foram morar lá?

Sobre o(a) entrevistado(a):

- Por quanto tempo morou no assentamento (de quando a quando)?
- Por que foi morar lá?
- Quando morava lá, como era sua rotina?
- Como era sua casa?
- Como as casas eram construídas (autoprodução, mutirão)?
- Quantas pessoas moravam com você? São as mesmas que moram hoje aqui?
- O que você faz para lazer hoje? E antes de morar aqui neste Conjunto?

Sobre as obras do Vila Viva:

- Como foram as obras feitas pela Prefeitura (Urbel) lá no assentamento?
- Quando começaram as obras (remoções)? E quando foram interrompidas?
- Os moradores foram envolvidos no processo (antes ou durante)?
  - Tinham reuniões com moradores?
  - Como eram estas reuniões?
  - Como os moradores eram convidados para as reuniões?
- Como te avisaram que iam demolir sua casa e que você seria removida?
- Como foi a negociação com a Urbel?
- Você que escolheu morar neste prédio/nesta casa (no caso de ter sido indenizada)? Como foi o processo?

- No caso de morador de predinho:
  - Você já conhecia as outras pessoas que vieram morar aqui neste Conjunto?
  - Como é a convivência com seus vizinhos aqui?
- E antes, como era?
- Como é morar aqui?
  - O que tem de bom?
  - O que tem de ruim?
  - O que sente falta, ou gostava mais antes?
- Você prefere morar aqui ou no assentamento? Por quê?
- O que a intervenção da Prefeitura fez com sua vida?

Geral sobre assentamento:

- Antes das obras do Vila Viva, alguma intervenção era feita no assentamento? Por quem?
- Têm pessoas que foram removidas e voltaram a morar lá? Por quê?
- Por que acha que o assentamento vem sendo reocupado?
- Já existiu organização coletiva ou associação comunitária atuante lá? E hoje?
- Você entende que o assentamento está em área de risco? Por quê?
- Qual futuro você vê para o assentamento e as famílias que moram lá hoje?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA SOCIAL DO PAC VILA VIVA – VILA CEMIG/ALTO DAS ANTENAS

1) Pesquisador se apresenta e faz enunciado geral

Meu nome é Daniele, sou arquiteta e estou fazendo mestrado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Meu objeto de pesquisa é a região conhecida como Alto das Antenas e, para tanto, eu gostaria de entender como se deu o processo de obras do Programa Vila Viva na região, com especial enfoque nos processos de remoções e reassentamentos das famílias atingidas. Eu gostaria de entender como foi construída, ou definida, a proposta de intervenção para o local (o projeto), quais foram as obras definidas e como essas foram conduzidas: se limitaram-se a remoções ou se outras intervenções foram feitas (ou estavam previstas) no local; se o objetivo era remover a ocupação completamente ou se alguma parte seria/poderia ser regularizada; como foi a articulação com os moradores, se foram realizadas reuniões para informá-los sobre o processo e as obras; se sim, como essas reuniões ocorriam. Por fim, gostaria de entender os tempos: quando começou o projeto; quando começaram as obras; quando elas foram interrompidas; e quais as perspectivas, ou ações futuras previstas, por parte da Prefeitura para o Alto das Antenas.

2) Passando pelos tópicos

Quando começaram as obras do Vila Viva na Vila Cemig? E no Alto das Antenas?

Sabe como a Prefeitura tratava o Alto das Antenas antes das intervenções do Vila Viva (alguma ação/intervenção/melhoria pública era feita no local)?

Quem conduz as obras? Empresa privada com acompanhamento da Prefeitura (Urbel)? Quais são as responsabilidades de cada um?

O órgão da Prefeitura responsável por atuar na região é a Urbel? Outros setores públicos municipais atuam lá? *Se sim,* Quais? Como se diferencia a Urbel de outros órgãos da Prefeitura? E da empresa contratada responsável pela obra?

Aconteceu algum processo de obra/intervenção no Alto das Antenas fora do programa Vila Viva?

Como a prefeitura e a Cemig lidam com a região do Alto das Antenas? Existem limites para a intervenção, interveniência, ou responsabilidades de cada um desses órgãos?

A área do Alto das Antenas é de propriedade de quem? Alguns moradores dizem que parte dela é pública e parte é da Cemig...

Outros órgãos/instituições (públicas ou não) já tiveram alguma participação ou envolvimento na área? Qual(is) e como se deu?

Como se deu o processo de concepção do projeto de intervenção no Alto das Antenas: levou em consideração o PGE? Você sabe qual a justificativa para a remoção de toda a ocupação no Alto das Antenas?

Sabe por que o PGE e o Vila Viva na Vila Cemig englobaram a área do Alto das Antenas mesmo ela não sendo ZEIS? *Se não,* Saberia indicar alguém para eu conversar que saiba contar mais sobre isso?

Como os moradores foram avisados que teriam que ser removidos? Foi explicado o porquê de terem que sair dali? Como é feita essa articulação com os moradores, de modo geral? *Pedir pra explicar o processo (reuniões, atendimentos individuais ou outros)*

Houve resistência por parte dos moradores? Situações de conflitos? *Se sim,* Como foram tratados?

Quais problemas/entraves desse processo foram identificados? Medidas para solucioná-los foram feitas, ou estão sendo pensadas?

Enquanto as remoções das edificações existentes eram feitas, outras novas eram construídas? *Se necessário, citar o processo de "enxugar gelo" (expressão utilizada por um dos engenheiros da obra durante uma visita que fiz ao local com técnicos da Diretoria de Planejamento da* Urbel *em 2016), em que foi relatado que, enquanto as edificações existentes eram removidas, outras novas eram construídas concomitantemente.* Novos "domicílios" estavam sendo forjados? Quais critérios a Urbel utilizou para enquadrar uma edificação como "domicílio"? Você acha que o intuito/expectativa dos que construíram essas edificações novas era ser reassentado em um dos apartamentos construídos ou receber indenização em dinheiro?

Onde se localizam os apartamentos construídos pelo Programa? As famílias que escolhiam se seriam reassentadas ou indenizadas?

Em relação ao nome Alto das Antenas, você sabe "de onde veio", quem definiu (Prefeitura, moradores, outros)?

Você sabe o histórico de ocupação do Alto das Antenas? *Se não,* Saberia indicar alguém que saiba contar?

Como se dá a comunicação entre os moradores do Alto das Antenas e a Urbel? Existe alguma liderança ou morador a quem a Prefeitura recorra?

Moradores do Alto das Antenas contam que após as remoções do Vila Viva a Copasa e a Cemig foram impedidas de fazer ligações domiciliares nas casas locais e que, antes das obras, elas eram feitas. Existe mesmo esse impedimento, por parte da Prefeitura, às concessionárias?

Como a Urbel vê a situação da área hoje, com sua ocupação crescente? Quais ações têm sido tomadas? Medidas para conter a ocupação existente ou impedir novas ocupações têm sido feitas? Como? Alguma obra de melhoria no local já foi feita ou prevista por parte da Prefeitura? Por quê?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR URBANÍSTICO E COM A COORDENADORA SOCIAL DO PAC VILA VIVA – VILA CEMIG/ALTO DAS ANTENAS

1) Pesquisador se apresenta e faz enunciado geral

Meu nome é Daniele, sou arquiteta e estou fazendo mestrado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Meu objeto de pesquisa é a região conhecida como Alto das Antenas. Eu gostaria de entender como se deram os processos de elaboração do projeto e execução das obras do Programa Vila Viva na região.

2) Passando pelos tópicos

Quando começaram as obras do Vila Viva na Vila Cemig? E no Alto das Antenas?

Uma mesma empresa contratada conduz o processo de elaboração do projeto e a execução das obras, com acompanhamento da Urbel?

Como se deu o processo de concepção do projeto de intervenção no Alto das Antenas: levou em consideração o PGE? Você sabe qual a justificativa para a remoção de toda a ocupação no Alto das Antenas?

Sabe por que o PGE e o Vila Viva na Vila Cemig englobaram a área do Alto das Antenas mesmo ela não sendo ZEIS?

Como os moradores foram avisados que teriam que ser removidos? Foi explicado o porquê de terem que sair dali? Como é feita essa articulação com os moradores, de modo geral? *Pedir pra explicar o processo (reuniões, atendimentos individuais etc.)*

Enquanto as remoções das edificações existentes eram feitas, outras novas eram construídas? Por que você acha que isso aconteceu?

Existem hoje ligações de água da Copasa e de energia da Cemig dentro do Alto das Antenas? E antes das obras do Vila Viva, existia? Como elas são feitas?

Como a Urbel vê a situação da área hoje, com sua ocupação crescente? Quais ações têm sido tomadas ou estão previstas a serem tomadas?

Medidas para conter a ocupação existente ou impedir novas ocupações têm sido feitas?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTES INSTITUCIONAIS (GESTORA DO CENTRO DE SAÚDE VILA CEMIG E TÉCNICA DO CRAS VILA CEMIG)

1) Pesquisador se apresenta e faz enunciado geral

Meu nome é Daniele, sou arquiteta e estou fazendo mestrado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Meu objeto de pesquisa é a região conhecida como Alto das Antenas. Eu gostaria de entender como é o trabalho de vocês aqui na região, quais bairros são atendidos por esta unidade, e qual a percepção e atuação de vocês especificamente em relação ao Alto das Antenas e seus moradores.

2) Passando pelos tópicos

Você poderia me explicar como é o trabalho de vocês aqui?

Quais bairros são atendidos?

Há quanto tempo vocês atuam aqui na região?

Como é a relação desta unidade com o Alto das Antenas e seus moradores?

Tem alguma especificidade no trabalho de vocês em relação ao Alto das Antenas (alguma diferença em relação à atuação que é feita nos demais bairros atendidos)?

Como você vê a questão da violência dentro e fora do assentamento Alto das Antenas? A violência do entorno seria de alguma forma atribuída/vinculada ao Alto das Antenas?

O morador atendido tem uma ficha de cadastro? *Se sim,* Na ficha de um morador do Alto das Antenas fica indicado o endereço deles lá (ou seja, lá eles têm um endereço reconhecido) ou é necessário apontarem alguma residência dos bairros mais consolidados do entorno (como Vila Cemig ou Conj. Esperança)?

O Alto das Antenas é uma área de risco (ou seja, seus moradores estão sob algum tipo crítico de risco)? Qual(is) risco(s)?

Você sabe algo da história de formação do Alto das Antenas?

Sabe de onde veio esse nome? Tem algum outro nome pelo qual o assentamento é reconhecido?

Como você vê o processo de ocupação deste assentamento? E o processo de remoções feitas pela Prefeitura, como você vê? E por que você acha que o assentamento esta' sendo reocupado?

Quais perspectivas você vê para esse assentamento e a população que nele reside? Há perspectivas de consolidação dele?

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TÉCNICO DA CEMIG DA ÁREA DE LINHAS DE TRANSMISSÃO

Enunciado geral: Sou arquiteta e estou fazendo mestrado em Arquitetura na UFMG. Para a minha pesquisa é importante entender um pouco mais sobre as linhas transmissão e alguns aspectos a elas relacionados, tais como os usos permitidos e não permitidos abaixo delas, a definição das faixas de segurança e servidão, as normas adotadas pela Cemig etc.

- O "caminho" por onde passam linhas de transmissão, via de regra, é de **propriedade** da Cemig? Esse "caminho" constitui-se como **faixa de servidão**? E como **faixa de segurança**? Sabe a diferença entre eles?
- Qual a **norma**, ou lei (caso exista), seguida pela Companhia, que **estabelece** a largura da **faixa de segurança**? Como ela é definida?
- Por que essa faixa de segurança é definida?
- Quais os **riscos reais dentro dessa faixa, abaixo das linhas**? *(é para manutenção? Por risco de arrebentarem os cabos? Ou risco de choque por descarga elétrica nas torres ou no solo? Se sim, entender o fenômeno tecnicamente)*
- Qual a **norma**, ou lei (caso exista), seguida pela Companhia, que **estabelece os usos permitidos e proibidos** dentro da faixa de segurança? Quais são eles?
- A Cemig faz estudos de análise de viabilidade técnica e financeira para implantação de **linhas de transmissão subterrâneas**? Se sim, há algum caso aplicado em MG? Por que não é muito adotado?
- **Como a Cemig tem lidado com áreas** debaixo de linhas de transmissão que são **ocupadas irregularmente com moradias** (favelas, assentamentos vulneráveis de população de baixa renda)?
- **Por que essas áreas** (ocupações debaixo das LT) **existem**?
- Como atuam quando percebem que tem uma casa sendo construída debaixo da LT, notificam, multam o construtor?
- Você sabe de vilas em BH onde a Cemig já chegou a fazer remoções de casas debaixo de LT? *(como no Morro das Pedras, uns anos atrás)*
- O **morador removido é indenizado** pela construção? Como é calculado o valor da indenização?
- Há alguma parceria com a Prefeitura para a remoção de famílias? Sabe dizer se a Cemig participa, de alguma forma, na provisão de nova moradia à família?
- Sabe de algum caso em que as LT foram (ou serão) realocadas para preservar a ocupação existente abaixo delas? *(ouvi falar isso na Vila Pinho)*

APÊNDICE G – FOTOS DO APARTAMENTO E DO PREDINHO CONSTRUÍDO PELA URBEL POR MEIO DO EMPREENDIMENTO OP 2009/2010 NA VILA JARDIM DO VALE

Foto 1. Frente do prédio

Foto 2. Lateral do prédio

Foto 3. Padrões de água na frente do prédio

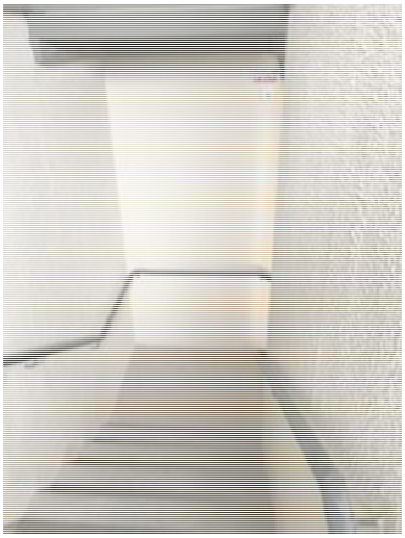


Foto 4. Escada de circulação do prédio

Foto 5. Sala do apartamento

Foto 6. Cozinha do apartamento e área de serviço, ao fundo

Foto 7. Área de serviço do apartamento

Foto 8. Banheiro do apartamento

Foto 9. Quarto do apartamento

Foto 10. Quarto do apartamento

Foto 11. Vista da área de serviço do apartamento

Foto 12. Vista da sala do apartamento

Fonte: Acervo da autora, set./2018.

APÊNDICE H – PANFLETO PRODUZIDO PARA DIVULGAÇÃO DO VOO DO DRONE

Figura 1. Panfleto de divulgação do voo do drone (interface para mobilizar moradores para o início da pesquisa-ação)

Fonte: Acervo da autora, mar./2019.

APÊNDICE I – PANFLETOS PRODUZIDOS PARA DIVULGAÇÃO DOS ENCONTROS DE MORADORES

Figura 1. Panfleto do 1º Encontro de moradores

Fonte: Acervo da autora, mar./2019.

Figura 2. Panfleto do 2º e 3º Encontros (previstos, originalmente, para o mesmo dia)

Fonte: Acervo da autora, mar./2019.

Figura 3. Panfleto do 3º Encontro de moradores

Fonte: Acervo da autora, abr./2019.

Figura 4. Panfleto do 4º Encontro de moradores

Fonte: Acervo da autora, abr./2019.

Figura 5. Panfleto do 5º Encontro de moradores

Fonte: Acervo da autora, abr./2019.

Figura 6. Panfleto do 6º Encontro de moradores

Fonte: Acervo da autora, mai./2019.

Figura 7. Panfleto do 7º Encontro de moradores

Fonte: Acervo da autora, mai./2019.

Figura 8. Panfleto do 8º Encontro de moradores

Fonte: Acervo da autora, mai./2019.

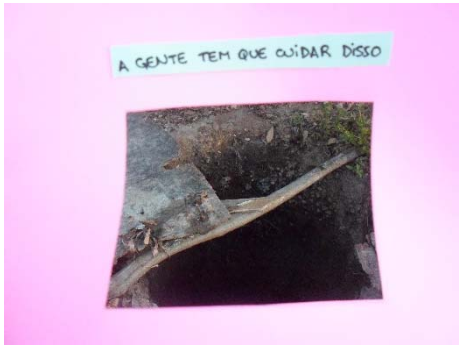
* Tarjas foram usadas aqui sobre o nome e endereço do local de realização dos encontros para preservar a identidade do proprietário.

APÊNDICE J – REGISTROS FOTOGRÁFICOS COM MOLDURAS TEMÁTICAS FEITOS PELOS MORADORES NO 3º ENCONTRO

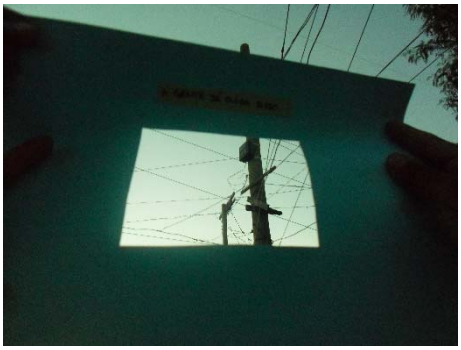
Grupo I

“Isso nos alegra”: a casa da gente

“Isso nos entristece”: a situação das ruas

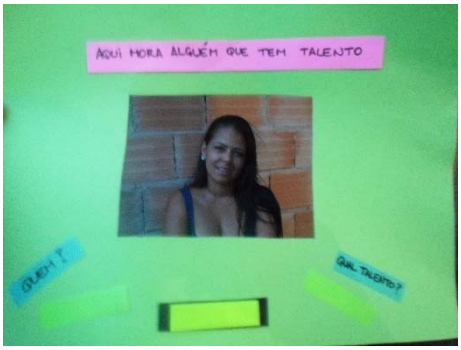


“A gente tem que cuidar disso”: buracos nas ruas



“A gente já cuida disso”: energia elétrica

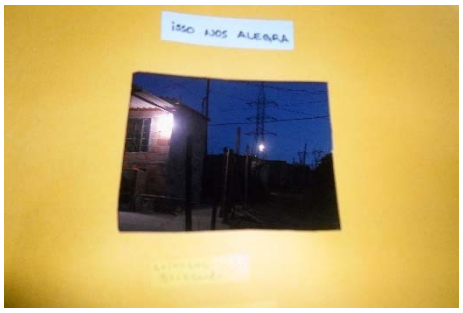
“Aqui mora alguém que tem talento”: doceira e salgadeira



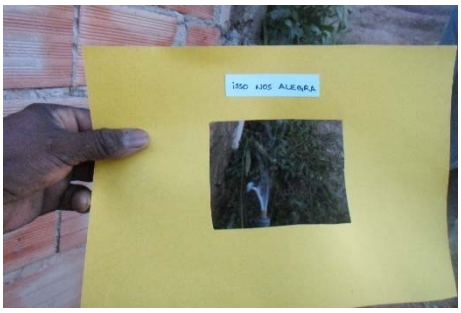
“Aqui mora alguém que tem talento”: cabeleireira

Fonte: Acervo da autora, abr./2019.

Grupo II

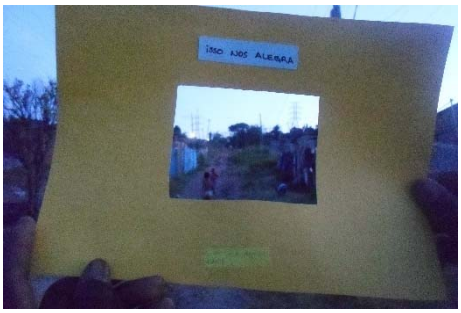


“Isso nos alegra”: ter luz em casa”



“Isso nos alegra”: ter água em casa”

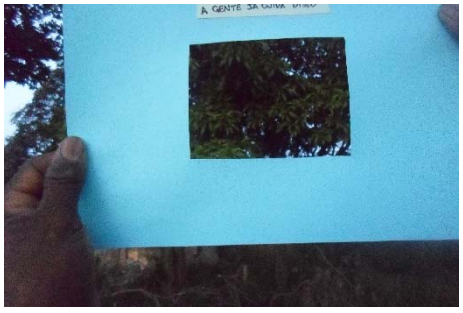
“Isso nos alegra”: ter crianças



“Isso nos alegra”: crianças brincando nas ruas

“Isso nos entristece”: a situação das ruas

“A gente tem que cuidar disso”: construção das casas



“A gente já cuida disso”: árvores frutíferas

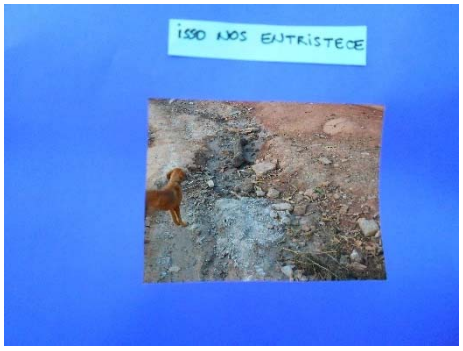
“Aqui mora alguém que tem talento”: cozinheira que vende marmita

Fonte: Acervo da autora, abr./2019.

Grupo III

“Isso nos alegra”: mina d’água

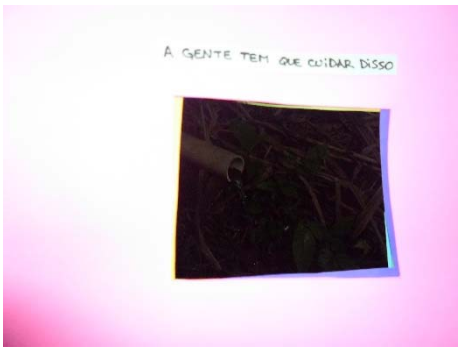
“Isso nos alegra”: mina d’água usada por moradores para coleta de água limpa



“Isso nos entristece”: a situação das ruas

“A gente tem que cuidar disso”: situação das ruas

“A gente tem que cuidar disso”: mato nas margens dos córregos



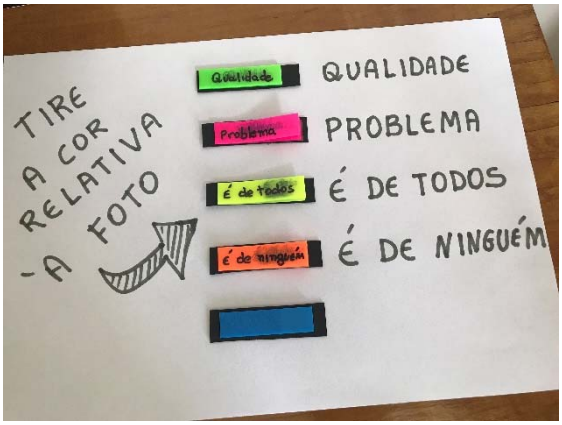
“A gente tem que cuidar disso”: situação da mina d’água (para preservá-la)

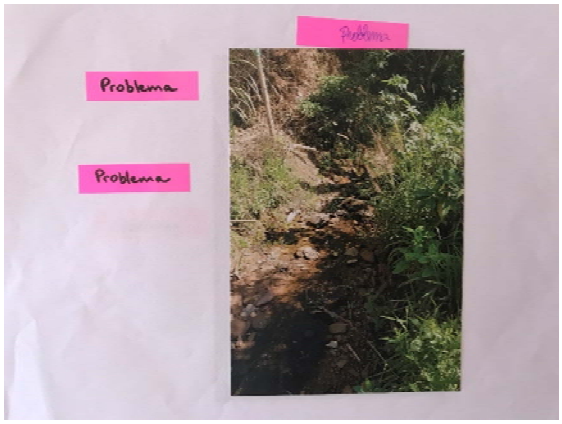
“Aqui mora alguém que tem talento”: músico e compositor

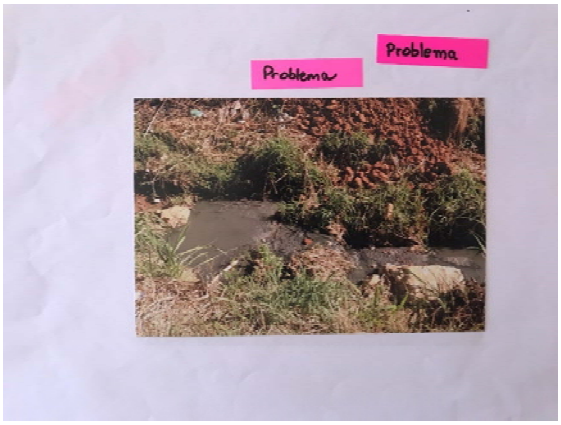
“Aqui mora alguém que tem talento”: varredor de rua

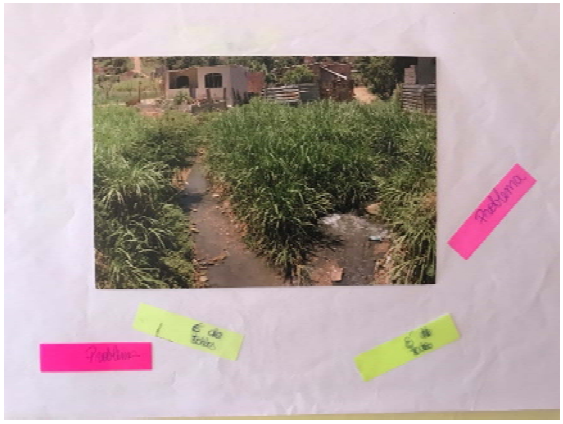
Fonte: Acervo da autora, abr./2019.

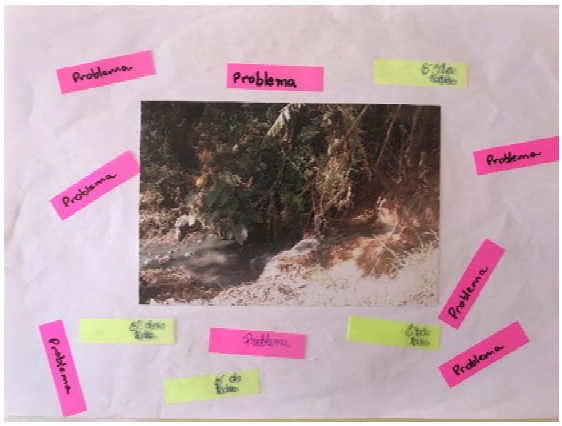
APÊNDICE K – FOTOGRAFIAS ETIQUETADAS PELOS MORADORES

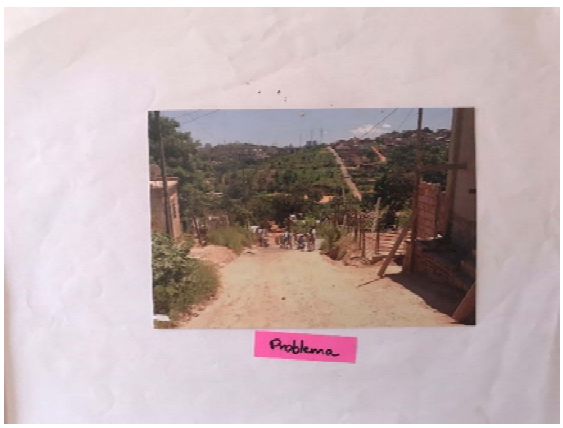


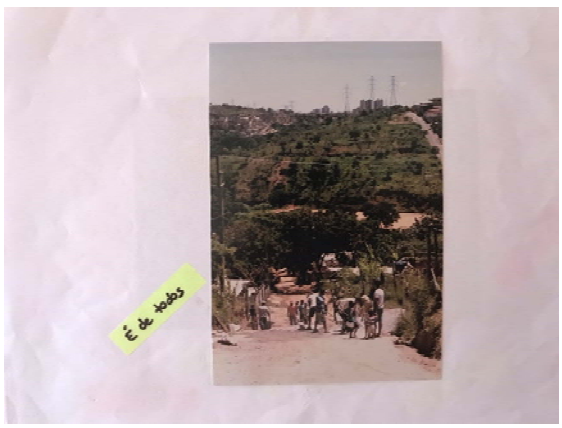


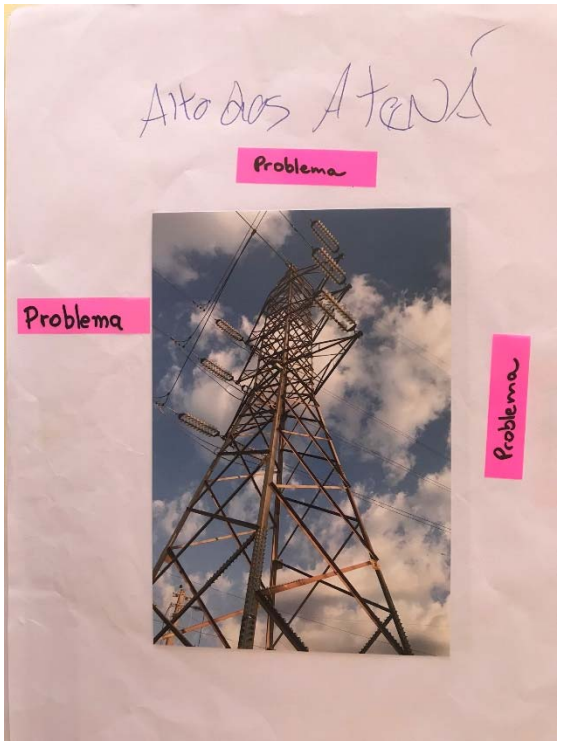


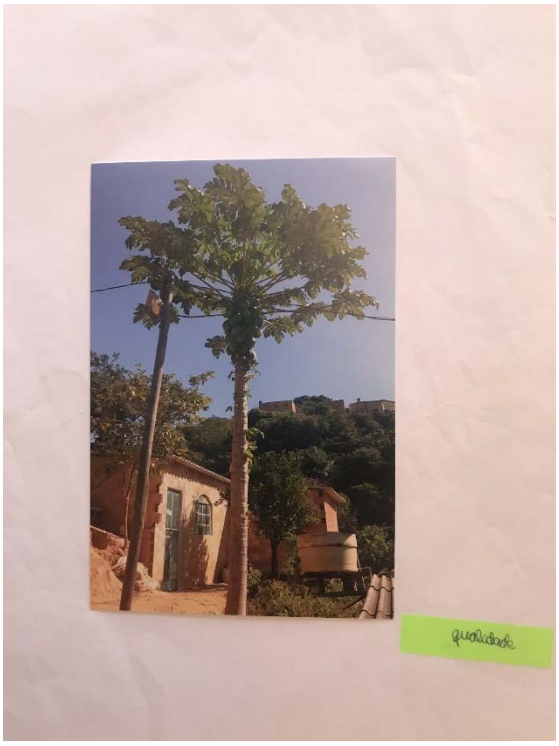


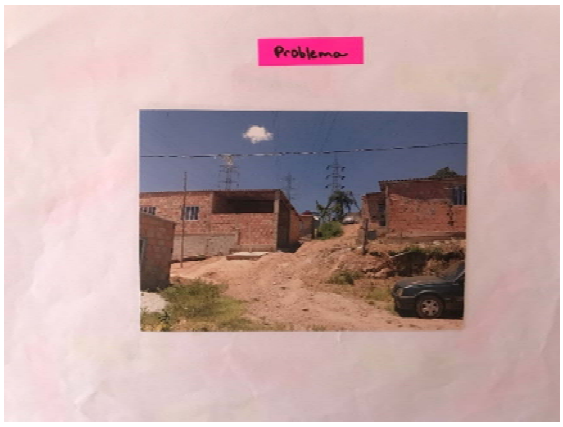


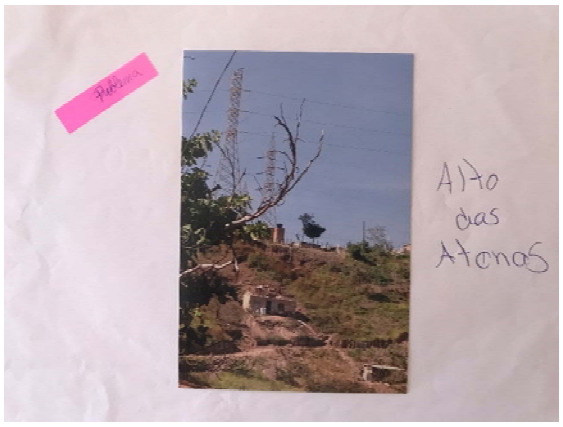


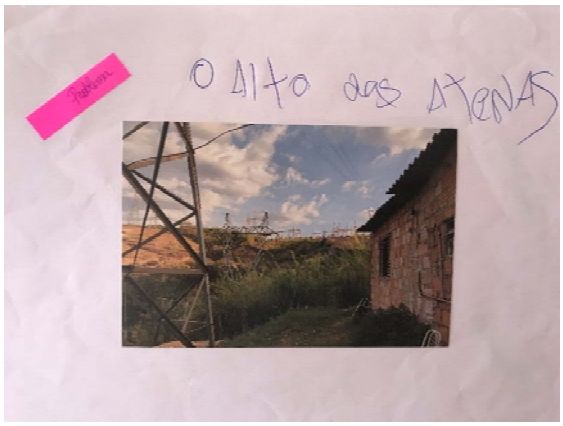



Alto dos Atenás
Problema
Problema
Problema

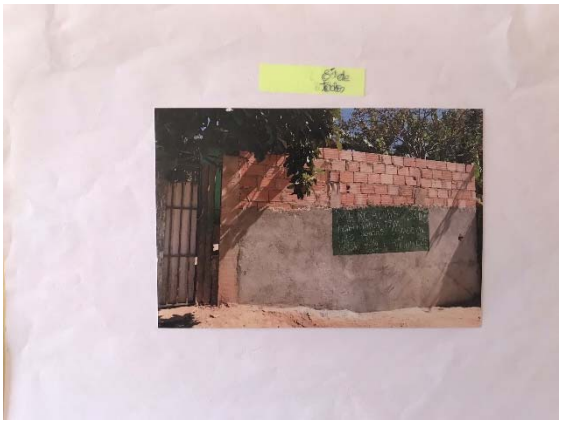

qualidade

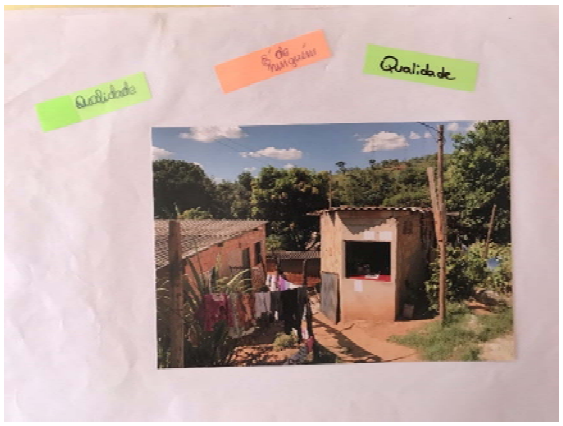

Problema

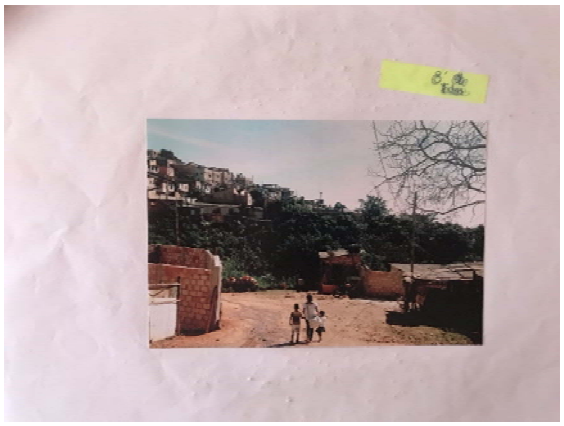

Alto
das
Atenas

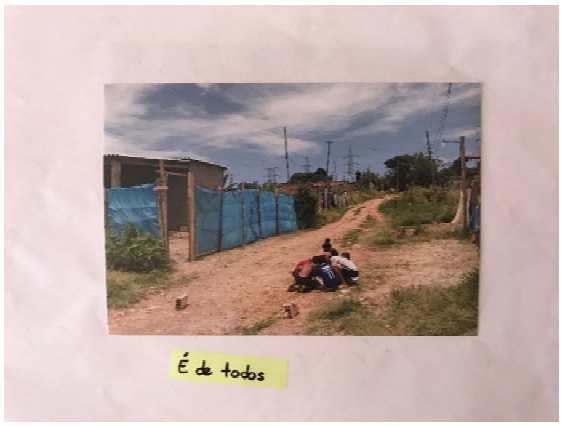

O Alto das Atenas

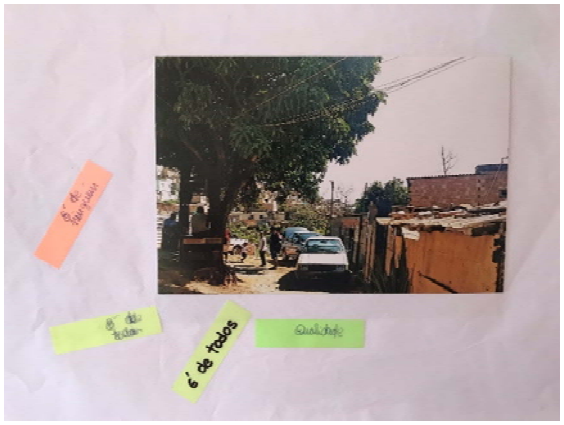
Problema
Qualidade

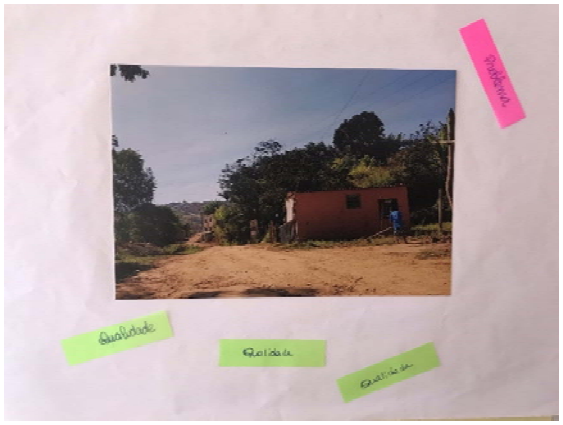


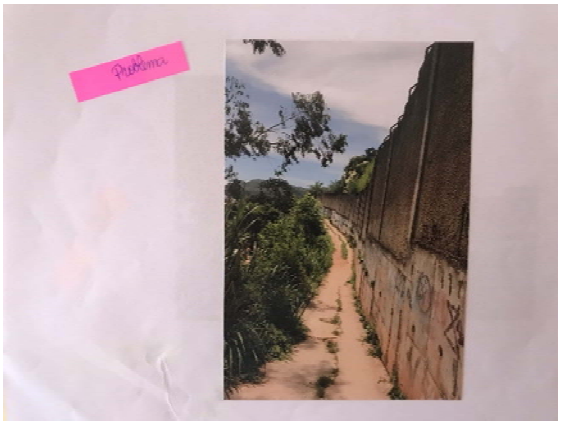

Qualidade
Qualidade

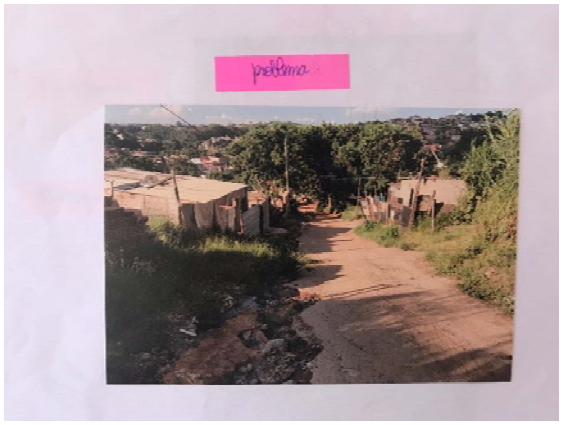


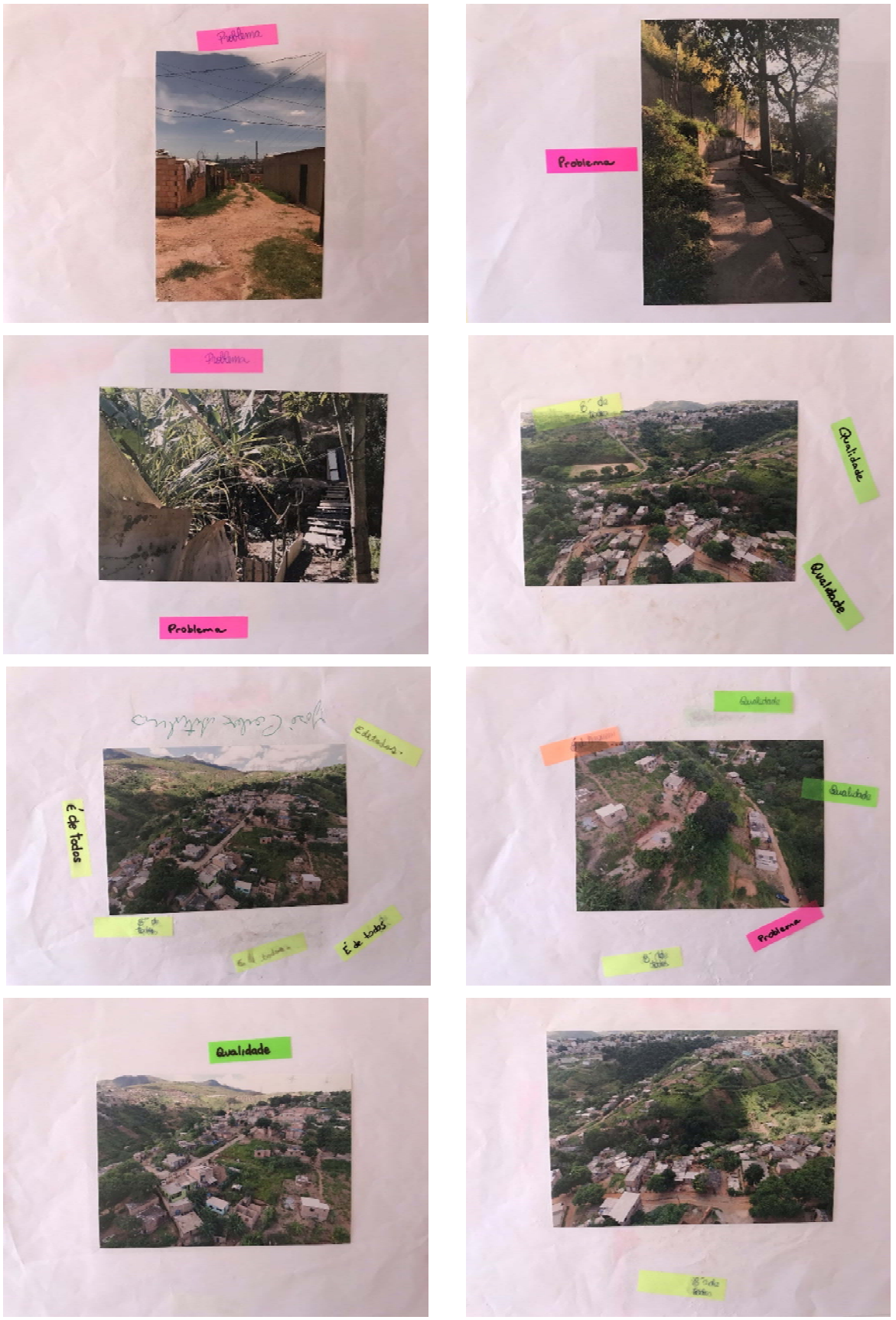

É de todos


É de todos


Qualidade

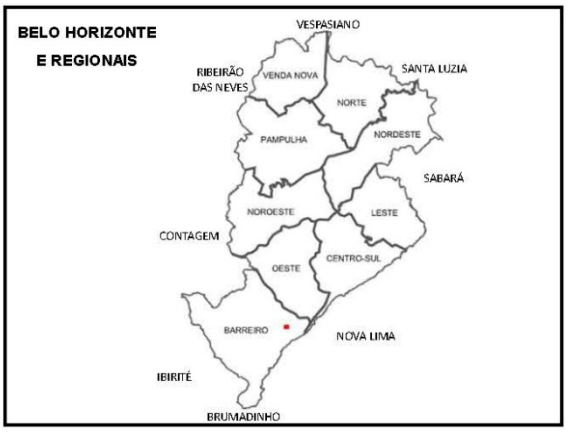

Péssima

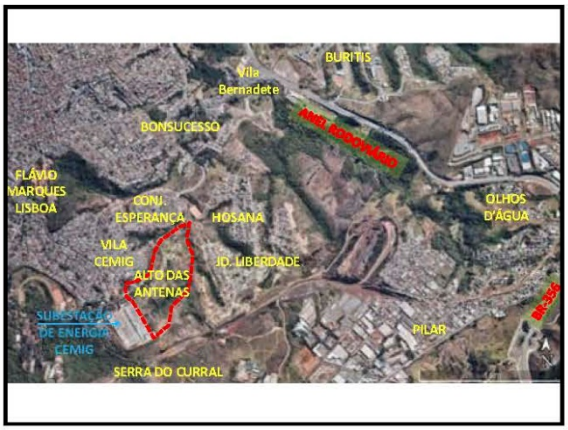

péssima

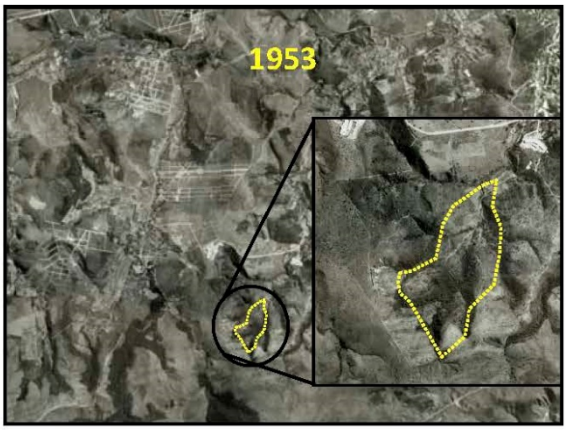


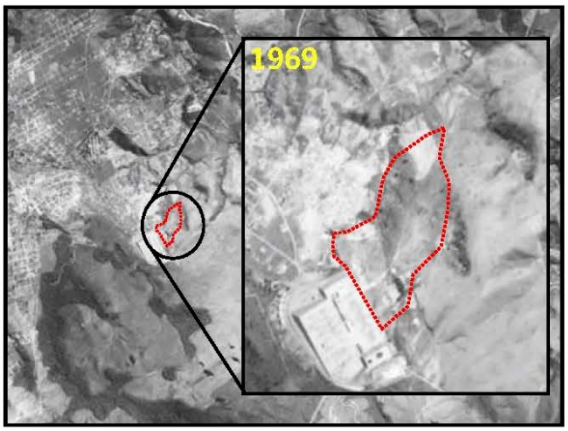
Fonte: Acervo da autora, 2019.

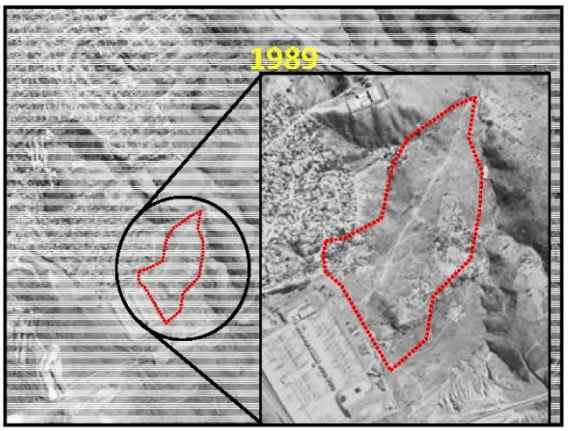
APÊNDICE L – SLIDES DA APRESENTAÇÃO DO HISTÓRICO E DAS INTERVENÇÕES DOS PROGRAMAS MUNICIPAIS DE HABITAÇÃO NO 4º ENCONTRO DE MORADORES

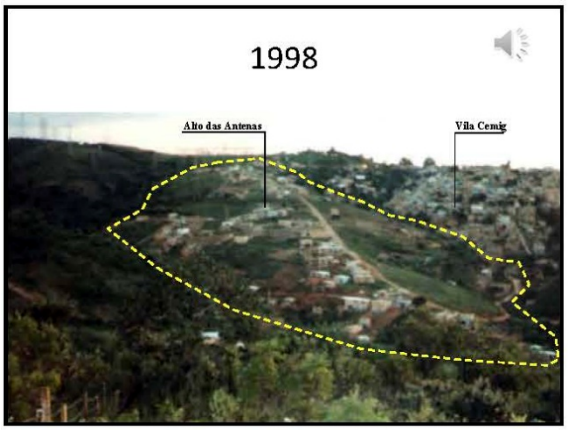


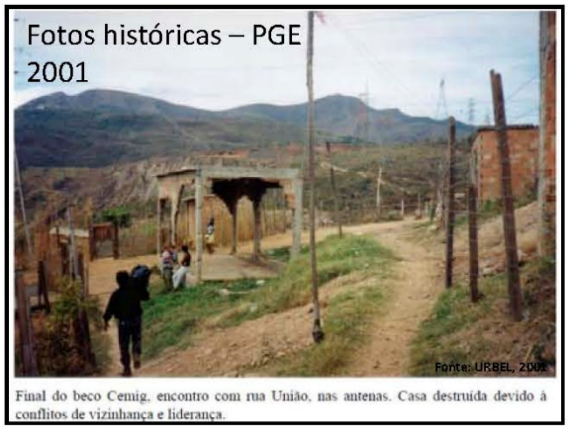




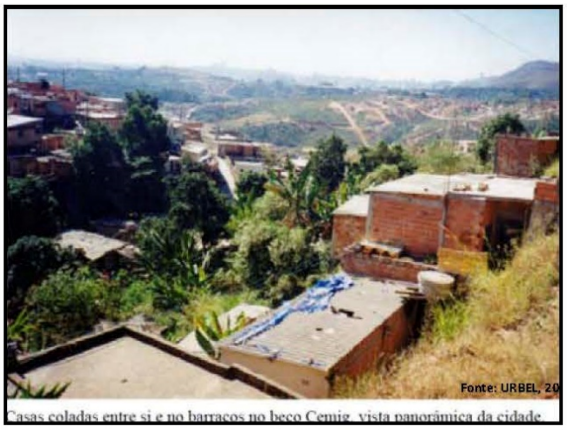






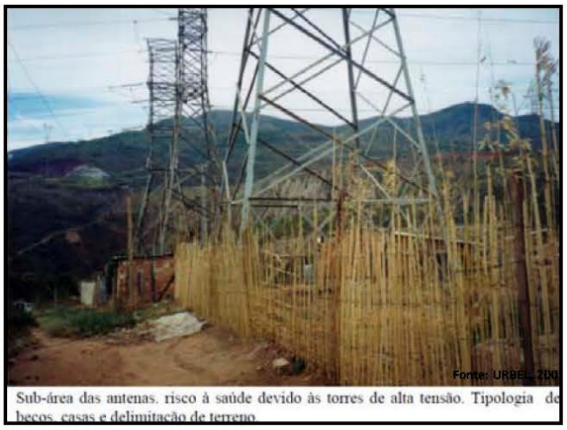


Final do beco Cemig, encontro com rua União, nas antenas. Casa destruída devido à conflitos de vizinhança e liderança.



Casas coladas entre si e no barracos no beco Cemig, vista panorâmica da cidade.

Sub-área das antenas. Tipologia de casas e beco. casa à venda por problemas de conflitos e violência.



Sub-área das antenas. risco à saúde devido às torres de alta tensão. Tipologia de becos, casas e delimitação de terreno.

Foto nº.15

Sistema de ligação elétrica informal ("gatos"), Sub-área Cemig.

Fonte: URBEL, 2001

Foto nº.17

Década de esgoto a céu aberto em beco sem nome – sub-área 3 , área da.Cemig.

Fonte: URBEL, 2001

Foto nº.18

Beco em escadaria na sub-área da Cemig.

Fonte: URBEL, 2001

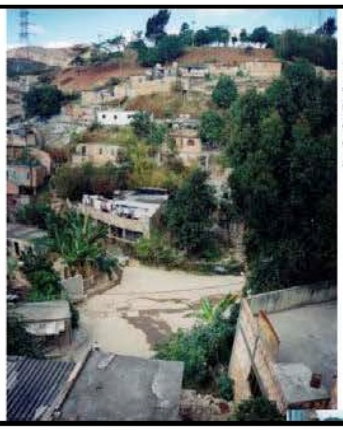


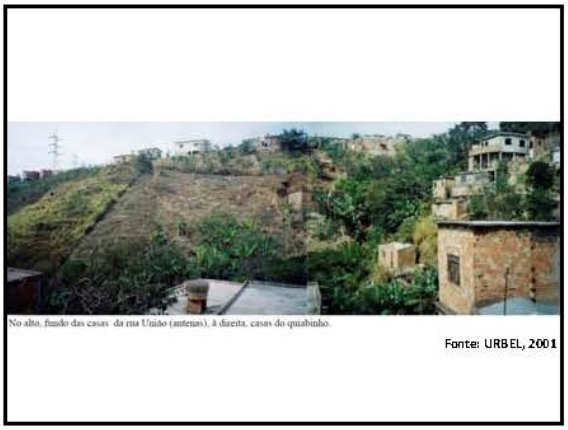
Foto nº.19

Vista da encosta, sub-área da Cemig. casas do beco Cemig e terreno da Sub estação. Centro, largo do Gavião com esgoto a céu aberto.

Fonte: URBEL, 2001

Fonte: URBEL, 2001

Vista geral da encosta leste da Vila Cemig, a partir das Antenas, no centro sub-área do "quiabinho"; área da Cemig à esquerda e Foto nº.22



No alto, fundo das casas da rua União (antenas), à direita, casas do quiabinho.

Fonte: URBEL, 2001

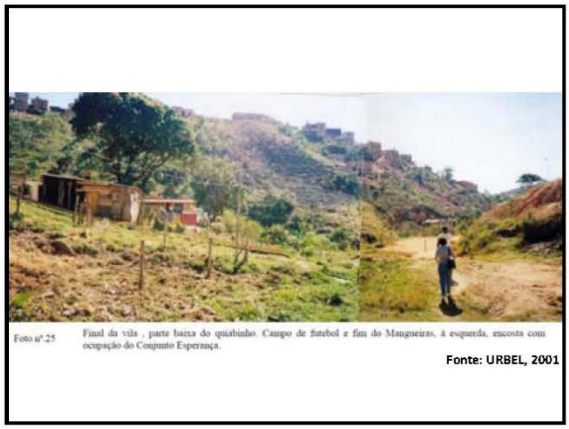


Foto nº.25 Final da vila , parte baixa do quiabinho. Campo de futebol e fim do Mangueiras, à esquerda, encosta com ocupação do Conjunto Esperança.

Fonte: URBEL, 2001

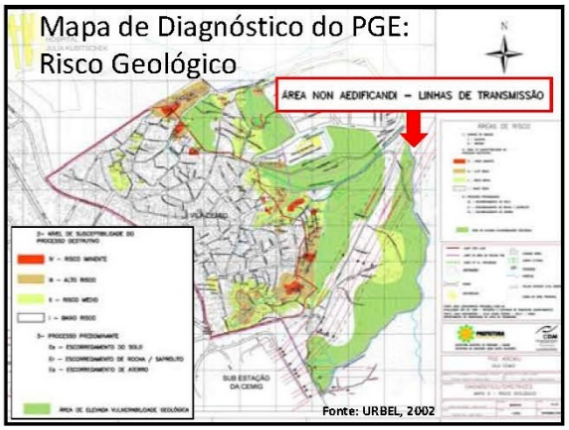
Quiabinho: escadaria do beco Mangueiras, "gatos" para ligação de energia elétrica e esgoto à direita.

Fonte: URBEL, 2001

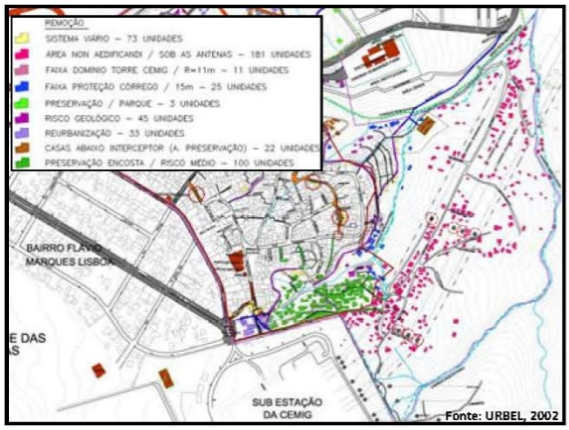
O que dizia o PGE (2002) sobre a região do Alto das Antenas:

"A região das Antenas tem quase 100% da sua área de ocupação em situação ilegal, pois situa-se sob as linhas de transmissão da CEMIG e na área de sua faixa de servidão. Com isso, essa área não poderá ter a questão da regularização fundiária das moradias ali existentes solucionada, ou seja, as famílias moradoras não obterão o título de propriedade de suas casas devido à impedimento legal [...]. A existência de declividades superiores a 47% nas encostas dessa sub-área também é outro fator de risco à ocupação e de impedimento legal à titulação de propriedades. Além disso, como apresentado em diagnóstico, essa área é isolada territorialmente dentro da Vila Cemig, devido às barreiras naturais da topografia do terreno, que dificultam o acesso e a abertura de vias de veículos até o núcleo dessa sub-área.

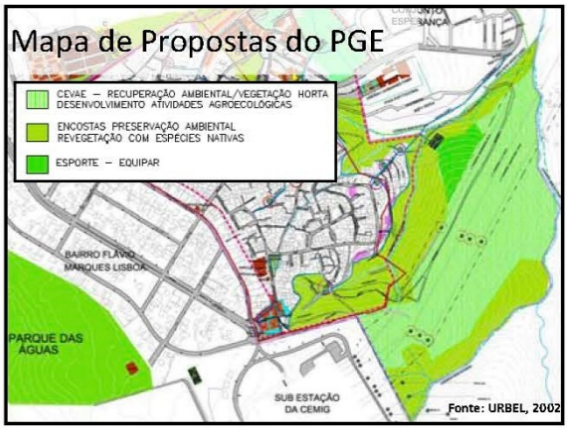
Dentro dessas perspectivas, a possibilidade de permanência da ocupação nessa região [...] é nula. Essa área deverá sofrer remoção total de seus moradores, que deverão ser relocados em áreas a serem determinadas dentro do [...] território da Vila Cemig ou nas áreas definidas neste estudo como áreas para reassentamento." (URBEL, 2002, p. 7)



Fonte: URBEL, 2002



Fonte: URBEL, 2002



Fonte: URBEL, 2002

Entre o planejamento de ações, e a execução de ações, os anos se passaram...

Programa Vila Viva

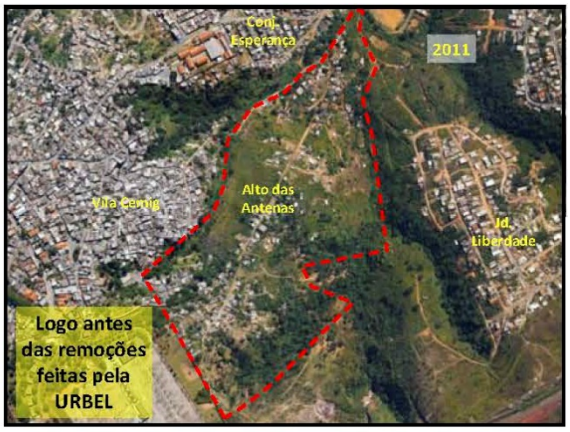
É um programa municipal com "ações integradas de infraestrutura, saneamento, habitabilidade, recuperação ambiental, requalificação social e regularização fundiária" (URBEL).

Programa Vila Viva – Vila Cemig/Alto das Antenas

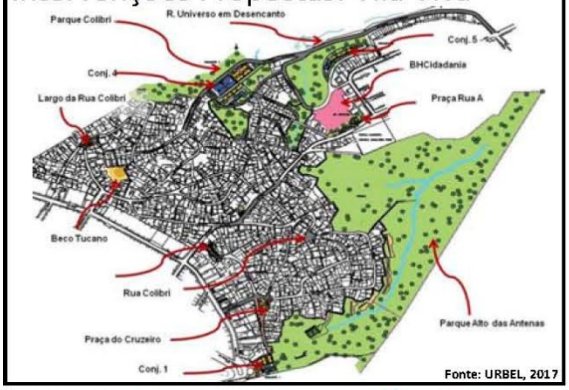
- Obras feitas com recursos municipais e federais através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
- Segundo técnica entrevistada da Urbel:

"não havia nenhuma previsão de intervenção grande pra lá; na verdade, o que se previa [...] efetivamente, era a retirada das famílias (e que o atendimento delas fosse por meio do reassentamento em unidades habitacionais [ou] do pagamento de indenização), e a transformação daquela área em uma área verde"

- **Visão técnica:** Os que foram reassentados **"foram para uma condição muito melhor"**
- **Qual é a visão dos moradores?**



Intervenções Propostas: Vila Viva



A história continua...

Fonte: Elaborado pela autora, abr./2019.

APÊNDICE M – SLIDES UTILIZADOS NO 7º ENCONTRO DE MORADORES PARA DISCUSSÃO DAS OPÇÕES DE AÇÃO COLETIVA A SEREM FEITAS NO AA

7º encontro de moradores
Alto das Antenas

Possibilidades futuras

Ações possíveis

1. Mutirão de pavimentação de trecho da Rua União
2. Mutirão de construção de fossa séptica
3. Cartilha de direitos dos moradores e contatos
4. Manual de ocupação do solo no Alto das Antenas
5. Cadastro de famílias que moram no Alto das Antenas

Ações possíveis

1 Mutirão de pavimentação de trecho da Rua União

Para quê?

Para melhorar o trecho mais íngreme da rua, com pavimentação e implantação de sistema de drenagem pluvial superficial, melhorando assim, para todos os moradores, o acesso à Vila por pedestres e veículos.

Como será feito?

Teremos um mês para organizar coletivamente o mutirão: agendar uma data, levantar apoiadores, recursos (material necessário), divulgar para o máximo de moradores possível, estimulando-os a participar e ajudar de alguma forma, de acordo com cada frente de trabalho.

Quem fará?

Os próprios moradores (organização e produção).

Ações possíveis

2 Mutirão de construção de fossa séptica

Para quê?

Para os moradores aprenderem uma forma de dar destino para o esgoto, sem fazer mal para o meio ambiente e sem incomodar os vizinhos .

Como será feito?

Teremos um mês para organizar coletivamente o mutirão: agendar uma data, levantar apoiadores, recursos (material necessário), divulgar para o máximo de moradores possível, estimulando-os a participar e ajudar de alguma forma, de acordo com cada frente de trabalho.

Quem fará?

Os próprios moradores (organização e produção).

Ações possíveis

3 Cartilha de direitos dos moradores e contatos

Para quê?

Para os moradores terem acesso a informações e conhecimentos importantes para proteção de sua moradia e garantia de seus direitos.

Como será feito?

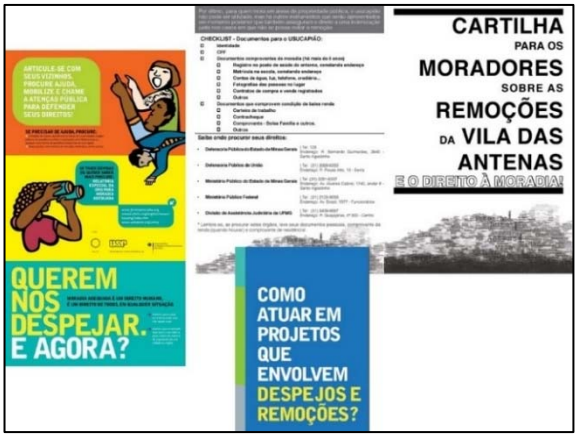
A partir de outras cartilhas que já existem sobre o assunto, adequando-as para a realidade do Alto das Antenas e seus moradores.

Quem fará?

Daniele e um Grupo de Acompanhamento (grupo de moradores, interessado no assunto).

Quem deve providenciar a impressão das cartilhas?

Daniele disponibilizará uma cópia digital e uma cópia impressa. Os moradores fazem quantas cópias mais quiserem.



Ações possíveis

4 **Manual de ocupação do solo no Alto das Antenas**

Para quê?

Para orientar os moradores atuais e futuros a ocupar o terreno de forma:

- ordenada
- que não prejudique o meio ambiente e nem os vizinhos
- que possibilite a formação de uma vila agradável a todos
- que respeite os desejos e os direitos de cada um,
- definindo os deveres de cada um.

Como será feito?

Oficinas para discussão de conceitos e definição coletiva das regras que melhor atendem aos moradores e à realidade local.

Quem fará?

Os próprios moradores, com apoio da Daniele.

Quem deve providenciar a impressão do Manual?

Daniele disponibilizará uma cópia digital e uma cópia impressa. Os moradores fazem quantas cópias mais quiserem.

Ações possíveis

5 **Cadastro de famílias que moram no Alto das Antenas**

Para quê?

Forma de comprovar que mora no Alto das Antenas e dar início na montagem de um acervo de documentação dos moradores. Isso fortalece a comunidade em sua luta pela posse da terra no local.

Como será feito?

Com um modelo de formulário de cadastro, criado coletivamente.

Quem fará o cadastramento?

Os próprios moradores.

Alguns moradores podem ser cadastradores (ou entrevistadores) das famílias interessadas em serem cadastradas (entrevistadas).

Ou, cada família interessada faz seu próprio cadastro.

Quem deve providenciar a impressão dos formulários de cadastro?

Daniele disponibilizará uma cópia impressa. Os moradores fazem quantas cópias mais quiserem.

CADASTRO DE FAMÍLIAS MORADORAS DA VILA ALTO DAS ANTENAS
REGIONAL BARREIRO - BELO HORIZONTE/MG

Nome do(a) entrevistador(a) (pessoa que faz as perguntas): _____ Data do cadastro: __/__/____

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (pessoa que está respondendo às perguntas)

1. Nome completo: _____
2. Telefone fixo: ____-____ 3. Telefone celular: _____-____
4. E-mail: _____

DADOS SOBRE O IMÓVEL

5. Endereço: Rua: _____ Nº / Compl: _____
6. Regime de ocupação: 1. Próprio ☐ 2. Alugado ☐ 3. Outro, qual: _____
7. Caso o imóvel seja **ALUGADO**:
7.a) Nome do dono do imóvel: _____
7.b) Endereço do dono do imóvel: _____
7.c) Contatos do dono do imóvel: _____
8. Documentação que possui relacionada ao imóvel (comprovante de residência ou uso):
1. Contrato de compra e venda ☐ 2. Contrato/Recibo de aluguel ☐ 3. Contas diversas ☐ 4. Sem documentação ☐ 5. Outro(s), qual(is): _____
9.a) Possui processo judicial referente ao imóvel? 1. Sim ☐ 2. Não ☐
9.b) Se sim, qual: _____
9.c) Nº do processo: _____
9.d) O processo está em nome de quem? _____
10. Desde quando mora em Belo Horizonte: _____(mês) / _____(ano)
11. Desde quando mora no Alto das Antenas: _____(mês) / _____(ano)
12. Desde quando ocupa esse domicílio: _____(mês) / _____(ano)
13.a) Exerce alguma atividade comercial e/ou serviços no domicílio? 1. Sim ☐ 2. Não ☐
13.b) Se sim, qual atividade? _____
13.c) Qual o nome do estabelecimento? _____
13.d) Há quanto tempo funciona? _____
13.e) Quem é o responsável pela atividade? _____
13.f) Contato do responsável _____

AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DENTRO DO ALTO DAS ANTENAS

14. Avaliação de oferta de serviços públicos no bairro: 1. Bom 2. Regular 3. Ruim 4. Inexistente

a) Coleta de lixo	☐	Se for inexistente, onde você coloca o lixo gerado pelo seu domicílio?
b) Iluminação pública	☐	Se for inexistente, como o morador resolve?
c) Esgotamento sanitário	☐	Se for inexistente, como o morador resolve?
d) Drenagem água da chuva	☐	Se for inexistente, como o morador resolve?
e) Abastecimento de água	☐	Se for inexistente, como o morador resolve?
f) Pavimentação das vias	☐	Se for inexistente, como o morador resolve?
g) Educação	☐	Se for inexistente, e se tiver morador estudando neste domicílio, onde é atendido?
i) Lazer/Esporte	☐	Se for inexistente, onde frequenta?
j) Saúde	☐	Se for inexistente, onde é atendido?
k) Segurança	☐	Se for inexistente, onde é atendido?
l) Transporte público	☐	Se for inexistente, onde pega ônibus?

15. INFORMAÇÕES SOBRE TODAS AS PESSOAS QUE MORAM NO DOMICÍLIO:

Nº	Nome (A)	Gênero (B)	Idade(C)	SIF (D)	Estado Civil (E)	Está estudando? (F)	Escolaridade (G)	Trabalho (H)	Renda (I)
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									

A - NOME	*Anotar nome*	**B - GÊNERO**	*1. Masculino*	*2. Feminino*	**C – IDADE**	*Anotar idade em anos: Exemplo: 9 meses = 0 anos*	
D – SITUAÇÃO DO INDIVÍDUO NA FAMÍLIA	*1. Chefe de Família*	*2. Esposo(a)/ Companheiro(a)*	*3. Filho(a)*	*4. Genro/Nora*	*5. Neto*	*6. Parente*	*7. Mora sozinho*	*8. Agregado(a)*	*9. Outro (qual):*
E – ESTADO CIVIL	*1. Solteiro (a)*	*2. Casado (a)*	*3. União Estável*	*4. Divorciado (a)*	*5. Separado/a / Desquitado (a)*	*6. Viúvo(a)*	*7. Outro (qual)*	**F – ESTUDA?**	*1 – Sim* *2 - Não*
G - ESCOLARIDADE	**Grau**	*0*	*1 - 1º grau – Fundamental*		*2 - 2º grau - Médio*		*3 - 3º grau - Superior*		*4 - Outra qualificação*
H- TRABALHO	*1. Empregado com carteira assinada*	*2. Empregado sem carteira*	*3. Desempregado*	*4. Criança (não estuda)*	*5. Estudante*	*6. Dona de casa*	*7. Aposentado*	*8. Tem problema de saúde*	*9. Outro (qual):*
I - RENDA	*Anotar o valor declarado. Deve-se incluir somar todas as rendas (salário, pensão, aluguel, bolsa-família, auxílio-doença, etc.)*								

16. INFORMAÇÕES SOBRE OS MORADORES QUE ESTÃO ESTUDANDO

Nº	Nome (A)	Idade (B)	Escolaridade (C)	Nome da Escola (D)	Rede (E)	Tipo de atendimento (F)	Tem alguma necessidade especial? (G)	Utiliza o transporte escolar municipal? (H)	Como avalia transporte escolar? (I)

A – NOME:	*Somente o primeiro nome*	**B – IDADE:**	*Idade em anos*	**C – ESCOLARIDADE:**	*Mesmo código do quadro acima*	**D – NOME DA ESCOLA:**	*Nome completo*	**E - REDE:**	*1. Particular* *2. Municipal* *3. Estadual* *4. Federal*
F – TIPO DE ATENDIMENTO:	*1. Regular*	*2. APAE*	*3. CAPS Infantil*	*4. EJA*	*5. Outro (qual):*	**QUESTÃO G e H**	*1. Sim* *2. Não*	**I – AVALIA**	*1. Bom* *2. Regular* *3. Ruim* *4. Inexistente*

Fonte: Elaborado pela autora, mai./2019.

APÊNDICE N – MONTAGEM DE FOTOS DO 1º AO 7º ENCONTROS E CONVITE PARA O 8º ENCONTRO, ENVIADOS PARA O GRUPO DE MORADORES NO WHATSAPP

Fonte: Elaborado pela autora, mai./2019.

APÊNDICE O – FORMULÁRIO MAIOR SUGERIDO PARA CADASTRO DE FAMÍLIAS

CADASTRO DE FAMÍLIAS MORADORAS DA VILA ALTO DAS ANTENAS
REGIONAL BARREIRO - BELO HORIZONTE/MG

Este cadastro foi uma iniciativa das próprias famílias residentes no Alto das Antenas, que se associaram e se organizaram para fazê-lo, como forma de documentar sua moradia e de lutarem juntas pelo reconhecimento da posse da terra e por melhorias no bairro onde vivem.

Nome do(a) entrevistador(a) (pessoa que faz as perguntas): _____

Data do cadastro: _____/_____/ 2019

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (pessoa que responde às perguntas):

1. Nome completo: _____

2. Telefone celular: _ _ _ _ - _ _ _ _ / _ _ _ _ - _ _ _ _ **3.** E-mail: _____

DADOS SOBRE O IMÓVEL

4. Endereço:
Rua: _____ Nº _____

5. O seu endereço é reconhecido oficialmente pelos Correios e outros órgãos institucionais?
a. ( ) Sim
b. ( ) Não. Como você faz quando precisa comprovar endereço?
1. ( ) Dá o endereço de um conhecido
2. ( ) Dá o endereço de um equipamento público onde tenha registro
3. ( ) Outro _____

6. Há quanto tempo sua família mora: (Preencha os três itens)
a. em Belo Horizonte: _____ ano(s) / _____ mês(es)
b. no Alto das Antenas: _____ ano(s) / _____ mês(es)
c. nesse domicílio: _____ ano(s) / _____ mês(es)

7. Onde sua família morava antes de vir morar no Alto das Antenas? (Marque apenas uma opção)
a. ( ) Aqui no Barreiro. Onde? _____
b. ( ) Em outro bairro de BH, fora do Barreiro. Qual? _____
c. ( ) Em outra cidade. Qual? (Cidade/Estado) _____

8. Por que sua família veio morar aqui? (Pode marcar mais de uma)
a. ( ) Para sair do aluguel
b. ( ) Família já morava aqui
c. ( ) Custo da terra acessível (mais barato)
d. ( ) Gosta do local e/ou da vizinhança
e. ( ) Outro _____

9. Sua moradia é:
a. ( ) Alugada.
1. Nome do dono: _____
2. Endereço do dono: _____
3. Telefone de contato do dono: _____
b. ( ) Cedida.
Como é o arranjo? _____
_____
c. ( ) Própria. Como adquiriu?
1. ( ) Comprei pronta
2. ( ) Construí
3. ( ) Ocupei
d. ( ) Outro _____

10. Vocês possuem algum comprovante de residência deste imóvel?
a. ( ) Não
b. ( ) Sim. Qual(is)? (Ler todas as opções)
1. ( ) Contrato de Compra e Venda do imóvel
2. ( ) Contrato/ Recibo de aluguel do imóvel
3. ( ) Contas diversas (água, internet, outras).
Desde quando? _____
4. ( ) Recibo de materiais de construção
5. ( ) Registro em equipamentos públicos (no Centro de Saúde, por exemplo)
6. ( ) Outros_____

CADASTRO DE FAMÍLIAS MORADORAS DA VILA ALTO DAS ANTENAS
REGIONAL BARREIRO - BELO HORIZONTE/MG

11. Possui processo judicial referente ao imóvel?
a. ( ) Não
b. ( ) Sim
1. Qual? _____
2. Nº do processo_____
3. Em nome de quem?_____
4. Quem está processando?_____

12. Qual a principal fonte de renda da família (exemplos: salário, pensão, bolsa-família, auxílio-doença etc.)?
_____

13. Exerce alguma atividade comercial e/ou de serviços no domicílio para complementar renda?
a. ( ) Não.
b. ( ) Sim. O quê? _____
Há quanto tempo? _____
Nome do(a) responsável: _____

14. Vocês criam animais em casa?
a. ( ) Não.
b. ( ) Sim. O quê? _____
Para quê? _____

15. Vocês plantam alguma coisa em casa?
a. ( ) Não.
b. ( ) Sim. O quê? _____
Para quê? _____

16. Como você avalia a condição geral de sua moradia?
a. ( ) Ótima / b.( ) Boa / c.( ) Regular / d.( ) Ruim / e.( ) Muito ruim

17. Quantos cômodos tem sua moradia? _____

18. Você se sente ameaçado / inseguro da posse da sua casa, morando aqui no Alto das Antenas?
a. ( ) Não
b. ( ) Sim

19. Sua família sofre, ou já sofreu, alguma ameaça de remoção?
a. ( ) Não
b. ( ) Sim. Quando? (mês/ano) _____
Por quem? 1. ( ) CEMIG
2. ( ) URBEL
3. ( ) Outro _____

20. Sua família já foi solicitada a não construir (ou não ampliar sua moradia) aqui?
a. ( ) Não.
b. ( ) Sim. Por quem? _____
Você parou de construir?
1. ( ) Sim
2. ( ) Não. Houve alguma consequência?
1. ( ) Não.
2. ( ) Sim. Qual? _____

21. Você gostaria de sair da sua casa?
a. ( ) Não. Por quê? (Pode marcar mais de uma opção)
1. ( ) satisfação com a moradia
2. ( ) proximidade com vizinhos
3. ( ) proximidade com familiares
4. ( ) proximidade de comércio/serviços
5. ( ) fácil acesso
6. ( ) boa localização
7. ( ) facilidade para conseguir trabalho
8. ( ) segurança
9. ( ) outro _____
b. ( ) Sim, mas gostaria de continuar morando aqui na região.
Por quê? _____
c. ( ) Sim, gostaria de ir para outro lugar.
Para onde? _____
Por quê? (Pode marcar mais de uma opção)
1. ( ) Problema na casa
2. ( ) Problema na região
3. ( ) Problema com vizinhos
4. ( ) Insegurança da posse
5. ( ) Risco. De quê? _____
6. ( ) Outro. Qual? _____

22. Você está fazendo (ou pretende fazer) reforma na sua casa?
a. ( ) Não
Por quê? _____
b. ( ) Sim
Para quê? _____

CADASTRO DE FAMÍLIAS MORADORAS DA VILA ALTO DAS ANTENAS
REGIONAL BARREIRO - BELO HORIZONTE/MG

RELAÇÕES INTERPESSOAIS (Vínculos na Vila):

23. Vocês têm parentes e/ou amigos aqui com os quais têm contato?
a. ( ) Não b. ( ) Sim

24. Você e seus vizinhos daqui se ajudam? (Ler todas as opções)
a. ( ) Não
b. ( ) Sim. Como? (Pode marcar mais de uma opção)
1. ( ) Cuidando das crianças
2. ( ) Trocando serviços. Quais?_____
3. ( ) Auxiliando na construção ou melhoria das casas
4. ( ) Limpando em conjunto as ruas
5. ( ) Auxiliando na melhoria da vila (iluminação das ruas, instalações elétricas ou hidráulicas nas ruas e casas, construção de escadas, pavimentação de becos etc.)
6. ( ) Emprestando ou ajudando com dinheiro, alimentos, remédios, gás, entre outros
7. ( ) Em situações de emergência, como em caso de acidentes, problemas de saúde (exemplo: carregando enfermos até a ambulância quando ela não entra na vila)
8. ( ) Em contatos de trabalho (indicações para trabalho).
9. ( ) Ajudando a carregar móveis de mudança
10. ( ) Outros _____

25. Você ou alguém da sua moradia participa de alguma organização associativa (política / cultural / religiosa (igreja) / social)?
a. ( ) Não b. ( ) Sim. Qual? _____

26. O que você faz no seu tempo livre (para descansar, aliviar a cabeça ou se divertir)?
a. ( ) Fico em casa
b. ( ) Saio. Para onde? _____

SERVIÇOS: Vamos falar daqui da região onde você mora:

27. Há espaços de lazer e/ou convivência no Alto das Antenas?
a. ( ) Não b. ( ) Sim. Qual(is)? _____

28. Há serviços de saúde dentro do Alto das Antenas?
a. ( ) Não b. ( ) Sim

29. Onde sua família faz as compras principais de mantimentos?
a. ( ) Dentro do Alto das Antenas b. ( ) Fora do Alto das Antenas

30. Circula transporte público coletivo dentro do Alto das Antenas?
a. ( ) Não b. ( ) Sim

31. Qual a principal forma de deslocamento da sua família para sair ou entrar no Alto das Antenas?
a. ( ) À pé b. ( ) De carro c. ( ) Outro _____

32. Como você avalia a pavimentação das vias daqui?
a. ( ) Boa
b. ( ) Ruim. Por quê? _____
c. ( ) Inexistente

33. Há alguma via daqui que foi pavimentada pelo Poder Público?
a. ( ) Não b. ( ) Sim. Qual? _____

34. Os moradores fazem algo para melhorar a pavimentação das vias do Alto das Antenas?
a. ( ) Não.
b. ( ) Sim. O quê?
1. ( ) Procuram ajuda externa
2. ( ) Pavimentam trechos com mão de obra e recursos próprios (mutirão ou outros)
3. ( ) Outro _____

35. Sua casa tem abastecimento de água com redes oficiais e hidrômetro da COPASA?
a. ( ) Sim, pago conta.
b. ( ) Não. Você já tentou pedir instalação junto à COPASA?
1. ( ) Não
2. ( ) Sim. O que eles alegam? _____
_____

36. De onde vem a água que você usa na sua casa?
a. ( ) Rede improvisada (Bico).
Quem fez? _____
b. ( ) Outro_____

37. Há redes da COPASA para coleta de esgoto na sua rua?
a. ( ) Não b. ( ) Sim

38. O esgoto da sua casa é lançado: (Pode marcar mais de uma)
a. ( ) na rua
b. ( ) no córrego
c. ( ) em fossa rudimentar/ fossa negra
d. ( ) outro _____

39. Há coleta de lixo na sua rua?
a. ( ) Não b. ( ) Sim

CADASTRO DE FAMÍLIAS MORADORAS DA VILA ALTO DAS ANTENAS
REGIONAL BARREIRO - BELO HORIZONTE/MG

40. O que você faz com o lixo da sua casa? (Pode marcar mais de uma opção)
a. ( ) Queimo ou enterro (na propriedade).
b. ( ) Jogo em terreno vazio ou na rua.
c. ( ) Jogo no córrego.
d. ( ) Levo até um ponto de coleta. Onde? _____
e. ( ) Outro _____

41. Os córregos da região têm alguma importância pra você?
a. ( ) Não. Por quê? _____
b. ( ) Sim. Por quê? _____

42. De que forma você usa o(s) córrego(s)? (Pode marcar mais de uma opção)
a. ( ) Coletar água.
b. ( ) Nadar.
c. ( ) Pescar.
d. ( ) Lançar esgotos e/ou águas das pias.
e. ( ) Jogar lixo e/ou entulhos.
f. ( ) Outro _____

43. Você acha que polui o córrego?
a. ( ) Não.
b. ( ) Sim. Como? _____

44. Você acha importante preservar o(s) córregos(s) aqui da região?
a. ( ) Não. Por quê? _____
b. ( ) Sim. Como? _____

(Se respondeu "Sim") O que você acha que deveria ter aqui para que você conseguisse preservar mais os córregos? (Pode marcar mais de uma opção)
a. ( ) Implantação de redes de coleta de esgoto, pela COPASA.
b. ( ) Instalação de cestos para despejo do lixo doméstico.
c. ( ) Colocação de caçambas para despejo de entulhos.
d. ( ) Ter serviço de coleta de lixo nas vias.
e. ( ) Ter serviço de limpeza dos córregos.
f. ( ) Moradores terem mais consciência.
g. ( ) Outro _____

45. Vocês têm telefone fixo na sua casa?
a. ( ) Não. b. ( ) Sim. Qual operadora? _____

46. Vocês têm acesso à internet em casa?
a. ( ) Não. b. ( ) Sim. Qual operadora? _____

47. Sua casa tem energia elétrica da CEMIG?
a. ( ) Sim
b. ( ) Não. Como você faz?
( ) Gato/gambiarra. ( ) Outro _____

Você vê problema nisso?
( ) Não
( ) Sim. Quais?
1. ( ) Acho errado não pagar conta
2. ( ) Costuma faltar/ cair a força
3. ( ) Risco de choque ou acidente elétrico
4. ( ) Outro _____

48. O que as linhas de transmissão de energia que passam aqui representam para você? (Pode marcar mais de uma opção)
a. ( ) Nada
b. ( ) Problema
c. ( ) Risco à vida
d. ( ) Outro _____

49. Você conhece outras vilas/ocupações debaixo de linhas de transmissão de energia?
a. ( ) Não.
b. ( ) Sim. Qual(is)? _____

Nesse(s) lugar(es) tem: (Pode marcar mais de uma)
1. ( ) Pavimentação nas vias
2. ( ) Abastecimento de água pela COPASA
3. ( ) Abastecimento de energia elétrica pela CEMIG
4. ( ) Praça ou outros espaços públicos de convivência, lazer, prática de esportes etc.?
5. ( ) Endereço reconhecido pelos Correios.
6. ( ) Outro _____

CADASTRO DE FAMÍLIAS MORADORAS DA VILA ALTO DAS ANTENAS
REGIONAL BARREIRO - BELO HORIZONTE/MG

50. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA QUE MORAM NO DOMICÍLIO:

N°	Nome (A)	Gênero (B)	Cor (C)	Idade (D)	SIF (E)	Necessidade especial (F)	Escolaridade (G)	Trabalho (H)	Local onde trabalha (I)	Renda (J)	Renda familiar (K)
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											

Para preencher a tabela acima, siga as instruções abaixo:

A. Escreva o **Nome** completo de cada morador.
B. Escreva a letra que corresponde ao **Gênero** de cada morador: (F)*Feminino*; ou (M)*Masculino*.
C. Escreva a letra que corresponde à **Cor/ raça** de cada morador: (B)*Branco*; (P)*Pardo*; (N)*Negro*; (A)*Amarelo*; (I)*Indígena*; ou (ND)*Não-declarado*.
D. Escreva a **Idade** de cada morador.
E. Escreva a **Situação do indivíduo na família (SIF)**: (1)*Chefe de Família*; (2)*Cônjuge/Companheiro(a)*; (3)*Filho(a);* (4)*Genro/Nora*; (5)*Neto(a)*; (6)*Outro grau de parentesco*; (7)*Agregado(a)*; (8)*Mora sozinho*; ou (9)*Outro* (anotar qual).
F. Escreva se tem **Necessidade especial**: (N)*Não*; (S)*Sim* (anotar qual na tabela).
G. Escreva a **Escolaridade** de cada morador: (1)*Ensino Fundamental incompleto*; (2)*Ensino Fundamental completo;* (3)*Ensino Médio incompleto*; (4)*Ensino Médio completo*; (5)*Ensino Superior incompleto*; (6)*Ensino Superior completo.*
H. Escreva o tipo de **Trabalho** de cada morador: (1)*Empregado com carteira assinada*; (2)*Empregado sem carteira*; (3)*Desempregado*; (4)*Criança* (não estuda); (5)*Estudante*; (6)*Dona de casa*; (7)*Aposentado*; (8)*Autônomo* e/ou *Bicos*; (9)*Outro* (anotar qual na tabela).
I. Local onde trabalha: Escreva o nome do bairro onde trabalha.
J. Escreva a **Renda** individual mensal de cada morador, por Salário Mínimo (SM): (1) *até 1 SM*; (2) *até 2 SM*; (3) *até 3 SM*; ou (4) *mais de 3 SM.* Deve-se incluir/ somar todas as rendas da pessoa (tais como salário, pensão, aluguel, bolsa-família, auxílio-doença etc.)
K. Escreva a **Renda familiar** mensal (soma das rendas individuais declaradas de cada morador), por Salário Mínimo (SM):
(1) *até 1 SM*; (2) *até 2 SM*; (3) *até 3 SM*; ou (4) *mais de 3 SM.*

CADASTRO DE FAMÍLIAS MORADORAS DA VILA ALTO DAS ANTENAS
REGIONAL BARREIRO - BELO HORIZONTE/MG

51. Inserir fotos da edificação e do lote, mostrando todas as suas formas de uso (por exemplo: uso para moradia, uso comercial, uso para plantio, uso para criação de animais, uso para descanso, convivência, recreação etc.)

Fonte: Elaborado pela autora, jun./2019.

APÊNDICE P – FORMULÁRIO RESUMIDO SUGERIDO PARA CADASTRO DE FAMÍLIAS

CADASTRO DE FAMÍLIAS MORADORAS DA VILA ALTO DAS ANTENAS
REGIONAL BARREIRO - BELO HORIZONTE/MG

Este cadastro foi uma iniciativa das próprias famílias residentes no Alto das Antenas, que se associaram e se organizaram para fazê-lo, como forma de documentar sua moradia e de lutarem juntas pelo reconhecimento da posse da terra e por melhorias no bairro onde vivem.

Nome do(a) entrevistador(a) (pessoa que faz as perguntas): **Data do cadastro:**

_____ _____/_____/ 2019

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (pessoa que responde às perguntas):

1. Nome completo: _____

2. Telefone celular: _ _ _ _ - _ _ _ _ / _ _ _ _ - _ _ _ _ **3.** E-mail: _____

DADOS SOBRE O IMÓVEL E A FAMÍLIA

4. Endereço: Rua: _____ Nº ____

5. O seu endereço é reconhecido oficialmente pelos Correios e outros órgãos institucionais?

a. ( ) Sim
b. ( ) Não. Como você faz quando precisa comprovar endereço?
   1. ( ) Dá o endereço de um conhecido
   2. ( ) Dá o endereço de um equipamento público onde tenha registro
   3. ( ) Outro _____

6. Sua moradia é:

a. ( ) Alugada.
   b. ( ) Cedida. Como é o arranjo? _____
c. ( ) Própria. Como adquiriu?
   1. ( ) Comprei pronta
   2. ( ) Construí
   3. ( ) Ocupei
d. ( ) Outro _____

7. Há quanto tempo sua família mora: (Preencha os três itens)

a. em Belo Horizonte: _____ ano(s) / _____ mês(es)
b. no Alto das Antenas: _____ ano(s) / _____ mês(es)
c. nesse domicílio: _____ ano(s) / _____ mês(es)

8. Por que sua família veio morar aqui? (Pode marcar mais de uma)

a. ( ) Para sair do aluguel
b. ( ) Custo da terra mais acessível (mais barato)
c. ( ) Outro _____

9. Vocês possuem algum comprovante de residência deste imóvel?

a. ( ) Não
b. ( ) Sim. Qual(is)? (Ler todas as opções)
   1. ( ) Contrato de Compra e Venda do imóvel
   2. ( ) Contrato/ Recibo de aluguel do imóvel
   3. ( ) Contas diversas (água, internet, outras). Desde quando? _____
   4. ( ) Recibo de materiais de construção
   5. ( ) Registro em equipamentos públicos (no Centro de Saúde, por exemplo)
   6. ( ) Outros_____

10. Possui processo judicial referente ao imóvel?

a. ( ) Não
b. ( ) Sim
   1. Qual? _____
   2. Nº do processo_____
   3. Em nome de quem?_____
   4. Quem está processando?_____

11. Exerce alguma atividade comercial e/ou de serviços no domicílio para complementar renda?

a. ( ) Não.
b. ( ) Sim. O quê? _____
   Há quanto tempo? _____
   Nome do(a) responsável: _____

CADASTRO DE FAMÍLIAS MORADORAS DA VILA ALTO DAS ANTENAS
REGIONAL BARREIRO - BELO HORIZONTE/MG

12. Vocês criam animais em casa?
a. ( ) Não.
b. ( ) Sim. O quê? _____
Para quê? _____

13. Vocês plantam alguma coisa em casa?
a. ( ) Não.
b. ( ) Sim. O quê? _____
Para quê? _____

14. Como você avalia a condição geral de sua moradia?
a. ( ) Ótima / b.( ) Boa / c.( ) Regular / d.( ) Ruim / e.( ) Muito ruim

15. Quantos cômodos tem sua moradia? _____

16. Você se sente ameaçado / inseguro da posse da sua casa, morando aqui no Alto das Antenas?
a. ( ) Não b. ( ) Sim

17. Sua família sofre, ou já sofreu, alguma ameaça de remoção?
a. ( ) Não
b. ( ) Sim. Quem? ( ) CEMIG | ( ) URBEL | ( ) Outro _____

18. Você já foi solicitado a não construir (ou ampliar) a moradia aqui?
a. ( ) Não.
b. ( ) Sim. Por quem? _____
Você parou de construir?
1. ( ) Sim
2. ( ) Não. Houve alguma consequência?
1. ( ) Não.
2. ( ) Sim. Qual? _____

19. Você gostaria de sair da sua casa?

a. ( ) Não. Por quê?
1. ( ) Gosto da moradia
2. ( ) Proximidade com vizinhos e/ou familiares
3. ( ) Fácil acesso / Boa localização
4. ( ) Tranquilidade / Segurança
5. ( ) Outro _____

b. ( ) Sim. Por quê?
1. ( ) Problema na casa
2. ( ) Problema na região
3. ( ) Problema com vizinhos
4. ( ) Insegurança da posse
5. ( ) Risco. De quê? _____
6. ( ) Outro. Qual? _____

SOBRE A VILA: RELAÇÕES E VÍNCULOS ENTRE MORADORES

20. Vocês têm parentes e/ou amigos aqui com os quais têm contato?
a. ( ) Não b. ( ) Sim

21. Você ou alguém da sua moradia participa de alguma organização associativa (política / cultural / religiosa (igreja) / social)?
a. ( ) Não b. ( ) Sim. Qual? _____

22. Você e seus vizinhos daqui se ajudam? (Ler todas as opções)
a. ( ) Não
b. ( ) Sim. Como? (Pode marcar mais de uma opção)
1. ( ) Cuidando das crianças
2. ( ) Trocando serviços. Quais? _____
3. ( ) Auxiliando na construção ou melhoria das casas
4. ( ) Limpando em conjunto as ruas
5. ( ) Auxiliando na melhoria da vila (iluminação das ruas, instalações elétricas ou hidráulicas nas ruas e casas, construção de escadas, pavimentação de becos etc.)
6. ( ) Emprestando ou ajudando com dinheiro, alimentos, remédios, gás, entre outros
7. ( ) Em situações de emergência, como em caso de acidentes, problemas de saúde (exemplo: carregando enfermos até a ambulância quando ela não entra na vila)
8. ( ) Em contatos de trabalho (indicações para trabalho).
9. ( ) Ajudando a carregar móveis de mudança
10. ( ) Outros _____

SOBRE A VILA: SERVIÇOS

23. Qual a principal forma de deslocamento da sua família para sair ou entrar no Alto das Antenas?
a. ( ) À pé b. ( ) De carro c. ( ) Outro _____

24. Você acha que polui o(s) córrego(s) daqui?
a. ( ) Não. b. ( ) Sim. Como? _____

25. Você acha importante preservar o(s) córregos(s) daqui da região?
a. ( ) Não. b. ( ) Sim. Como?
1. ( ) Com redes de coleta de esgoto.
2. ( ) Com cestos para despejo do lixo doméstico.
3. ( ) Com caçambas para despejo de entulhos.
4. ( ) Com serviço de coleta de lixo nas vias.
5. ( ) Com serviço de limpeza dos córregos.
6. ( ) Outro _____

CADASTRO DE FAMÍLIAS MORADORAS DA VILA ALTO DAS ANTENAS
REGIONAL BARREIRO - BELO HORIZONTE/MG

26. Avaliação de oferta de serviços públicos na vila:

Legenda: *1. Bom 2. Regular 3. Ruim 4. Inexistente*

a) Coleta de lixo		Se *Inexistente (4)*, o que faz com o lixo da sua casa?
b) Iluminação pública		Se *Inexistente (4)*, como você consegue luz?
c) Esgotamento sanitário		Se *Inexistente (4)*, onde você lança o esgoto?
d) Drenagem água da chuva		Se *Inexistente (4)*, você faz algo a respeito?
e) Abastecimento oficial de água		Se *Inexistente (4)*, de onde vem a água da sua casa?
f) Pavimentação das vias		Se *Inexistente (4)*, você faz algo a respeito?
g) Educação		Se *Inexistente (4)*, onde o estudante é atendido?
h) Espaços de Lazer/Esporte		Se *Inexistente (4)*, onde você/sua família frequenta?
i) Serviços de Saúde		Se *Inexistente (4)*, onde é atendido?
j) Segurança		Se *Inexistente (4)*, você faz algo a respeito?
k) Transporte público		Se *Inexistente (4)*, onde pega ônibus?
l) Transporte escolar municipal		Se *Inexistente (4)*, como o(s) estudante(s) faz(em)?
m) Internet		Se *Inexistente (4)*, você faz algo a respeito?
n) Telefone fixo		Se *Inexistente (4)*, você faz algo a respeito?

27. O que as linhas de transmissão de energia que passam aqui representam para você? (Pode marcar mais de uma opção)

a. ( ) Nada
b. ( ) Problema
c. ( ) Risco à vida
d. ( ) Outro _____

28. Você conhece outras vilas/ocupações debaixo de linhas de transmissão de energia?

a. ( ) Não.
b. ( ) Sim. Qual(is)? _____

Nesse(s) lugar(es) tem: (Pode marcar mais de uma)

1. ( ) Pavimentação nas vias
2. ( ) Abastecimento de água pela COPASA
3. ( ) Abastecimento de energia elétrica pela CEMIG
4. ( ) Praça ou outros espaços públicos de convivência, lazer, prática de esportes etc.?
5. ( ) Endereço reconhecido pelos Correios.
6. ( ) Outro _____

29. Inserir fotos da edificação e do lote, mostrando todas as suas formas de uso (por exemplo: uso para moradia, uso comercial, uso para plantio, uso para criação de animais, uso para descanso, convivência, recreação etc.)

CADASTRO DE FAMÍLIAS MORADORAS DA VILA ALTO DAS ANTENAS
REGIONAL BARREIRO - BELO HORIZONTE/MG

30. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA QUE MORAM NO DOMICÍLIO:

N°	Nome (A)	Gênero (B)	Cor (C)	Idade (D)	SIF (E)	Necessidade especial (F)	Escolaridade (G)	Trabalho (H)	Local onde trabalha (I)	Renda (J)	Renda familiar (K)
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											

Para preencher a tabela acima, siga as instruções abaixo:

A. Escreva o **Nome** completo de cada morador.
B. Escreva a letra que corresponde ao **Gênero** de cada morador: (F)*Feminino*; ou (M)*Masculino*.
C. Escreva a letra que corresponde à **Cor/ raça** de cada morador: (B)*Branco*; (P)*Pardo*; (N)*Negro*; (A)*Amarelo*; (I)*Indígena*; ou (ND)*Não-declarado*.
D. Escreva a **Idade** de cada morador.
E. Escreva a **Situação do indivíduo na família (SIF)**: (1)*Chefe de Família*; (2)*Cônjuge/Companheiro(a)*; (3)*Filho(a);* (4)*Genro/Nora*; (5)*Neto(a)*; (6)*Outro grau de parentesco*; (7)*Agregado(a)*; (8)*Mora sozinho*; ou (9)*Outro* (anotar qual).
F. Escreva se tem **Necessidade especial**: (N)*Não*; (S)*Sim* (anotar qual na tabela).
G. Escreva a **Escolaridade** de cada morador: (1)*Ensino Fundamental incompleto*; (2)*Ensino Fundamental completo;* (3)*Ensino Médio incompleto*; (4)*Ensino Médio completo*; (5)*Ensino Superior incompleto*; (6)*Ensino Superior completo.*
H. Escreva o tipo de **Trabalho** de cada morador: (1)*Empregado com carteira assinada*; (2)*Empregado sem carteira*; (3)*Desempregado*; (4)*Criança* (não estuda); (5)*Estudante*; (6)*Dona de casa*; (7)*Aposentado*; (8)*Autônomo* e/ou *Bicos*; (9)*Outro* (anotar qual na tabela).
I. Local onde trabalha: Escreva o nome do bairro onde trabalha.
J. Escreva a **Renda** individual mensal de cada morador, por Salário Mínimo (SM): (1) *até 1 SM*; (2) *até 2 SM*; (3) *até 3 SM*; ou (4) *mais de 3 SM*. Deve-se incluir/ somar todas as rendas da pessoa (tais como salário, pensão, aluguel, bolsa-família, auxílio-doença etc.)
K. Escreva a **Renda familiar** mensal (soma das rendas individuais declaradas de cada morador), por Salário Mínimo (SM):
(1) *até 1 SM*; (2) *até 2 SM*; (3) *até 3 SM*; ou (4) *mais de 3 SM*.

4/4

Fonte: Elaborado pela autora, jun./2019.

APÊNDICE Q – CARTILHA DE MORADORES CONTRA REMOÇÕES FORÇADAS E DE DIREITO À MORADIA

SE PRECISAR DE AJUDA, PROCURE:

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (D[redacted]o)
(31) 3526-0405 | (31) 98347-5960 | R. dos Guajajaras, 1707, 6º andar, Barro Preto

Ministério Público do Estado de Minas Gerais
(31) 3291-6337 | (31) 3330-8100 | Av. Álvares Cabral, 1740, 8º andar, Sto. Agostinho

Assessoria jurídica

Divisão de Assistência Judiciária (DAJ) da UFMG | daj.direito.ufmg.br/
(31) 3409-8667 | Av. João Pinheiro, 100, 7º andar, Centro | ufmgdaj@gmail.com

Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular
www.coletivomargaridaalves.org | (31) 3889-2013 | R. Diamantina, 488, Lagoinha

Assessoria Popular Maria Felipa | www.facebook.com/apmariafelipa/
(31) 3224-2432 | R. Brasópolis, 210, Floresta | contato@apmariafelipa.com.br

Gabinetona (Vereadora Bella Gonçalves) | www.gabinetona.org
(31) 3555-1192 | Av. dos Andradas, 3100, Gabinete 215B, Sta. Efigênia

Brigadas Populares (B[redacted]) | www.brigadaspopulares.org.br

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) | www.mlbbrasil.org

OUTROS CONTATOS DE INTERESSE:

Regional Barreiro
(31) 3277-1375 (L[redacted]) | (31) 3277-5975 | R. David Fonseca, 1147, Milionários

Associação Comunitária Vila Cemig/ Conjunto Esperança/ Alto das Antenas
P[redacted]

BH Resolve | (31) 3429-8750 ou 156 | R. dos Caetés, 342, Centro

Urbel (Escritório local do PAC Vila Viva – Vila Cemig/ Alto das Antenas)
(31) 3277-8923 | R. Universo em Desencanto, 170, Vila Cemig | L[redacted]
ou C[redacted]

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Vila Cemig
(31) 3277-1355 | R. Faisão, 1071, Vila Cemig

Centro de Saúde Vila Cemig | (31) 3277-5940 | R. Coletivo, 68, Vila Cemig

Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) | Fica Vivo! e Mediação de Conflitos
(31) 3381-5557 | R. A, 10, Conjunto Esperança

SLU (limpeza urbana)
(31) 3277-9343 | R. Tenente Garro, 118, Sta. Efigênia

Sudecap (abastecimento de água, iluminação pública, esgotamento sanitário e pavimentação de vias) | (31) 3277-8140 | R. dos Guajajaras, 1107, Lourdes

COPASA | 115

* Ao procurar estes órgãos, lembre-se de levar seus documentos pessoais, comprovante de renda (quando houver) e comprovante de residência!

* Esta cartilha foi feita com apoio da EA-UFMG, com base na cartilha "Querem nos despejar e agora?" da Relatoria Especial da ONU para a Moradia Adequada, disponível em: <http://apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/folheto_remocoes_portugues.pdf>.

CARTILHA DO MORADOR
REMOÇÕES E O DIREITO À MORADIA

MORADIA ADEQUADA É UM DIREITO HUMANO, É UM DIREITO DE TODOS, EM QUALQUER SITUAÇÃO.

Talvez você não saiba que o **direito à moradia** é um direito fundamental garantido na **Constituição** do país e em vários **Pactos Internacionais**. Isso significa que **a Lei Maior do país reconhece que todos devem ter moradia digna** e que se trata de um direito social, assim como educação e saúde.

"Artigo 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." (CF/1988)

O DIREITO À MORADIA ADEQUADA É MAIS DO QUE UM TETO E QUATRO PAREDES!

MORADIA ADEQUADA É TAMBÉM:

- Garantia de um lugar para morar sem ameaça de remoção;
- Acesso a educação, saúde, lazer, transporte, energia elétrica, água potável e esgoto, coleta de lixo, áreas verdes e um meio ambiente saudável;
- Proteção efetiva contra frio, calor, chuva, vento, incêndio, inundação, sem riscos de desmoronamento ou outras ameaças à saúde e à vida;
- Acesso aos meios de subsistência, inclusive acesso a renda e a trabalho;
- Uso de materiais, estruturas e organização espacial que respeitem a diversidade cultural;
- Custo que não pese demais no bolso do morador.

QUEREM NOS DESPEJAR. E AGORA?

A ONU prevê que uma remoção só poderá ocorrer se não houver outra saída. **No caso do Alto das Antenas, é necessário que seja demonstrado que não existe outra solução viável**, como por exemplo, a implementação de linha de transmissão de energia subterrânea, que exigiria menos remoções.

Durante o planejamento e decisão das alternativas para o seu bairro, o Poder Público é obrigado a informar e envolver a população em todo o processo (mesmo se a área for irregular)! As famílias atingidas têm ainda direito de procurar assessoria independente para discutir e elaborar projeto alternativo. Além disso, **as famílias que realmente precisarem ser removidas devem receber alternativas que mantenham ou melhorem suas condições atuais de moradia**. O que ocorre é que os apartamentos oferecidos pela URBEL para reassentamento desconsideram o modo de vida dos moradores e, em muitos casos, localizam-se em regiões distantes. E o valor de indenização oferecido é muito abaixo do preço de mercado, pois a Prefeitura só calcula as benfeitorias e desconsidera a posse do terreno, que é o que vale mais. Assim, o morador não consegue comprar uma casa em uma região próxima, o que faz com que gaste mais com transporte, fique longe dos amigos e familiares e até perca sua fonte de renda.

Exija e faça valer seus direitos!

REMOÇÃO, SÓ SE NÃO TIVER JEITO!

E, SE ESSE FOR O CASO, OS DIREITOS BÁSICOS A SEGUIR TÊM QUE SER RESPEITADOS:

1. A comunidade que será atingida deve ter **tempo e condições de participar efetivamente** de todo o processo. Isso inclui desde a participação nas discussões sobre a necessidade da obra até aquelas sobre a elaboração de projetos alternativos e de propostas de remoções que prejudiquem menos as condições de convivência e subsistência das famílias.

2. Todos têm o direito de saber por que terão que sair, para onde e quando vão e como será a mudança. **Todas estas informações têm que estar facilmente acessíveis** com bastante antecedência, devem ser apresentadas por escrito e redigidas de maneira clara no idioma e linguagem dos afetados.

3. **A remoção não pode resultar em pessoas ou comunidades desabrigadas!**

4. Depois de realizada a obra, a melhor alternativa é que **todos voltem para a terra ou a casa** em que estavam antes do projeto. Se isto for impossível, **deve haver acordo** sobre o local e o modo como se dará o reassentamento, inclusive sobre prazos e condições da remoção.

5. O **reassentamento**:
   - deve ocorrer antes de começar a obra, ser próximo e em condições iguais ou melhores do que o lugar onde as famílias estavam;
   - não pode gerar segregação ou discriminação contra os moradores;
   - deve ser acompanhado por políticas públicas de compensação e reinserção, garantindo a continuidade no acesso a escola, trabalho, tratamentos de saúde, fontes de renda, mercados e transporte.

6. O Estado deve garantir **assistência social e jurídica** a todos os afetados. Isso inclui o direito de audiência e o direito de acesso a aconselhamento ou assistência jurídica gratuita.

7. Quem vai ser removido tem que ser avisado com antecedência, ter **apoio e tempo suficiente** para fazer a mudança. Remoções não podem ser realizadas sob chuva, à noite, durante e antes dos exames escolares ou durante feriados religiosos. Além disso, as pessoas afetadas têm direito a guarda e transporte de seus objetos pessoais com respeito e segurança. Representantes do governo e observadores independentes devem estar presentes durante as operações de despejo.

8. Antes, durante e depois da remoção, todos devem ter garantidas boas condições de acesso a saúde, educação, trabalho, renda e outros. Atenção especial deve ser dada às necessidades das mulheres e de pessoas e grupos vulneráveis ou discriminados.

9. Indenização justa deve ser paga por todas as perdas sofridas, inclusive colheitas, e danos não materiais, como restrições a salários e ao acesso a educação. Todos devem ser compensados por danos e pela perda da propriedade, terra ou moradia independentemente de terem títulos ou documentação legal de propriedade. Mulheres e homens devem ser co-beneficiários em pacotes de compensação.

10. É proibida qualquer forma de **violência ou intimidação** ou destruição de bens antes, durante ou depois da remoção. Denuncie!

Fonte: Adaptado pela autora de ONU, 2012 e EA/UFMG.

ANEXOS

ANEXO A – FOTOS DOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS CONSTRUÍDOS PELO PAC VILA VIVA – VILA CEMIG/ALTO DAS ANTENAS 325
ANEXO B – FOTO DA REUNIÃO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DA “REDE” 326
ANEXO C – CÓPIA DA AUTUAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE AOS MORADORES DO ALTO DAS ANTENAS 327
ANEXO D – PLANTA DO PROJETO URBANÍSTICO DO VILA VIVA – VILA CEMIG/ALTO DAS ANTENAS 329
ANEXO E – MODELO DE FORMULÁRIO DE CADASTRO DE FAMÍLIAS USADO PELOS MORADORES DO ALTO DAS ANTENAS EM 2016 330

ANEXO A – FOTOS DOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS CONSTRUÍDOS PELO PAC VILA VIVA – VILA CEMIG/ALTO DAS ANTENAS

“Conjunto 1”, Vila Cemig, em 2018

Fonte: Acervo da autora, ago./2018.

“Conjunto 4”, Vila Cemig, em 2015

Fonte: Urbel, 2016.

“Conjunto 5”, Vila Cemig, em 2015

Fonte: Urbel, 2016.

“Conjunto 6”, Bairro Milionários, em 2015

Fonte: Urbel, 2016.

“Conjunto 8”, Bairro Milionários, em 2015

Fonte: Urbel, 2016.

“Conjunto 8”, Bairro Milionários, em 2018 (detalhe para a concertina colocada sobre portão)

Fonte: Acervo da autora, ago./2018.

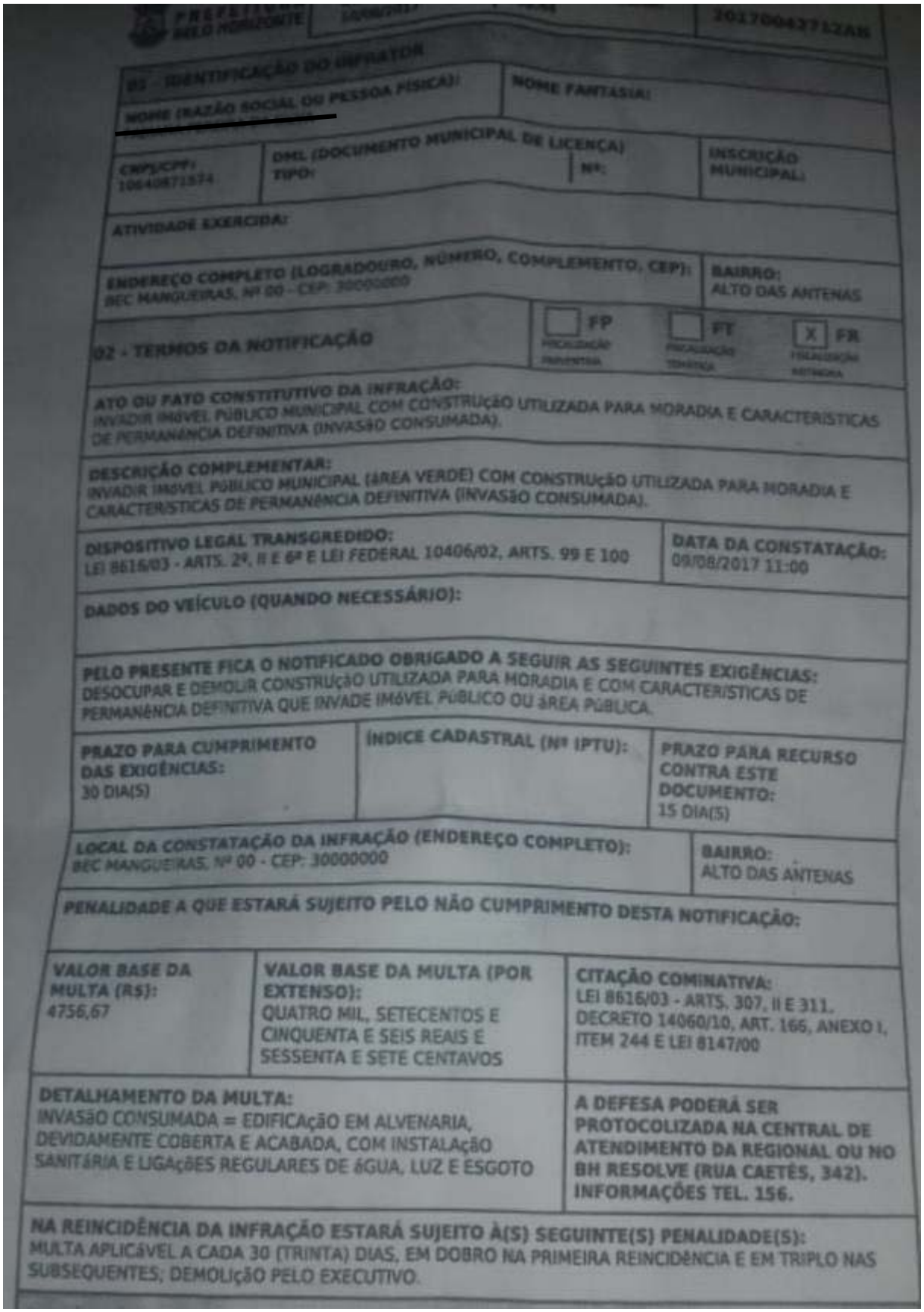
* Nota: Optei por apresentar aqui as fotos do relatório da Urbel (2016), ao invés das minhas (tiradas em 2018), pois o foco delas estava melhor (à exceção da foto do “Conjunto 1”) e, também, porque as minhas não tinham diferenças significativas na forma de apropriação e uso do espaço se comparadas às da Urbel, à exceção do “Conjunto 8”, no Bairro Milionários, onde foi colocada concertina sobre muro e portões.

ANEXO B – FOTO DA REUNIÃO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DA “REDE”

Foto da reunião da “Rede”, realizada em 21 de setembro de 2018

Fonte: Fornecido por uma integrante da “Rede”, set./2018.

ANEXO C – CÓPIA DA AUTUAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE AOS MORADORES DO ALTO DAS ANTENAS



PREFEITURA BELO HORIZONTE

2017004271ZAIS

01 - IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR

NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA):

NOME FANTASIA:

CNPJ/CPF: 10640871574

DML (DOCUMENTO MUNICIPAL DE LICENÇA) TIPO: Nº:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

ATIVIDADE EXERCIDA:

ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, CEP): BEC MANGUEIRAS, Nº 00 - CEP: 30000000

BAIRRO: ALTO DAS ANTENAS

02 - TERMOS DA NOTIFICAÇÃO

☐ FP FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA ☐ FT FISCALIZAÇÃO TEMÁTICA ☒ FR FISCALIZAÇÃO REITORIA

ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO:
INVADIR IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL COM CONSTRUÇÃO UTILIZADA PARA MORADIA E CARACTERÍSTICAS DE PERMANÊNCIA DEFINITIVA (INVASÃO CONSUMADA).

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:
INVADIR IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL (ÁREA VERDE) COM CONSTRUÇÃO UTILIZADA PARA MORADIA E CARACTERÍSTICAS DE PERMANÊNCIA DEFINITIVA (INVASÃO CONSUMADA).

DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO:
LEI 8616/03 - ARTS. 2º, II E 6º E LEI FEDERAL 10406/02, ARTS. 99 E 100

DATA DA CONSTATAÇÃO: 09/08/2017 11:00

DADOS DO VEÍCULO (QUANDO NECESSÁRIO):

PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS:
DESOCUPAR E DEMOLIR CONSTRUÇÃO UTILIZADA PARA MORADIA E COM CARACTERÍSTICAS DE PERMANÊNCIA DEFINITIVA QUE INVADE IMÓVEL PÚBLICO OU ÁREA PÚBLICA.

PRAZO PARA CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS:
30 DIA(S)

ÍNDICE CADASTRAL (Nº IPTU):

PRAZO PARA RECURSO CONTRA ESTE DOCUMENTO:
15 DIA(S)

LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO (ENDEREÇO COMPLETO):
BEC MANGUEIRAS, Nº 00 - CEP: 30000000

BAIRRO: ALTO DAS ANTENAS

PENALIDADE A QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO:

VALOR BASE DA MULTA (R$):
4756,67

VALOR BASE DA MULTA (POR EXTENSO):
QUATRO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS

CITAÇÃO COMINATIVA:
LEI 8616/03 - ARTS. 307, II E 311. DECRETO 14060/10, ART. 166, ANEXO I, ITEM 244 E LEI 8147/00

DETALHAMENTO DA MULTA:
INVASÃO CONSUMADA = EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA, DEVIDAMENTE COBERTA E ACABADA, COM INSTALAÇÃO SANITÁRIA E LIGAÇÕES REGULARES DE ÁGUA, LUZ E ESGOTO

A DEFESA PODERÁ SER PROTOCOLIZADA NA CENTRAL DE ATENDIMENTO DA REGIONAL OU NO BH RESOLVE (RUA CAETÉS, 342). INFORMAÇÕES TEL. 156.

NA REINCIDÊNCIA DA INFRAÇÃO ESTARÁ SUJEITO À(S) SEGUINTE(S) PENALIDADE(S):
MULTA APLICÁVEL A CADA 30 (TRINTA) DIAS, EM DOBRO NA PRIMEIRA REINCIDÊNCIA E EM TRIPLO NAS SUBSEQUENTES; DEMOLIÇÃO PELO EXECUTIVO.

- - - - - - - - - - - - - - - - - - - Continua abaixo- - - - - - - - - - - - - - - - - -

NA REINCIDÊNCIA DA INFRAÇÃO ESTARÁ SUJEITO À(S) SEGUINTE(S) PENALIDADE(S):
MULTA APLICÁVEL A CADA 30 (TRINTA) DIAS, EM DOBRO NA PRIMEIRA REINCIDÊNCIA E EM TRIPLO NAS SUBSEQUENTES; DEMOLIÇÃO PELO EXECUTIVO.

03 - ÓRGÃO AUTUANTE

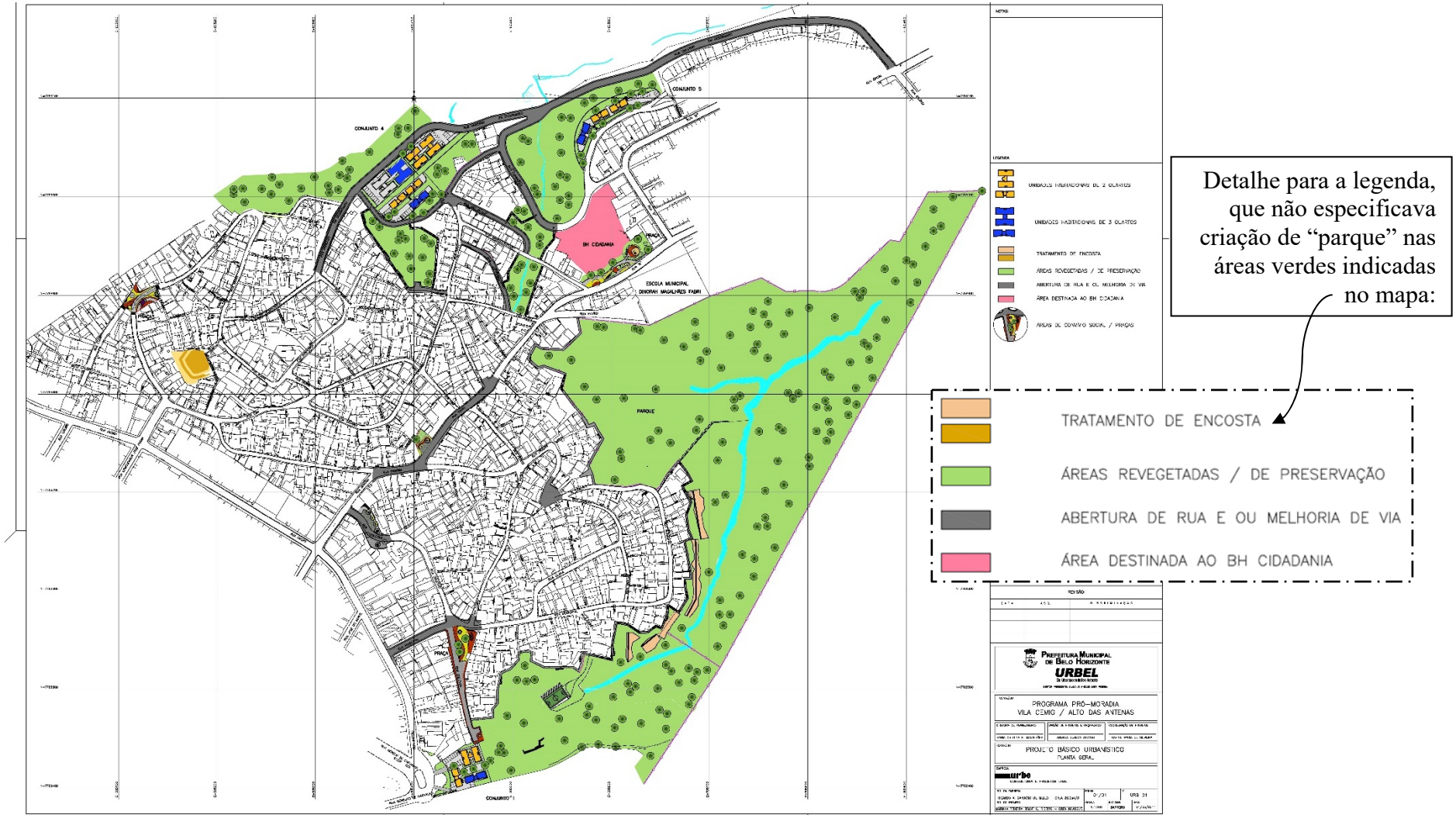
SECRETARIA/REGIONAL: BARREIRO	DCTO DE ORIGEM (TIPO): PROCESSO ADMINISTRATIVO	DCTO DE ORIGEM (NÚMERO):
ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, CEP): AVE SINFRONIO BROCHADO, Nº 587 - CEP: 30640000		BAIRRO: BARREIRO

04 - ASSINATURAS

ASSINATURA DO AUTUADO, REPRESENTANTE LEGAL OU PREPOSTO	ASSINATURA DO FISCAL:	BM: 004113-6
NOME/CARGO:	DCTO IDENTIFICADOR DO AUTUADO, REPRESENTANTE LEGAL OU PREPOSTO:	CIÊNCIA: RECEBIDO PESSOALMENTE

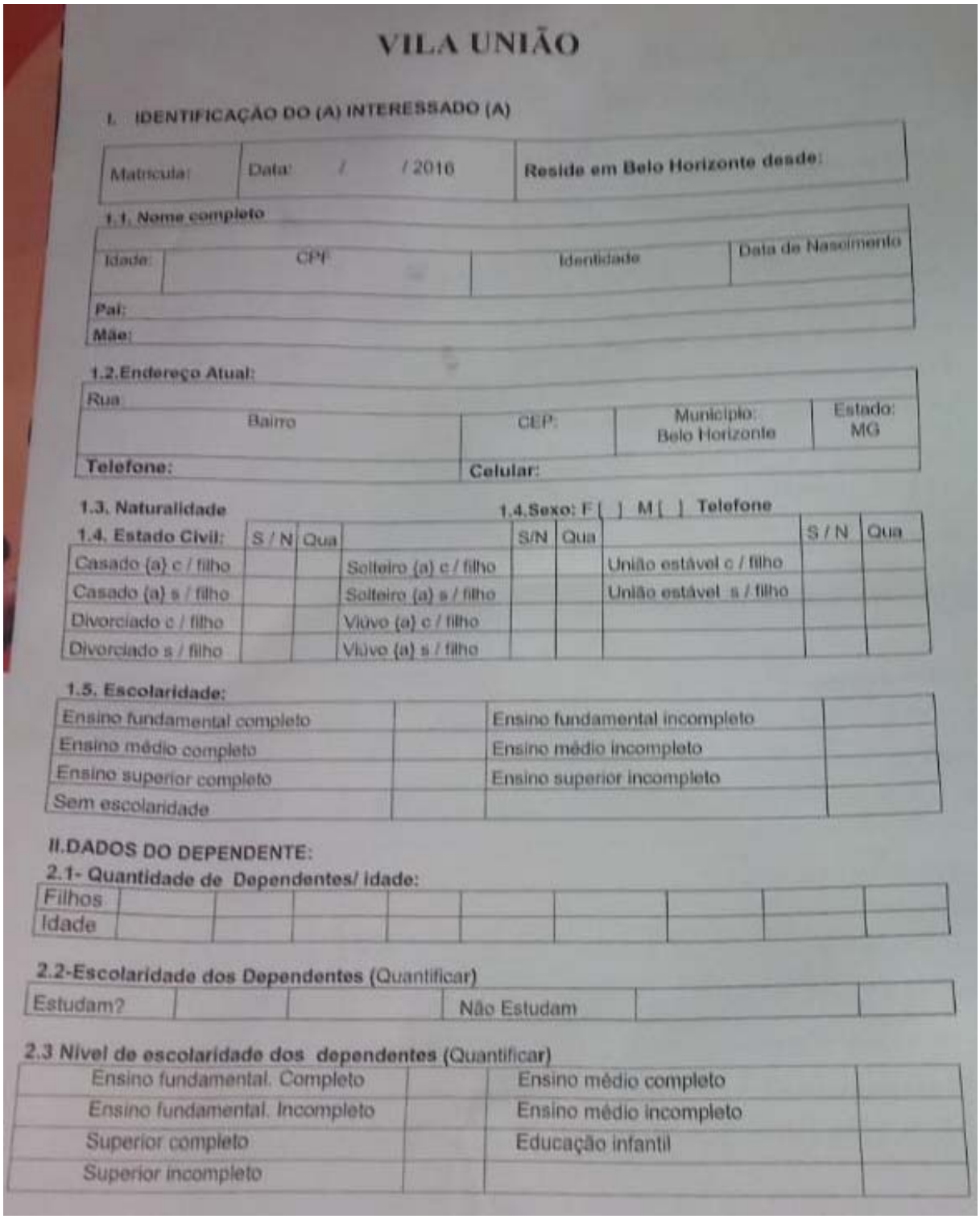
* Nome tarjado para preservar a identidade do morador autuado.
Fonte: Fornecida por moradora do Alto das Antenas, jul./2018.

ANEXO D – PLANTA DO PROJETO URBANÍSTICO DO VILA VIVA – VILA CEMIG/ALTO DAS ANTENAS



Fonte: URBEL, 2016.

ANEXO E – MODELO DE FORMULÁRIO DE CADASTRO DE FAMÍLIAS USADO PELOS MORADORES DO ALTO DAS ANTENAS EM 2016



VILA UNIÃO

I. IDENTIFICAÇÃO DO (A) INTERESSADO (A)

Matrícula:	Data: / / 2016	**Reside em Belo Horizonte desde:**

1.1. Nome completo

Idade:	CPF	Identidade	Data de Nascimento

Pai:

Mãe:

1.2.Endereço Atual:

Rua			
Bairro	CEP:	Município: Belo Horizonte	Estado: MG
Telefone:	**Celular:**		

1.3. Naturalidade **1.4.Sexo: F [ ] M [ ] Telefone**

1.4. Estado Civil:	S / N	Qua		S/N	Qua		S / N	Qua
Casado (a) c / filho			Solteiro (a) c / filho			União estável c / filho		
Casado (a) s / filho			Solteiro (a) s / filho			União estável s / filho		
Divorciado c / filho			Viúvo (a) c / filho					
Divorciado s / filho			Viúvo (a) s / filho					

1.5. Escolaridade:

Ensino fundamental completo		Ensino fundamental incompleto	
Ensino médio completo		Ensino médio incompleto	
Ensino superior completo		Ensino superior incompleto	
Sem escolaridade			

II.DADOS DO DEPENDENTE:

2.1- Quantidade de Dependentes/ idade:

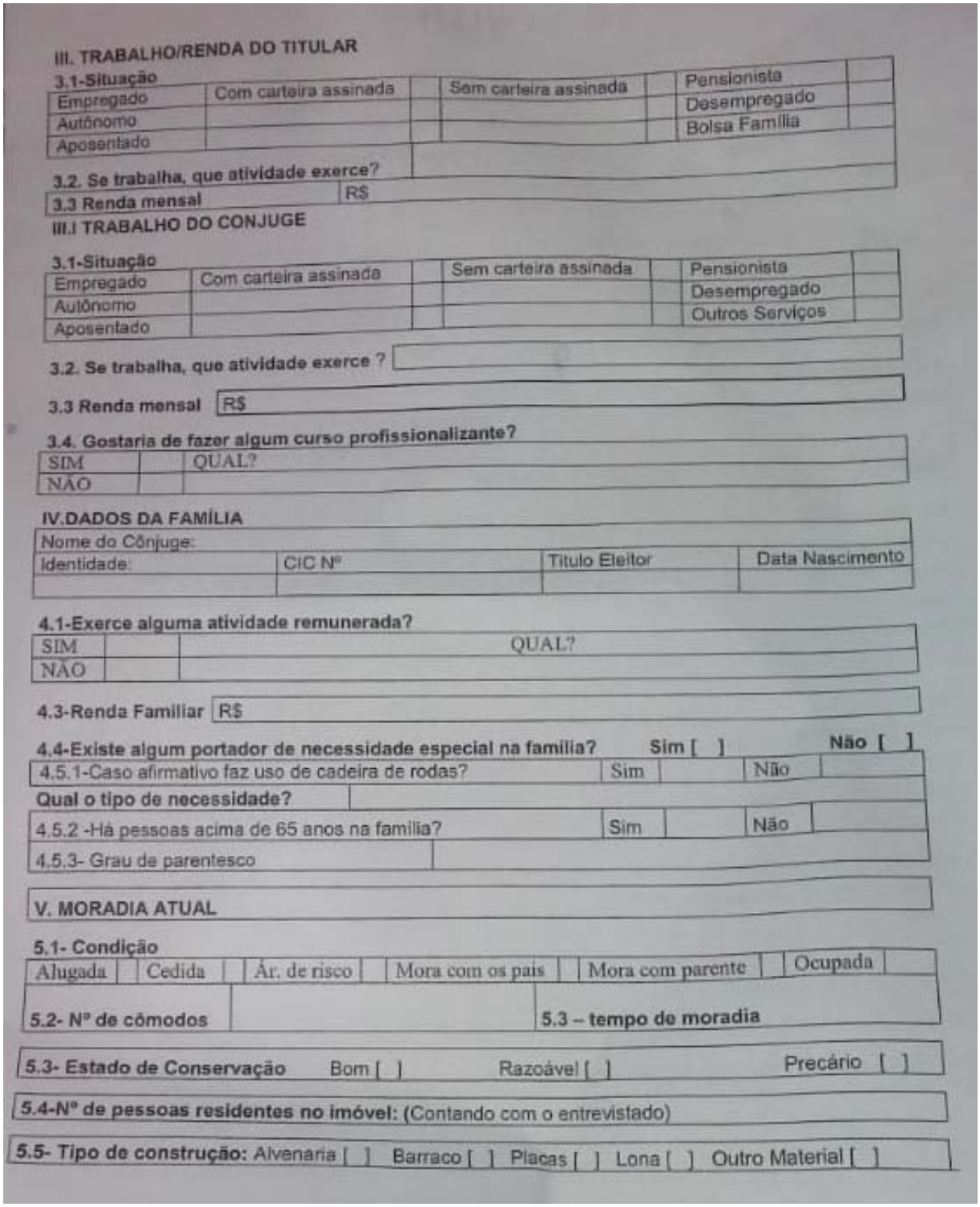
Filhos									
Idade									

2.2-Escolaridade dos Dependentes (Quantificar)

Estudam?			Não Estudam		

2.3 Nível de escolaridade dos dependentes (Quantificar)

Ensino fundamental. Completo		Ensino médio completo	
Ensino fundamental. Incompleto		Ensino médio incompleto	
Superior completo		Educação infantil	
Superior incompleto			



III. TRABALHO/RENDA DO TITULAR

3.1-Situação

Empregado	Com carteira assinada		Sem carteira assinada	Pensionista	
Autônomo				Desempregado	
Aposentado				Bolsa Família	

3.2. Se trabalha, que atividade exerce?

3.3 Renda mensal R$

III.I TRABALHO DO CONJUGE

3.1-Situação

Empregado	Com carteira assinada		Sem carteira assinada	Pensionista	
Autônomo				Desempregado	
Aposentado				Outros Serviços	

3.2. Se trabalha, que atividade exerce ?

3.3 Renda mensal R$

3.4. Gostaria de fazer algum curso profissionalizante?

SIM		QUAL?
NAO		

IV.DADOS DA FAMÍLIA

Nome do Cônjuge:			
Identidade:	CIC Nº	Titulo Eleitor	Data Nascimento

4.1-Exerce alguma atividade remunerada?

SIM		QUAL?
NÃO		

4.3-Renda Familiar R$

4.4-Existe algum portador de necessidade especial na família? Sim [ ] Não [ ]

4.5.1-Caso afirmativo faz uso de cadeira de rodas?	Sim		Não	
Qual o tipo de necessidade?				
4.5.2 -Há pessoas acima de 65 anos na família?	Sim		Não	
4.5.3- Grau de parentesco				

V. MORADIA ATUAL

5.1- Condição

Alugada	Cedida	Ár. de risco	Mora com os pais	Mora com parente	Ocupada

5.2- Nº de cômodos

5.3 – tempo de moradia

5.3- Estado de Conservação Bom [ ] Razoável [ ] Precário [ ]

5.4-Nº de pessoas residentes no imóvel: (Contando com o entrevistado)

5.5- Tipo de construção: Alvenaria [ ] Barraco [ ] Placas [ ] Lona [ ] Outro Material [ ]

Fonte: Fornecido por morador do Alto das Antenas, 2019.